



REVISTA DE  
ARQUITETURA, CIDADE E  
CONTEMPORANEIDADE



TRANScidade



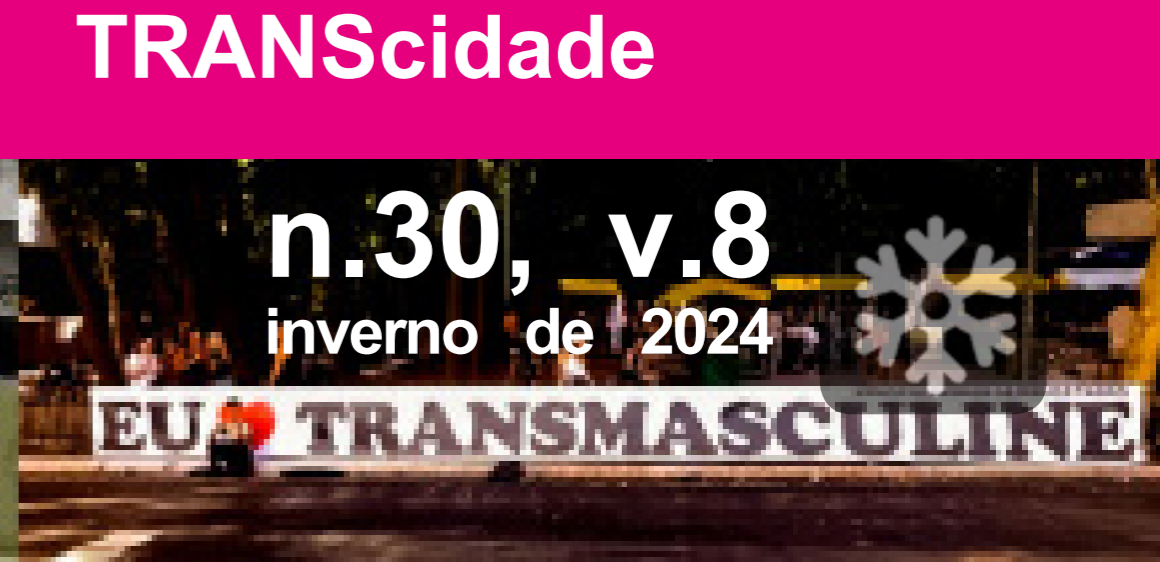
n.30, v.8  
inverno de 2024



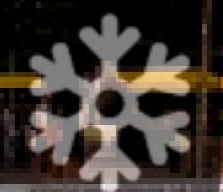
REVISTA DE  
ARQUITETURA, CIDADE E  
CONTEMPORANEIDADE



# TRANScidade



n.30, v.8  
inverno de 2024



Imagens: Taliboy.



Rua Benjamin Constant, n. 1359, Pelotas,  
Rio Grande do Sul, Brasil, Telefone: [53] 3284 55 11  
<https://wp.ufpel.edu.br/cmaisc/>  
e-mail: [revistapixo@gmail.com](mailto:revistapixo@gmail.com)

A Revista Pixo é uma publicação conjunta dos Grupos de Pesquisa (CNPq) “Cidade+Contemporaneidade”, do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU), da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e “Arquitetura, Derrida e Aproximações”, do Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura (PROPAR), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Revista digital disponível em:

<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/pixo/index>

**ISSN 2526-7310**

**Editores Responsáveis**

EDUARDO ROCHA  
FERNANDO FREITAS FUÃO

**Editor Associado**

EDUARDO ROCHA LIMA

**Comitê Científico e Conselho Editorial**

ADRIANA ARÁUJO PORTELLA  
ADRIANA GONI MAZZITELLI  
ADRIANE BORDA ALMEIDA DA SILVA  
ALEXANDRE PEREIRA SANTOS  
ANA MARIA ALBANI DE CARVALHO  
ANA PAULA VIECELI  
ANDRÉ DE OLIVEIRA TORRES CARRASCO  
ANGELA MARIA ENDLICH  
ANGELA RAFFIN POHLMANN  
BÁRBARA DE BÁRBARA HYPOLITO  
BEATRIZ DORFMAN  
CARLA GONÇALVES RODRIGUES  
CARLOS NIGRO  
CARMEN ANITA HOFFMANN  
CAROLINA CLASEN  
CAROLINA CORRÊA ROCHEFORT  
CAROLINA MENDONÇA FERNANDES DE BARROS  
CELMA PAESE  
CHRISTIANO PICCIONI TORALLES  
CLÁUDIA MARIZA MATTOS BRANDÃO  
CRISTHIAN MOREIRA BRUM  
CRISTINE JAQUES RIBEIRO  
DÉBORA SOUTO ALLEMAND  
DIRCE ELEONORA NIGRO SOLIS  
EDUARDA AZEVEDO GONÇALVES  
EDUARDO GRALA DA CUNHA  
ELIANA MARA PELLERANO KUSTER  
EMANUELA DI FELICEFÁBIO BORTOLI  
FERNANDA TOMIELLO  
FRANCESCO CARERI  
FRANCISCO DE ASSIS DA COSTA  
GISELE SILVA PEREIRA  
GUSTAVO DE OLIVEIRA NUNES  
HARTMUT GÜNTHER  
HAYDEÉ BEATRIZ ESCUDERO  
HELENE GOMES SACCO CARBONE  
IAZANA GUIZZO  
IGOR GUATELLI  
JAMES MIYAMOTO  
JOSÉ CARLOS MOTA  
JOSIANE FRANKEN CORRÊA

JUAN MANUEL DIEZ TETAMANTI  
JULIAN GRUB  
LAURA NOVO DE AZEVEDO  
LAURA RUDZEWICZ  
LISANDRA FACHINELLO KREBS  
LIZIANE DE OLIVEIRA JORGE  
LORENA MAIA RESENDE  
LUANA PAVAN DETONI  
MARCELO ROBERTO GOBATO  
MARC WEISS  
MÁRCIO PIZARRO NORONHA  
MARIA IVONE DOS SANTOS  
MARKUS TOMASELLI  
MAURICIO COUTO POLIDORI  
PAOLA BERENSTEIN JACQUES  
PAULO AFONSO RHEINGANTZ  
PRISCILA PAVAN DETONI  
RAFAELA BARROS DE PINHO  
RAQUEL PURPER  
RITA DE CÁSSIA LUCENA VELLOSO  
ROBERTA ROBERTA KRAHE EDELWEISS  
SHIRLEY TERRA LARA DOS SANTOS  
SYLVIO ARNOLDO DICK JANTZEN  
TAÍS BELTRAME DOS SANTOS  
THAIS DE BHANTHUMCHINDA PORTELA  
VALENTINA MACHADO  
VANESSA FORNECK  
VICENTE MEDINA

**Equipe Técnica**

PAULA PEDREIRA DEL FIOLO  
JORDANA BERCHON  
JAQUELINE TAKAHASHI

**Suporte Técnico**

BEATRIZ DE OLIVEIRA BRUM

**Revisão Linguística**

ANA DOS SANTOS MAIA  
PIERRE MOREIRA DOS SANTOS

**Diagramação**

EDUARDO ROCHA

**Imagens das capas**

TALIBOY

# apresentação

A 29ª Edição da Revista Pixo que é fruto da chamada temática “TRANSCidade: TRANSformando o pensamento urbano”, mais do que uma mera publicação, esta edição se apresenta como um desafio às ideias convencionais e dominantes sobre a cidade, convidando os leitores a explorarem de maneira profunda e desafiadora as dinâmicas urbanas contemporâneas. No cerne desta chamada, buscamos uma reflexão coletiva que vá além de paradigmas estabelecidos, ampliando a compreensão do que significa viver, interagir e construir territorialidades na cidade. A edição propõe análises críticas e criativas, fundamentadas em teorias que descentralizam não apenas o sujeito moderno, mas também redefinem as noções tradicionais de representação, de significado e de objeto. Ao abordar os processos de subjetivação na cidade, a perspectiva que emerge convida à compreensão da subjetividade como um processo dinâmico e em constante mutação. Sua concepção destaca a interdependência entre fatores individuais e coletivos na formação das identidades urbanas e seus territórios, ressaltando a importância das interações sociais, culturais e políticas.

A PIXO – REVISTA DE ARQUITETURA, CIDADE E CONTEMPORANEIDADE<sup>1</sup> é uma revista digital trimestral (primavera, verão, outono e inverno) e visa reunir artigos, ensaios, entrevistas e resenhas (redigidos em português, inglês ou espanhol) em números temáticos. A abordagem multidisciplinar gira em torno de questões relacionadas à sociedade contemporânea, em especial na relação entre a arquitetura e a cidade, habitando as fronteiras da filosofia da desconstrução, das artes e da educação, a fim de criar ações projetuais e afectos para uma ética e estética urbana atual.

A revista é uma iniciativa conjunta dos Grupos de Pesquisa (CNPq) Cidade+Contemporaneidade, do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU), da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e Arquitetura, Derrida e Aproximações, do Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura (PROPAR), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A edição temática “TRANSCidade: TRANSformando o pensamento urbano” é dirigida pelo pesquisadores: Eduardo Rocha Lima (UFPA) e Eduardo Rocha (UFPEL).

Agradecimento as revisoras e revisores da edição: Tais Beltrame dos Santos, Marcelo de Troi, Carolina Magalhães Falcão, Vanessa Forneck, Cristine Jaques Ribeiro, Iale Camboim, Isabella Maricatto, Lorena Maia Resende, Clévio Rabelo, Luana Pavan Detoni, Paula Pedreira Del Fiol, Milene Migliano, Rodrigo da Silva Vital e Bárbara de Bárbara Hypolito.

*Eduardo Rocha Lima e Eduardo Rocha*  
Inverno de 2024

<sup>1</sup> <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/pixo/index>

## editorial

<b>TRANScidade</b> ou a cidade do Eros liberado.....	10-15
<i>Eduardo Rocha Lima e Eduardo Rocha</i>	

## autor@s convidad@s

<b>CIDADE-DESEJO-TRAVESTI</b> Urbanidades trans às margens das cidades.....	18-51
<i>Silvana de Souza Nascimento</i>	
<b>HABITAR É PRECISO, CONVIVER COM VIOLÊNCIA NÃO É PRECISO</b> Diferentes arranjos familiares e políticas públicas habitacionais para a população LGBTQIA+.....	52-69
<i>Eduardo Rocha Lima e Yuri Nascimento Paes da Costa</i>	

## parede branca

<b>CAMINHADAS</b> Uma foto-performance urbana.....	72-79
<i>Cartografia Sexuada de Salvador</i>	
<b>XX</b> A pirraça urbana de Taliboy.....	80-91
<i>Eduardo Rocha Lima</i>	

## artigos e ensaios

<b>O CORPO QUE CONSTRÓI</b> Sexopolítica, multidões queer e direito à habitação da população LGBTQIA+ em três países da América Latina.....	94-117
<i>Yuri da Costa e Carlos Henrique de Lima</i>	
<b>O PHALLOGOCENTRISMO ENQUANTO DIRETRIZ PROJETUAL</b> Reprodução de assimilaridades sociais em banheiros públicos.....	118-127
<i>Vinicius Goulart Silvério e Maribel Aliaga Fuentes</i>	

<b>NOTAS AOS AMANTES DA NOITE</b> Da problemática feminina e acadêmica às caminhografias noturnas na transcidade.....	128-145
<i>Fernando Freitas Fuão e Tais Beltrame dos Santos</i>	

<b>VIOLÊNCIA DE GÊNERO E SUAS INTERSECCIONALIDADES</b> NOS DESLOCAMENTOS A PÉ As vivências de mulheres plurais em termos de raça, identidade de gênero e orientação sexual no bairro Porto em Pelotas/RS.....	146-165
<i>Aracele Rocha Mahfuz, Gisele Pereira e Adriana Araujo Portella</i>	

<b>EU SÓ QUERIA ANDAR EM PAZ</b> A vivência trans e padrões de violência em bairros de João Pessoa/PB.....	166-185
<i>Abraão P. O. Nóbrega e Ana G. Negrão</i>	

<b>MINHA BOCA É UM TÚMULO...ARROMBADO</b> Desenterrando a realidade transgênera de Santa Maria/RS.....	186-207
<i>Débora Loro, Julia Pozebon, Maisa Gabrieli de Souza, Beatriz Fernandes Figueiredo, Nati de Castro Fernandes, Évelyn Paniz Possebon e Clarissa Squizani Manske</i>	

<b>CORPOS INVISÍVEIS</b> A corpografia presente na situação de rua.....	208-221
<i>Ramon Leme e Hélio Hirao</i>	

<b>A CIDADE É TRANS E TRAVESTI</b> Territorialidades trans na cidade de Londrina.....	222-235
<i>Leonardo Ferreira e Vera Lucia Tieko Suguhiro</i>	

<b>VIDA DE PESSOAS TRANSEXUAIS E A VIOLÊNCIA AMBIENTAL NO RS</b> Desafios estruturais.....	236-247
<i>Fernanda Guadagnin, Renata Guadagnin e Angelo Brandelli Costa</i>	

<b>O PLANEJAMENTO URBANO INCLUI AS TRAVESTIS E TRANSEXUAIS?</b> Direito à cidade e a população travesti e transexual.....	248-261
<i>Cassio Rafael Meneses Giacomini e Walter Matias Lima</i>	

<b>UM PLANO PARA O CENTRO DE AMSTERDÃ</b> A “renovação urbana” do Red Light District.....	262-281
<i>João Soares Pena</i>	

<b>A CIDADE-ARMÁRIO COMO SÍNTESE DIALÉTICA</b> CONTRADITÓRIA DA ABJEÇÃO DOS SUJEITOS ININTELIGÍVEIS.....	282-291
<i>Caroline Rodrigues e Miriam Cléa Coelho Almeida</i>	

<b>PARA ALÉM DO BINARISMO DE GÊNERO</b> Corpos, disputas de poder e o Direito à Cidade.....	292-311
<i>Gustavo Lemke Truppel e Marina Toneli Siqueira</i>	



**DAS REDES SOCIAIS PARA A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO  
EM BELO HORIZONTE**  
Utopia Carnavalesca e transfeminista da Praia da Estação.....312-325  
*João Pedro Silveira-Martins*

**BRINCA-SE A FANTASIA, CRIA-SE A SI MESMO**  
O papel da estética na relação entre o Carnaval  
e as dissidências de gênero e sexualidade.....326-341  
*Andressa Mueller, Paulo Reyes e Bruno Mello*

**O CORPO E A RUA**  
Uma exploração de gênero e performance através do carnaval.....342-357  
*Andressa Mueller, Paulo Reyes e Bruno Mello*

**IMAGENS, ACERVOS E CIDADE**  
Aproximações entre o coletivo Salve Rainha e Torquato Neto.....358-379  
*Alexandre Pajeú Moura*

**ESCRITA DE ARTIVISTA**  
Práticas visuais enquanto jogos urbanos identitários  
das Masculinidades Embucetadas em Campo.....380-395  
*Taliboy*

**PAISAGEM CULTURAL EM TRANS-ITO**  
Uma Iconografia em Campinas/SP.....396-413  
*Fernanda Nascimento e Jane Victal*

**PRODUZINDO RECORTES, CRIANDO VISIBILIDADES**  
Intervenções urbanas em Psicologia Social junto  
a grupos LGBTQIAPN+ da cidade de Volta Redonda.....414-431  
*Isadora de Almeida Dutra, Júlia Garcia Monzillo e Ana Cabral*

**CARTOGRAFIA DO TRANSBORDAMENTO**  
Um estudo de caso do Minhocão/SP.....432-453  
*Juliana Artuso e Rovenir Bertola Duarte*

**CORPOS TRANS E A FESTA DA CHIQUITA**  
Fissurando a cidade armário.....454-469  
*Camila de Freitas Moraes*

**ENCRUZILHADAS NO CÍRIO DE NAZARÉ EM BELÉM DO PARÁ.....470-485**  
*Eduardo Oliveira Soares*

**A CIDADE EDUCADORA E AS DIFERENCAS  
DE SEXO, SEXUALIDADE E GÊNERO.....486-501**  
*Rodrigo da Silva Vital e Letícia Rocha*

## entrevista

**QUANDO OUSAMOS EXISTIR**  
Entrevista com Marcio Caetano.....504-515  
*Marcio Caetano, Eduardo Rocha e Tais Beltrame dos Santos*

## processos & projetos

**SUPERANDO OBSTÁCULOS URBANOS**  
La Resiliencia de la Comunidad LGBTQ+ ante la Homofobia y  
la Marginalidad a través del Collage en los espacios públicos.....518-529  
*María Paz Sánchez Morales y Enrique Rivadeneira Barrios*



## TRANScidade ou a cidade do Eros liberado

Eduardo Rocha Lima<sup>1</sup> e Eduardo Rocha<sup>2</sup>

Acredito que a superação das atuais categorias separadas e antitéticas da sexualidade será transexual e que na transexualidade se reunirá a síntese una e múltipla das expressões do Eros liberado (Mieli, 1977, p. 36-37).

Para delinear a ideia de TRANScidade, tema deste dossiê, trazemos Mario Mieli, filósofo, “autor bicha afeminado”, como ele se dizia, e militante político italiano. Em sua breve existência<sup>3</sup> enquanto pensador da teoria revolucionária de base marxista, Mieli vai questionar a norma da “monossexualidade” heterossexual como base única e absoluta das relações sociais e da construção epistêmica de um pensamento de esquerda que se pretende revolucionário, ao mesmo tempo que reproduz opressões históricas com relação às expressões das sexualidades que não cabem na norma da família patriarcal burguesa monossexual, alicerces de sustentação do “heterocapitalismo”. Escreve Mario: “nossa revolução se opõe ao capital e à sua Norma, e tem a libertação universal como seu objetivo” (Mieli, 2023, p. 280)

Entendendo a natureza estrutural e institucional da heterossexualidade e profundamente influenciado pelo debate psicanalítico, Mieli busca em Freud a ideia de uma sexualidade infantil polimórfica e perversa, portanto desligada de um determinismo único biológico, a qual estaria latente em todo e qualquer ser humano, mas que é profundamente reprimida pelo que Mieli com humor e ironia chama de “educastração”. Esta castração atuante como processo educativo do sujeito social ele entende enquanto a relação de subordinação que a criança se encontra em face dos seus genitores e de toda a sociedade por meio de suas instituições, centradas na Norma monossexual:

A resposta imediata é que isso ocorre por obra da *educastração*, ou mesmo pela influência que exerce sobre o indivíduo a sociedade, o mundo ‘externo’, no qual vigora uma Norma monossexual, que a repressão perpetua de geração em geração. Todavia, a Norma monossexual é decisivamente heterossexual, e a *educastração* que tende a afirmá-la universalmente faz com que, em relação à maior parte das pessoas, a monossexualidade se apresente atualmente como heterossexualidade. A Norma rege-se sobre a mutilação do Eros e, em particular, sobre a condenação da homossexualidade (Mieli, 2023, p. 40).

Precursor das ideias que apenas no início dos anos de 1990 seriam reunidas como “Teoria *Queer*”, Mieli, em 1977, cria expressões e subverte lógicas do pensamento teórico que lhe constitui para inserir nos seus escritos formas de existências não conformes com uma normatividade que se pretende universal e sob a qual a sua

própria existência não encontra lugar. O entendimento da Norma como algo criado pela necessidade de sustentação do processo da (re)produção do capital e alheio a uma forma originária da sexualidade humana (polimórfica e perversa), conecta Marx e Freud em uma articulação do pensamento em busca do reconhecimento e da legitimação de certas formas de se expressar no mundo (para além da cisheterossexual) que atingirá propulsão bem mais potente e difusa, na construção do conhecimento, mais de uma década depois dos escritos de Mieli, que pouco circularam e pouco encontraram eco entre os seus contemporâneos.

Portanto, é importante entender que a “transexualidade”, para Mieli, muito mais que a expressão de um corpo com gênero inconforme com o sexo pelo qual foi resignado no seu nascimento, como entendemos hoje, significa existências humanas com Eros não normatizado ou não mutilado, mas sim liberado para o fluxo dos seus desejos e pulsões. Existências eróticas subversivas da “educastração” e criadoras de corpos e de relações sexuais múltiplas, independente de genitálias e das convenções definidoras do que seria o “masculino” ou o “feminino”.

É a partir dessa ideia de “transexualidade” que pensamos a TRANScidade que aparece como tema da edição número 30 da Revista Pixo. Nos interessou para este número reunir artigos, ensaios fotográficos e entrevistas que espelhem formas de existências que são inconformes com a monossexualidade normativa e que são, também, produtoras de espaços, territórios e cidades. A cidade do Eros liberado acontece nas entrelinhas da cidade formal, normatizada, capitalista. Seja em ações coletivas de ocupação de áreas urbanas específicas – em diferentes momentos, que podem variar do lazer aos momentos de protestos políticos –, seja em ações pontuais e corriqueiras de um corpo sexo-gênero dissidente solitário que caminha pelas ruas no exercício de sua vida cotidiana.

A ideia de TRANScidade antes de afirmar uma identidade espacial específica e vinculada aos gêneros e às sexualidades dissidentes dos sujeitos que a ocupa – numa espécie de defesa que legitimaria diversos “guetos comerciais” (Barilli, 2023) nas cidades, articulados pelo *pink money* que constantemente aproxima as dissidências sexuais de uma estética e de uma moral heterossexual –, ela defende cidades abertas às inúmeras e inusitadas possibilidades eróticas entre sujeitos que as vivenciam, desbancando, pelo contrário, o lugar uno identitário não questionado e aceito como tácito da monossexualidade heterossexual. A TRANScidade se desenha e estrutura pelo aparecer em público dos diversos corpos que a compõem, afirmando uma relação intrínseca, que é social e política, entre corpo e espaço.

O processo reflexivo com as cidades e seus polimórficos corpos, a partir da potência política transformadora de estruturas normativas das existências dissidentes, abre perspectivas para a produção de narrativas sobre as cidades incorporadas de formas astuciosas e destemidas da construção de si, em paralelo com a delimitação do seu “espaço de aparecimento” (Butler, 2018). O aparecer em público aqui entendido como exercício de cidadania plena; cidadania essa constantemente negada a muitos sujeitos pela impossibilidade do caminhar pelo espaço público urbano sem o recebimento de nenhum tipo de violência moral, psíquica ou física.

Para construirmos e vivermos em cidades menos violentas e mais democráticas para mulheres e pessoas inconformes com o binarismo de gênero e com a monossexualidade heterossexual – as TRANScidades –, precisamos aprender com os arranjos de rearticulação do social e do espaço praticados pelas formas de vidas dissidentes. Aprender com o caráter experimental de vidas que, por não se encaixarem nos costumes e nas estruturas preexistentes à sua presença, precisam encontrar seus pares na articulação de outras formas de ser e de ocupar o mundo.

<sup>1</sup> Arquiteto Urbanista, doutor em Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFBA e do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Prof. Milton Santos (IHAC – UFBA).

<sup>2</sup> Doutor em Arquitetura, Mestre em Educação, Especialista em Patrimônio Cultural, Arquiteto e Urbanista. Email: eduardo.rocha@ufpel.edu.br

<sup>3</sup> Mieli nasceu na Itália em 1952 e faleceu no mesmo país em 1983 aos 31 anos de idade, vítima da AIDS. Sua principal obra é o livro *Elementi di critica omosessuale*, escrito em 1976, como trabalho final da sua graduação em filosofia e publicado em 1977. No Brasil, a obra foi traduzida apenas em 2023 e ganhou o título: Por um Comunismo Transexual: elementos de crítica homossexual, pela Editora Boitempo.



A Revista Pixo traz, neste número, uma reflexão crítica sobre as dinâmicas urbanas contemporâneas, abordando resistência, criação e transformação. Dividida em cinco seções principais, esta edição reúne 25 Artigos e Ensaio, dois ensaios fotográficos na seção Parede Branca, uma Entrevista e um trabalho na seção Processos & Projetos, compondo um panorama sobre as relações entre corpos e a cidade.

A seção Autores Convidados oferece reflexões sobre as interações entre corpos, territórios e a cidade. Silvana de Souza Nascimento, em CIDADE-DESEJO-TRAVESTI: Urbanidades trans às margens das cidades, explora como as urbanidades trans e travestis são construídas nas margens da cidade, destacando formas de resistência e sobrevivência dessas populações. Eduardo Rocha Lima e Yuri Nascimento Paes da Costa, em HABITAR É PRECISO, CONVIVER COM VIOLÊNCIA NÃO É PRECISO, discutem os desafios habitacionais da população LGBTQIA+ e como as políticas públicas podem ser mais inclusivas e sensíveis às necessidades dessa população.

A seção Parede Branca apresenta dois ensaios fotográficos. CAMINHADAS: Uma foto-performance urbana, da Cartografia Sexuada de Salvador, explora os corpos em movimento nas ruas da cidade, desafiando a visão tradicional da cidade como um espaço estático. A PIRRAÇA URBANA DE TALIBOY apresenta um trabalho visual que utiliza a cidade como campo de experimentação, questionando as convenções estéticas e sociais, proposto por Eduardo Rocha Lima.

A seção Artigos e Ensaio apresenta uma variedade de textos que discutem corpo, gênero e cidade. Yuri da Costa e Carlos Henrique de Lima, em O CORPO QUE CONSTRÓI, discutem a sexopolítica e o direito à habitação da população LGBTQIA+ em três países da América Latina. Vinícius Goulart Silvério e Maribel Aliaga Fuentes, em O PHALLOGOCENTRISMO ENQUANTO DIRETRIZ PROJETUAL, abordam como o design de banheiros públicos reproduz desigualdades de gênero.

Fernando Freitas Fuão e Tais Beltrame dos Santos, em NOTAS AOS AMANTES DA NOITE, investigam a problemática feminina e acadêmica por meio das caminhografias noturnas na cidade. Aracele Rocha Mahfuz, Gisele Pereira e Adriana Araujo Portella, em VIOLÊNCIA DE GÊNERO E SUAS INTERSECCIONALIDADES NOS DESLOCAMENTOS A PÉ, analisam as vivências de mulheres plurais em Pelotas/RS, discutindo como a violência de gênero afeta as experiências no espaço urbano.

Abraão P. O. Nóbrega e Ana G. Negrão, em EU SÓ QUERIA ANDAR EM PAZ, discutem os padrões de violência enfrentados por pessoas trans em bairros de João Pessoa/PB. Débora Loro, Julia Pozebon, Maisa Gabrieli de Souza, Beatriz Fernandes Figueiredo, Nati de Castro Fernandes, Évelyn Paniz Possebon e Clarissa Squizani Manske, em MINHA BOCA É UM TÚMULO...ARROMBADO, investigam as complexas experiências de pessoas trans em Santa Maria/RS.

Ramon Leme e Hélio Hirao, em CORPOS INVISÍVEIS, discutem a invisibilidade de pessoas em situação de rua, enquanto Leonardo Ferreira e Vera Lucia Tiek Sugihiro, em A CIDADE É TRANS E TRAVESTI, exploram as territorialidades trans em Londrina. Fernanda Guadagnin, Renata Guadagnin e Angelo Brandelli Costa, em VIDA DE PESSOAS TRANSEXUAIS E A VIOLÊNCIA AMBIENTAL NO RS, discutem a violência ambiental contra pessoas trans no Rio Grande do Sul.

Cassio Rafael Meneses Giacomini e Walter Matias Lima, em O PLANEJAMENTO URBANO INCLUI AS TRAVESTIS E TRANSEXUAIS?, questionam a inclusão de travestis e transexuais nos planos urbanos. João Soares Pena, em UM PLANO PARA O CENTRO DE AMSTERDÃ, analisa a renovação urbana do Red Light District, refletindo sobre os impactos da gentrificação. Caroline Rodrigues e Miriam Cléa Coelho Almeida,

em A CIDADE-ARMÁRIO COMO SÍNTESE DIALÉTICA CONTRADITÓRIA DA ABJEÇÃO DOS SUJEITOS ININTELIGÍVEIS, discutem a cidade como um “armário” que cria espaços de opressão e resistência.

Gustavo Lemke Truppel e Marina Toneli Siqueira, em PARA ALÉM DO BINARISMO DE GÊNERO, analisam as disputas de poder e o direito à cidade a partir de uma perspectiva queer. João Pedro Silveira-Martins, em DAS REDES SOCIAIS PARA A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO EM BELO HORIZONTE, discute a utopia carnavalesca e transfeminista da Praia da Estação, revelando o potencial das redes sociais na organização e ocupação do espaço público.

Andressa Mueller, Paulo Reyes e Bruno Mello, em BRINCA-SE A FANTASIA, CRIASE A SI MESMO, discutem o papel da estética no Carnaval e sua relação com as dissidências de gênero e sexualidade. Eles também exploram, em O CORPO E A RUA, como a performance de gênero no Carnaval transforma a cidade em um espaço de resistência e liberdade. Alexandre Pajeú Moura, em IMAGENS, ACERVOS E CIDADE, aproxima o coletivo Salve Rainha de Torquato Neto, refletindo sobre as imagens e os acervos urbanos. Taliboy, em ESCRITA DE ARTIVISTA, analisa as práticas visuais enquanto jogos urbanos identitários, abordando as masculinidades dissidentes nas ruas.

Fernanda Nascimento e Jane Victal, em PAISAGEM CULTURAL EM TRANS-ITO, exploram a iconografia urbana de Campinas/SP, enquanto Isadora de Almeida Dutra, Júlia Garcia Monzillo e Ana Cabral, em PRODUZINDO RECORTES, CRIANDO VISIBILIDADES, discutem intervenções urbanas realizadas com grupos LGBTQIAPN+ na cidade de Volta Redonda. Juliana Artuso e Rovenir Bertola Duarte, em CARTOGRAFIA DO TRANSBORDAMENTO, discutem o Minhocão/SP como um espaço de resistência.

Camila de Freitas Moraes, em CORPOS TRANS E A FESTA DA CHIQUITA, reflete sobre a festa como um espaço de resistência, enquanto Eduardo Oliveira Soares, em ENCRUZILHADAS NO CÍRIO DE NAZARÉ EM BELÉM DO PARÁ, investiga a relação entre religião e espaço urbano durante o Círio de Nazaré.

Concluimos com a Entrevista com Márcio Caetano, intitulada QUANDO OUSAMOS EXISTIR, conduzida por Eduardo Rocha e Tais Beltrame dos Santos. Caetano compartilha suas reflexões sobre as lutas urbanas e a resistência de corpos dissidentes, propondo uma nova perspectiva sobre as cidades inclusivas e acolhedoras.

Finalizando a edição, a seção Processos & Projetos apresenta o trabalho de María Paz Sánchez Morales e Enrique Rivadeneira Barrios, SUPERANDO OBSTÁCULOS URBANOS: La Resiliencia de la Comunidad LGBTQ+ ante la Homofobia y la Marginalidad a través del Collage en los espacios públicos. Este projeto propõe uma reflexão sobre como a arte pode ser usada para reconfigurar o espaço público e promover a visibilidade e resistência da comunidade LGBTQ+.

Agradecemos ao artista Taliboy pelas imagens que ilustram as capas desta edição. Sua obra, que explora arte, identidade e resistência, complementa de maneira significativa as discussões apresentadas.

Esperamos que esta edição inspire novas ações e reflexões para a construção de uma cidade mais inclusiva e justa para todos!



## Referências

BARILLI, Gianni. A Revolução no Corpo. In: MIELI, Mario. *Por um Comunismo Transexual: elementos de crítica homossexual*. São Paulo: Boitempo, 2023.

BUTLER, Judith. *Corpos em Aliança e a Política das Ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

MIELI, Mario. *Por um Comunismo Transexual: elementos de crítica homossexual*. São Paulo: Boitempo, 2023.



Imagens: Taliboy



autor@s convidad@s



# CIDADE-DESEJO-TRAVESTI

## Urbanidades trans às margens das cidades

*TRANSVESTITE-DESIRE-CITY*  
*Trans urbanities on the outskirts of cities*

**Silvana de Souza Nascimento<sup>1</sup>**

### Resumo

Este artigo apresenta uma reflexão antropológica sobre a produção de uma urbanidade trans e travesti que se faz por meio da circulação entre cidades de diferentes escalas que movimentam os mercados do sexo, inclusive a prostituição. Além disso, oferece uma ampla revisão bibliográfica no campo das ciências sociais e das humanidades no que se refere a travestis e mulheres trans no Brasil, primeiro em pesquisas realizadas por pessoas cisgêneras e, nos últimos dez anos, por pesquisadoras trans. A ideia é analisar como cidades trans vão sendo problematizadas nas pesquisas brasileiras e como elas são pensadas a partir das experiências no trabalho sexual. Mostro também como a temática da prostituição vai perdendo centralidade quando as pesquisas são deslocadas para autorias trans e travestis e outros interesses acadêmicos emergem, abrindo espaço para um campo amplo de epistemologias trans.

Palavras-chave: cidades, urbano, transgeneridades, travestilidades, interdisciplinaridade.

### Abstract

*This article proposes an anthropological discussion on the production of a trans and transvestite urbanity that takes place through the traffic between cities of different scales that mobilizes the sex industry, including prostitution. Furthermore, I offer a wide Brazilian bibliographical review in social sciences and humanities about transvestites and trans women, first in research undertaken by cisgender people and, in the last ten years, by trans researchers. The aim is to analyze how trans cities have been problematized in Brazilian research and how they are conceptualized from experiences in sex work. Then I show how the theme of prostitution loses its centrality when research shifts to the authorship of trans and transvestite scholars, and other academic interests emerge, giving rise to a broad range of trans epistemologies.*

*Keywords: cities, urban, transgenderities, transvestism, interdisciplinarity.*

Quem dentre vocês que me leem se permitiria viver essa gama de transas, beijos, se permitiria sentir, tentar sentir, fingir ao menos, tesão por esses corpos todos que abundam nos meus braços, corpos (assim como o meu, mas de forma toda outra) rejeitados pela norma, dissidentes, resistentes, preteridos, corpos brutos, gordos, negros, peludos, com deficiência, fora do padrão de beleza, de macheza, autoestima lá embaixo, tímidos, oprimidos, travados, corpos que só se sentem à vontade conosco, que se entregam apenas em nossas camas, que precisam de nós pra não pirar nessa vida de exclusões... decorrência direta dos padrões normativos de beleza e macheza é algumas pessoas só terem acesso à experiência do sexo por meio das putas. Até que ponto a prostituição não existe também em função disso? Há algo de Jesus Cristo em toda prostituta, esse desprendimento do “se quer ser perfeito, vai, venda tudo o que tem e dê pros pobres” (Mateus 19: 21) ... não à toa ele próprio afirmou que “as prostitutas vos precederão no Reino de Deus” (Mateus 21: 31). Mas aguardem, o ataque às normas vai se intensificar por aqui: essa língua travesti puta escritora vai ser libertária ou não será (Amara Moira, E se eu fosse puta, 2016, p. 130/131).

### Introdução

Nas bordas das cidades que não se encontram necessariamente na rota dos grandes eixos econômicos, uma intensa circulação de pessoas se faz por meio de trocas afetivas, sexuais, materiais e simbólicas que constroem fluxos dos mercados do sexo e das economias corporais-sexuais. São travestis e mulheres trans que desenham trajetórias pessoais e coletivas entre espaços urbanos, em cidades de diferentes escalas, do sertão ao litoral, tecendo lugares de sobrevivência e amplas redes de troca para além dos modelos das famílias tradicionais e das cisheteronormas. Por meio do trabalho sexual, iniciam seus primeiros ofícios e recebem seus primeiros *aquês*<sup>2</sup>, são reconhecidas e desejadas com e pelos corpos que possuem, moldados por meio de subjetividades, gestos, poses, desejos, hormônios, silicones, vestimentas, perfumes, maquiagens, saltos. Na pista, *batendo porta*, elaboram conhecimentos próprios sobre corpo, transição de gênero, hormonização, afetos, homens, mulheres, sexo, violência, cidade, consumo, dinheiro.

Como ervas daninhas (para quem?) que insistem em brotar no asfalto, as putas trans irrompem em meio ao projeto urbanístico das cidades planejadas, requalificadas e gentrificadas. Brotam no meio-fio das calçadas desertas, que margeiam rios poluídos. Proliferam-se em beiras de estrada e em postos fiscais onde passam caminhoneiros e outros trabalhadores. Resistem em praças que não conseguiram oferecer atividades de lazer para as “famílias de bem”. Subsistem entre muros de equipamentos urbanos e movimentam-se entre grades, catracas e guaritas de segurança que insistem em controlar o direito de ir e vir.

Assim, ocupam diferentes espaços urbanos, em cidades com escalas distintas, mas que possuem em comum a possibilidade de circulação e passagem de gente, desejos, coisas, dinheiro. Nesse trânsito polissêmico, simbólico, corporal e econômico, há todo um conhecimento que foi elaborado nas ruas, que possibilitou o surgimento das primeiras pesquisas sobre travestis no Brasil, a partir dos anos 80. Um saber compartilhado que tornou possível a sua sobrevivência a despeito de todas as adversidades e violências

<sup>1</sup> Sil Nascimento é docente do Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo, e coordenadora do grupo de pesquisa CÓCCIX - Estudos indisciplinados do corpo e do território. Usa pronomes neutros e femininos (elu/ela).

<sup>2</sup> *Aquê*, na linguagem do pajubá, significa dinheiro.

pelas quais passam. Por 15 anos ininterruptos, o Brasil é o país que mais mata travestis e mulheres trans no mundo, em sua maioria negras (Benevides, 2022). Apesar de a rua – *a pista* – ser o lugar de onde provém seu sustento e no qual podem exercer suas expressões de gênero, é nela em que são brutalmente assassinadas e violentadas.

Esse cenário fez parte de meu campo de atuação como antropóloga<sup>3</sup>, ao longo de mais de quinze anos acompanhando travestis e mulheres trans, entre Paraíba, São Paulo e Alto Solimões, realizando pesquisas etnográficas e atuando com movimentos sociais e organizações da sociedade civil. As regiões onde pude realizar trabalhos de campo são, de um lado, territórios incluídos nas chamadas rotas da exploração sexual e do tráfico de pessoas pelas políticas de segurança pública e dos direitos humanos e, de outro, são fluxos de sobrevivência que se movem por forças materiais, sexuais e afetivas e criam regimes de urbanidade descolados de uma cidade em si mesma. Compõem uma rede urbana que inclui cidades de pequeno, médio e grande porte, mas que, antes de mais nada, são construídas a partir da circulação e de várias atividades que envolvem prostituição e outras modalidades de sexo pago<sup>4</sup>. Nesse contexto, a prostituição pode ser reconhecida como uma profissão ou ser vivida como atividade secundária para complementação da renda, e inclusive pode estar relacionada a relações afetivas com homens, de forma não monogâmica, nos quais os encontros estão permeados por trocas afetivas, sexuais e materiais (Olivar Nieto, 2010). Por meio de trocas afetivo-sexuais, que envolvem dinheiro e outros bens, materiais e simbólicos, travestis e mulheres trans fazem contínuos movimentos entre cidades e nesses deslocamentos delineiam um contínuo fazer urbano transitivo (e transitório). E, ao mesmo tempo, produzem corporeidades também transitivas.

Assim, pude acompanhar alguns fragmentos dessas mobilidades, iniciando pelo Litoral Norte da Paraíba, passando pela capital João Pessoa, entre 2009 e 2015, e pela metrópole São Paulo a partir do território do Butantã, próximo à Cidade Universitária e da Universidade de São Paulo (entre 2015 e 2017 e entre 2020 e 2023), e no Alto Solimões, na tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia, na região amazônica (no mesmo período anterior), reflexões que já foram apresentadas em diferentes artigos e livros (Nascimento, 2014; Nascimento, 2018; Nascimento, 2019a; Nascimento, 2019b)<sup>5</sup>.

Para este artigo<sup>6</sup>, pretendo apresentar, a partir de um mapeamento bibliográfico brasileiro, uma análise panorâmica sobre como travestis e mulheres trans fazem cidades, apontando quais problemáticas se apresentaram na literatura. Minha intenção não é discutir, especificamente, a prostituição em si, o que levaria a discussões sobre trabalho, regulamentação, relações afetivo-sexuais, relações de poder, entre outros

<sup>3</sup> Utilizarei a linguagem de gênero não binária quando utilizar o plural e/ou me referir a grupos de pessoas e ainda a pessoas que utilizam pronomes neutros. Essa opção deve-se a um posicionamento político para problematizar o binarismo da língua portuguesa e, portanto, a exclusão da possibilidade de utilizar pronomes neutros ou não-binários em termos gramaticais. Geralmente, no Brasil, tem se utilizado o “e” para abarcar diferentes expressões de gênero na linguagem, conforme, por exemplo, as recomendações de Ophelia Cassiano (2019). Todavia, arrisco aqui outra proposta provocadora que nos mobilize a pensar em outras formas de incluir e comunicar as transitividades e as não-binariedades de gênero.

<sup>4</sup> “A lista é imensa, abarcando os bordéis, boates, bares, discos, saunas, linhas telefônicas eróticas, sexo virtual através da Internet, casas de massagem, serviços de acompanhantes, agências matrimoniais, hotéis, motéis, cinemas e revistas pornô, filmes e vídeos, serviços de dominação e submissão/sadomasoquismo, prostituição na rua” (Piscitelli, Adriana, 2005, p.1).

<sup>5</sup> As pesquisas foram financiadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de S. Paulo (FAPESP).

<sup>6</sup> As discussões deste artigo começaram a ser gestadas em dois artigos publicados de minha autoria e tiveram aqui maiores desdobramentos e aprofundamentos. O primeiro foi publicado em 2018 na Revista *Vibrant*, “Desire-cities: a transgender ethnography in the urban boundaries” (vol. 15, n. 1) e o segundo em 2019 na *Revista Colombiana de Antropología*, “Corpografías divergentes: las ciudades deseadas y las prohibidas en las experiencias travestis (Brasil)” (v. 55).

temas, mas refletir o que a prostituição pode ensinar: pensá-la como um caminho efetivo para possibilidades de mobilidade social e econômica, modificações corporais, autodeterminações e autopercepções de gênero (e de sexualidade) e reconhecimento.

### Urbanidades trans

A complexa configuração dos espaços urbanos no mundo contemporâneo, as discussões sobre cidades-globais e cidades-mundo (Sassen, 1991), pós-urbano (Mongin, 2009), trânsitos e redes transnacionais (Piscitelli, 2013), fluxos e mobilidades (Hannerz, 1997, Agier, 2011), circuitos e trajetos (Magnani, 2012), cidades invisíveis (Latour, 2007) nos incitam a elaborar novas perspectivas no campo dos estudos urbanos no Brasil. Pouca atenção tem sido dada, até agora, a processos que perpassam fronteiras interurbanas e mobilizam escalas diferenciadas, que possibilitam mobilidades entre cidades de grande, médio e pequeno porte, entre a floresta e a capital, entre o litoral e o sertão. Movimentos onde não há um único lugar de chegada nem de partida que são protagonizados por pessoas que se prostituem, agentes que participam de economias sexuais, viajantes e migrantes que encontram na circulação e na viagem a sua permanência. Transitam entre cidades e modelam-se na trama de experiências temporárias em lugares que oferecem possibilidades de ascensão social e econômica e que possam acolher seus modos de ser e de estar. Ao observar a circulação travesti por diferentes cidades, marcadas por contextos sócio-históricos e escalas distintos, proponho pensar em urbanidades trans que não estão diretamente associadas a cidades específicas: uma urbanidade que se constitui nas margens, definida pela mobilidade espacial e pela transformação corporal.

De Mamanguape, onde iniciei minhas pesquisas em 2008, uma cidade de aproximadamente 45 mil habitantes no Litoral Norte paraibano, que margeia a rodovia BR 101, passando por capitais nordestinas como João Pessoa, com uma população estimada em 820 mil, e Recife, com 1 milhão e 600 mil habitantes, até metrópoles como São Paulo, com mais de 12 milhões de moradores, e Rio de Janeiro, com mais de 6 milhões e 70 mil habitantes<sup>7</sup>, e algumas cidades europeias, delinea-se um circuito que não se fixa em um espaço urbano determinado, mas se prolifera, molecularmente. Essa proposta inspira-se, de certo modo, na noção de tecido urbano, de Henri Lefèbvre (2006), definida como uma “espécie de rede de malhas desiguais, que deixam escapar setores mais ou menos amplos, lugarejos ou aldeias, regiões inteiras” (Lefèbvre, 2006, p. 11). Essa malha pode ser pensada como um ecossistema, uma unidade coerente ao redor de uma ou várias cidades. Não é apenas uma unidade morfológica, mas um modo de viver que se expande para zonas rurais e constrói um sistema próprio de valores, práticas e socialidades.

Em minhas experiências de pesquisa, as interlocutoras atravessam aldeias indígenas potiguara, visitam parentes em áreas rurais, moram em cidades pequenas, médias e grandes de forma sazonal e temporária, imaginam conhecer a Europa (sendo que algumas conseguem concretizar este sonho) e oferecem a possibilidade de pensar em urbanidades para além de cidades definidas por suas delimitações político-administrativas. As cidades almejadas por elas são imagens tecidas nas concretudes de seus corpos que, por meio de trocas materiais e simbólicas, descolam-se por territórios onde podem se tornar visíveis e reconhecidas. Refugiam-se em territórios urbanos móveis onde há possibilidade de sobreviver, consumir bens, cultivar relações afetivo-sexuais, acessar serviços de saúde, acionar redes de amizade, movimentar-se e tentar viver para além das violências, discriminações e segregações pelas quais são

<sup>7</sup> Dados de população estimada para 2021, fonte do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).



vítimas.

A ideia de cidade-refúgio apresentada por Olivier Mongin (2009) mostra-se frutífera para se pensar na condição urbana no que diz respeito às travestis e às trabalhadoras sexuais, lugar onde é possível acolher condenados e exilados (periféricos e precários) sem demarcá-los pela sua origem ou nacionalidade (e por que não gênero?).

A cidade é um espaço de onde se pode entrar e sair, um espaço onde se pode encontrar refúgio, um espaço de direitos que não se define unicamente pelo dentro, a identidade, o pertencimento, mas pela relação mantida entre um dentro e um fora. A hospitalidade é indissociável dos fluxos migratórios, dos fluxos de refugiados e de exilados que reivindicam pela cidade seu “direito de possuir direitos (Hannah Arendt)” (Mongin, 2009, p. 105).

Para o autor, nos tempos contemporâneos, o modelo de cidade europeia, circunscrito a uma espacialidade geográfica, está perdendo lugar para outros modelos urbanos que apontam para dispersão e fragmentação de um mundo “pós-cidade” regulado por fluxos tecnológicos, de telecomunicações, transportes, bens, conhecimentos, corpos, etc. Para ele, “a cidade é uma mistura de mental e de construído, de imaginário e físico. Ela remete ao mesmo tempo à matéria, ao construído, e às relações entre indivíduos que, coincidindo mais ou menos bem, fazem dela, ou não, um sujeito coletivo” (Mongin, 2009, p. 22). Nesse sentido, a condição urbana pode designar tanto um território específico quanto uma experiência, sendo esta vivida no espaço público por meio do corpo e do sensível.

Sem fim nem começo, a experiência urbana se desdobra, contudo, progredindo do privado ao público sem que este seja o resultado final. A experiência urbana é um movimento sempre reiterado porque impede de se fechar numa origem ou de se esconder por trás de uma cerca (Mongin, 2009, p. 39).

Fazendo um outro caminho, Manuel Delgado pensa a noção de urbano como “un estilo de vida marcado por la proliferación de urdimbres, relaciones deslocalizadas y precarias” (Delgado, 1999, p. 23). Diferentemente da cidade, o urbano estrutura-se na instabilidade, um constante fazer-se, espaço sem limites e marcas definidos. Essa instabilidade possibilita não somente encontros entre os diferentes, mas conflitos e desigualdades que revelam as marcas dos processos coloniais e das relações de poder (Benach e Delgado, 2022). Assim, são os espaços intersticiais que desvelam as relações desiguais e de discriminação que se reproduzem continuamente nas cidades, como se o urbano tivesse a capacidade de atravessá-las, desdobrá-las e colocá-las à prova. E daí a centralidade que os estudos clássicos urbanos deram à figura do nômade, do transeunte, do estrangeiro, que vê as cidades com outra perspectiva, aqui e lá, sem pertencer, sem permanecer.

Ao perseguir corpos em suas experiências urbanas, Mongin associa os cidadãos à figura do nômade, que se reterritorializa no processo de desterritorialização e vice-versa (Deleuze e Guatari, 1997). E, assim, a condição urbana é pensada como um processo inconcluso que se faz e se refaz pelas redes de relações e interações entre múltiplos agentes e fluxos. Paralelamente à figura clássica do nômade, que se faz na deriva urbana, Michel Agier propõe pensar na situação de fronteira para definir o que ele chama de condição cosmopolita. De uma perspectiva antropológica, a condição cosmopolita nasce nas e das fronteiras, em lugares e tempos incertos, em experiências intersticiais e incompletas, tais como campos de refugiados, favelas, periferias, territórios transnacionais, etc., que produzem deslocamentos e grandes mobilidades.

Para o autor, o mundo contemporâneo está entre a fronteira e o muro. Revela, de um lado, situações liminares que atravessam lugares, produzindo instabilidades e movimentações, e, de outro, processos que reproduzem essencialismos e cristalizações. E são nas situações de fronteira que nasce a condição cosmopolita, espaço do desprendimento, da clandestinidade, da marginalidade, da migração e dos deslocamentos, tais como os que acompanho em relação às travestis que exercem o trabalho sexual. Desse modo, a urbanidade não é pensada necessariamente como lugar do anonimato, mas da alteridade (Benach e Delgado, 2022). A instabilidade é seu processo de estruturação, espaço sem limites e marcas definidos, em constante fazer-se. Desse modo, a condição cosmopolita é também travesti.

### Pesquisas sobre travestis em cidades

Grande parte das pesquisas, no Brasil, sobre travestilidades e questões trans na área de antropologia e ciências humanas, de modo geral, esteve voltada, durante três décadas, para capitais e regiões metropolitanas e começou a se desenvolver no final da década de 1980. E todas, sem exceção, foram produzidas por pessoas que não se identificavam, explicitamente, como pessoas trans ainda que muitas estivessem incluídas em algumas das letras LGBTQIAPN+.

Já em 1959 Roger Bastide escreveu um artigo pioneiro, “O homem disfarçado em mulher” no livro *Sociologia do Folclore Brasileiro*, no qual descrevia os rituais de travestismo e inversão de gênero no carnaval, que de certo modo podia ser pensado como uma primeira reflexão sobre pessoas que experimentavam transições para gêneros femininos, de forma permanente ou pontual. Em 1983, Neuza de Oliveira parece ter sido a pioneira nas pesquisas nesta área no campo das humanidades<sup>8</sup> e, por meio de pesquisas em Salvador, apresentou um olhar psicanalítico sobre experiências travestis assumindo a perspectiva de que apresentavam comportamentos “invertidos” sexualmente, a reprodução de uma visão clássica freudiana.

Na década de 1980, Luiz Mott elaborou pesquisas historiográficas que indicaram relatos da “primeira travesti brasileira” em Salvador, Bahia, no período colonial, escravizada, originária do Congo, que passou a ser chamada posteriormente de Xica Manicongo. Por meio de documentos do Tribunal do Santo Ofício, do século 16, o autor investigou “crimes de sodomia” na tentativa de resgatar histórias e experiências de homossexuais e transexuais (Mott, 1988; 1999). Sua história, posteriormente, foi trazida à tona por pesquisadoras trans, como Jaqueline Gomes de Jesus (2019)<sup>9</sup> e Megg Rayara Gomes de Oliveira (2020) e também continua a ser lembrada como a marco fundamental da memória ancestral travesti no Brasil por organizações de movimentos trans, coletivos artísticos e universitários<sup>10</sup>. As pesquisas de Luiz Mott, um dos fundadores do Grupo Gay da Bahia (GGB), ofereceram uma porta de entrada importante para aproximações historiográficas com a memória trans no Brasil e não à toa um dos primeiros registros conhecidos é justamente uma travesti negra, escravizada, na cidade de Salvador. Contudo, ainda são necessárias muitas outras pesquisas no campo da arqueologia e

8 Seu trabalho somente foi publicado em 1994, pelo Centro Editorial e Didático da Universidade Federal da Bahia (CEB/UFBA).

9 Conforme relata Jaqueline Gomes de Jesus (2019), os documentos apresentados por Mott mantinham, como era de esperar, o prenome de Francisco que, posteriormente, em 2010, foi atualizado para Francisca por iniciativa de Majorie Marchi, militante travesti negra que presidia a ASTRA-Rio (Associação de Travestis e Transexuais do Rio de Janeiro). Nesse mesmo ano, a associação criou o Troféu Xica Manicongo, para promoção dos direitos humanos, da cultura e da cidadania para travestis e transexuais.

10 Sua história também foi apresentada em peças teatrais e performances e publicada em formato de cordel elaborado por Tertuliana Lustosa, cordelista travesti piauiense, com xilogravura de Matheusa Passareli (Lustosa, 2017).

da história para que documentos possam ser investigados futuramente.

Em meados da década de 1980 também começaram a despontar investigações sobre prostituição, apresentando suas complexidades, diversidades e protagonismos (Fonseca, 1996). A partir de pesquisas em Salvador (Bacelar, 1982), Rio de Janeiro (Gaspar, 1985), Belo Horizonte (Freitas, 1985) e São Paulo (Perlongher, 1987), essas primeiras produções sobre trabalho sexual procuraram romper com cristalizações e estigmas que produziam apenas imagens de vitimização e exploração sem possibilidade de protagonismo e agência. Essas pesquisas mostravam que a prostituição tomava múltiplas formas, nas ruas e nos bordéis, atravessava classes e posições sociais, possibilitava distintas construções corporais e de prazeres. Essa abertura para se pensar a prostituição para além de suas formas de dominação acompanhava também mobilizações políticas no período, que impulsionaram a criação da Rede Brasileira de Prostitutas, em 1987.

Com o advento da epidemia HIV/Aids, diversas pesquisas foram desenvolvidas no campo da homossexualidade, da prostituição e da temática travesti. Nesse momento, Hélio Silva (1993, 1997, 2007) realizou pesquisas antropológicas que tiveram como um dos objetivos oferecer subsídios à política de enfrentamento da Aids no Rio de Janeiro. Suas investigações inauguraram uma perspectiva dialógica, com uma rica descrição etnográfica de travestis que se prostituíam no bairro da Lapa, na capital carioca. Silva estava preocupado em compreender a relação travesti – sociedade, mostrando que a vida metropolitana propiciava uma visibilidade para as travestis por meio do reconhecimento de sua identidade social<sup>11</sup>. Para o autor, as travestis faziam parte do universo metropolitano e, nas ruas das grandes cidades, podiam parar de se esconder. “Desviante de alta visibilidade, atrai para si todas as atenções. Desvio paradoxal, porque a própria ideia de proibido quase se confunde com a ideia de escondido, secreto. (...) O travesti é álaque, expõe-se, tudo nele está sublinhado” (Silva, 2007, p. 62).

Como já sabido, a epidemia de HIV/Aids era vista como a “peste gay” ou “peste rosa” e esse estigma desdobrou-se em políticas de criminalização e encarceramento de travestis que se prostituíam, a exemplo da Operação Tarântula, na cidade de São Paulo, em 1987, que em poucos meses prendeu mais de 300 travestis com a justificativa de estar “combatendo a Aids” (Cavalcanti, Barbosa e Bicalho, 2018).

Nestor Perlongher (2008 [1987]) mostrou-se como uma referência fundamental nesse primeiro conjunto de publicações. Por meio de pesquisas no centro de São Paulo com michês, homens que exerciam trabalho sexual, desenvolveu a noção de código-território para pensar na relação entre territorialidade, desejo e sexualidade. Segundo o autor, a deriva dos michês era guiada pelo desejo de realização de um ato sexual em troca de um pagamento ou de um usufruto simbólico, tema que também surgirá em pesquisas posteriores sobre trabalho sexual, como a ideia de ajuda. Assim, Perlongher sugeria justapor territorialidade à identidade para compreender a prostituição.

Não interessará tanto a identidade, construída representativamente por e para o sujeito individual, mas os lugares (as interseções) do código que se atualizam a cada contato. Sistema de redes que

<sup>11</sup> Nesse período, destaco a atuação de Brenda Lee, que transformou sua residência, em São Paulo, em uma casa de apoio para pessoas vivendo com HIV/Aids, sobretudo travestis, o “Palácio das Princesas”. Algumas travestis também passavam a ganhar visibilidade na mídia, como Thelma Lipp (do programa Bolinha), Rogeria, Roberta Close, Patrícia Bisso e Laura de Vison. Surgem também filmes que trabalham a temática, como *Tootsie*, *Victor ou Victoria*, *Gaiola das Loucas*, *Priscila*, *A Rainha do Deserto*, entre outros. Toda esta visibilidade no campo midiático e cultural também possibilitou o surgimento das *drag queens* nas casas noturnas e as festas do cenário *clubber* (Palomino, 1999).

indicia outras mobilizações, conexões, conjugações de fluxos: fluxos de corpos e dinheiro, fluxos desejantes e sociais (Perlongher, 2008 [1987]. p. 160).

Na década de 1990, pesquisas foram realizadas, em sua grande maioria, em cidades de grande escala – como Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Paris, Porto Alegre – confirmando a tese de Hélio Silva de que as travestis são “fruto do asfalto” das grandes metrópoles. Essas investigações consideravam como um dado *a priori* a relação entre travestis, prostituição e metrópoles como se fossem elementos específicos de grandes aglomerados urbanos. Nesses trabalhos, havia uma rica problematização do processo da identidade travesti e das relações afetivas e familiares (Oliveira, 1997; Pirani, 1997; Jayme, 1998; Kulick, 1998; Florentino, 1998).

Por exemplo, em 1998, Don Kulick publicou sua etnografia sobre travestis em Salvador, em inglês, que só foi traduzida para o português em 2008, dez anos depois. Essa publicação revelava uma rica descrição de experiências travestis na capital baiana e apresentava reflexões que procuravam aproximar orientação sexual à identidade de gênero. Levando em conta que muitas travestis circulavam no meio homossexual, e de um borramento de fronteiras entre variações do feminino entre gays e trans, Kulick problematizou a relação entre o desejo homossexual e a construção da pessoa travesti. Segundo o autor, as travestis com as quais teve a oportunidade de conviver ancoravam seu desejo na homossexualidade e não escapavam a um modelo binário de gênero. Afastando-se da ideia de um “terceiro gênero”, Kulick tentou analisar as experiências afetivo-sexuais de suas interlocutoras imaginando um modelo binário para além da cisheteronormatividade. “As travestis nos permitem sugerir que o binário se configura de um modo radicalmente diferente do que estamos condicionados a pensar (Kulick, 2008, p. 240). Entre suas interlocutoras, estava Keila Simpson que, alguns anos depois, se tornou presidente da ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais).

Observa-se uma tentativa, nessas pesquisas, de compreender, afinal, como se definia, em termos sociológicos, a categoria travesti. Marcelo Oliveira (1997), em suas pesquisas sobre travestis em Florianópolis (SC), por exemplo, pensava sobre uma certa ambiguidade identitária de suas interlocutoras.

O travesti faz de sua histórica “contraposição” social e de gênero posições várias em seu percurso diário, transpondo os percalços com a ideia arraigada de que “estar” mulher e homossexual não é condição única, são vários espaços e estados. [...] Mesmo que o argumento plástico e estético componha a busca do corpo feminino — e que seja praticamente a característica marcante do travesti — o que sustenta essa busca é a disposição psicológica e social dada num universo de relações diversas, com sujeitos diversos (Oliveira, 1997, p. 79, grifos meus).

A despeito de algumas autories cisgênero desse período utilizarem o pronome masculino para se referirem às travestis, o que atualmente é visto como inconcebível, de certo modo, essas pesquisas tinham uma preocupação comum em mostrar a vida das travestis em suas subjetividades, em seus ambientes familiares, afetivos e conjugais, para além do estigma da prostituição. Ou seja, procuravam ir a contrapelo dos processos de estigmatização e de criminalização contra travestis, oferecendo diferentes perspectivas sobre suas vivências e subjetividades.

Posteriormente, já nos anos 2000, pesquisadorias trans vão denunciar e relembrar o fato de que 100% dos trabalhos acadêmicos desse momento foram elaborados por pessoas cisgênero que muitas vezes objetificavam e exotizavam as travestis e outras

peças trans. De um lado, para fora da prostituição travesti, o tema trans não estava no radar das pesquisas produzidas por pesquisadoras cis, o que poderia reforçar, em alguns casos, processos de discriminação e desigualdade. De outro, foi a partir da prostituição que todo o conhecimento travesti e transfeminino pôde se constituir. Como afirma Sofia Favero (2020a), pesquisadora, travesti e psicóloga, é necessário construir uma ética pajubariana e *desaquendar* os silenciamentos travestis e trans nas pesquisas, incorporando os saberes e fazeres produzidos nas *pistas*, no salto alto, no *bater porta*, no jogar o *picumã*, no fazer o *xuxu*<sup>12</sup>.

Notadamente, até o final dos anos 1990 no Brasil, havia raros textos sendo escritos por pessoas trans, o que na segunda década dos anos 2000 vai ganhar um crescimento exponencial. Nessa época, posso destacar alguns que foram mapeados e analisados por Lux Ferreira de Lima (Lima, 2022), doutora em Antropologia pela USP, que teve a honra de orientar. Os livros publicados entre os anos 80 e 90 foram, sobretudo, biografias e autobiografias de pessoas trans, que ofereceram narrativas de suas experiências subjetivas marcadas por desafios, violências e sofrimentos em ambientes familiares, sociais e institucionais adversos e transfóbicos.

Na década de 1980, foram publicadas três autobiografias: de Anderson Herzer (1982), João Nery (1984) e Lorys Adréon (1985), os dois primeiros homens trans e a terceira uma mulher trans. E na década de 1990 foram mais três: Fernanda Albuquerque (1995), Roberta Close (1998) e Ruddy Pinho (1998), todas mulheres trans que tiveram experiências na prostituição, de formas distintas e com desfechos heterogêneos. Roberta Close tornou-se bastante famosa e recebeu grande destaque na mídia, Fernanda Albuquerque, paraibana, foi aprisionada na Itália e lá permaneceu na invisibilidade, Ruddy Pinho foi aos poucos ganhando reconhecimento como cabelereira das camadas médias e altas na cidade do Rio de Janeiro e já escrevia textos desde os anos 1980.

Depois desse primeiro período de publicação de livros de autorias trans, estes retornaram apenas dez anos depois. De qualquer modo, nota-se uma busca incessante pelo reconhecimento e pelo entendimento de si, por parte das biografias e autobiografias e, pelo delineamento de experiências subjetivas e coletivas que sobrevivem do trabalho sexual em diferentes espaços urbanos por parte de pesquisadoras cis. Na verdade, por meio da prostituição, revelava-se um elemento que se distanciava da sociabilidade homossexual pois os clientes com as quais as travestis se relacionavam afetiva-sexualmente identificavam-se como heterossexuais, o que possibilitou uma certa torção no modelo binário homo-hetero, passivo-ativo (Fry, 1982).

Os anos 1990, no Brasil, como demonstra Tiago Coacci (2018), promoveram um processo de publicização das questões trans e do surgimento das primeiras organizações de travestis, que passaram a atuar, de forma contundente, contra a violência policial. Assim, em 1992, foi fundada a ASTRAL (a Associação de Travestis e Liberados), no Rio de Janeiro, a primeira associação trans não somente do país, mas de toda a América Latina, liderada por Jovana Cardoso (hoje à frente do FONATRANS – Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros)<sup>13</sup>, que recebeu apoio do ISER (Instituto de Estudos da Religião)<sup>14</sup>. E, um ano mais tarde, ocorreu o Primeiro Encontro Nacional de Travestis e Liberados, no Rio de Janeiro, que viria a se chamar

12 No pajubá, o *picumã* significa cabelo e *xuxu* a barba.

13 fonatrans.com

14 O Instituto de Estudos da Religião teve uma importante atuação no movimento de enfrentamento à AIDS, apoiou diferentes movimentos de prostitutas, de travestis e mulheres cisgênero, inclusive a ONG DAVIDA, que foi liderada por Gabriela Leite, uma das precursoras do putafeminismo no Brasil.

ENTLAIDS (Encontro Nacional de Travestis na Luta contra a AIDS)<sup>15</sup>. Depois da fundação da ASTRAL, nos anos 90, diferentes associações foram formadas em várias partes do Brasil (Curitiba, Salvador, Santos, Campinas, Porto Alegre e Aracaju).

Assim, os anos 1990 marcaram a consolidação do ENTLAIDS que, em seu terceiro encontro, em 1995, fez uma aproximação maior com o Estado, recebeu o financiamento do Programa DST/AIDS e teve a oportunidade de trazer pessoas de outras regiões. O ENTLAIDS, assim, estimulou a criação de organizações novas, formou ativistas, como Keila Simpson, hoje presidente da ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), e Fernanda Benvenutti, uma de nossas parceiras de pesquisa e de militância, e produziu novas formas de se fazer e pensar política<sup>16</sup>.

A partir dos anos 2000, as pesquisas sobre travestis e mulheres trans cresceram significativamente<sup>17</sup>, em diferentes áreas das ciências humanas no Brasil, desdobrando a temática em questões que envolviam processos de construção do corpo, da identidade e da sexualidade, diferenças geracionais; transnacionalização e migração; formas de violência, etc. (Barbosa, Bruno, 2010; Benedetti, Marcos, 2005; Carrara, Sergio e Viana, Adriana, 2006; Elias, 2008; Pelúcio, Larissa, 2009; Bento, Berenice, 2006; Teixeira, Flavia, 2008 e 2009; Duque, Tiago, 2011; Siqueira, 2009; Lima, 2009; Leite JR., Jorge, 2011; Murta, Daniela, 2007; Sampaio, Juciana, 2009; Coelho, Juliana, 2009; Damásio, Anne Christine, 2009). Ainda houve um maior destaque para pesquisas realizadas em grandes cidades, mas começaram a surgir trabalhos voltados para o Nordeste, como Fortaleza (Vale, Alexandre, 2005) e Recife (Maia, 2006; Patrício, Cecília, 2008) e algumas pesquisas em cidades pequenas e médias, como Campina Grande/PB (Patrício, Cecília, 2002), São Carlos/SP (Pelúcio, Larissa, 2005) e Vale das Passagens (Cardozo, Juliana, 2009), no sul do Brasil, entre outros.<sup>18</sup>

Em meio a esse conjunto de trabalhos, Marcos Benedetti (2005) fez uma incursão pelo mundo da noite onde circulavam travestis em Porto Alegre. “É no corpo que elas localizam os principais símbolos do masculino e do feminino; e investem conhecimento, tempo e dinheiro para que possam ostentar, sentir e exibir um corpo diferente, um novo corpo” (Benedetti, 2005, p.51). O autor problematizou a construção do feminino: um

15 Atualmente, o encontro é chamado de Encontro Nacional de Travestis e Transexuais, mas continua sendo conhecido como ENTLAIDS.

16 Importante mencionar que, em 1997, o Conselho Federal de Medicina, a partir da Resolução 1482/97 deixou de considerar ilegal os procedimentos cirúrgicos de redesignação sexual (conhecidos popularmente como “cirurgias de mudança de sexo”), que passaram a ser realizados em caráter experimental nos hospitais universitários. Essa decisão foi resultado da atuação política dos movimentos travestis bem como de pesquisas acadêmicas que buscavam colaborar com a desconstrução dos processos de discriminação e estigmatização da população trans no país, acompanhando também o período de redemocratização. Nessa resolução, considerava-se que o paciente transexual era “portador de desvio psicológico permanente de identidade sexual, com rejeição do fenótipo e tendência à auto mutilação e ou autoextermínio”. Até 2019, pessoas trans estavam classificadas dentro do CID (Classificação Internacional de Doenças) – 10: TRANSEXUALISMO (TRANSEXUALISM), como portadoras de transtorno mental e de comportamento e, mais especificamente, transtorno de identidade de gênero (F-64). Dentro do CID 10, esse transtorno era definido como “um desejo de viver e ser aceito enquanto pessoa do sexo oposto. Este desejo se acompanha em geral de um sentimento de mal estar ou de inadaptação por referência a seu próprio sexo anatômico e do desejo de submeter-se a uma intervenção cirúrgica ou a um tratamento hormonal a fim de tornar seu corpo tão conforme quanto possível ao sexo desejado”.

17 Não somente os estudos trans cresceram, mas todo o campo dos estudos de gênero e de sexualidade de um modo geral, no Brasil. Ver FRANCH e NASCIMENT, 2020.

18 Através da atuação dos movimentos de prostitutas e de travestis, a prostituição foi incluída na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) em 2002, apesar de não ter a profissão regulamentada. O título da ocupação é profissional do sexo e seus sinônimos: garota (o) de programa, meretriz, messalina, michê, mulher da vida, prostituta, trabalhador(a) do sexo. Os movimentos sociais da categoria têm atuado no sentido de apresentar uma política inclusiva para o trabalho sexual e da concretização de direitos para as profissionais do sexo.



feminino que não era o feminino das mulheres cisgênero e que não necessariamente abdicava de características ditas masculinas.

Berenice Bento (2006), por sua vez, buscou justamente problematizar essa transitividade na tentativa de desconstruir uma ideia universalizante de um “transexual de verdade” e de sua patologização. A partir dos estudos *queer*, a autora defendia que

a dicotomia natureza (corpo) versus cultura (gênero) não tem sentido, pois não existe corpo anterior à cultura; ao contrário, ele é fabricado por tecnologias precisas. O corpo sexuado (o corpo-homem e o corpo-mulher) que dá inteligibilidade aos gêneros encontra na experiência transsexual seus próprios limites discursivos, uma vez que aqui o gênero significará o corpo, revertendo os pilares de sustentação das normas de gênero (Bento, 2006, p. 21).

As pesquisas de Larissa Pelúcio (2005, 2006, 2009), que dialogam com as de Berenice, revelaram reflexões interessantes para o que me interessa aqui. Por meio de trabalhos de campo na cidade de São Carlos, no interior do estado de São Paulo, apontava que

ser travesti é um processo, nunca se encerra. Construir um corpo e cuidá-lo é uma das maiores preocupações das travestis. Elas estão sempre buscando a “perfeição”, o que significa “passar por mulher”, uma mulher bonita e desejável, geralmente “branca” e burguesa” (Pelúcio, 2005, p.224).

Como mostra a autora, mesmo que a travestilidade estivesse ligada ao trânsito dos corpos e às possibilidades de construção e desconstrução de gênero, as travestis eram rigorosas em suas autotaxiações, permeadas pelo campo da prostituição, vista, naquele momento, como constitutiva da “pessoa travesti”.

Prostituição é entendida de diversas formas pelas travestis: (1) como uma atividade desprestigiada, com a qual só se envolveriam por necessidade, saindo dela assim que possível; (2) como uma forma de ascender socialmente e ter conquistas materiais e simbólicas; (3) como um trabalho, sendo, portanto, geradora de renda e criadora de um ambiente de sociabilidade (Pelúcio, 2005, p.223).

Importante destacar que, em certas pesquisas da primeira década dos anos 2000, analisou-se a importante circulação e migração de travestis para países europeus<sup>19</sup>, que se iniciou nos anos 1980 e prolongou-se pelas próximas décadas, um movimento que se fazia pelo desejo de viver de forma mais digna, de serem reconhecidas como cidadãs com direitos, inclusive ao trabalho, aumentar seu poder econômico, alcançar mobilidade social e realizar intervenções estéticas e cirúrgicas em seus corpos (Vale,

19 Ainda que esteja voltada para mulheres cis, a pesquisa de Adriana Piscitelli (2005, 2009) sobre mercados transnacionais e turismo sexual merece um comentário. A partir de investigações em Fortaleza, no Ceará, com mulheres cis que buscavam relacionar-se com “gringos”, a autora problematizou a noção de prostituição ampliando o campo dos mercados do sexo para outras práticas sexuais que envolviam intercâmbios materiais, monetários e afetivos. Ela mostra que, em Fortaleza, muitas jovens meninas seduzem e se deixam seduzir pelos “gringos” como uma estratégia de ascensão social e possível viagem ou mudança para o exterior. Por outro lado, estrangeiros vêm à procura de sexo com brasileiras por elas representarem, para eles, uma imagem da mulher tradicional, mais submissa, representação em franco declínio especialmente na Europa. As brasileiras, assim, são vistas pelos gringos como potenciais esposas e não estão limitadas ao estigma da prostituição. Sua pesquisa revela que trânsitos transnacionais não necessariamente se fazem por meio do trabalho sexual, mas pela existência e necessidade de trocas materiais e afetivas, que envolvem sexo e dinheiro.

2005; Patricio, 2008; Pelucio, Teixeira, 2009). A questão da mobilidade e da circulação, percorrendo os trânsitos travestis por meio da prostituição, possui uma centralidade nas pesquisas que desenvolvi tanto na Paraíba quanto em São Paulo (Nascimento, 2014; Nascimento, 2018; Nascimento, 2019b).

A produção brasileira sobre a temática trans cresceu consideravelmente em meados dos anos 2000 e houve uma eclosão nos últimos 8 anos, aumentando vertiginosamente nos últimos 3 anos, como se pode notar pela lista ao final deste artigo. Esse aumento se deve, de um lado, à expansão e ao fortalecimento do campo dos estudos de gênero e sexualidade e, de outro, ao surgimento de uma significativa produção de autorias que se identificam como trans em pesquisas acadêmicas e literárias. Entretanto, o tema da prostituição desaparece quase que completamente.

### Para além da prostituição e do estigma: a busca por direitos e por reconhecimento

Ainda que a maioria das travestis atue na prostituição, e que grande parte de suas principais lideranças ancestrais sejam e/ou foram prostitutas, este tema vai perdendo espaço nas publicações que envolvem a temática trans. Nota-se uma tentativa de buscar outros referenciais que possam construir suas experiências para além de um campo tão estigmatizado como o da prostituição. E ao mesmo tempo os anos 2000 são um período de importantes conquistas e consolidação de seus direitos, marcados pela criação de inúmeras organizações da sociedade civil, pela implantação de políticas públicas para a população LGBTQIAPN+, pelo direito à mudança do nome no registro civil e pela implantação do Processo Transexualizador pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Já no começo dessa década, em 2000, fundou-se a ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), uma rede que tem como objetivo articular diferentes organizações trans espalhadas pelo Brasil, e que hoje possui papel fundamental no monitoramento das violências e homicídios contra pessoas trans no país. Nesta década, as pautas da prostituição e da AIDS foram perdendo espaço, mas a violência continuou no centro dos debates. Em 2004, foi lançada uma importante campanha que buscou tratar do tema do reconhecimento em relação às travestis: “Travesti e Respeito: já está na hora dos dois serem vistos juntos. Em casa. Na boate. Na escola. No trabalho. Na vida”. Esta campanha foi elaborada em parceria entre o Programa Nacional de DST/AIDS do Ministério da Saúde e a ANTRA, cuja presidência estava a cargo, pela primeira vez, de duas lideranças do Nordeste: Keila Simpson (Salvador), presidente, e Fernanda Benvenutty (Paraíba), vice-presidente, que assumiram seus cargos de 2004 a 2008, por duas gestões consecutivas. A partir desta data, como marco histórico do movimento trans, 29 de janeiro passou a ser considerado o Dia Nacional da Visibilidade Trans<sup>20</sup>.

20 No mesmo ano da campanha, lançou-se também o famoso e fundamental “Brasil Sem Homofobia - Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual”, resultado da iniciativa e da articulação entre diferentes organizações da sociedade civil e do então Conselho Nacional de Combate à Discriminação, vinculado ao Ministério da Saúde, com vistas a elaborar políticas públicas em distintas áreas para a população LGBTQIAPN+ (direitos, segurança, saúde, educação e trabalho). Na comissão de trabalho que elaborou o programa Brasil sem Homofobia estava Luciano Bezerra, fundador do Movimento do Espírito Lilás (MEL), a primeira organização gay da Paraíba, ativista que teve a oportunidade de trabalhar junto em projetos de extensão na UFPB, que faleceu em dezembro de 2019. Nesta comissão também estava Janaína Dutra, que faleceu justamente em 2004, uma ativista travesti referência fundamental para os movimentos trans no Brasil, que foi fundadora da Associação de Travestis do Ceará (ATRAC), e também presidenta da ANTRA em 2002 e 2003.



Esse período marcou também uma maior abertura da comunidade médica para procedimentos cirúrgicos em pessoas trans. Em 2002, o Conselho Federal de Medicina, pela Resolução 1652/2002, autorizou as cirurgias de neocolpovulvoplastia (neovagina em pessoas designadas como do “sexo masculino” ao nascer) não mais em caráter experimental<sup>21</sup>. E finalmente, em 2008, inaugurou-se o Processo Transexualizador do Sistema Único de Saúde<sup>22</sup>, buscando integralizar e humanizar o atendimento à saúde de pessoas trans em centros especializados, com protocolos específicos realizados por uma equipe interdisciplinar. Este processo excluía, naquele momento, pessoas que se identificavam como travestis, grande parte trabalhadoras sexuais que, de algum modo, não desejavam realizar cirurgias de neocolpovulvoplastia e queriam apenas realizar hormonização e mamoplastia, o que as obrigavam a fazer de maneira informal, com automedicação ou com a contratação de médicos em clínicas privadas. Os processos cirúrgicos apenas estavam autorizados em hospitais universitários credenciados em Goiânia, São Paulo, Porto Alegre e Rio de Janeiro, que, até hoje, são os únicos hospitais públicos que realizam as cirurgias de redesignação sexual.

E, em 2009, um ano depois da inauguração do Processo Transexualizador, o SUS passou a incorporar o nome social de pessoas trans em seus registros oficiais, demarcando seu direito à auto determinação<sup>23</sup>, resultado evidentemente da mobilização de ativistas travestis, como Fernanda Benvenutty, à época na ANTRA e integrante do Conselho Nacional de Saúde, que se tornou uma das personagens dos cartazes espalhados pelas unidades de saúde em todo o Brasil. Em 2013, o Processo Transexualizador do SUS foi renovado e ampliado e, finalmente, passou a incluir o atendimento a travestis e homens trans, e mais recentemente pessoas trans não-binári\*s, sem a necessidade obrigatória de realização de cirurgias<sup>24</sup>. Até então, só era possível ingressar no Processo Transexualizador quem desejasse realizar cirurgias de redesignação sexual. Ademais, as Unidades de Atenção Básica passaram a ser a porta de entrada do processo, promovendo, aos poucos, uma descentralização dos atendimentos. Ainda que esta política seja considerada muito avançada comparativamente em relação a outros países, muitas vezes termina-se por reificar e patologizar corpos trans.

Ainda nesta década, em 2018, o termo “transexualismo” saiu do capítulo sobre transtorno da identidade de gênero no sistema de Classificação Internacional de Doenças (CID 11) e passou a ser classificado como “incongruência de gênero” dentro do capítulo sobre “Condições relacionadas com a Saúde Sexual”<sup>25</sup>. Além disso, mais uma conquista foi realizada em 2018 com a autorização, pelo Superior Tribunal Federal, de mudança de nome e de sexo para pessoas trans no registro civil sem a necessidade de laudo médico para atestar à transgeneridade, travestilidade ou transexualidade de uma pessoa<sup>26</sup>.

21 Todavia, as cirurgias de neofaloplastia (neopênis em pessoas designadas como do “sexo feminino” ao nascer) continuam, até hoje, consideradas como de caráter experimental tanto no Brasil quanto em outros países.

22 Portaria nº 1.707, de 18 de agosto de 2008 (Processo Transexualizador do SUS) e Portaria nº 457, de 19 de agosto de 2008. [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2008/prt0457\\_19\\_08\\_2008.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2008/prt0457_19_08_2008.html).

23 Resolução do Ministério da Saúde nº 1.820, de 13 de agosto de 2009.

24 Importante mencionar também que em 2013 é lançada a “Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais”, pelo Ministério da Saúde.

25 Segundo o CID 11, “A incongruência de gênero caracteriza-se por uma incongruência marcada e persistente entre o sexo experimentado de um indivíduo e o sexo atribuído. O comportamento e preferências de variâncias de gênero por si só não são uma base para atribuir os diagnósticos neste grupo”. Um ano depois, o Conselho Federal de Medicina, pela Resolução 2265/2019, atualiza seus parâmetros para garantir o acesso das pessoas trans aos serviços de saúde de forma integrada e especializada no acolhimento, acompanhamento ambulatorial, hormonioterapia e procedimentos clínicos e cirúrgicos.

26 Ação Direta de Inconstitucionalidade 4275.

Como se pode observar, os últimos 20 anos foram marcados por conquistas importantes na área de saúde e da mudança do nome no registro civil, com a implantação também de diferentes ambulatorios voltados para a população trans em redes de saúde municipais e estaduais, além de unidades básicas de saúde que passaram a credenciar-se para os primeiros atendimentos e processos de hormonização.

A partir de 2010, finalmente surgiram dissertações e teses defendidas por pessoas trans em diferentes áreas das humanidades, além de artigos acadêmicos e publicações em mídias, que passaram a tratar de uma variedade de problemáticas, tais como **identidades e transitividades de gênero** (Jesus, Jaqueline, 2012; Lanz, Leticia, 2014; Azevedo, Pietra, 2020; Souza, 2022); **educação** (Andrade, Luma, 2012; Sales, Adriana, 2012; Reidel, Marina, 2013; Odara, Thifanny, 2020, Dezembro, Brume, 2021; Costa, Hainra, 2020; Araújo, Maria Clara, 2022; Weber, Gabrielle, 2024); **infância e adolescência** (Favero, 2020), **psicologias** (Favero, 2021 e 2022), **despatologização e saúde** (Oliveira, 2015; Neves, 2015; Tenório e Prado, 2016, Pontes, 2020), **cisgeneridade** (Vergueiro, Viviane, 2015, 2016; Moira, Amara, 2017), **artes e performance** (Grunvald, Vi, 2016; Vitorino, Castiel, 2018; Pinheiro, Rafa, 2022; Carvalho, Renata, 2022), **literatura** (Leal, 2017), **racismos e necropolíticas** (Mombaça, Jota, 2015 e 2021; Oliveira, Megg, 2020a, 2020b, Jesus, Jaqueline, 2019; Rego, Yordana, 2021; Vitorino, Castiel, 2022), **transfeminismos** (Dumaresq, Leila, 2013; Jesus, Jaqueline, 2012, 2018; Kaas, Hailey, 2015; Nascimento, Leticia, 2021; Bagagli, Beatriz, 2019, Silva, Jovana Baby da, 2020; **transmasculinidades** (Nery, João e Maranhão, 2015; Almeida, Guilherme 2012; Peixe e Morelli, 2018; Santana, Bruno, Peçanha, Leonardo e Conceição, Vércio, 2021; Pfeil, Bruno, Pustilnick, Nicolas e Victoriano, Nathan, 2021), **esportes** (Camargo, Eric, 2020), **biografias** (Nery, João, 2011; Guimarães e Zeni, 2016; Marilac, Luísa e Queiroz, 2019; Costa, Caio, 2020 e 2021; Lima, Lux, 2022; Benvenutty, Fernanda, Nascimento, Silvana e Lima, Lux, 2022), etc. Em levantamento realizado primeiramente por Amara Moira, iniciado em 2017, e posteriormente por outros pesquisadores e por mim, foram contabilizados mais de cem títulos<sup>27</sup>.

De todos eles, apenas um tratou especificamente da prostituição: **Se eu fosse puta**, de Amara Moira, cuja primeira edição foi publicada em 2016 pela editora Hoo, em São Paulo. A autora reuniu um conjunto de textos, em formato de diário ou testemunho, que foram escritos e postados primeiramente em um blog de sua autoria, que descreviam suas experiências na prostituição a partir de uma situação não usual em relação a outras travestis. Durante seu doutorado em Teoria Literária pela Unicamp, iniciou seu processo de transição e de afirmação de gênero como travesti, depois dos 30 anos, e enveredou-se pelo mundo da prostituição na tentativa de se entender e de se sentir desejada como transfeminina. Nessa experiência, aprendeu sobre os diferentes lados de uma ocupação que produz desejo e repulsa por corpos cisdivergentes. Como ela mesmo contou, e já se é sabido, a imagem de controle que sobrevoa a corpa travesti é a de puta. Mesmo quando não estão trabalhando, mesmo quando não estão disponíveis na pista, mesmo quando estão nos momentos mais ordinários da vida cotidiana, são vistas e tachadas como putas. “Sou tratada igual puta bem antes de me assumir puta, quase uma tatuagem na testa: bastou me verem travesti e já começa o assédio, assédio de que nunca tive notícia enquanto eu posava de homem (Moira, 2016, p. 33)”. Na tentativa de fazer uma torção e reapropriar-se dessa imagem a partir de um ponto de vista íntimo, como uma forma de possessão de si e de atestar que, apesar do estigma, ser puta era uma possibilidade, jogou-se nas ruas e nelas experimentou situações prazerosas, que foram retribuídas, e outras bastante violentas, com clientes

27 Agradeço a parceria e colaboração carinhosas de Lux Ferreira de Lima, tita Patriarca, Francisco Cleiton Vieira e Gabrielle Weber para a realização desse levantamento.

que insistiam em reificar objetificações e reproduzir formas de dominação patriarcal.

Excitada com cada um dos três, pouco importava grana ou rosto. Dar prazer foi meu destino amargo, dar, mas também receber. E se sentir prazer naquilo com que se trabalha for critério pra escolher profissão, a minha já está escolhida. E se eu fosse puta? Bom, agora eu era. (MOIRA, 2016, p. 26).

### Das capitais aos interiores

Em relação a pesquisadoras cis, em meados da década de 2000, a prostituição seguiu como um campo importante de reflexão. A questão dos trânsitos transnacionais continuou a ser investigada por pesquisadoras como Larissa Pelúcio (2009, 2011), Flavia Teixeira (2008) e Michelle Agnoletti (2014). Segundo estas autoras, o desejo de ser europeia revelava-se como um aspecto transversal nas experiências travestis que envolvia possibilidades de mobilidade social e econômica por meio da prostituição no exterior. E me parece que este desejo continua na cena da prostituição travesti, ainda que hoje os controles transfronteiriços estejam mais rígidos.

No que se refere a pesquisas em contexto nacional, Letizia (tita) Patriarca (2015, 2019) elaborou uma etnografia sobre uma casa de prostituição na cidade de Campinas, interior de São Paulo, apresentando as construções de redes de cuidado entre travestis que exercem trabalho sexual, através de uma perspectiva dos marcadores sociais da diferença, e problematizou os desafios de ocupação de um território marcado por desigualdades, moralidades e violências. Nesta mesma região da cidade campinense, Maria Isabel Oliveira (2015) discutiu a construção da cidadania para travestis e mulheres transexuais e como são negociadas as relações com movimentos sociais locais, organizações da sociedade civil e agente estatais. Há ainda Vanessa Sander (2015) que analisou, na capital mineira de Horizonte, como corpo, gênero e geração articulam distintas narrativas entre travestis de diferentes gerações, produzindo redes de afeto e de conflito. José Santos (2021), por sua vez, debruçou-se sobre o mesmo território onde realizei pesquisas, no entorno da cidade universitária, na zona oeste de São Paulo, com o objetivo de analisar as condições de vulnerabilidade de travestis e mulheres transexuais que se prostituem neste território, atravessadas por violência do Estado. André Rodrigues (2021), em sua tese de doutorado, analisa, como travestis que atuam na prostituição em cidades como São Carlos (SP), Campo Grande (MS) e Franca (SP) constroem seus deslocamentos e criam corporalidades a partir de suas mobilidades por diferentes territórios.

Nesse mapeamento, nas últimas duas décadas, outros diversos temas puderam ser elencados em pesquisa sobre e com pessoas trans<sup>28</sup>: **políticas públicas e direitos**

28 A produção mencionada aqui refere-se, sobretudo, à área das ciências sociais, com menção a algumas pesquisas de outras áreas que dialogam com a primeira e podem ter alguma relação com as problemáticas levantadas aqui. Foram realizadas pesquisas no banco de teses e dissertações da Capes, no Google Scholar, no Scielo e em periódicos especializados em Antropologia e em Estudos de Gênero e Sexualidade no Brasil. Foram utilizadas, para busca, as seguintes palavras-chave, no singular e no plural: travesti, transexual, transgênero, trans, trânsito de gênero, transfeminilidades, transgeneridade, transgênero, transexualidade. As produções elencadas aqui também foram levantadas por estudantes de graduação e pós-graduação durante suas pesquisas, sob minha orientação, bem como estudantes que participaram dos cursos “Estudos Trans”, sob minha responsabilidade, na Universidade de São Paulo. Devo especiais agradecimentos a monitor\*s destes cursos, ministrados em 2021 e 2022: Amanda Amparo, Ca Jota, Lux Lima, Maurício Rodrigues, Mayara Amaral, Morgan Caetano, Paola Gomes, tita (Letizia Patriarca) e Vinicius Ribeiro Alvarez Teixeira. E também aqueles que elaboram, coletivamente, o curso de extensão “Introdução ao universo trans”, em 2016, o primeiro a ser oferecido na USP: Ariel Nolasco, Lux

(Almeida, Celília, 2020; Concilio, Amaral e Silveira, 2017; Soares, 2018; Souza, Roberto Maia, Braga, Iara, Monzeli, Gustavo e Franch, Mônica, 2021; Rocha, Rachel, 2017; Pinheiro, Tarcisio, 2016; Souza, Cristiane, 2018); **movimentos sociais e ativismos** (Carvalho, Mario, 2018; Carvalho, Mario e Carrara, Sergio, 2013; Coacci, Tiago, 2014 e 2018; Faustino, Gustavo, 2020; Ramos, Jessor, 2021); **identidades e nomes** (Ávila, Simone Nunes, 2014; Barbosa, Bruno, 2010; Leite Jr., Jorge, 2011); **infâncias, juventudes e envelhecimento** (Duque, Tiago, 2011; Vasco, Marcela, 2015; Deus, Amadeu, 2017; Oliveira, Lorena, 2017); **violências** (Efrem Filho, Roberto, 2021; Nascimento, Francisco, 2018; Silva, Maria, 2018); **saúde e despatologização**<sup>29</sup> (Barboza, Heloiza, 2012; Bento e Teixeira, 2012; Thamy, 2015; Masiero, Luciana, 2018; Melo, Jailton, 2019; Murta, Daniela, 2011; Porchat, Patrícia, 2014; Jorge, Marco Antonio e Travassos, Natalia Pereira, 2017; Braz, Camilo, 2018 e 2019; Teixeira, Flavia, 2012; Leite Jr, Jorge, 2012; Vieira, Francisco Cleiton, 2020), **sociabilidades, concursos de beleza e shows** (Silva Jr., Aureliano, 2017, Soliva, Thiago, 2018; Araujo, Gabriela, 2018), entre outros. Nota-se um aumento de pesquisas na área da saúde e da despatologização de corpos trans, como resposta aos resultados do processo transexualizador do SUS, com suas contradições e desafios, além de investigações voltadas para ativismos e políticas públicas.

Por fim, surgem investigações voltadas para contextos interioranos, rurais e etnicamente diferenciados (Guerra, Veronica, 2015 e 2019; Azevedo, Pietra, 2020, Fernandes, Estevão; 2016; Tota, Martinho, 2013 e 2015, Gontijo, Fabiano, 2014; Gontijo, Fabiano e Costa, Francisca, 2012, Mirella, Luanna, 2010; Sabatine, Thiago, 2012; Cavalcante, Antonio, 2018; Santos, Rafael, 2018, Sampaio, Fabricio, 2016; Cesaro, Cleyton, 2016) apontando as especificidades de experiências cisheterodissidentes em territórios não necessariamente marcados por dinâmicas urbanas.

As pesquisas em contextos interioranos e etnicamente diferenciados passaram a oferecer um contraponto fundamental em relação às investigações realizadas em espaços urbanos por apontar que as expressões de gênero e de sexualidade em ambientes não metropolitanos não reproduziam necessariamente moralidades mais conservadoras e ofereciam novos olhares para práticas, subjetividades e socialidades que até então não estavam sendo visibilizados pela produção acadêmica na área dos estudos de gênero e de sexualidade de modo geral. Como mostra a pesquisa de Martinho Tota (2015), em áreas rurais e indígenas no Litoral Norte da Paraíba, mesma região de minhas investigações, travestis constroem suas vidas e subjetividades enredadas em redes sexuais, afetivas, econômicas, familiares que não necessariamente estão determinadas por modos de vida urbanos, mas por especificidades de seus estilos de vida em uma área periférica marcada por um contexto étnico e rural. Por sua vez, pesquisas de Verônica Guerra (2015), que atuou na mesma região de Tota, mostram, por meio de uma etnografia em Mamanguape e na Baía da Traição, que há muitas possibilidades de ser travesti que não necessariamente levam a modificações corporais que envolvam hormonização e uso de silicone, por exemplo. Par Guerra, as construções das feminilidades travestis são processos de reconhecimento de si que são compartilhados coletivamente, entre redes de amizades, e que possibilitam suas existências dentro e fora da prostituição. Guerra (2019) também acompanha, em sua tese de doutorado, travestis mais velhas que retornam para suas cidades de origem, no interior da Paraíba, e discute o quanto terem morado na Europa e grandes cidades

Lima, Maria Isabel Zanzotti Oliveira, tita e Victor Vasconcellos. Além disso, uma parte do levantamento bibliográfico também foi feito em parceria com a Profa. Mônica Franch (UFPB) quando elaboramos artigo publicado para um dossiê organizado pela ANPOCS, em 2020 (Franch, Monica e Nascimento, Silvana, 2020).

29 Não estou mencionando aqui diversas pesquisas na área da saúde, que também têm produzido importantes publicações na área.



do Brasil e alcançado uma certa ascensão econômica, recria suas imagens em relação aos seus familiares e às pessoas do seu entorno quando regressam depois de terem “feito a vida lá fora”.

Fabrício Sampaio (2016), no interior do Ceará, na cidade de Sobral, também acompanha problemáticas semelhantes, apontadas por Martinho Tota e Verônica Guerra, a respeito das ambiguidades em torno das práticas sexuais que envolvem trocas monetárias e analisa os processos de construção de performatividades travestis entre jovens em um território de prostituição. Ele descreve como estas montam e desmontam suas feminilidades por meio de processos de subjetivação, que podem se afirmar dentro do espectro da travestilidade ou de uma homossexualidade afeminada mobilizada por desejos por homens e que envolvem ou não de sexo por dinheiro.

As redes de amizade parecem ser objeto importante de investigação de ambos pesquisadores mencionados e também de Rafael Santos (2018), que, em Campos dos Goytacazes, interior do Rio de Janeiro, interroga-se sobre a produção de subjetividades trans, de uma perspectiva histórica, tanto a partir de mecanismos de autodeterminação quanto de elaboração de redes de amizade que produzem relações de afeto e de conflito.

Sobre contextos interioranos, quero destacar a dissertação de mestrado de Pietra Azevedo (2020), jovem travesti antropóloga, atualmente doutorada em Antropologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que se debruça sobre performatividades travestis em um pequeno vilarejo no interior do Rio Grande do Norte, onde ela analisa a elaboração de suas identidades e corporeidades mostrando um movimento de fluidez e de descentramento. Ela mostra também como se constroem visibilidades e reconhecimentos de travestis em uma área rural, que subverte às imagens do senso comum que relacionam o interior a moralidades mais conservadoras e transfóbicas.

A fluidez por categorias identitárias também está presente nas reflexões de Fabiano Gontijo (2015) quando se interessa pela biografia de Katia Tapety, a primeira travesti a assumir um cargo público no Brasil, como vereadora, na pequena cidade de Colônia no interior do Piauí. Gontijo mostra que Katia Tapety constrói seu processo de autodeterminação por meio de arranjos e situações que se impõem em seu entorno, que gravita em torno de uma identidade de “mulher” e de “travesti” a depender do contexto e das redes de relações construídas. Anteriormente ao artigo de Fabiano Gontijo, Luana Mirella (2010) elaborou sua dissertação de mestrado sobre a trajetória política de Katia Tapety problematizando o caráter hegemônico da produção sobre travestis no Brasil, concentrada em cidades do Sudeste e outras capitais, como Salvador, que terminou por invisibilizar experiências em outras localidades, tais como o Piauí.

De modo geral, as pesquisas sobre sexualidades nos interiores, sertões e beiradões tiveram como primeiro guardião Fabiano Gontijo, a época professor na Universidade Federal do Piauí (atualmente na Universidade Federal do Pará), que fez um esforço em mapear publicações sobre esta temática que pudessem estar localizadas fora do eixo sul-sudeste e, sobretudo, que oferecessem novas perspectivas sobre categorias e conceitos que até então estavam sendo mobilizados pelos estudos sobre (homo) sexualidades. Neste campo em expansão, Fabiano Gontijo procurou, primeiro, demonstrar a necessidade de dar visibilidade a estudos em áreas rurais e contextos interioranos dentro do campo de estudos de gênero e de sexualidade e, posteriormente, buscou refletir sobre investigações em contextos amazônicos.

Ele destaca duas pesquisas inaugurais desse campo, que abrem as reflexões sobre a temática da sexualidade no mundo rural na antropologia no Brasil, ambas em 2006: a minha tese de doutorado (Nascimento, 2007) e a dissertação de mestrado de

Paulo Rogers Ferreira (2006). Na verdade, minha tese de doutorado se debruçava sobre gênero e sociabilidades em um território de produção de pecuária leiteira entre pequenos produtores rurais, no sudoeste do estado de Goiás e procurou debater, entre outros arcabouços teóricos, o rendimento que as discussões sobre homossexualidades poderiam oferecer para se pensar em contextos marcados pela heteronormatividade. Assim, descrevi e analisei homossexualidades que não envolviam necessariamente relações sexuais, mas atravessavam redes de relações que organizavam a família, o trabalho, a terra e, especialmente, as festas e os momentos de lazer de comunidades rurais. Dentro dessa dinâmica também mostrei, pontualmente, a possibilidade de experiências transfemininas a partir de uma breve narrativa de uma mulher trans em uma pequena cidade e que tinha um salão de beleza onde cultivava um grande reconhecimento por ser a cabeleireira das noivas<sup>30</sup>. Por sua vez, a dissertação de mestrado de Paulo Rogers Ferreira, publicado em livro em 2008, trouxe uma pesquisa extremamente inovadora, com uma rica descrição etnográfica e reflexão teórica sobre sexualidades em um povoado rural no sertão do Ceará e mostrou a existência de práticas homossexuais e diferentes erotismos entre homens, com seus paradoxos. O autor propôs uma nova leitura sobre as sociedades camponesas onde as infinitas possibilidades do corpo pudessem construir uma ética e uma estética dos afectos.

Na última década, como se pode observar, houve um notável crescimento das pesquisas no campo dos estudos trans, que também acompanha uma expansão dos estudos de gênero e de sexualidade nas ciências sociais e também de pesquisas em contextos interioranos e áreas rurais (Franch e Nascimento, 2020). É notável como, até meados da década de 2000, as pesquisas sobre travestis estavam voltadas, sobretudo, para capitais e regiões metropolitanas, concentradas na região Sudeste, como se houvesse, de certo modo, uma naturalização da relação entre travestis – metrópoles – prostituição. Não que esta relação não seja importante, mas indicava que as “travestis eram frutos do asfalto”, como dizia Helio Silva. Contudo, as travestis estão em todos os lugares, em áreas rurais, em aldeias indígenas, em cidades pequenas e médias, em capitais e metrópoles, inclusive europeias, mas estavam invisibilizadas e passaram a ganhar a palavra a partir de pesquisadoras cis e trans que começaram a construir outros caminhos e agendas de pesquisa para além do Sul Global, em universidades no Norte e no Nordeste.

### Por uma cidade transfeminista

Um notável campo de produção de conhecimento, como tentei demonstrar, tem construído as bases para o reconhecimento e a visibilidade de epistemologias trans e transfeministas. Estas deslocam o sujeito dos feminismos que têm atuado, em grande medida, para a ampla defesa dos direitos de mulheres cis, em suas múltiplas e legítimas demandas. De um lado, os transfeminismos vieram para somar, e não produzir mais divisões, e problematizar quais mulheres estão sendo representadas nos movimentos feministas e oferecer novos olhares sobre gênero. Por outro lado, oferecem a recente produção de um campo de conhecimento, que também acompanha os estudos trans ou *transgender studies* – um pensamento em movimento politicamente reflexivo que não se restringe ao mundo acadêmico e, no caso brasileiro, está enraizado nas experiências travestis em seus diferentes territórios (NASCIMENTO, 2022). Mas isto é assunto para mais outros artigos...

<sup>30</sup> Posteriormente, pude retornar à reflexão sobre homo socialidade e discuti-la a partir da construção da cisheteronormatividade, o que fiz em artigo publicado em 2022, em dossiê organizado por Roberto Marques, Guilherme Passamani e por mim, na revista *Público e Privado* (NASCIMENTO, 2022).

Retomando o assunto que trata este texto, ainda é no trabalho sexual que grande parte da população transfeminina, no Brasil, tem sobrevivido. Nas circulações e nas margens, elas fazem uma puta cidade trans, onde se pode imaginar um mundo menos transfóbico, onde são desejadas e perfumadas por redes de afeto, cuidado e beleza, claro que com pitadas de conflitos e com inúmeros desafios. Uma puta cidade trans imaginada que se enreda nos pés de caju de Mataraca, interior da Paraíba, e nas boleias dos caminhões em direção ao Rio de Janeiro.

De um lado, pode-se pensar na construção de uma certa urbanidade trans que está descolada de um único modelo de cidade e metropolitano e, de outro, analisar esta urbanidade a partir dos movimentos que as travestis realizam nos interstícios das cidades e outras localidades (rurais, ribeirinhas, litorâneas, etc.). Como seriam as cidades imaginadas e planejadas por elas? Quais espaços e desejos importariam? Como poderiam circular sem sofrerem violência ou serem assassinadas? Como seria uma política de segurança pública e um plano diretor construídos por pessoas trans e travestis?

E caminhamos com elas e ao lado delas, imaginando e desejando quais cidades seriam seguras para que todas as corpos gênero dissidentes pudessem viver em segurança, sonhando acordades por projetos e políticas para cidades transfeministas.

## Referências

ADREÓN, Lorys. *Meu corpo, minha prisão: autobiografia de um transexual*. Rio de Janeiro: editora Marco Zero, 1985.

AGIER, Michel. *Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos*. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.

AGNOLETI, Michelle Barbosa. *A transmigração no espaço, no corpo e na subjetividade: deslocamento de fronteiras na experiência de travestis paraibanas na Itália*. Tese de doutorado em Sociologia. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2014.

ALBUQUERQUE, Fernanda; JANNELLI, Maurizio. *A Princesa: Depoimentos de um travesti brasileiro a um líder das Brigadas Vermelhas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

ALMEIDA, Cecília Barreto de. *Transcidadania: transformando o sistema? A percepção de cidadania das pessoas trans beneficiadas pelo Programa em São Paulo*. Dissertação de mestrado em Direito. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2020.

ALMEIDA, Guilherme. *Molhado de vermelho: poemas de transição*. São Paulo: Editora Devires, 2019.

ALMEIDA, Guilherme. "Homens trans: novos matizes na aquarela das masculinidades?". *Revista Estudos Feministas*, vol. 20, n. 2, p. 513-522, 2012. DOI 10.1590/S0104-026X2012000200012

ANDRADE, Luma. *Travestis na Escola: Assujeitamento e resistência à ordem normativa*. Tese de doutorado em Educação. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2012.

ARAÚJO, Maria Clara. **Pedagogias das travestilidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

ÁVILA, Simone Nunes. *FTM, transhomem, homem trans, trans, homem: a emergência de transmasculinidades no Brasil contemporâneo*. Tese de doutorado em Ciências Humanas. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.

AZEVEDO, Pietra Conceição. "As travas de jardim são unidas": *etnografia da performance identitária das travestis em contextos rurais e interioranos do sertão potiguar*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2020.

BACELAR, Jeferson Afonso. *A família da prostituta*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1982.

BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. *Discursos transfeministas e feministas radicais: disputas pela significação da mulher no feminismo*. Dissertação de mestrado em Linguística. Campinas (SP): Universidade Estadual de Campinas, 2019.

BARBOSA, Bruno Cesar. *Nomes e Diferenças: uma etnografia dos usos das categorias travesti e transexual*. Dissertação de mestrado em Antropologia Social. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010.

BARBOZA, Heloiza. "Proteção da autonomia reprodutiva dos transexuais". *Revista Estudos Feministas*, vol. 20, n. 2, p. 549-558, 2012. DOI 10.1590/S0104-026X2012000200015

BASTIDE, Roger. "O homem disfarçado em mulher". In: *Sociologia do folclore brasileiro*. São Paulo: Editora Anhembi, 1959.

BENEDETTI, Marcos. *Toda feita – o corpo e o gênero das travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BENEVIDES, Bruna. *Dossiê Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021*. Brasília: Distrito Drag, Antra, 2022.

BENTO, Berenice; PELUCIO, Larissa. "Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas". *Revista Estudos Feministas*, vol. 20, n. 2, p. 569-581, 2012. DOI 10.1590/S0104-026X2012000200017

BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo – sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BENVENUTTY, Fernanda; NASCIMENTO, Silvana; LIMA, Lux Ferreira. *Fernanda Benvenutty: uma política travesti*. São Paulo: Patuá, 2022.

BRAZ, Camilo. Eu já tenho um nome: itinerário de homens trans em busca de respeito. *Revista Habitus*, vol. 16, n. 1, p. 162-176, 2018. DOI 10.18224/hab.v16i1.6367

BRAZ, Camilo. Vidas que esperam? Itinerários do acesso a serviços de saúde para homens trans no Brasil e na Argentina. *Cadernos de Saúde Pública*, vol. 35, n. 4, p. e00110518, 2019.

CAMARGO, Eric Seger. *Pessoas Trans no Esporte: Os Jogos da Cisnormatividade*. Dissertação de mestrado em Educação. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2020.



CARDOZO, Fernanda. *Das dimensões da coragem: socialidades, conflitos e moralidades entre travestis em uma cidade no sul do Brasil*. Dissertação de Mestrado em Antropologia. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

CARRARA, Sérgio; VIANNA, Adriana. “Tá lá o corpo estendido no chão...”: a violência letal contra travestis no município do Rio de Janeiro. *Physis: Revista de Saúde Pública*, vol. 16, n. 2, p. 233-249. DOI 10.1590/S0103-73312006000200006

CARVALHO, Mario. “Muito Prazer, Eu Existo!” *Visibilidade e reconhecimento no ativismo de pessoas trans no Brasil*. Tese de doutorado em Saúde Coletiva. Rio de Janeiro: Instituto de Medicina Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2015.

CARVALHO, Mario. “Notas etnográficas sobre duas manifestações de rua do ativismo trans no Brasil”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 33, n. 96. p.339616. DOI 10.17666/339616/2018

CARVALHO, Renata. *Manifesto transpofágico*. São Paulo: editora Monstra, 2022. (mimeo).

CASSIANO, Ophelia. “Guia para linguagem neutra”. *Medium: Ophelia Cassiano*, 30 set. 2019. Disponível em <https://medium.com/guia-para-linguagem-neutra-pt-br/guia-para-linguagem-neutra-pt-br-f6d88311f92b> Acesso em 10 ago. 2023.

CAVALCANTE, Antonio Simão. *Ser'tão travesti: narrativas de gênero, resistência e sobrevivência de travestis do sertão central cearense*. Dissertação de mestrado Interdisciplinar em História e Letras. Quixadá: Universidade Estadual do Ceará, 2018.

CAVALCANTI, Céu; BARBOSA, Roberta B.; BICALHO, Pedro Paulo G. “Os Tentáculos da Tarântula: Abjeção e necropolítica em operações policiais a travestis no Brasil pós-redemocratização”. In: *Psicologia: Ciência e Profissão*, vol. 38, n. especial 2, p. 175-191, 2018. DOI 0.1590/1982-3703000212043

CESARO, Cleyton Geovani Kremer de. “Políticas públicas de saúde à população LGBT: percepção das travestis que se prostituem diante da realidade da cidade de confresa-MT”. *Aceno, revista de antropologia do Centro-Oeste*, vol. 3, n. 5. p. 223-241, 2016. DOI 10.48074/aceno.v3i5.3812

CLOSE, Roberta; RITO, Lucia. *Muito prazer, Roberta Close*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1998.

COACCI, Thiago. *Conhecimento precário e conhecimento contra-público: a coprodução dos conhecimentos e dos movimentos sociais de pessoas trans no Brasil*. Tese de doutorado em Ciência Política. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2018.

COACCI, Thiago. “Encontrando o transfeminismo brasileiro: um mapeamento preliminar de uma corrente em ascensão”. *História Agora*, n.1, p. 134-161, 2014.

COELHO, Juliana Frota Justo. *Bastidores e estreias: performers trans e boates gays “abalando” a cidade*. Dissertação de mestrado em Sociologia. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2009.

CONCILIO, Isabele Leite; AMARAL, Marcos; SILVEIRA, Paula Morena. (Orgs). *Transcidadania: Práticas e trajetórias de um programa transformador*. São Paulo: Koinonia; 2017.

COSTA, Caio Jade. “Nem isto nem aquilo: masculinidades diversas nas autobiografias A queda para o alto de Anderson Herzer e Erro de pessoa: Joana ou João? de João W. Nery”. In: ALÓS, Anselmo; FERREIRA, Cinara; SILVA-REYS, Dennys. (Orgs.). *Poéticas e políticas do feminino na literatura*. Porto Alegre: CLAS, 2021, pp. 237-251.

COSTA, Caio Jade. “Saídas de emergência: autobiografias e espiritualidades trans”. *Sacrilegens*, vol. 17, n. 1, p. 32-45, 2020. DOI 10.34019/2237-6151.2020.v17.30735

COSTA, Hainra Asabi Alves. *Identidade racial e transexual: um olhar sobre os PNLD de sociologia*. Dissertação de mestrado em Sociologia. Marília: Programa de Mestrado Profissional de Sociologia em rede/Unesp, 2020.

DAMÁSIO, Anne Christine. *Botando corpo e (re)fazendo gêneros: uma etnografia sobre travestis e drag queens*. Tese de doutorado em Ciências Sociais. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2009.

DELGADO, Manuel. *El animal publico*. Barcelona: Anagrama, 1999.

DEUS, Amadeu Lima. “Somos Veteranas”: *As experiências do tempo vivido a partir das narrativas e memórias de mulheres travestis e transexuais*. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais. Belém: Universidade Federal do Pará, 2017.

DUMARESQ, Leila. “Transfeminismo: contradição na opressão”. *Revista Gênero*, vol. 14., n. 1, p.28-43. 2013. DOI 10.22409/rg.v14i1.597

DUQUE, Tiago. *Montagens e desmontagens: desejo, estigma e vergonha entre travestis adolescentes*. São Paulo: Annablume, 2011.

EFREM FILHO, Roberto. “À queima-roupa. rebaixamento, prazer e desejo em casos de violência policial contra travestis”. *Anuário Antropológico*, vol. 46, p. 30-48, 2021.

ELIAS, Valéria deAraújo. *Para além do que se vê: das transexualidades às singularidades na busca pela alteração corporal*. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Assis (SP): UNESP, 2007.

FAUSTINO, Gustavo Augusto Assis. *Megg Rayara Gomes de Oliveira: Primeira Travesti Negra Doutora do Brasil*. *Revista da ABPN*, v. 12, n. 33, 2020, p.718-724

FAVERO, Sofia. “Por uma ética pajubariana: a potência epistemológica das travestis intelectuais”. *Revista Equatorial*, vol. 7, n. 12, 2020a. DOI 10.21680/2446-5674.2020v7n12ID18520

FAVERO, Sofia. *Crianças trans: infâncias possíveis*. Salvador: Editora Devires, 2020b.

FAVERO, Sofia. *Pajubá-terapia: ensaios sobre a cisnorma*. Porto Alegre: Nemesis Editora, 2020c.

FAVERO, Sofia. *Psicologia Suja*. Salvador: Editora Devires, 2022.

FERNANDES, Estêvão Rafael. “A colonização das sexualidades indígenas: um esboço interpretativo”. *Revista Enfoques*, vol. 15, n. 1, p. 50-56, 2016.

FERNANDES; Estêvão; GONTIJO, Fabiano. “Diversidade sexual e de gênero e novos descentramentos: um manifesto queer caboclo”. *Amazonica: revista de antropologia*, vol. 8, n. 1. p. 14-22, 2016 DOI 10.18542/amazonica.v8i1.4722

FERREIRA, Paulo Rogers. *Os afectos mal-ditos: o indizível nas sociedades camponesas*. São Paulo: HUCITEC/Anpocs, 2008.

FLORENTINO, Cristina de Oliveira. *Bicha tu tens na barriga, eu sou mulher: etnografia sobre travestis em Porto Alegre*. Dissertação de mestrado em Antropologia Social. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1998.

FONSECA, Claudia. "A dupla carreira da mulher prostituta". *Revista Estudos Feministas*, vol. 4, n. 1, 1996. DOI 10.1590/%25x

FRANCH, Mônica; NASCIMENTO, Silvana. "A produção antropológica em gênero e sexualidades no Brasil na última década (2008-2018)". *Boletim Informativo Bibliográfico*, n.92, 2020. DOI 10.17666/bib9209-2020

GARCIA, Loreley; NASCIMENTO, Silvana. "Family Girls: A Study about Juvenile Prostitution in the Indigenous areas in Northeast of Brazil". *International Journal of Gender & Women's Studies*, vol. 2, p. 01-25, 2014.

GARCIA, Loreley; NASCIMENTO, Silvana. *Primas: Retratos da Prostituição Feminina na Paraíba*. João Pessoa: EdUEPB, 2016.

GASPAR, Maria Dulce. *Garotas de programa: prostituição em Copacabana e identidade social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

GONTIJO, Fabiano; COSTA, Francisca Célia. "Ser Traveco é Melhor que Mulher?": considerações preliminares acerca das discursividades do desenvolvimentismo e da heteronormatividade no mundo rural piauiense. *Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades*, v. 6, p. 171-186, 2012.

GONTIJO, Fabiano; ERICK, Igor. "Diversidade Sexual e de Gênero, Ruralidade, Interioridade e Etnicidade no Brasil: Ausências, Silenciamentos e... Exortações". *Aceno, revista de antropologia do Centro-Oeste*, vol. 2, n. 4. p. 24-40, 2015. DOI 10.48074/aceno.v2i4.3181

GONTIJO, Fabiano. Sexualidade e Ruralidade no Brasil: o que os estudos rurais e os estudos de gênero e sexualidade (não) dizem sobre essa relação?. Vivência: *Revista de Antropologia*, Vol. 45, p. 145-158, 2015a.

GONTIJO, Fabiano. "Antropologia fora dos eixos? algumas considerações sobre as particularidades da formação de um campo de pesquisas no Piauí, Brasil". *Revista FSA (Faculdade Santo Agostinho)*, vol. 12, p. 49-62, 2015b.

GONTIJO, Fabiano. "Kátia Tapety: ora mulher, ora travesti? Gênero, sexualidade e identidades em trânsito no Brasil". *Cadernos Pagu*, vol. 43, p. 299-319, 2014. DOI 10.1590/0104-8333201400430299

GRUNVALD, Vi. *Existências, insistências e travessias: sobre algumas poéticas e políticas do travestimento*. Tese de doutorado em Antropologia Social. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2016.

GUERRA, Veronica. *Mulheres de bens: famílias, trânsitos e afetos nas negociações morais do retorno à Paraíba*. Tese de doutorado em Antropologia. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2019.

GUERRA, Veronica. *Sou salobra: travestilidade, lazer e sociabilidade no Litoral Norte da Paraíba*. Dissertação de mestrado em Antropologia. João Pessoa e Rio Tinto: Universidade Federal da Paraíba, 2015.

GUERRA, Verônica. *Diague, racha! - travestis entre zonas urbanas e indígenas: Litoral Norte da Paraíba*. Monografia de conclusão de curso em Antropologia. Rio Tinto (PB): Universidade Federal da Paraíba, 2012.

GUIMARÃES, Amanda; ZENI, Lielson. *Meu nome é Amanda*. Brasília: Fábárica 231, 2016.

HERZER, Anderson. *A queda para o alto*. São Paulo: editora Vozes, 1982.

IAZETTI, Brume Dezembro. "Existe universidade em pajubá?": transições e interseccionalidades no acesso e permanência de pessoas trans. Dissertação de mestrado em Antropologia Social. Campinas (SP): Universidade Estadual de Campinas, 2021.

JAYME, Juliana. G. "Personagens e máscaras na noite, uma discussão de gênero – interpretando as distinções e encontros entre travestis, transfromistas e drag-queens". *Anais da XXI Reunião Brasileira de Antropologia*. Vitória: Associação Brasileira de Antropologia, 1998.

JAYME, Juliana. G. *Travestis, transfromistas, drag-queens, transexuais: personagens e máscaras no cotidiano de Belo Horizonte e Lisboa*. Tese de doutorado em Antropologia Social. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2001.

JESUS, Jaqueline Gomes de. "Feminismos contemporâneos e interseccionalidades". *Revista REBEH*, vol. 1, n.1, 2018.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Xica Manicongo: a transgeneridade toma a palavra. *Revista Docência e Cybercultura*, vol. 3, n.1, 2019.

JESUS, Jaqueline Gomes e colaboradores. *Transfeminismo – teoria e prática*. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015.

JESUS, Jaqueline Gomes. *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião*. Brasília: edição da autora, 2012. Disponível em: [https://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES\\_POPULA%C3%87%C3%83O\\_TRANS.pdf?1334065989](https://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPULA%C3%87%C3%83O_TRANS.pdf?1334065989) Acesso em agosto/2023

KAAS, Hailey. *O que é transfeminismo, uma breve introdução*. 2015. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/371874/mod\\_resource/content/0/Encontro%206%20-%20O-que-%C3%A9-Transfeminismo.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/371874/mod_resource/content/0/Encontro%206%20-%20O-que-%C3%A9-Transfeminismo.pdf) Acesso em ago. 2023.

KULICK, Don. *Travesti – prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz., 2008.

KULICK, Don. *Travesti: Sex, Gender, and Culture among Brazilian Transgendered Prostitutes*. Chicago: Chicago Univesity Press, 1998.

LANZ, Letícia. *O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero*. Dissertação de mestrado em Sociologia. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2014.

LATOURE, Bruno. "Paris, cidade invisível: o plasma". *Ponto.Urbe*, n. 5, 2009. Disponível em <https://journals.openedition.org/pontourbe/1632>

LEAL, Dodi. *Performatividade transgênera: equações poéticas de reconhecimento recíproco na recepção teatral*. Tese de doutorado em Psicologia Social. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2018.

LEFÈBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2006.

LEITE JR, Jorge. *Nossos corpos também mudam: A invenção das categorias travesti e transexual no discurso científico*. São Paulo: Annablume, 2011.

LEITE JR., Jorge. "Transitar para onde? Monstruosidade, (des)patologização, (in) segurança social e identidades transgêneras". *Revista Estudos Feministas*, vol. 20, n. 2., p.559-568, 2012. DOI 10.1590/S0104-026X2012000200016

LIMA, Aline Soares. *Quem sou eu: autorrepresentações de travestis no orkut*. Dissertação de mestrado em Cultura Visual. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2009.

LIMA, Lux Ferreira. *Trânsitos em texto: uma análise comparada de biografias e autobiografias de pessoas trans no Brasil e nos Estados Unidos*. Tese de doutorado em Antropologia Social. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2022.

LOPES, Aureliano. "Para uma história dos concursos de beleza trans: a criação de memórias e tradição para um certame voltado para travestis e mulheres transexuais". *Cadernos Pagu*, n. 50, p. e175015, 2017. DOI 10.1590/18094449201700500015

LUSTOSA, Tertuliana. *Sertransneja*. Cordel com ilustração de Metheus Passareli e texto de Tertuliana Lustosa. (s/l): Coletivo Xica Manicongo, 2017.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Da periferia ao centro: trajetória de pesquisa em Antropologia Urbana*. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. "De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 17, n. 49, p. 11-29, 2002. DOI 10.1590/S0102-69092002000200002

MAIA, Denise. *Mulheres e travestis trabalhadoras do sexo em Recife: um desafio para a política de prevenção às DST/HIV e AIDS*. Dissertação de mestrado em Saúde Pública. Recife: Fundação Oswaldo Cruz, 2006.

MARILAC, Luisa; QUEIROZ, Nana. *Eu, travesti: memórias de Luisa Marilac*. Rio de Janeiro: Record, 2019.

MASIERO, Luciana. "Cirurgia de redesignação sexual no Brasil: rostos e corpos buscando uma identidade". *Bagoas - Estudos gays, gênero e sexualidades*. vol. 12, n. 18, p. 108-139.

MELO, Jailton Bezerra. *"Afasta de mim esse CALE-SE": Narrativas de corporalidades travestis e trans para uma ação clínica e política em psicologia*. Tese de doutorado em Psicologia. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2019.

MIRELLA, Luana. *Localidade ou metrópole? Demonstrando a capacidade de atuação política das travestis no mundo-comunidade*. Dissertação de mestrado em Antropologia Social. Brasília: Universidade de Brasília, 2010.

MOIRA, Amara. *E se eu fosse puta*. São Paulo: Hoo Editora, 2016.

MOMBAÇA, Jota. *Não vão nos matar agora*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MOMBAÇA, Jota. "Pode um cu mestiço falar?". *Medium Monstrx Eratika*, 6 jan. 2015. Disponível em: <https://medium.com/@jotamombaca/pode-um-cu-mestico-falar-e915ed9c61ee>. Acesso em ago. 2023.

MONGIN, Olivier. *A condição urbana: a cidade na era da globalização*. São Paulo, Estação Liberdade, 2009.

MOTT, Luiz. *Escravidão, Homossexualidade e Demonologia*. São Paulo: editora Ícone, 1988.

MOTT, Luiz. *Homossexuais da Bahia: Dicionário Biográfico (Séculos XVI-XIX)*. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 1999.

MURTA, Daniela. *A psiquiatrização da transexualidade: análise dos efeitos do diagnóstico de Transtorno de Identidade de Gênero nas práticas de saúde*. Dissertação de mestrado em Saúde Coletiva. Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2007.

MURTA, Daniela. *Os desafios da despatologização da transexualidade: reflexões sobre a assistência a transexuais no Brasil*. Tese de doutorado em Saúde Coletiva. Rio de Janeiro: Instituto de Medicina Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2011.

NASCIMENTO, Francisco Elionardo de Melo. *Travestilidades Aprisionadas: narrativas de experiências de travestis em cumprimento de pena no Ceará*. Dissertação de mestrado em Sociologia. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2018.

NASCIMENTO, Letícia. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NASCIMENTO, Silvana; FRANCH, Mônica. *Entre o sertão e o mar: poéticas e políticas LGTB na Paraíba*. Salvador: Devires, 2018a.

NASCIMENTO, Silvana; GARCIA, Loreley. "Nas armadilhas do desejo: privações e movimentos de jovens prostitutas em zonas rurais". *Cadernos CRH*, vol. 28, n. 74, p. 383-396, 2015. DOI 10.1590/S0103-49792015000200010

NASCIMENTO, Silvana; GARCIA, Loreley. "Family as A Trap: The other Side of Family Agriculture". *International Journal of Humanities and Social Science*, vol. 4, p. 84-94, 2014.

NASCIMENTO, Silvana. "Hétero é sempre normativo? Gênero, socialidade e deslocamentos em contextos interioranos". *O Público e o Privado*, vol. 20, n. 41, p. 109-140, 2022a. DOI 10.52521/20.8109

NASCIMENTO, Silvana. "Epistemologias transfeministas negras: perspectivas e desafios para mulheres múltiplas". *Estudos Históricos*, vol. 35, n. 77. p.548-573, 2022b. DOI 10.1590/S2178-149420220311

NASCIMENTO, Silvana. "Fugas e contrapontos na fronteira: reflexões etnográficas sobre transitividades corporais e de gênero no Alto Solimões/AM". *R@U - Revista de Antropologia da UFSCar*, vol. 11, n. 1. p.524-551, 2019a. DOI 10.52426/rau.v11i1.299



NASCIMENTO, Silvana. "Corpografias divergentes: las ciudades deseadas y las prohibidas en las experiencias travestis (Brasil)". *Revista Colombiana de Antropología*, vol. 55, n. 2, p. 93-116, 2019b. DOI 10.22380/2539472x.800

NASCIMENTO, Silvana. "O corpo da antropóloga e os desafios da experiência próxima". *Revista de Antropologia*, vol. 62, n. 2, p. 459-484, 2019c. DOI 10.11606/2179-0892.ra.2019.161080

NASCIMENTO, Silvana. "Desire-cities: a transgender ethnography in the urban boundaries". *Vibrant - Virtual Brazilian Anthropology*, vol. 15, n. 1, p. 1-18, 2018. DOI 10.1590/1809-43412017v15n1a501

NASCIMENTO, Silvana. "Variações do feminino: circuitos do universo trans na Paraíba". *Revista de Antropologia*, vol. 57, n. 2, p. 377-411, 2014. DOI 10.11606/2179-0892.ra.2014.89117

NASCIMENTO, Silvana. *Faculdades femininas e saberes rurais - uma etnografia sobre gênero e sociabilidade no interior de Goiás*. Tese de doutorado em Antropologia Social. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

NERY, João W. *Erro de pessoa: Joana ou João?* Rio de Janeiro: editora Record, 1984.

NERY, João W. *Viagem solitária: memórias de um transexual 30 anos depois*. Rio de Janeiro: Leya, 2011.

NERY, João; MARANHÃO FILHO, Eduardo Meinberg de Albuquerque. "Trans-homens no ciberespaço II: biopolíticas nos tecno-homens". In: BENTO, Berenice; FÉLIX-SILVA, Antônio Vladimir (orgs.). *Desfazendo gênero: subjetividade, cidadania, transfeminismo*. Natal: EDUFRRN, 2015. pp. XX-YY

NEVES, Benjamim Braga de Almeida. "Transmasculinidades no ambiente escolar: laicidade e resistências". In: RODRIGUES, Alessandro; MONZELI, Gustavo Artur; FERREIRA, Sérgio Rodrigo da Silva (org.). *A política no corpo: gêneros e sexualidades em disputa*. Vitória: Edufes, 2016. p. 161-176.

ODARA, Thiffany. *Pedagogia da desobediência: travestilizando a educação*. Salvador: editora Devires, 2020.

OLIVAR, José Miguel Nieto. *Guerras, trânsitos e apropriações: políticas da prostituição feminina a partir das experiências de quatro mulheres militantes em Porto Alegre*. Tese Antropologia Social. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

OLIVAR, Jose Miguel. *Devir-puta: políticas da prostituição de rua na experiência de quatro mulheres militantes*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

OLIVAR, José Miguel Nieto; CUNHA, Flávia; ROSA, Patrícia. "Presenças e mobilidades transfronteiriças entre Brasil, Peru e Colômbia: o caso da imigração peruana na amazônia brasileira". *Revista Tomo*, n. 26, pp.123-163, 2015. DOI 10.21669/tomo.v0i0.4405

OLIVEIRA, André Lucas Guerreiro. "Somos quem podemos ser": os homens (trans) brasileiros e o discurso pela (des)patologização da transexualidade. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2015.

OLIVEIRA, Lorena. *Travesti envelhece, não vira purpurina! Um olhar interseccional sobre a(s) velhice(s) na experiência de travestis em Belo Horizonte*. Dissertação de mestrado em Antropologia. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.

OLIVEIRA, Marcelo. *O lugar do travesti em desterro. Dissertação de mestrado em Antropologia Social*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1997.

OLIVEIRA, Maria Isabel Zanzotti. *Nas margens do corpo, da cidade e do Estado: educação, saúde e violência contra travestis*. Dissertação de mestrado em Antropologia Social. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. *Nem ao centro nem a margem – corpos que escapam às normas de raça e gênero*. Salvador: Devires, 2020a.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. *O diabo em forma de gente – (r)resistências de gays afeminados, viados e bichas na educação*. Salvador: Devires, 2020b.

OLIVEIRA, Neuza. *Damas de paus: o jogo aberto dos travestis no espelho da mulher*. Salvador, Centro Editorial e Didático da UFBA, 1994 [1983].

OLIVEIRA, Thiago. *Formas de ocupar o impossível: corpo, afeto e transformação social no processo de urbanização da tríplice fronteira*. Tese de doutorado em Antropologia Social. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2022.

PALOMINO, Erika. *Babado forte – moda, música e noite*. São Paulo: editora Mandarim, 1999.

PATRIARCA, Letizia. "Donas de casa, de prostituição: sobre as violências decorrentes da criminalização dos contextos destas práticas". In: *Revista de Estudos Empíricos em Direito*, v.5, n.3, 2019.

PATRIARCA, Letizia. *As corajosas: etnografando experiências travestis na prostituição*. Dissertação de mestrado em Antropologia Social. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015.

PATRICIO, Cecilia. *No truque: transnacionalidade e distinção entre travestis brasileiras*. Tese de doutorado em Antropologia. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2008.

PATRICIO, Cecilia. *O travesti: uma questão de gênero*. Dissertação de mestrado em Antropologia. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2002.

PEIRANO, Marisa. 2008. "Etnografia ou a teoria vivida". *Ponto.Urbe*, n. 2, 2008. Disponível em <https://journals.openedition.org/pontourbe/1890> Acesso em agosto/2023.

PEIXE, Alexandre; MORELLI, Fabio. "Homens do futuro": o movimento de homens trans no Brasil sob o olhar de Xande Peixe. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa. (Orgs). *História do Movimento LGBT no Brasil*. Rio de Janeiro: Alameda, 2018.

PELUCIO, Larissa. "Desejos, brasilidades e segredos: o negócio do sexo na relação entre clientela espanhola e travestis brasileiras". *Bagoas: Estudos Gays*, vol. 5, p. 243-266, 2011

PELUCIO, Larissa. *Abjeção e Desejo - uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids*. 1. ed. São Paulo, SP: Editora Annablume, 2009.

PELUCIO, Larissa. "Toda Quebrada na Plástica": Corporalidade e construção de gênero entre travestis paulistas. *Campos: revista de Antropologia*, vol. 6, n. 1, p. 97-108, 2006.

PELUCIO, Larissa. "Na noite nem todos os gatos são pardos: notas sobre a prostituição travesti". *Cadernos Pagu*, n. 25, 2005, p. 217-248. DOI 10.1590/S0104-83332005000200009

PERLONGHER, Néstor. *O negócio do michê: a prostituição viril em São Paulo*. 2ª edição. São Paulo: Perseu Abramo, 2008 [1987].

PFEIL, Bruno; PUSTILNICK, Nicolas; VICTORIANO, Nathan. (Orgs). *Corpos Transitórios: narrativas transmasculinas*. Salvador: Devires, 2021.

PINHEIRO, Rafa. *Linn(da) que brada: Dissidências poéticas, corporalidade em movimento e estéticas insurgentes*. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais. Guarulhos: Universidade Federal de São Paulo, 2022.

PINHEIRO, Tarcisio Dunga. *Entre elas: políticas públicas e cidadania de travestis e mulheres transexuais de uma ONG em Natal/RN*. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2016.

PINHO, Ruddy. *Liberdade ainda que profana*. Rio de Janeiro: Razão Cultural, 1998.

PINTO, Thiago Pestana; TEIXEIRA, Flavia; BARROS, Claudia; MARTINS, Ricardo; SAGGESE, Gustavo; BARROS, Daniel; VERAS, Maria Amélia. "Silicone Líquido industrial para transformar o corpo: prevalência e fatores associados ao seu uso entre travestis e mulheres transexuais em São Paulo, Brasil". *Cadernos de Saúde Pública*, vol. 33, n. 7, p. e00113316, 2017. DOI 10.1590/0102-311X00113316

PIRANI, Denise. *Quands les lumières de la ville s'éteignent: minorités et clandestinités à Paris, Le cas des travestis*. Tese de doutorado em Etnologie et Anthropologie Sociale. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1997.

PISCITELLI, Adriana. "Apresentação: mercados do sexo". *Cadernos Pagu*, n. 25, p. 7-23, 2005.

PISCITELLI, Adriana. *Trânsitos: brasileiras nos mercados transnacionais do sexo*. Rio de Janeiro: edUERJ, 2013.

PONTES, Julia Clara de. "'Disforia' e 'incongruência' de gênero: notas sobre a gestão biomédica da(s) infância(s) e adolescência(s) 'trans'". *Revista Enfoques*, vol. 18, n. 2, p. 135-157, 2021.

PORCHAT, Patricia. *Psicanálise e transexualismo: desconstruindo gêneros e patologias com Judith Butler*. Curitiba: editora Juruá, 2014.

PRADA, Monique. *Putafeminismo*. São Paulo: Veneta, 2018.

PRECIADO, Paul. *Testo Yonqui: sexo, drogas y biopolítica*. Barcelona: Anagrama, 2008.

RAMOS, Jesser. *De portas abertas para seguir a vida: a Casa 1 e sua política com a rua*. Dissertação de mestrado em Antropologia Social. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2021.

RÊGO, Yordanna Lara Pereira. *"Combinamos de não morrer": transfobia, racismo e resistência à necropolítica entre pessoas trans negras em Goiás*. Dissertação de mestrado em Antropologia Social. Goiânia: Universidade Federal da Goiás, 2021.

REIDEL, Marina. *A pedagogia do salto alto: histórias de professoras transexuais e travestis na educação brasileira*. Dissertação de mestrado em Educação. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

ROCHA, Rachel. *Capricho, Farsa ou Imitação da Realidade: Discursos do Direito em acórdãos de Retificação de Registro Civil de Travestis e Transsexuais*. Dissertação de mestrado em Mudança Social e Participação política. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2017.

RODRIGUES, André R. *A gente não tem parada: etnografia e deslocamentos (de) travestis*. Doutorado em Antropologia Social. UFSCAR, 2021.

SABATINE, Thiago. *Travestis, territórios e prevenção de aids numa cidade do interior de São Paulo*. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais. Marília: Unesp, 2012.

SALES, Adriana Barbosa. *Travestilidades e escola nas narrativas de alunas travestis*. Dissertação de Mestrado em Educação. Rondonópolis (MT): Universidade Federal de Mato Grosso, 2012.

SALES, Adriana Barbosa. *Travestis brasileiras e escolas (da vida): cartografias do movimento social organizado aos gêneros nômades*. Tese de doutorado em Psicologia. Assis (SP): Unesp, 2018.

SAMPAIO, Fabrício. As "montagens" do "ponto": Da negociação do "ploque" ao "viço". *Aceno - revista de antropologia do Centro-oeste*. vol. v. 3, n. 5, p. 206-222, 2016. DOI 10.48074/aceno.v3i5.3823

SAMPAIO, Juciana. *Incorporação e compartilhamento do desejo: notas sobre corporalidades e o caráter associativo entre travestis em São Luís, Maranhão*. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2009.

SANDER, Vanessa. *Entre manuais e truques: uma etnografia das redes do trabalho sexual entre travestis em Belo Horizonte*. Dissertação de mestrado em Antropologia. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.

SANTANA, Bruno; PEÇANHA, Leonardo; CONCEIÇÃO, Vércio. (Orgs). *Transmasculinidades Negras: narrativas plurais em primeira pessoa*. São Paulo: Ciclo contínuo editorial, 2021.

SANTOS, José Paulo Ramos dos. *Marca corpórea identificadora da negação social: o suplício dos corpos trans*. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2021.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Rafael França Gonçalves dos. *Montagens de si: relações de amizade e experiências trans em Campos dos Goytacazes, 1990-2017*. Tese de Doutorado em História. Seropédica: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2018.

SASSEN, Saskia. *The global city*. Princeton: Princeton University Press, 1991.

SILVA, Ana Paula; BLANCHETTE, Thaddeus Gregory. “Por amor, por dinheiro? Trabalho (re)produtivo, trabalho sexual e a transformação da mão de obra feminina”. *Cadernos Pagu*, n. 50, p. e175019, 2017. DOI 10.1590/18094449201700500019

SILVA, Hélio. *Certas cariocas: travestis e vidas de rua no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.

SILVA, Hélio. *Travesti - a invenção do feminino*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: ISER / Relume-Dumará, 1993.

SILVA, Hélio. *Travestis – entre o espelho e a rua*. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

SILVA, Jovana Baby Cardoso da. *Bajubá Odara – resumo histórico do nascimento do movimento de travestis no Brasil*. Picos (PI): edição da autora, 2021.

SIQUEIRA, Monica. *Arrasando horrores: uma etnografia das memórias, formas de sociabilidade e itinerários urbanos de travestis das antigas*. Tese de doutorado em Antropologia Social, UFSC, 2009.

SOARES, Douglas Verbicaro. Transgêneros e o direito ao voto cidadão de 2018 no Brasil. *Bagoas*, n. 19, 2018.

SOBREIRA, Eduardo Rezende Miranda. “Uma leitura semiótica do Miss Brasil Gay”. *Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Sudeste – Juiz de Fora – MG*, 2007.

SOLIVA, Thiago Barcelos. “Sobre o talento de ser fabulosa: os “shows de travesti” e a invenção da “travesti profissional”. *Cadernos Pagu*, vol. 53. p. e185314. DOI <https://doi.org/10.1590/18094449201800530014>

SOUZA, Cristiane Prudenciano de. *Resistência trans: práticas sociais na construção da cidadania de travestis e transexuais na cidade do Recife*. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2018.

SOUZA, Dediane. “Dando o nome”: eu e Dandara na construção de narrativas de humanidades de travestis em Fortaleza-CE a partir de um recorte do *Jornal o Povo*. Dissertação de mestrado em Antropologia, Universidade Federal do Ceará e Universidade de Integração da Lusofonia Afro-Brasileira, 2022.

SOUZA, Roberto Cezar Maia de; BRAGA, Iara Falleiros; MONZELLI, Gustavo; FRANCH, Mônica. (Orgs.). *Políticas públicas como lugar de resistência: o centro de cidadania LGBT de João Pessoa*. João Pessoa: editora Unipe, 2021.

SPIZZIRRI, Giancarlo; EUFRÁSIO, Raí; LIMA, Maria Cristina Pereira; NUNES, Hélio Rubens de Carvalho; KREUKELS, Baudewijntje P. C.; STEENSMA, Thomas D.; ABDO, Carmita Helena Najjar. “Proportion of people identified as transgender and non-binary gender in Brazil”. *Nature - Scientific Reports*, vol. 11, n. 2240, 2021. DOI 10.1038/s41598-021-81411-4

TEIXEIRA, Flavia. “Juízo e Sorte: enredando maridos e clientes nas narrativas sobre o projeto migratório das travestis brasileiras para a Itália”. In: PISCITELLI, Adriana; ASSIS, Glaucia de Oliveira; OLIVAR, José Miguel Nieto. (Org.). *Gênero, sexo, amor e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil*. Campinas: Editora Unicamp, 2011, pp. 225-262.

TEIXEIRA, Flavia. *Armadilhas da (re)solução: (in)visibilidades na construção do processo transexualizador*. Ano. IX, n. 68. Brasília, Letras Livres, 2009. (Série Anis)

TEIXEIRA, Flavia. “L’Italia dei Divieti: entre o sonho de ser européia e o babado da prostituição”. *Cadernos Pagu*, vol. 31, p. 275-308, 2008. DOI 10.1590/S0104-83332008000200013

TENÓRIO, Leonardo; PRADO, Marco Aurélio Máximo. “As contradições da patologização das identidades trans e argumentos para a mudança de paradigma”. *Revista Periódicus*, vol. 1, n. 5, p. 41-55, . 2016. DOI 10.9771/peri.v1i5.17175

TOTA, Martinho. “Eixos, nexos e câmbios da diferença: discursos e trajetórias políticas envolvendo etnicidade, homossexualidade e religião”. *Bagoas: Revista de Estudos Gays*, vol. 7, p. 295-322, 2013.

TOTA, Martinho. “Cinco vidas: travestilidades, gênero, sexualidades e etnicidades no interior da Paraíba”. *Revista de Antropologia*, vol. 58, p. 173-207, 2015.

VALE, Alexandre Flemming Camara. *O voo da beleza: travestilidade e devir minoritário*. Tese de doutorado em Sociologia. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2005.

VASCO, Marcela. *Imagens trans: as relações de transexuais com suas fotografias de infância*. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais. Guarulhos (SP): Universidade Federal de São Paulo, 2015.

VERGUEIRO, Viviane. “Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial”. In: MESSEDER, Suely.; CASTRO, Mary Garcia.; MOUTINHO, Laura. (orgs.). *Enlaçando sexualidades: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero*. Salvador: EDUFBA, 2016, pp. 249-270.

VERGUEIRO, Viviane. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. Dissertação de mestrado na área multidisciplinar Cultura e Sociedade. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2015.

VIEIRA, Francisco Cleiton. *A segurança biológica na transição de gênero: uma etnografia das políticas da vida no campo social da saúde trans*. Tese de doutorado em Antropologia Social. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2020.

VIEIRA, Helena. “Transfeminismo”. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Explosão feminista*. São Paulo, Companhia das Letras, 2018.

VIP, Angelo; LIBI, Fred. *Aurélia, A dicionária da língua afiada*. São Paulo: Editora da Bispa, 2006.

VITORINO BRASILEIRO, Castiel. *Quando o sol aqui não mais brilhar: a falência da negritude*. São Paulo: n-1, 2022.



WEBER, Gabrielle; Lopes, R. ; Carrasco, J. ; Pugliesi, L. . A Ameaça Trans Uma análise dos espantalhos argumentativos que avançam sobre as casas legislativas. *REBEH -Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, v. 7, p. 1, 2024.

# HABITAR É PRECISO, CONVIVER COM VIOLÊNCIA NÃO É PRECISO

## Diferentes arranjos familiares e políticas públicas habitacionais para a população LGBTQIA+

*HOUSING IS NECESSARY, LIVING  
WITH VIOLENCE IS NOT NECESSARY  
Different family arrangements and  
public housing policies for the LGBTQIA+ population*

**Eduardo Rocha Lima<sup>1</sup> e Yuri Nascimento Paes da Costa<sup>2</sup>**

### Resumo

Apesar de representar a maior economia da América Latina, os números de mortes e de crimes de ódio contra as pessoas LGBTQIA+ no Brasil evidenciam a constante caracterização destas vidas como precárias. O estado de constante exposição às ameaças e sobrevivências extravasa para diversos dispositivos da biopolítica contemporânea. Dentre esses, é inegável que o controle das sexualidades e dos corpos também se reflete nas políticas homogeneizantes de assistência social e de habitação. A partir deste cenário, o objetivo do presente artigo é tecer reflexões acerca das diversas formas de construção de famílias afetivas e de habitação praticadas pela população LGBTQIA+ para, então, pensarmos as políticas de habitação e de acolhimento institucional existentes no Brasil hoje. Para tanto, o debate foi fundamentado nas discussões de Foucault (2007), Preciado (2002), Schulman (2009), Butler (2015, 2018) e também foram utilizados textos das normativas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e da Política Nacional de Habitação (PNH) como objeto de crítica a partir de uma perspectiva LGBTQIA+.

Palavras-chave: população LGBTQIA+, habitação, acolhimento institucional, vidas precárias, cisheteronormatividade.

### Abstract

*Despite representing the largest economy in Latin America, the number of deaths and hate crimes against LGBTQIA+ people in Brazil highlights the constant characterization of these lives as precarious. The state of constant exposure to threats and survival spills over into various mechanisms of contemporary biopolitics. Among these, it is undeniable that the control of sexualities and bodies is also reflected in the homogenizing policies of social assistance and housing. Based on this scenario, the objective of this article is to reflect on the various forms of building affective families and housing practiced by the LGBTQIA+ population, in order to then think about the housing and institutional reception policies that exist in Brazil today. To this end, the debate was based on discussions by Foucault (2007), Preciado (2002), Schulman (2009), Butler*

<sup>1</sup> Arquiteto Urbanista, doutor em Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFBA e do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Prof. Milton Santos (IHAC – UFBA).

<sup>2</sup> Advogado, Arquiteto e Urbanista, Mestrando em Arquitetura e Urbanismo pela UnB, Especialista em Direito Urbanístico e Ambiental pela PUC Minas Gerais.

*(2015, 2018) and texts from the regulations of the Unified Social Assistance System (SUAS) and the National Housing Policy (PNH) were also used as an object of criticism from an LGBTQIA+ perspective.*

*Keywords: LGBTQIA+ population, housing, institutional care, precarious lives, cisheteronormativity.*

### Introdução

O presente artigo propõe algumas reflexões acerca das políticas de habitação e de acolhimento institucional para a população LGBTQIA+ no Brasil. Para tanto, iniciamos a discussão falando da importância dos equipamentos conhecidos como Casas de Acolhimento LGBTQIA+ que oferecem moradia temporária e serviços de assistências sociais para esta população. As Casas de Acolhimento cumprem um papel importante de prover direitos básicos, como moradia e assistência social, uma vez que o poder público não contempla de forma eficaz as necessidades da comunidade sexo-gênero dissidente. Reconhecer a trajetória do acolhimento desde a ativista Brenda Lee (início da década de 1980) aos dias atuais é o primeiro passo para construção do entendimento de que é possível imaginar formas de existências possíveis, mais justas, democráticas e menos violentas, para pessoas LGBTQIA+ nas cidades brasileiras.

Contudo, debater sobre habitação e acolhimento institucional da população LGBTQIA+ também sugere a construção de um entendimento sobre a condição precária à qual os sujeitos desta população estão submetidos nas cidades brasileiras. Dados do Observatório de Mortes e Violências LGBTI+ no Brasil de 2022 apontam que 37,36% dos crimes contra a vida da população LGBTQIA+ ocorreram em espaço privado (lar e trabalho das vítimas) e que cerca de 49,82% dos crimes ocorreram no espaço público. As violências em espaços públicos e as agressões familiares agravam a precariedade destas existências em sociedade; precariedade esta que deriva diretamente da ausência de reconhecimento ético-moral desses sujeitos, assim como dos modos deles se relacionarem e construírem afetividades, diminuindo suas expectativas de vida. Assim, na continuidade do artigo, reforçamos a importância de diferentes arranjos familiares, distintos da família consanguínea, e a organização em vida coletiva de famílias por afinidades como estratégia para existência da população LGBTQIA+ no Brasil.

Em seguida, é realizada uma breve análise da ausência da população LGBTQIA+ nos textos e normativas do Acolhimento Institucional do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e da Política Nacional de Habitação (PNH). As duas partes, complementares do presente estudo, registram a necessidade urgente de se construir políticas públicas de moradia a curto, médio e longo prazo que se destinem claramente à população LGBTQIA+ e que entendam as suas necessidades e especificidades. Este cenário de pretensa neutralidade, de apagamentos e omissões do Estado brasileiro, evidencia maneiras que os regramentos sexuais cisheterossexuais no Brasil tentam subjugar corpos dissidentes para que se possa perpetuar seus privilégios sociais, políticos, econômicos e de espaços, afastando o “perigo” da subversão provocada pela população LGBTQIA+ através dos seus modos de existir com arranjos coletivos/familiares diversos.

O que se espera com esta reflexão é contribuir para os estudos sobre habitação, acolhimento institucional e políticas nacionais de habitação para a população LGBTQIA+ que parece ter arrefecido nas últimas décadas, mas que vem ganhando força nos últimos anos, sobretudo após a pandemia do Sars-Cov II. Assim sendo, assumimos como premissa o entendimento de que toda população tem direito à habitação e de que formas cisheteronormativas de constituir famílias e lares não devem ser a única

régua a ser utilizada pelo Estado brasileiro. Para tanto, a metodologia escolhida para o artigo foi a qualitativa descritiva, dos tipos bibliográfica e documental, que, segundo orientações de Serra (2006), permite conhecer e descrever um objeto de estudo de forma mais aprofundada e crítica. Como eixo teórico, nos apoiaremos nos estudos de Michel Foucault (2007) sobre o dispositivo da sexualidade, Paul Preciado (2002) e seus estudos sobre sistema de sexopolítica, Sarah Schulman (2009) e seus registros sobre violência e homofobia familiar, Judith Butler (2015, 2018) e o entendimento sobre vidas precárias e política de coligação. Também utilizaremos textos das normativas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e da Política Nacional de Habitação (PNH) como objeto de crítica a partir de uma perspectiva LGBTQIA+.

### Casas de Acolhimento LGBTQIA+

Isso que acontece nessa casa é cumplicidade de órfãs  
(Villada, 2021).

Durante a crise sanitária mundial propagada pela proliferação descontrolada por todo o planeta Terra do vírus Sars-Cov II, no Brasil, um tipo de equipamento social habitacional se fez visível, muito além dos seus territórios de atuação, por meio das redes sociais em busca de auxílio econômico para continuar existindo e desenvolvendo os trabalhos de assistência à população LGBTQIA+ em vulnerabilidade social. Esses equipamentos, conhecidos como Casas de Acolhimento LGBTQIA+, oferecem moradia e outros serviços como assistência jurídica, psicológica e educacional para a população LGBTQIA+ vítima de violência familiar ou que se encontra em situação de rua por diversos outros motivos.

A forma organizacional dessas casas de acolhimento LGBTQIA+ que oferecem moradia temporária e serviços de assistências sociais – além de vínculos com as redes de assistência oferecidas pelo Estado, como CREAS e CRAS e CAPS<sup>3</sup>, por exemplo – marca a especificidade desse tipo de “tecnologia social”<sup>4</sup> desenvolvido para o acolhimento habitacional coletivo LGBTQIA+, em relação a diversos outros modos de morar coletivamente que a comunidade sexo-gênero dissidente sempre articulou para sobreviver em cidades de grande e médio porte no Brasil e no mundo, escapando das situações de “homofobia familiar” (Schulman, 2009) presentes em seus históricos de vida junto às suas famílias progenitoras.

Em estudo sobre o equipamento de acolhimento LGBTQIA+ Casa 1<sup>5</sup>, Duarte (2021) avalia que as redes de comunicação contemporâneas, assim como as possibilidades de financiamentos por meio dessas redes, são fatores que possibilitam a manutenção

3 CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) e CAPS (Centro de Assistência Psicossocial) são unidades públicas da política de assistência social vinculadas ao SUAS (Sistema Único de Assistência Social), gerido pelo Governo Federal.

4 “Segundo a definição mais frequente no Brasil, que é onde o conceito foi gerado, entende a Tecnologia Social (TS) como compreendendo produtos, técnicas e/ou metodologias reprodutíveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social” (Dagnino, 2011).

5 Localizada no bairro do Bixiga, na capital de São Paulo, a Casa 1 foi inaugurada em janeiro de 2017 e é formada por uma República de Acolhida (com capacidade para até 20 pessoas acolhidas e tempo máximo de acolhimento de 4 meses), um Centro Cultural e uma Clínica Social: “O objetivo do projeto é ser uma casa temporária, realizando um trabalho multidisciplinar para que os e as jovens acolhidas desenvolvam autonomia para estabelecerem suas trajetórias a partir da estada no projeto. Além da moradia, alimentação e transporte, os e as jovens acolhidas recebem todo um suporte de assistência social para organização de documentações, apoio nos processos de continuidade ou retomada dos estudos, empregabilidade, atendimentos de saúde clínica e mental, assim como acesso a toda programação do centro cultural.” Ver em: <https://www.casaum.org/> (acessado em 04/09/2023.)

desse tipo de projeto social pela sociedade civil que, na tentativa de responder à constante e crescente demanda por habitação da população LGBTQIA+, tem se articulado em parcerias com empresas privadas e em formas de custeio de projetos sociais pelo poder público, para possibilitar acolhimento às pessoas em fuga de situações de opressões e, muitas vezes, de risco de vida.

Desde meados dos anos 2010, a pauta da moradia LGBTQ tem assumido um caráter presentista através de movimentos pela sociedade civil. O alcance da internet, as mídias alternativas, as redes sociais, além da implantação do modelo crowdfunding possibilitaram a execução ou manutenção de algumas dessas iniciativas. Soluções como ocupações, coletivos, ONGs e até uma plataforma virtual têm ajudado a tornar visíveis as dificuldades enfrentadas por diferentes grupos LGBTQ (Duarte, 2021).

Atualmente, diversas formas de articulações e organizações da sociedade civil em todo o Brasil, institucionalizadas ou não, estão se mobilizando e oferecendo esses serviços de moradia e de assistências à comunidade LGBTQIA+, ao mesmo tempo que se organizam e reivindicam por políticas públicas ao Estado. Desde 2020, foi criada a Rede Brasileira de Casas de Acolhimento LGBTQIA+ (REBRACA), associação composta atualmente por 25 casas de acolhimento espalhadas por vários estados do país, que busca conectar essas diversas iniciativas de acolhimento à comunidade LGBTQIA+ existentes no Brasil com o intuito de juntar forças na luta pelo reconhecimento institucional de suas existências, assim como pelo esforço de pautar o Estado com relação às necessidades básicas da assistência social à população LGBTQIA+, afirmando o reconhecimento da importância dos serviços de assistências prestados por essas entidades/casas à população LGBTQIA+ em vulnerabilidade social.

O reconhecimento e a legislação, pelas instâncias públicas, desses serviços prestados pela sociedade civil se fazem necessário, hoje, devido às grandes dificuldades enfrentadas na manutenção desses equipamentos e serviços de assistências. Também se faz necessário o reconhecimento do Estado, pela consciência de que esses estabelecimentos estão assumindo o papel de assistência social que é direito das cidadãs e dos cidadãos e que, portanto, cabe às diversas instâncias dos poderes públicos assumirem tal responsabilidade e garantirem este direito, arregimentando e financiando esses serviços disponibilizados à população LGBTQIA+ vítima de violência familiar e em situação de vulnerabilidade.

No Brasil, remonta à década de 1980 a primeira casa de acolhida institucionalizada pelo Estado e direcionada prioritariamente à população travesti e transexual. Conhecida como Palácio das Princesas, a casa teve sua ação de assistência social reconhecida pelo Estado e financiada por este, principalmente no cuidado às pessoas portadoras do Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV), no início do aparecimento dos primeiros casos da doença, ainda desconhecida no país. A casa localizada no bairro do Bixiga, na capital do estado de São Paulo, pertencia à ativista travesti Brenda Lee que, no início da década de 1980, compra um casarão nesse bairro da região central da cidade e passa a dar abrigo às jovens travestis que chegavam à capital e precisavam organizar a vida pelo exercício da prostituição nesta mesma região da cidade.

Funcionando inicialmente, a partir do desejo e iniciativa de sua fundadora, Brenda Lee, como uma república de abrigamento de travestis, o casarão da Rua Major Diogo, número 779, com poucos anos de atividade, assume de forma totalmente inovadora a importante função de assistência à saúde pública da comunidade travesti da capital paulista. Com a crescente onda de discriminação contra a comunidade LGBTQIA+ e o adoecimento frequente de muitas das meninas que habitavam e circulavam pelo



casarão do Bixiga devido à epidemia do HIV, a casa passa a acolher essas pessoas acometidas pelo vírus e a oferecer sistematicamente assistência de saúde para aquelas que apresentavam os primeiros sinais e sintomas da AIDS, após meados da década de 1980. Foi neste momento que a infecção por esse vírus ficou conhecida como a “peste gay”.

A atuação de Brenda e da equipe de assistentes, que ela articula na tentativa de diminuir o sofrimento de suas companheiras de vida em situação de enfermidade, consegue reconhecimento do Estado e, a partir de 1992, o Palácio das Princesas recebe o nome de Casa de Apoio Brenda Lee, passando a integrar uma rede oficial de assistência à saúde da população travesti portadora do vírus na cidade de São Paulo<sup>6</sup>.

No Brasil, de Brenda Lee aos dias de hoje, muitas coisas mudaram com relação ao tratamento da infecção pelo vírus HIV (não só para a população LGBTQIA+) <sup>7</sup> e muito pouco mudou sobre o direito da população LGBTQIA+ à habitação e ao acolhimento habitacional, este último como medida protetiva contra a violência familiar e, também, extrafamiliar que essa população sofre. A recente reclusão compulsória à residência familiar da população LGBTQIA+, ocasionada por um outro agente epidemiológico, o vírus Sars-Cov II, trouxe à tona índices alarmantes de violências familiares sofridas por esta população específica<sup>8</sup>, explanando a total ineficiência – quando não ausência – das estruturas e das políticas públicas de assistência social e de habitação para a comunidade LGBTQIA+ neste país.

Portanto, é preciso reivindicar por habitação e acolhimento habitacional para a população sexo-gênero dissidente para que possamos imaginar formas de existências possíveis, mais justas, democráticas e menos violentas para pessoas LGBTQIA+ nas cidades brasileiras. Para tanto, precisamos compreender fatores implicados nas relações constitutivas do plano social para apreender a problemática que a dissidência da sexualidade e do gênero causa na estrutura cisheteronormativa que constitui a sociedade em que vivemos, a partir da sua célula-base (e “sagrada”): a família.

### **Habitar em família: controle, violência e afetividade**

A constituição de diversas formas de famílias, que não as consanguíneas, e a organização em vida coletiva de famílias por afinidades e proteção são realidades estratégicas da existência da população LGBTQIA+, constituindo, junto com diversos outros fatores, a “condição precária” (Butler, 2015) de sua sobrevivência em contextos urbanos. A experiência de assumir-se fora do enquadramento cisheterossexual, em muitos casos, é colocar-se em risco dentro do ambiente privado do lar que nos gerou, acarretando a necessidade, para manutenção de nossa integridade física e mental,

<sup>6</sup> “E, depois de muitas realizações de atendimentos, em 1992, intitula-se Casa de Apoio Brenda Lee, oficializando estatutariamente como uma entidade civil, de caráter beneficente, sem fins lucrativos, que abriga-se adultos portadores do vírus HIV/AIDS, durante 365 dias do ano e pelo tempo necessário para a reabilitações de cada atendido.” Trecho retirado da sessão “Sobre” da página “Casa Brenda Lee” da rede social Facebook. (Acessado em 04/09/2023).

<sup>7</sup> Apesar da não descoberta da cura da AIDS e do constante aumento de casos de novas infecções pelo vírus HIV, o Brasil desenvolveu eficiente política pública de acesso ao tratamento pelos portadores, sendo beneficiário do desenvolvimento das pesquisas farmacêuticas mundiais para evolução das drogas, o qual garante, atualmente, condições de vidas saudáveis aos portadores, relativas aos efeitos colaterais dos medicamentos, ao mesmo tempo também que garante lucros astronômicos às indústrias produtoras dos medicamentos.

<sup>8</sup> Consciente do aumento da violência doméstica durante o isolamento social a ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) lançou, no final do ano de 2020, uma cartilha que tinha como objetivo central orientar a comunidade trans a como agir em caso de violência doméstica durante esse período. A cartilha pode ser encontrada neste endereço: <https://antrabrasil.org/cartilhas/>.

da busca por redes de apoio fora do ambiente familiar, ou, em ocasiões de extrema rejeição, o encarar-se em situação de rua e abandono, caindo, então, em situação de vulnerabilidade social e de violências mais ostensivas e sistêmicas.

“A exclusão múltipla e reforçada é poderosa e devastadora para as pessoas gays, porque desafia a típica dicotomia entre público e privado, da qual a rede de salvaguarda da sociedade depende. Usualmente a família é o refúgio das crueldades da cultura. Se a família é a fonte da crueldade, a sociedade mais ampla é o refúgio da família. No entanto, quando a família e a sociedade mais ampla põem em ação estruturas idênticas de exclusão e inferiorização, o indivíduo não tem lugar para onde escapar” (Schulman, 2009).

Não tendo lugar para onde escapar da violência, os indivíduos sexo-gênero dissidentes (para muito além dos gays), necessariamente, precisam criar suas famílias por afinidades, resignificando laços afetivos, assim como seus modos de existências e de ocupação das cidades na luta por uma vida digna. Os enquadramentos jurídico, epistemológico, linguístico e performativo que emolduram historicamente o sujeito que escapa aos limites da normatividade cisheterocentrada expõem a “distribuição diferencial da condição de precariedade” (Butler, 2015) em sociedade. A ausência de acolhimento, seja no espaço privado ou no público, aos sujeitos que se enquadram na estrutura normativa como seus desertores, fomenta e intensifica o processo de precarização de tais existências nos contextos urbanos.

Não podemos reconhecer facilmente a vida fora dos enquadramentos nos quais ela é apresentada, e esses enquadramentos não apenas estruturam a maneira pela qual passamos a conhecer e a identificar a vida, mas constituem condições que dão suporte para essa mesma vida. As condições devem ser mantidas, o que significa que existem não apenas como entidades estáticas, mas como instituições e relações sociais reproduzíveis. Não teríamos uma responsabilidade de manter as condições de vida se essas condições não exigissem renovação. (...) O enquadramento rompe consigo mesmo a fim de reproduzir-se, e sua reprodução torna-se o local em que uma ruptura politicamente significativa é possível. Portanto, o enquadramento funciona normativamente, mas pode, dependendo do modo específico de circulação, colocar certos campos de normatividade em questão (Butler, 2015).

Portanto, a partir do pensamento de Judith Butler, entendemos que a condição de vida LGBTQIA+, e não apenas dessa comunidade, é constituída e estruturada a partir dos enquadramentos normativos que regulamentam a vida em sociedade e que se encontram em constante movimento. Tais enquadramentos delimitam sujeitos e os garantem direitos, reconhecimento social e forma plena de aparecimento em público; assim como emolduram que tipos de relações sociais constituem famílias, imputando direitos e deveres a papéis específicos e bem delimitados de seus membros, definindo toda uma estrutura de proteção de sua forma, na expectativa da garantia do equilíbrio social.

Para compreendermos a condição de precariedade da vida LGBTQIA+, hoje, nos territórios das grandes cidades, é preciso entendermos o processo de renovação histórica que articula as condições sociais da existência sexo-gênero dissidentes em constante diálogo e interação conflituosa com os enquadramentos que delimitam a ideia moderna de família mononuclear, cisheterossexual, patriarcal e burguesa. Michel Foucault (2007) chamará de “dispositivo da sexualidade” o conjunto polimorfo de discursos, instituições, regulamentos, leis, enunciados científicos, organizações

arquitetônicas, medidas administrativas, etc. que vai manter sob controle a sexualidade do sujeito burguês moderno. Tal dispositivo, para Foucault, é fundamental tanto para expansão do capitalismo como para a difusão da “instituição família patriarcal” como a base da estrutura social dentro da empreitada colonialista do imperialismo ocidental.

Até o século XVIII, diz Foucault (2007), os códigos que regiam o que era lícito e ilícito na prática do sexo – o direito canônico, a pastoral cristã e a lei civil – estavam todos centrados nas relações matrimoniais, constituidoras da instituição família. O sexo dos cônjuges era o foco mais intenso das constrictões, era dele que se falava e era ele que era posto sob vigília, mantendo sob atenção a estrutura sexual da família, o desenvolvimento dos parentescos, assim como a transmissão hereditária de bens e nomes. No entanto, alerta o filósofo francês, as transformações sociais e políticas da virada do século XVIII para o XIX – que se relacionam diretamente com os aglomerados populacionais e a vida em grandes cidades que passaram a despontar após a atratividade econômica surgida com o desenvolvimento industrial, a qual desencadeou um movimento migratório de volumosa população para centros urbanos sem estrutura física para o veloz crescimento – fazem surgir outras preocupações com relação às práticas sexuais: transfere-se o foco do sexo matrimonial e passa-se a questionar o que escapa à essa sexualidade conjugal.

O casal legítimo, com sua sexualidade regular, tem direito a maior discricção, tende a funcionar como uma norma mais rigorosa talvez, porém mais silenciosa. Em compensação o que se interroga é a sexualidade das crianças, a dos loucos e dos criminosos; é o prazer dos que não amam o outro sexo; os devaneios, as obsessões, as pequenas manias ou as grandes raivas. Todas estas figuras, outrora apenas entrevistas, têm agora de avançar para tomar a palavra e fazer a difícil confissão daquilo que são. Sem dúvida não são menos condenadas. Mas são escutadas; e se novamente for interrogada, a sexualidade regular o será a partir dessas sexualidades periféricas, através de um movimento de refluxo (Foucault, 2007).

Portanto, as sexualidades dissidentes – ou “periféricas”, como Foucault as cunha – passam a ser lidas como um problema que coloca em risco a sociedade burguesa urbana da virada do século XVIII para o século XIX (consolidação do capitalismo industrial), o que exige que tais práticas sexuais sejam delimitadas, avaliadas, diagnosticadas por diferentes tipos de instituições, leis e de produções de saberes que, agindo juntos e de maneira difusa, fazem falar o sujeito desviante, estruturando toda uma complexa tecnologia política, o que Foucault entende como “dispositivo de sexualidade”. As sexualidades, que desviam do modelo estipulado pelos defensores da instituição família, servem de parâmetros para a delimitação da própria “sexualidade regular” dessa instituição, desenhando seus limites pelo que dela escapa.

Contudo, sendo o dispositivo de sexualidade constitutivo do que escapa da aliança matrimonial – para tanto a medicina, a pedagogia, a psicanálise, assim como os códigos religiosos e jurídicos se debruçam sobre o corpo dissidente para perscrutá-lo, delimitando o que se desgarrou de uma sexualidade instituída como sadia –, é a perturbação constatada, pelas diferentes frações do dispositivo, dentro dessa aliança o que faz nascer a preocupação constante com a célula primordial que necessitava ser resguardada: a família. É o “perigo” que vem de fora que faz com que os “especialistas” invistam nos tratamentos para os que estão dentro da célula, porém em rota de fuga. A questão não é “curar” ou “eliminar” os desviados, “sanar” o lado de fora da célula familiar, mas sim proteger a base de onde escaparam tais “anomalias” para que elas não incidam, em refluxo, sobre tal base, desestabilizando a estrutura da família e, conseqüentemente, a estrutura política e econômica da sociedade.

Tudo se passa como se ela [a família] descobrisse, subitamente, o temível segredo do que lhe tinham inculcado e que não se cansaram de sugerir-lhe: ela, coluna fundamental da aliança, era o germe de todos os infortúnios do sexo. Ei-la desde a metade do século XIX, pelo menos, a assediar em si mesma os mínimos traços de sexualidade, arrancando a si própria as confissões mais difíceis, solicitando a escuta de todos que podem saber muito, abrindo-se amplamente a um exame infinito (Foucault, 2007).

Com base no pensamento foucaultiano, devemos entender o processo histórico que possibilitou o desenvolvimento de uma vasta tecnologia política de controle em torno do sexo como um movimento em prol da maximização da vida e da autoafirmação de um indivíduo enquadrado em uma certa estrutura de classe: a família heterossexual e burguesa. O que está em questão nessa tecnologia de atuação difusa e ramificada no tecido social é o investimento dessa classe sobre a sua estrutura mononuclear, afastando-a do “perigo” pela manutenção das relações entre sexo e gênero que perpetuam a sua reprodução e asseguram seus privilégios<sup>9</sup>.

As maneiras que a população LGBTQIA+, em contrapartida, se agrupa, constitui coletividades, famílias afetivas e que, na intimidade, pratica sexo elaboram outras formas de organizações sociais e outras formas do espaço habitacional, desfuncionalizando a estrutura física e organizacional patriarcal de sua arquitetura. Entender a diversidade e complexidade dos possíveis rearranjos sociais/espaciais, libertos da norma cisheterossexual, é fundamental para a formulação de políticas públicas que fomentem e estejam conectadas às múltiplas possibilidades de construções de habitações e de modos de habitar cidades baseados em relações afetivas constituidoras de outras formas de coligações, entendidas também como famílias.

### **Habitação e Política Pública: a ausência da população LGBTQIA+ no Acolhimento Institucional do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**

A partir deste momento, trataremos das políticas públicas de caráter habitacional no Brasil por meio de duas vertentes: primeiro, as políticas de assistência social relativas ao acolhimento institucional de populações em vulnerabilidade social; e, segundo, as políticas públicas de habitação e seus programas habitacionais desenvolvidos pelas três instâncias do sistema político: Municípios, Estados e União. Portanto, as lacunas relativas à comunidade LGBTQIA+ no direito à assistência social e no direito à habitação serão aqui elencadas como problemáticas do exercício do direito à cidade dessa população.

Tendo em vista que o direito à livre circulação pela cidade de corpos LGBTQIA+ é uma abstração, algo que não se materializa em suas experiências urbanas (principalmente aos corpos que subvertem os marcadores de gênero), a manutenção e a proliferação da presença desses corpos no espaço urbano constituem uma “política de coligação” (Butler, 2018). Com a ajuda de Butler, entendemos que tal política é tecida na resistência às opressões pela ação coletiva de ocupar, de criar relações e de construir o território

<sup>9</sup> No dia 10 de outubro de 2023, a Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância e Família da Câmara dos Deputados Federais aprovou um Projeto de Lei (PL) que proíbe o casamento homoafetivo no Brasil. O texto aprovado contraria a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que, em 2011, reconheceu o direito ao casamento entre pessoas do mesmo sexo. Para entrar em vigor, o PL precisa ainda ser aprovado na Comissão de Direitos Humanos e de Constituição e Justiça da Câmara Federal, ser aprovado em plenária por maioria dos deputados e, por fim, ser sancionado pelo Presidente da República.

de suas vidas, território esse tramado nas entrelinhas do convívio cotidiano e ordinário urbano, ou em momentos de coligações em torno de uma causa/luta específica.

Daí a necessidade de pensarmos o direito à cidade como o direito a habitar (ocupar e construir coletividades afetivas territorializadas) os espaços da cidade, sejam eles públicos ou privados, de maneira segura, autônoma e livre de violências físicas e opressões psíquicas. Defender políticas públicas que garantam cidadania plena à população LGBTQIA+ é também proteger o ir e vir pela cidade desses sujeitos individuais e coletivos, assim como garantir a construção e salvaguarda de territórios afetivos habitacionais que assegurem vida íntima e social digna a essa população.

A luta organizada no Brasil por cidadania para essa população já é longa e em seu percurso articula coligações entre os movimentos sociais e a academia com respaldo, em alguns momentos, do Estado, propulsionando o movimento de transformação dessas existências nas esferas públicas e privadas. O combate à epidemia do HIV, durante as décadas de 1980 e 1990, articulou diversos grupos de ativistas (homossexuais e transexuais) que passaram a compor o “movimento homossexual organizado”, como era chamado, em torno de uma mesma causa: reivindicar políticas de saúde pública para uma comunidade que, estigmatizada como “grupo de risco”, vê sua prática sexual novamente patologizada<sup>10</sup>, passando a se ver discriminada não mais apenas por sua orientação sexual e/ou desobediência de gênero, mas também como propagadora de um mal contagioso que colocava em risco toda a sociedade.

As articulações e novas formas de organizações e coligações do movimento social em torno do direito à saúde pública da população sexo-gênero dissidente e o êxito alcançado pela política pública de tratamento da infecção pelo vírus HIV, no Brasil<sup>11</sup>, impulsionam novas lutas sociais pela reivindicação de outros direitos dessa população para a garantia de sua cidadania plena (Quinalha, 2022). O direito à educação, ao trabalho, à assistência social, à habitação, ao reconhecimento da união estável e do casamento civil homoafetivo<sup>12</sup>, ao reconhecimento das identidades de gênero e do nome social da comunidade transexual, entre outros, são pautas reivindicatórias que colocam em ação constante os movimentos sociais vinculados às causas LGBTQIA+<sup>13</sup>.

10 Vale lembrar que, entre os anos de 1977 e 1990, a homossexualidade foi classificada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como um tipo de transtorno mental. O primeiro caso de infecção pelo vírus HIV seria diagnosticado em um homem norte americano homossexual em 1981. Em 1982, é diagnosticado o primeiro caso no Brasil.

11 Reconhecida internacionalmente pela eficácia do tratamento do corpo infectado pelo HIV e da distribuição de medicamentos – de maneira gratuita pelo Sistema Único de Saúde (SUS) –, atualmente a política nacional tem intensificado esforços para a prevenção da infecção com distribuição gratuita e campanhas de conscientização para o uso da Profilaxia Pré-Exposição (PreP), medicamentos que impedem a contaminação do corpo pelo HIV; e da Profilaxia Pós-Exposição (PeP), medicamentos que conseguem eliminar o vírus do corpo, caso este tenha sido infectado a menos de 72 horas.

12 Para Renan Quinalha (2022), o reconhecimento da união estável homoafetiva, em 2011, pelo Supremo Tribunal Federal e a resolução do Conselho Nacional de Justiça, em 2013, que instituiu não apenas o dever dos cartórios de celebrar a união estável, mas também o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, foram fundamentais por terem “inaugurado uma ‘revolução de direitos’ na construção da cidadania legal das pessoas LGBTQIA+. Nos anos seguintes, viriam decisões do STF sobre adoção por casais homoafetivos (2015), direito à identidade de gênero diretamente nos cartórios, sem necessidade de laudo médico, autorização judicial ou cirurgia de redesignação sexual (2018), criminalização da LGBTQIAfobia (2019), doação de sangue por homens que fazem sexo com outros homens (HSH) (2020), constitucionalidade da educação sexual e de gênero nas escolas (2020), bem como o direito à escolha para pessoas transexuais e travestis em cumprir penas em estabelecimento prisional feminino ou masculino (2021)” (Quinalha, 2022).

13 Ainda hoje não existe nenhuma lei, no Brasil, que garanta direitos específicos à população LGBTQIA+. Toda conquista de reconhecimento e direitos dessa população, que vem acontecendo nos últimos anos, não está respaldada em leis, mas sim é decorrente da atuação do poder executivo e, principalmente, do poder judiciário que, baseado na Constituição Federal, reconhece a vulnerabilidade dessa população relativa ao exercício pleno da cidadania. Tal situação de ausência de atuação do poder legislativo coloca

No que se trata dos direitos relativos à questão habitacional no Brasil, as políticas públicas de assistência social relacionadas ao acolhimento institucional temporário e as políticas públicas de habitação da população LGBTQIA+, sobre as quais nos predispomos a nos debruçarmos neste texto, encontram-se em um momento de profícuo movimento de transformação. Criada em 1993, a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) é o instrumento jurídico utilizado para a criação e regulamentação das políticas públicas nacionais de assistência à população em vulnerabilidade social. A partir da LOAS, em 2005 é criado o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que institui o modelo de gestão para operacionalizar as ações de assistência social em todo território nacional.

Com a implementação do SUAS, o tema da população em situação de rua ganha destaque nas ações estatais de promoção da assistência social e diversas políticas são pensadas para reinserção social dessa população, garantindo-lhe acesso à educação, à saúde, à regularização de documentos, ao acolhimento institucional temporário, entre outros direitos e serviços que possibilitem autonomia e inclusão social e comunitária à população que mora nas ruas das cidades.

Categorizado pela Resolução nº 109 de 2009 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) como um serviço de “Proteção Social Especial de Alta Complexidade”, o acolhimento institucional da população em situação de rua tem como objetivo central o “acolhimento temporário de famílias ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados de forma a garantir sua proteção integral” (Medeiros, 2023). Tal serviço tem que ser prestado em unidades que devem, obrigatoriamente, possuir características físicas residenciais, oferecendo condições dignas de habitabilidade, privacidade, higiene, segurança e acessibilidade. O serviço de acolhimento institucional, segundo as normativas do SUAS, deve garantir atendimento em grupos – abrigos com até 50 habitantes, divididos em quartos ocupados por no máximo 4 pessoas –, favorecer o convívio familiar e comunitário, o respeito aos costumes e à diversidade de raça/etnia, religião e orientação sexual de todos os acolhidos que por esses equipamentos passarem (Brasil, 2009).

Apesar da construção do discurso, pelo Sistema Único de Assistência Social, sobre a necessidade de criação de equipamentos de acolhimento temporário para população em situação de rua onde o convívio cotidiano democrático e amigável se estabeleça em um ambiente que deve reproduzir uma estrutura habitacional de residência, na prática o encontro entre distintos sujeitos sociais em um mesmo ambiente habitacional sempre foi encarado como um problema e logo começam a aparecer as normativas que separam distintos sujeitos em abrigos específicos. A separação de equipamentos por gêneros dos acolhidos sempre foi uma premissa (entendendo a distinção apenas entre masculino e feminino) e, em 2009, é lançada a “Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais”, por meio de uma resolução (Brasil, 2009) que tipifica diferentes acolhimentos de acordo com diferentes sujeitos a serem acolhidos.

A “Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais” prevê o atendimento dos seguintes públicos-alvo: a) Crianças e adolescentes; b) Adultos e famílias; c) Mulheres em situação de violência, através de acolhimento provisório e acompanhadas ou não de seus filhos; d) Jovens e adultos com deficiência; e) Idosos. Importante destacar que cada público-alvo possui condições e formas de acesso específicas ao serviço de acolhimento institucional<sup>14</sup>, e que a Tipificação representou um importante passo para o

em risco as “conquistas” de direitos instituídas pelo judiciário por essas poderem ser questionadas e revogadas a qualquer momento por meios de Projetos de Leis que venham a suplantam as decisões do judiciário, como está acontecendo, neste momento, com o direito ao casamento homoafetivo (ver nota 7).  
14 Crianças e adolescentes, por exemplo, dependem de determinação de poder judicial que destitui poder



avanço das políticas do SUAS, uma vez que instituiu serviços continuados específicos de proteção social a grupos populacionais em vulnerabilidade, substituindo padrões de políticas públicas anteriores que não tinham continuidade assegurada e que se baseavam em atos de benemerência das instituições estatais.

Contudo, apesar dos documentos do poder executivo federal tipificarem diferentes públicos para específicos ambientes de acolhimento, as perspectivas de gêneros dissidentes (o que não é homem ou mulher cisgênero) e de orientações sexuais fora da heterossexualidade não estão expressamente contempladas nas normativas do SUAS e seus correlatos (LOAS, PNAS, NOB-SUAS). Esta ausência, que muitas vezes é dita como neutralidade e universalização de políticas públicas, expressa os caminhos da “sexopolítica” (Preciado, 2002) praticada pelo Estado, na qual naturaliza-se o que é reconhecido pela norma social vigente, ignora-se os conflitos do convívio sexual diverso em sociedade (discriminação das homossexualidades, “estupros corretivos” de mulheres lésbicas, violências diversas e assassinatos de pessoas transgênero, etc.) e institui-se a regulamentação de equipamentos habitacionais – casas de acolhimento para população em situação de rua – necessariamente inclusivos, sem esclarecer como se dará esta inclusão na prática e nem quais estratégias socioeducativas deverão ser implementadas para assegurar o convívio pacífico, respeitoso e inclusivo da diversidade sexo-gênero nestas instituições.

A heteronormatividade praticada pelo sistema político e legislativo – que Paul Preciado (2002) vai denominar de “sistema heterocrata” – fica explícita na ausência do reconhecimento, pelo Estado brasileiro, das graves violências sofridas pela comunidade sexo-gênero dissidente em seu cotidiano familiar – importante causa da inserção em situação de rua de muitos indivíduos LGBTQIA+ – e social. Compreender as especificidades dos modos de habitar (a casa e a cidade) e construir territorialidades da comunidade LGBTQIA+ para elaboração de normativas do Acolhimento Institucional que garantam moradia e cidadania plena a essa população é um desafio enorme e urgente para a construção de cidades verdadeiramente democráticas.

Criar políticas de acolhimento habitacional para a população sexo-gênero dissidente é uma forma de o Estado brasileiro reconhecer e afirmar luta contra os altos índices de violências a que esta população está submetida nos ambientes de moradia e nos espaços públicos urbanos, garantindo o direito à assistência social direcionada, com foco na instituição de um acolhimento temporário seguro, no qual sejam reconhecidos e respeitados os modos específicos de essa comunidade viver, se expressar e se organizar coletivamente em sociedade. A regulamentação do acolhimento específico para população LGBTQIA+ possibilita a criação e institucionalização de políticas públicas permanentes e difusas em todo território nacional para acolhimentos sociais que venham estimular a criação de casas de acolhimento LGBTQIA+ por entes públicos, assim como respaldar as ações de ONGs e de outras formas de organizações da sociedade civil que, atualmente, estão empenhadas, apesar dos sérios desafios de manutenção, no fornecimento desse tipo de acolhimento por todo Brasil<sup>15</sup>.

---

pátrio ou por requisição do Conselho Tutelar. Já idosos, tem acesso através de serviços de políticas públicas setoriais, como o CREAS, e demais serviços socioassistenciais como Ministério Público.

15 Vale ressaltar que, enquanto escrevemos este texto, a Rede Brasileira de Casas de Acolhimento LGBTQIA+ (REBRACA) publica, no seu perfil do Instagram, a seguinte nota: “A rede de Casas de Acolhimento LGBTQIA+ entra em alerta por conta de casas filiadas à Rede declararem paralisação de suas atividades de acolhimento de pessoas LGBTQIA+ em situações de vulnerabilidade social. As casas Marielle Franco, Casa Brasil, Casa Resistências e Casa Miga declararam está (SIC) sem suporte financeiro para dar continuidade em suas atividades. Trata-se de um agravante na Política de Acolhimento para população LGBTQIA+ e essa fragilidade é prova inquestionável que o Programa de Acolhimento, instituído pelo governo Lula, precisa urgentemente ser efetivado nas regiões onde essas Casas atuam.” Declaração publicada em 19/02/2024 e acessada neste mesmo dia no perfil do Instagram @rebracaLGBTQIA+.

Como medida emergencial para a garantia do mantimento do funcionamento de Casas de Acolhimento LGBTQIA+ criadas pela sociedade civil em todo o país, no final do ano de 2023, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) instituiu através da Portaria nº 755 de 5 de dezembro de 2023, o Programa Nacional de Fortalecimento das Casas de Acolhimento LGBTQIA+, também denominado de Programa Acolher+. Esse programa, estabelece que a sua finalidade é a proteção, promoção e defesa dos direitos das pessoas LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade e/ou risco social, com vínculos familiares rompidos ou na iminência de seu rompimento. Assim, um dos grandes objetivos do Programa Acolher+ é a busca pelo fortalecimento e/ou implementação de casas de acolhimento para pessoas LGBTQIA+ que foram expulsas de casa e privadas dos seus vínculos familiares por conta de sua orientação sexual e/ou identidade de gênero. O Acolher+ também faz parte de uma série de novas políticas que estão sendo construídas pelo MDHC, via Secretaria de Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, atualmente comandada pela travesti e ativista Symmy Larrat. Dentre essas novas ações, também se destacam a criação da Estratégia Nacional de Enfrentamento à Violência contra Pessoas LGBTQIA+ e do 4º Encontro Nacional dos Conselhos Estaduais LGBTQIA+<sup>16</sup>.

### **Habitação e Política Pública: a ausência da população LGBTQIA+ na Política Nacional de Habitação (PNH)**

Assim como nas políticas de assistência social, os sujeitos LGBTQIA+ não aparecem de forma expressa nas políticas nacionais de habitação. Apesar do contexto de luta social pelo direito à moradia no país, com a promulgação da Constituição Federal em 1988, do Estatuto das Cidades em 2001, e com a adoção dos Planos Diretores Participativos como principal instrumento de ordenamento das cidades e o surgimento de instrumentos urbanísticos, pouco se avançou a respeito à inclusão da comunidade sexo-gênero dissidente nas políticas federais que destinam habitação aos grupos em vulnerabilidade social.

Importante mencionar que foi a partir de 2003, com a ascensão do primeiro governo Lula à presidência e com a criação, pela primeira vez, de um órgão nacional de coordenação e desenvolvimento urbano, o Ministério das Cidades, que se deu início a uma série de diversas políticas e estudos para as variadas questões das cidades brasileiras. A questão da habitação, paralisada até então desde a extinção do BNH em 1986, volta a ser abordada a partir da elaboração da Política Nacional da Habitação em 2004, do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e do Fundo Nacional de Habitação em Interesse Social em 2005. Já em 2008, a Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades coordenou também a elaboração do Plano Nacional de Habitação (PlanHab), um dos principais instrumentos de implementação da Política Nacional de Habitação previsto pela lei nº 11.124/2005. O documento previa metas até 2023, com objetivo maior de “estruturar uma estratégia para enfrentar a questão habitacional e urbana” (Brasil, 2008) e pontuava uma necessidade de provisão de 35 milhões de unidades habitacionais para resolução do déficit habitacional.

---

16 A criação dos Conselhos Estaduais e municipais LGBTQIA+ faz parte do processo de implementação de políticas setoriais participativas colocado em prática pelo primeiro governo do presidente Lula, a partir de 2003. O terceiro (e último) Encontro Nacional dos Conselhos LGBTQIA+ aconteceu em 2016, ainda no governo da presidenta Dilma Rousseff, e foi de onde partiu a reivindicação pela possibilidade de mudança do nome social da comunidade transexual sem a necessidade de laudos médicos, autorização judicial e nem de cirurgias de redesignação do sexo. Reivindicação atendida pelo poder judiciário em 2018.

Apesar do contexto progressista, a pauta da habitação avança quase que exclusivamente a partir de um viés focado na distribuição de renda e na produção massiva de habitações. Assim, os documentos e aparato jurídico dos primeiros anos do governo Lula, ocupam-se em encontrar alternativas de financiamento, provisão de conjuntos habitacionais, e na formação de estruturas para o enfrentamento da crise habitacional. Outras questões, como especificidades regionais, adequação cultural das provisões de moradia e questões de gênero e diversidade, não encontram espaço significativo para debate e, conseqüentemente, a problemática habitacional não avança de forma inovadora nos anos subseqüentes.

Em relação ao recorte populacional aqui analisado, a população LGBTQIA+ não é mencionada em nenhum momento na construção deste novo aparato de políticas habitacionais. A lei do Estatuto das Cidades, em seu artigo 9º, a lei que cria o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e estabelece o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, em seu artigo 2º, aborda a questão do gênero exclusivamente a partir da perspectiva da mulher (cis, heterossexual, mãe e chefe do lar), quando passa a observar a necessidade de inclui-las, junto a idosos e pessoas com deficiência, como grupo populacional prioritário para financiamentos de habitação.

O PlanHab, criado em 2009, tinha como meta passar por revisões periódicas para que novas questões habitacionais fossem abordadas – a previsão era de revisões em 2011, 2015 e 2019. Contudo, o PlanHab só passa a ser objeto de uma nova revisão em 2021, sendo nomeado de PlanHab 2040, propondo sessões de leituras colaborativas, webinários nacionais em todas as regiões do Brasil, oficinas sobre eixos temáticos abertas à população. Entretanto, pautas de diversidade e da população LGBTQIA+ mais uma vez ficam de fora e, até o momento, a revisão do plano não foi concluída.

Em 2018, um dos estudos formulados pela Secretaria Nacional de Habitação em conjunto com o Ministério das Cidades intitulado “Demanda futura por moradias: demografia, habitação e mercado” (Givisiez; Oliveira, 2018) faz um extenso estudo sobre a demografia brasileira, projeção populacional e perspectivas de necessidade de habitação para as próximas décadas. O estudo também aborda a questão populacional a partir do binarismo de gênero, deixando mais uma vez de fora a população LGBTQIA+. A questão de gênero é, portanto, mais uma vez abordada como tópico especial para mulheres chefes de lar.

Em 2009, com a promulgação da lei nº 11.977 de 2009, que instituiu o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), há uma consolidação de todo movimento de avanço com os debates urbanos iniciados no primeiro governo Lula. Rolnik, Nakano e Cymbalista (2008) destacam que o PMCMV e o Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) foram capazes de promover aumento de créditos e subsídios para população de baixa renda e, conseqüentemente, abordar a questão do déficit habitacional de maneira mais estruturada desde o fim do BNH. Para esses mesmos autores, as similaridades com o BNH não pararam por aí, assim como o programa antecessor, o PMCMV enfrentou nas gestões de Lula e, posteriormente Dilma Roussef, uma série de limitações, sobretudo aquelas conectadas à problemática da distribuição de terras no país, bem como planos locais com zoneamentos excludentes que inviabilizaram a construção de cidades e de melhores urbanidades.

Em termos de avanço nas questões de gênero e sexualidade dissidente, a abordagem do PMCMV passa a ser um resumo daquilo que já tinha sido encontrado no Estatuto das Cidades, na Política Nacional de Habitação e no Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social: mulheres responsáveis por unidades familiares se consolidam como grupo prioritário de beneficiários do programa, junto de idosos, pessoas com deficiência e grupos familiares habitantes de áreas de risco ou de desastres naturais.

Apesar deste contexto sem avanços relativos à comunidade sexo-gênero dissidente no plano nacional, alguns Estados e cidades têm tentado, através de seus Planos Estaduais e Municipais de Habitação ou a partir de projetos de leis de deputados estaduais e vereadores, ampliar o rol de grupo prioritário que hoje existe no Programa Minha Casa Minha Vida, para incluir população travesti, transexual e casais homoafetivos no direito à inscrição prioritária. Esse é o caso do Estado de Pernambuco, que, em 2020, através da aprovação da lei nº 16.851, passou a assegurar às unidades familiares LGBTQIA+ o direito à inscrição nos programas de habitação popular desenvolvidos pelo Poder Executivo Estadual. A cidade de Natal é outro exemplo de novas perspectivas, já que teve uma lei aprovada pela Câmara Municipal (lei ordinária de nº 6.910/2019), garantido o direito de casais homoafetivos de se inscreverem como grupo prioritário nos programas de habitação popular do município. Já Belém, a partir de 2023, iniciou mutirões para inclusão de núcleos familiares LGBTQIA+, sobretudo a população travesti e transsexual, no Minha Casa Minha Vida, um claro esforço de melhorar a qualidade de vida deste recorte populacional.

Ainda em 2023, é importante destacar um dos fatos que renovam os debates políticos e estudos sobre habitação para a população sexo-gênero dissidente, em instância federal. O primeiro deles foi a apresentação do Projeto de lei nº 2327/2023 pela deputada federal Camila Jara, parlamentar do Partido dos Trabalhadores, representante do Mato Grosso do Sul. O projeto tem como objetivo a inclusão de casais com união estável ou casamento homoafetivo e da população travesti e transsexual com direito de inscrição prioritária a todos os projetos governamentais de habitação, incluindo o Minha Casa Minha Vida. O projeto de lei encontra-se em discussão no Congresso Nacional, sendo atualmente objeto de análise da Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial do Congresso Nacional, ainda sem previsão de qualquer tipo de votação ou de avanço.

Da efetivação da Política Nacional de Assistência Social, com as normas operacionais do SUAS, até a Política Nacional de Habitação e principais programas federais de habitação (como o Minha Casa Minha Vida), percebe-se que há um silenciamento nos aparatos jurídicos e nos principais documentos que operacionalizam estas políticas sobre a população sexo-gênero dissidente. O apagamento de sujeitos LGBTQIA+ nas políticas públicas que abrangem o acolhimento e a habitação evidencia a existência de um regime que se diz democrático, mas que subjuga as diferenças sexuais, totalizando-as em um sistema heterocrata (Preciado, 2002), ou seja, em uma supremacia das normas sexuais heterossexuais sobre todas as muitas outras formas de existências sexuais.

Estudos e debates precisam emergir, não só para passar a incluir a população sexo-gênero dissidente em políticas públicas de acolhimento institucional e habitação, mas também para fornecer subsídios para a formação de um corpo técnico-político que traduza a diversidade social em programas e políticas públicas. Por fim, incentivar o debate e sua consolidação também ajudará a evitar que o “sistema heterocrata” assimile as pautas da população LGBTQIA+ e reproduza novas colonialidades e opressões.

### Considerações Finais

A experiência cidadã dos corpos LGBTQIA+ na sociedade patriarcal, machista e cisheteronormativa brasileira é algo extremamente complexo e que exige reflexões criteriosas e multidisciplinares para um entendimento abrangente e profícuo que venha a corroborar com a construção de uma sociedade menos violenta e que habite cidades mais democráticas. A reflexão sobre a produção do espaço da população LGBTQIA+

em contextos urbanos nos coloca o desafio de entendermos a articulação do tecido social, suas formas de composição e como instituições e normas sociais criadas e desenvolvidas dentro da lógica capitalista colonial se perpetuam no tempo e no espaço, agravando conflitos e, em muitos casos, exterminando formas de existências que não se enquadram no sistema normativo hegemonicamente sustentado.

Uma das primeiras conclusões do presente trabalho é que o investimento em políticas públicas que garantam direitos sociais, sobretudo de habitação, aos grupos em situação de vulnerabilidade é crucial para formação de sociedades mais justas e igualitárias, uma vez que a prevalência de políticas pensadas a partir de um viés binário e cisheterossexual é responsável pela perpetuação do estado de precariedade dos sujeitos LGBTQIA+. É preciso também que haja um tensionamento das definições de núcleo familiar (para além do sistema cisheterossexual) e de grupos prioritários e/ou em vulnerabilidade social, dentro do aparato de programas e políticas públicas no país, uma vez que resta evidenciado, a partir do presente trabalho, que as estratégias criadas para contemplar a população sexo-gênero dissidente têm sido inócuas ou insuficientes para atender à demanda deste recorte populacional.

Enquanto os programas, ações e políticas públicas não atendem à necessidade por habitação e por acolhimento institucional, a comunidade LGBTQIA+ segue ocupando espaços e criando coletividades de ajuda mútua, dando respostas às violências institucionais e as suas necessidades com modos de habitar e construir equipamentos habitacionais para seus pares. As Casas de Acolhimento específicas para população LGBTQIA+ existentes, atualmente, em vários estados do país são uma tecnologia social que precisa ser compreendida e atendida por políticas públicas efetivas, que venham proteger e fortalecer as importantes ações de acolhimento social prestadas à sociedade brasileira por esses equipamentos já em operação hoje, assim como estimular e estruturar a formação de novos outros, sejam como equipamentos públicos ou como equipamentos privados, geridos por ONGs e subsidiados por verbas públicas.

Neste momento de declarado interesse do poder executivo brasileiro – via atuação do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania pelo Programa Nacional de Fortalecimento das Casas de Acolhimento LGBTQIA+, também denominado de Programa Acolher+ – a participação social é imprescindível para a elaboração de políticas públicas realmente eficazes. Apenas a experiência diversa de construção do gênero no seu próprio corpo e de conexões afetivas/sexuais da comunidade LGBTQIA+ e a expertise dos agentes dessa comunidade, já em atuação no funcionamento da tecnologia das casas de acolhimentos, poderão guiar o estado brasileiro na elaboração de programas e ações que venham a mitigar o sério problema habitacional a que essa população está submetida, sem cair em caracterizações e definições de gêneros e de relações familiares que reproduzem lógicas cisheteronormativas historicamente sustentadas pelas políticas institucionais deste país.

Importante destacar, ainda, que mesmo que esteja expressamente garantido na Constituição Federal que é um objetivo fundamental da República Federativa do Brasil, portanto, de todas as instâncias do nosso sistema de organização política, a promoção do bem, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, as principais políticas de habitação e de acolhimento institucional comumente reproduzem táticas de normalização dos corpos e de suas sexualidades. Ou seja, mesmo com todas as garantias constitucionais, o ordenamento jurídico brasileiro por si só não é capaz de questionar e enfrentar a colonização dos discursos dissidentes que se opõem aos códigos morais e estreitos de um sistema sociopolítico pensado para e por homens, brancos, heterossexuais e de alto poder aquisitivo. Até mesmo porque, corre-se o risco de este aparato, ao tentar legitimar um determinado grupo, acabar por deixar de fora novas formas de relações e existências presentes e

outras ainda por vir<sup>17</sup>, o que daria seguimento à precariedade de outras vidas.

Por fim, é preciso também ter consciência da importância do atual cenário político brasileiro. Após os últimos seis anos (2017 - 2022) de recrudescimento de discursos conservadores contrários à comunidade sexo-gênero dissidente, aumento nos índices de mortalidade por crimes de ódio, além do agravamento das condições de habitação e de acolhimento desta população, é preciso não apenas fortalecer as conquistas garantidas até então, que são poucas, mas também provocar tensionamentos e rupturas dentro da sociedade, nos meios de comunicação, nos meios acadêmicos e dentro das políticas públicas para que mais avanços e dissidências sejam fabuladas e reconhecidas socialmente.

## Referências

BRASIL. *Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001*. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2001.

BRASIL. *Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005*. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS. Brasília: Casa Civil, 2005.

BRASIL. *Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009*. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória no 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2009.

BRASIL. *Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

BRASIL. *Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009*. Aprova a tipificação nacional de serviços socioassistenciais. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Conselho Nacional de Assistência Social, 2009.

BRASIL. *Projeto de Lei nº 2327/2023*. Dispõe sobre a inclusão de casais com união estável ou casamento homoafetivos e condições de acesso de pessoas travestis e transexuais ao direito de inscrição prioritária aos projetos governamentais de habitação. Brasília: Congresso Nacional, 2023.

BUTLER, Judith. *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. *Corpos em Aliança e a Política das Ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

DAGNINO, Renato. Tecnologia Social: base conceitual. *Revista Ciência e Tecnologia Social*. v. 01, n. 01, julho de 2011.

<sup>17</sup> O sinal de “+” na sigla LGBTQIA+ expressa exatamente o caráter indeterminado e em permanente construção dessa comunidade, ou seja, aberto a outras possibilidades ainda não imaginadas.



DUARTE, Artur de Souza. *Enviadecer: a Casa 1 e a ancoragem LGBTQ no Bixiga, São Paulo*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Universidade de São Paulo. São Paulo, 2021.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

GIVISIEZ, Gustavo Henrique Naves; OLIVEIRA, Elzira Lúcia de (org.). *Demanda futura por moradias: demografia, habitação e mercado*. 1ª ed. Niterói: Editora da UFF, 2018.

MEDEIROS, Juliana. Acolhimento institucional: o que é e quais as modalidades? *GESUAS*, 2023. Disponível em: <https://blog.gesuas.com.br/acolhimento-institucional/>. Acesso em: 15 fev. 2024.

NATAL. *Lei ordinária nº 6.910, de 12 de junho de 2019*. Dispõe sobre o direito das pessoas que mantem união estável ou casamento homoafetivo à inscrição, como entidade familiar, nos programas de habitação popular e dá outras providências. Natal: Câmara Municipal de Natal, 2019.

PERNAMBUCO. *Lei nº 16.851/20*. Assegura o direito das unidades familiares homossexuais à inscrição nos programas de habitação popular desenvolvidos pelo Estado de Pernambuco. Recife: Alepe PE, 2020.

PRECIADO, Paul B. *Manifesto contra-sexual*. Madri: Editorial Opera Prima, 2002.

QUINALHA, Renan. *Movimento LGBTI+: uma breve história do século XIX aos nossos dias*. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

ROLNIK, Raquel; NAKANO, Kazuo; CYMBALISTA, Renato. Urban Land and Social Housing in Brazil: the issue of land. In: TEIXEIRA, Ana Cláudia (org.). *Participatory master plans. The challenges of democratic management in Brazil: the right to the city*. São Paulo: Instituto Pólis/Fundação Ford, 2008.

SERRA, Geraldo Gomes. *Pesquisa em arquitetura e urbanismo: guia prático para o trabalho de pesquisadores em pós-graduação*. São Paulo: Edusp/Mandarim, 2006.

SCHULMAN, Sarah. Homofobia Familiar: uma experiência em busca de reconhecimento. *Bagoas - estudos gays: gêneros e sexualidades*, v. 4, n. 5, p. 67 -78, 2010.

VILLADA, Camila Sosa. *O Parque das Irmãs Magníficas*. São Paulo: Planeta, 2021.



Imagens: Taliboy

parede branca



## CAMINHADAS Uma foto-performance urbana

### *Cartografia Sexuada de Salvador<sup>1</sup>*

#### Performers:

**Abigail Marianno** (maquiadora e produtora cultural).

**Lucas Castro** (arquiteto urbanista, no momento da ação aluno da Faculdade de Arquitetura da UFBA).

**Malayka SN** (drag-queen, produtora cultural e ativista dos direitos LGBTQIA+).

**Yago Bruno** (arquiteto urbanista, no momento da ação aluno da Faculdade de Arquitetura da UFBA).

#### Fotógrafxs:

**Camille Lordelo** (arquiteta urbanista, no momento da ação aluna da Faculdade de Arquitetura da UFBA).

**Eduardo Rocha Lima** (professor da Faculdade de Arquitetura da UFBA).

**Janaína Bechler** (psicóloga, no momento da ação pós-doutoranda no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFBA).

**Mariana Laert** (arquiteta urbanista, no momento da ação aluna da Faculdade de Arquitetura da UFBA).

#### Ação:

Registrar, em fotografias, caminhadas de corpos dissidentes pelo Centro de Salvador.

#### Objetivo:

Materializar, em imagens, o desafio encarado por cidadãs e cidadãos sexo-gênero dissidentes, no exercício básico da vida pública cotidiana de caminhar pelas ruas.

#### Programa:

Percurso Caminhada 1 – da Escolas de Belas Artes (EBA) da UFBA até o Cinema Glauber Rocha.

- Encontro entre performers e fotógrafxs, às 15h, na EBA.
- Fotógrafxs saem antes da EBA e se posicionam em locais estratégicos do percurso previamente combinado com xs performers. Após a passagem dxs performers por determinadx fotógrafox, estx se desloca rápido para uma outra posição à frente do trajeto e continua os registros. Observação: registros à distância com utilização do zoom das câmeras fotográficas.
- Chegada Cinema Glauber Rocha: reunião da equipe de performers e fotógrafxs para conversa em torno dos registros realizados neste primeiro trajeto.

Percurso Caminhada 2 – do Cinema Glauber Rocha ao Bar Caras & Bocas.

- Chegada de mais duas pessoas performers e saída de uma.
- Fotógrafxs saem antes do Cinema Glauber Rocha e se posicionam em locais estratégicos do percurso previamente combinado com xs performers. Após a

passagem dxs performers por determinadx fotógrafox, estx se desloca rápido para uma outra posição à frente do trajeto e continua os registros. Observação: registros à distância com utilização do zoom das câmeras fotográficas.

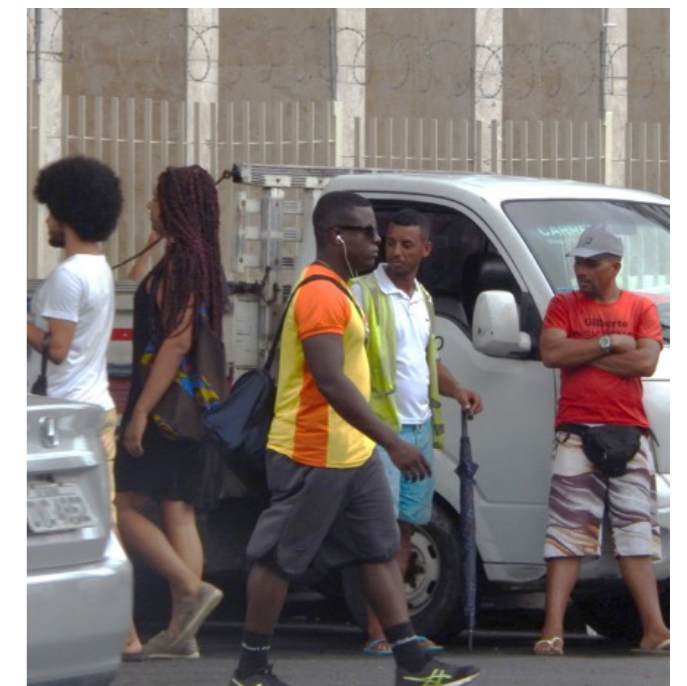
- Chegada Bar Caras & Bocas: reunião da equipe de performers e fotógrafxs para conversa em torno dos registros realizados e seleção de imagens.

#### Diretriz para escolha das imagens que compõem a Foto-performance:

Explicitar o exercício político da afirmação de si que significa o aparecer em público dos corpos dissidentes na cidade, expondo as reações dxs outrxs transeuntes da cidade às suas presenças.

<sup>1</sup> A Foto-performance Caminhadas foi uma das ações do projeto de extensão “Corpos, Sexualidades e Experiências urbanas” da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (UFBA), realizado no segundo semestre de 2018 e proposto pelo professor Eduardo Rocha Lima, coordenador do grupo de pesquisa e extensão Cartografia Sexuada de Salvador.















## XX A pirraça urbana de Taliboy

**Eduardo Rocha Lima<sup>1</sup>**

Um corpo artista e dissidente na cidade. Um corpo artista trans-masculine na cidade. Um corpo trans e provocador de incômodos, a partir da sua arte urbana, nas estruturas normativas que regem a sociedade e a vida urbana heterocentrada. Um corpo urbano inquieto e insubmisso: pirracento. A “pirraça urbana” (Taliboy, 2021) enquanto tática política de uma prática artística inconforme com os ditames da sociabilidade urbana excludente e violenta. Este é Taliboy e seu corpo “ativista” e afrontoso na cidade.

Baiano de Vitória da Conquista, Taliboy, assim como inúmeros sujeitos sexo-gênero dissidentes, deixa sua cidade natal e sua família progenitora, aos 19 anos, para morar na cidade grande – no caso, a capital baiana – e assumir, no corpo, a vida que deseja para si. A chegada em Salvador, o ingresso na vida universitária<sup>2</sup>, o contato com novas amizades, estas alunas da escola de Belas-Artes da UFBA, e com os movimentos feministas, o faz entender que, pelo viés da expressão artística, muito de suas inquietações poderiam ser comunicadas: a rua se torna o lugar e o grafite a forma de expressão principal para que o seu feminismo “ativista” possa aparecer em público.

Taliboy passa, então, a praticar o fazer artístico nas ruas soteropolitanas, intervindo nos espaços, nos muros e mobiliários urbanos com uma arte que expressa poeticamente as vivências e violências sofridas pelo seu corpo, naquele momento ainda assumidamente feminino, no entanto sem performar feminilidade. A partir de 2010, suas “pinturas-guerrilhas” começam a ocupar os muros da Cidade da Bahia e abrir caminhos para o aparecimento do “Luto”, uma personagem feminina, sempre com a cabeça coberta por uma máscara preta, que remete à burca muçulmana (numa clara alusão a toda violência de gênero oriunda do universo religioso), e com o corpo que infringe – a partir das vestimentas e da nudez, dos gestos e das posturas corporais, assim como do punho cerrado e erguido – as normas sociais que delimitam o bom e aceitável comportamento feminino em sociedade. Durante vários anos, o Luto afrontou a população baiana nos mais diversos e inusitados espaços públicos da cidade e sua inspiração inicial surge da participação do Taliboy em uma Marcha das Vadias ocorrida em Salvador, quando ele desnuda suas tetas no espaço público e sente, na prática, a audácia transformadora de um ato subversivo do corpo na cidade.

Asua prática ativista nos espaços urbanos e o aprofundamento nos estudos acadêmicos das artes visuais fazem com que Taliboy ultrapasse os limites territoriais da Bahia e chegue ao Rio de Janeiro, onde passa a cursar doutorado em artes na UERJ. O corajoso movimento de assumir no corpo uma identidade de gênero inconforme com a sua combinação cromossômica (XX) e os novos conflitos sociais vivenciados por este sujeito corporificado em transição de gênero passam a inspirar o fazer ativista urbano

<sup>1</sup> Arquiteto Urbanista, doutor em Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFBA e do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Prof. Milton Santos (IHAC – UFBA).

<sup>2</sup> Taliboy é graduado em Comunicação Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), mestre em Processos Criativos pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais desta mesma instituição e, atualmente, é doutorando no Programa de Arte e Cultura Contemporânea da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGArtes-UERJ), estando, neste momento, em estágio-sanduiche no Centro de Investigación de Estudios de Género (CIEG) da Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM).

e o fazer teórico conceitual do artista-acadêmico, agora vivenciador dos conflitos e do cotidiano da cidade do Rio de Janeiro.

São os trabalhos e a presença de Taliboy no espaço público da capital fluminense que ocupam e engrandecem a capa e as páginas que abrem as sessões desta edição da Revista Pixo. Para muito além do grafite, as artes visuais de Taliboy ganharam novos fazeres, materialidades e performances. De uma pirraça urbana soteropolitana situada quase que integralmente na materialidade construída da cidade, vemos agora, também, um corpo subversivo vestindo e tatuando na pele o seu afronte. Um corpo que carrega em si, enquanto criação artística, o anúncio da sua insubmissão e, assim, se coloca em risco na cidade, pelo prazer e a determinação de questionar as normas sociais excludentes e tão presentes nos espaços urbanos. Com a sua prática, Taliboy fabula outros mundos e constrói, no ato do seu corpo presente e nos rastros das suas intervenções materiais no espaço público, a TRANScidade.

Agradecemos imensamente ao Taliboy por ter aceitado o nosso convite e por ter nos enviado um conjunto de imagens que aqui dividimos em séries tituladas pelos nomes dos seus trabalhos. Montamos a capa e cada página que abre as sessões desta edição com um trabalho específico, apresentando, a seguir, as séries de imagens utilizadas em cada montagem.

### Referências

ROCHA LIMA, Eduardo. CAMBOIM, Iale. Entrevista com Alan Costa, Taliboy e Xan Marçal. In: *Periódicus – Revista de estudos indisciplinados em gêneros e sexualidades*. Salvador, n. 18, v. 1, out – dez 2022.

TALIBOY. *Luto enquanto prática e tática visual de pirraça urbana da multidão sapatransbode*. Dissertação (Mestrado – Artes Visuais). Universidade Federal da Bahia. Escola de Belas Artes, 2021.





CAPA \_ Afetividades às/das Masculinidades Embucetadas



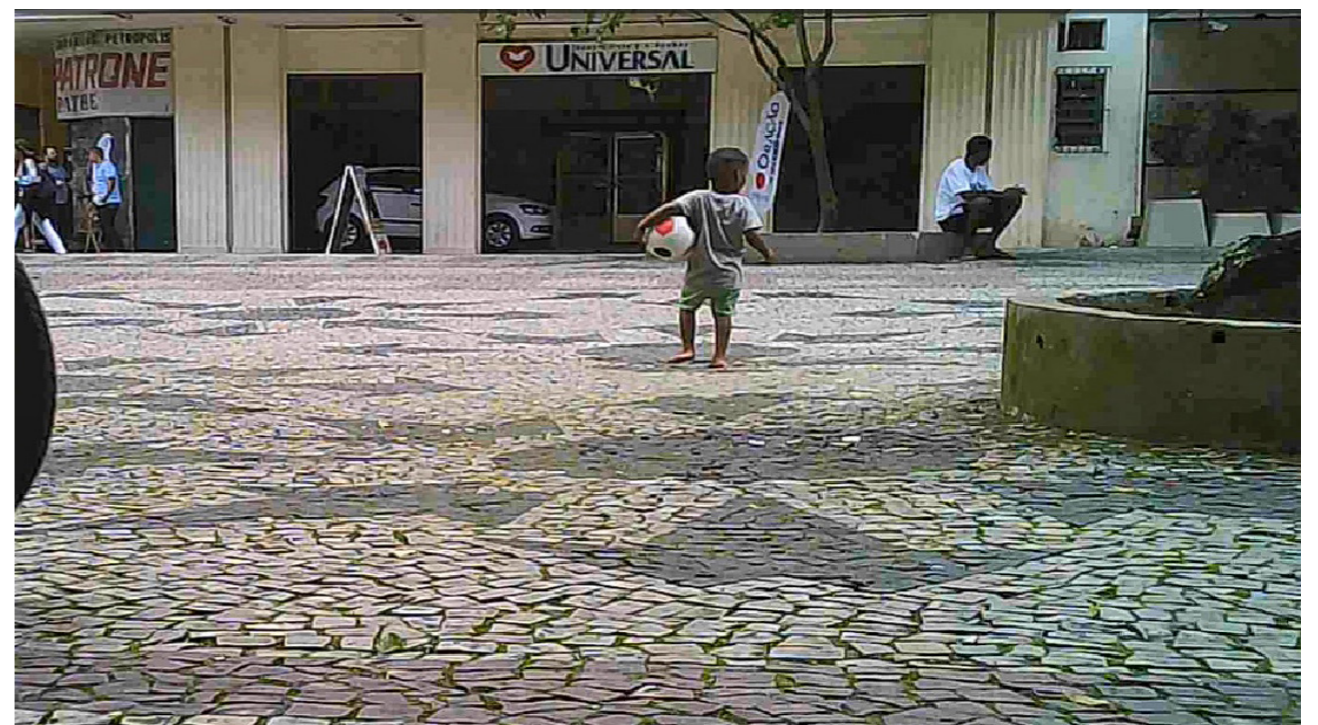




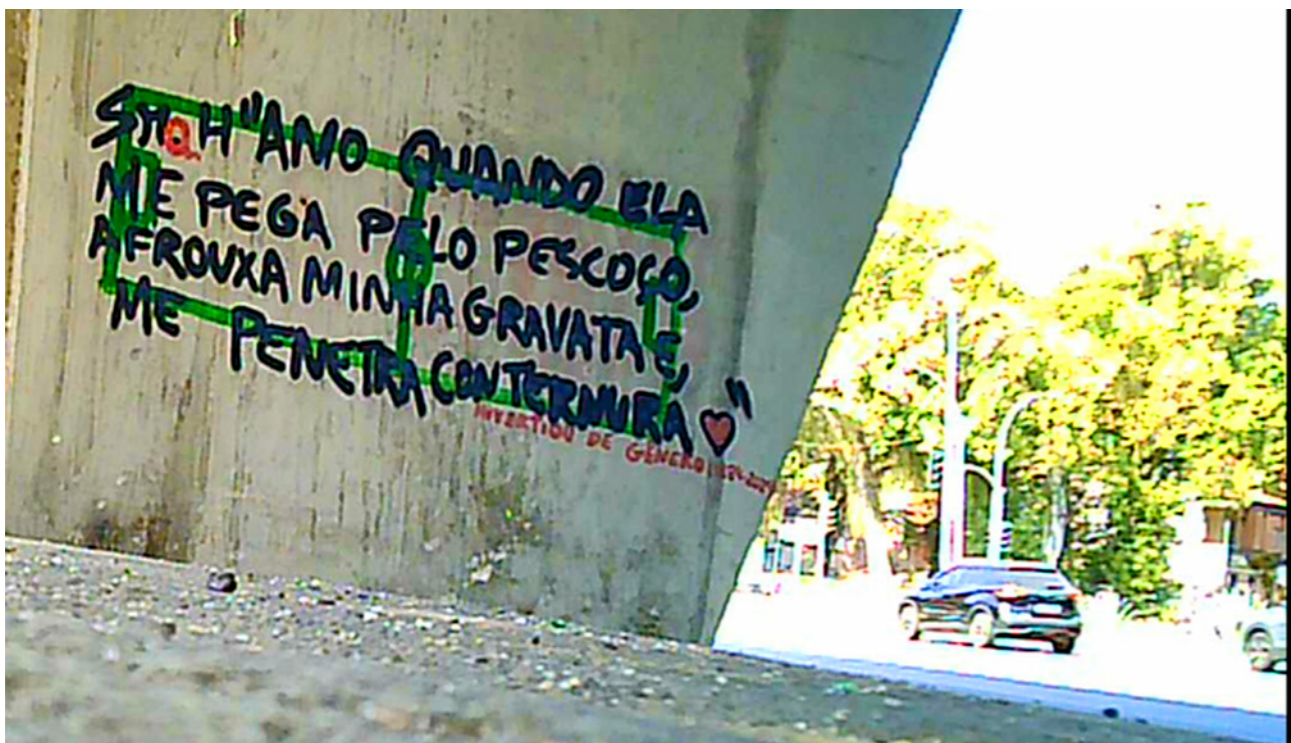












PROCESSOS e PROJETOS \_ Dados Públicos



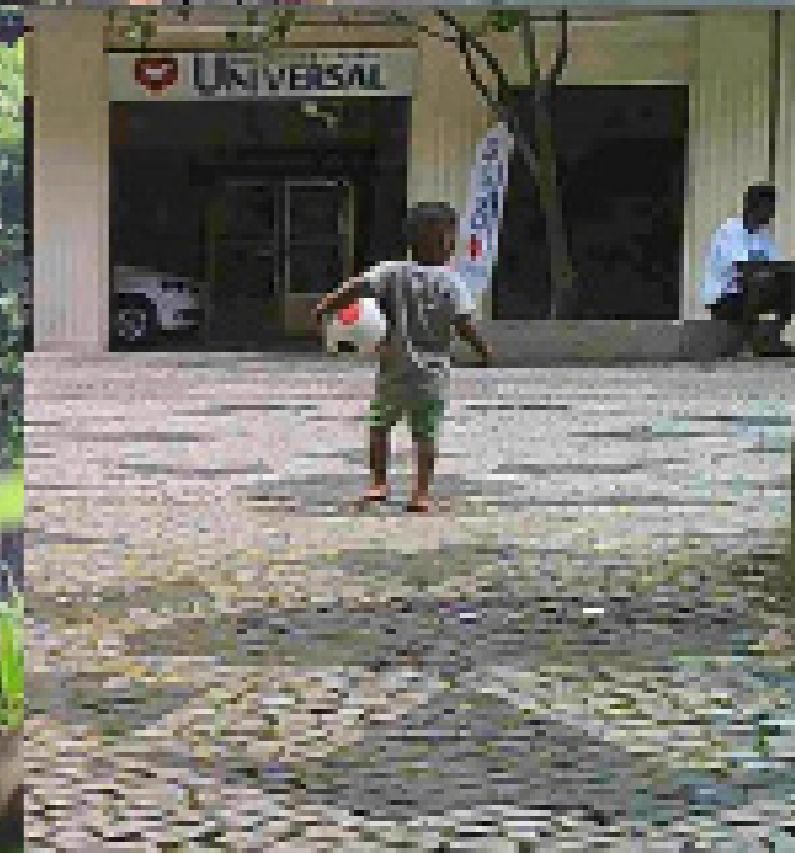
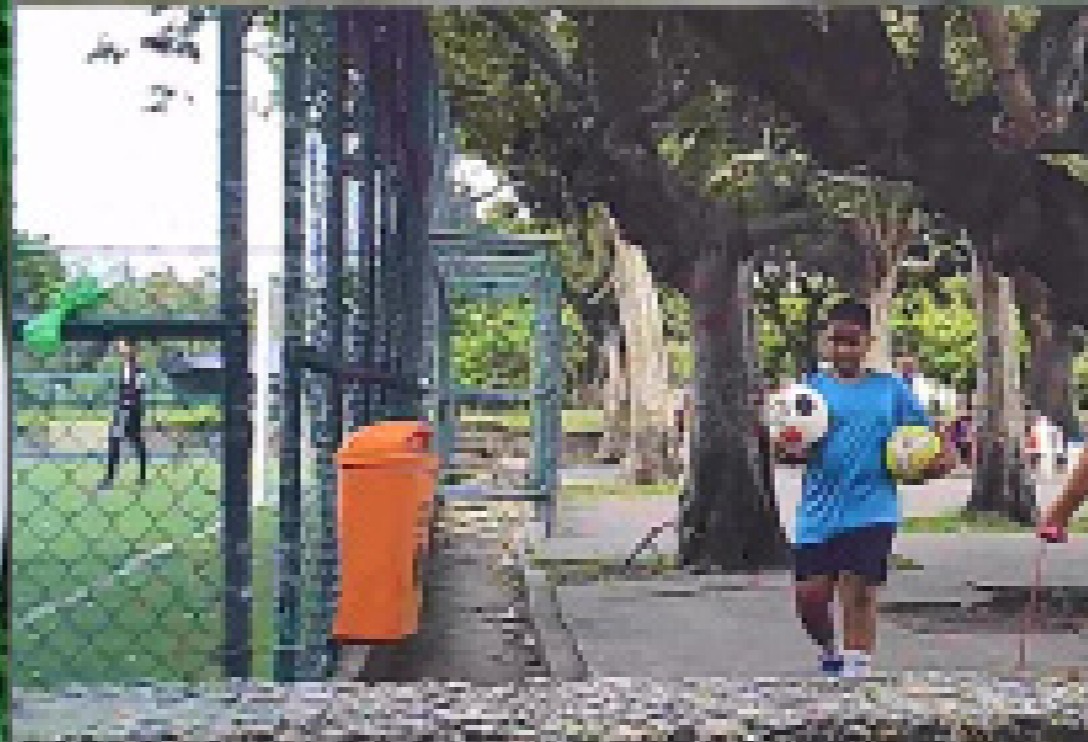




Imagens: Taliboy



artigos e ensaios



# O CORPO QUE CONSTRÓI

## Sexopolítica, multidões queer e direito à habitação da população LGBTQIA+ em três países da América Latina

*THE BODY THAT BUILDS:  
Sex politics, queer multitudes and the right to housing of the LGBTQIA+ population in three Latin-American countries*

**Yuri Nascimento Paes da Costa<sup>1</sup>  
e Carlos Henrique Magalhães de Lima<sup>2</sup>**

### Resumo

Brasil, Argentina e México compartilham um cenário de violências contra a população LGBTQIA+. Apesar de representarem as maiores economias latino-americanas, os números de mortes violentas das pessoas desse grupo nestes países evidenciam um problema social significativo. Diante disso, propõe-se investigar caminhos políticos elaborados por esses grupos minoritários não apenas para garantir sua sobrevivência, mas para pensar formas alternativas habitacionais, tema central para o debate urbano contemporâneo. Do ponto de vista teórico, Foucault (2007), Butler (2023), Preciado (2011,2022), Wittig (2022) e Cortés (2008) fundamentam a discussão sobre gênero. A metodologia utilizada é a definida por Gil (2007) como qualitativa, bibliográfica e exploratória. Como resultados, nota-se que Argentina e México diferem do Brasil, com tentativas inovadoras para efetivar moradia à população LGBTQIA+. Já no Brasil, políticas públicas de habitação não conseguem contemplar essa população, entretanto, coletivos e governos locais têm forçado caminhos para subverter o sistema homogeneizante das políticas públicas de habitação.

Palavras-chave: população LGBTQIA+, multidão queer, sexopolítica, habitação.

### Abstract

*Brazil, Argentina, and Mexico share a violent scenario against the LGBTQIA+ population. Although they represent the largest Latin American economies, the number of deaths of LGBTQIA+ people in these countries highlights a significant social problem. Given this scenario, we propose investigating the political paths these minority groups have developed, not only to secure their survival but also to explore alternative housing options, a central topic in contemporary urban debate. From a theoretical point of view, Foucault (2007), Butler (2023), Preciado (2011, 2022), Wittig (2022), and Cortés (2008) support the discussion on gender. Gil (2007) defines the methodology as qualitative, bibliographic, and exploratory. Consequently, we observe that Argentina and Mexico, unlike Brazil, have made innovative efforts to provide housing for the LGBTQIA+ population. In Brazil, public housing policies fail to consider the needs of the LGBTQIA+*

<sup>1</sup> Mestrando em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (UnB), Especialista em Direito Urbanístico e Ambiental (PUC Minas/2019), Arquiteto e Urbanista pela Escola Unicap ICAM Tech (Unicap/2022). Bolsista CAPES.

<sup>2</sup> Doutor em Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (UFRJ/2016), Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (UnB/2008), Arquiteto e Urbanista pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (UnB/2006), Docente do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (UnB).

*population; however, collectives and local governments have devised innovative ways to challenge this homogenizing system.*

*Keywords: LGBTQIA+ population, queer multitudes, sex politics, housing.*

### Introdução

Em junho de 2021, no centro histórico da cidade de Recife<sup>3</sup>, Roberta Nascimento, mulher trans, era queimada viva por um homem que não a conhecia. Apenas dois anos após o seu assassinato é que a justiça reconheceu a identidade de Roberta como uma mulher. Em novembro de 2023, no estado mexicano de Aguascalientes<sup>4</sup>, o primeiro magistrado não-binário e ativista LGBTQIA+, Jesús Ociel Baena Saucedo, foi encontrado morto junto de seu companheiro. Um assassinato movido pela homofobia. Ainda em novembro de 2023, dias após a eleição de Javier Milei à presidência da Argentina, o “Ministerio de las Mujeres, Géneros y Diversidad” é evacuado após duas ameaças de bomba e a sua ministra, Ayelén Mazzina, lesbica, feminista e ativista dos direitos LGBTQIA+, é ameaçada de estupro corretivo e morte.

As três notícias têm muito em comum: além de terem ocorrido nas maiores economias da América Latina (Brasil, México e Argentina), também relatam a situação persistente de ameaça às vidas LGBTQIA+ nas cidades latinoamericanas (Butler, 2023). De acordo com dados do *Observatorio de crímenes de odio LGBT+: motivados por discriminación por orientación sexual, expresión e identidad de género* (Buenos Aires, 2022), 129 crimes de ódio contra pessoas LGBTQIA+ foram cometidos na Argentina em 2022. Já o México teve 231 mortes de pessoas LGBTQIA+ no triênio 2021 a 2023, de acordo com o coletivo LetraEse (2023). E de acordo com o Dossiê de LGBTIfobia Letal, produzido pelo Observatório de Mortes e Violências LGBTI+ no Brasil (2024), o Brasil registrou 230 mortes violentas em 2023.

Esses dados revelam que a condição precária aludida por Butler (2023) não se dá da mesma forma para todos os grupos sociais. Para Butler (2023), a distribuição dessa condição se dá de forma desigual: algumas vidas valem mais do que outras, algumas vidas são mais invisibilizadas, negligenciadas e “morríveis”. Ao construir esse pensamento, Butler (2023) está diretamente dialogando com as ideias de Foucault (2022) sobre biopolítica e biopoder, ou seja, ao conjunto de práticas e estratégias através das quais os governos regulam a vida dos indivíduos e das populações. Tanto para Foucault como para Butler, os governos usam a perpetuação de altos índices de violência e mortes ante corpos cuja existência e sexualidade se desviam da normalidade cisheteronormativa compulsória, corpos descritos por Rubin (1984) como dissidências sexuais<sup>5</sup>, para controlar a vida humana e até mesmo a organização das cidades.

<sup>3</sup> Recife é a capital do Estado de Pernambuco, situada no Nordeste brasileiro. É a nona cidade mais populosa do Brasil e é a capital mais violenta para população LGBTQIA+ de acordo com os dados da Secretaria Estadual de Segurança Pública (SSP PE).

<sup>4</sup> Aguascalientes é a capital do estado mexicano de mesmo nome. Apesar de ser um dos menores estados mexicanos, é considerada a 14ª cidade mais populosa do país e a mais segura para se viver na região central. Apesar disso, foi cenário de um homicídio motivado por homofobia que reacendeu o debate sobre segurança da população LGBTQIA+ no país.

<sup>5</sup> O termo “dissidências sexuais” foi empregado pela primeira vez por Gayle Rubin em 1984 e se refere às práticas, sexualidades, identidades e subjetividades que desafiam as normas sexuais hegemônicas e enfrentam estigmatização, marginalização e repressão. O termo vem sendo apropriado nos últimos anos pela população LGBTQIA+ em resposta a termos mais institucionalizados e neutros como “diversidade”, com intuito de incluir corpos desobedientes, de afronta, de desconstrução do homem branco ocidental cisheterossexual.

Dentro de uma perspectiva das dissidências sexuais e do controle de corpos e sexualidades, também podemos situar Preciado (2022), que adiciona a “sexopolítica” como uma das formas da biopolítica. Para o filósofo, “os órgãos sexuais, as práticas sexuais e também códigos de masculinidade e feminilidade e outras identidades desviantes entram no cálculo do poder do Estado” (Preciado, 2022, p. 21). Sexualidade e gênero, para além das regulações de mercado, integram disputas de territórios entre nações, reservas de bens naturais e acúmulo de capital. Por isso, também estão entre os objetivos de controle do Estado, funcionando como um verdadeiro sistema heterocêntrico<sup>6</sup> (Preciado, 2022). Apesar de não direcionar de forma expressa questões do urbanismo e do direito à habitação em seus debates, como Butler (2023) o faz, Preciado (2022) faz uma importante contribuição ao afirmar que neutralidade e universalização pretendida por muitas políticas públicas - dentre elas destacamos as políticas de habitação -, especialmente a partir do viés do gênero, também são formas de interpretar o sistema da sexopolítica através de seus dispositivos de controle do que o autor denomina corpos desobedientes aos marcadores de gênero. A ideia de um sistema heterocêntrico (Preciado, 2022), baseado em uma totalização dos corpos em “normais”, “heterossexuais” e “reprodutores”, tem como intenção eliminar qualquer dissidência que ameace a célula-base da estrutura cisheteronormativa dominante: a família burguesa. No entanto, para Preciado (2011), esse sistema não opera sobre um corpo inerte e inativo. Esse corpo desobediente responde ou, como afirma Butler (2023), entra em estado de luto, tendo a capacidade de criar discursos contrahegemônicos e de desmantelamento interno do sistema. Assim, a sexopolítica não é mais apenas um espaço para biopoder, mas também uma chance de unir diferentes movimentos de minorias sexuais, o que cria multidões *queer*.

As multidões *queer* é um termo que foi utilizado por Paul Preciado pela primeira vez no artigo “Multidões *queer*: notas para uma política dos anormais”, publicado na Revista Estudos Feministas em 2011. O termo se refere a uma oposição ao discurso da diferenciação sexual explorado pelo feminismo clássico (natureza masculina *versus* natureza feminina) e prevê a flexibilidade na concepção de corpos, gêneros e sexualidades, desconstruindo, ainda, identidades sexuais dicotômicas, binárias. Além disso, o termo provoca um deslocamento do discurso da existência de uma origem natural dos corpos, sexos e sexualidades para um campo maior de expressões, performatividade e multi-identidades. O conceito de multidões *queer* permite, assim, que singularidades, pautas identitárias, encontrem dentro de suas diferenças espaço para novas práticas, novos pensamentos, novas estratégias, dando ensejo a uma verdadeira política das multidões.

O termo “multidões *queer*” será nossa lente para os movimentos sociais e políticos de inclusão da população LGBTQIA+ nas políticas públicas de habitação na Argentina, México e Brasil. Além disso, também se propõe levantar algumas questões: a) como tem ocorrido a inclusão da população LGBTQIA+ em políticas públicas de habitação?; e b) como têm agido os movimentos sociais, coletivos e políticos de luta LGBTQIA+ diante da questão habitacional? São perguntas para as quais não há resposta imediata, o que nos permite efetuar uma leitura prospectiva e exploratória. Além da análise dos debates mais recentes sobre direito à habitação da população LGBTQIA+ na Argentina, México e Brasil, também buscaremos fundamentar as discussões nos conceitos de biopolítica e biopoder de Foucault (2007); vidas precárias de Butler (2023); multidão *queer* e sexopolítica de Preciado (2011, 2022); e políticas do espaço e controle social

<sup>6</sup> O termo “sistema heterocêntrico” aparece pela primeira vez na obra Testo Junkie: Sexo, Drogas e Biopolítica (2008), onde Paul B. Preciado o define como uma estrutura social que centraliza e privilegia a heterossexualidade como norma dominante. O sistema heterocêntrico, de acordo com Preciado (2008), é responsável por sustentar discursos de que as relações heterossexuais são as únicas naturais e legítimas e que todas as outras devem ser marginalizadas, controladas e patologizadas.

de Cortés (2008).

A metodologia, de acordo com Gil (2007) e Deluchey (2012), utilizada no presente trabalho é a qualitativa, bibliográfica, exploratória, que busca proporcionar visão geral, aproximativa, sobre movimentos sociais, coletivos e políticas públicas de habitação para a população LGBTQIA+. Dessa forma, a metodologia se desenvolveu nas seguintes etapas: 1) levantamento bibliográfico acerca da arquitetura, urbanismo, habitação e gênero. Importante destacar que propomos um recorte mais ampliado quando em gênero para que se possa incluir dissidências; 2) análise e aprofundamento dos conceitos de sexopolítica e multidões *queer* de acordo com Preciado (2011); e 4) análise de dados coletados em três cenários (Brasil, México e Argentina) sobre iniciativas que têm buscado formas de introduzir grupos sociais minoritários dentro de programas nacionais de habitação. Além dessas etapas, cabe esclarecer que ainda foi realizada uma visita de campo à cidade de La Rioja (Argentina) em janeiro de 2024, na qual foi possível coletar informações e dados específicos sobre as primeiras unidades habitacionais dedicadas às mulheres e população LGBTQIA+ e subsidiadas por um Governo Federal em articulação com um coletivo de mulheres transexuais.

Este artigo caracteriza, ainda, uma primeira etapa de investigação mais ampla de mestrado, financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), sobre políticas públicas de habitação e questões de gênero a partir de cenários na Argentina e no Brasil. Espera-se, com as discussões, trazer para o debate dos direitos da população LGBTQIA+ pautas que restaram pendentes nas últimas décadas, porém essenciais para a qualidade desse recorte populacional.

### Sexopolítica e multidões *queer*

A vida biológica das populações e todos os seus aspectos – como saúde, higiene, reprodução, sexualidade – fazem parte da administração do Estado, que efetua esse controle a partir de tecnologias e estratégias/dispositivos politicamente construídos. A esse conjunto geral de dispositivos que exercem poder sobre a vida, definido por Foucault (2007) como biopoder, há um correspondente material concreto exercido no dia a dia pelo Estado e pelas instituições da sociedade (medicina, igreja, escola, família). Assim, a biopolítica, instrumento concreto do biopoder, se transformou em um mecanismo indispensável para inscrever valores preciosos para o capitalismo e o pensamento moderno nos corpos das populações. Para Foucault (2007, p. 174), “se o desenvolvimento dos aparelhos de Estado garantiu a manutenção das relações de produção, os rudimentos de anátomo e de biopolítica” se aplicaram aos processos econômicos, ao seu desenrolar e às forças que os sustentam. Eles também atuam como fatores de segregação e hierarquização social, controlando as forças de ambos os lados e garantindo relações de dominação e efeitos de hegemonia. A acumulação econômica.

Para Foucault (2007), a sexualidade é um dos pontos principais pelo qual é possível compreender a complexidade existente por trás do controle de corpos e da vida coletiva. Foi através do escrutínio e da regulação da sexualidade pela Medicina, pela Igreja e pelo Estado, sobretudo após o século XVIII, que, por exemplo, a sexualidade e corpos de mulheres e de sujeitos desviantes dos marcadores de gênero passaram a ser desmoralizados, ilegítimos se não servissem à célula familiar, parte responsável por perpetuar o modelo conjugal que incita o segredo sobre os corpos, sexos e que não questiona a única finalidade do sexo permitida dentro do mundo moderno e capitalista: aquele com fins de reprodução, que garanta a sobrevivência desse modelo de sociedade.



Para Preciado (2022), o pensamento de Foucault ilustra muito bem a passagem de uma forma de poder que decide e ritualiza a morte, muito comum nos regimes absolutistas, para uma nova forma de poder que calcula tecnicamente a vida coletiva na sociedade moderna. Entretanto, para Preciado, essa passagem não pode ser entendida como um pensamento estanque, é preciso avançar para acompanhar novas complexidades sociais na vida contemporânea. Assim, ao retomar pensamentos de Lazzarato (2006), Haraway (1984) e Wittig (2022), Preciado (2022) acrescenta que não só a sexualidade é objeto de interesse ao capital, mas também os órgãos sexuais, a capacidade de reprodução, os papéis sexuais passam a ser campos disciplináveis, correlatos ao capital.

Ao acrescentar esses novos elementos como campos disciplináveis pelo Estado, Preciado (2022) dá origem ao conceito de “sexopolítica”, elemento fundamental para compreender os impactos da biopolítica nas subjetividades contemporâneas. A sexopolítica de Preciado (2022) tem como objetivo produzir um impacto direto na forma como as pessoas percebem seus corpos e desejos. Suas provocações abrangem as influências que o sexo, a sexualidade e o gênero exercem sobre as mídias, os discursos, a semiótica e as trincheiras sociais que apoiam os sistemas de poder cisheteronormativos e predominantes.

A sexopolítica, portanto, também está diretamente relacionada ao que Preciado (2022) chama de “sistema heterocêntrico”, ou seja, aquele sistema social e político no qual vivemos, onde a heterossexualidade ordena todas as relações humanas e toda produção de conhecimento, inclusive os processos que fogem do consciente. Importante esclarecer que esse sistema heterocêntrico será baseado em valores preocupados em universalizar existências, corpos e saberes, e ainda terá como premissas a teoria da diferenciação sexual e na construção da categoria binária de gênero e sexo, uma construção inquestionável, inalterável e essencialista que visa diminuir ou eliminar a participação da diversidade e dos desviantes.

O conceito de sexopolítica em Preciado (2022) é essencial para poder acessar outro conceito importante para o presente trabalho: o das multidões *queer*. Diferente do que entendeu Foucault, da sexualidade e do gênero como produto de um conjunto de discursos ao longo dos séculos, Preciado entende que o gênero e o sexo não são simplesmente o efeito de um sistema fechado de poder, nem o fruto de discursos que recaem diante de uma matéria passiva, mas “o nome do conjunto de dispositivos sexopolíticos (da medicina à representação pornográfica, passando pelas instituições familiares) que serão o objeto de uma reapropriação pelas minorias sexuais” (Preciado, 2011, p. 14). Para entender essa reapropriação, podemos utilizar as palavras de Lauretis (1987), em sua obra *Tecnologias do Gênero*, que também faz menção à Wittig ao argumentar que Monique Wittig recupera o sentido da opressividade do poder justaposto nos conhecimentos institucionalmente controlados, um sentido que, de certo, foi perdido quando o foco do pensamento passou a ser colocado mais na ideia de poder de Foucault. Dessa maneira, assim como Preciado (2022), Lauretis (1987) também entende que uma construção do gênero “também existe nas margens dos discursos hegemônicos, propostos de fora do contrato social heterossexual e inscritos em práticas micropolíticas. Tais termos também contribuem para a construção do gênero” (Lauretis, 1987, p. 227).

Essas práticas micropolíticas contrahegemônicas, mencionadas por Lauretis (1987), também observadas por Haraway (1984) quando menciona *artivism*<sup>7</sup> e a obra de Chela

<sup>7</sup> O termo *artivism* está presente na obra de Chela Sandoval desde 1981 no texto *Feminism and racism: a report on the 1981 National Women's Studies Association Conference*, contudo ganha corpo e contornos

Sandoval em *O Manifesto Ciborgue*, é a potência política encontrada por Preciado (2011). São elas que ilustram que os corpos não são dados passivos sobre o qual o biopoder simplesmente age. São essas práticas que vão possibilitar que a sexopolítica se torne não apenas um lugar de poder e de opressões, mas também de criação no qual se “sucedem e se justapõem os movimentos feministas, homossexuais, transexuais, intersexuais, transgêneros, chicanas, pós-coloniais. As minorias sexuais tornam-se multidões. O monstro sexual que tem por nome multidão<sup>8</sup> torna-se *queer*” (Preciado, 2011, p. 14).

Contudo, na construção do conceito das multidões *queer*, Preciado (2011) chama atenção para algumas armadilhas epistemológicas a serem evitadas. A primeira delas, diz respeito à necessidade de evitar pensar o conceito como um tipo de segregação política. Nesse sentido, o filósofo destaca que é preciso fugir do pensamento neoconservador que colocaria de um lado as multidões *queer* e de outro lado as pautas identitárias. Sobre essa armadilha, podemos conjecturar melhor a partir de dois pensamentos: um elucidado por Wittig (2022) e outro por Quinalha (2022). Para Wittig (2022), não precisamos nos suprimir enquanto indivíduos para constituir a base de um grupo; e, como ninguém pode ser reduzido à sua opressão, somos confrontados com a necessidade histórica de primeiro nos constituirmos como sujeitos individuais de nossa história. Assim, para a escritora francesa, “não há luta possível para pessoas destituídas de identidade e sem motivação interna para lutar” (Wittig, 2022, p. 49). Quinalha (2022) também segue a mesma linha de pensamento de Wittig ao afirmar que as identidades são pontos de partida para a mobilização de interesses comuns, mas também acrescenta argumentos à questão ao dizer que as identidades também são um tipo de construção de nossa subjetividade em relação às estruturas de poder e de desigualdade que organizam nossa sociedade. Para Quinalha (2022), as subjetividades possibilitam que se crie uma dimensão coletiva às individualidades e se atribuam novos valores para experiências concretas de violência e sofrimento.

A outra armadilha epistemológica a ser evitada, de acordo com Preciado, é ignorar os privilégios da maioria heterossexual e não reconhecer esse sistema como dominante e opressor. Em *Manifesto Contrassexual* (Preciado, 2022), o autor apresenta uma reflexão sobre as práticas universalizantes da maioria heterossexual, ao afirmar que o sexo, como órgão e prática, não é nem um lugar biológico preciso nem uma pulsão natural, mas, na verdade, uma “tecnologia de dominação heterossexual que reduz corpos e subjetividades a zonas erógenas em função de uma distribuição assimétrica de poder entre os gêneros” (Preciado, 2022, p. 36).

Indo mais além e buscando inspiração nas próprias fontes que Preciado revisita em seus escritos, o que a segunda armadilha prevista pelo autor evidencia são alguns pontos de debate trazidos por Haraway em *O Manifesto Ciborgue* (Haraway, 1984) e Lauretis em *Tecnologias do Gênero* (1987), ou seja, é preciso ter em mente que, na sociedade em que vivemos, onde os corpos, o gênero, o sexo e a vida coletiva, a linguagem, os discursos, a forma de pensar são controlados, é necessário apostar em caminhos para dismantlar esse sistema, tanto nas margens, mas também por dentro desse sistema heterocentrado. É necessário corroer as estruturas patriarcais e seus

mais definidos em 2008 com o artigo *Chicana/ o Artivism: Judy Baca's digital work with youth color*, feito por Chela Sandoval em parceria com Guisela Latorre.

<sup>8</sup> O conceito de multidão explorado por Preciado (2011) foi introduzido por Antonio Negri e Michael Hardt na obra *Multitude: war and democracy in the age of empire* e se refere a uma forma de pensar a coletividade política na era contemporânea. A multidão, de acordo com Negri e Hardt (2004), é composta por um conjunto de singularidades, que muito além de ser lido como uma massa passiva, encontra em suas diferenças força e criatividade para suplantarem sistemas políticos de opressão. A multidão se caracteriza, assim, pela cooperação, pela resistência, e pela possibilidade de descentralizar as suas operações.

conceitos preciosos de dominação com base na teoria da diferenciação dos sexos, dos papéis de gênero, do sexo como mecanismo de reprodução, da vida familiar conjugal submissa, da domesticidade e dos arranjos espaciais de confinamento de mulheres e pessoas LGBTQIA+, e das políticas universalizantes e dos territórios excludentes.

Dessa maneira, os conceitos apresentados de sexopolítica e de multidões *queer* por Preciado (2011, 2022) podem ser utilizadas como ferramentas para subverter as regras que o contrato social heterossexual determina para os corpos e vida coletiva. Ademais, é também dentro das reflexões da sexopolítica e das multidões *queer* que entendemos a possibilidade de subjetividades LGBTQIA+ serem valorizadas dentro de uma luta coletiva pelo direito à moradia, que essas multi-identidades podem ser inclusive o ponto de partida inicial para uma mobilização maior, para construção de políticas habitacionais mais inclusivas, diversas e democráticas. Esses casos empíricos encontrados na Argentina, México e Brasil ajudam a ilustrar que pensar em políticas de habitação ou, até mesmo, projetos habitacionais para comunidade sexo-gênero dissidente não provocará, necessariamente, espaços segregados, gentrificados e/ou guetos. O que os casos empíricos podem revelar é que, diante do cenário de violências e mortes ao qual os corpos LGBTQIA+ estão expostos na América Latina, essas políticas e projetos podem ser estratégias para dar ensejo ao desejo interno dos sujeitos pelo direito a serem vistos e reconhecidos dentro das políticas e dentro dos espaços da cidade, ao mesmo tempo em que pode fortalecer a pauta coletiva pelo direito à moradia e, conseqüentemente, permitir o acesso a outros direitos e garantias fundamentais.

#### **Desfazendo a armadilha do gueto: uma perspectiva do direito à moradia para população LGBTQIA+**

Preciado (2011) argumenta que o discurso de alguns políticos, filósofos e pensadores pode não estar tão comprometido em eliminar as estruturas do pensamento binário (homem e mulher, homossexual e heterossexual, público e privado). Isso se deve ao fato de que esses atores frequentemente discutem a ideia de “guetização” das comunidades *queer*. Preciado (2011) ilustra essa contradição a partir da revisão dos trabalhos de Foucault. Isso é particularmente evidente na decisão do governo francês de se afastar da Frente Homossexual de Ação Revolucionária (FHAR) na França, pois acredita que a adoção de pautas muito identitárias poderia resultar em segregação e empobrecimento das discussões políticas, sexualidade e corpo. No entanto, Preciado (2011) mostra que a própria experiência de Foucault refuta essa afirmação, pois ele encontrou espaço para a apreciação de novos estilos de vida, corpos e prazeres em comunidades gays, lésbicas e SM<sup>9</sup> no bairro do Castro. É impossível não adiantar algumas das discussões a serem abordadas mais adiante no presente artigo, considerando a analogia com a contradição encontrada no discurso de Foucault por Preciado. Os conjuntos habitacionais *Renacer I* e *Renacer II*, que formam o primeiro bairro LGBTQIA+ da cidade de La Rioja (Argentina), são excelentes exemplos para quebrar essa armadilha potencial da guetização. Esses conjuntos habitacionais são resultado de um programa habitacional federal chamado *Habitar en Igualdad*, que começou em 2019. Ele é resultado de esforços do Ministério das Mulheres, Gêneros e Diversidade da Argentina e do Ministério do Desenvolvimento Territorial da Argentina para construir, financiar e destinar fundos para projetos de habitação, desenvolvimento urbano e formação profissional para pessoas LGBTQIA+ e mulheres em situação de

9 O termo SM, abreviação de sadomasoquismo, se refere à prática sexual definida pela junção do sadismo (prazer em ver o sofrimento alheio) e masoquismo (prazer através do próprio sofrimento). De acordo com o dicionário Laplanche (1995), a junção do termo se deu pelo psicanalista Freud em 1915 em sua obra “As pulsões e suas vicissitudes”.

vulnerabilidade e violência doméstica.

Apesar de ser um projeto inovador e de possuir um contexto histórico de construção de direitos à população LGBTQIA+ e mulheres na Argentina, o *Habitar en Igualdad* não encontrou adesão entre outras províncias do país. Nem sequer em sua capital, Buenos Aires, que possui um histórico de recepção de políticas progressistas, houve interesse em aderir ao programa habitacional. Os motivos para essa não-adesão foram investigados através de uma visita de campo a La Rioja e de uma conversa realizada em janeiro de 2024, no Congresso Nacional Argentino, com a deputada riojana Hilda Aguirre. A deputada, junto com o movimento de mulheres transsexuais e trabalhadoras do sexo, foi a responsável por articular o desembaraço de terras para a construção de 25 unidades habitacionais e pela adesão ao programa pela província de La Rioja. A congressista ressaltou, entretanto, que a razão para o desinteresse das outras províncias foi o temor de possíveis prejuízos ao capital político, já que muitos políticos e setores da direita e extrema-direita comparavam o programa habitacional às políticas de guetização sofridas pelos judeus durante a 2ª Guerra Mundial e pela população negra em centros urbanos norte-americanos. Esse discurso causou debates e pânico moral nas redes sociais (como se percebe nas figuras 1 e 2), gerou espetacularização nas mídias argentinas e obstaculizou o envolvimento das outras províncias no programa habitacional. Apesar desse cenário, especialmente agravado em 2023 e 2024 pela retomada dos discursos de ódio e intolerância trazidos pela campanha do atual presidente da Argentina, Javier Milei, a cidade de La Rioja seguiu adiante e, em abril de 2024, onze unidades habitacionais (das 25 previstas) foram entregues a mulheres e homens transsexuais, travestis, lésbicas e gays.

Em seu texto “Multidões *queer*: notas para uma política dos anormais”, Preciado (2011) não abordou detalhadamente a armadilha montada pelo discurso da guetização da comunidade sexo-gênero dissidente, sobretudo perante o direito à moradia da população e de políticas habitacionais. Contudo, a hipótese da guetização tem acompanhado este artigo, que é fruto de uma dissertação de mestrado em andamento do autor principal e orientado pelo coautor deste texto<sup>10</sup>. Até o momento, narrativas de que “políticas habitacionais a um grupo populacional específico segregam a cidade”, “que estes grupos populacionais serão excluídos e não incluídos na cidade”, “qual a diferença do habitar da população LGBTQIA+, não somos todos iguais?”, “não há literatura robusta” ou, em especial, “estes exemplos não podem virar guetos?”, aparecem ao redor da temática “políticas de habitação para comunidade sexo-gênero dissidente”, e também aparecem dentro do meio acadêmico das políticas públicas, do planejamento urbano e do direito à habitação.

Além da falta de interesse político dos governos para propor e apoiar projetos, programas e políticas de habitação para a população LGBTQIA+, situação mais do que evidente diante do apagamento desse recorte populacional em políticas públicas, podemos encontrar dentro de uma perspectiva *queer* alguns motivos para a construção do discurso da guetização: I) o uso do termo gueto vem sendo utilizado de maneira descritiva e não analítica pelas ciências sociais e por vários setores da sociedade, II) a biopolítica contemporânea utiliza da linguagem e dos discursos para exercer uma influência direta em dispositivos que regulam o direito à habitação, III) há um arrefecimento da investigação por parte de arquitetos, urbanistas e planejadores das cidades sobre o tema da habitação por uma perspectiva de gênero.

10 A dissertação em construção tem o título de “Políticas habitacionais sob a perspectiva de gênero: limites e possibilidades a partir de um estudo”, está sendo desenvolvida dentro do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (PPG-FAU Unb) e centra-se, especialmente, nas experiências do *Habitar en Igualdad* na cidade de La Rioja.



O primeiro motivo, a utilização do termo gueto de forma descritiva e não analítica pelas ciências sociais e sociedade em geral, foi encontrado dentro dos estudos do filósofo francês Loïc Wacquant (2004). O termo foi inicialmente usado para descrever concentrações de moradias de judeus europeus em áreas portuárias, marcadas por patologia e precariedade. Com o tempo, tornou-se sinônimo de distritos urbanos degradados, reunidos por classes dominantes, especialmente norte-americanos, e caracterizados por degradação urbana, construções precárias, imigrantes, superpopulação, crime, expulsão, sujeira e falta de participação na vida nacional. Para os pensadores da época, os guetos foram criados naturalmente a partir do desejo compartilhado de indivíduos para compartilhar vidas e culturas. No entanto, após a Segunda Guerra Mundial, o termo foi transformado para incluir áreas urbanas de confinamento judaico na Alemanha e enclaves urbanos densificados pela população negra nos Estados Unidos. A partir da década de 1990, o termo *ghetto* começou a eliminar conceitos de raça ou poder, redefinindo-o como qualquer grupo de extrema pobreza, independentemente da sua população ou composição institucional.

Na década de 1990, o termo *ghetto* também absorveu conceitos de estudos sociológicos da comunidade gay e lésbica, especialmente após os movimentos de libertação homossexuais após as revoltas de Stonewall<sup>11</sup>. Wacquant (2004) define o gueto como um dispositivo de organização social composto por quatro elementos: estigma, fronteira, confinamento espacial e encapsulação institucional. Para ser chamada de gueto, uma área deve materializar relações de poder assimétricas entre grupos étnico-nacionais (estigma), ter limites espaciais e psicológicos bem delimitados (limite), ser um espaço de confinamento imposto e abrangente (contenção espacial), e ter seu próprio sistema de gestão (encapsulamento institucional) que permita ao grupo isolar-se e reproduzir-se dentro do perímetro estabelecido por outro grupo dominante. Assim, entender sumariamente que políticas de habitação, conjuntos habitacionais, ou até mesmo bairros desenhados, pensados e ocupados pela comunidade sexo-gênero dissidente são guetos, reduz bastante o debate para a categoria meramente descritiva e não analítica, conforme defendido por Wacquant (2004). Entretanto, é preciso ainda ter cautela ao apoiar políticas públicas que reforcem estigmas, que criem fronteiras/barreiras espaciais e psicológicas, que gerem a sensação de confinamento espacial e que deem ensejo à encapsulação institucional por grupos minoritários. Nesses cenários, efeitos negativos sobre esses grupos podem ser produzidos, como controle e vulnerabilização/exposição de seus corpos.

Outra reflexão que pode ser feita para não cair na miscelânea de significados para o termo gueto é de que esse discurso pode estar servindo de ferramenta para o fortalecimento da biopolítica contemporânea, especialmente para a propagação do discurso heterocentrado, de universalização de conceitos e de uma linguagem com circuito fechado, que não permite espaço para dissidências, desobediências e corpos transgressores dos signos impositivos do sistema sexo-gênero. Essa linha de pensamento nos leva ao segundo motivo: a biopolítica contemporânea utiliza a linguagem e os discursos para exercer uma influência direta em dispositivos que regulam o direito à habitação. Esse cenário, evidenciado pelo controle dos discursos e da linguagem, é encontrado, por exemplo, na realidade de políticas públicas destinadas à população LGBTQIA+ no Brasil. O maior instrumento censitário do país, promovido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mesmo sendo provocado pelo judiciário, recusou-se a fazer uma análise do perfil populacional da comunidade LGBTQIA+. Esse apagamento sinaliza muito mais que uma simples ausência de dados sobre como e onde vivem essas pessoas ou até mesmo quantas são e o que fazem. É o exemplo de que as estruturas do sistema heterocêntrico impossibilitam a estruturação de políticas específicas que sejam eficientes e que garantam a salvaguarda de direitos sociais para a comunidade sexo-gênero dissidente. O que ocorre no IBGE é percebido em vários outros instrumentos de políticas públicas, textos de lei, decretos e portarias, que costumemente eliminam dissidências em nome do funcionalismo, da universalização e da eficiência.

Em termos de políticas públicas de abrigo, acolhimento e de habitação, elementos cruciais para a sobrevivência da população LGBTQIA+ no Brasil, também é possível observar o controle dos discursos. Tanto o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), como a Política Nacional de Habitação (PNH) e o programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) não mencionam as dissidências e a diversidade que estas abrigam. Não há normativas que adaptem ou procurem entender, por exemplo, as especificidades do Acolhimento Institucional para a comunidade LGBTQIA+. Esses equipamentos sociais, que têm como objetivo garantir abrigo temporário e assistência social, muitas vezes,

<sup>11</sup> As Revoltas de Stonewall, em junho de 1969, foram protestos da comunidade LGBTQIA+ contra frequentes ações repressivas da polícia em bares e espaços frequentados pela comunidade em Nova York, marcando o início do movimento moderno pelos direitos LGBTQIA+.

não conseguem acolher mulheres transsexuais e travestis que dependem da rua e da prostituição para retirar seu sustento. De igual forma, encontram dificuldade em acolher homens trans, pessoas não-binárias, pelo forçoso discurso binário (homem *versus* mulher) presente nas normativas institucionais. Outro exemplo pode ser observado no maior programa habitacional brasileiro, o MCMV, que não prevê como público prioritário para acesso à habitação a comunidade LGBTQIA+, apesar de esses sujeitos estarem constantemente expostos à homofobia familiar (Schulman, 2012) e a processos de violência nos espaços públicos.

Essa violência presente tanto no espaço privado quanto no espaço público, que vimos na sessão anterior, e que corpos desviantes enfrentam na vida cotidiana, é a ponte que nos leva ao terceiro motivo que contribui para o discurso de guetização de espaços e comunidades *queer*: o arrefecimento da investigação por parte de arquitetos, urbanistas e planejadores das cidades sobre o tema da habitação sob uma perspectiva de gênero. Nos últimos cinco anos, na América Latina, foram identificados apenas 97 trabalhos (artigos, dissertações de mestrado e teses de doutorado) em português e 58 em espanhol que se dedicam à temática, totalizando 155 trabalhos. Desses, apenas 33, o que representa 21,9%, abordam especificamente a questão da habitação para a população LGBTQIA+. Sobre esse lapso no campo das discussões em arquitetura e urbanismo, Colomina (2023) conjectura que, apesar do vasto legado de profissionais de diversos campos que contribuíram para a expansão do tema da habitação no campo da arquitetura, ainda persiste uma contradição. Embora a arquitetura projete para pessoas, muitas vezes negligencia o papel central que as subjetividades podem assumir em um projeto habitacional, não indo além dos cânones da funcionalidade, das dimensões de ergonomia utilizadas como medidas projetuais ou dos parâmetros estéticos a serem inculcados.

Esse ofuscamento das subjetividades nos projetos de arquitetura não é um processo antigo; tomou força principalmente a partir da ascensão do movimento moderno na arquitetura e seu alastramento no urbanismo. As premissas modernistas de estandardização e universalização do desenho em prol do funcionalismo e da máxima eficiência se mostraram o argumento perfeito para que o neoliberalismo e o capitalismo prosseguissem com políticas de maximização de lucros e expurgo da diversidade nos centros urbanos. A vida cotidiana e o bem-estar social passaram a ser privatizados, a estrutura da vida cotidiana foi precarizada, os centros urbanos esvaziados, e suas habitações se tornaram um produto massificado, sem refletir os diversos modos de vida existentes. Assim, de acordo com Cortés (2008, p. 126-127), as linguagens e códigos (como o discurso, desenho, projetos e planejamento), que utilizam a neutralidade técnica e meramente descritiva, contribuem diretamente para a perpetuação de discriminações e “se transformam em estratégias espaciais e de planejamento que sustentam ideias de subordinação do feminino e que negam a existência social das minorias.”

### **Caminhos encontrados pelas multidões *queer* para construir políticas públicas de habitação em três países da América Latina**

Na América Latina, as perspectivas de gênero nas políticas de habitação se encontram em um processo difícil de consolidação e não apresentam diversidade de programas e tipologias que atendam a uma pluralidade sexual. Nas últimas décadas, muitos programas nacionais de financiamento ou produção de habitação social têm colocado as mulheres como grupo prioritário, buscando estabelecer uma equidade de gênero. Contudo, esse modelo ainda reproduz uma lógica cisheteronormativa que já não atende à diversidade de identidades de gênero e orientações sexuais contempladas pela contemporaneidade. Programas como o *Programa Vivienda Digna* para chefes

de família no México (SEDATU, 2014), *Mi Casa Ya* na Colômbia (Colômbia, 2022), *Programa Nacional de Vivienda Social* do Equador (Equador, 2023) e o Programa Minha Casa Minha Vida no Brasil (Brasil, 2024) têm como critérios prioritários de elegibilidade mulheres cisgêneras, heterossexuais e mães de família, deixando de fora outras pluralidades de mulheres e demais minorias sexuais (homens trans, intersexos e não-binários, por exemplo).

Apesar da dificuldade de encontrar dados históricos sobre violências contra a população LGBTQIA+ na América Latina, a rede *Sin Violencia LGBTI* (2023) registra que, entre 2014 e 2023, cerca de 2.841 pessoas LGBTQIA+ foram assassinadas na América Latina e Caribe. Os dados da *Sin Violencia LGBTI* (2023) são compilados por uma rede constituída de organizações cívicas dedicadas a garantir os direitos da população sexo-gênero dissidente nesses países e são disponibilizados para uso público, a fim de serem utilizados por governos e organizações internacionais. É importante destacar que os dados enfrentam desafios na coleta e, até mesmo, no apagamento em alguns países, como Haiti, Uruguai, Paraguai, Venezuela e Brasil, o que dificulta a composição real do cenário, que provavelmente apresenta números ainda mais agravantes. A rede *Sin Violencia LGBTI* (2023) destaca o Brasil como um caso particularmente preocupante, não só por sua população maior, mas também pelo aumento significativo de assassinatos e crimes de ódio relatados por ONGs e organizações governamentais contra a população sexo-gênero dissidente.

Nesses países, além do reforço da estrutura binária de gênero, há também um apagamento das pluralidades, uma vez que a população LGBTQIA+ não está contemplada em políticas nacionais de habitação. As políticas públicas que se dirigem a esse grupo populacional se concentram, em sua maioria, em questões de saúde sexual (como o combate às ISTs, sobretudo ao HIV), segurança pública (combate à homofobia, lesbofobia e transfobia), e assistencialismo e serviço social (programas de abrigos temporários, erradicação da fome e mitigação do uso de entorpecentes). Essa herança dos anos 1980 e 1990, período marcado pelo auge das mortes por AIDS, resulta em um sistema cisheteronormativo que homogeneiza todos os corpos LGBTQIA+ dentro de uma única dimensão.

Apesar desse contexto, no Brasil, alguns governos locais estão empreendendo esforços, por meio de seus planos estaduais e municipais de habitação ou através de projetos de lei de deputados estaduais e vereadores, para ampliar o rol de grupos prioritários no programa Minha Casa Minha Vida, a fim de incluir a população travesti, transexual e casais homoafetivos no direito à inscrição nos programas habitacionais. É o caso do estado de Pernambuco, que, em 2020, passou a assegurar às unidades familiares LGBTQIA+ o direito à inscrição nos programas de habitação popular desenvolvidos pelo poder executivo estadual. Natal (RN) também serve de exemplo, pois, em 2019, sancionou a Lei Municipal nº 6.910, garantindo o direito de casais homoafetivos de se inscreverem como grupo prioritário nos programas de habitação popular do município. Em Belém (PA), desde 2023, foram iniciados mutirões para a inclusão de núcleos familiares LGBTQIA+ no Minha Casa Minha Vida (Assunção, 2023). No que diz respeito à maior política habitacional brasileira, o Minha Casa Minha Vida, restaurado após os anos do Minha Casa Verde e Amarela, ainda não houve uma evolução em diretrizes mais específicas que contemplem outras pluralidades de gênero e sexualidade. Contudo, em maio de 2023, a deputada federal Camila Jara, representante do Mato Grosso do Sul, apresentou o Projeto de Lei nº 2327/2023 (Brasil, 2023), que visa à inclusão de casais em união estável ou casamento homoafetivos, além da população travesti e transexual, com direito à inscrição prioritária em todos os projetos governamentais de habitação, incluindo o Minha Casa Minha Vida (Brasil, 2024). O projeto de lei encontra-se em discussão no Congresso Nacional, sendo atualmente analisado pela Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial, ainda sem previsão de votação ou



avanço.

O tema da habitação para pessoas LGBTQIA+ tem sido tratado no Brasil de forma indireta, por meio de outras políticas e perspectivas. Entre essas iniciativas, destaca-se o Acolhimento Institucional, um importante instrumento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O Acolhimento Institucional vem ganhando força com as Casas de Acolhimento LGBTQIA+. Essas Casas de Acolhimento são equipamentos sociais que proporcionam moradia, além de serviços de atendimento médico, psicológico, jurídico e encaminhamento para benefícios sociais, destinados a pessoas em situação de rua ou vulnerabilidade social. Assim, as Casas de Acolhimento LGBTQIA+ têm sido utilizadas como uma tecnologia coletiva de sobrevivência para essa população, que encontra suporte para reconstruir suas vidas, especialmente diante da rejeição causada pela homofobia familiar (Schulman, 2009).

Com o intuito de fortalecer essas instituições, que acolhem pessoas LGBTQIA+ em situação de abandono familiar, risco ou violência, no final de 2023, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) lançou o programa Acolher+ (figura 3), que prevê a publicação de atos para adesão de instituições públicas e privadas, com o objetivo de implementar e fortalecer Casas de Acolhimento para pessoas LGBTQIA+. O programa também prevê a criação de um Comitê de Avaliação e Monitoramento, para acompanhar as ações implementadas pelo Acolher+. O lançamento do Acolher+ faz parte de uma série de projetos encabeçados pelo poder executivo federal para entender melhor as demandas e propor políticas públicas específicas para a população LGBTQIA+. Nesse sentido, também foi realizado o Primeiro Encontro Nacional de Casas de Acolhimento LGBTQIA+, foi lançado o programa Empodera+, que promove a empregabilidade da população LGBTQIA+, e foi publicada a Resolução nº 02/2024, que permite o reconhecimento da pessoa como parte da população LGBTQIA+ exclusivamente por meio de autodeclaração. Está prevista também a 4ª Conferência Nacional LGBTQIA+ para 2025, após anos de hiato e apagamento dessa agenda pelo poder executivo.

A efetivação de uma política a nível nacional de moradia temporária para a população LGBTQIA+ é uma luta antiga, uma vez que a estrutura prevista dentro do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) não se ocupa com as especificidades para acolhimento e abrigo para pessoas LGBTQIA+. Esses equipamentos podem ser essenciais para muitas existências LGBTQIA+, já que o processo de reconhecimento e afirmação pública de sexualidades podem ser estabelecidos, anteriormente, dentro de um contexto de convivência familiar violenta e hostil, definida por Schulman (2009) como situação de “homofobia familiar”. Esse contexto de precarização de vidas LGBTQIA+ dentro da estrutura familiar consanguínea também é percebido em outros “níveis sociais como nas escolas e no mercado de trabalho resultando, além da saída do domicílio parental, em evasão escolar e pauperização de jovens” (Duarte; Cymbalista, 2018, p. 8530).

A situação do México pode ser percebida através dos relatórios produzidos pelo relatório de violências do coletivo *LetraEse* (2023). Nesse relatório, o México registrou cerca de 231 mortes violentas de pessoas LGBTQIA+ nos anos de 2021, 2022 e 2023. Entretanto, apesar do número relativamente inferior a outros países da América Latina, o relatório também ressalta a extrema dificuldade de coletar dados oficiais no país, o que leva a crer que há uma grande subnotificação dos números de mortes. Apesar disso, nas últimas décadas, o México tem construído um aparato jurídico para conceder à comunidade sexo-gênero dissidente mexicana mais direitos, dentre eles o direito ao casamento igualitário, adoção entre casais do mesmo sexo, retificação do nome nos



Figura 3 - Lançamento da casa de acolhimento piloto em Belém, com a presença do Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania e da Secretária Nacional LGBTQIA+. Fonte: Canhedo, 2024.

documentos oficiais e proibição de terapias de “conversão”<sup>12</sup>.

O cenário do México se assemelha ao caso da Argentina, já que, apesar de ter uma construção de garantias jurídicas recentes para a população LGBTQIA+, o direito de acesso à moradia encontra respaldo nas principais políticas de habitação há um certo tempo. A principal política pública mexicana de habitação regulada pelo *Instituto del Fondo Nacional de la Vivienda para los Trabajadores (Infonavit)*, de 2002 a 2022, concedeu 43.034 créditos hipotecários em benefício de 21.517 casais do mesmo sexo. A principal linha de crédito do *Infonavit*, a *Unamos Creditos Infonavit*, permite que duas pessoas comprem uma casa sem a necessidade de serem casadas. Essa possibilidade foi crucial para que casais homoafetivos tivessem acesso à moradia antes mesmo da aprovação de leis como do casamento homoafetivo e adoção entre casais do mesmo sexo.

A linha de créditos hipotecários do *Infonavit*, no entanto, apenas beneficia população circunscrita dentro do mercado de trabalho formal. Quando se fala em um recorte populacional que para utilizar seu nome e ter reconhecida a sua identidade ou que para ser atendida em instâncias administrativas, jurídicas, políticas de acordo com a sua existência encontra obstáculos, falar em acesso ao mercado de trabalho formal, acesso a leis trabalhistas e reconhecimento social ainda é um passo distante. Apesar das contradições existentes nas políticas habitacionais mexicanas, a comunidade sexo-gênero dissidente tem se organizado através de cooperativas para criar lares e territórios livres de discriminação e violências.

Esse é o exemplo da cooperativa *Xochiquetzalli* (figura 4), que surgiu em 2019 a partir da ideia do homem gay e ativista Octavio Mandujano na Cidade do México. De acordo com Verdún e Lima (2024), a ideia surgiu enquanto Mandujano concluía seu mestrado em Planejamento e Políticas Metropolitanas, momento em que percebeu que a comunidade LGBTQIA+ não estava dentro do rol de grupo prioritário para políticas de habitação no México. Assim, se inspirando no modelo de cooperativas habitacionais do

<sup>12</sup> As terapias de conversão sexual, são formas de violências psicológicas empregadas por instituições religiosas que visam eliminar orientações sexuais distintas da heterossexualidade. A Resolução nº 001/1999 do Conselho Federal de Psicologia proíbe que psicólogos desenvolvam ou contribuam para ações que patologizem as homossexualidades no Brasil. Apesar disso, ainda é crescente o número de abrigos, casas terapêuticas e clínicas apoiadas por igrejas pentecostais no Brasil e ao redor do mundo.





Uruguai, Mandujano acabou encontrando em *Xochiquetzalli* a oportunidade de iniciar a cooperativa que hoje conta com cerca de 21 famílias LGBTQIA+ cadastradas. Apesar de não possuir terras, ou estrutura para construir unidades habitacionais, a cooperativa mexicana está oficialmente registrada e tem exercido pressão para alcançar avanços concretos no que diz respeito ao direito das pessoas LGBTQIA+ à moradia digna. Um exemplo disso é o descrito por Verdún e Lima (2024): com base no ativismo da cooperativa, a comunidade LGBTQIA+ conseguiu reformar a lei de habitação local para que pessoas LGBTQIA+ da Cidade do México adquiram habitação através de um modelo cooperativo, algo que podem conseguir através do Instituto de Habitação da Cidade do México (INVI).

O INVI funciona como uma autarquia, uma entidade pública com um perfil maior de autonomia e de ações descentralizadas cuja função é atender quem está em situação de risco e precisa de acesso à moradia na capital, “para isso, oferece um empréstimo ao qual podem candidatar-se cooperativas habitacionais, algo que *Xochiquetzalli* já pode fazer graças ao trabalho de Mandujano” (Verdún; Lima, 2024). Apesar da possibilidade de acesso aos créditos, adquirir terreno na Cidade do México tem sido uma tarefa difícil, visto o *boom* imobiliário propiciado pela chegada de norte-americanos e europeus, em sua maioria nômades digitais, aposentados, que, atraídos pela desvalorização da moeda nacional mexicana e pela facilidade em adquirir propriedades imobiliárias, têm gentrificando e aumentado exponencialmente os valores dos imóveis. Diante disso, a cooperativa não esmoreceu e agora tem se debruçado em analisar outros instrumentos jurídicos que possam garantir o acesso à terra e à habitação social. Ao mesmo tempo, a cooperativa de *Xochiquetzalli* tem se articulado com outras cooperativas habitacionais para estudar a viabilidade de reunião para que possam construir unidades habitacionais no mesmo lote de interesse, unindo esforços e dinheiro para adquirir terras na capital mexicana.

Diferente do Brasil e, de forma semelhante à do México, o cenário de políticas públicas na Argentina encontrou por duas décadas (2003 até 2023) caminhos para incluir a população LGBTQIA+ como público beneficiado em programas nacionais de habitação. Após anos de estagnação econômica e de desinvestimento nas políticas de bem-estar social que levaram a Argentina a um colapso econômico, Kullock e Murillo (2010) destacam que o governo Néstor Kirchner (2003-2008) retoma a agenda

de desenvolvimento social, relança o principal programa de habitação nacional, o FONAVI, e injeta novos recursos provenientes do tesouro nacional para concluir obras inacabadas e produzir novas habitações.

Mestres (2014) destaca que, a partir de 2003, sucessivos planos federais passam a ser uma tentativa do governo de responder à crise social na qual o país estava imerso após anos de estagnação. É nesse momento que programas federais são criados, como o Programa Federal de Emergência Habitacional - cujo objetivo era o provimento de habitação e infraestrutura básica para famílias abaixo da linha da pobreza e em situação de vulnerabilidade (pessoas em emergência e marginalidade) - e o Programa de Solidariedade Habitacional, de caráter semelhante ao de Emergência Habitacional, focado em determinadas áreas do país que concentram maior índice de pobreza e de urgência habitacional.

Importante salientar que tanto os planos de reativação do *FONAVI*, como os novos planos federais de habitação inovaram ao introduzir a formação profissional e geração de novos postos de trabalho como elementos agregados às novas políticas de habitação. Assim, ao mesmo tempo em que se criavam moradias, também se qualificaram os moradores, oferecendo formação em novos ofícios no ramo de construção, infraestrutura e saneamento. É nesse momento também que se há a inclusão das mulheres, chefes de lar, e de outras dissidências sexuais (população trans e travesti, por exemplo) como grupos prioritários para beneficiamento das políticas de habitação, facilitando-lhes o acesso ao direito à moradia e reconhecendo o recorte do gênero como um dos elementos a serem observados na produção de políticas habitacionais.

É importante pontuar especificamente o Programa Federal de Emergência Habitacional, uma vez que demandou o envolvimento de diversos setores do Governo Federal (Mestres, 2014). Estiveram envolvidos na implementação desse programa o Ministério do Planejamento Federal, Investimento Público e Serviços, o Ministério do Desenvolvimento Social e o Ministério de Trabalho, Emprego e Serviços e Seguridade Social. O Programa de Emergência Habitacional também inovou ao incentivar a reunião de chefes e chefas de família em cooperativas de trabalho, com intuito de criar frentes de trabalho ante a dificuldade de geração de empregos estáveis para as camadas mais populares. Esses dois fatores – envolvimento interministerial e associativismo por cooperativas – são pontos importantes que vão reaparecer em 2021 quando, na implementação do programa *Habitar en Igualdad*, uma associação de mulheres transsexuais pleiteia do Governo Federal o direito à moradia e capacitação profissional. Outro momento importante para consolidação da população LGBTQIA+ em políticas públicas de habitação é a partir da gestão presidencial Alberto Fernández (2019-2023). Barreto (2022) ressalta que a retomada desenvolvimentista trazida pelo governo Fernández influencia as políticas de habitação. A criação do *Ministerio del Habitat y Vivienda* como uma das primeiras medidas do governo sinalizou que este teria como uma de suas principais bases o enfrentamento das questões habitacionais.

O decreto nº 7/2019 que instituiu o Ministério representou um marco para as lutas pelo direito à moradia na Argentina, já que permite uma maior participação de setores populares na organização de suas moradias e defende a integração sociourbana de bairros populares, além de instrumentos para regularização do solo e planejamento urbano. O decreto reconhece, expressamente, a habitação como um direito social que deve ser implementada através de várias políticas nacionais e por meio de programas que atendam à diversidade dos lugares e de indivíduos. Barreto (2022) destaca que o decreto também designou o Ministério do Desenvolvimento Social como competente para promover moradia digna para a população argentina. É justamente uma parceria interministerial entre o *Ministerio del Desarrollo Territorial y Hábitat* e o *Ministerio de las Mujeres, Géneros y Diversidad* que, ainda em 2021, através da Resolução Conjunta nº





**Legenda**  
 --- Limite bairro Humberto Arturo Illia    --- Limite bairro Victoria Romero    ■ Renacer I e Renacer II

Figura 5 - Localização das quadras Renacer I e Renacer II em La Rioja (coordenadas: -29.443451°, -66.837554°). Fonte: Google Earth, 2024, adaptado pelos autores.

04/2021, se cria o programa federal de habitação intitulado *Habitar en Igualdad*, com intuito de impulsionar políticas habitacionais e de desenvolvimento urbano a partir de uma perspectiva de gênero, dirigida às mulheres e à comunidade LGBTQIA+.

De acordo com as diretrizes gerais da resolução conjunta que institui o *Habitar en Igualdad*, o programa tem como objetivo gerar linhas de ação que permitam a inclusão, participação e formação de mulheres e população LGBTQIA+ nos processos vinculados ao acesso de construção de moradias, assim como à formação de ofícios associados e à geração de um espaço urbano mais inclusivo (Argentina, 2021). As diretrizes gerais ainda determinam como objetos específicos do programa: a) impulsionar as perspectivas de gênero e diversidade nas políticas públicas de acesso à moradia digna e nas políticas de planejamento, desenvolvimento e construção de equipamentos urbanos e rurais; b) promover a participação de mulheres e da população LGBTQIA+ nos processos de desenho, planejamento, desenvolvimento e supervisão/monitoramento das políticas públicas de acesso à moradia digna, de produção de solo e desenvolvimento urbano; c) fomentar a igualdade para mulheres e população LGBTQIA+ tanto no acesso quanto aos melhorias das habitações, assim como ao desenho e uso do espaço público; e d) elaborar de forma conjunta entre os ministérios, critérios de priorização para atribuição de moradias que contemplem em particular as necessidades de pessoas em situação de violência por motivos de gênero.

No entanto, como mencionado anteriormente, a única província argentina a aderir ao programa *Habitar en Igualdad* foi a província de La Rioja, localizada no norte argentino, através de uma forte mobilização de ativistas travestis e transsexuais e da *Fundación Vamos a Andar*, gerido pela deputada e ativista Hilda “Beba” Aguirre. Através de uma breve conversa realizada com a deputada Hilda Aguirre na Câmara de Deputados, em janeiro de 2024, pudemos compreender os caminhos traçados pela comunidade sexo-gênero dissidente para efetivar políticas de direito à moradia. De acordo com a



Figura 6 - Construção das primeiras unidades do Renacer I em La Rioja em Janeiro de 2024. Fonte: Fundava, 2024.

deputada, o trabalho em La Rioja começou em 2008, quando Hilda Aguirre, instada pelo coletivo de mulheres trans que se denominam *Chicas Trans Autoconvocadas*<sup>13</sup>, após negociações com o então governador da província de La Rioja, Luis Beder Herrera, consegue incluir o coletivo como grupo beneficiado pelo Plano Angelelli e conquistar 25 lotes para construção de moradias.

Hilda Aguirre ainda informou, durante a conversa, que os lotes conquistados se encontravam na periferia da cidade de La Rioja, mas que a partir de 2019, com o lançamento do *Habitar en Igualdad* e adesão da província, foram escolhidos novos lotes encravados dentro do bairro Victoria Romero e vizinho a outro bairro (Humberto Arturo Illia), áreas já consolidadas no tecido urbano e mais integradas com a cidade como um todo, conforme se observa na figura 05. A atuação da deputada se deu também através da *Fundación Vamos a Andar* (Fundava), uma entidade fundada por ela em 2015 na periferia da capital de La Rioja. A Fundação oferece serviços de assistência social, educação e cultura às pessoas em vulnerabilidade social, sobretudo para crianças, mulheres e população LGBTQIA+. A deputada ainda destacou como crucial para efetivação do programa na capital riojana a sua amizade e proximidade com Solange Luna, mulher trans, ativista e uma liderança reconhecida entre as demais companheiras trans e travestis na região. Hilda Aguirre admite que através de sua proximidade com Solange Luna foi possível conhecer e se aproximar da luta por direitos da população LGBTQIA+.

<sup>13</sup> A denominação *autoconvocadas* utilizada pelo coletivo *Chicas Trans Autoconvocadas de La Rioja*, é inspirada no ativismo do movimento feminista argentino que, ao propor encontros, mutirões, manifestações, permitem que as próprias mulheres proponham pautas, diretrizes, ações e atividades. O movimento *Ni Una a Menos*, os Encontros Feministas da América Latina e do Caribe, são exemplos de movimentos de feministas autoconvocadas.





Assim, com os 25 novos lotes, quadras novas foram planejadas/encravadas dentro de um outro bairro preexistente. O projeto arquitetônico e urbanístico foi realizado pelo arquiteto Luis Alberto Peralta, contratado diretamente pela *Vamos a Andar*, entidade responsável por alocar o recurso financeiro oriundo do *Habitar en Igualdad*. Contudo, de acordo com as informações da Fundava (2024), o processo do desenho, do programa de necessidades e do zoneamento teve a participação dos futuros habitantes das quadras, através de reuniões realizadas na sede da Fundação e participação da deputada Hilda Aguirre, que, por exemplo, solicitou que fossem implementados espaços no meio dessas novas quadras em que pudessem ser implantados centros de capacitação profissional e/ou lojas para comércio e serviços oferecidos pela própria população residente do bairro. Ainda de acordo com a Fundava (2024), o bairro Victoria Romero possui mais de 70 famílias e foram adicionadas duas novas quadras (*Renacer I* e *Renacer II*), que abrigarão 25 novas casas (figura 06) com um total de 75 pessoas. Dentro do público beneficiado, existem mulheres transsexuais, travestis, lésbicas, homens gays e mulheres cisheterossexuais vítimas de violência doméstica, o que demonstra uma visão ampliada com recortes de gênero e da sexualidade. A seleção das pessoas beneficiadas, de acordo com a Fundava (2024), deu-se também pelo intermédio da própria Fundação, dentro do público costumeiramente atendido nas dependências da Fundava e beneficiários de programas federais de assistência social.

Em 13 de abril de 2024, conforme se observa na figura 07, foram entregues as primeiras 11 unidades habitacionais que possuem 60m<sup>2</sup>, compostas por dois quartos, cozinha, sala de jantar e banheiro. Além disso, as unidades habitacionais possuem, a pedido dos próprios habitantes de acordo com a Fundava (2024), pé-direito alto para melhor resfriamento interno em períodos de calor, sistema de placas solares e aquecimento de água elétrico para os períodos de inverno e estacionamento na parte anterior para automóveis e na parte lateral da casa para motocicletas. As unidades também foram entregues com balcão e armários na cozinha, fogão e itens do banheiro. Já o entorno da nova quadra foi urbanizado com abertura das vias, pavimentação, calçadas, instalação de rede de água potável, rede elétrica e de telefonia e iluminação pública. A expectativa, segundo a Fundava, é que o restante das unidades habitacionais, assim



como a arborização, paisagismo e os equipamentos comunitários sejam finalizados até o final de 2024.

Apesar da conquista histórica do acesso à moradia e do impacto positivo para a comunidade LGBTQIA+ em La Rioja, até o presente momento da pesquisa não se tem notícia se haverá continuidade do *Habitar en Igualdad*. Com a ascensão do governo Javier Milei no final de 2023, vários ministérios e suas políticas correlatas foram extintos, desarticulados ou estão em estado de indefinição. O *Ministerio de las Mujeres, Géneros y Diversidad*, assim como o de *Desarrollo Territorial*, que foram responsáveis por lançar o programa, foram extintos e seus programas estão nesse cenário de desmantelamento e/ou incertezas. Não obstante a esse cenário, a verba destinada ao *Renacer I* e *Renacer II* em La Rioja já foi aprovada no Governo Federal anterior e, de acordo com as informações da Província de La Rioja e da Fundava, estas não podem ser retiradas em virtude de contratos firmados pelos poderes públicos, sob o risco de se configurar crime na esfera da administração pública. Assim, o que se espera é que as unidades habitacionais remanescentes, assim como os equipamentos comunitários, sejam finalizados e entregues.

### Considerações Finais

É dentro dos debates sobre a condição precária à qual as vidas LGBTQIA+ estão expostas na América Latina, e sobre as formas que esse recorte populacional encontrou para construir formas de habitar e de ser visto nas cidades e de sobreviver que o presente trabalho foi criado. Brasil, Argentina e México possuem já há algum tempo, dentro de seu arcabouço jurídico e de políticas públicas, dispositivos que garantem direitos sociais à população LGBTQIA+: o casamento homoafetivo, a adoção homoafetiva, a alteração de nome e gênero em documentos oficiais, são alguns exemplos da conquista desses direitos (recentes) na América Latina.



Apesar disso, a luta por uma vida plena de direitos para a comunidade sexo-gênero dissidente (fora do enquadramento cisgênero, homem e mulher) ainda não passa de uma ficção. Estatísticas oficiais que não registram de forma eficiente o recorte populacional LGBTQIA+, dados que não coletam de forma ampla o índice de violências e mortes contra esse mesmo grupo, além do apagamento e omissão desses em programas, planos, projetos e políticas públicas são claros exemplos de que a garantia de alguns poucos direitos sociais não pode ser considerada suficiente para garantir melhores condições de vida à população LGBTQIA+ e nem sociedades mais democráticas e justas.

Dentro do grupo de políticas que omitem ou apagam essa população, o presente artigo se ocupou daquelas destinadas à habitação. México, Brasil e Argentina não contam com amplos instrumentos para efetivar a fruição desse direito, mas, apesar disso, micropolíticas insurgentes encontradas nesses três cenários têm buscado formas de introduzir grupos sociais minoritários dentro dos principais programas de habitação. Esse movimento rebelde, de cunho coletivo, multi-identitário, definido por Preciado como multidões *queer*, tem mostrado que novos territórios e novas formas de habitar a/cidade ainda são possíveis.

São cenários que ilustram de que é possível, para as multidões *queer*, encontrar espaços dentro da biopolítica contemporânea para se fazer ver e existir à revelia do sistema heterocêntrico: os movimentos de representantes políticos do Pará, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Mato Grosso do Sul, provocados pela população LGBTQIA+ no Brasil, encontrando brechas dentro do Minha Casa Minha Vida para inscrever estes indivíduos como grupo prioritário beneficiário de programas habitacionais; as cooperativas habitacionais na Cidade do México, que pressionam instâncias políticas e jurídicas para modificar leis e normativas de garantia de moradia, linhas de crédito e coabitação para essa mesma população; e o coletivo *Chicas Trans Autoconvocadas* de La Rioja, na Argentina, que após décadas de luta, conseguiram titularidade de terras e captar verbas de um programa federal para construção de um bairro.

Contudo, apesar desses caminhos políticos para efetivação do direito à moradia de grupos minoritários observados no Brasil, México e Argentina, é preciso ter cautela para que políticas habitacionais não acabem por apenas segregar corpos dissidentes do espaço urbano, ao invés de produzir cidades mais democráticas e diversas. Para tanto, assim como os estudos de gênero já saíram do armário, é preciso que os estudos de arquitetura e urbanismo, sobretudo aqueles que se dedicam às políticas de habitação também arranquem as portas dos armários. Já não é mais possível pensar em projetar, planejar, cidades a partir de um pensamento baseado no funcionalismo em detrimento das subjetividades, na universalização de corpos. A estratégia encontrada pela *Cooperativa Xochiquetzalli* de se unir a outras cooperativas, como trabalhadores e população de baixa renda que combatem à gentrificação e os altos preços imobiliários na Cidade do México e a estratégia encontrada pela Província de La Rioja, mostra que é possível construir políticas habitacionais e desenhar novos espaços para habitação LGBTQIA+ a partir de uma pauta identitária, sem criar espaços de segregação, exclusão ou vulnerabilização dessa população, ao criar quadras dentro de um bairro existente e já consolidado com unidades habitacionais destinadas à população LGBTQIA+ riojana, permitindo que essa população viva próxima entre si mas sem estar segregada do tecido urbano.

Por fim, é preciso, ainda, estimular debates sobre as políticas habitacionais que estão postas, sobretudo do ponto de vista do homem cisheterossexual, branco, ocidental, assim como é importante publicizar os avanços e brechas encontrados pelas coletividades *queer* dentro de diferentes realidades insurgentes. Além disso, também é necessário dar continuidade aos estudos das questões de gênero nas políticas

públicas de habitação, sobretudo a partir de países da América Latina que contam com um grande contingente populacional carente de moradia e de políticas públicas de bem estar social.

## Referências

ACONTECE ARTE E POLÍTICA LGBTI+; ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS); ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS E INTERSEXOS. *Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2023*. Florianópolis: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2024.

ARGENTINA. *Habitar en igualdad*. Argentina.gob.ar, Buenos Aires, 02 jun. 2021. Acessado em 22 abr. 2023. Online. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/habitat/casapropia/convenios-con-organismos/habitar-enigualdad#:~:text=Junto%20con%20el%20Ministerio%20de,perspectiva%20de%20g%C3%A9nero%20y%20diversidad>

ASSUNÇÃO, Joyce. *Prefeitura faz o primeiro mutirão para cadastrar pessoas LGBTI+ no programa Minha Casa, Minha Vida*. Agência Belém, Belém, 24 mar. 2023. Acessado em 02 fev. 2024. Online. Disponível em: <https://agenciabelem.com.br/Noticia/232735/prefeitura-faz-o-primeiro-mutirao-para-cadastrar-pessoas-lgbti-no-programa-minha-casa-minha-vida#:~:text=Com%20o%20mutir%C3%A3o%20de%20cadastramento,essa%20parcela%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20belenense>

BARRETO, Miguel Ángel. La política habitacional argentina en perspectiva histórica: entre las buenas intenciones y las restricciones estructurales. *A&P Continuidad*, Rosario, v.09, n.16, p.90-99, 2022.

BRASIL. *Lei nº 8.742, 07 de dezembro de 1993*. Dispõe sobre a Assistência Social e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1993.

BRASIL. *Portaria nº 755, 05 de dezembro de 2023*. Institui o Programa Nacional de Fortalecimento das Casas de Acolhimento LGBTQIA+ - Programa Acolher+. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, 2023.

BUENOS AIRES. *Observatorio de crímenes de odio LGBT+*: motivados por discriminación por orientación sexual, expresión e identidad de género. Buenos Aires, 05 jan. 2024. Acessado em 02 abr. 2024. Online. Disponível em: <https://falgbt.org/ultimo-informe/>

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.

COLOMINA, Beatriz. *Arquitetura, sexualidade e mídia*. São Paulo: Editora Escola da Cidade, 2023.

CORTÉS, José Miguel Garcia. *Políticas do espaço: arquitetura, gênero e controle social*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008.

DELUCHEY, Jean-François Yves. *Pesquisa em ciências sociais*. Cuiabá: Mimeo, 2012.

DUARTE, Artur Souza; CYMBALISTA, Renato. A casa 1: habitação e diálogo entre público e privado na acolhida de jovens LGBT. 2018, *Anais..* Salvador: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2018. Acessado em 18 jun.2024. Online. Disponível em: <https://www.enanparq2018.com/copia-resultados>. Acesso em:

18 jun. 2024.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2022.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2007.

HARAWAY, Donna. *A cyborg manifesto: science, technology and socialist feminism in the late twentieth century*. Minnesota: University of Minnesota Press, 1985.

KERN, Leslie. *Cidade feminista: a luta pelo espaço em um mundo desenhado por homens*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021.

KULLOCK, David; MURILLO, Fernando. *Vivienda social en Argentina: un siglo de estrategias espontáneas y respuestas institucionales 1907-2007*. Salta: Eucasa, 2010.

LAURETIS, Teresa de. *Technologies of gender: essays on theory, film and fiction*. Bloomington: Indiana University Press, 1987.

LAZZARATO, Maurizio. *Puissances de l'invention: la psychologie économique de Gabriel Tarde contre l'économie politique*. Paris: Les Empêcheur de Penser en Rond, 2002.

LEFEBVRE, Henri. *La producción del espacio*. Madri: Capitán Swing, 2013.

LETRAESE. *La violencia lgbtfóbica en México, 2023: reflexiones sobre su alcance letal*. Cidade do México: Letra S, Sida, Cultura y Vida Cotidiana A.C., 2023.

MESTRES, Gonzalo Ibáñez. *Políticas habitacionais na Argentina: o padrão de intervenção estatal em habitação social no período 2003 – 2013*. 2014. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, 2014.

NATAL. *Lei nº 6.910, de 12 de junho de 2019*. Dispõe sobre o direito das pessoas que mantém união estável ou casamento homoafetivo à inscrição, como entidade familiar, nos programas de habitação popular, e dá outras providências. Natal: Câmara de Vereadores, 2019.

OLIVEIRA, Cleide Ester de; BITTENCOURT, Nadir de Fátima; SOUZA, Veralúcia G.; PIMENTEL, Paulo Sesar; ORMOND, Kátia Terezinha P.; SILVA, Isabel Cristina. As construções do pânico moral a partir das questões de gênero e sexualidade nos discursos ultraconservadores no Brasil. *Revista Ex Aequo*, Lisboa, n. 41, 2020.

PRECIADO, Paul B. Multidões queer: notas para uma política dos "anormais". *Revista Estudos Feministas*, Santa Catarina, v. 19, n. 1, p. 11-20, 2011.

PRECIADO, Paul B. *Manifesto contrassexual*. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

QUINALHA, Renan. *Movimento LGBTI+*. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

RUBIN, Gayle. Pensando o sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade. In: RUBIN, Gayle. *Políticas do sexo*. São Paulo: Ubu Editora, 2017. Cap. 02, p. 62-128.

SCHULMAN, Sarah. Homofobia familiar: uma experiência em busca de reconhecimento. *Bagoas*, Natal, v.04, n. 05, p.67-78, 2010.

SIN VIOLENCIA LGBTI. *Informe Anual: Homicidios de personas LGBTI+ en América Latina y el Caribe*, 2023. [S.I.]: Red Sin Violencia LGBTI, 2023. Disponível em: <https://sinviolencia.lgbt/informes/>. Acesso em: 09 out. 2024.

VERDÚN, Facundo; LIMA, Tonás. *Construir la vivienda en colectivo*. Altavoz LGBT+, 20 fev. 2024. Acessado em 03 abr. 2024. Online. Disponível em: <https://altavoz.lgbt/construir-la-vivienda-en-colectivo/>

WACQUANT, Loïc. Que é gueto? Construindo um conceito sociológico. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 23, p.155-164, 2004.

WITTIG, Monique. *O pensamento hétero e outros ensaios*. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.



# O PHALLOGOCENTRISMO ENQUANTO DIRETRIZ PROJETUAL

## Reprodução de assimilaridades sociais em banheiros públicos

*THE PHALLOGOCENTRISM AS A DESIGN GUIDELINE:  
The reproduction of social disparities within the loo*

**Vinicius Goulart Silvério<sup>1</sup>  
e Maribel del Carmen Aliaga Fuentes<sup>2</sup>**

### Resumo

O artigo analisa como o phallogocentrismo influencia decisões projetuais relativas ao programa dos banheiros públicos, que se pretende neutro, porém atua como extensão de masculinidades hegemônicas, subalternizando corpos dissidentes do sistema binário sexo/gênero. A segregação espacial generificada reforça à cis-heteronorma e sustenta a má especialização que tenta retirar a sexualidade enquanto variável da configuração espacial e enfatiza o funcionalismo, resultando em soluções equivocadas e empobrecidas esteticamente. A pesquisa utiliza análises bibliográficas, visitas de campo e questionários aplicados a arquitetos para compreender os paradigmas que norteiam a produção de banheiros públicos.

Palavras-chave: arquitetura, sexualidade, espaço público, heteronormatividade, gênero.

### Abstract

*The article analyzes how phallogocentrism influences design decisions regarding public restroom programs, which are intended to be neutral but, in practice, act as extensions of hegemonic masculinities, marginalizing dissident bodies within the sex/gender binary system. The gendered spatial segregation reinforces cis-heteronormativity and sustains poor specialization that attempts to remove sexuality as a variable from spatial configuration, emphasizing functionalism, resulting in aesthetically impoverished and misguided solutions. The research utilizes literature review, field visits, and questionnaires applied to architects to understand the paradigms that guide the production of public restrooms.*

*Keywords: architecture, sexuality, public space, heteronormativity, gender.*

<sup>1</sup> Graduando de Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília. Bolsista de Iniciação Científica pelo CNPq.

<sup>2</sup> Orientadora. Professora Adjunta na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Professora permanente do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPG-FAU UnB). Coordenadora da Editora da FAU e da Revista Arqui. Pesquisadora do Observatório Amar.é.linha - grupo de estudos feministas em Arquitetura e Urbanismo, que desde 2018 tem se dedicado a estudar a arquitetura e a cidade a partir das mulheres. Buscando nos territórios e nas vulnerabilidades, novas maneiras de contar a história e as memórias. Arquiteta e urbanista pela Belas Artes de São Paulo, Mestre em Teoria da Arquitetura e Urbanismo pelo PROPAR - UFRGS, doutora em Teoria e História da Arquitetura pela UnB.

### Introdução

O artigo aborda a relação entre arquitetura, gênero e sexualidade e como banheiros públicos refletem e reforçam desigualdades sociais ao segregar gêneros. A abordagem transversal está embasada em textos sobre dinâmicas de poder e exclusão nos espaços arquitetônicos de Lefebvre, teorias sobre sexualidade de Foucault e Derrida, e trabalhos contemporâneos sobre gênero. O texto critica a aplicação do modelo binário e cis-heteronormativo ao banheiro público a partir do questionamento da ideia de neutralidade, apontando para a perpetuação de práticas que desconsideram demandas e subalternizam indivíduos. Ao conectar o design arquitetônico com a construção social da masculinidade mostra-se como o design dos banheiros reflete uma política sexual<sup>3</sup> sexonegativista. Frequentar banheiros públicos é um direito que propicia o acesso e a permanência<sup>4</sup> no espaço público, o que é crucial na dinâmica urbana, para garantir o *direito à cidade* (Lefebvre, 1970), porém, para além das questões fisiológicas, a produção desse espaço é centrada na prescrição de performatividades de gênero dicotômicas, por isso esse direito não é garantido aqueles que não performam o masculino ou o feminino hegemônicos. A constitucional igualdade de direitos e deveres na prática esbarra em obstáculos culturais oriundos da sociabilização generificada, que especializa indivíduos distintamente em função de seus presumidos gêneros. Os espaços que parecem genéricos são bastante especializados e são segregados com base em premissas interseccionadas, historicamente a ocupação desses espaços foi e continua sendo garantida apenas a um usuário localizado, um homem elegido a neutro por um sistema que o privilegia a ponto de não depender da existência do espaço formal para garantir seus direitos.

Dentro de uma sociedade que se desenvolveu a estigmatizar a fisiologia do corpo, elegendo-a a privada, o banheiro público com cabines individuais se faz necessário, a medida em que esse é um espaço legitimado para dar vazão às necessidades fisiológicas e manter a higiene das pessoas que o utilizam. Após sua formatação ele se torna um reforço cultural autoreferente utilizado como justificativa para as permissões sociais falocentradas anteriores a ele. A materialização de axiomas juntamente com a falta de referências alternativas perpetuam premissas que advogam em favor de um binarismo de gênero hierarquicamente misógino que se apoia em uma matriz de contrastes, como explica Strathern (2017, p. 27), o espaço regulamenta vivências não conformistas com o sistema sexo-gênero por um viés sexonegativista, a produção arquitetônica acaba sendo uma patologia projetual<sup>5</sup> que se inicia na concepção binária, que se desvincula da cultura masculinista e cria uma especialização sanitária pautada na publicização do penis e respaldada no discurso funcionalista moderno que desconsidera a importância do adorno enquanto experiência estética. Embora os arquitetos não reconheçam, os toilettes são espaços residuais genérico, sua paginação regular, azulejos brancos e misturadores sem qualquer apelo plástico, se alinham ao viés higienista, o cenário é agravado após anos de má manutenção promovendo incompatibilidades de projeto. Para que a arte não seja dissociada da arquitetura e a vivência desses espaços se torne mais agradável o adorno precisa deixar de ser crime<sup>6</sup>, faz-se necessário explorar alternativas inovadoras.

<sup>3</sup> Kate Millet (1970) critica a construção patriarcal da heteronorma presente na dinâmica misógina de dominação masculina, o poder conferido aos homens é socialmente construído e não predeterminado biologicamente.

<sup>4</sup> A falta de um banheiro faz com que usuários tenham a sua permanência reduzida ao lar ou suas adjacências.

<sup>5</sup> O termo patologia projetual se refere aos problemas da edificação que tem origem na fase de projeto. Em uma sociedade igualitária a priorização do homem em detrimento de outrem é controversa.

<sup>6</sup> Referência a *Ornament and Crime* de Adolf Loos (1913). O autor, assim como outros modernistas contemporâneos a ele, se coloca contra a ornamentação.

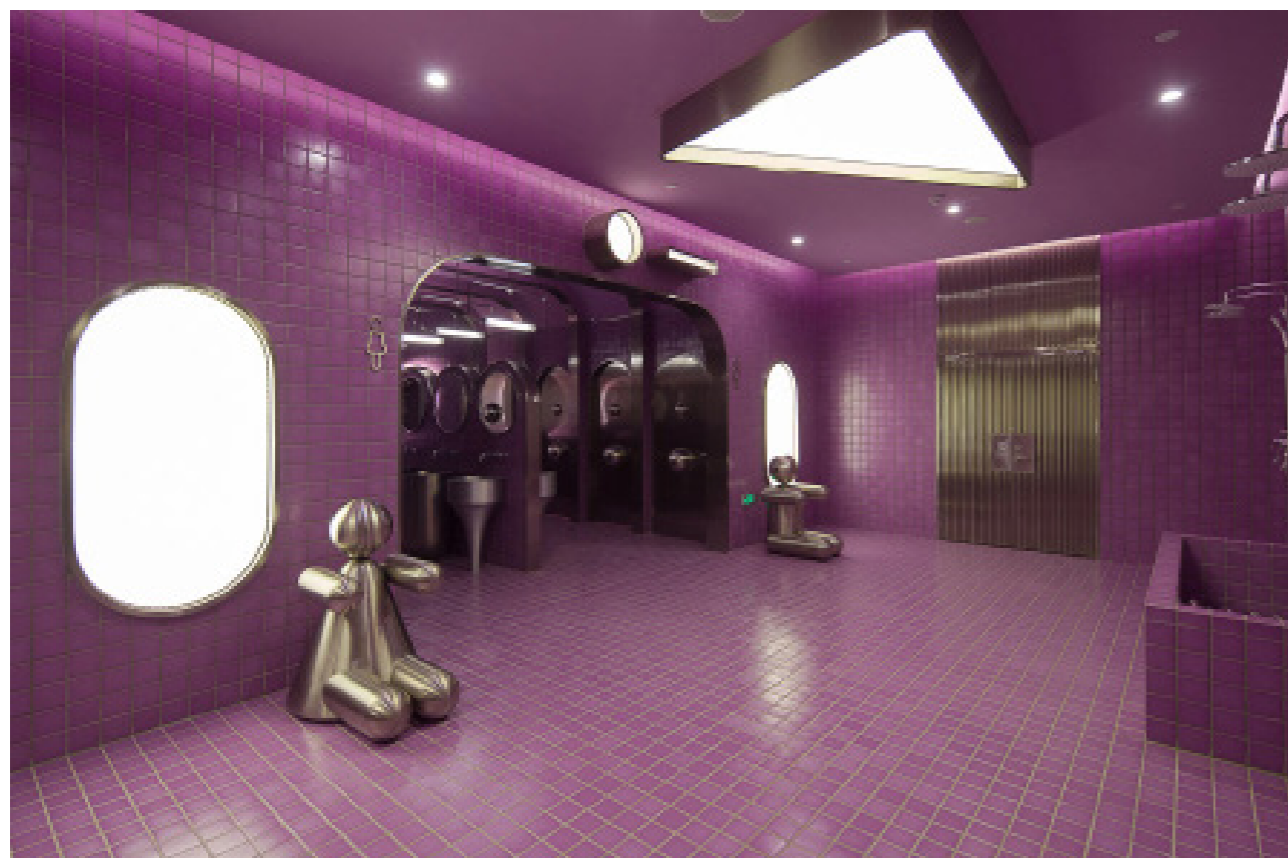


Imagem 1 - Architonic, 2020. O exemplo traz um banheiro que ocupa toda a edificação e o seu programa é expandido para a área comum, o que subverte a dicotomia público/privado e o higienismo funcionalista presente no entendimento desse espaço, ainda que a sinalização escultórica reforce a binariedade. Fonte: SEIRANRI Public Area, Hangzhou, Zhejiang, China, 2020. Imagem da internet: Architonic. Disponível em: <https://www.architonic.com/de/project/pig-design-seiranri-public>

A hegemonia cultural faz parecer que os espaços simplesmente existem, porém a realidade é que a produção arquitetônica é uma obra humana que é precedida por discursos decisórios que apagam outros em disputas narrativas. A crença de que a arquitetura antecede a cultura é estruturada a partir da referência do fenômeno já materializado no objeto construído e na validação etnocêntrica da práxis consolidada, essa produção é utilizada como apagamento da origem da própria demanda, assim aquilo que se defende é apenas algo que foi previamente acordado socialmente. O apagamento histórico seletivo defende aquilo que elege a tradição, é conformista e recompõe as dinâmicas excludentes negando-as ou menosprezando-as, defende-se saudosamente o presente apoiando-se em um passado recente mutado com conflitos apagados. O espaço é político e não se dissocia de sua respectiva ideologia, o ideal impositivo homogeneizante inviabiliza vivências ao mesmo tempo em que favorece outras, cada pequena decisão de projeto aponta para o fato do espaço jamais poder ser considerado neutro.

*Dans ces perspectives concernant le politique et son intervention urbanistique, on conservait le postulat de l'espace objectif et neutre. Or maintenant, il apparaît que l'espace est politique. L'espace n'est pas un objet scientifique détourné par l'idéologie ou par la politique ; il a toujours été politique et stratégique. S'il a un air neutre, indifférent par rapport au contenu, donc « purement » formel, abstrait d'une abstraction rationnelle, cet espace, c'est précisément parce qu'il est déjà occupé, aménagé, déjà objet de stratégies anciennes, dont on ne retrouve pas toujours les traces. L'espace a été façonné, modelé, à partir d'éléments historiques ou naturels, mais politiquement. L'espace est politique et idéologique. C'est une représentation littéralement peuplée d'idéologie. Il y a une idéologie de l'espace. Pourquoi ? parce que cet espace qui semble homogène, qui paraît donné d'un bloc dans son objectivité, dans sa forme pure, tel que nous le constatons, est un produit social (Lefebvre, 1970, p. 35).*

Os espaços são produzidos para melhor regular as práticas de uma época, traduzindo seus ideais, permissões, interdições e prescrições, é com o auxílio do design que são patologizados os indivíduos, não se atende as necessidades de todos da mesma forma nem no mesmo grau, o design é tendencioso e dita quem pode ou não utilizar um local com conforto e segurança como explica Anthony (2017).

### A política sexual transcrita no espaço

A política sexual consiste na organização social que legisla sobre todos os corpos e prescreve quem e sob quais circunstâncias pode legitimamente agir. As visões *sex-negative* norteiam as políticas públicas e interpelam corpos de formas distintas. A interdição é empregada a partir da Percepção da sexualidade, que nada tem a ver com presença da sexualidade em si, assim como para Ulrich Beck a percepção da segurança não indica ausência de riscos. Uma vez que se elege a sexualidade do homem cis-hetero a neutra ele ganha o direito da publicização com segurança do seu corpo no espaço público, a hipótese repressiva de Foucault recai mais fortemente sobre grupos minorizados, que podem evitar ir ao banheiro por medo da violência e segurar o xixi, a decisão pode ser prejudicial à saúde.

Expressões de sexualidade são aprendidas socialmente, desse modo o repertório sexual e o léxico de conjugalidades são compartilhados, embora a sexualidade não tenha forma específica são associados a ela a nudez e expressões motoras de forma ampla, o controle social é também condicionado na necessidade de separação de corpos masculinos e femininos, essa prescrição sexual determinista cultural presume a aloheterossexualidade ao mesmo tempo em que retira do usuário sua autonomia corporal e poder de decisão. Produzir subjetividades autorreferentes que se validam ao se reconhecerem nas interpretações da realidade produzida, não se subtrai a sexualidade enquanto variável do espaço público, apenas se normatiza organizações de afeto características, a segregação por gênero restringe o acesso de minorias representativas.

A prescrição de apropriação do espaço é pensada em função do gênero, a mulher, de maneira desigual e mais acentuada, é controlada enquanto é objetificada e compreendida como propriedade privada de um homem, por isso é confinada em cabines, já os homens se apropriam do espaço público por completo transformando todos os espaços em potenciais mictórios, em uma sociedade phallogocentrada<sup>7</sup> o penis é um aparato que confere privilégios transcritos no espaço independente da existência de um banheiro, Sanders (2020) exemplifica como expor o penis não apresenta perigo para quem o expõe nem é um escândalo público. O mictório e a sua dinâmica de utilização são prescrições normativas baseadas na dicotomia na qual a heteronorma se apoia, o seu acesso necessita validação externa e é operado a partir da inteligibilidade da expressão do dimorfismo sexual do usuário, a expressão de gênero deixa de ser enxergada espectralmente para cristalizar a masculinidade hegemônica.

*Publicly peeing while standing is one of the preferences constitutive of the modern heterosexual masculinity. This way the discrete urinal is not so much an instrument of hygiene but a technology of gender that participates in the production of masculinity in a public space. For this reason, the male urinal is not enclosed in an opaque cabin but,*

<sup>7</sup> O phallogocentrismo de Derrida (1972) norteia decisões de projeto, que geram uma composição espacial centrada na perspectiva masculina.



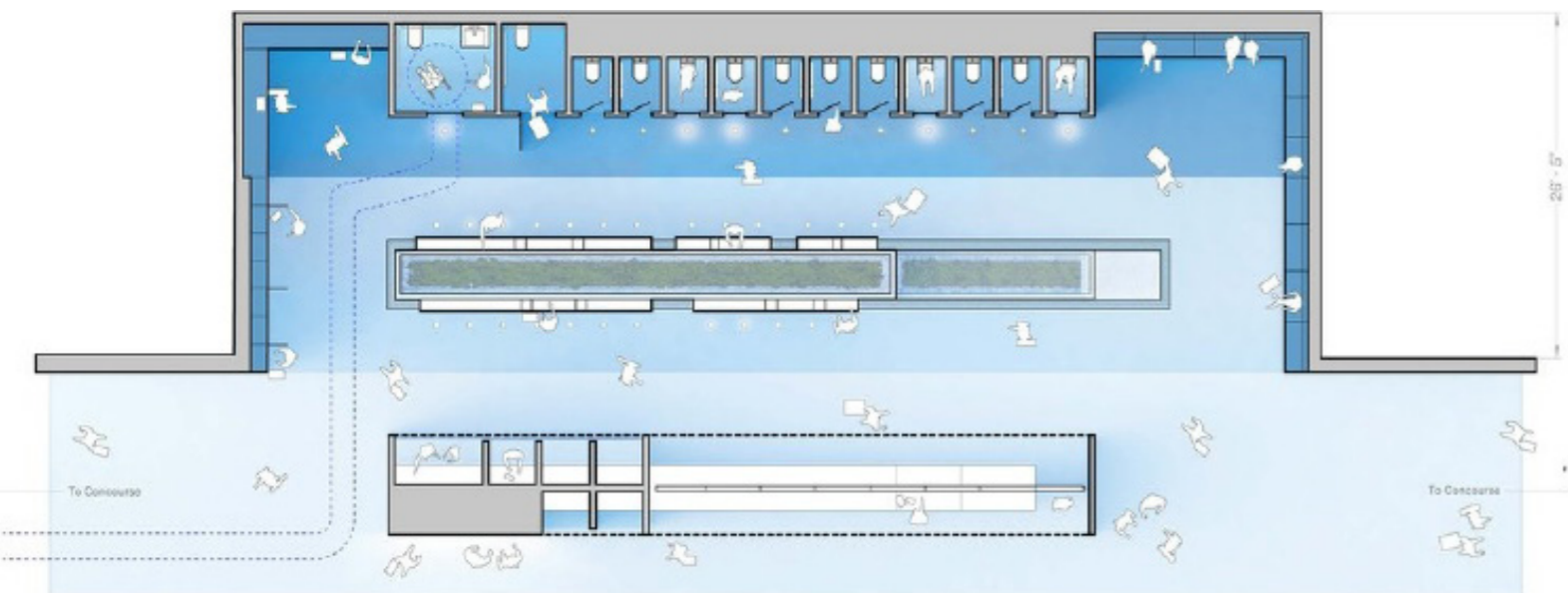


Imagem 2 - Stalled, 2018. o projeto de banheiro para aeroportos é um exemplo abrangente que e permite a livre circulação de todos independente de gênero e deficiências, são propostas facilities para atender a demandas multiculturais, são propostos espaços de permanência, lavatório escultural escalonado para atender adultos, crianças e religiosos que queiram lavar seus pés, espaços para amamentação, ligação e grooming. Fonte: airport prototype. Imagem da internet: Stalled. Disponível em: <https://www.stalled.online/airport>. Acesso em: 27 out. 2024.

*instead, in an open space for collective viewing. Peeing standing up amongst uncles is a cultural activity generating links of sociability, and all those that do so publically are recognized as men. The public male urinal constructs male political representation. Two opposing logics dominate the bathrooms of women and men. Whereas the bathroom of women is a reproduction of domestic space in the middle of a public space, the men's bathrooms are a fold of public space intensifying the eyes of visibility, where the erect position reaffirms public space as a masculine space (Preciado, 2017).*

O espaço é mal especializado privilegiando o falo, não se projeta para demandas específicas femininas ou de nenhum outro grupo, o espaço compreendido como genérico é projetado para homens e aplicado a múltiplas realidades, a bacia sanitária em cabine unitária é a única oferta no banheiro feminino pois esse espaço é derivado de banheiro masculino, a falta de especialização é uma negociação histórica de reconhecimento parcial de direitos que mantém a mulher inferiorizada. Em casos extremos são previstos apenas mictórios, a problemática do design utilitarista é propositalmente desigual, ela está pautada na afirmação de masculinidades predatórias e suas performatividades, a exposição do falo carrega consigo um valor simbólico que confere diferenciação hierarquizada, a cis-heteronorma phallogocentrista aplicada é uma patologia projetual.

### O double standard da práxis

A permanência no espaço público está associada à presença de banheiros públicos, porém a sua existência não assegura o seu livre acesso. A massa homogênea de subjetivações masculinas subalterna masculinidades e pode expulsar outros usuários<sup>8</sup>, o marcador da diferença é utilizado como justificativa para o ataque a corpos LGBTQIAPNB+, não se pretende apenas relativizar o direito à utilização de banheiros mas os direitos desses indivíduos de forma ampla, e assim manter essas

8 Segundo Sampaio (2015), estudantes percebidos como gays podem ser impedidos de utilizar o banheiro masculino. O repertório punitivista homofóbico é acionado e violências físicas são praticadas concomitantemente a outras violências.

figuras abjetas e empurrá-las para a clandestinidade. A sociabilização masculina<sup>9</sup> retira dos homens a legitimidade de qualidades que em uma divisão social generificada hierarquizadamente misógina foram elegidas a femininas, a homosociabilidade masculina se apoia na homofobia recreativa que cunha termos derogatórios enquanto se produz antagonicamente a homossexualidade e símbolos associados a ela, um desses símbolos é o cuidado, viola-se o outro com a mesma naturalidade que viola-se a si mesmo, nesse contexto a higiene<sup>10</sup> é exógena e o anus é privado.

*[...] the effective production of heterosexual masculinity depends upon the imperative separation of genitality and anality, of urine and shit.[...] Precisely because the bathrooms are normative scenarios of production for masculinity, they are able to function as a theatre of heterosexual anxiety. In this context, the spatial division of genital and anal functions protects against the potential homosexual temptation or, rather, condemns it to the area of privacy. Unlike the urinal, in the men's baths, the toilet, a symbol of the wretched/seated femininity, protects the moments of defecation of solids (moments of anal opening) from the public gaze. As suggested by Lee Edelman, the masculine opening, a hole that is potentially open to penetration, must be opened only in confined spaces and protected from the eyes of other men: otherwise, it may arouse a homosexual invitation (Preciado, 2017).*

A performance de gênero é aprendida através de rituais de controle de sexualidade e a repressão motora<sup>11</sup> que atendem principalmente a *homohysteria*<sup>12</sup>, a dinâmica não se inaugura nem se encerra nos banheiros públicos, mas encontra neles um terreno fértil para sua dicotomização, enquanto mulheres têm apenas uma opção os homens urinam a qualquer momento no espaço público<sup>13</sup> desde novos, essa é uma *affordance*<sup>14</sup> masculina.

Segrega-se pessoas com algum tipo de deficiência visível, idosos, crianças e a célula familiarista mononuclear heteroafetiva monogâmica, Seja pela negação do direito à sexualidade ou de sua existência, assim são estratificados espaços sem mudança formal significativa atendendo a demandas de pânico moral. Segregar não implica segurança, a lógica patriarcal não se esvai quando criam-se espaços para fingir tentar reparar problemas que foram produzidos pelo próprio sistema. A mulher é confinada não porque o bem estar e demandas femininas sejam levados em consideração, mas para atender a um homem que a considera sua propriedade e teme por sua honra, o espaço público é uma extensão do privado e os direitos de grupos minorizados são cerceados independentemente do local, para Adichie (2014) não se subverte o patriarcado, negocia-se com ele.

9 A homosociabilidade masculina consiste na sociabilidade entre homens, ela inclui os processos de *brotherhood* que afirmam o privilégio masculino da impunidade e o direito à cidade com segurança, ela é permeada de violências que ajudam a manter o status quo.

10 Não são disponibilizados aparatos como papel higiênico ou uma lixeira próximos aos mictórios, pois os homens formam-se negligenciando o cuidado, mesmo que isso possa gerar-lhes problemas de saúde.

11 Em *a preeminência da mão direita* de Hertz (1980) percebe-se como a sociedade punitivista socializa indivíduos normatizando sua psicomotricidade. Para adentrar o banheiro masculino performa-se uma teatralidade generificada, comporta-se como homem.

12 Medo de ser presumido homossexual.

13 Aponta-se para a disparidade de direitos e não um juízo de valor acerca do ato de urinar em público. A repressão motora e a estigmatização da fisiologia são armas de controle social poderosas que são mais fortemente impostas às mulheres.

14 Para Lang (1987) *affordances* são as possibilidades que o usuário enxerga de apropriação do espaço, elas variam entre pessoas e grupos sociais diferentes.





Imagem 3 - Coqueiros em Copacabana, (Carnaval, 2005). Fonte: CARNAVAL, Marcelo. Coqueiros em Copacabana, Rio de Janeiro, 2020. Imagem da internet: Testemunha ocular. Disponível em: <https://testemunhaocular.ims.com.br/convidados/marcelo-carnaval/>. Acesso em: 27 out. 2024.

### Consulta pública a arquitetos enquanto usuários e projetistas

Foram consultados profissionais arquitetos para compreender suas experiências enquanto usuários e o que motiva suas soluções de projeto. O perfil de respondentes é composto por pessoas entre 21 e 56 anos, os egressos do curso de arquitetura e urbanismo têm de 6 meses a 31 anos de formados ; 55% são LGBTs; 60% são brancos; 40% são pardos e 70% são homens. A amostragem não dispõe de respondentes pretos, indígenas, asiáticos nem pessoas com alguma deficiência.

Todos os arquitetos já projetaram banheiros e 90% já projetaram banheiros públicos; 0% consideraram a estética como problema central desse espaço e apenas 10% admitiu utilizar um espaço residual para definir a localização do banheiro na planta. Os principais problemas apresentados foram: a falta de limpeza ( 88%), a falta de privacidade (66%), a falta de segurança (55%) e a falta de manutenção (55%).

A variável de gênero se mostrou bastante relevante. Em casos urgentes hipotéticos com apenas banheiros precários disponíveis 33% das mulheres relataram preferir voltar para casa, 33% utilizar um banheiro precário e 33% segurar o xixi; já no caso dos homens 57% declararam preferir utilizar o banheiro precário, 28% urinar na rua, 14% voltar para casa; ou seja, enquanto 66% das mulheres adiarão o esvaziamento da bexiga 85% dos homens não seriam tão prejudicados, mesmo que o espaço seja similar quanto a sua disponibilidade, o usuário e as possibilidades de apropriação do espaço são desiguais; apenas 28% dos homens relataram ter deixado de usar mictórios por algum motivo, 14% não o utilizam em nenhuma ocasião; 20% dos respondentes nunca deixou de utilizar um banheiro público por nenhum motivo , todos eles eram homens. A metade das pessoas acredita que banheiros masculinos e femininos têm necessidades distintas em relação a layout e soluções projetuais, a principal diferença apontada é mictório, também foram mencionados o tempo de permanência e a necessidade de superfícies para acomodar bolsas. A opinião acerca de banheiros neutros se mostrou



Imagem 4 - Pop up toilet. O urilift triple é um conjunto de mictórios completamente visíveis modelo de mictório completamente visível no espaço público que brota surge do chão para atender exclusivamente homens. Fonte: mictório público, Países Baixos. Imagem da internet: Pop up toilet. Disponível em: <https://popuptoilet.com/en/assortment/urilift-triple/>. Acesso em: 27 out. 2024.

bastante fragmentada, 50% é favorável, 20% é contra, 20% não sabe responder e 10% é a favor a depender da sua configuração, o mictório é discutido como fonte de desconforto e a insegurança de pessoas trans e mulheres cis.

### Conclusão

A divisão binária de banheiros públicos é sustentada por uma série de problemáticas que foram assimiladas ao longo do tempo e podem ter efeitos negativos em muitos usuários minorizados. A questão multifatorial está presente em outros contextos e se reafirma cotidianamente através da práxis social. A materialidade foi cunhada a partir de normas sociais já assimiladas pela cultura que se traduzem numa espacialidade mal especializada. Por mais que exista um esforço de desumanizar pessoas e flexibilizar direitos básicos, as formas como as pessoas são presumidas não deveriam ser apontadas como empecilho para transitar no espaço público. Incluir mais pessoas nesse programa é um passo inicial para o reconhecimento de grupos minorizados enquanto seres de direitos, no entanto esse não é o fim da discussão. A emancipação social é perpassada por uma revolução sexual que questiona a heteronormatividade e seus construtos, que não apenas ecoam na esfera privada da vida das pessoas, mas também nas vivências diárias do espaço público.

O problema está tanto no espaço quanto na sua apropriação, mesmo que o espaço se modifique ainda é necessária uma mudança cultural. Ainda não há consenso quanto às melhores alternativas, mas a sociedade se beneficiaria muito de uma opção igualitária que elimine a segregação espacial e a necessidade de distinção entre homens e mulheres, é possível utilizar cabines com fechamento de piso a teto para garantir maior privacidade e segurança; *facilities* como fraldários e espaço para acondicionar pertences, e *amenities* como absorventes e papel higiênico devem ser disponibilizados com acessibilidade, às necessidades dos usuários devem ser levadas



em consideração, não apenas as necessidades dos homens, o banheiro não deve ser meramente utilitário, deve também ser belo e adornado, além de limpo e confortável.

Uma das consequências da segregação de banheiros é a expulsão de corpos dissidentes do sistema sexo/genero, a violência simbólica propicia retenção de urina, que pode causar prejuízos para a saúde, os mais afetados pela questão são pessoas trans e não binárias, porém questionário presente na pesquisa não foi respondido por esse recorte e por isso não conta com dados qualitativos de suas experiências e o impacto delas em suas vidas. Faz-se necessário conscientizar a população para que mudanças efetivas ocorram e discutir sobre normas sociais e suas iniquidades, incluindo reflexões sobre homofobia, transfobia e misoginia institucionalizadas.

### Agradecimento

Essa pesquisa foi contemplada com uma bolsa de iniciação científica concedida pelo CNPq.

### Referências

ANTHONY, K.H. . *Defined by design: the surprising power of hidden gender, age, and body bias in everyday products and places*. Amherst: Prometheus Books, 2017.

BECK, U. *Risk society: towards a new modernity*. Thousand Oaks: Sage Publications Ltd, 1992.

DERRIDA, J. *Éperons: Les Styles de Nietzsche*. Chicago e Londres: University of Chicago press, 1978.

FOUCAULT, M. *Histoire de la sexualité, I: La volonté de savoir*. Paris: Gallimard, 1976.

LANG, J. *creating architectural theory: the role of the behavioral sciences in environmental design*. Van Nostrand Reinhold, 1987

LEFEBVRE, H. *Espace et politique le droit à la ville ii*. Paris: Éditions Anthropos, 1968.

MILLET, K. *Sexual politics*. Urbana e Chicago: University of illinois press, 1970.

NGOZI, C.A. *We should all be feminists*. Anchor Books, 2015.

PRECIADO, P.B. . *Trashgender: urinate/defecate, masculine/feminine*, 6 set. 2017. Especiais. Acessado em 19 mai. 2024. Online. Disponível em: <https://thefunambulist.net/magazine/13-queers-feminists-interiors/trashgender-urinatedefecate-masculinefeminine-paul-b-preciado>

SAMPAIO, Fabrício. O terceiro banheiro:fuga da “pedagogia do insulto” e/ou reforço da heteronormatividade?. *Revista Periódicus*, 1(3), 131–151. 2015

SANDERS, J. *Stud: architectures of masculinity*. Nova York: Routledge, 2020.

STRATHERN, M. *O efeito etnográfico e outros ensaios*. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

## NOTAS AOS AMANTES DA NOITE

### Da problemática feminina e acadêmica às caminhografias noturnas na transcidade

NOTES FOR NIGHT LOVERS:  
From the female and academic problematic to nocturnal  
caminographies in the transcity

Fernando Freitas Fuão<sup>1</sup> e Taís Beltrame dos Santos<sup>2</sup>

#### Resumo

Brassai foi um fotógrafo francês que registrou e pensou a noite parisiense na década de 1930, caminhografando as ruas, bares, prostíbulos e restaurantes de todas as camadas sexuais, gêneros e opiniões políticas. Suas fotografias noturnas possibilitaram a invenção do livro 'Em Brassai en le nuit', que aqui é aberto e posto em diálogo na contemporaneidade, testemunhando a importância de nos deixarmos fluir pela noite, pela transcidade noturna, registrando os movimentos emergentes e desvios que só acontecem do pôr ao nascer do sol. Obviamente trataremos de expor também as problemáticas que limitam a narrativa de mulheres - e de acadêmicos, em cenários noturnos, para por fim, firmar um convite à todxs xs corpxs que gostam de viver cidade em todas suas entrelinhas, especialmente à noite, quando a visão fica esmaecida e outros sentidos e significados podem guiar o instinto.

Palavras-chave: caminhografia urbana, noite, fotografia, Brassai.

#### Abstract

Brassai was a French photographer who recorded and pondered Parisian nightlife in the 1930s, walkographing the streets, bars, brothels and restaurants of all sexualities, genders and political opinions. His nocturnal photographs made possible the creation of the book 'Em Brassai en le nuit', which is examined here and put into dialogue in contemporary times, testifying to the importance of letting ourselves flow through the night, through the nocturnal transcity, recording the emerging movements and deviations that only happen from sunset to sunrise. Obviously, we will also try to expose the issues that limit the narrative of women, and academics, in night scenes, to finally extend an invitation to all bodies who like to live in the city between all its lines, especially at night, when the view becomes dimmed and other senses and meanings can guide the instinct. Keywords: walkography, night, photography, Brassai.

1 Doutor em Projetos de Arquitetura, Texto e Contexto pela Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Barcelona (1992) com a tese "Arquitetura como Collage". Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo (UFPel, 1980) e é pós-doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Atualmente, é professor titular na Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

2 Doutoranda em Arquitetura pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFRGS, Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo (UFPel/2021) e Arquiteta e Urbanista pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (UFPel/2019).

#### Preparando para sair

Este ensaio tem por ponto de partida o livro 'Em Brassai en le nuit'<sup>3</sup>, de Fernando Fuão sobre o conhecido fotógrafo Brassai, onde apresenta fragmentos de suas cartas a meio caminho entre um diário e uma ficção sob a forma de texto. Nele estão relatados a vida noturna do fotógrafo pela cidade de Paris do entre guerras, expressando sua experiência para além da imagem fotográfica. Essas cartas serão aqui consideradas registros de suas caminhografias<sup>4</sup> - cartografias caminhadas, *flâneries*, como meio para colocar em xeque questões relativas à produção das cartografias, principalmente diurnas, tão em voga hoje e que necessitam ser reavaliadas e aprofundadas.

Brassai é conhecido por fotografar as cenas noturnas de Paris. Suas imagens eram envoltas em um clima de mistério pela bruma noturna, e de algum modo exploravam o inconsciente e o surreal da Paris, como já é sabido. Neste texto, queremos apresentar outro Brassai: um fotógrafo questionador de tudo aquilo que observava e registrava, um Brassai notívago, caminhante da noite e dos diferentes espaços, dos públicos de todos os gêneros, sexualidades e classes sociais; um Brassai da transcidade, que buscava os lugares de tensionamento da cidade formal e homogênea, na urgência da liberdade noturna. A partir desses relatos do livro *Em Brassai en le nuit (2022)*, nos é permitido observar sobretudo a *diferença* produzida pela caminhografia noturna e o abismo existente do conhecimento solar. Metaforicamente poderíamos dizer que cidade a noite está nua. Opondo-se às seguras caminhografias diurnas; este artigo questiona por consequência, a ausência e o papel das mulheres e dissidências, enquanto produtoras marginalizadas temporalmente dessa produção narrativa sobre a cidade.

Evidentemente aqui se exporá e se reafirmará as origens falocêntricas da *flanerie*. Hoje, sua prática é resgatada e absorvida pela academia com novos nomes como: errâncias, derivas, caminhadas ou deambulações; sem dar-nos conta o que subjaz no fundo dessa prática: um machismo secular e acadêmico que nos acompanha. Que fique claro, não se trata de condenar a louvável prática libertadora das caminhografias que tiraram os alunos da domesticação das salas de aula de dia, ao contrário. Trata-se enfim de avançar determinadamente neste campo com a intenção de superar a hegemonia da luz, das luzes -o faloheliocentrismo- que tem caracterizado e fundamentado a construção científica das teorias sobre a arquitetura e a cidade. Enfim, esperamos que essas aportações não fiquem restritas a essa área, e possa chegar às áreas afins como a psicologia, a geografia, sociologia e artes, entre tantas outras possibilidades das cartografias e das caminhadas.

Na década de 1930 não encontrávamos mulheres registrando a noite parisiense, como fez Brassai, Henry Miller, os surrealistas; ou como posteriormente nos anos 1960 os Situacionistas que adotaram a 'deriva' como prática para sua psicogeografia.

<sup>3</sup> *Em Brassai en le nuit (2022)* de Fernando Fuão, trata-se de um texto collage ficcional elaborado, a partir de dados verídicos e históricos de Brassai, recolhidos a partir de escritos seus como: Cartas para meus pais, Conversações com Picasso; e de amigos como Henry Miller, e toda uma série de fontes de artigos desde teses, dissertações, artigos em revistas e catálogos de exposições. Há passagens desde Miller (*Trópico de câncer*) até Patrick Suskind (*O perfume*) traduzido brilhantemente por Flávio Kothe; aparecem também fragmentos de Tapiés (*Conversações sobre o muro*), Peter Galassi, Rétif de la Bretonne, André Breton, Jacques Derrida (*Le toucher*), Jean Luc-Nancy, entre outros. Todos esses fragmentos foram meticulosamente enxertados como se tratasse do próprio punho, do braço de Brassai.

<sup>4</sup> A caminhografia urbana surge como prática corpórea que visa o registro inscrito da experiência urbana na contemporaneidade. É o cartografar deleuze-guattariano, com o caminhar estético e ético. Uma transcrição latinoamericana que caminha pelas diferentes fronteiras e temporalidades da cidade para compreendê-la. Foi criada pelo grupo de pesquisa Cidade e Contemporaneidade da Faurb/UFPel (ROCHA; SANTOS. 2023).



Trataremos, então, de deslindar os motivos pelos quais além das mulheres, também o porquê d@s acadêmic@s não registrarem os acontecimentos que se passam ao longo da noite.

Parece fácil elogiar a errância, as deambulações, a prática da caminhografia, quando se trata de praticá-la durante o dia. Quem vê as teorias dos urbanistas e cartógrafos acadêmicos percebe prontamente que as cidades costumam ser registradas e pensadas sobre a luz solar. Caminhar e parar, à noite, nas ruas e esquinas, para observar e registrar a cidade e compreendê-la parece ainda ser um grande obstáculo epistemológico. Ao fazer isso, fechamos nossos olhos para toda vida que acontece à noite, deixando a descoberto somente uma visão parcial da cidade. Se consideramos que a prática cartográfica surge na academia para ampliar a compreensão da cidade em seus aspectos subjetivos, não seria a noite, a rainha das subjetividades? E que cidade é essa que prima pela produção do conhecimento à luz do dia? Que conhecimento é esse que ainda está estruturalmente impregnado pelo Iluminismo e a razão; como se a noite não fosse algo racional, e não esclarecesse também os acontecimentos que se darão na manhã seguinte? Onde ficam os muitos acontecimentos que mudaram a história e o rumo das coisas, os encontros nas esquinas malditas, nos recônditos da cidade moderna, nos bares e cafés noturnos? São perguntas que deixaremos para o leitor germinando no escuro.

Finalmente quiçá o artigo traga um grito de urgência para todas as mulheres, cis ou trans, pela liberdade ainda em devir de usufruírem, observarem e registrarem seus desejos e observações e ‘embracearem’<sup>5</sup> a cidade à noite.

Explicadas as premissas das muitas motivações e inquietações que nos levaram a produzir esse artigo, recorreremos extensivamente aos registros do livro *‘Em Brassai en le Nuit’* (2022), para nos conduzir nessa caminhada noturna, nessa pedagogia da caminhada, através do pedagogo da noite: Brassai. Seria bom se ter à mão as fotografias de Brassai para melhor entender as descrições dele. Todas as referências escritas se deram a partir da leitura visual das mesmas, que retratam as noites de Paris, e da descrição de suas andanças. No livro *‘Em Brassai en le nuit’*, o autor quis mostrar um para além do visual óptico, e da paixão fotográfica de Brassai; o aspecto do tato, o tocar, o olfato e até a audição presentes em seus registros e na motivação de fazê-los; nas noites de Brassai tudo timpanizava, os cheiros pareciam brotar de todos os cantos das vielas da velha Paris. À noite para Brassai parecia promover uma inversão dos sentidos entorpecida pelo enfraquecimento da luz, e muitas vezes pelos vapores do álcool e da neblina, dando lugar a outras experiências mais táteis e olfativas, sensoriais. Adentremos na noite. Adentremos na transcidade de Brassai.

### **Em Brassai en le Nuit<sup>6</sup>**

Gosto da vaporosidade, da neblina (*nebel*), o *brouillard*, a bruma, as ruas escuras e sujas; não sei de onde vem esse prazer. Encanta-me as prostitutas, a vadiagem, os homossexuais, os perversos e seu modo de vida. Passo boa parte de meu tempo perambulando pela cidade. Paris exala sexo, seus odores bons e ruins, há um *air* de

<sup>5</sup> *Em-Brassai-ent*: abraços, *bisou*, *embrasser*, verbo beijar. *Embrassai*: beijei-a. Também: abraço imobilizante, encanto, feitiço, petrificação. Glas. Diz-se também do ato, do impacto de ser absorvido, tragado pelo mundo das paredes e muros. Em Brassai, passado simples. Ato de beijar paredes com os olhos. Embrulhado, empacotado (*Embrouille*). Contração de braços e (a)braços. Brassai. *Baiser Paris*. Conviver Paris. Em Brassai Paris. Paris em Brassai (FUÃO, 2002, p.9).

<sup>6</sup> Todas as passagens que não forem citadas foram copiadas do livro *Embrassai en le nuit* (FUÃO, 2022).

Paris. Gosto da iluminação dos lampiões e suas sombras, os efeitos que via no expressionismo agora aparecem aqui (p.19).

A noite sugere e não se exhibe, mas encontra-nos mais cedo ou mais tarde, e surpreende por seu estranhamento. Liberta forças que o dia não consegue revelar porque estão dominadas pela razão. A beleza noturna não é o projeto da criação, mas a sua recompensa (p.63).

A cidade que durante o dia é familiar aos seus habitantes, de repente se vê transfigurada pela noite, ameaçadoramente sedutora, sinistra. Quanto mais iluminamos a cidade mais familiar ela se torna, reconhecível e nada surpreende. Suas sombras revelam mais do que ocultam, elas se antropomorfizam pelas fontes de luz que as criam. É a mudez da noite, só quem vive a noite em sua solidão sabe o que falo (p.63).

Há dois tipos de *flâneur*: o diurno e o noturno. O noturno não gosta de multidões, o diurno sim, adora se perder nela como um tonto. Eu? Sigo preferindo perder meus passos na escuridão, nos odores fétidos dos bueiros, fitar gatos e lesmas. À noite e seu silêncio realçam todas as imagens do mundo, os leves ruídos do bico de gás, o deslizamento discreto da água corrente e a fétida vespasiana transfigura-se num pequeno monumento estranho e delicado. Eu quero externar o interior, nada mais que o interior do mundo, o desejo. A escuridão do interior considero-a mais maravilhosa do que tudo que existe, desconjuro a dita flor do sol e sua hipocrisia, a glória Heliópolis. Minha exterioridade é a interioridade velada da noite na multidão. O flâneur diurno ali estabelece sua casa; na escuridão faço minha outra casa, secreta, cheia de pecados, minha amada *Psique*. De dia o flâneur, de noite eu o vampiro Brassai que abraça e beija Paris. Não quero só flânar como os demais poetas, quero mais: quero ser sugado, devorado, um vampiro às avessas. O trabalho começa com o chamado da noite: ‘devo sair’. É preciso habitar a noite. O mote é ver e viver a liberdade individual, a importância da experiência. Fome de viver ou viver na fome, não importa. Sexo sem tabus é o que diz a noite de Paris, a expressão radical dos sentimentos marginais, o império do egoísmo do consumo; também a vontade de ser conhecido na multidão entre as almas da noite, assim é viver Paris nos anos 30. Todos os poetas surrealistas dizem o mesmo (p.65-67).

A *flânerie* é para gente diurna, e também alguns noturnos; ‘vampirar’ é exclusiva das almas da noite; nada de poesia, só carne e sangue. Passe fome, mas saia nas ruas, escute as teorias estúpidas da arte e da vida que saem das bocas dos bêbados, saia com todos os tipos de gente, não fique recluso. A cidade brota como um enorme doente em toda parte, sendo os bulevares apenas um pouco menos repelentes, porque foram drenados de seu pus. Está cheia de gente bem arrumada aparentemente, mas por dentro loucas e desorbitadas. É à noite que aparecem e brotam suas loucuras; que felicidade vê-los retornarem a seus esgotos. Sigo preferindo as ruelas aos bulevares (p.65).

As ruas são meu refúgio, parecem ser a saída para o encarceramento doméstico. Nenhum ser humano, homem ou mulher pode compreender o encanto das ruas até ser obrigado a procurar refúgio

nelas, viver nelas todo o dia, fazê-las sua casa; até ter-se tornado uma palha jogada para cá e para lá pelo próprio zéfiro que sopra. Um trapo (p.79).

Por amigos tinha as ruas, e as ruas falavam-me naquela linguagem amarga e triste composta de miséria humana, aspiração, remorso, fracasso, esforços desperdiçados ao traçar desvios. É essa espécie de crueldade que está encravada nas ruas. É isso que olho nas paredes e me aterroriza, quando de repente nossas almas são invadidas por um pânico doentio, ao contrário dos *flâneurs* que andam a esmo de dia como caipiras sem crise existencial. É isso que dá aos postes de iluminação suas contorções vampirescas, que faz com que eles nos chamem e nos atraiam para seu abraço estrangulador. É isso que faz com que certas casas pareçam as guardiãs de crimes secretos e suas janelas escuras pareçam órbitas vazias de olhos que viram demais. É essa espécie de coisa escrita na fisionomia humana das ruas, que me faz fugir quando no alto vejo de repente escrito *Impasse Satan* (p.81).

Na sequência, Brassai colocaria em questionamento o papel submisso da mulher burguesa confinada dentro do lar, em contraposição às prostitutas de rua dos bairros pobres.

Parece que virou moda falar e escrever sobre prostitutas, michês e pederastas. Prostitutas e vida livre parecem sinônimo de modernidade e erotização da cidade moderna. Um elo indissociável. Todo meu trabalho sempre dependeu da deambulação por Paris. Percebo que o sentido privilegiado dessa deambulação urbana, a *flânerie* noturna, tem sido a visão base do poder masculino, e da sua posição superior na hierarquia sexual. As recatadas esposas burguesas não podem vagabundear muito menos colocar seu corpo a serviço do prazer dos outros, ou a seu próprio prazer. Só as prostitutas podem caminhar à noite, talvez seja isso que me atraia também. A prostituta é uma das poucas presenças femininas que pode andar a noite sem um homem. A mulher na rua vira a mulher de rua. Miller, disse-me, quando um homem estrangeiro chega à cidade e conquista uma mulher, simultaneamente conquista a cidade. Mas o caráter da prostituição mudou muito. A liberação sexual privou dos jovens, que era um boa clientela. E as pessoas 'respeitosas' que ainda montam seu ponto nas calçadas só atraem velhos, não amados, solitários e viciados (p.99).

Como bem se observou Brassai já desde àquela época, a *flânerie* noturna, tem sido a visão do poder masculino e de superioridade na hierarquia sexual. As esposas burguesas não podiam e ainda não podem vagabundear, muito menos colocar seu corpo a serviço do prazer dos outros, ou a seu próprio prazer. 'Só as prostitutas podem caminhar à noite'. Acentue-se a esse fato que quase não há relatos femininos sobre o deambular à noite, nos bares, nos prostíbulos, nos lugares reservados ao prazer dos homens. O que não significa que as mulheres não ocuparam e ocupem ainda hoje um papel fundamental nesses espaços, sobretudo na rua; ainda que não disputem a representação e a narratividade sobre sua experiência. Talvez, as 'mulheres de rua', nem sejam consideradas 'mulheres', muitas vezes são tidas apenas como 'prostitutas', o que mais uma vez explana o machismo ainda retumbante, junto ao recorte de classe inseparável do contexto. Obviamente que seu olhar não pode ser desinteressado no sentido da *flâneuse* porque estão trabalhando, ainda que sua experiência com certeza

nos permitisse perceber meandros ainda mais ocultos da sociedade e da cidade. Então, a experiência solitária feminina ao deambular sozinha prazer se torna rarefeita, quase uma impossibilitada em termos Derridianos (2001), ou seja: não é impossível, porque o possível sempre está contido no impossível, mas se trata no momento de um entrave epistemológico para o 'sabercidade' a ser superado.

O resultado disso: registros incompletos de uma cidade onde se pronuncia o masculino, tanto em questão do trabalho, mas principalmente do prazer. Sabemos que as mulheres da noite, as prostitutas, estão entre os relatos mais antigos sobre as cidades. De cafofos à luxúria, das putas mais pobres, mendigas, às putas de luxo, das mulheres livres, das gays, das transvestis, em locais mais ou menos iluminados, com ou sem letreiros neon, elas sempre estiveram trabalhando e experienciando a cidade. Sua presença, entretanto, historicamente foi controlada pelos homens e tolerada só enquanto objeto de devoração. As mulheres da noite estão à mercê do desejo da noite, da possibilidade de seu sustento que transpassa toda a violência do faloheliocentrismo, já falaremos mais sobre essa ideia.

Por onde e como se deslocam as mulheres da noite? Que transporte utilizam? Onde podem ir? Um belo testemunho de experiência urbana noturna é o filme de Federico Fellini: *As noites de Cabiria* (1957), com Giulietta Masina, uma prostituta pobre, ingênua e romântica que mora na periferia da periferia de Roma e todas as noites se desloca para o centro iluminado para conseguir seus clientes. O filme é um esplêndido em termos de análise espacial. Faz um corte na cidade através dos deslocamentos periferia-centro-periferia, onde se manifesta a modernidade arquitetônica do neo-realismo. Certamente há diversos outros filmes e documentários contemporâneos que tratam desse tema. O cinema parece chegar a perversidade da noite, ainda que produzindo o próprio cenário.

Todavia, é visto que dos poucos trabalhos que temos sobre as mulheres nas ruas à noite, sua maioria são sobre damas que ocupam esse espaço para vender prazer para os devassos homens que durante o dia pagam pelos bons costumes familiares, e pela noite deliciam-se nos corpos que os recebem sem moralização. A figura da mulher é continuamente subalternizada. Prossegue Brassai:

Para meus amigos surrealistas esses espaços dedicados à prostituição adquirem grande importância na cidade moderna; fazem parte das inúmeras áreas na cidade onde os homens encontram a sua liberdade fora da vida burguesa, e os artistas seu ambiente, agora mais do que nunca longe da rigidez dos lares mofados. As putas são as protagonistas dessa cidade secreta a que nem todos têm acesso. Nesses ambientes muitos possuem um aroma humano essencial, sudorento e gorduroso de queijo azedo, um tema em si bastante nojento, que impregna igualmente todos os homens. Paris é uma grande babilônia, um labirinto, quem quer saber até que ponto estamos em suas vísceras, deve deixar que a vertigem conduza pelas ruas (p.109).

Gostaria de escapar dos abraços de Paris, essa ursa maior. Afastar-me dos cheiros da noite que me cativam até o último glóbulo de meu sangue, e aspiram até a última fibra. Não consigo. Não resisto, estou totalmente dependente de meus vícios, do *voyeurismo* e da obsessão por putas e fotografias, vicioso em perambular em ruas e bordéis; voltar me arrastando para casa. Meu dia, quando tenho compromissos, começa às 14 horas. Chego a pagar para fotógrafos fazerem as fotos que ilustram as matérias que escrevo. Não me



acordo. Dou a desculpa para eles que só escrevo matérias e artigos à noite para o *Brassói Lapok*, por isso tenho tanto sono (p.63).

Não suporto o cheiro de urina de gato daquele bordel. Ontem havia mais de 10 gatos, contei onze num intervalo de duas horas por todo o bordel. As meninas acariciavam, colocavam entre suas pernas. Outros se esfregavam e miavam nas pernas dos clientes, que imediatamente chutavam. Aqui, as regras domésticas são abolidas, mas surgem outras capitaneadas pela cafetona-mor. Tem clientes que vão todas as noites, quase nem vivem em suas casas. Coitados, a solidão da casa é uma tumba, gastam fortunas só para conversar e beber, e ver (p.65).

Lembramos que Brassai realizou uma imensa série de fotografias não só das ruas à noite e dos grafites -sua grande paixão-; mas também em ambientes noturnos de Paris nada usuais, esquinas escuras com prostitutas, bordéis, pensões, dançarinas da noite, assim como retratou em várias fotos o famoso baile gay de carnaval parisiense (*Micarena*), e também vários registros no bar lésbico *Le monocle*, e até mesmo das pequenas *Vespasianas* das ruas de Paris. Nada escapava aos sentidos de Brassai. E esses relatos produzidos pela ficção Brassai acabaram tornando suas fotos para quem as vê hoje, mais vivas, mais explicativas com sons e cheiros. Prossegue em seu relato, agora sobre *Le monocle*:

Miller nunca quer sair comigo para o bordel, com exceção daquela primeira vez que o encontrei, quando pedi para ele baixar as calças e posar para mim. Fizemos muitos passeios noturnos juntos, mas na hora que convidava para ir ao bordel, ele ia para casa; penso que continua achando que vou convidá-lo mais uma vez para posar para fotografias pornográficas. Nem no *Monocle*, um bar lésbico, cheio de gente, ele quer ir mais. O “templo do amor sáfico”, em *Montparnasse*. *Le Monocle* tem um cheiro característico de uma falsa masculinidade, de lésbicas exóticas que usam o cabelo curto e se perfumam com cheiros estranhos, mais como âmbar ou incenso, do que rosas e violetas. A fotografia das pessoas em si era para mim indiferente, tratava-se de uma fotografia que qualquer um podia fazer ou imitar. Lulu, a dona, me explicou que o nome *Le Monocle* vem da tendência das lésbicas de ostentar um monóculo junto com seu smoking, e penteado recortado. Usar um monóculo como mulher é um símbolo de masculinidade. Eu nunca havia percebido. O que ambicionava ali era a fragrância de certas pessoas, daquelas extremamente raras que inspiram e exalam amor. Essas são as minhas vítimas prediletas. Vivem o amor impossível, e dentro dessa impossibilidade vivem o possível. Algumas mulheres vão vestidas como homens, totalmente masculinos na aparência, tanto é que à primeira vista me confundiam. Depois de muito frequentar já conheço muitas delas. O que mais gosto do *Le Monocle* é a alegria e a felicidade reinante no ambiente, até mesmo nas noites mais difíceis. Mesmo com temporal lá estavam ‘eles’, os *tapettes*, quase todas as noites. *Le Monocle* é quase como outra casa para todos nós. Não só para elas, para mim também. Adoro ver quando se beijam e se entregam nas carícias dos lábios. Acho que ontem vi Gertrude Stein<sup>7</sup>(p.103).

<sup>7</sup> Ao que se sabe, *Le Monocle* não permitia a entrada a qualquer homem, entretanto, durante o ano de 1932, Brassai foi autorizado a participar da vida noturna do bar, que recebia espíritos não conformistas e vanguardistas. Sendo conhecido como o clube noturno lésbico mais famoso da época, o *Le Monocle*

É interessante pensar que muitas das mulheres que portavam os monóculos e vestiam-se de ternos, garantiam, dessa forma, a invisibilidade masculina e a possibilidade de ir e vir pelas ruas na penumbra, já que não performavam feminilidade. Sua vantagem estava nessa ‘montagem’ de seus corpos e na criação de toda uma nova gama de possibilidades que utilizavam justamente do machismo e do patriarcado para miná-lo, explodi-lo, de forma a possibilitar que a homossexualidade dissidente fosse exercida para o prazer das mulheres, estritamente. Uma transcendência.

### *Falohéliocentrismo*

Caminhar pelas ruas à noite tem sido um grande desafio para mulheres. Esse cerceamento está na base da domesticação do patriarcado. Sozinha é uma palavra proibida para as mulheres, que desde cedo são ensinadas que andar sem a presença de um homem é perigoso, que não podem sair à noite sozinhas e quando saírem precisam ter horário para voltar. Por mais que tenham consciência de seus direitos e necessidades, as meninas são protegidas como sexo frágil e também são tidas pela sociedade como propriedades, como nos explicou Silvia Federici em *O Calibã e a Bruxa*<sup>8</sup> (2017). Assim como Joice Berth, em seu livro *Se a cidade fosse nossa: racismos, falocentrismos e opressões nas cidades* (2023) contribui para a compreensão que, para a cultura patriarcal e falocêntrica<sup>9</sup>, o lugar do feminino é por excelência o lar como reino da domesticidade e da domesticação, do controle, e da obrigação de cuidar da família, o lugar da felicidade. Enquanto que os espaços públicos - inclusive os transportes públicos e o sistema de mobilidade urbana - são lugares do inesperado, do desconhecido, e portanto; grosso modo; das masculinidades, que só podem ser plenamente usufruídos por homens, ou por mulheres acompanhadas de homens.

A mulher tem em sua experiência uma série de determinações de lugares, horários e caminhos em que pode estar ou percorrer, sem que coloque sua vida em risco. Se durante o dia seu direito à cidade ainda é combatido, à noite é violentado. Para uma sociedade machista a mulher não pode pertencer a si mesma, e sair à noite sozinha a coloca em um estado de propriedade vago, ‘à procura de algo ou alguém’. Como se a mulher por si, não bastasse, mesmo quando acompanhada de outras mulheres. Como se o direito de transitar de dia ou de noite não lhe fosse outorgado. Essas possibilidades são, entretanto, muito diferentes para mulheres brancas e negras, cis e trans, ricas e pobres, porque suas funções sociais para a manutenção do sistema patriarcal e capitalista são diferentes, bem como os direitos e privilégios que podem usufruir. Mulheres que possuem um automóvel, ou podem pagar ubers ou táxis, e mulheres que são obrigadas a sair a pé ou serem servil da política de transportes extremamente limitada durante a noite usufruem da cidade de forma extremamente diferente.

Lélia Gonzalez, atropóloga feminista brasileira negra, no compilado de seus muitos textos *Por um feminismo Afro-latino-americano* (2020), nos ajuda a considerar que

funcionou até os anos 1940, com a ocupação nazista em Paris. Era administrado por Lulu de Montparnasse, que Brassai fotografou várias vezes.

<sup>8</sup> Para Federici, o controle sobre os corpos femininos e o trabalho reprodutivo foram fundamentais para a acumulação primitiva, principalmente no estágio inicial do capitalismo caracterizado pela expropriação em massa de terras, a formação de uma classe trabalhadora despossuída de propriedades, e a exploração de recursos coloniais.

<sup>9</sup> A cidade é falocêntrica porque se organiza internamente à volta de todos os sinais e marcas do masculino. É portanto falocêntrica e logocêntrica, porque, no que diz respeito à linguagem e à gramática das regras discursivas, atende a um inconsciente coletivo moldado pelo falo como símbolo de poder. Essa ideia de entender a cidade a partir dessa perspectiva contra falocêntrica é uma proposta de Berth, em corroboração ao pensamento de Derrida, criador do conceito.

essas violências são potencializadas quando interseccionadas por fatores como classe, raça e sexualidade. Não podemos, portanto, falar de direito à cidade, de política públicas ou mesmo de experiência urbana sem considerar esses fatores, que alteram completamente as opressões estimuladas, principalmente quando colocamos a questão da noite em ação. Justamente por isso a mulher branca deve lutar pela libertação da mulher negra, ou a mulher cis pela trans. Se a cidade é o próprio privilégio de quem constitui essas opressões, é urgente lutar pelo direito de usufruí-la, subvertê-la ou desconstruí-la, criando outras formas de relação e ocupação do espaço para tod@s.

Voltemos a caminhografia por si, a cartografia concomitante à caminhada, o ato de caminhar e registrar a cidade, tem sido postulada como uma saída das normas e um mergulho na complexidade do mundo, um convite à encontrar a inteireza da vida colocando o corpo à prova e tensionando os limites dados e os privilégios adquiridos. Enquanto mergulho na experiência, a caminhografia deve observar esses limites e medos para que possamos questioná-los, explorá-los e ultrapassá-los (Rocha; Santos, 2023). Mas como colocar o corpo à prova, quando a prova em questão pode ser a própria vida? Ao mesmo tempo, como limitar-se pela violência e medo, que impõe as paredes, os portões, as grades, os alarmes, ou maquiagens, sapatos e roupas, buscando controlar, limitar e apropriar-se do corpo da mulher e suas possibilidades de registro de sua própria existência?

Desafiando as indicações de se resguardem em casa, casadas, e caladas, sair à noite parece ainda hoje uma aventura. Encontrar-se para ver a lua, para fumar um cigarro, para ver o fogo, para encontrar outras mulheres, ou para viver simplesmente, é uma subversão necessária capaz de empoderar as mulheres de seus próprios direitos de vagar e sair, inclusive durante o dia. Caminhografar a noite também é a possibilidade de estudar essa noite, e tudo o que pode acontecer na cidade nessa temporalidade 'imprópria'. Transgredir as normas e as disciplinaridades de controle dos corpos e habitar a cidade abre um leque de reverberações que pronunciam a sensação de liberdade, e acabam desencadeando um campo completamente inédito de pesquisa. É uma subversão do domínio da domesticação. À noite, deliberadamente pode-se experimentar outras formas de ação e percepção, mais instáveis e selvagens e menos conformistas.

Há um fantasma na noite e da noite que deve ser dissipado urgentemente. Em Brassai, o temor da noite era seu lugar seguro: "Acordava ao anoitecer, farejava na direção de todos os pontos cardeais, somente quando a noite com seus supostos perigos haviam varrido os homens do dia é que me arrastava para rua. Estava seguro" (Fuão, 2022, p.69). Sabemos que são os fantasmas do medo que nos impedem de superar as limitações; e o medo está na base da domesticação e de qualquer de sujeição. Entretanto, esses fantasmas não são imaginação pura; tem sua construção real e são parte da violência estruturantes da cidade. O medo e o terror, se impregnam mais fortemente nos corpos femininos, a partir do pôr sol ou com o esvaziamento das atividades urbanas.

Cada cidade tem seus fluxos de tempo, umas mais cedo outras mais tarde, que dependem de sua localização, cultura, e estação do ano. Portanto, não se trata aqui de perder o medo de uma noite única, ou uma única noite, nenhuma noite é igual a outra, falamos de uma pluralidade infinita de noites. À noite, é uma espécie de 'outra' do dia, se 'o' dia é masculino, 'a' noite é feminina para a cultura latina, é a transcidade. É justamente essa 'outra' que deveria romper a limitação disciplinadora do dia, e incluso do heliofalogocentrismo da academia e de seus problemas repetitivos todos banhados unicamente pela luz do dia, como se a noite não fosse também iluminadora e portadora de claridade. É ela que nos revela nossa localização no cosmo. A luz solar nos cega

dessa verdade. Ou é ela que nos revela a distância que estamos da escuridão que tanto nos atormenta.

Quando a perspectiva dos olhos na noite se esfuma, se apresenta então: o 'tocar', o tatear a cidade, como bem observou o Brassai de *Em Brassai en le nuit*, como um jogo entre *Eros* e *Psique*. A noite aguça os sentidos do olfato, a audição e o sentido háptico. A noite para muitos é um chamado. É na noite que a visão titubeia, esmaece; e a verdade outra se revela; é o piscar dos olhos proposto por Jacques Derrida em *Pensar em não ver* (2012) que permite a descoberta do espaço em outro âmbito, mais íntimo, menos óbvio, menos visual.

Quando os sistemas da cidade desaceleram seus fluxos e a velocidade dá lugar ou deveria dar lugar à despretensão do ir e vir, ruas, calçadas e praças ganham também outra dimensão, mais amena. Principalmente quando os carros vão também dormir e o metrô vai descansar por algumas horas. Quando a cidade se abandona ao sono é quando criamos outras formas de habitar a cidade. É no silêncio da noite que outros escutares são possíveis. Assim Brassai descreveu a noite de Paris:

É possível que numa extensão de oito ou dez quarteirões haja uma aparência de alegria, mas depois quando chega à noite, a noite lúgubre, sórdida e preta como gordura gelada numa terrina de sopa, tudo muda, se cala. Quarteirões e quarteirões de prédios de apartamentos fecham-se. Suas janelas de pronto fecham-se hermeticamente, todas as frente das lojas também. Quilômetros e quilômetros de prisões de pedra sem o mais débil brilho de calor; os cães e os gatos estão todos dentro com os canários. As baratas e os percevejos também estão seguramente encarcerados (p.45).

Assim como as mulheres, que possuem sua experiência resguardada pela disciplinaridade falocêntrica; a academia e o planejamento urbano também reforçam essa disciplinaridade e domesticação não só na cidade, mas também dentro das salas de aula com suas recomendações; ainda que a maioria dos acadêmicos não percebam. A academia desconhece, com salvas exceções, os mapas noturnos da cidade; pensar em mapas da cidade de dia e de noite não são coisas semelhantes; ao contrário; muitas vezes podem se apresentar como algo opostos, exatamente como dia e noite em seus extremos. Dois mundos onde as bordas da aurora e do ocaso se fazem como indefinições por poucos minutos. Essas cartografias noturnas requerem que pensemos no fluxo de pessoas e na produção de subjetividade alterando a perspectiva formalista e funcional do lugar diurno.

As atividades acadêmicas das caminhadas pedagógicas; projetos arquitetônicos e ou urbanos e outras disciplinas; ocorrem geralmente sob a luz do dia. E assim aprendemos em nossas faculdades de arquitetura e urbanismo, para seguirmos perpetuando no projeto práticas diurnas, e ignorando o lado escuro da rua. Na literatura, os registros da vida a noite sempre partiram não da academia, mas simplesmente de escritores, poetas, artistas, gente comum e que vivenciava a noite. Como Restif de la Bretonne no século XVIII em seu livro *Noites de Paris* (2008). Restif escrevia nas pontes e nas paredes; depois vem: Baudelaire, Louis Aragon, com *Um campônes em Paris* (2008), os surrealistas e Situacionistas; no Brasil: João do Rio com *A alma encantadora das ruas* (2008), e *Dentro da noite* (2018). Todos homens. E a lista não termina aqui.

No livro *'Flâneuse: mulheres que caminham pela cidade'* Lauren Elkin reforça a problemática da caminhada situacionista como uma grande linhagem machista. Ela afirma que a psicogeografia é trabalho de homem que confirma seu privilégio de passear pela cidade. Uma confraria de homens, um cânone de escritores caminhantes.



Elkin brinca que o penis deve ser necessário para caminhar, como uma bengala, já que mulheres não caminham (2022). “Seria bacana, na verdade maravilhoso, se a gente não precisasse subdividir em gêneros –passeantes homens, passeantes mulheres, flâneurs e flâneuses-, mas volta e meia essas narrativas de caminhadas excluem a experiência feminina” (Elkin, 2022, p. 30-32), e completa:

*A flâneuse* não é simplesmente um flâneur feminino, mas uma figura de direito próprio, a ser considerada em si e a servir de inspiração. Ela viaja e vai aonde não deveria ir; isso nos força a encarar as várias formas com que as palavras como ‘lar’ e ‘pertença’ são usadas contra as mulheres. É uma pessoa decidida, de iniciativa, finamente sintonizada com o potencial criativo da cidade e as possibilidades libertadoras de uma boa caminhada (Elkin, 2022, p. 34).

Eis aqui outro desafio às caminhografias - com a finalidade de superação, mesmo enquanto pessoas decididas de iniciativa e coragem, como bem colocou Lauren como relação às flâneurs que “Viajam e vão aonde não deveriam ir”. Aonde não deveriam ir? Será que esses lugares de experiência urbana onde as mulheres não deveriam ir possuem justamente essa nomeação porque não ‘permitem’ a permanência de mulheres? Ou há um medo de abalar todo um binarismo entre masculino x feminismo, prostituta x recatada do lar; ou seja, atingindo também questões presentes na noite como a homossexualidade, a transexualidade, a vadiagem e seus locais de encontro? Já devem ter observado, a essas alturas, que esses questionamentos não proporcionarão nada, nenhuma resposta concreta, o objetivo é abrir ao debate o problema senão milenar, diríamos secular, e que é ocultado ou negligenciado na academia e nas narrativas sobre a experiência urbana noturna, principalmente de mulheres.

A questão persiste não só neste ponto, não só nos lugares, mas sobretudo na outra inquietação que está mascarada nas afirmações de Elkin; a questão do “tempo e da hora”: ‘vai aonde e não deveria ir em que horário?’. E aqui também já não se trata dos subúrbios de um modo geral, como nos subúrbios de Paris do início do século XX, tal como descreve Lauren Elkin, mas em que subúrbios das grandes cidades e em que países: São Paulo, México, Rio de Janeiro? A que horas, ou até que horas é possível registrar a cidade se você é uma mulher? Qual mulher? Como mulher?

Elkin declara que hoje ‘temos medo até de olhar pela janela’, porque os bairros se tornaram perigosos e assustadores. Com razão. Porém os subúrbios de Nova York estão bem longe de provocar o mesmo terror do desconhecido que uma quebrada na Restinga, em Porto Alegre pode provocar para uma moradora do centro, ou um conglomerado como o Morro do Alemão no Rio de Janeiro, e de qualquer outro subúrbio nas infinitas grandes cidades. Ou até mesmo o terror dos muros dos condomínios para as trabalhadoras que dependem dos transportes públicos e vivem em bairros distantes. Para um homem até pode ser mais fácil, porque ele possui uma certa digamos: ‘invisibilidade masculina’, expressão oportuna que Elkin utiliza. Este é um binômio a ser pensado como obstáculo epistemológico: a mulher e a noite. Assim como a academia e a noite.

Infelizmente o livro de Elkins trata-se mais bem de um diário de vida burguesa em cidades que ela nasceu e viajou: Nova York, Paris, Atenas, Tóquio, Londres; cidades essas como o reflexo de cidades idolatradas na cultura burguesa. Em cada cidade, ela recorre a escritoras mulheres como Virginia Woolf, George Sand, ou à grande cineasta documentarista Agnes Varda com pequenas interlocuções dela própria. Não há praticamente nada de caminhadas noturnas, somente uma passagem de Virginia Woolf. Sim, é um livro burguês amparado em escritoras já conhecidas: burguesas brancas; e ao longo de suas 355 páginas não cita uma experiência cartográfica na

cidade a noite. Esse é o problema, assim como em quase todos os relatos dos estudos cartográficos agora ‘cientificados’ dentro da academia que darão e já estão dando ironicamente sustento às novas teorias sobre a cidade. Alerta vermelho.

Recapitulando até aqui. Queremos chamar a atenção três aspectos nesse ensaio: primeiro, o caráter falocêntrico contido nas cartografias desde o século XIX e a reprodução até hoje do viés baudelairiano. Segundo, a dificuldade das mulheres andarem e cartografarem em determinados territórios. O terceiro, quiçá o principal desse ensaio: ressaltar a falta de relatos noturnos cartográficos não somente por parte das mulheres, mas sobretudo no caso específico das cartografias acadêmicas que tem privilegiado a questão diurna, a cidade iluminada pelo sol, achando que através desse procedimento ‘metodológico’ estão abrangendo uma maior compreensão da cidade, sem perceberem que continuam perpetuando uma prática falocêntrica e heliocêntrica até os dias de hoje. O falohéliocentrismo.

### **Tocar a noite: registros na caminhada noturna**

*Em Brassai en le nuit* nos fornece relatos muito precisos com relação às observações a partir dos outros sentidos, para além dos registros fotográficos do próprio Brassai; deixando que a atenção de quem os lê, repouse sobre os cheiros, pelos sons e sobretudo pela questão tátil; ou seja: por aquilo que não é visual. Brassai está amplamente comprometido com o torto, com o que sobra, com o que não se ajusta, com o que não é iluminado, com o que fede, e sobretudo com o humano. É na experiência provocante dos outros sentidos que sua experiência deambula, vacila. Ao deixar de lado o binômio lucidez e razão (*lux e ratio*), razão alienante luminosa, se abre a *diferenza*. É assim que Brassai retrata a vida nas boates lésbicas e gays ou os bordéis de baixa categoria. Sua oscilação o permite ver para além da regra dada, da disciplina dos corpos e pensamentos. Faz-se corpo atento à temporalidade extasiante da noite, para além dos sentidos ofuscados pela luz. Para Brassai o ato fotográfico era um ato impotente em seu sentido de completude, para ele a fotografia relacionava-se com o tato, o ‘*comtato*’, a ‘chapa contato’ característica da fotografia na época. Para ele fotografar era um ato de tocar, beijar e abraçar o mundo, tatear a cidade e a noite. Essa visão de Brassai é importante para entendermos a prática fotográfica imediatista de captura e sentido de posse no ato fotográfico. Fotografar não é ver. Como bem explicou Brassai:

Acariciar é um modo ser e tratar as coisas no mundo, aonde o contato com o outro vai além do tato. O contato é parte do mundo das trevas porque é cego, produz sombra e ocultamentos, é *Psique*. Busco representar incessantemente esses contatos, sem ver se vendo. O acariciado é aquilo que vejo e toco a distancia; toco sem tocar através da lente, mas ele nunca é tocado de fato. Eis o que é a fotografia: o acariciado sem toque; o que a carícia busca é o aveludado, o sedoso; a fotografia não sabe o que busca, só quer tocar tudo. O fotógrafo só quer retocar, retratar o mundo, voltar a sentir, por isso seu toque é deficiente. Muitas vezes, busca o rugoso da parede, ou o liso enigmático da unha (p.29).

*Abrassai* (abraçai), quer dizer deslocar o sentido da visão para mão, para o braço, para corpo. Então, a fotografia se apresenta como abraço imobilizador, a experiência salinizante, congelante que *glasifica* tudo com seu toque. Sou reconfortado, a cada dia, pela fotografia, mas me pergunto se esse misterioso acolhimento entra pelos olhos ou pela boca? Pelo nariz ou pelas orelhas? O olho vê, mas não sente de verdade, falta-lhe lábios, tímpanos. Posso fechar meus olhos, minha

boca, meus ouvidos, mas jamais meu nariz. Essas fotos somente têm cheiros e sons, e só faz sentido para mim e para alguns atores que participaram do ato. Para todo resto são insípidas, apenas um tempo de 'outro' (p.129).

Não sei como esses fotógrafos conseguem registrar o mundo sem cheiros, que tristeza parece que foram acometidos por um vírus que suprime o olfato e o paladar. [...] A fotografia é um objeto de rememoração individual; não faz sentido para todos demais. Para agradar esses demais é que se criou a categoria estética, aí então eles veem tudo: sombras e luz, exceto o cheiro do que aconteceu e que se entranhou no interior. Essas fotografias ofuscantes que exaltam a luz do dia me fazem mal, doem meus olhos, tem brilho demais. Só a luz do luar me ilumina. As vezes fico em dúvida se a fotografia é a grafia da luz ou da escuridão? Talvez devêssemos chamá-la de *érebosgrafia*, ou ainda *nixgrafia*. Para muitos as trevas é o terreno dos fracassados e dos miseráveis, para mim não. [...] Hoje depois de tanto andar não podia cheirar mais nada, estava quase sem respirar. Apenas escrevo algumas notas, penso como pode um fotógrafo e ou um jornalista não farejar. Para se fazer fotografia é preciso farejar antes de apertar o botão, disparar o gatilho (p.69).

Não quero que tudo que está fora esteja dentro, meu olho não vê tudo, não quero ver tudo, apenas sentir. A visão às vezes atrapalha. Me dá muito trabalho seccionar a cidade, tudo tem que estar ao alcance de meu abraço até os cheiros *irre-trait-áveis*. Incidência e coincidência é disso que se trata a fotografia. Essa visão intuitiva que caracteriza a fotografia não vem meramente do tato, mas ela se torna contato, abraço; é de sua natureza mesmo absorver as pessoas e o mundo, possuí-las (p.83).

Mas sigo fotografando, noite após noite as ruas como cenários de um crime, os rastros que guardam e resguardam o assassinato. Em cada rua, em cada lugar descubro um detalhe, uma nova imagem. Paro, reparo e retrato. Estou defronte as paredes da vida e até as das execuções, mas como desconheço a história de cada uma, percebo somente depois que me contam. Só vejo o poético. Por que existe a noite? (p.21).

Noite após noite, eu voltava aos velhos trechos da cidade, me esgueirando dos guardas, e atraído por certas ruas leprosas que só revelavam seu sinistro esplendor quando a luz do sol se esvaía. Quase toda noite tinha que mostrar meus documentos para a polícia. Nas ruas, as prostitutas prontas para os alemães que começavam a ocupar seus postos. Há os que se entregam como prostitutas para os nazistas, informantes, traidores e traidoras, e os que resistem; não sei em que situação estou, acho que não dou a devida importância ao que acontece. Pesa-me a consciência (p.73).

Havia farejado todo o bairro entre *Saint-Eustache* e o *Hotel de Ville*, na escuridão. Não gosto de luz artificial só quando se imiscui na neblina. A estátua do marechal no nevoeiro atesta isso, quando fotografei hoje. Desconfio das luzes da cidade, e também das cidades muito iluminadas, aquelas que não deixam ver estrelas. Paris é assim super iluminada, não é à toa seu título de 'Cidade luz'. Depois que os

nazistas invadiram Paris evito usar até um *flash*. Está proibido, não se pode acender uma luz. Com nazistas ou sem nazistas, as pessoas seguem saindo à noite, até porque eles adoram nossas prostitutas (p.75).

### Vespasianas. Mulher não mija.

No mundo turvo das noites fotografadas e festejadas de Brassai, onde estão as mulheres para além das rápidas menções? Embora quase ausentes na narrativa textual elas compõem em suas fotografias. Em alguns trechos podemos compreender a posição de Brassai que percebe seus privilégios masculinos. Brassai gosta de caminhar pela noite e se dá conta que sua ação é intrínseca ao seu corpo homem. Quando começa a fotografar as Vespasianas parisienses a noite com seus reclames percebe a ausência de equipamentos específicos públicos para as mulheres urinarem, pois as Vespasianas eram somente para os homens. Mulheres não urinam.

Os banheiros públicos não apenas reduzem os odores e o lixo, são fundamentais para a cidade, e também oferecem lugares inéditos de intimidade entre homens, e sobretudo hoje de resistência aos nazistas para passar informações. Minha querida Gilberte critica-me que a cidade que eu retrato, desenha-se como uma cidade nada púdica, e que não tenho vergonha de exibir o que se costuma esconder. Gilberte me chama atenção que essa exibição que falo é só masculina, pois não existem vespasianas femininas (p.119).

São sempre os excessos masculinos que precisam ser canalizados, e a mulher continua cativa em seu símbolo da ordem familiar; ou do outro lado na prostituição, no esgoto que liberta a cidade do desejo excessivo masculino. A cidade é ostensivamente destinada aos homens. As colunas *Rambuteau* se parecem a gigantescos falos, onde urinamos dentro delas, Freud que está na moda poderia explicar isso facilmente. Mas Gilberte tem toda razão, é necessário criar urinários femininos urgentemente, mulheres também urinam, ainda que cruelmente reprimidas desde crianças para não fazerem suas necessidades em banheiros públicos ou na casa dos outros. Para as mulheres ricas há luxuosos banheiros dos restaurantes e cafés, as pobres nada, somente a sarjeta (p.119-120).

Não sei se foi por eu ter tantas vezes caminhado por essas ruas em amargura e desespero, ou a lembrança de uma frase que ela disse uma noite, quando estávamos na *Place Lucien Herr*. "Porque não me mostra aquela Paris", disse ela, "que você fotografa de noite?" Uma coisa eu sei, que ao ouvir aquelas palavras percebi, de repente, a impossibilidade de revelar totalmente a Paris proibida que eu conhecia. A Paris impronunciável, cujos *arrondissements* são indefinidos, principalmente sobre os efeitos do álcool; uma Paris que nunca existiu, a não ser em virtude de minha solidão, de minha fome e desejo por ela. Uma Paris tão vasta! Demoraria uma vida inteira para explorá-la de novo. Esta Paris cuja chave só eu possuo, não se presta bem a uma excursão, nem mesmo com um guia de perversidades turística, mesmo com a melhor das intenções. É uma Paris que tem de ser vivida, que tem de ser experimentada cada dia em mil formas diferentes, uma cidade que cresce dentro da gente, cresce e cresce até nos devorar, e sermos parte dela. Caminho pelas



ruas, tudo me parece horrível quando estou carregando uma câmera, um tripé e uma sacola pesada (p.77,79).

### Brassai e a cidade radiosa

Em meios aos bairros mais ou menos nobres, da agitada noite parisiense escura, o privilégio da luz já anunciava o aparecimento de uma arquitetura sedenta pela limpeza e racionalidade. *Em Brassai le nuit* apresenta um relato de um encontro inusitado entre Brassai e Le Corbusier nos anos 1930, quando ele foi a casa do então já conhecido arquiteto urbanista para fotografá-lo, como vários famosos gostavam de ser fotografados por Brassai, entre eles: Picasso.

Terça feira estive no apartamento de Le Corbusier na *Rue Jacob*, era um caos, a pilha de livros na estante, pilhas de papéis na mesa, tudo num cenário onde se misturavam pequenas esculturas, pinturas suas em torno de uma lareira, uma confusão total. E, ele querendo posar com aquele ar de intelectual escrevendo. Acho que preparou aquele cenário, vai ver ele acha que a bagunça e a desordem são sinal de inteligência. Não entendo como aquela bagunça escondia um arquiteto tão racionalista e tiranicamente ordenado. Algo não casava bem. Antes de fotografá-lo fez questão de exibir-se e me mostrou um plano horrível para Paris, *Plan Voisin*, -assim se chamava-, eliminava todas as ruas sinuosas, becos e vielas de Paris, tudo que eu gosto ele fez desaparecer com uma borracha: as esquinas, os becos, as paredes envelhecidas, os bordéis, os cabarets, os bailes do *Magic City*, o *Chez Suzy*, *Le Monocle* (p.55).

A cidade dele não tinha lugar para os desejos, era purista e puritanamente branca, virgem, asexuada. Tampouco havia paredes para as crianças brincarem e fazerem seus grafites, suas artes. Só existiriam crianças docéis e educadas. Era asséptica, uma cidade para ser vista e não para ser tocada. Mas, nem vista. Meus olhos ficaram enauseados só de ver. Fingi não ver o que via. Comentou-me que doravante as crianças brincariam na cobertura dos edifícios (p.57).

Esse ilustre arquiteto (Le Corbusier) parecia não saber que um *flaneur* não se sente atraído pelas realidades oficiais da cidade, pela cidade sem pregas; mas sim por seus recantos escuros e sórdidos, por suas populações abandonadas, e pela riqueza na pobreza. É a realidade marginal por trás da fachada da vida burguesa que o fotógrafo 'captura', como um detetive captura um criminoso. Parece que ele não vivia nesse mundo, não conhecia a luxúria e a liberdade sexual das *Nuits de Paris*. A radiosa era uma cidade diurna, repleta de sol, sem nada para rastrear, caçar, nem de dia ou de noite. A *Paris de Le nuit* que amo é oposta à *Cité radieuse*. Gosto de sair à noite, beber, fumar, ir ao *Les Bals-musette*; sair em busca das minhas presas. Sim, sou 'o olho de Paris'. Miller assim me chamou, e aceitei, mas preferiria ser o *parfumeur parisien* (p.59).

Não gosto desses muros lisos e brancos modernos. O tédio das paredes nuas e brancas me provoca náuseas, dá vontade escupir nelas; um sentimento de absoluto suicídio. Não registra a idade do tempo; ao contrario, apagam o tempo e nem ao menos congelam

como faz a fotografia. O muro sujo e carcuminado, envelhecido, rugoso, esse sim revela me conserva o passado, o mistério. Encripta. Simultaneamente, segrega e esconde; guarda o tempo e protege do vento. Atrás dele pode se fazer tudo. O que é o muro senão uma superfície de contato sensível à luz e ao toque, a alma, a casa do mundo do homem europeu (p.27).

Nesse relato ficcional, nos é mostrado o outro lado do modernismo, fatídico para a corroboração com o medo e a violência noturna com seus edifícios isolados em terrenos livres. O que Le Corbusier propunha iria de contra as deambulações e a busca pelo surpreendente na cidade. Enfim, o plano *Voisin* seguia a cartilha da cidade para ser vivida de dia, nela tudo era demasiadamente iluminado, resplandecido, revelado, disciplinado e controlado. No outro lado: o oculto da noite, a diversão, a vertigem e o desejo contra a razão sistematizada e reproduzida, indispensáveis para a ordem pré-moldada; os bordéis, os loucos, os vagabundos, as prostitutas, os flaneurs, deveriam todos cindir.

Se ainda hoje as mulheres acometem-se de tantas perseguições simplesmente por sair de casa - muitas vezes inclusive em casa -; no século XIX até final da primeira metade do século XX a presença de uma mulher sozinha na rua à noite era ainda mais notável, ultrajante. Como poderia uma mulher ter direito a perder-se sozinha pela cidade? Não que a mulher não possa caminhar a noite pela cidade, como realmente acontece, entretanto devemos observar que uma mulher desacompanhada caminha apressada, não pára em nenhuma esquina. Fotografar a noite, parar em suas esquinas escuras para fazer anotações noturnas parece algo difícil. Talvez, hoje até para os homens. Se recorrermos à história das deambulações noturnas dos escritores, e portanto, os perigos que corriam não diziam respeito à sexualização de seus corpos, sim a roubos e assaltos. Devemos considerar ainda outro aspecto da noite: o espectral, ela representa o lado escuro da vida; o oculto, onde o sinistro pode brotar a qualquer momento em qualquer situação. A noite tem seu análogo no inconsciente coletivo de seus cidadãos; e não seria mera coincidência que os surrealistas privilegiavam suas andanças à noite, porque só a noite pode fornecer esses aspectos.

Há outra questão importante: muitas dessas deambulações, derivas noturnas, eram feitas sobre o efeito do álcool, e de outras drogas como o haxixe. Muitas drogas não eram ilegais no século XIX e ainda no início do século XX, grande parte do interesse e curiosidade pelos seus efeitos relacionavam-se no meio intelectual às questões do inconsciente apresentadas por Freud. Na década de 1840, um grupo de escritores franceses, dentre os quais Théophile Gautier, Baudelaire, Gérard de Nerval, Dumas e Balzac, e outros boêmios haviam formado o então famoso "*Club des Hachischins*" (Mckenna, 1995). Esse grupo de amigos se encontrava semanalmente nos cômodos do *Hôtel Luzan* na *île Saint-Louis*, em Paris, onde o viajante e psiquiatra J. J. Moreau de Tours distribuía uma forma de haxixe argelino em forma de geléia, chamado *dawamesk*. As drogas também estiveram presentes nas derivas da Internacional Situacionista, antes nas experiências cartográficas de Walter Benjamin sobre o efeito do Haxixe, o ópio e a mesalina entre 1927 e 1934, retratadas em *Imagens de Pensamento: Sobre o Haxixe e outras Drogas* (2018); E dos surrealistas regados a absinto pelas ruas de Paris. A possibilidade de outras explorações e da percepção a partir do sentido distorcido - principalmente temporal, como relatou Benjamin, permitia a anúnciação de uma outra demora, que só o vazio da noite proporcionava na cidade moderna.

## Obscuras anunciações para caminhografias noturnas

Deambular pela cidade à noite é uma prática para além de experimental, é em si pedagógica, sobretudo para o campo da arquitetura e urbanismo. É quase tautológico falar de pedagogia da caminhada. Ir à rua é romper a clausura da sala de aula e das possibilidades segmentadas da lucidez. Essa aprendizagem corpo a corpo com o mundo proporciona uma visão distinta para o ensino da arquitetura e urbanismo; uma experiência, um acontecimento, seja a caminhada solitária ou em grupo, principalmente para as mulheres. Lembramos que a palavra “pedagogo” deriva da combinação de duas palavras gregas: “paidós” (παῖς), que significa “criança”, e “ágōgos” (ἄγωγός), significando “guia” ou “condutor”. Portanto, “pedagogo” pode ser traduzido aproximadamente como o “condutor de crianças” ou “guia de crianças”, e está implícito o movimento de ir e vir em sua etimologia. Lembrando que esse pedagogo na antiga cultura romana era o escravizado que levava e trazia da escola pela mão, os filhos dos soberanos romanos. Por alguns instantes nessa caminhada, o escravizado poderia com arte conversar com essas crianças e ensinar-lhe para além do que ensinavam na escola. O termo também atrela-se à palavra *Paideia* que em grego significava segundo Jaeger (1979): as formas e criações espirituais e também a sua tradição, tal como nós o designamos hoje pela palavra latina, cultura.

Talvez aqui deveríamos nos referir, mais bem, a uma androgogia do que pedagogia. A Andragogia é a arte da educação de adultos, do grego *andros* (adulto) e *gogos* (educar). Uma de suas particularidades é o inverso da pedagogia, ou seja: entender a ‘motivação’ das pessoas e o que está por trás da aprendizagem, e como se dá esta aprendizagem para cada um distintamente. E nada melhor do que a noite para criar e entender essas motivações.

Ao adentrarmos em contatos com relatos estigmatizados e usualmente marginalizados pelos meios de representação - como foi o caso do trabalho de Brassai, ainda que esse fosse um homem - podemos elaborar rastros que atestam o acontecimento da trancidade, que deixaram pistas de resistências e que nos permitem que imaginemos o contexto vanguardista em as imagens que foram produzidos mais de cem anos atrás. A experiência de Brassai, ainda que a partir de um campo machista, como de seus companheiros contemporâneos, permite vislumbrarmos em frestas a vivência do corpo feminino nesses cenários, bem como de corpos dissidentes, lésbicas, gays e *queer* como nas famosas *Micarenas* de Paris, onde Brassai não cansava de retratar e a diversidade possível e impossível dos bailes.

Acreditamos que a pedagogia da caminhografia noturna possa permitir o turvamento da razão (*ratio*, *logos*) iluminista, e o afloramento de um novo pensamento mais próximo dos sentidos e sentimentos irracionais da noite. A noite permite que enfrentemos o esvaziamento da domesticação diurna, e agucemos outros sentidos como o olfato, o tato e o paladar. Há quem diga que a noite o olhar fica mais aguçado exatamente porque esses outros sentidos vem ajudá-lo. Tudo se transmuta à noite, se transfigura até a arquitetura ou um mísero muro ou um graffite, como bem observou Brassai. Hoje a uniformização da iluminação noturna transformou nossas ruas numa pálida tentativa de reprodução do dia, desencantando a noite, mas mesmo assim ela ainda pulsa. Viva a transcendência! Já é hora de caminhografá-la, agora aqui. De nós pra nós.

Se a pele da minha mão fosse tão sensível como são meus olhos veria através de minha mão. Quando te beijo vejo mais que os olhos. É preciso abraçar e beijar a cidade (Fuão, 2023, p. 131).

## Referências

ARAGON, Louis. *Um campônes em Paris*. Tradução de José de Souza Martins. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BENJAMIN, Walter. *Imagens de Pensamento: Sobre o Haxixe e outras Drogas*. Tradução de João Barrento. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2018.

BERTH, Joice. *Se a cidade fosse nossa: racismos, falocentrismos e opressões nas cidades*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2023.

BRETONNE, Restif de la. *Noites de Paris*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

DERRIDA, Jacques. *Margens da Filosofia*. Trad. de Joaquim Torres Costa. São Paulo: Editora Papirus, 1991.

DERRIDA, Jacques. *Une certaine possibilité impossible. Dire l'événement, est-ce possible?* Séminaire de Montréal. Paris: L'Harmattan, 2001.

DERRIDA, Jacques. *Pensar em não ver: escritos sobre as artes do visível (1979- 2004)*. Organização Ginette Michaud, Joana Masó, Javier Bassas. Tradução Marcelo Jacques de Moraes. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2012.

ELKIN, Lauren. *Flâneuse: mulheres que caminham pela cidade em Paris, Nova York, Tóquio, Veneza e Londres*. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Fósforo. 2022.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.

FUÃO, Fernando. *Embrassai en le nuit*. Porto Alegre: Amazon. 2022. (ebook)

GONZALEZ, Lélia. *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaio, Intervenções e Diálogos*. Rio Janeiro: Zahar, 2020.

JAEGER, Werner. *Paideia: a formação do homem grego*. Tradução de Artur M. Parreira. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

MCKENNA, O Alimento dos Deuses. Rio de Janeiro: Editora Record, 1995.

ROCHA, Eduardo; SANTOS, Tais Beltrame dos. *Como é a caminhografia urbana? Registrar, jogar e criar na cidade*. *Arquitextos*, São Paulo, ano 24, n. 281.05, Vitruvius, out. 2023. Disponível em <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/24.281/8923>>.

RIO, João do. *A alma encantadora das ruas: Crônicas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

RIO, João do. *Dentro da Noite*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2018.



# VIOLÊNCIA DE GÊNERO E SUAS INTERSECCIONALIDADES NOS DESLOCAMENTOS A PÉ

## As vivências de mulheres plurais em termos de raça, identidade de gênero e orientação sexual no bairro Porto em Pelotas/RS

### GENDER-BASED VIOLENCE AND ITS INTERSECTIONALITY IN WALKING

#### *The experiences of plural women in terms of race, gender identity and sexual orientation in the Porto area in Pelotas/RS*

**Aracele Rocha Mahfuz<sup>1</sup>,  
Gisele Silva Pereira<sup>2</sup> e Adriana Araujo Portella<sup>3</sup>**

#### Resumo

O presente trabalho teve como objetivos analisar a relação entre caminhabilidade e violência de gênero bem como verificar como a raça interfere na vivência das mulheres nos seus deslocamentos a pé. Para tal, escolheu-se fazer um estudo de caso no bairro Porto na cidade de Pelotas/RS. Para a realização da pesquisa foram aplicados os seguintes procedimentos metodológicos: observação participante e entrevistas caminhadas. Evidenciou-se que a violência de gênero é, ainda, o maior impeditivo para a caminhabilidade de mulheres. Constatou-se também que as mulheres negras pertencentes à comunidade LGBTQIAP+ são as mais vulneráveis às questões de violência. Assim, defende-se, diretrizes para a criação de espaços públicos mais seguros que perpassem a afirmação dessas identidades, educação e sensibilização acerca da diversidade e a repressão a violências praticadas contra esses sujeitos. Palavras-chave: ambiente e comportamento, percepção, gênero, mobilidade a pé.

#### Abstract

*The present work aimed to analyze the relationship between walking and gender-based violence, as well as to verify how race interferes with women's experiences when traveling on foot. To this end, we chose to do a case study in the Porto neighborhood in the city of Pelotas/RS. To carry out the research, the following methodological procedures were applied: participant observation and walking interviews. It became clear that gender-based violence is still the biggest impediment to women's ability to walk. It was also found that black women belonging to the LGBTQIAP+ community are the most vulnerable to issues of violence. Thus, it is argued, guidelines for creating*

1 Mestra em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (UFPEL/2023). Engenheira Civil pelo Centro de Engenharias (UFPEL/2017).

2 Doutora em Ciências da Engenharia Ambiental pela Faculdade do Ambiente Construído (Oxford Brookes University/2011). Mestra em Turismo e Hospitalidade pelo Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade (UCS/2007). Bacharel em Turismo pelo Núcleo de Canela (UCS/2002). Professora na UFPEL.

3 Doutora em Desenho Urbano pela Faculdade do Ambiente Construído (Oxford Brookes University/2007). Mestra em Planejamento Urbano e Regional pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (UFRGS/2003). Arquiteta e Urbanista pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (UFPEL/2001). Professora na UFPEL.

*safer public spaces necessarily involve the affirmation of these identities, education and awareness about diversity and the repression of violence committed against these subjects.*

*Keywords: environment and behavior, perception, gender, walking mobility.*

#### Introdução

A presente pesquisa tem como ponto de partida o entendimento de que, para criar cidades humanizadas, que priorizem o espaço público das ruas, este entendido como elemento-chave de integração econômica e social, é fundamental um planejamento urbano que estimule a mobilidade ativa – principalmente de pedestres e de ciclistas. Nesse sentido, saúde, prosperidade e sustentabilidade são os principais argumentos para estimular que as cidades sejam caminháveis. Todavia, os conflitos nas discussões sobre planejamento urbano, sobretudo no que tange às duas primeiras décadas do século XXI, não se dão pela falta de consciência do que precisa ser feito, e sim pela desconexão entre essa conscientização e as tomadas de decisão por responsáveis pelo planejamento de espaços comunitários (Speck, 2017).

O conceito de caminhabilidade, nesse sentido, implica a qualidade do lugar, bem como a boa acessibilidade do pedestre às diferentes partes da cidade. O espaço urbano, por sua vez, deve proporcionar uma motivação para as pessoas adotarem o caminhar como forma de deslocamento (Barretto; Gislon, 2013). Sendo assim, para estimular os deslocamentos a pé, é necessário compreender a percepção de diferentes grupos, com as heterogeneidades inerentes, sobre o desenho urbano ao se deslocar pelo espaço público.

Segundo Lynch (1960), o olhar para os espaços urbanos cria, a cada indivíduo, uma associação de fatores única. Isso porque cada sujeito vivencia e sente a cidade de forma singular. Lembranças, identificação e significados são evocados pela paisagem conforme as experiências vividas por cada cidadão. Da mesma forma que o ambiente é percebido diferentemente por cada indivíduo, a cidade é um produto, especialmente, das pessoas e de suas atividades, que, por razões próprias, constantemente modificam a estrutura local (Lynch, 1960). Dessa maneira, a paisagem urbana está em constante modificação e pode ter seu significado alterado no decorrer do tempo conforme as circunstâncias de cada época.

Percebe-se, portanto, que a imagem do espaço urbano é criada por diferentes tipos de estímulos. Nesse sentido, Lynch (1960) apresenta algumas variáveis que podem interferir na imagem urbana: sensações visuais de cor, forma, movimento ou polarização da luz, além de outros sentidos, como o olfato, a audição e o tato. Assim, a mesma realidade poderá ser interpretada de forma significativamente diferente conforme observadores diferentes. Ainda segundo Lynch (1960), contudo, parece existir um consenso significativo entre membros de um mesmo grupo sobre as imagens da cidade que, quando representam um considerável número de observadores, podem auxiliar no planejamento de ambientes que venham a ser utilizados por várias pessoas. Dessa forma, a identidade do ambiente, criada a partir da imagem do espaço urbano, deve construir no indivíduo o sentimento de que faz parte de algo maior, com base na consciência de pertencimento em um grupo com o qual partilha um espaço (Lynch, 1960). Essa sensação de fazer parte dos espaços públicos, entretanto, é restrita a um número pequeno de pessoas que podem usufruir desses locais, bem como de processos e dinâmicas da cidade de maneira digna e com qualidade. Para as mulheres, historicamente excluídas dos ambientes públicos, a problemática maior reside no direito de ir e vir. Isso porque a mobilidade e circulação das mulheres nos espaços urbanos as expõem ao assédio e a situações de violência sexual (Kern, 2021).

Tendo em vista que as mulheres foram, historicamente, restringidas aos espaços privados, ao adentrar o espaço público, deparam-se com recorrente sentimento de insegurança e medo de assédio ou de violência (Bandeira, 2014; Dutra; Machado, 2017; Fernandes; Lima, 2019; Galetti, 2017; Kern, 2021). A violência de gênero, por sua vez, é um fenômeno social decorrente das relações de poder e de uma sociedade culturalmente machista (Dutra; Machado, 2017).

As relações entre estrutura urbana e desigualdade de gênero também propiciam vulnerabilidade às mulheres que circulam, locomovem-se e ocupam o espaço público. Ou seja, o sentimento de insegurança e vulnerabilidade que as mulheres percebem nos espaços urbanos decorrem das relações de poder entre homens e mulheres (Dutra; Machado, 2017). As referidas autoras afirmam, ainda, que é fundamental observar esses fenômenos sociais ao abordar a violência de gênero. Trata-se de analisar as influências do meio sobre o indivíduo quanto a essas práticas, bem como formas de combate e prevenção à violência de gênero contra a mulher.

A partir dessas reflexões, o presente estudo tem como objetivos analisar a relação entre caminhabilidade e violência de gênero bem como verificar como a raça interfere na vivência das mulheres nos seus deslocamentos a pé. Para isso, a seguir, apresenta-se o referencial teórico da pesquisa, contemplando temas ligados a gênero e cidade, violência de gênero no espaço público, legislação de combate à violência contra a mulher no Brasil, caminhabilidade, e gênero e caminhabilidade. Após, tem-se a metodologia empregada com seus métodos de coleta e de análise dos dados. Na sequência, destacam-se a apresentação e discussão dos resultados obtidos no que tangem à mobilidade e violência de gênero. Por fim, tem-se o fechamento do trabalho com as considerações finais.

## Referencial teórico

### *Gênero e cidade*

Os principais planejadores e tomadores de decisões das cidades ainda são homens e as formas de planejamento urbano são baseadas em um conjunto de suposições sobre necessidades, planos de viagem diários e desejos do “típico” cidadão urbano. Esse sujeito, geralmente, é representado por uma figura masculina, ou seja, um marido e pai provedor, fisicamente apto, heterossexual, branco e do gênero cis. Desse modo, as escolhas, desde a política econômica urbana, o planejamento de moradias, localização das escolas até aos assentos de ônibus, são tomadas sem preocupações sobre como essas decisões afetam as mulheres. Assim, estabelecendo as experiências dos homens como “regras”, a cidade foi criada para apoiar e facilitar os papéis de gênero, ignorando o contato diário das mulheres com a vida urbana ao administrar a “dupla jornada” de trabalho, o remunerado e o não remunerado (Kern, 2021). As cidades são percebidas e vivenciadas de maneiras diversas por cada segmento da população. Nesse sentido, as diferenças sociais e as relações de poder entre gêneros estão diretamente relacionadas à evolução do espaço rural e urbano (Calió, 1997). Para Gonzaga (2004), as questões de gênero se relacionam ao acesso desigual a espaços e processos das cidades. Ademais, as desigualdades atravessam a produção e reprodução e são, por princípio, estruturadoras e dinamizadoras delas. Sendo assim, a cidade apresenta às mulheres uma série de barreiras (físicas, sociais, econômicas e simbólicas) que moldam suas vidas cotidianas, em conjunto com outros fatores, de acordo com o gênero (Kern, 2021).

Consoante Santoro (2005), se há diferenças entre homens e mulheres, o planejamento urbano não pode ser visto de forma generalista e deve compreender o olhar diferenciado

das mulheres sobre o espaço. Naturalmente, existem diferenças resultantes das desigualdades regionais, classes sociais e raciais, porém as experiências cotidianas de discriminação, opressão e os permanentes estigmas que reforçam a ideia de inferioridade/incapacidade feminina em diferentes âmbitos da esfera pública conferem às mulheres brasileiras uma identidade de gênero comum à sua condição (Venturi; Recamán, 2004). Nesse sentido, para que as cidades sejam funcionais às mulheres, é preciso levar em consideração suas experiências de ocupação e participação no espaço urbano. Segundo Santoro (2005), para fazer o planejamento territorial com perspectivas de gênero, é necessário compreender: como as mulheres têm participado das decisões sobre o território; como se relacionam com o espaço doméstico e com o público; e como suas reivindicações foram se modificando ao longo do tempo, de uma luta por equipamentos por uma luta por direitos.

Contudo, ainda que o planejamento urbano com perspectiva de gênero procure incluir uma visão feminina, a mulher imaginária também foi limitada. Ela é representada como uma mãe branca, casada e apta com um emprego. Isso, provavelmente, não atenderá às necessidades de grande parte das mulheres nas cidades contemporâneas. Dessa forma, mulheres negras de baixa renda, por exemplo, são as mais vulneráveis e são empurradas para áreas com serviços insuficientes, em que os benefícios da vida urbana são significativamente diminuídos (Kern, 2021).

### *Violência de gênero no espaço público*

Estudos sobre violência de gênero, sobretudo contra as mulheres, fazem parte de um campo teórico-metodológico com uma abordagem política singular, que visa à criação de serviços públicos especializados e leis particulares. Tal campo de estudo foi formado a partir de reivindicações do movimento feminista brasileiro e internacional. Ressalta-se que a violência de gênero é motivada pelas relações assimétricas de poder baseadas na condição de sexo, em que feminino e masculino se organizam a partir de disputas simbólicas e materiais no âmbito privado. Por consequência, tais relações se projetam nos espaços públicos (Bandeira, 2014).

O assédio sexual de rua é uma interação bastante frequente no cotidiano das mulheres nos espaços públicos. Diferente da violência doméstica, que pode ser rastreada por meio de denúncias e ocorrências, mesmo que subnotificadas, a violência de gênero no espaço público é de difícil identificação e, muitas vezes, é absorvida na premissa de que espaços urbanos são perigosos por definição (Fernandes; Lima, 2019).

Os insultos, ofensivos ou violentos, representam as agressões mais frequentes no espaço urbano. Tais hostilidades são potencializadas pelos aspectos de raça, cor e lugar. Isso faz com que as mulheres negras, que em sua maioria vivem em regiões periféricas das cidades brasileira, sejam as mais vulneráveis (Fernandes; Lima, 2019).

Essa violência pode se apresentar de diversas maneiras em diferentes culturas, “porém, mesmo que sejam culturas diferentes, elas se assemelham em um aspecto: permitem que as mulheres sofram discriminação e sejam agredidas” (Dutra; Machado, 2017, p. 3). A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, em seu artigo primeiro, refere: “entende-se por violência contra a mulher qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado” (Comissão Interamericana de Direitos Humanos, 1994, s/d).

O assédio sexual em espaços públicos é uma das formas mais prevalentes de violência de gênero (Ribeiro, 2021). Ademais, enquanto os homens têm receio de assaltos, as mulheres têm medo de serem violentadas, perseguidas e agredidas. Isso demonstra



que elas são as mais prejudicadas na sua mobilidade geográfica e que a sua presença nos espaços públicos ainda é conflituosa.

Não se trata apenas de agressões ou violações sexuais. Vale ressaltar que assédios e ofensas impactam negativamente a experiência cotidiana das mulheres ao caminhar pelas ruas ou em outros espaços públicos. Para Santos (2015), ataques psicológicos e verbais são uma modalidade de violência internalizada, tratada como natural, em razão de as mulheres serem vistas como seres passivos, objetos de domínio do masculino e culpabilizadas pelo assédio sexual que sofrem dos homens.

O exposto é corroborado por pesquisa realizada pelo Instituto Patrícia Galvão, intitulada “Menina pode tudo”, que ouviu 2.285 mulheres com idades entre 14 e 24 anos. Do total de participantes, 77% afirmaram já ter sofrido assédio sexual físico e 90% disseram que já deixaram de fazer alguma atividade por medo da violência, como sair à noite, usar roupas que expõem o corpo, ou por responder a uma “cantada” (Énois Inteligência Jovem, 2015). O Instituto Datafolha (2018) também relaciona a violência de gênero com o espaço público e aponta que uma em cada três brasileiras adultas (29%) já sofreu assédio sexual na rua, sendo que 25% sofreram assédio verbal, e 3%, físico, além das que sofreram ambos. Isso indica que, em muitos casos, as mulheres experimentam o espaço público através de uma visão pouco agradável.

Conforme Dutra e Machado (2017), é possível afirmar que os ambientes públicos são um bom ponto de observação da violência contra a mulher na sociedade brasileira contemporânea. Nesses locais, as interações sociais ocorrem com a circulação constante de desconhecidos passíveis de serem expostos a situações de abordagens violentas, importunações e constrangimentos. Isso decorre do crescimento desordenado das cidades, o que faz com que as pessoas se tornem estranhas umas às outras. Ademais, nessas conjunturas, há o desaparecimento do controle social informal, o qual se relaciona com o controle exercido pela família, escola, religião, entre outras instituições. Dessa forma, como afirmam Fernandes e Lima (2019), o indivíduo sente-se protegido pelo anonimato da metrópole e livre para expressar seu machismo e gerar constrangimento.

Além disso, Kern (2021) aponta que existe um conjunto de ideias falsas e de equívocos, antes chamadas de “mitos do estupro” e agora conhecidas como “cultura do estupro”, que sustentam o assédio sexual e a violência de gênero, transferindo uma parte da culpa para as vítimas. Para a autora, as questões clássicas dessa cultura, tais como “O que estava vestindo?” e “Por que não denunciou?”, também contêm uma geografia: “O que estava fazendo naquele bairro?”, “Esperando sozinha um ônibus?”, “Por que você estava andando sozinha à noite?”. Todos esses mitos estão embutidos no mapa mental de segurança e perigo que as mulheres carregam em sua mente, tanto quanto uma ameaça real, e servem para delimitar a liberdade de caminhar, trabalhar, divertir-se e ocupar espaço na cidade (Kern, 2021).

Com efeito, a violência de gênero é agravada quando os corpos dessas mulheres não se enquadram nos padrões normativos que regulam a sociabilidade nos espaços públicos (Fernandes; Lima, 2019). Dessa maneira, as agressões se manifestam também a respeito da cor da pele das mulheres e os símbolos que, culturalmente, são associados ao feminino e ao masculino. Assim, acrescenta-se, mulheres negras, lésbicas e transexuais, sobretudo as que não performam feminilidades, aos moldes do construto patriarcal, são as que mais se tornam passíveis do convívio com abusos. Consoante pesquisa realizada pelo Instituto Patrícia Galvão/Locomotiva (2021), as mulheres são percebidas como as mais vulneráveis em seus deslocamentos. Elas saem, sobretudo, para realizar atividades ligadas à manutenção da casa, da família e de cuidados pessoais. Ainda conforme dados da referida investigação, 81% das

mulheres ouvidas já passaram ao menos por uma situação de violência ao se deslocar pela cidade, entre elas: agressão física, estupro, racismo, importunação/assédio sexual, assalto/furto/sequestro relâmpago, receber olhares e “cantadas” insistentes.

#### *Legislação de combate à violência contra a mulher no Brasil*

A legislação de combate à violência de gênero no Brasil tem conquistado inúmeros avanços nos últimos anos, principalmente com a criminalização do assédio sexual e a tipificação do feminicídio como homicídio qualificado. São três as principais leis voltadas à defesa dos direitos fundamentais das mulheres, apresentadas nesta subseção.

A Lei no 11.340, de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, é um marco importante na proteção de mulheres vítimas de violência doméstica. Promulgada em 2006, visa erradicar a violência doméstica e familiar, de todos os tipos, contra a mulher. Ela fornece uma base legal para a punição de atos de violência e crimes contra a mulher, seja de origem física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral. Essa lei, no entanto, somente diz respeito à esfera privada, uma vez que são consideradas apenas questões relacionadas ao âmbito familiar, na unidade doméstica e em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a vítima (Brasil, 2006).

Em 2015, entrou em vigor a Lei no 13.104, a Lei do Feminicídio, que alterou o Código Penal para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. No âmbito desta lei, é considerado feminicídio quando o assassinato envolve violência doméstica e familiar, menosprezo ou discriminação à condição de mulher da vítima (Brasil, 2015).

Por sua vez, a Lei no 13.718, a Lei de Importunação Sexual, sancionada em 2018, é a primeira lei de combate à violência de gênero em todos os espaços (público e privado). Ela está baseada na ideia de que ninguém deve ter medo de se deslocar pela cidade por causa de seu gênero, sexualidade e raça (Brasil, 2018). Ressalta-se, ademais, que a Lei de Importunação Sexual alterou o Código Penal, permitindo identificar, definir e punir os diversos atos de violência que podem ser cometidos contra uma mulher, ou qualquer outra pessoa:

- a) O assédio sexual: caracteriza-se por constrangimentos com a finalidade de obter favores sexuais feitos por alguém de posição superior a vítima (conforme art. 216-1 do Código Penal);
- b) A importunação sexual: praticar contra alguém e sem sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou de outrem (conforme art. 215-1 do Código Penal);
- c) O estupro: constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso (conforme art. 213 do Código Penal).

#### *Caminhabilidade*

A caminhabilidade é uma medida do quanto uma determinada área, rua, bairro ou cidade é apropriada para caminhar. Para Barretto e Gislon (2013), o conceito de caminhabilidade implica a qualidade do lugar, a boa acessibilidade do pedestre às diferentes partes da cidade, que, por sua vez, deve proporcionar uma motivação para as pessoas adotarem o caminhar como forma de deslocamento.

Apesar de o deslocamento a pé ser importante para o sistema de transporte urbano de qualquer país, apenas na década de 1990, através da Agenda 21 Global, a mobilidade ativa teve seus princípios incluídos na formulação de políticas públicas sobre desenvolvimento sustentável. Contudo, percebe-se que, decorridos mais de 30 anos da elaboração da Agenda 21, os investimentos públicos no Brasil priorizam a infraestrutura voltada para a circulação de veículos motorizados (Azevedo, 2008). Segundo Aguiar (2003), as condições físicas e ambientais da maior parte dos espaços públicos voltados ao deslocamento de pedestres são desprovidas de ações por parte dos órgãos públicos, responsáveis pelo planejamento, projeto, execução, fiscalização e manutenção desses espaços.

A mobilidade ativa é composta, sobretudo, por pedestres e ciclistas, mas também pode ser com auxílio de muletas, por meio de cadeira de rodas, entre outros. Ou seja, compreende todo deslocamento que, com utilização de ajuda técnica ou não, permite ao cidadão se locomover de forma autônoma. Por conseguinte, essa forma de deslocamento traz benefícios para a saúde, economia, meio ambiente e identidade das comunidades. O deslocamento a pé influencia o transporte urbano de qualquer país e sua importância varia entre diferentes regiões e depende de muitos fatores, tais como a política de transporte adotada, condição socioeconômica da população, forma de uso e ocupação do solo urbano (Azevedo, 2008).

A apropriação das ruas pelas pessoas cria espaços de lazer e trocas culturais, trazendo ganhos de qualidade ambiental e social para as cidades. Speck (2017) aponta que comunidades com ruas cheias de vida e vibrantes tornam as cidades mais atraentes para uma classe de cidadãos “jovens criativos” que buscam saúde e bem-estar além de eficiência nos deslocamentos, gerando ganhos para a economia local. A ideia não é nova, uma vez que, ainda na década de 1960, Jacobs (2011) apontou que cidades mais atraentes significam ruas mais atraentes. Para a autora, se as ruas e calçadas parecem agradáveis e seguras, as cidades também irão transparecer essas sensações. Da mesma forma, se as ruas e calçadas transmitem percepções ruins, a cidade transmitirá o mesmo. Por isso, ruas e calçadas são consideradas os órgãos mais vitais dos espaços urbanos. Para Gehl (2013), a vida na cidade pode ser uma experiência divertida e estimulante, com cenas que mudam a cada minuto, e estão relacionadas a um dos principais temas da vida humana: as pessoas.

Motivos não faltam para tornar as cidades mais caminháveis. Para Speck (2017), sustentabilidade, saúde e prosperidade são os principais argumentos. Contudo, o autor enfatiza que a discussão sobre as cidades no sentido de priorizar o pedestre no planejamento urbano não é uma obstinação tola ou falta de consciência sobre o que precisa ser feito. Pelo contrário, é uma falta de conexão entre o conhecimento e o planejamento e as tomadas de decisões. Gehl (2013) acrescenta que o espaço urbano democraticamente gerido e bem planejado pode influenciar a forma como se dá o uso de determinadas regiões e áreas urbanas. Sendo assim, para atrair as pessoas a caminharem e permanecerem no espaço público, o planejamento deve ser em escala humana.

Consoante Speck (2017), caminhabilidade é a medida que, dentre os proveitos físicos e sociais do caminhar, talvez seja a mais útil, já que contribui para a vitalidade urbana. Para ser adequada, uma caminhada precisa ser proveitosa, segura, confortável e interessante. Vale ressaltar que cada uma dessas características é essencial, mas não pode ser considerada isoladamente. Dessas características, Speck (2017) desenvolveu dez passos criados para tornar as cidades caminháveis: Pôr o automóvel em seu lugar, Mesclar os usos, Adequar o estacionamento, Deixar o sistema de transporte fluir, Proteger o pedestre, Acolher as bicicletas, Criar bons espaços, Plantar árvores, Criar faces de ruas agradáveis e singulares, e Eleger suas prioridades.

## Gênero e caminhabilidade

Se as atividades de homens e mulheres são distintas nos processos das cidades, a mobilidade também se difere conforme o gênero. Todavia, o planejamento de mobilidade geralmente é feito sem levar em consideração as questões de gênero, raça e renda, como se fossem variáveis indiferentes nos deslocamentos na cidade. Essa “neutralização” da mobilidade gera efeitos negativos e as mais prejudicadas são as mulheres negras e mulheres com baixa renda, que se tornam mais vulneráveis aos riscos da violência e da exclusão social (INSTITUTO DE POLÍTICAS DE TRANSPORTE E DESENVOLVIMENTO, 2021). Embora as questões de raça e renda sejam mais apontadas neste contexto, é preciso destacar que mulheres trans e lésbicas também devem ser contempladas em tais processos, conforme se observa, mais adiante, na análise dos resultados desta pesquisa.

A maneira como as mulheres se deslocam na cidade resulta, em grande parte, da manutenção da divisão sexual do trabalho doméstico, uma vez que elas precisam conciliar uma atividade remunerada com as tarefas domésticas e de cuidados. Os deslocamentos feitos para acompanhar e cuidar de outras pessoas são chamados de “mobilidade do cuidado” e incluem saídas para atividades de lazer, visitas a parentes ou amigos, buscar serviços de saúde e educação, entre outros. Esses fatores têm grande efeito na mobilidade das mulheres e no seu padrão de viagem, sendo o de maior impacto a presença de crianças pequenas, de cinco a nove anos de idade (INSTITUTO DE POLÍTICAS DE TRANSPORTE E DESENVOLVIMENTO, 2021). A “mobilidade do cuidado” – atividade reprodutiva – não obedece ao movimento pendular, deslocamentos diários casa-trabalho, entre periferia e centro das cidades nos horários de pico, para as quais os sistemas de transporte foram pensados – atividade produtiva – sendo distribuída de forma mais complexa e diversificada em relação aos dias, horários e destinos.

O machismo e o racismo estão na estrutura de todos os aspectos da formação e consolidação do Brasil e não é diferente quando se trata de mobilidade urbana. Sendo assim, as mulheres negras são as que mais sofrem com os efeitos das desigualdades. As falhas relacionadas à micro acessibilidade restringem os deslocamentos das pretas e pardas devido à má conservação das paradas de ônibus e falta de iluminação nas ruas das periferias onde a maioria delas vive (Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento, 2021).

Segundo o Boletim do Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento (2021), cidades e regiões metropolitanas brasileiras que queiram realmente fazer um planejamento com enfoque em gênero e raça devem abordar cinco aspectos fundamentais:

1. Promover a diversidade de gênero, raça, classe, idade e a inclusão de pessoas com deficiência no corpo técnico e nos cargos de tomada de decisão nas instâncias de planejamento, implementação e operação da mobilidade e dos sistemas de mobilidade urbana;
2. Coletar e publicizar dados de origem e destino responsivos ao gênero e raça/cor que considerem: no mínimo, as variáveis de gênero, raça, renda e idade de cada pessoa e; idealmente, a existência de crianças no domicílio e o grau de responsabilidade das mulheres com os cuidados dos dependentes; os modos de transporte em cada trecho de deslocamento; o tempo diário gasto em deslocamentos a pé, por bicicleta, de espera e dentro do transporte público.



3. Propor indicadores de mobilidade e de desenvolvimento urbano que possam apoiar o monitoramento do alcance do objetivo de redução das desigualdades, promoção da inclusão social e do acesso aos serviços básicos e equipamentos sociais, previsto na Política Nacional de Mobilidade Urbana.

4. Desenhar indicadores que consigam promover análises de acesso a partir de linhas de ônibus convencionais, para avaliar a frequência, confiabilidade e as origens e destinos das pessoas em relação ao acesso a oportunidades básicas como empregos, serviços de educação, saúde e proteção.

5. Coletar dados relativos à violência de gênero nos deslocamentos urbanos, considerando os trechos percorridos em modos ativos e no transporte público de forma separada, para desenhar políticas de combate à violência de gênero na mobilidade (Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento, 2021, p. 16).

Percebe-se, portanto que não basta ter uma boa estrutura de calçadas, iluminação e segurança, embora sejam aspectos de fundamental importância, para que a caminhabilidade seja desenvolvida nas cidades. É preciso um conjunto de fatores que facilitem a mobilidade das mulheres (transporte coletivo, ciclofaixas, etc.) para que acessem oportunidades de estudo e trabalho assim como, possam exercer as atividades de cuidado e manutenção da casa.

## Metodologia

Para alcançar os objetivos desta pesquisa, foi adotado o método de pesquisa de estudo de caso, o qual se justifica pois é um estudo contemporâneo, em que não há controle sobre os eventos comportamentais (Yin, 2001). O local escolhido para o estudo de caso foi o bairro Porto na cidade de Pelotas no Rio Grande do Sul. A região é um dos bairros mais importantes na história de Pelotas. Formado às margens do Canal de São Gonçalo, conta com construções (fábricas e depósitos) que narraram os rumos da economia da cidade (Al-Alam, 2011).

A escolha deste local se deu pela presença da Universidade Federal de Pelotas na região, que vislumbrou, nos grandes prédios abandonados, a possibilidade de ampliação da sua estrutura física. O movimento gerado pela comunidade acadêmica, a retomada das operações portuárias e as iniciativas de recuperação do patrimônio arquitetônico estão desenhando uma nova identidade da zona do Porto de Pelotas (Inchauspe; Silva Neto, 2019).

Além disso, desde 2001, a Prefeitura Municipal de Pelotas passou a discutir a Cidade Universitária dentro do plano Diretor, prevendo um projeto de humanização de uma ampla área da zona do Porto, priorizando o pedestre e fazendo da rua um espaço de convivência, conforme se observa na Lei no 5.502 (Pelotas, 2008).

### Métodos e técnicas para coleta de dados

Os métodos propostos para o estudo de caso foram: observação participante e entrevistas caminhadas.

### Observação participante

A observação participante é uma técnica de coleta de dados bastante utilizada em pesquisas que adotam uma abordagem qualitativa, consistindo na inserção do pesquisador no interior do grupo pesquisado (Queiroz *et al.*, 2007). O pesquisador não apenas olha o que está acontecendo, mas observa atentamente, com olhos treinados, em busca de certos acontecimentos específicos ao contexto de desenvolvimento da pesquisa para, através dessa interação, formar um conhecimento claro e preciso (Queiroz *et al.*, 2007).

Na presente pesquisa, essa técnica foi utilizada com o intuito de perceber as interações das mulheres entrevistadas com o ambiente físico durante a caminhada no Porto de Pelotas. Conforme a dinâmica da pesquisa sucedeu, não foi possível um registro simultâneo dos dados em diário de campo. Assim, optou-se por outras ferramentas de registro de dados, como a gravação das entrevistas, em áudio, ao longo dos percursos. Também, com o intuito de registrar dados não-verbais no contexto das entrevistas, foram relatadas, de modo manuscrito, as observações e impressões captadas durante os trajetos.

A observação participante ocorreu durante as entrevistas caminhadas, nas seguintes datas: 30/03/2023, 04/04/2023, 06/06/2023, 20/06/2023, 21/08/2023 e 23/08/2023, com duração média entre 40 e 50 minutos.

### Entrevista caminhada

O roteiro para a entrevista caminhada foi organizado por pautas, apresentando certo grau de estruturação, ou seja, desenvolvida a partir de uma relação de pontos de interesse da pesquisa. “Na entrevista por pautas o entrevistador faz poucas perguntas diretas e deixa o entrevistado falar livremente à medida que refere às pautas assinaladas” (GIL, 2008, p. 112).

Nesse sentido, apesar de uma relação fixa de questões, a verbalização das mesmas pode diferir conforme o contexto e o ambiente da entrevista (Yin, 2016). Trata-se de uma técnica muito eficiente para a obtenção de dados de profundidade acerca do comportamento das respondentes (Gil, 2008).

Inicialmente, foi realizada uma entrevista caminhada piloto, no dia 22 de novembro de 2022, com o intuito de verificar a compreensão das perguntas pelas participantes e o tempo necessário para a realização dessa etapa da pesquisa. Essa entrevista iniciou às 19h 30min e teve duração de 46 min. A participante escolhida foi uma moradora do bairro, indicada por um colega pesquisador.

Nessa ocasião, muitos trechos estavam mal iluminados e com pouco movimento de transeuntes. Assim, foi possível observar que a participante, apesar de, em seu discurso, afirmar que se sentia segura, aparentava estar em constante estado de atenção. Notou-se que, a qualquer movimento de pessoas na rua, ela acelerava ou retardava o passo. Após a entrevista piloto, realizou-se convites a mulheres para participar da pesquisa.

A escolha da amostra se deu de forma intencional, sendo as entrevistadas escolhidas de forma deliberada, com a intenção de selecionar a unidade de estudo representativa, para obter aquelas que gerem dados mais fartos e relevantes (Yin, 2016). Para tanto, a seleção da amostra considerou a pluralidade de raça, identidade de gênero, orientação sexual e maternidade. A seguir é apresentada uma síntese do perfil da amostra em termos de nomenclatura usada para citar as entrevistadas, identidade de gênero,

orientação sexual, cor, estado civil, escolaridade, profissão e data da entrevista:

EM\_01: cis, homossexual, branca, solteira, superior incompleto, produtora cultural/estudante, 30/03/2023;

EM\_02: cis, heterossexual, branca, solteira, superior completo, servidora pública/estudante, 04/04/2023;

EM\_03: cis, heterossexual, negra, casada, superior incompleto, diarista/estudante, 06/06/2023;

EM\_04: trans, heterossexual, branca, solteira, superior completo, cantora/estudante, 20/06/2023;

EM\_05: cis, heterossexual, negra, casada, superior incompleto, professora/estudante, 21/08/2023;

EM\_06: cis, heterossexual, negra, solteira, superior completo, recepcionista, 23/08/2023.

Inicialmente, o convite foi realizado através de grupos de WhatsApp, de coletivos de mulheres e grupos de estudantes da UFPel, tendo como requisitos apenas ser mulher e caminhar na região do Porto. Assim, foi marcada a primeira entrevista caminhada para o dia 30 de março de 2023. A partir da segunda participante, a escolha das entrevistadas passou a ser por indicação das próprias entrevistadas e definida através de contato prévio via telefone ou rede social. Assim, essa técnica de construção de amostra utilizou-se dos preceitos da técnica de amostragem em bola de neve (*snowball*), neste caso por: a) não haver precisão sobre a quantidade de entrevistadas e, b) utilizar o conhecimento das mulheres pertencentes ao grupo para localizar informantes para estudo (Vinuto, 2014).

Vale ressaltar que o desenho metodológico aqui empregado exigiria que a participante que aceitasse colaborar com o estudo deveria possuir algum vínculo com a região e dispor de agenda para a realização da entrevista. Assim, foi possível contar com seis mulheres entrevistadas ao longo do período de coleta de dados para a pesquisa, ocorrido de março a agosto de 2023, nas seguintes datas: 30/03/2023, 04/04/2023, 06/06/2023, 20/06/2023, 21/08/2023 e 23/08/2023, com duração média entre 40 e 50 minutos.

O percurso foi escolhido por cada entrevistada, de forma livre, com base em escolhas pessoais. Para registro das entrevistas, as participantes receberam, no início do trajeto, um gravador de voz para pendurar no pescoço, de modo que o aparelho capturasse suas falas adequadamente. Assim, todas as entrevistas foram gravadas em áudio e o trajeto registrado através das gravações e anotações em campo. As falas das entrevistadas foram, posteriormente, transcritas e agrupadas em categorias de análise, com base na proposta de análise de conteúdo de Bardin (1977). A citada autora preconiza que, após a coleta dos dados, faz-se uma leitura dos dados brutos, em uma fase compreendida como exploração do material e análise flutuante. Essa etapa, em síntese, diz respeito à organização para a análise. Logo após, são sistematizadas as principais ideias e categorização dos conteúdos para análise. Para fins deste trabalho, a categoria mobilidade e violência de gênero é analisada em detalhes na seção seguinte.

## Mobilidade e violência de gênero

A violência urbana é, conforme averiguado nas entrevistas, um dos principais fatores que levam mulheres a não andar a pé. Nesse sentido, EM\_01\_33 anos contou: “*Olha, eu já fui assaltada várias vezes, então isso pra mim é relevante. Assalto caminhando na rua com faca*” (EM\_01\_33 anos). A entrevistada EM\_03\_38 anos também relatou um episódio dessa espécie de violência:

*Aí quando veio passou um guri de bicicleta, um gurizote. E me puxou. Me puxou a bolsa. E eu deixei cair a minha sacola com as minhas coisinhas, minhas comprinhas. Porque era tudo difícil naquela época. Até a minha mãe me ajudava quando eu precisava de algum auxílio. E aí saí correndo atrás do gurizinho. Aí levou meu celularzinho velho. Meus documentos tive que fazer tudo de novo* (EM\_03\_38 anos).

Situações semelhantes foram expostas por outras duas entrevistadas: “*A gente ama vir para o bar do Zé e se encontrar e tal, mas eu já vi um tiroteio aqui, eu já vi uma pessoa levar um tiro, ficar morta na esquina, e o rolê todo acontecendo* (EM\_04\_26 anos). EM\_01\_33 anos, por sua vez, declarou: “[...] *as festas que rolam nesse outro lado aqui são terríveis. É muita violência, sim, porque dá muita briga. [...] Não tem noção, guria. É a galera se puxando os cabelos e rodopiando aqui no meio da rua*” (EM\_01\_33 anos).

No entanto, é necessário ressaltar que as violências sexuais são as mais frequentes. Todas as entrevistadas relataram já ter sofrido alguma espécie de assédio, por serem mulheres, ao transitar nas ruas de modo geral e, em especial, na região a qual se refere o presente estudo. Esse assédio, contudo, nem sempre é explícito, como revelou a entrevistada EM\_01\_33 anos: *Cara, eu acho que enquanto mulher eu me sinto um pouco mais insegura em andar na rua [...] como agora passar na frente de uma oficina e ser... comida com os olhos, literalmente. Sendo que eu não olhei para a cara de nenhum dos caras, assim, nem sei que cara eles têm* (EM\_01\_33 anos).

Esse aspecto é corroborado pelo depoimento de EM\_02\_49 anos, que destacou: *Eu acho que toda mulher já passou por situações assim de ser constrangida ou de sentir medo quando está caminhando, eu já fui seguida na rua. Aí aqueles caras que passam por ti, que dizem que vão te pegar, vão te passar a mão, vão fazer isso, vão fazer aquilo* (EM\_02\_49 anos).

Ainda, o assédio que ocorre sem a materialização de uma ameaça ou uma “cantada” foi endossado por EM\_03\_38 anos:

*As pessoas olham, né? Os homens. O jeito de olhar, né? Ah, uma vez eu estava de bicicleta e um cara meio tarado passou por mim e falou não sei o que e eu passei bem ligeiro. É porque é mulher, né? Vê se é com homem, vê se eles vão fazer isso aí. E você percebe. Até o jeito de olhar* (EM\_03\_38 anos).

Nota-se, nessas falas, que essa espécie de violência, frequentemente, é velada, embora relatos como os de EM\_03\_38 anos e de EM\_02\_49 anos demonstrem que não são raros casos de perseguição e aproximação inadequada de homens. Assim, trata-se de uma insegurança, no que tange ao caminhar a pé, assimilada por mulheres ao longo de suas experiências de vida. Dessa maneira, entende-se que a sensação de insegurança por simplesmente estar no espaço público atravessa a identidade das participantes do estudo. Ademais, conforme verificou-se nas entrevistas, as entrevistadas entendem que as experiências negativas quanto ao deslocamento a pé



são comuns a todas as mulheres.

Segundo EM\_04\_26 anos, a percepção de insegurança nas ruas é tão grande, que ela prefere, muitas vezes, ficar em casa. A maioria dos seus deslocamentos é feito a pé, porém em pequenas distâncias e durante o dia:

*Porque eu acho que a gente que é LGBT, a gente acaba virando muito alvo. Enfim, mulheres também, no geral, são muito colocadas nesse lugar de vulnerabilidade e são punidas por isso na rua. Então me vem em mente sempre casos bem catastróficos, como os casos de linchamento social de várias travestis em várias partes do país. Então pode ser que talvez não aconteça comigo. Mas pode ser que aconteça ou se não acontecer comigo, com alguém muito próximo (EM\_04\_26 anos).*

A sensação de insegurança de estar no espaço público fica bastante evidente quando a participante EM\_04\_26 anos, mulher trans, relatou fatos que ocorrem com travestis e transexuais no Brasil.

*Então eu sinto meio isso, que a gente em relação à rua, é um contexto bem nebuloso, assim, porque às vezes a gente está decidindo sobre a nossa vida, ou morte, que é real, assim, sabe? O caso da Dandara, que é um caso que fica muito marcado, essa travesti que é linchada no Recife por um coletivo de homens cisgêneros, e ela é morta à paulada, assim, no final carregam ela num carrinho de mão, tipo, é horrível. Esse é o cenário da violência social contra identidades não cisgêneras, pessoas trans, muitas mulheres vivem isso, não são só as mulheres trans, muitas mulheres cisgêneras também vivem linchamentos por serem identificadas como bruxas, e isso acontece nas ruas [...]. Todo esse imaginário que fala, assim, de uma situação nacional, eu acho que impacta na forma como eu ocupo a cidade de Pelotas (EM\_04\_26 anos).*

A sua percepção de insegurança também é reforçada por situações vivenciadas por ela mesma ou por amigas e pessoas próximas.

*[...] tá andando na rua, assim, e os caras vindo correndo e dando voadora, assim, ó, passando perto da cabeça minha, da minha amiga. Muitas vezes, muitas vezes isso na Bento, já vi isso aqui no bar, por exemplo, já vivi coisas também, no bar do Zé, já vivi quando eu morava perto do Anglo, logo que eu cheguei, tudo, já vivi algumas situações bem marcantes, assim, mas nunca fui agredida, assim, de, tipo, ficar desacordada. Isso não, ficar mal, assim, tipo, não poder levantar, mas já presenciei amigas minhas e já tive que reagir coletivamente pra defender amigas minhas também (EM\_04\_26 anos).*

Salienta-se, no excerto anterior da entrevista com EM\_04\_26 anos, que as agressões físicas são uma constante para mulheres transexuais. Elas ocorrem, ademais, de forma que as surpreende e, como referiu a participante do estudo, há até níveis de agressão, fato que a levou a ressaltar que, com ela, nunca houve um tipo de violência em que ela ficasse “desacordada”.

As falas de EM\_04\_26 anos corroboram com o que foi discutido no referencial teórico, demonstrando que a violência de gênero é agravada quando os corpos dessas mulheres não se enquadram nos padrões heteronormativos que regulam a sociabilidade nos

espaços públicos (FERNANDES; LIMA, 2019).

As agressões se manifestam também em relação a cor de pele das mulheres e, dessa forma, as mulheres negras são mais vulneráveis, como indica EM\_05\_33 anos: “Sim... senti discriminação por ser preta, por ser mulher” (EM\_05\_33 anos). Nesse sentido, ela prossegue:

*Me chamou, não olhei. E aí ele disse assim, vai, então, sua nequinha não sei o que. Aí eu fiquei com tanta raiva. Fiz um fiasco, chamei meu irmão e só sei que eu fiz chamar o chefe da obra e ele foi pra rua. Porque é uma falta de respeito. É uma coisa também que eu sempre bati de frente, não fui de levar desaforo pra casa. Tipo, olhar, beleza, às vezes a gente até se sente desconfortável com o olhar da pessoa, mas ainda tu falar da piada, eu acho muito desagradável. Porque se eu fosse, porque tem tipo de mulheres que ficam mal, que não saem nem de casa depois, dependendo do psicológico da pessoa, né. É que, graças a Deus, eu sempre escutei bastante do pai da minhas irmãs também, que a gente na real, como já por ser mulher e preta, passar na rua já é um desafio, né. Então a gente tem que estar preparada porque pode ser que venha chumbo grosso aí (EM\_05\_33 anos).*

A cor da pele interfere na experiência de caminhar também para EM\_06\_33 anos:

*Ah, a gente tem aquela, como é que eu vou te dizer... Cara, existe aquele preconceito que bate, uma nega passando ali, bate, esconde o celular, alguma coisa assim. Entendeu isso? Ah, tem, tem. Eu que sou da pele negra, já vi muitos olhares. Não pra mim, não aconteceu comigo, né? Mas com pessoas próximas de mim. Bah, tá louco, eu tava na esquina e a mulher guardou o celular. Ela só falava, que por ser negra, ela achou que eu ia assaltar ela e... eu tava bem arrumada (EM\_06\_33 anos).*

Em relação a locais ou trajetos na região que costuma evitar de caminhar, a entrevistada EM\_05\_33 anos indicou a rua Benjamin Constant durante a noite. Ao contrário do que apontaram outras participantes do estudo, que afirmaram preferir ruas mais movimentadas, EM\_04\_26 anos disse que prefere, justamente, os espaços em que sua corporeidade pode passar despercebida. Assim, ela prefere ruas menos movimentadas,

*[...] porque eu tenho a sensação que a gente, enquanto um corpo que é lido, como um corpo mais frágil, sei lá, às vezes tem um corpo ou um corpo, assim, que não precisa ter escrúpulos com você. Quando você está nesse lugar em que as pessoas não precisam ter escrúpulos com você, prefira não encontrar ninguém, seu azar de encontrar a pessoa errada, sabe? Então, eu prefiro ir pelas ruas mais pouco movimentadas, assim, para não encontrar pessoas. onde eu sei que não vai ter muito fluxo de carro e tal (EM\_04\_26 anos).*

Além de evitar determinadas ruas ou locais, a respondente evita usar cabelo solto e já se escondeu atrás de carros para não ser vista na rua e assim evitar possíveis agressões.

*Um homem, quando ele encontra uma travesti, uma pessoa trans ali, uma pessoa não-binária, ele sabe onde está a pessoa. Ele tem um*

*conceito que é: te bato que nem homem. Ele não legitima a minha já identidade. Então ele vai me bater como ele acha possível. Ele acha que homem tem que apanhar que nem homem e eles batem e matam que nem homens. [...] E eu acho que é o medo que ele se instaura, de alguma maneira, de uma maneira tão perigosa, né? Eu já conheço... tive uma prima que foi... sofreu um feminicídio com 35 anos do namorado dela que estuprou, cortou a cabeça dela, sabe? Coisas horríveis. E isso me faz ter medo. Por outros motivos, né? Não enquanto a condição dela, como mulher, negra, cisgênera, mas como pessoa trans, de ver que as pessoas podem ser muito perversas, assim. E às vezes tenho medo, assim, do meu vizinho, que eu não conheço, sabe? De quem pode entrar no pátio da casa que eu moro. Né? Então a gente nunca tá livre, assim, desses cenários (EM\_04\_26 anos).*

A violência percebida nas ruas é estendida a outros espaços públicos. Segundo a participante, frequentar a Universidade traz várias contradições, pois, apesar de ser o local onde ela busca realizar seus sonhos, é um espaço de constante disputa, a exemplo da hostilização recebida ao utilizar os banheiros da instituição através de atitudes e, também, de mensagens deixadas em forma de cards com conteúdo transfóbico. *Eu sempre encontrei umas artes muito cínicas, questionando a presença de um homem. [...] Eu vou questionar a arte? Quem foi lá arrancar a arte? Sabe? Essa arte, quando ela não é arrancada, quem é arrancada sou eu. Eu sou arrancada dali (EM\_04\_26 anos).*

Ainda sobre a Universidade, ela apontou que é um espaço que lhe protege de “uma morte física”, mas que o preconceito, o machismo e a transfobia causam prejuízos emocionais e psicológicos.

*[...] a cultura de gênero, ela conduz a nossa forma de habitar o espaço ou não habitar o espaço. A gente não habita o espaço. A gente tá sempre fazendo o cálculo onde eu vou ser menos agredida. [...] Eu sinto isso, e aí se tu se sente tão violentada num contexto desse, como é que tu vai querer se sentir pertencente de um lugar que te violenta? (EM\_04\_26 anos).*

Quanto ao caminhar nas ruas, foco desta investigação, a entrevistada relatou como suas características pessoais impactam na experiência de andar a pé. A feminilidade e não binariedade também afetam a sua vivência de estar nos espaços públicos.

*[...] essa coisa de andar na rua com um hibisco atrás da orelha, com uma saia e um bigode, as pessoas dizem que é lindo no palco, que é lindo enquanto metáfora artística, mas se você quiser ser isso, ser isso na sua vida, aí as pessoas se opõem, porque eu acho que elas se sentem afrontadas. Foram ensinados tanto o que é ser homem, ser mulher, que quando alguém ousa não ser isso, parece uma heresia (EM\_04\_26 anos).*

Ela contou que acredita que, por ser uma mulher branca, possui privilégios em comparação às pessoas negras no que tange à abordagem policial. Assim, essa fala revelou que, para mulheres trans, especialmente quando se trata de não-brancas, o policiamento ostensivo, ao contrário de dar a sensação de segurança, é uma presença que causa medo. Ainda, cabe dizer que EM\_04\_26 anos ressaltou, desde o início da entrevista, que não anda a pé durante a noite. Para ela, portanto, o espaço público é perigoso ao ponto de preferir restringir sua movimentação. Configura-se, aqui,

um indicativo de que elementos comumente reconhecidos como capazes de dar a sensação de segurança à população, como iluminação, policiamento e ocupação dos espaços públicos, são, para as mulheres trans, um risco.

Como dito anteriormente, as violências sexuais não são sentidas por todas as mulheres da mesma maneira. A entrevistada EM\_01\_33 anos, mulher cisgênero e homossexual, afirmou: *[...] sim, já sofri comentários homofóbicos, já sofri assédio por homens que insistem em alimentar o fetiche por casal de mulheres” (EM\_01\_33 anos).* Esse depoimento confirma, à semelhança das afirmações de EM\_04\_26 anos, que existe um risco maior para mulheres que não seguem padrões de corporeidade e sexualidade impostos às mulheres em contextos machistas.

Em outro trecho da entrevista, a mesma participante do estudo falou sobre seu comportamento no que tange a aspectos afetivos: *“Não tenho medo de demonstrar afeto, de andar de mãos dadas na rua ou beijar publicamente, porém sempre busco frequentar, habitar espaços que me sinta acolhida e à vontade para isso” (EM\_01\_33 anos).* Chama atenção, nesta fala, uma contradição da entrevistada. Ela afirmou não ter medo de demonstrar afeto em público, mas, ao dizer que prefere fazê-lo em locais específicos, acaba por afirmar, ainda que implicitamente: a rua não é um espaço seguro para ela e sua namorada do mesmo modo que seria para um casal heterossexual. EM\_06\_33 anos, mulher cisgênero, negra e lésbica, falou como é estar com sua namorada nos espaços públicos:

*[...] as pessoas não respeitam, né? Estou dizendo em termos de homens, né? Eles olham mesmo e não respeitam. Não estão nem aí se é um casal, se tiver que soltar uma tiradinha, solta, entendeu? E eu já passei por momentos assim com ela. [...] Tem vezes que até eu tenho que te falar, eu prefiro andar às vezes sozinha do que estar às vezes com ela, entende? (EM\_06\_33 anos).*

Verifica-se, portanto, como aspectos que transcendem as questões técnicas impactam nas escolhas das mulheres integrantes do estudo quanto aos seus deslocamentos a pé. Como já discutido, a cor da pele, a orientação sexual e a identidade de gênero exercem influências significativas no que se referem ao andar a pé pelas ruas da região. Assim, as questões que dizem respeito ao gênero e cidade, bem como a percepção de segurança, são determinantes, inclusive, quanto à escolha das entrevistadas de evitar essa espécie de deslocamento. Isso confirma o exposto por Speck (2017) ao apontar a necessidade de se compreender os diversos mecanismos que tornam uma rua segura. Para além de ruas e calçadas, ponto relevante para o combate à criminalidade (JACOBS, 2011), é preciso notar as formas como pessoas distintas e grupos distintos experenciam o espaço urbano e formulam percepções igualmente distintas sobre a violência (GEHL, 2013).

### Considerações finais

Vislumbrava-se, desde o início da pesquisa, a partir de percepções empíricas, que caminhar pelas ruas de uma cidade oferece experiências distintas para cidadãs e cidadãos, o que se deve, em grande medida, à divisão dos gêneros quanto à ocupação dos espaços públicos. Assim, a caminhabilidade, em específico para as mulheres, foi a tônica desta investigação.

É preciso notar que o tema da sensação de segurança revelou-se mais complexo no que tange a mulheres transgênero e homossexuais. Em um primeiro olhar, pode-se pensar que policiamento ostensivo e a ocupação de espaços públicos seja uma



alternativa para aumentar essa sensação de segurança. No entanto, como revelaram duas entrevistadas que não atendem a padrões heteronormativos, a presença de mais pessoas nas ruas e maior policiamento figuram como fatores de medo e/ou inibição para essas mulheres. Assim, defende-se, diretrizes para a criação de espaços públicos mais seguros perpassam, necessariamente, a afirmação dessas identidades, educação e conscientização acerca da diversidade e a repressão a violências praticadas contra esses sujeitos. Nessa direção, são necessárias políticas públicas de combate à violência de gênero e o direito das mulheres de andarem pelos espaços públicos sem o frequente medo de estupros, assaltos, agressões físicas e verbais.

No que tange aos objetivos de analisar a relação entre caminhabilidade e violência de gênero bem como verificar como a raça interfere na vivência das mulheres nos seus deslocamentos a pé, evidenciou-se que a violência de gênero é, ainda, o maior impeditivo para a caminhabilidade de mulheres. Constatou-se também que as mulheres negras pertencentes à comunidade LGBTQIAP+ são as mais vulneráveis às questões de violência.

Considera-se relevante, portanto, novas pesquisas, que poderiam, à guisa de exemplo, ter como *corpus* apenas mulheres negras e/ou mulheres transexuais. Visões nesse sentido poderiam permitir, em uma perspectiva interseccional, verificar quais os aspectos do espaço urbano trazem experiências distintas para mulheres e, então, abordar a questão da caminhabilidade a partir desses focos. Ainda, é preciso dizer que, embora a diversidade da amostra de pesquisa tenha se mostrado pertinente para traçar um panorama, essa mesma heterogeneidade evidencia fragilidades do estudo no que tange ao aprofundamento das experiências subjetivas do andar a pé.

Apesar de o número de respondentes ter sido adequado aos objetivos propostos, permitindo cercar o tema de investigação, um número maior de integrantes da pesquisa e/ou outro delineamento metodológico poderia revelar interfaces não exploradas. Cabe destacar, no entanto, que as violências de gênero foram relatadas por todas as participantes, que, de forma unânime, reverberam o quão desafiador é, para mulheres, o deslocamento a pé e o convívio com o medo de estupros, importunação sexual, assaltos, agressões físicas e verbais, entre outros.

## Referências

- AGUIAR, Fabíola de Oliveira. Análise de métodos para avaliação de calçadas. 2003. *Dissertação* (Mestrado em Ciências Exatas e da Terra) – Universidade Federal de São Carlos-UFSCar, São Carlos, 2003.
- AL-ALAM, Tauê Cardoso. De operário a universitário: transformações na paisagem do bairro Porto em Pelotas. 2011. *Dissertação* (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande-FURG, Rio Grande, 2011.
- AZEVEDO, Cristiane de Fátima Figueiredo Gonçalves de. Transporte não motorizado e a mobilidade sustentável: os deslocamentos a pé na região Sudoeste do Recife. 2008. 201 fl. *Dissertação* (Mestrado em Engenharia Civil) – Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife, 2008.
- BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. *Revista Sociedade e Estado*, [S.l.], v. 29, n. 2, p. 449-469, mai./ago. 2014.
- BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARRETTO, Margarita; GISLON, Jacinta Milanez. O flâneur revisitado: processos de revitalização urbana e caminhabilidade. *Revista Hospitalidade*, São Paulo, v. X, n. 1, p. 54 - 77, jun. 2013.

BRASIL. *Lei n.º 11.340, de 7 de agosto de 2006*. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências (Lei Maria da Penha). Brasília: Presidência da República, 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm). Acesso em: 22 set. 2021.

BRASIL. *Lei no 13.104, de 9 de março de 2015*. Altera o art. 121 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos (Lei do Feminicídio). Brasília: Presidência da República, 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/13104.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13104.htm). Acesso em: 15 jul. 2021.

CALIÓ, Sonia Alves. Incorporando a Questão de Gênero nos Estudos e no Planejamento Urbano. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA. Observatório Geográfico, 6., 1997, [S.l.]. *Anais eletrônicos* [...]. [S.l.]: Observatório Geográfico, 1997, p. 1-9. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiianpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=967>. Acesso em: 09 mai. 2021.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher- “Convenção de Belém do Pará”. *CIDH*, [S.l.], 1994. Disponível em: <http://www.cidh.org/basicos/portugues/m.belem.do.para.htm> Acesso: 31/05/2021.

DUTRA, Lara Borges; MACHADO, Lúcia Dayana Lopes. A violência de gênero contra a mulher nos espaços públicos. *Revista Jurídica Eletrônica*, [S.l.], v. 6, n. 8, p. 6-8, fev. 2017.

ÉNOIS INTELIGÊNCIA JOVEM. #Meninapodetudo: como o machismo e a violência contra a mulher afetam a vida das jovens das classes C, D e E?. *ÉNOIS*, São Paulo, 21 de maio, 2015. Disponível em: [https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/fontes-e-pesquisas/wp-content/uploads/sites/3/2018/08/ENOIS\\_meninapodetudo2015.pdf](https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/fontes-e-pesquisas/wp-content/uploads/sites/3/2018/08/ENOIS_meninapodetudo2015.pdf). Acesso em: 15 jul. 2021.

FERNANDES, Amanda Carvalho; LIMA, Carlos Henrique Magalhães de. O planejamento urbano e a violência contra a mulher no espaço público: reflexões a partir de experiências na França e no Brasil. In: CONGRESSO DA ARQUISUR, 23., 2019, Belo Horizonte. *Anais eletrônicos* [...]. Belo Horizonte: UFMG, 2019. Disponível em: <https://proceedings.science/arquisur-2019/papers/o-planejamento-urbano-e-a-violencia-contra-a-mulher-no-espaco-publico--reflexoes-a-partir-de-experiencias-na-franca-e-no?lang=pt-br>. Acesso em: 05 set. 2021.

GALETTI, Camila Caroline H. Direito a cidade e as experiências das mulheres no espaço urbano. In: Encontro Anual da Anpocs, 41., 2017, Caxambu. *Anais Eletrônicos* [...]. Caxambu: Anpocs, 2017. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/41-encontro-anual-da-anpocs/gt-30/gt34-8/10916-direito-a-cidade-e-as-experiencias-das-mulheres-no-espaco-urbano/file>. Acesso em: 22 set. 2021.

GEHL, Jan. *Cidade para pessoas*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONZAGA, Terezinha de Oliveira. A cidade e a arquitetura também mulher: conceituando a metodologia de planejamento urbano e dos projetos arquitetônicos do ponto de vista de gênero. 2004. *Tese (Doutorado)* – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16131/tde-26082022-150751/pt-br.php>. Acesso em: 09 set. 2022.

INCHAUSPE, Ícaro Vasques; SILVA NETO, Francisco Luiz Pereira da. O Sofá está na Rua: uma etnografia sobre pontos de encontros e formas de sociabilidades na região do Porto na cidade de Pelotas/RS. *Revista Ponto Urbe* [online], [S.l.], n. 24, jun. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/pontourbe.7656>. Acesso em: 22 set. 2021.

INSTITUTO DATAFOLHA. Assédio sexual entre as mulheres. *Instituto Datafolha*, São Paulo, dez. 2018. Disponível em: [http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2018/01/11/bfed1c72cc0eff5f7602720364854\\_6c5bbe9923c.pdf](http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2018/01/11/bfed1c72cc0eff5f7602720364854_6c5bbe9923c.pdf). Acesso em: 31 mai. 2021.

INSTITUTO DE POLÍTICAS DE TRANSPORTE E DESENVOLVIMENTO – ITDP Brasil. *O acesso de mulheres e crianças à cidade*. [S.l.], ITDP, jan. 2018. Disponível em: [http://itdpbrasil.org.br/wp-content/uploads/2018/01/ITDP-Brasil\\_-O-Acesso-de-Mulheres-e-Crianças-a-Cidade-V3\\_JUL-2018.pdf](http://itdpbrasil.org.br/wp-content/uploads/2018/01/ITDP-Brasil_-O-Acesso-de-Mulheres-e-Crianças-a-Cidade-V3_JUL-2018.pdf). Acesso em: 15 jul. 2021.

INSTITUTO PATRICIA GALVÃO/LOCOMOTIVA. Segurança das mulheres nos deslocamentos pela cidade: as mulheres e seus trajeto. [S.l.], 2021. Instituto Patrícia Galvão/Locomotiva. *Cartilha eletrônica*. Disponível em: [https://assets-institucional-ipg.sfo2.cdn.digitaloceanspaces.com/2021/10/LocomotivaIPG\\_PesquisaSegurancaMulheresemDeslocamentosFinal-1.pdf](https://assets-institucional-ipg.sfo2.cdn.digitaloceanspaces.com/2021/10/LocomotivaIPG_PesquisaSegurancaMulheresemDeslocamentosFinal-1.pdf). Acesso em: 20 ago. 2022.

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. Tradução: Carlos S. Mendes Rosa. 3 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

KERN, Leslie. *Cidade feminista: a luta pelo espaço em um mundo desenhado por homens*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1960.

PELOTAS. *Lei no 5.502, de 11 de setembro de 2008*. Institui o Plano Diretor Municipal e estabelece as diretrizes e proposições de ordenamento e desenvolvimento territorial no Município de Pelotas, e dá outras providências (Plano Diretor Municipal de Pelotas). Pelotas: Prefeitura Municipal, 2008. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/pelotas/lei-ordinaria/2008/550/5502/lei-ordinaria-n-5502-2008-institui-o-plano-diretor-municipal-e-estabelece-as-diretrizes-e-proposicoes-de-ordenamento-e-desenvolvimento-territorial-no-municipio-de-pelotas-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 15 jul. 2021.

QUEIROZ, Danielle Teixeira; VALL, Janaina; ALVES E SOUZA, Ângela Maria; VIEIRA, Neiva Francenely Cunha. Observação participante na pesquisa qualitativa: conceitos e aplicações na área da saúde. *R Enferm UERJ*, Rio de Janeiro, n. 15, v. 2, p. 276-83, abr/jun 2007. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2020779/mod\\_resource/content/1/Observa%C3%A7%C3%A3o%20Participante.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2020779/mod_resource/content/1/Observa%C3%A7%C3%A3o%20Participante.pdf). Acesso em: 01 jun. 2023.

RIBEIRO, Beatriz Castro. Assédio Sexual em Espaço Público em Portugal: Obstáculos à Implementação do Artigo 170.o do Código Penal ao Nível dos Burocratas de Rua da PSP. 2021. *Dissertação* (Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2021.

SANTORO, Paula Freire. *Gênero e planejamento territorial: uma aproximação*. Campinas: ABEP, 2005. Disponível em: <http://www.abep.org.br/~abeporgb/publicacoes/index.php/anais/article/view/3378/3237>. Acesso em: 06 mai. 2021.

SPECK, Jeff. *Cidade Caminhável*. São Paulo: Perspectiva, 2017.

VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely de. (Orgs.). *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, Campinas, n. 22, v. 44, p. 203-220, ago/dez. 2014.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Tradução: Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

YIN, Robert K. *Pesquisa qualitativa do início ao fim*. Porto Alegre: Penso, 2016.



# EU SÓ QUERIA ANDAR EM PAZ

## A vivência trans e padrões de violência em bairros de João Pessoa/PB

*I JUST WANTED TO WALK IN PEACE*  
*Trans experience and patterns of violence in neighborhoods of João Pessoa/PB*

**Abraão Pinto de Oliveira Nóbrega<sup>1</sup> e Ana Gomes Negão<sup>2</sup>**

### Resumo

Este artigo traz sobreposições de análises envolvendo o potencial de movimento, utilizando a lógica social do espaço, com o geoprocessamento de dados sobre violência contra pessoas trans — gerados a partir da interpolação de densidade estimativa (*kernel heatmap*) das experiências mapeadas. Como estudo de caso utilizou um recorte espacial na zona sul de João Pessoa, PB. Objetiva apontar possíveis relações do perfil de violência transfóbica com o espaço urbano. Para isso, o método consistiu no levantamento das hostilidades vivenciadas com um questionário que, posteriormente, foram levadas ao software Qgis 3.22 e interpoladas. Concomitantemente, foi realizada a análise angular de segmentos no Depthmap X da malha viária e, por fim, feita a sobreposição dessas interfaces. Como resultado, evidencia-se a tendência de afinidade entre tipos distintos de violência com os níveis de integração da malha viária, considerando o movimento potencial.

Palavras-chave: violência urbana, interpolação estimativa de densidade, transfobia, interseccionalidade, movimento potencial.

### Abstract

*This article overlaps analyses involving the potential for movement, using the social logic of space, with the geoprocessing of data on violence against trans people - generated from the interpolation of density estimates (kernel heatmap) of the mapped experiences. The case study used a spatial section in the south of João Pessoa, PB. The aim is to identify possible relationships between the profile of transphobic violence and urban space. To do this, the method consisted of surveying the hostilities experienced with a questionnaire, which was then taken to Qgis 3.22 software and interpolated. At the same time, the angular analysis of segments was carried out on Depthmap X of the road network and, finally, these interfaces were overlaid. As a result, the trend of affinity between different types of violence with the levels of integration of the road network is evident, considering its potential movement.*

*Keywords: urban violence, density estimation interpolation, transphobia, intersectionality, potential movement.*

<sup>1</sup> Especialista (Prominas, 2024) e mestrando; Aluno do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo PPGAU-UFPB; abraao.nobrega@academico.ufpb.br

<sup>2</sup> Doutora (UFRN, 2018) e Professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo e Programa de Pós-Graduação PPGAU-UFPB; agnegrao@hotmail.com

### Introdução

“Todo dia morre mais de uma das minhas, espero que isso mude. Espero que a raiva pare de andar ao meu lado. Espero que o medo pare de me acompanhar. Mas eu ‘to [sic] cansada de esperar, eu mereço parar de esperar [...]” (Urias, 2019: 1:25-1:40). Conforme a cantora Urias descreve, andar em paz pode ser considerado um privilégio ao qual muitas pessoas não conseguem ter acesso pleno. Principalmente quando se foge ao arquétipo construído no imaginário coletivo como o padrão do ideal social, que é comumente representado como homens cisgêneros<sup>3</sup>, brancos, heterossexuais, sem deficiências e de classe média alta.

Sendo assim, embora que ter medo do que a vivência urbana pode proporcionar seja algo corriqueiramente incrustado no pensamento, principalmente em grandes centros e capitais, ao ser parte de algum grupo que transgride a imagem do ideal, esses receios extrapolam para além do “senso comum” de crimes patrimoniais como furtos e assaltos. Torna-se parte do imaginário para pessoas dentro de minorias sociais<sup>4</sup>, medos direcionados à própria integridade física e psicológica, atrelados a movimentos de ódio como a misoginia, racismo e LGBTfobia, afetando a forma como vivem e se apropriam dos espaços urbanos (Martins, Fernandes Filho e Barros, 2020; Prado, 2021).

Mesmo que o monólogo da cantora Urias presente na música “*Andar em paz*” seja alinhado com sua experiência de vida, a abordagem da relação entre violência e a vida de travestis e pessoas transgêneras corrobora com diversos estudos a nível nacional e internacional. Por exemplo, no dossiê produzido pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) ou no da *Transgender Europe* (TGEU), o Brasil se configura como o país que, em 2023, matou mais travestis e pessoas transgêneras no planeta, chegando a concentrar mais de trinta por cento dos casos globais (TGEU, 2024). Além disso, permanece invicto como líder no ranking global de mortes trans desde 2009 (Benevides, 2024; TGEU, 2024).

Dito isso, entende-se que questões identitárias — neste trabalho sendo discutida a expressão de gênero —, além da orientação sexual, raça/cor, renda, educação, condições físicas e outras; são fatores basais em respeito a problemática da violência urbana. Para Gomes, Oliveira e Dias (2022), após um estudo de revisão sistemática sobre estratégias públicas de enfrentamento à violência, essa é uma questão de saúde pública e de ordem multifatorial, sendo um fenômeno altamente influenciado por questões como “ambientes insalubres, má distribuição de renda, desemprego, dependência química, questões raciais, baixo nível educacional, isolamento social [...]” (Gomes, Oliveira e Dias, 2022, p.79).

Nesse contexto, este artigo busca suprir um pouco a lacuna com relação a estudos que considerem como violências urbanas fundamentadas em práticas de ódio — no caso deste trabalho havendo foco na transfobia —, relacionam-se a padrões espaciais de movimento potencial<sup>5</sup>. Cabe reforçar que este trabalho é um recorte aplicado na base

<sup>3</sup> Entende-se o termo “cisgênero” como a expressão de gênero em que há a congruência entre o sexo biológico e a identidade de gênero do indivíduo. Por exemplo, uma pessoa que ao nascer foi designada com o sexo masculino e entende-se enquanto um homem, esse é um indivíduo cisgênero, conforme Nascimento (2021) aborda em sua discussão sobre a fabricação social de gênero.

<sup>4</sup> Cabe pontuar, no entanto, que o termo minoria social não reflete diretamente uma lógica numérica do contingente populacional do grupo, mas sobre a concentração de poder dentro da hierarquia da sociedade.

<sup>5</sup> O termo “movimento potencial” é uma abstração conceitual utilizada em estudos alinhados à teoria da

de dados levantada e produzida em uma pesquisa anterior que buscava comparar como os padrões de densidade estimativa de violência se comportavam em relação ao espaço físico. Foi acrescida a abordagem metodológica sobre movimento potencial que foi apontada como uma possível continuação.

Dessa maneira, aqui é discutida uma fração dos achados originais com adição de uma nova abordagem e com maior ênfase ao padrão de violência contra travestis, homens e mulheres transgênero e pessoas não-binárias. Esse acréscimo foi sugerido em prol dos resultados anteriores com a configuração viária do recorte, tendo um maior alinhamento com eixos tidos como norteadores para os fluxos. O que fundamentou a hipótese de que diferentes situações de violências estão alinhadas com maior ou menor integração. No caso de pessoas trans, partiu-se do pressuposto de que as experiências vivenciadas pelo grupo estariam alinhadas às vias mais segregadas do sistema, em prol da marginalização imposta ao grupo.

Tem, como objeto empírico, um recorte composto por nove bairros na zona sul da cidade de João Pessoa, Paraíba. Sua escolha foi definida com base num raio de três quilômetros de influência a partir de dois polos universitários, os campi da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e do Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ). Teve, como objetivo central, entender a concentração de comportamentos violentos nos bairros “universitários” e como esses padrões se relacionam às qualidades físicas do espaço, com ênfase no movimento potencial.

Para isso, a pesquisa contou com uma abordagem metodológica de ordem quali-quantitativa, utilizando modelos da forma urbana e estrutura viária. Realizou-se através de uma tripartição de focos, tendo inicialmente uma análise fenomenológica desenvolvida por meio de um questionário público, aplicado em 2022, buscando entender o perfil social e os lugares onde aconteceram as violências. Posteriormente, houve a espacialização dessas experiências através do georreferenciamento dos dados e o processamento via mapas de calor. Por fim, a investigação física foi atrelada à aplicação da leitura sintática do espaço, através da Análise Angular de Segmentos (ASA), com base no modelo viário *Road Center Lines* (RCL) para entendimento das afinidades entre concentração de violência e de movimento potencial.

### Reflexões teóricas sobre o medo e a produção do espaço físico

Autores como Andrade (2011) ou Dias e Jesus (2019) versam sobre a relação entre o medo e a produção do espaço edificado. Para eles, a segregação socioespacial é um fenômeno intrínseco no modelo de sociedade que vivenciamos, mas que apresenta soluções mais rígidas com o passar do tempo. Além disso, com um favorecimento à separação entre o meio edificado e o urbano, há cada vez mais a criação de barreiras — não necessariamente ou exclusivamente físicas — que dificultam o acesso e a interlocução.

---

lógica social do espaço. Ele refere-se a uma previsão de como seria a intensidade do movimento em determinado eixo viário ao ser realizadas análises como a integração axial ou a integração via análise angular de segmentos. Em síntese, expressa a potencialidade de classificar a tendência do movimento em uma via, a partir de sua configuração formal, em níveis de fluxo, por exemplo, em intenso, moderado ou baixo.

Essa sobreposição de camadas de dificuldade, que gera uma divisão entre os grupos presentes no espaço e a arquitetura, acaba servindo como “alimento” para o medo. Dessa maneira, há a consolidação de um ciclo que se retroalimenta em um processo fortemente influenciado pela propagação da mídia e de manchetes sensacionalistas que mercantilizam o medo. Assim, com a construção de um imaginário social diretamente impactado pela incerteza do que a violência urbana pode proporcionar, justifica-se a utilização de estratégias de fortificação da arquitetura e uma negação à rua, favorecendo seu esvaziamento. Em consequência, há o aumento de uma certa aversão ao espaço público e de seus frequentadores, num discurso facilmente comprado pela população de classe média-alta para justificar quaisquer meios utilizados em prol de sua segurança (Spósito e Goés, 2013).

Caldeira (2003, p.211) reforça que “as regras que organizam o espaço urbano são basicamente padrões de diferenciação social e de separação”. Por sua vez, Spósito e Goés (2013) discutem o impacto da mídia e do discurso utilizado como estratégia que justifica as soluções arquitetônicas adotadas para alimentar essa separação. As autoras alinham como o (auto)isolamento da classe média e o fortalecimento da segurança privada se articulam com a construção da narrativa que justifica a necessidade de segregar e garantir a consolidação de barreiras, independente do mecanismo atrelado, inclusive a violência. Uma vez que, em prol de salvaguardar determinados recortes urbanos e grupos sociais, há um conjunto de válvulas de escape que justificam as negligências, crueldades e níveis de tolerância para o que pode ser feito e com quem pode ser feito (Spósito e Goés, 2013).

O discurso das autoras vai ao encontro com a crítica trazida por Cida Bento em sua obra “*O pacto da branquitude*”. Para ela, as instituições de qualquer ordem (privada, pública e até de sociedade civil) definem o modo de funcionamento da sociedade e têm o poder necessário para impactar situações, processos, sistemas sociais, valores e o imagético público. Sendo assim, como homens brancos normalmente estão em espaços de decisão e poder, seus interesses são majoritariamente refletidos em suas ações e planejamentos (Bento, 2022).

Nesse sentido, cabe a reflexão de como os indicadores sociais são determinantes no modo que a cidade é construída e pensada. Uma vez que, graças a rede de privilégios garantidos para aqueles encaixados no topo da hierarquia, as referências que baseiam as decisões em respeito a elementos como infraestrutura, design dos espaços, disposição de mobiliários, diretrizes de planejamento para fachadas e equipamentos; são centradas na perspectiva do grupo dominante. Em outras palavras, as cidades são desenvolvidas e planejadas por e para homens cisgêneros, brancos e héteros.

Dito isso, conforme Tiburi (2020) defende, a tendência é de que quem esteja no topo de hierarquia social e, conseqüentemente, concentrando uma maior sobreposição de privilégios, vivencie de maneira atenuada a violência. Podendo entender os privilégios como um sistema de vantagens gerados por indicadores como: posição social, política e/ou econômica, identidade e expressão de gênero, raça/grupo étnico, orientação sexual, condição física e outros. Nesse caso, em prol dessa sobreposição, a cidade é pensada por uma ótica excludente e que não abrange as necessidades de todos os cidadãos.

Como Beauvoir (1970) explica, o gênero é um processo de construção social e que produz um sistema de normas que designam papéis, funções, hierarquias e locais de



pertencimento diferentes entre homens e mulheres. Já segundo Negrão *et al.* (2023), o gênero é um dos matizes de definição dos papéis sociais que balizam a apropriação do espaço. Sendo assim, a construção dos papéis de gênero marca também a lógica dos deslocamentos e do uso. Ainda conforme Negrão *et al.* (2023), os espaços reservados ao homem e à produção, em geral, distam da zona residencial, sendo de ordem pública, enquanto que os reservados à mulher acabam por se incluir como extensões do próprio lar, em atividades domésticas e reprodutivas, sobretudo as de cuidado, em uma lógica privada.

Dessa maneira, pensar a cidade com base nas necessidades masculinas, reflete em desafios para a apropriação dos espaços públicos para mulheres (aqui se considerando tanto cis quanto trans), como também para outros grupos sociais que tenham suas vivências impactadas em percepções reducionistas dos papéis de gênero. Uma vez que, embora existam diferenças biológicas, as identidades e expressões de gênero são transmitidas via dispositivos de socialização, de maneiras de ser, pensar e agir, havendo uma separação de fatores físicos para com os sociais, conforme defende Guillemaut (2021) apud Guionnet e Neveu (2004). Sendo assim, observando a expressão do gênero, pessoas que subvertem o sistema imposto na relação sexo/gênero, também vivenciam a cidade de maneira segregada. Disso, percebe-se que o espaço urbano é desigual e, em se tratando de grupos minoritários, conforma uma relação de não pertencimento, de não-lugar (Calió, 1997, Augé, 2007).

Desta forma, podemos questionar: como se dá a relação entre as estratégias de fortificação arquitetônica, esvaziamento das ruas e a segregação viária com a exclusão social e a violência, principalmente ao concentrar a discussão na população transgênera e travesti? Conforme Bento (2022) aponta, na estrutura social enraizada não apenas no Brasil, há uma herança escravocrata que reflete na contemporaneidade em questões como: acesso a serviços fundamentais, distribuição de renda, concentração de poder, hierarquia social e de privilégios, entre outros. Sendo assim, observando inicialmente apenas o tocante racial, para a autora, há uma espécie de pacto intrínseco no modelo social vigente, que traz benefícios contínuos — independente da aceitação ou revolta — para pessoas brancas em detrimento aos demais grupos racializados (pretos, pardos e indígenas).

Esse pacto “possui um componente narcísico, de autopreservação, como se o “diferente” ameaçasse “normal”, o “universal”. Esse sentimento de ameaça e medo está na essência do preconceito, da representação que é feita do outro [...]” (Bento, 2022 p.18, aspas da autora). Desse modo, com o enraizamento no imagético social de um modelo que centraliza um tipo de indivíduo como o ideal, há também a consolidação daqueles que são os “outros”. Um conceito muito próximo ao que Beauvoir (1970) apontava como o lugar social das mulheres pelo seu não reconhecimento com os direitos dos homens, sendo descrito como o “outro”. E isso acarreta na possibilidade de tratamento diferente entre aqueles que estão no *locus* ideal, sendo lidos como o sujeito símbolo, em detrimento aqueles considerados de fora, normalmente os grupos socialmente minorizados, em uma visão clara do “nós contra eles” (Bento, 2022).

Sobre esse contexto, Negrão *et al.* (2024) ressaltam que as desigualdades são interseccionais e resultam da discriminação “cruzada e multicausal” entre os marcadores de diferença. Desse modo, afetando mais pungentemente pessoas que compartilham de mais de um marcador, por exemplo, mulheres trans simultaneamente pretas, não-héteros e periféricas. Essa intersecção de fatores repercute diretamente

em sua experiência na cidade, tolhendo suas possibilidades de uso e de apropriação, conforme discutem Gamrani e Tribouillard (2021).

Nesse cenário, cabe uma dissociação entre o que seria a violência urbana como um conjunto geral de experiências, as quais todos estão suscetíveis e que acaba sendo o maior foco na discussão de obras como a de Spósito e Goés (2013) ou a de Caldeira (2003); para uma reflexão mais específica que seria sobre as violências pautadas em aspectos de preconceito, ódio e segregação. Arendt (2001) reflete que a violência se apresenta como um mecanismo de controle entre grupos, sendo a forma máxima de representação da concentração de poder na hierarquia social. Uma vez que ela se justifica exatamente em um mecanismo de manutenção do medo que reforça a relação de submissão entre diferentes pontos da hierarquia.

Dito isso, quando se observa a conexão entre violência pautada em ódio e o espaço físico, percebe-se que embora as estratégias de afastamento (como barreiras físicas, muros altos, paisagismo espinhoso, mobiliário hostil e outros) sejam direcionados a uma parcela específica da população — comumente em classe econômica mais baixa e/ou em situação de rua —, são elementos que afetam diretamente a vivência dos demais grupos. Além disso, também impactam no esvaziamento das ruas, servindo como mais um mecanismo de fomento ao medo que afeta, com maior ênfase, as minorias sociais, seja por motivos de gênero (englobando a vivência de mulheres cis e trans, travestis e demais pessoas do espectro trans), de raça, de orientação sexual ou de condição física.

Nesse contexto, para Oliveira (2017), a violência destina lugares específicos para os diferentes grupos sociais, completamente atrelada aos valores efetivados através das relações de poder. Dessa maneira, ao se encontrar no noticiário, de modo recorrente, manchetes como “Mulher trans é alvo de tentativa de homicídio e tem 40% do corpo queimado [...]”<sup>6</sup> em que a vítima evoluiu a óbito, ou “Mulher trans é assassinada com tiro no Recife e família acredita em crime motivado por transfobia”<sup>7</sup> que também pontua sobre mais duas mortes em menos de um mês, motivadas pelo ódio em prol de suas identidades; percebe-se uma banalização da violência contra pessoas transgêneras.

Conforme Nascimento (2021) reforça, há uma vulgarização de corpos transgêneros e travestis, muitas vezes alinhada até mesmo a uma desumanização, traduzindo a vida dessas pessoas a uma “coisa”, a algo que pode ser destruído em prol do ódio e da discordância com outros modos de vida. É evidente que a violência e o crime de ódio são processos estruturados e enraizados na sociedade, além de serem reflexos de aspectos comportamentais e que o espaço arquitetônico e até mesmo urbano não podem, sozinhos, serem apontados como justificativa ou como base para uma possível solução da problemática.

6 G1 PERNAMBUCO. *Mulher trans é alvo de tentativa de homicídio e tem 40% do corpo queimado; adolescente é apreendido por atear fogo nela.* 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2021/07/05/mulher-trans-e-assassinada-com-tiro-no-recife-e-familia-acredita-em-crime-motivado-por-transfobia.ghtml>. Acesso em: 22 out. 2024.

7 G1 PERNAMBUCO. *Mulher trans é assassinada com tiro no Recife e família acredita em crime motivado por transfobia.* 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2021/07/05/mulher-trans-e-assassinada-com-tiro-no-recife-e-familia-acredita-em-crime-motivado-por-transfobia.ghtml>. Acesso em: 22 out. 2024.

No entanto, também não é possível discordar que há uma relação intrínseca entre determinados elementos e padrões espaciais com situações de maior percepção de insegurança e até mesmo de recorrência de crimes. Miranda e Van Ness (2020), apontaram para uma correlação entre elementos como a visibilidade, integração viária, facilidade topológica de movimentação, quantidade de acessos por trecho urbano, tipos de uso, forma de implantação das edificações, iluminação e co-presença de pessoas com a concentração das ocorrências de crimes sexuais em Roterdã. No estudo em questão, as autoras mostraram como havia uma repetição de padrões em questões de concentração de mulheres em tipos específicos de vias, ou que havia uma tendência de crimes sexuais acontecerem em regiões com problemas infraestruturais e de baixa diversidade e acessibilidade.

Dito isso, ao se realizar uma sobreposição dos indicadores de qualidade física do espaço, considerando sua produção marcada pelo medo e com estratégias de afastamento, com a vivência social de pessoas trans em um país que é líder no ranking de mortes anuais há mais de uma década; tem-se um resultado evidente. Principalmente ao se considerar o quanto pessoas transgêneras e travestis são marginalizadas e segregadas da sociedade em decorrência de sua quebra com as expectativas e papéis de gênero.

Uma vez que, comumente são expulsas de casa, vivendo em situações de extrema insegurança, de violência doméstica e de evasão escolar causada pela transfobia estrutural. Isso acarreta, em grande parte dos casos, ao direcionamento dessas pessoas a situações de extrema vulnerabilidade e exposição, muitas vezes tendo como única possibilidade econômica a prostituição. O que as mantém em uma posição insegura e expostas a uma série de riscos tanto por questões ligadas à profissão sexual, quanto à violência urbana propriamente dita.

Para esse grupo em questão, o espaço público é sinônimo de insegurança e incerteza. Segundo Benevides (2024, p.68) ele “continua sendo o mais perigoso e com o maior número de casos de assassinatos contra pessoas trans, principalmente em ruas e avenidas. Havendo ainda diversos corpos que foram encontrados em terrenos baldios e obras abandonadas [...]”. Não há nenhuma garantia, porém, que crimes de ódio como os apontados no dossiê iriam acabar se tivesse maior investimento em infraestruturas urbanas e espaciais nas cidades. No entanto, poderia garantir uma melhora nas condições locais, proporcionando uma visão de menos insegurança nas ruas e favorecendo a uma maior possibilidade de detectar o perigo ou possíveis agressores com maior tempo de fuga, dando uma margem maior para sobrevivência em situações de risco.

### **Materiais e métodos**

Este trabalho tem como modelo metodológico o hipotético/dedutivo centrado na interpolação estimativa de densidade. Conforme dito anteriormente, é um recorte de um estudo mais amplo que discutiu sobre indicadores de qualidade física do espaço com a concentração de violência baseada em gênero e raça/cor (Nóbrega, 2022). Para este artigo, foram apresentados os resultados referentes a travestis, homens e mulheres trans e pessoas não binárias, tendo como grupo comparativo os dados sobre homens cis, em decorrência de sua situação de privilégio social trazida pela leitura de gênero.

A base de dados foi produzida a partir de um questionário aplicado pela plataforma *Google forms* entre novembro (2021) e maio (2022), com um total de 358 participantes. Sua estrutura continha informações sobre o perfil social — critérios da amostra que englobam gênero, orientação sexual, idade, renda e outros —, percepção sobre segurança urbana e as próprias experiências com violência. Como resultado, obteve-se um total de 510 casos mapeados, considerando todos os grupos, dos quais serão apresentados aqui 138 (população trans) e 93 (homens cisgênero).

A conversão de dados alfanuméricos para espaciais foi realizada no Qgis 3.22, um software que utiliza o sistema de informação geográfica (SIG) no georreferenciamento dos pontos. Com a disposição dos casos ao longo dos bairros estudados partiu-se para a interpolação de densidade estimativa (*Kernel Heatmap*) para quantificar a concentração dos casos. Essa etapa considera uma ponderação de pesos em um raio métrico (no caso deste trabalho foi usado  $R = 500$  m), evidenciando a concentração de um fenômeno representado via pontos vetoriais. Assim, torna-se possível entender como é o padrão de concentração e quantos casos se relacionam em uma área predefinida.

Vale salientar que este trabalho considera apenas a conexão espacial entre as situações de violência. Dessa maneira, não houve a atribuição de pesos individuais a nenhum dos pontos. Ou seja, cada um dos vetores correspondia única e exclusivamente a um caso, embora houve situações de quase sobreposição como, por exemplo, na Praça da Paz que continha mais de 4 situações. Além disso, foi utilizada a forma quártica do interpolador por sua ponderação com queda proporcional para redução de efeito de borda, conforme pode ser visto em outras aplicabilidades nos estudos de Rizzatti *et al.* (2020) e Souza *et al.* (2013).

Ademais, através da plataforma *Geofabrik*, foi realizado o download do modelo viário *RCL* que é caracterizado como linhas vetoriais centralizadas nos eixos das vias e utiliza como base o material da plataforma colaborativa *openstreetmap*. Com acesso à malha viária do Nordeste, foi realizada uma simplificação da base para apenas as ruas de João Pessoa, permitindo seu processamento segundo a teoria da lógica social do espaço, usando a análise sintática do espaço.

Por sua vez, a lógica social do espaço tem como objetivo compreender como a forma e a configuração podem impactar e direcionar fenômenos sociais. Uma vez que diferentes organizações do espaço irão proporcionar resultados únicos com relação a facilidade de locomoção dentro do conjunto espacial (Hillier e Hanson, 1984). E, em uma aplicação prática, considera a análise sintática que possibilita a leitura quantitativa de atributos como a acessibilidade topológica, níveis de escolha e integração para o movimento potencial, conforme apresentado nos trabalhos de Nascimento, Dantas e Trigueiro (2023) e Donegan e Silva (2023) que exploram possibilidades metodológicas da teoria.

Dessa maneira, buscando compreender como se relacionam os aspectos de integração e movimento potencial com a concentração dos casos de violência, foi realizada a aplicação da análise angular de segmentos, com raio global no software *Depthmap X*. Após o processamento, a base de dados foi exportada em formato *MapInfo (.mif)* e convertida para *shapefile (.shp)* para reinserção no Qgis 3.22 e trabalho gráfico da informação, além da sobreposição com as experiências de violência.



## Definição do recorte

Como se objetivava entender as relações entre características de movimento e a concentração de violência ao redor dos campi universitários, foi definido um recorte dentro da zona sul da cidade pela proximidade entre a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e o Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ), conforme a Figura 1 apresenta.

Dessa maneira, foi gerado um raio de influência de três quilômetros a partir das feições vetoriais dos limites dos campi que foram construídos via sensoriamento remoto. Porém, caso fossem considerados quaisquer bairros que fossem tocados por essa região de influência, o recorte seria composto por trinta e dois bairros, totalizando metade dos presentes na cidade. Assim, como critério de qualificação, foi definido que apenas os bairros que tivessem mais da metade de seus territórios englobados pelo raio de influência de ambos os campi é que participariam da pesquisa. Assim, o recorte do estudo foi reduzido a um total de oito bairros: Água Fria, Anatólia, Bancários, Castelo Branco, Cidade dos Colibris, José Américo, Jardim Cidade Universitária e Jardim São Paulo.

No entanto, o bairro Mangabeira foi acrescido ao recorte por considerar que houve impacto em prol de sua vastidão territorial, mas que ainda assim apresentava relação forte com os dois raios, principalmente em relação ao UNIPÊ. Além disso, é uma região caracterizada como importante destino de população universitária em prol de seu baixo custo de vida, sendo um bairro de relevância para o público alvo do estudo.

## Resultados sobre aspectos sociais da amostragem

Considerando o total de respondentes do questionário, pessoas trans compreenderam pouco mais de treze por cento (13%) da amostra, totalizando quarenta e oito (48) participantes. E, como grupo em comparação, homens cisgêneros corresponderam a trinta e um por cento (31%), totalizando 120 participantes. Embora exista uma diferença quantitativa considerável, ela é reduzida ao se referir à violência em si. Na transição entre a seção de percepção sobre elementos de segurança e mapeamento das experiências, havia uma questão sobre já ter sido vítima e caso a resposta fosse negativa, o questionário seria encerrado. Aplicando-se a mesma mecânica para responder se as experiências haviam sido no recorte estudado, em caso negativo o questionário também chegava ao fim.

Dessa maneira, houve uma redução do contingente amostral dos respondentes totais para aqueles que seguiram para a etapa final sobre os lugares em que foram vítimas da hostilidade urbana. Assim, o contingente que representa os homens cisgêneros passou para 21 participantes e o de pessoas transgêneras passou para 26. Há, ainda, uma questão de destaque que apresenta a média de experiências por pessoa, havendo uma divergência de quase um ponto ao se considerar homens cisgêneros (4.42 casos em média) e pessoas trans (5.30 casos em média). Vale salientar que dentro das experiências de homens cisgêneros, aqui utilizadas como grupo de comparação dada a situação de privilégio pela identidade de gênero, englobam os casos mapeados por homens gays, bissexuais, panssexuais e assexuais. Além disso, também consideram os casos de homens pretos, pardos e indígenas. Dessa maneira, embora estejam em uma situação de privilégio trazida pela sua percepção de gênero, uma parcela ainda

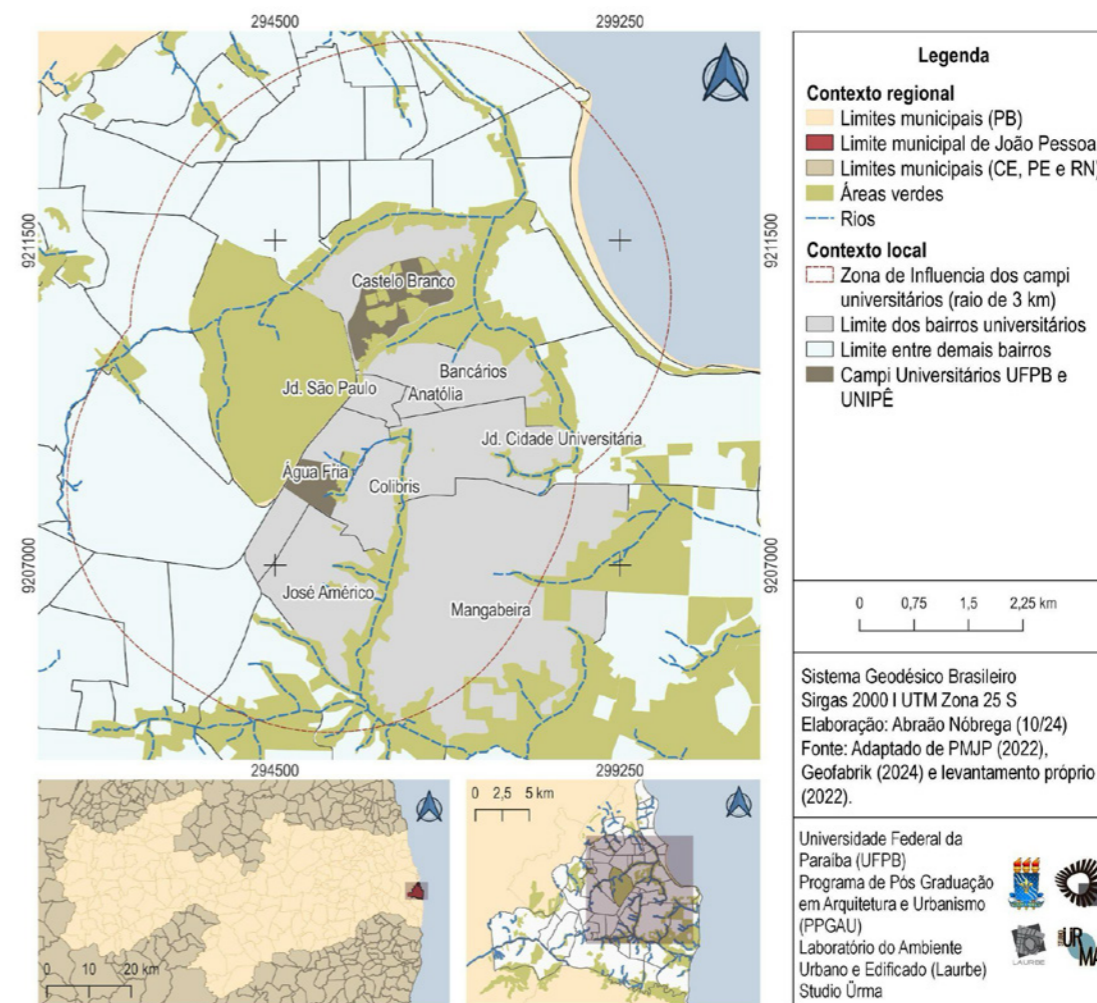


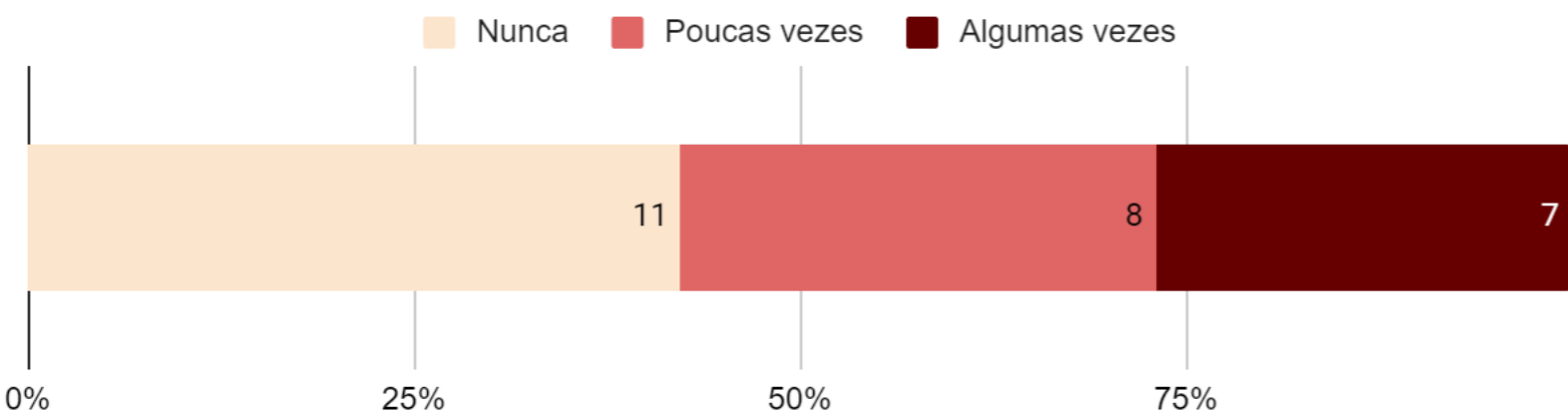
Figura 1 - Localização da zona de estudo. Fonte: Elaboração própria (2024), com dados da PMJP (2022) e IBGE (2024).

vivencia opressões estruturais por motivos de raça/cor e/ou orientação sexual.

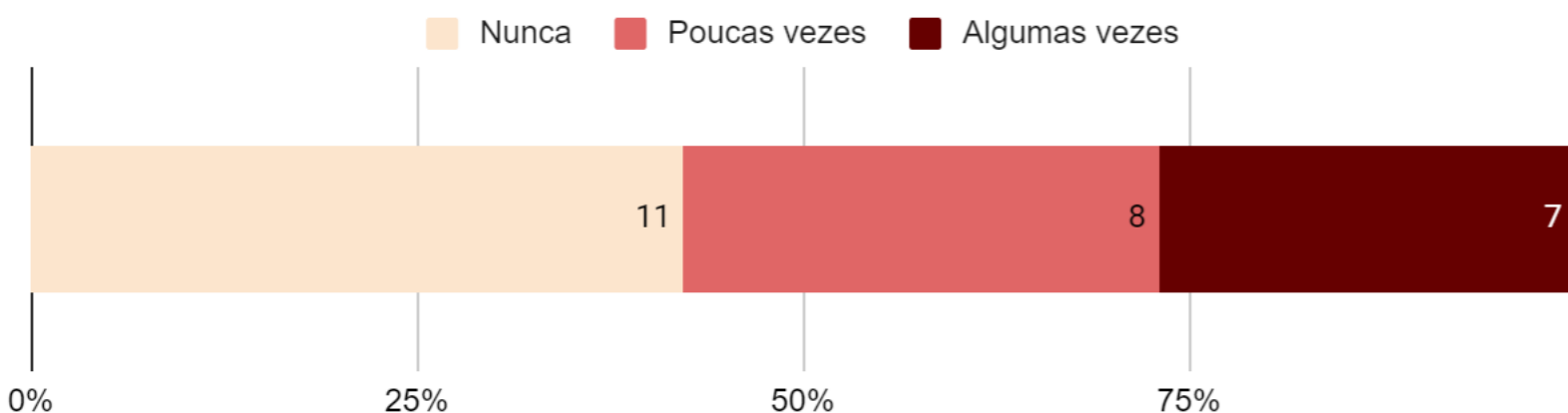
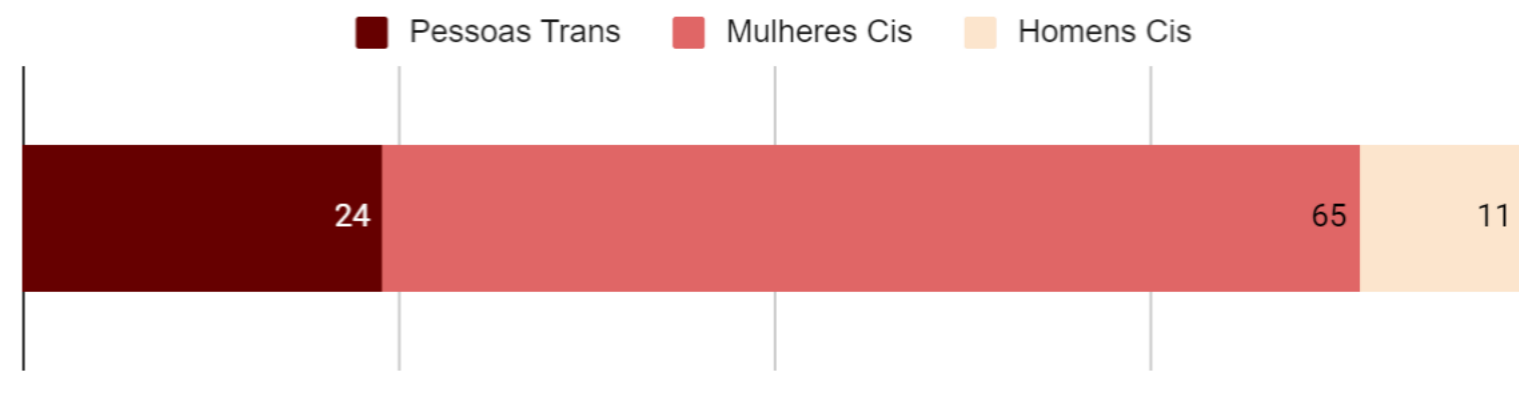
Dito isso, além de considerar a maior possibilidade de serem vitimadas por comportamentos violentos, em prol da média de casos por participante, ao se observar a relação entre tipos de hostilidades, pessoas trans constituíram o grupo mais afetado em situações de tentativas ou agressões físicas e sexuais, conforme a Figura 2 apresenta. Cabe pontuar que nos casos referentes aos demais grupos, as situações de violência física e sexual estão alinhadas majoritariamente a homens e mulheres da comunidade LGBTQIAP+, potencialmente reforçando que os ataques físicos (embora também recorrentes), foram alinhados a uma mesma matriz de ódio que é direcionada a pessoas transgêneras.

Já sobre violências verbais (Figura 3), embora mulheres cis sejam o principal público afetado — o que era uma situação esperada, dada a banalização do assédio na sociedade —, pessoas transgêneras foram o segundo grupo com maior recorrência. O grupo também apresentou uma frequência mais elevada do que violências físicas, atingindo inclusive o nível máximo.

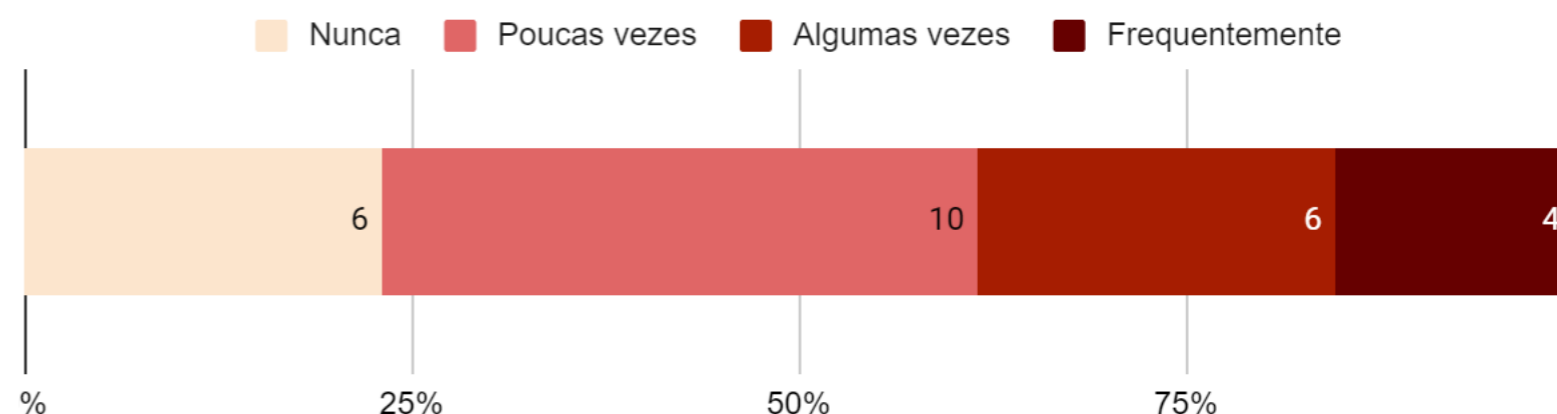
Essa dualidade alimentou a hipótese de que diferentes tipos de violência se concentram em eixos de movimento potencial distintos. Dessa maneira, situações como hostilidades verbais ou comportamentais teriam uma maior tendência a serem recorrentes em eixos de intenso fluxo, o que possibilitaria se esconder entre outros passantes, disfarçando-se numa possível multidão. Já situações com agressão física e/ou sexual propriamente



Número de pessoas trans vítimas de violência física e sexual com base na frequência de ocorrência



Número de pessoas trans vítimas de violência física e sexual com base na frequência de ocorrência



Número de pessoas trans vítimas de violência verbal com base na frequência de ocorrência

Figura 2 - Gráficos comparativos dos grupos em relação à vitimização perante situações de violência física e sexual. Abaixo, apresenta também a distribuição da frequência para pessoas trans. Fonte: Elaboração própria (2024), com dados de Nóbrega (2022).

ditas, que seriam parte de uma tipificação mais direta, teriam concentração em vias mais segregadas, com menor fluxo e, conseqüentemente, com menor chance de haver testemunhas, também dificultando a possibilidade de fuga para as vítimas.

### Resultados sobre o espaço físico e o geoprocessamento de dados

Diante da disposição e georreferenciamento dos casos de violência, aliado à devida sobreposição com a malha viária, conforme o processamento da ASA, percebeu-se diferentes pontos de concentração dos vetores em relação aos arquétipos de movimento potencial (Figura 4). O achado vai parcialmente de acordo com a hipótese central da pesquisa, uma vez que pessoas transgêneras apresentam concentrações de casos ao longo de regiões de média-baixa integração, conforme os recortes A e B da Figura 4 apresentam, mas também com média ou média-alta. Por isso, especulou-se sobre as diferentes situações e possíveis causas.

O recorte é dividido, de maneira longitudinal, por um conjunto de vias estruturantes com níveis mais elevados de integração. Elas são: Rua Bancário Sérgio Guerra (RBSG), Rua Walfredo Macedo Brandão (RWMB) e a Rua Josefa Taveira (RJT). Esse eixo viário longitudinal perpassa os bairros Anatólia, Bancários, Jardim São Paulo, Jardim Cidade Universitária e Mangabeira, tendo um intenso fluxo diário. Essa dinâmica, conforme defende Hillier (2007), apresenta um potencial de atração para atividades comerciais,

de prestação de serviços e do ramo alimentar, conforme o autor define como os usos que procuram movimento.

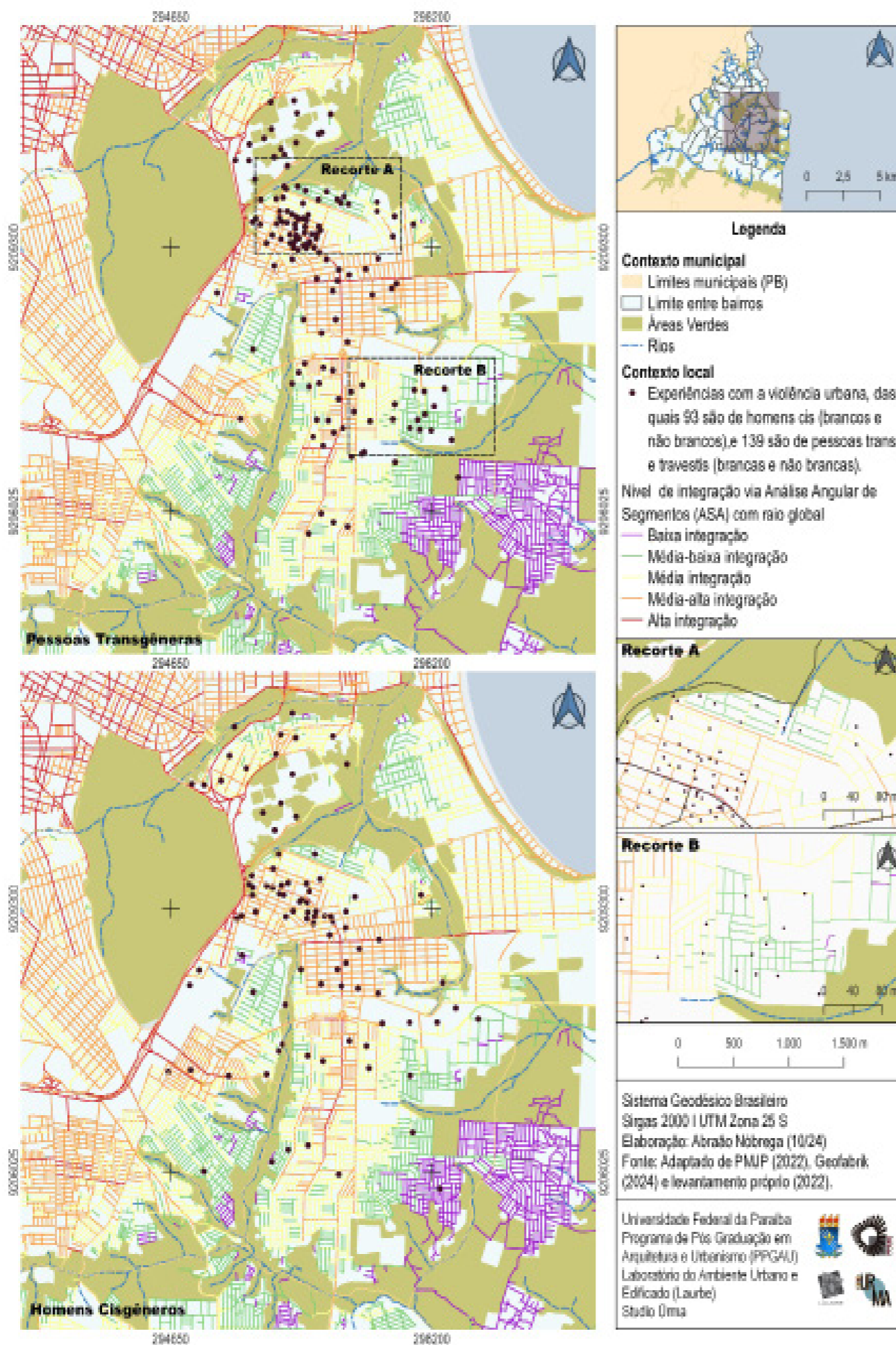
O entorno direto das vias, ou seja, as quadras que as tangenciam em ambos os sentidos, são majoritariamente caracterizadas por atividades não residenciais, indo de encontro aos apontamentos de Hillier (2007). Tendo uma rápida substituição por atividades habitacionais à medida em que aumenta a distância para esse eixo altamente integrado. Para além disso, tangenciando a RBSG, há a Praça da Paz, um espaço público de intensa atração de movimento e que é referência local como uma territorialidade LGBTQIAP+. E ao considerar as violências próximas aos eixos de média-alta ou alta integração, destaca-se a concentração mais expressiva na própria praça e suas imediações diretas.

Sendo assim, entendeu-se que em prol de uma maior concentração de atividades e de um espaço de referência para a população LGBTQIAP+, haveria uma maior concentração de pessoas trans nas imediações das vias integradas. Como consequência de uma maior presença também há a maior possibilidade de que aconteçam situações LGBTfóbicas, racistas ou semelhantes. No entanto, em resposta aos elementos espaciais que garantem uma melhor qualidade ambiental, como espaços públicos diversos, diversidade de funções, boa iluminação e outros; compreendeu-se que as situações próximas aos eixos mais integrados poderiam ser de ordem verbal ou comportamental, representando um menor potencial ofensivo para as vítimas.

Figura 3 - Gráficos comparativos dos grupos em relação à vitimização perante situações de violência verbal. Abaixo, apresenta também a distribuição da frequência para pessoas trans. Fonte: Elaboração própria (2024), com dados de Nóbrega (2022).



Figura 4 - Sobreposição entre casos de violência mapeados e a análise angular de segmentos (HH-Rn). Acima, resultados sobre a população transgênero, com destaque de dois recortes ampliados no painel lateral direito. Abaixo, resultados sobre homens cisgêneros. Fonte: Elaboração própria (2024), com dados de PMJP (2022), Geofabrik (2024) e levantamento próprio (2022).



Já com relação aos recortes que vão de acordo com a hipótese do trabalho, entendeu-se que possivelmente as regiões de maior segregação da malha viária refletem os comportamentos hostis de ordem física e/ou sexual. Uma vez que, ao se observar as situações do grupo de controle, ou seja, homens cisgêneros, percebeu-se que as violências mapeadas em regiões de menor integração viária são mais pontuais e dispersas. Homens cis apresentaram maior afinidade de casos de violência ao longo dos eixos de valores altos e médio-altos.

O que reforça a suposição de que os espaços integrados refletem as situações de menor potencial ofensivo, uma vez que, considerando a interseccionalidade de fatores, os homens cis englobaram tanto vítimas de LGBTfobia quanto de racismo. No entanto, a Praça da Paz, também pode refletir a possibilidade do acontecimento de todos os tipos de violência mapeadas em prol da vida noturna, dada a concentração de bares e atividades atreladas ao consumo de bebidas alcoólicas, além da venda de drogas ilícitas.

Com relação ao perfil de disposição dos casos, percebe-se outras configurações marcantes. Há o destaque para uma repetição maciça que compreende todo o limite do campus da UFPB, sendo uma situação que foge ao escopo deste trabalho, visto que aqui se observa a relação com a concentração de movimento potencial na malha viária. No entanto, não se pode deixar de considerar o quanto a universidade é um atrator de movimento e, por isso, reflete uma dinâmica de alto fluxo e de longa permanência durante o dia. Sendo assim, embora não seja diretamente conectado à malha viária, essas experiências de violência reproduzem-se em uma dinâmica espacial de maior intensidade potencial de movimento. E, considerando o ambiente em que ocorreram, entendeu-se que, majoritariamente, eram de ordem comportamental ou verbal.

Dito isso, as duas concentrações de violências transfóbicas predominantes em trechos da malha viária segregados refletem a espaços de maior dificuldade de acesso e de movimentação ao se considerar a escala global do sistema. Ambos os casos tem como tipologia viária mais representativa as de uso local, havendo especificidades. No recorte A há presença de fluxo moderado por causa da configuração morfológica do Bancários. Uma vez que a RBSG conecta outros bairros da Zona Sul (como o Jardim Cidade Universitária e Mangabeira), a equipamentos como a UFPB e em horários de pico há engarrafamentos e trânsito lento, sendo utilizado as ruas do recorte A como alternativa. Há pouca presença de atividades para além do residencial e em 2024 está sendo realizada uma implementação de parque linear e obras de mobilidade que, potencialmente, mudarão a configuração de usos e de integração viária em um intervalo de 5 anos.

O recorte B reflete uma lógica tipológica semelhante, tendo também um fluxo mais baixo. No entanto, em dinâmica de usos apresenta alguma pequena variação para além das habitações, tendo a presença da sede do Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN-PB) como um importante marco. Porém, as imediações do equipamento são de grandes lotes ociosos e com presença de muros que reduzem a permeabilidade e conectividade na região.

Como maneira de reforçar a percepção da conexão entre espaços segregados e a concentração de casos de violência, foi realizada a interpolação estimativa de densidade (*kernel heatmap*). A Figura 5 apresenta o padrão da densificação dos casos de hostilidade mapeados, havendo uma sobreposição novamente com a malha viária

processada via ASA. Há uma concentração expressiva de casos, tida como a área crítica, que se expande longitudinalmente pelo território, englobando integralmente o bairro Anatolia e grande parte dos Bancários, Castelo Branco e Jardim São Paulo.

A configuração da principal mancha — que reflete a maior densidade do fenômeno —, representa tanto os casos próximos aos eixos de maior integração quanto os de maior segregação. Dá a entender que as zonas de influência referentes a diferentes tipologias de hostilidade ante pessoas transgêneras se sobrepõem, ultrapassando os limites de suas próprias categorias, o que denota a um problema transversal que extrapola a esfera física do espaço.

Há ainda a configuração de outras duas regiões críticas, porém com menor escala, como pode ser observado na Figura 5 através do tom mais intenso na escala cromática utilizada. Embora a dimensão delas seja de menor abrangência espacial e, conseqüentemente, não se conectem diretamente, elas ratificam a dinâmica de concentração de casos tanto em um eixo de maior movimento, quanto em uma região mais segregada.

Ambas estão localizadas no bairro Mangabeira. A da esquerda está atrelada à Rua Josefa Taveira, enquanto a da direita ao entorno da sede do DETRAN-PB. Respectivamente falando sobre elas, a primeira engloba um trecho de um dos eixos viários estruturantes do bairro, conseqüentemente, concentrando uma dinâmica de atividades do solo com maior diversidade, embora que majoritariamente se encaixem em usos comerciais e de prestação de serviço. A segunda, por sua vez, estabelece-se com uma dinâmica mais monofuncional, predominantemente habitacional com algumas atividades comerciais, mesmo que apresente uma atração de fluxo em consequência das atividades do DETRAN e de espaços práticos de estudo das autoescolas no entorno do equipamento.

Porém, diferentemente do perfil da violência contra homens cisgêneros, há maior clareza na delimitação de quais são as regiões problemáticas. Uma vez que, no caso de homens cisgêneros, a concentração de casos no que é definida como a região crítica tem uma mancha predominante, tendo também concentrações pontuais dispersas em múltiplas regiões da zona de estudo. Além disso, percebeu-se que havia mais relação com maiores níveis de integração viária, distribuindo as múltiplas pequenas concentrações ao longo de eixos como a Rua Bancário Sérgio Guerra, no bairro Bancários, ou a Avenida Hilton Souto Maior, nos bairros Cidade dos Colibris, José Américo e Mangabeira.

Como as violências contra pessoas trans apresentaram múltiplas conexões em relação a diferentes padrões da configuração e integração viária, indica a necessidade de estudos direcionados a entender outras relações para além do aspecto do movimento. Dessa maneira, englobando variáveis como a permeabilidade das interfaces de comunicação entre massa edificada e espaço público, densidade de acesso físico às edificações, dinâmicas de usos do solo, presença de ambientes de socialização e configuração de territorialidades LGBTQIAP+ no espaço urbano.

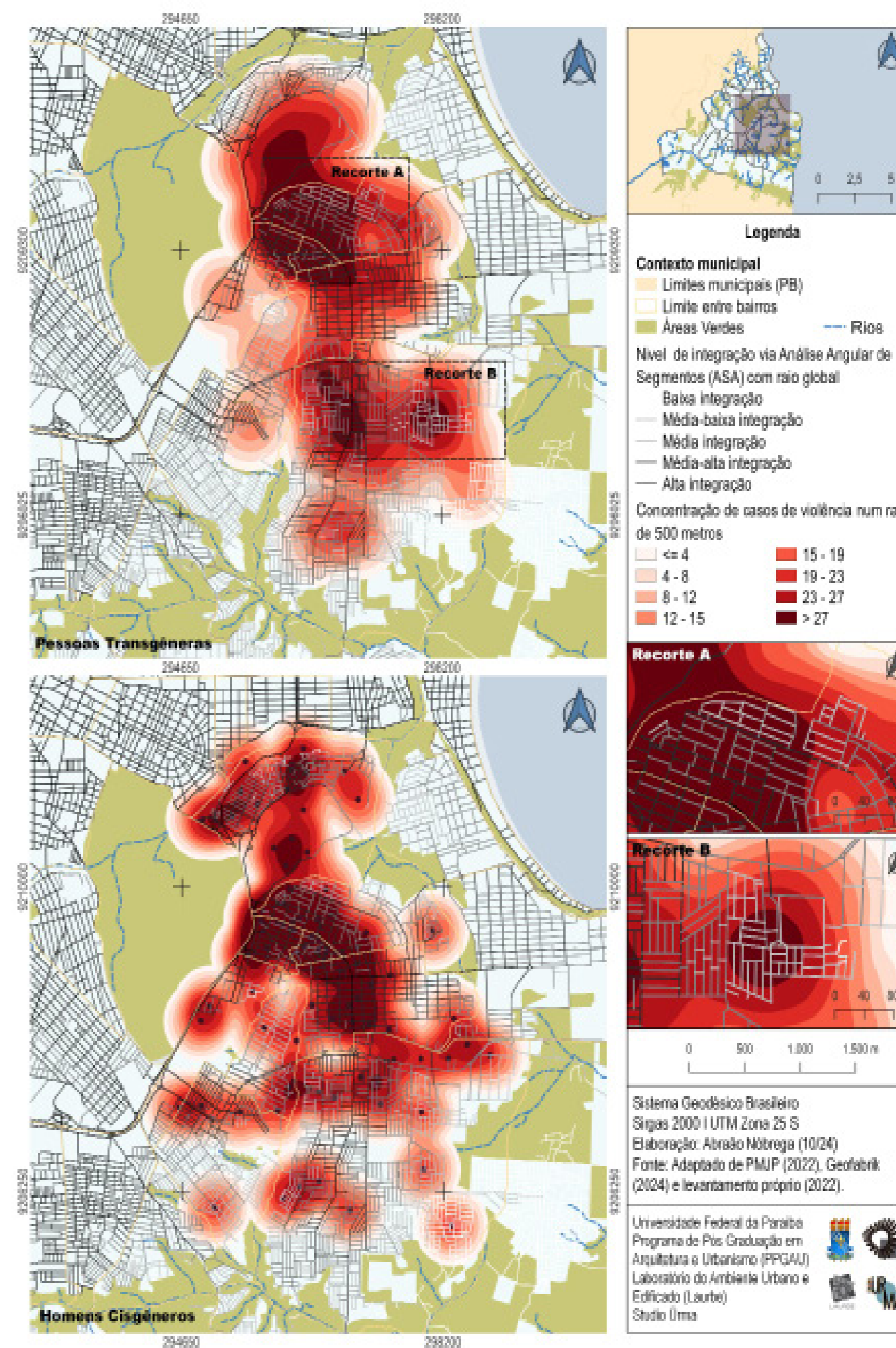


Figura 5 - Sobreposição entre a concentração estimativa dos casos de violência mapeados, considerando raio de abrangência de 500 metros a partir de cada ponto com a análise angular de segmentos (H-Rn). Acima, resultados sobre a população transgênero, com destaque de dois recortes ampliados dispostos no painel lateral direito. Abaixo, resultados sobre homens cisgêneros. Fonte: Elaboração própria (2024), com dados de PMJP (2022), Geofabrik (2024) e levantamento próprio (2022).



## Considerações finais

Este trabalho trouxe reflexões sobre como elementos do espaço podem apresentar conexões com padrões de violência para diferentes grupos sociais, aqui lidando com maior enfoque com pessoas trans. Ficou em evidência que ao ser parte de uma minoria social é possível que espaços mais segregados e com menor fluxo de movimento (mesmo sendo potencial), signifique uma maior vulnerabilidade e risco para vivenciar a violência física. Porém, problemáticas como essa não estão apenas na alçada de planejadores, urbanistas e outros profissionais da área.

Lidar com uma questão tão enraizada na sociedade como é a transfobia, denota uma reforma não apenas na qualidade física do espaço para garantir maior segurança e possibilidade de socorro em situações de risco. É necessária também uma reforma no imaginário social coletivo para remodelar o modo de pensar a respeito dessa condição humana, colocando-a também em um patamar de normalidade, deixando de ser algo visto como distante à norma padrão, como uma transgressão.

Dito isso, fica evidente a importância de uma modificação na forma de pensar e de produzir o espaço urbano e edificado. Continuar alimentando o medo como estratégia fundamental apenas impacta na vida urbana de todos os indivíduos, principalmente quando são geradas ruas vazias, escuras e com pouca permeabilidade e conexão com a malha. Claro que alguns grupos sofrem com as consequências mais fortemente do que outros, pois, ao se considerar a hierarquia social presente na contemporaneidade, quem está em espaços de poder e decisão normalmente são homens brancos, cisgêneros, heterossexuais e de classe média-alta. Sendo assim, o modo de pensar a cidade, a distribuição dos elementos de infraestrutura e a configuração dos espaços públicos, naturalmente, refletem sua perspectiva de mundo e necessidades. E, dificilmente, englobarão questões que lhes passam despercebidas graças ao sistema de privilégios sociais que lhes garante maior noção de segurança ao estar em ambientes públicos.

Sendo assim, dar voz e força a um urbanismo feminista e *queer*, socialmente inclusivo, pode ser uma margem de esperança para um futuro menos violento e banhado com o sangue das vítimas de crimes de ódio. Uma vez que, a lógica feminista e *queer* de planejamento subverte o padrão existente, passando a considerar especificidades atreladas às necessidades e atividades diretamente relacionadas aos papéis de gênero impostos pela sociedade. Dessa maneira, promovendo parâmetros para melhoria da permeabilidade nas ruas, do fomento à diversidade de funções e públicos, do aumento do capital social, de maior distribuição de espaços sociais e de mobiliários urbanos de apoio e descanso. Tais ações promovem maior segurança a grupos socialmente minorizados, principalmente no tocante à questão de gênero.

Com essa subversão e mudança de paradigmas no planejamento e execução dos espaços urbanos, seria possível uma melhora gradual da visão coletiva da insegurança no meio público. E auxiliada por ações sociais e uma reforma da educação de base que rompesse com os paradigmas e dogmas enraizados no imaginário popular, tornar-se-ia possível também uma mudança na perspectiva da incerteza da vida pelo preconceito. Afinal, parafraseando a filósofa Djamilia Ribeiro<sup>8</sup>, enquanto pessoas trans seguirem como alvos de constantes ataques, ninguém estará em segurança.

8 A paráfrase faz referência à obra “Quem tem medo do feminismo negro?” (Ribeiro, 2018).

## Referências

- ANDRADE, Patrícia Alonso. Quando o design exclui o Outro: dispositivos espaciais de segregação e suas manifestações em João Pessoa PB. *Arquitextos*, São Paulo, ano 12, n.134.05, jul. 2011.
- ARENDR, Hannah. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.
- AUGÉ, Marc. *Não-Lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. São Paulo: Papyrus, 2007.
- BEAUVOIR, Simone. *O Segundo Sexo*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- BENEVIDES, Bruna G. *Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023*. Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2024. 121p.
- BENTO, Cida *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Segregação urbana, enclaves fortificados e espaço público. In: CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Edusp, Editora 34, 2003. p. 211-301.
- CALIÓ, Sonia Alves. Incorporando a questão de gênero nos estudos e no planejamento urbano. In: Encuentro de Geógrafos de América Latina, 6, 1997, Buenos Aires. *Anais 6 Encontro de Geógrafos da América Latina*. Buenos Aires: Faculdade de Filosofia e Letras, 1997.
- DIAS, Shayenne Barbosa; JESUS, Cláudio Roberto. Cidade hostil. *Revista Geografias*, [S.L.], v. 15, n. 1, p. 26-50, 15 abr. 2022.
- DONEGAN, Lucy; SILVA, Felipe Tavares. Limites e centralidades: investigando modelos de cidades com diferentes delimitações. In: NEGRÃO, Ana Gomes *et al.* (org.). *Lugares e suas interfaces intraurbanas: qualidade de sistemas urbanos e edificados*. João Pessoa: Estúdio Borandá, 2023. Cap. 3. p. 76-103.
- G1 PERNAMBUCO. *Mulher trans é alvo de tentativa de homicídio e tem 40% do corpo queimado; adolescente é apreendido por atear fogo nela*. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2021/07/05/mulher-trans-e-assassinada-com-tiro-no-recife-e-familia-acredita-em-crime-motivado-por-transfobia.html>. Acesso em: 22 out. 2024.
- G1 PERNAMBUCO. *Mulher trans é assassinada com tiro no Recife e família acredita em crime motivado por transfobia*. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2021/07/05/mulher-trans-e-assassinada-com-tiro-no-recife-e-familia-acredita-em-crime-motivado-por-transfobia.html>. Acesso em: 22 out. 2024.
- GAMRANI, Sarah. TRIBOUILLARD, Clementine. *Guia prático e interseccional para cidades mais inclusivas*. [S.I.]: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2021.

GOMES, Diógenes Farias; OLIVEIRA, Lúcia Conde; DIAS, Maria Socorro de Araújo. Estratégias para o enfrentamento da violência urbana: revisão integrativa. *SANARE - Revista de Políticas Públicas*, [S. l.], v. 21, n. 2, 2022. DOI: 10.36925/sanare.v21i2.1667.

GUILLEMAUT, Christine. *Guide Référentiel 2: genre e espace public*. Paris: Ville de Paris, 2021.

HILLIER, Bill. *Space is the machine*. London: Space Syntax Ltd., 2007.

HILLIER, Bill; HANSON, Julienne. *The Social Logic of Space*. Cambridge: University Press, 1984.

MARTINS, Matheus de Oliveira; FERNANDES FILHO, Francisco Nilton Vieira; BARROS, Amélia de Farias Panet. Territórios de lazer LGBT+ na cidade de João Pessoa. *Revista Brasileira de Direito Urbanístico | Rbdu*, [S.L.], p. 235-247, 30 jun. 2020.

MIRANDA, Julia Vansetti; VAN NES, Akkelies. Sexual Violence in the City: space, gender, and the occurrence of sexual violence in rotterdam. *Sustainability*, [S.L.], v. 12, n. 18, p. 7609, 15 set. 2020.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NASCIMENTO, Rodrigo Costa; DANTAS, George Alexandre Ferreira; TRIGUEIRO, Edja Bezerra Faria. Atratores urbanos, acessibilidade e dinâmica de precificação imobiliária na região metropolitana de Natal, RN: o caso de São Gonçalo do Amarante. In: NEGRÃO, Ana Gomes *et al.* (org.). *Lugares e suas interfaces intraurbanas: qualidade de sistemas urbanos e edificados*. João Pessoa: Estúdio Borandá, 2023. Cap. 2. p. 45-75.

NEGRÃO, Ana Gomes *et al.* Investigação sobre critérios de avaliação da caminhabilidade sob a perspectiva de gênero. In: SIUU, 24, 2023. Recife. *Anais XIV SIUU*. Recife, 2023.

NÓBREGA, Abraão Pinto de Oliveira. *A rua dá medo! Mapeamento da hostilidade urbana com base em gênero e etnia em bairros da zona sul de João Pessoa, PB*. Trabalho de conclusão de curso. Universidade Federal da Paraíba – UFPB. João Pessoa, 2022.

OLIVEIRA, Marcos de Jesus. O crime de ódio contra LGBTs no Brasil: algumas hipóteses interpretativas. *Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades*, [S. l.], v. 10, n. 14, 2017.

PRADO, Nathalie. Gênero e políticas de mobilidade a pé: enfoques para o planejamento urbano.. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, 6., 2021, Brasília. *Anais VI ENANPARQ*. Brasília: Fau-Unb, 2021. p. 1299-1315.

RIBEIRO, Djamila *Quem tem medo do feminismo negro?* São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIZZATTI, Maurício *et al.* Mapeamento da COVID-19 por meio da densidade de Kernel. *Metodologias e Aprendizado*, [S.L.], v. 3, p. 44-53, 12 jun. 2020.

SOUZA, Nicolas Pereira *et al.* Aplicação do Estimador de Densidade Kernel em Unidades de Conservação na Bacia do Rio São Francisco para análise de focos de desmatamento e focos de calor. In: *SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO*, 16., 2013, Foz do Iguaçu. *Anais XVI Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto - SBSR*. Inpe, 2013. p. 4958-4965.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; GÓES, Eda Maria Da segregação à fragmentação socioespacial. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; GÓES, Eda Maria. *Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial*. São Paulo: Editora Unesp, 2013. Cap. 11. p. 273-302.

TGEU, Transgender Europe. *Trans Murder Monitoring 2023 Global Update*. Disponível em: <https://transrespect.org/en/trans-murder-monitoring-2023/> Acesso em: 28/06/24.

TIBURI, Márcia. *Feminismo em comum: para todas, todes e todos*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

URIAS. *Andar em paz*. Rio de Janeiro: Warner Chappell Brasil, 2019 (3:35 min).



# MINHA BOCA É UM TÚMULO...ARROMBADO<sup>1</sup>

## Desenterrando a realidade transgênera de Santa Maria/RS

MY MOUTH IS A TOMB...BROKEN INTO  
Uncover the transgender reality of Santa Maria/RS

Débora Lopes Loro<sup>2</sup>, Julia Pozebon<sup>3</sup>, Maisa Gabrieli de Souza<sup>4</sup>,  
Beatriz Fernandes Figueiredo<sup>5</sup>, Nati de Castro Fernandes<sup>6</sup>,  
Evelyn Paniz Possebon<sup>7</sup> e Clarissa Squizani Manske<sup>8</sup>

### Resumo

A discussão *Minha boca é um túmulo...arrombado: desenterrando a realidade transgênera de Santa Maria* concentra-se em evidenciar e discutir a realidade e, principalmente, as dificuldades enfrentadas pela população transgênera da cidade de Santa Maria/RS. Nesse sentido, são abordados tópicos diversos que permeiam o território urbano e a sociedade como um todo, desde saúde, cultura, direito, política, preconceito, violência e a arquitetura como ferramenta de ocupação do espaço urbano. Assim, o trabalho consiste em uma análise bibliográfica de dados e informações acerca da vivência transgênera no contexto urbano, abordando o pertencimento e o acolhimento dos indivíduos transgênera na cidade.

Palavras-chave: transgênera, território urbano, espaço, violência, pertencimento.

### Abstract

The discussion "My mouth is a tomb... broken into: uncover the transgender reality of Santa Maria" focuses on highlighting and discussing the reality and, primarily, the difficulties faced by the transgender population of the city of Santa Maria/RS. In this regard, various topics are addressed that permeate urban territory and society as a whole, including health, culture, law, politics, prejudice, violence, and architecture as a tool for urban space occupation. Thus, the work is structured in two parts: the first aims to conduct a bibliographical analysis of data and information about transgender experience in the urban context and to highlight the main stigmas and violence in general manifesting in Santa Maria society. The second part discusses belonging and the acceptance of transgender individuals in the city.

Keywords: transgender, urban territory, space, violence, belonging.

1 Referência à expressão usada por Cilene Rossi quando convidada a dar seu depoimento de vida.

2 Graduanda do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

3 Graduanda do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

4 Graduanda do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

5 Graduanda do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

6 Graduanda do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

7 Graduanda do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

8 Graduanda do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

### Introdução

Sua lei me tornou ilegal  
Me chamaram de suja, louca, sem moral  
Vão ter que me engolir por bem ou por mal  
Agora que eu atingi escala mundial

Navalha debaixo da língua  
Tô pronta pra briga  
Navalha debaixo da língua  
(...)

A música *Diaba*, assim como muitas outras da cantora Urias, mulher transgênera mineira de 29 anos, retrata a hostilidade enfrentada por pessoas que fogem da perspectiva heterocisnormativa imposta pela sociedade preconceituosa e violenta, seja pela orientação sexual ou identidade de gênero. No contexto da canção, o eu-lírico não é passivo, ele reage e luta para afirmar sua identidade no espaço e, com isso, finalmente ser reconhecido por todos, assim como três milhões de brasileiros transgênera que enfrentam diariamente os estigmas de uma cultura transfóbica, a qual apenas em 2023 vitimou 145 pessoas trans – o maior número de assassinatos desde 2008 em todo o mundo (Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil<sup>9</sup> – ANTRA, 2023).

Além disso, ressalta-se que a violência física não é o único fator que afeta negativamente a sensação de pertencimento do indivíduo transgênera no corpo social. Isso porque o abandono e o desamparo afetivo, principalmente familiar, se faz presente nas mais diversas conjunturas, já que a transição de gênero é um processo contínuo e repleto de novas vivências que, muitas vezes, não atendem às expectativas idealizadas por pessoas do convívio social, as quais, frustradas, não associam o indivíduo à sua nova imagem (Braz *et al.*, 2020). Assim, devido ao preconceito, o indivíduo perde a principal rede de apoio que até então o acompanhava, e passa a encontrar, na solidão e no isolamento, a segurança e a garantia de se manter verdadeiro consigo mesmo na jornada de reconstrução de sua vida (Senna, 2021).

Ainda acerca do processo de transição, uma etapa delicada e que envolve diferentes cuidados médicos, é importante destacar que, infelizmente, esses indivíduos ainda são expostos a situações desconfortáveis e vulneráveis quanto às políticas públicas de saúde (Vidal; Da Paixão, 2016 *apud* Oliveira, 2021). Tal fato advém da falta de preparo de profissionais da saúde e, conseqüentemente, de ambientes que sejam de fato acolhedores, tornando difícil a assistência e o acolhimento adequado para promover o devido suporte e identificar as necessidades e particularidades de cada pessoa transgênera. Assim, as diferentes nuances do preconceito e da negligência embutidas no tratamento dessas pessoas acaba por distanciá-las cada vez mais do serviço público de saúde e direcioná-las a ambientes inseguros e informais de atendimento médico, como auto-hormonização, aplicação de silicones em clínicas clandestinas e demais procedimentos estéticos em locais precários e/ou com profissionais que possuem uma formação duvidosa.

9 Ver mais em: <https://antrabrasil.org>.

Nesse contexto, é fato que os habitantes de uma cidade são os coautores dos espaços, sendo, desse modo, diretamente contribuintes em diferentes aspectos, tais como a criação, a apropriação e a resignificação dos ambientes públicos, além de colaborarem com a noção coletiva do espaço urbano (Pagnan, 2024). No entanto, apesar disso, a população transgênero tem sido constantemente excluída desse processo que prioriza os interesses de grupos sociais bem definidos e historicamente privilegiados – isto é, homens brancos cis e ricos – na oferta e na utilização dos espaços da cidade. Como resposta, o público transgênero se apropria de ambientes subutilizados, obscuros e também excluídos pela sociedade, como esquinas, becos e trevos. Por outro lado, também surgem espaços voltados a esses indivíduos, sejam estes de entretenimento e diversão ou, ainda, de acolhimento e atendimento às suas mais diversas necessidades.

Do mesmo modo, salienta-se que, ao longo do tempo, a configuração e apropriação do território urbano ocidental tem se consolidado a partir de uma arquitetura que produz e reproduz estruturas imutáveis, alicerçadas na diferenciação de classe social, raça, sexo ou gênero, e que implicam diretamente na relação do indivíduo com a ocupação dos espaços públicos (Pagnan, 2024). E é nessa ótica que o corpo trans é marginalizado, hipersexualizado e confinado em territórios ditos *desprezíveis*. No entanto, as manifestações corpóreas como ato político desafiam essa lógica, já que exprimem história, identidade e resistência, sendo a mera presença do corpo trans no ambiente público um ato puro de subversão e transversão de um espaço que é, sobretudo, produto de uma cultura heterossexual, branca e capitalista (Pina, 2023).

Diante desse cenário, o surgimento recente de casas de acolhimento para vítimas de violência de gênero tem sido uma estratégia eficiente de integrar, orientar e dar visibilidade a esses indivíduos, ao mesmo tempo em que tais espaços confrontam a estrutura dos territórios (Santos *et al.*, 2023). Assim sendo, ao trazer a presente discussão para Santa Maria, cidade dita *coração do estado* do Rio Grande do Sul e que carrega marcas profundas da transfobia, tem-se como destaque o Espaço Multiprofissional Casa Verônica<sup>10</sup>, projeto da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) que constitui uma rede de apoio e desenvolve estratégias de resiliência para um melhor convívio do indivíduo tanto no meio acadêmico quanto no ambiente público, fruto de um coletivo de técnicos-administrativos, professores, acadêmicos, líderes da instituição e dos movimentos sociais locais, preocupados com a equidade de gênero nas dependências dos *campi*.

Verônica de Oliveira tinha 40 anos e comandava um alojamento com dez transgêneros quando foi brutalmente assassinada em dezembro de 2019 – assim como quatro outras mulheres transgênero no mesmo período em Santa Maria/RS. A *Mãe Loira*, como era conhecida, abalou as estruturas conservadoras da cidade ao passo que revelou a força da comunidade LGBTQIAPN+, tendo seu nome escolhido por voto popular para designar a casa de acolhimento às pessoas em situação de violência de gênero da UFSM. O projeto, fruto da Política de Igualdade de Gênero na Instituição, atende a comunidade acadêmica, a qual é composta por diferentes contextos étnicos, regionais, sociais e culturais, abrangendo uma população diversa e expressiva do estado. Ainda, a Casa Verônica é uma importante ferramenta de articulação do ensino superior no enfrentamento e combate à violência, além de auxiliar na mudança cultural para a transformação do corpo social.

<sup>10</sup> Ver mais em: <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/pre/observatorio-de-direitos-humanos/casa-veronica>.

Nessa perspectiva, o objetivo deste artigo é analisar a presença transgênero na cidade de Santa Maria e a sua manifestação no aspecto cultural e social, além de discutir acerca do impacto da violência e do preconceito na sensação de pertencimento e acolhimento do sujeito transgênero no território urbano. Ademais, objetivou-se realizar uma investigação a respeito das casas e instituições responsáveis pelo acolhimento do público transgênero, a partir da coleta de relatos e vivências. Para fundamentar tal estudo, realizou-se uma revisão bibliográfica e a construção de um diálogo com referências institucionais que atuam diretamente com pessoas transgênero, além de narrar as diversas lutas da comunidade na transfiguração do espaço urbano. Assim, ao expandir a temática para a área da Arquitetura e Urbanismo, tem-se a possibilidade de debater questões intrínsecas à cidade, bem como potenciais meios de torná-la mais acessível e igualitária.

## Metodologia

A presente pesquisa, de cunho exploratório, baseou-se em uma revisão bibliográfica, alinhada aos modos de olhar a cidade perante a existência de pessoas transgênero, e na discussão sobre a relação das pessoas transgênero com o uso e a ocupação do território socioespacial de Santa Maria/RS. Para fundamentar tal discussão, foram coletados relatos de experiências como uma atividade de produção de conhecimento acerca das sensações de respeito, inclusão e identificação, ou não, dos indivíduos na cena atual. A revisão bibliográfica e o debate estão organizados nos temas: contexto urbano nas escalas de cidade, estado e Brasil, saúde pública, educação, política, cultura, território, preconceito, identidade, pertencimento, acolhimento e arquitetura.

## Revisão bibliográfica

### *Cidade Hostil: Os limites invisíveis da aceitação urbana em Santa Maria/RS*

A cidade não é apenas um aglomerado de edificações e um emaranhado de passagens que estabelecem uma conexão entre si, ela também se faz com as pessoas que ali residem e suas múltiplas manifestações de ódio, amor, compaixão, gostos e personalidades, ou seja, é a partir do cotidiano que são estabelecidas as relações sociais atribuídas ao espaço urbano (Pagnan, 2019). Sob esse viés, toda cidade abriga lugares que propiciam a construção e a expressão de uma identidade de grupo a partir da interação entre diversos grupos. Em Santa Maria, no interior do Rio Grande do Sul, esses locais são representados por casas noturnas, bares, praças e esquinas que acolhem – ou não – as pessoas transgênero, dispendo de segurança para que esses indivíduos possam exteriorizar seu âmago, porém, de maneira restringida aos padrões cisheteronormativos. Isso pode ser retratado pelo conceito *efeito chiqueirinho/gourmetizado*, popular entre a comunidade LGBTQIAPN+, e que denomina a delimitação do espaço de maneira sensorial, e não física ou verbal, onde o grupo é cercado e, conseqüentemente, marginalizado.

[...] Assim, Santa Maria é fod@ mesmo, muitas pessoas trans foram mortas aqui né, algo que... acho que a gente não tem espaço aqui, não tem lugar que a gente possa sentir seguro, que não vamos sofrer transfobia até um lugar de lazer sabe, tipo festa e na verdade às vezes, até tem, só que é aquela questão: a gente acaba sendo meio



excluído, esse lugar é pra vocês.

É o efeito chiqueirinho que normalmente falam, é o efeito chiqueirinho, chiqueirinho. Ah, nós queremos incluir, então aqui está o lugar que vocês podem circular, ah... mas a gente quer [...] não não, aqui é o lugar, ah... mas a gente não gosta, não, não.

Relato de dois frequentadores anônimos do Espaço Multiuso Casa Verônica, 2024.

Para entender a cena atual de Santa Maria, é necessário, primeiramente, analisar o contexto histórico nacional. A luta pelos direitos das pessoas transgênero no Brasil tem seu início durante a ditadura militar, iniciando-se na década de 1970 com o movimento LGBTQIAPN+. Ao longo dos anos, essa batalha ganhou força e organização, marcando três distintas ondas, conforme Facchini (2005). A primeira, de 1978 a 1983, testemunhou o surgimento do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), um marco inicial na mobilização pela igualdade de direitos; a segunda onda, de 1984 a 1992, foi marcada pela crise da epidemia de HIV, que trouxe não só desmobilização, mas também estigmatização e discriminação, com a doença sendo erroneamente associada à comunidade LGBTQIAPN+; e a terceira onda, de 1992 a 2005, testemunhou um aumento significativo no número de organizações não governamentais e grupos engajados na luta pelos direitos LGBTQIAPN+, impulsionando diversas iniciativas e reivindicações. Desse modo, se observa que a luta deste grupo está intimamente ligada a aspectos mínimos para sua existência, como acesso à saúde integral que considere o indivíduo e suas particularidades.

#### *Do estigma à negligência: a dura realidade das travestis no acesso à saúde*

No âmbito da saúde, muitas pessoas transgênero ainda encontram dificuldades em procurar atendimento médico emergencial e de rotina devido ao preconceito instaurado nesses espaços. Existe um impedimento subentendido do acesso das pessoas transgênero no ambiente hospitalar, proveniente de um desconhecimento técnico das particularidades de atendimento que a comunidade transgênero demanda (SOUZA *et al.*, 2014). Diante disso, há um reflexo nítido de que a população transgênero carece de atendimento especializado, como se pode concluir analisando o artigo publicado pela PLOS One e conduzido por pesquisadores da Universidade de Maastricht<sup>11</sup>, na Holanda, que aponta que as transfemininas, termo usado para se referir às mulheres transgênero, apresentam 66 vezes maior risco de terem o HIV.

Esse mesmo estudo explica que esse maior risco é influenciado também pelo compartilhamento de agulhas usadas para injeção de silicone ou hormônios. Em Santa Maria, é comum encontrar relatos de transfemininas que têm aplicação de polimetilmetacrilato, componente plástico popularmente chamado de PMMA, que apresenta diversos riscos para a saúde. Segundo Ashley, mulher transgênero santamariense, o procedimento de preenchimento é arriscado e pode ser fatal, o que faz com que as *bombadeiras* (geralmente mulheres transgênero mais velhas, as quais fazem a aplicação do PMMA), caso algo dê errado, negligenciem eventuais complicações e se isentem de responsabilidades em caso de morte, recaindo a responsabilidade na mulher que escolheu correr o risco da aplicação (Souza *et al.*, 2014).

<sup>11</sup> Ver mais em: <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0260063>.

*Além das leis: a luta nunca acaba, pela segurança das pessoas transgênero na educação*

Até então esquecidos pelas políticas educacionais, foi em 2014 que o Ministério da Educação autorizou o uso do nome social no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), garantindo o direito à identidade de gênero nas instituições educacionais. Outro avanço ocorreu em 2018, quando o Supremo Tribunal Federal reconheceu o direito à retificação legal de nome e gênero nos cartórios, sem necessidade de autorização judicial. Apesar de apresentar algumas evoluções importantes para a comunidade transgênero, tais políticas públicas não têm trazido a segurança necessária para o coletivo, visto que nenhuma dessas ações impediu que o país seguisse sendo o que mais mata pessoas transgênero desde de 2008, durante 15 anos seguidos, e em 2023 esse número teve um aumento de 150% em relação ao ano do início da coleta de dados (Benevides, 2024). Já a nível estadual, o Decreto Nº 56229, de 2021, enuncia sobre a reserva de vagas para as pessoas transgênero, pessoas com deficiência, pessoas negras e indígenas em concursos públicos e processos seletivos para contratação para cargos efetivos e empregos públicos, assim como para cargos temporários no Poder Executivo do Estado.

A educação sempre trouxe consigo o papel de principal meio de ascensão social e econômica, apresentando-se como o meio mais eficaz de ocupação de espaços e de visibilidade de uma comunidade, ofertando às pessoas o acesso à propriedade e ao embasamento teórico para discussões referentes às suas demandas e maior autoridade para reivindicações de seus direitos. Essa realidade não se mostraria diferente para a população transgênero. As políticas educacionais que buscam a inclusão dessas pessoas na universidade<sup>12</sup>, apesar de virem trazendo resultados, ainda mostram-se como um número muito inferior ao ideal. Ainda, segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (Antra, 2022), [...] *de acordo com informações sobre a situação educacional das pessoas trans, estima-se que cerca de 70% não concluiu o ensino médio e que apenas 0,02% encontram-se no ensino superior*. Não apenas isso, apesar desse público vir acessando e ocupando cada vez mais, mesmo que a passos curtos, os espaços de educação superior, um dos maiores desafios enfrentados por essas pessoas que, com dificuldade, ultrapassam essas estatísticas, é a permanência neste local, devido, principalmente, às questões psicológicas, violências veladas sofridas dentro e fora desses ambientes, bem como a questões externas ao âmbito educacional.

Dessa maneira, com o intuito de evitar a evasão das pessoas transgênero na Universidade Federal de Santa Maria, foi criada a *Casa Verônica*, a partir da resolução da UFSM Nº 064, de 03 de novembro de 2021, referente à Disciplina da Política de Igualdade de Gênero da UFSM. Definido a partir de uma consulta pública, contando com mais de 1.500 votos, obtendo 39% dos votos totais, o nome é uma homenagem a Verônica de Oliveira, ativista e defensora dos direitos das pessoas LGBTQIAPN+.

Tal local é um espaço multiprofissional vinculado ao Observatório de Direitos Humanos e à Pró-reitoria de Extensão da Universidade Federal de Santa Maria, localizado nos fundos da Biblioteca Central do *campus* sede da Universidade. Trata-se, principalmente, de um espaço para acolher as pessoas em situação de violência de gênero, mas

<sup>12</sup> Ver mais em: <https://antrabrasil.org/2020/12/17/nota-antra-cotas-universidades-pessoas-trans>.

não excluindo outros âmbitos. Tem como objetivo ser um centro de referência que promove a política de igualdade de gênero, enfrentamento e responsabilização em casos de violência e assistência. A casa está sempre aberta para recepção de ações da comunidade acadêmica e coletivos da Universidade que tenham interesse em desenvolver ações voltadas para as questões de gênero, tendo como foco oferecer atendimento psicossocial, orientação jurídica, rodas de conversa, oficinas, cursos, formações, etc.

No site da UFSM<sup>13</sup>, há informações de como se pode identificar os tipos de violências, números de assistência e também para que se estabeleça contato entre as pessoas que necessitam desses atendimentos com os profissionais da Casa Verônica.

#### *Adentrando nas responsabilidades das divas<sup>14</sup> na esfera política e cultural santa-mariense*

Na esfera política, Santa Maria conta com vinte e um vereadores de diversos partidos políticos que atuam em conjunto na Câmara de Vereadores da cidade. Segundo o Coletivo Voe<sup>15</sup>, até o ano de 2021, três vereadores possuíam assessoras parlamentares transgênero, totalizando quatro mulheres transgênero atuando no Legislativo da cidade. Logo, pode-se observar que a representatividade transgênero na política municipal vem se ampliando, gerando uma influência e identificação da comunidade LGBTQIAPN+ nas decisões políticas do município, o que constitui um ciclo que vai da intervenção e ampliação do poder para mais atuações e conquistas, que dão origem a mais intervenções e ampliações.

Cilene Rossi, mulher transgênero, assessora parlamentar da vereadora Marina Callegaro – responsável por protocolar o Projeto de Lei que institui o Janeiro Lilás<sup>16</sup>, mês da Visibilidade Trans em Santa Maria/RS, conta que o gabinete onde atua é um ponto de referência e acolhimento para as pessoas transgênero que buscam, principalmente, orientações jurídico-administrativas para o uso do nome social em documentos. No gabinete, são dadas as instruções necessárias e o encaminhamento para os cartórios da cidade, que efetuam os trâmites necessários de forma gratuita.

O Janeiro Lilás, instituído pela Lei nº 6537/2021, citada anteriormente, representa o mês da Visibilidade Trans em Santa Maria e tem seu nome derivado da fusão das cores da bandeira transgênero: azul claro, branco e rosa claro. Inspirada em uma campanha feita em Brasília, denominada *Travesti e Respeito*, no ano de 2004, e que gerou repercussão nacional, a Lei determina que durante o mês de janeiro os espaços públicos podem ser utilizados para atividades de conscientização, palestras, debates e audiências públicas para promover a igualdade, inclusão e o acesso aos mecanismos jurídicos para a proteção dos indivíduos transgênero. Além disso, para promover a visibilidade do movimento, a arquitetura e o urbanismo da cidade podem ser complementados com projetos de iluminação lilás em monumentos, edifícios, pontos turísticos e residências, a fim de trazer à tona a luta transgênero para o espaço construído. Ademais, em janeiro de 2023, a Estação Férrea da Gare abrigou um

13 Ver mais em: [www.ufsm.br/pro-reitorias/pre/observatorio-de-direitos-humanos/casa-veronica](http://www.ufsm.br/pro-reitorias/pre/observatorio-de-direitos-humanos/casa-veronica).

14 Expressão utilizada por Cilene Rossi para se referir a ela mesma.

15 Ver mais em: <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/pre/observatorio-de-direitos-humanos/coletivo-voe>.

16 Ver mais em: [https://diariosm.com.br/noticias/geral/janeiro\\_lilas\\_mes\\_da\\_visibilidade\\_trans\\_tera\\_programacao\\_em\\_santa\\_maria.512231](https://diariosm.com.br/noticias/geral/janeiro_lilas_mes_da_visibilidade_trans_tera_programacao_em_santa_maria.512231).

evento voltado para o público transgênero com a seguinte temática: *Saúde, Segurança Pública e Empregabilidade no contexto de pessoas trans*, tendo se estendido do dia 11 de janeiro até o dia 29 do mesmo mês – Dia Nacional da Visibilidade Transgênero.

#### *Como uma put@ mulher é vista no cenário musical*

Dentro do contexto de oportunidades de inserção na sociedade, é de conhecimento geral que pessoas cisgênero encontram muito mais oportunidades no cenário artístico comparado às pessoas transgênero, visto que tal cenário, muitas vezes, tem seu público limitado à própria comunidade, afinal, as pessoas, em sua maioria, retratam as suas vivências, criando, assim, uma identificação do grupo e, conseqüentemente, uma força perante às violências encontradas no meio. Entretanto, atualmente, as artes criadas por pessoas transgênero estão atingindo diversos públicos que, até então, não tinham contato direto com as criações artísticas da comunidade e, justamente pelo fortalecimento do grupo entre si, houve a ampliação de suas fronteiras.

[...]  
Eu tenho fé  
Que um dia vai ouvir falar de um cara que era só um Zé  
Não é noticiário de jornal, não é  
Hoje ele é uma put@ mulher  
[...]

O trecho da música *Meu mundo é o Barro*, interpretada pela cantora Urias, retrata o desejo de ser reconhecida pela sua música e, também, por ser uma artista transgênero. O uso do pronome ele, ao se referir a uma put@ mulher, é uma clara ironia a quem ainda relaciona sua imagem pessoal a de um homem cis, ilegitimando sua trajetória individual e artística pelo fato de ser uma pessoa transgênero. Sobre isso, ressalta-se que o final da década de 1960 e início da década de 1970 foi um período de resistência e confronto perante às ideologias carregadas culturalmente até então, possibilitando, assim, a formação de novos espaços que pudessem transpassar os comportamentos e costumes tradicionais (Mendes, 2011), isto é, as pessoas marginalizadas pela sociedade começaram a ocupar espaços, até então, inacessíveis para elas.

Com isso, o cenário da música também sofreu alterações, a exemplo do estilo musical rap que, a partir da década de 1980, começou a popularizar-se no Brasil, buscando, assim, uma personalidade própria (Teperman, 2015). O rap tornou-se, no território brasileiro, um símbolo de visibilidade das pautas de desigualdade social, racismo e violência de gênero, tomando seu lugar em meio aos estilos já consolidados no país, o que não foi diferente em Santa Maria/RS. Nesse cenário, o rap santa-mariense tem ganhado cada vez mais prestígio em eventos municipais e também tem se apropriado do espaço físico da cidade – a exemplo, tem-se o grupo Batalha da Roraima, que realiza batalhas de rimas ao longo da Avenida Roraima, no bairro Camobi.

Porém, apesar da grande notoriedade que o rap conquistou no território brasileiro, em especial em Santa Maria, o efeito *chiqueirinho*, já supracitado, manifesta-se até mesmo nos espaços que deveriam servir de apoio às minorias, como nas batalhas de rap.

[...] agora, quanto à visibilidade e inclusão dos LGBTQIAPN+ na cena: praticamente não tem, vejo pouquíssimos, ínfimos vestígios de representação. Em todas as batalhas só tem homem cis atacando um



aos outros, chamando de *viadinho*, *mona*, *mulherzinha*, sempre no deboche. Quando pessoas como nós tentam se inserir na cena são escanteadas, como se só servissem para fazer *backing* e vozinha melódica, não rima, porque rima é coisa de macho. Basicamente isso é o que vi e presenciei estando envolvido e presente nas batalhas que rolam na cidade. E quando tem mulher, é uma só e sempre rola piadinha machista.

Relato anônimo de um participante das batalhas de rap de Santa Maria, 2024.

A partir disso, destaca-se que a transfobia se relaciona diretamente com o machismo, já que o ato de *homens* atacarem as condutas ditas *femininas* ultrapassa a relação de binaridade e alcança o nível de descaso e julgamento com os comportamentos não heteronormativos (Oliveira; Lima; Gomes, 2018). No meio musical, infelizmente, é comum que o artista transgênero seja questionado sobre como ocorreu a ascensão de sua carreira, já que o pensamento de que há uma figura masculina por trás é frequente. Ainda, quando não ocorrem ataques verbais, como aqueles citados anteriormente no relato, tem-se o isolamento e a invisibilidade do indivíduo na cena.

Essa exclusão não é característica apenas do cenário musical, mas também de todos os campos que compõem a vida social e a produção artística nacional. Isso porque o controle do Estado passou de ser apenas em espaços de quatro paredes, onde sua população é prontamente sacrificada, para ser expresso pela exclusão e pelo molde do corpo LGBTQIAPN+ aos padrões heterocisnormativos vigentes e de interesse estatal (Agamben, 2002). Assim, ao transpor a esfera artística e entrar no campo urbanístico, essa segregação passa a influenciar na maneira como os espaços são ocupados pela população transgênero e como ocorrem as relações de identificação e pertencimento com o lugar.

*Território, ocupação e urbanismo: um fragmento sobre o processo de exclusão da população transgênero no espaço urbano*

Na contemporaneidade, o território é entendido como uma área multidimensional que une e estabelece relações entre as esferas política, econômica e cultural enquanto os agentes e grupos se articulam e geram processos de territorialização (e desterritorialização) em determinado espaço, criando um vínculo de pertencimento (Pina, 2023). Assim, na teoria, o espaço urbano é ocupado e ressignificado em diferentes escalas para múltiplos grupos sociais que, através da noção de poder, geram um processo de identificação com o meio em que vivem. Nesse contexto, um exemplo palpável da relação entre território-ser humano é o domínio de esquinas e setores de praças públicas por parte da população transgênero, que cria um forte apego e soberania nesses lugares, constituindo pontos de encontro entre membros da comunidade e, com isso, uma maneira de dizer: *esse espaço aqui é meu*.

É importante sinalizar que a ocupação desses espaços, principalmente no período noturno, tem sido alvo de grande debate, visto que é necessária uma interpretação para além do contraste noite-dia. Isso porque, na ótica de gênero, há um pensamento da cidade além do período diurno, em que o sexo, a pornografia e a prostituição acabam por representar uma maneira própria de ocupação e apropriação do espaço urbano (Silva, 2021). Desse modo, o entendimento do processo de ocupação da população transgênero é um reflexo das práticas urbanísticas que têm sido empreendidas e que, de certa forma, têm marginalizado cada vez mais esse grupo em questão, visto que

esses ambientes e a população transgênero transgridem a concepção de gênero estabelecida e formam seus próprios territórios de resistência e de *abjeção*, resistindo à lógica imposta pela heterocisnormatividade (Pile, 1997 *apud* Silva, 2021).

A segregação desses indivíduos e espaços são, de acordo com Miskolci (2017), um espelho da ordem arquitetônica, a qual utiliza tecnologias de construção de gênero e, portanto, de descriminalização. Nesse contexto, o urbanismo empregado nas cidades visa a reprodução e a hegemonização desses conceitos, principalmente no planejamento de espaços públicos seguros para todos os usuários, criando territórios de abjeção que são negligenciados e excluídos da lógica de ocupação, e que carecem de atratividades. Logo, por resistirem às normativas difundidas pela sociedade, as zonas de ocupação e de pertencimento criadas pelos grupos transgêneros são excluídas nas iniciativas urbanísticas de integração e disseminação de cultura, perspectivas e experiências diversas, contribuindo para a perpetuação de estereótipos de gênero e, principalmente, de preconceito.

*O massacre dos vaga-lumes: o preconceito e a heterocisnormatividade na invalidação da identidade e do corpo transgênero*

No entanto, por trás de uma cena otimista quanto à conquista de espaço e visibilidade da comunidade transgênero na sociedade, há uma cultura conservadora e preconceituosa que rege os valores e ideias dominantes no espaço. Dito isso, a cidade, sendo uma imagem refletida da sociedade, adota a heteronormatividade como norma e rejeita os corpos dissidentes, isto é, aqueles que não se inserem no padrão sexual definido como norma (Miranda, 2018). Nesse sentido, a naturalização desse padrão de pensar e projetar patriarcal presume controlar e disciplinar a experiência corporal a partir de estruturas de poder e controle (Foucault, 2000 *apud* Pina, 2023) representada na dissociação da vida privada e pública e na generalização do grupo que não segue a normativa imposta (Pina, 2023).

Diante disso, ao indagar Cilene Rossi a respeito das mudanças positivas ou não que ela, como uma mulher transgênero, tem presenciado na sociedade nas últimas décadas, ela conta:

[...] Agradeça a nós, mulheres mais vividas, digo mulher... porque mulher é quando tu já passou dos 35 anos, que é a faixa etária da expectativa de vida de uma mulher transgênero. Então tu deixa de ser uma menina, passou dessa faixa que é a estatística da mortalidade das mulheres trans, tu passa a ser uma mulher trans e uma mulher empoderada. Eu vejo muitas coisas positivas na questão de alguns direitos garantidos né, tanto com o governo federal, estadual e municipal. Teve sim alguns avanços. Obviamente que o preconceito é uma coisa que tá dentro de cada ser humano e que mesmo com muita luta não é fácil de lutar contra [...] porque como eu falei, é um sentimento... triste, feio, vergonhoso, mas que vem de cada ser humano. Inclusive, eu costumo dizer que a primeira escola é a nossa família, é dentro de casa, já vem de berço, tu já traz esse sentimento de dentro da tua casa junto com a tua família, então os pais são um espelho dos filhos futuros [...] então essa dali já seria uma das visões negativas que eu tenho, é o preconceito e a falta de inclusão na sociedade que é o que tá muito difícil.

Relato de Cilene Rossi, 2024.

Ainda, ao adentrar as normativas que regem o comportamento dos brasileiros – e que também são responsáveis pelos preconceitos e estigmas, o ódio e a rejeição do corpo transgênero, principalmente de uma mulher transgênero –, é possível perceber a existência de uma intrínseca ligação com o machismo e a violência contra a mulher não transgênero, visto que o desprezo tem origem no gênero, e não na sexualidade (Bento, 2016). Na típica cidade rio-grandense, onde há a perpetuação da imagem do *gaúcho raiz*, nostálgico e de personalidade forte, o machismo se faz presente no momento em que o homem não consegue se libertar do ideal de masculinidade difundido em tais *valores* e não consegue conceber a ideia de uma mulher independente da figura masculina patriarcal e autoritária (Balieiro; Miskolci, 2020). E, é nessa conjuntura que o homem, em uma expressão máxima da sua *virilidade* e do seu poder incumbido por toda a retrospectiva histórica sobre ele, afirma sua autoridade sobre mulheres cis, mulheres transgênero e até mesmo sobre homens que não exalam a mesma masculinidade que ele.

Além disso, outro fator que ajuda a compreender o preconceito que ronda por Santa Maria é o medo da exposição e da humilhação pública dos homens perante seus desejos e interações sexuais que possam comprometer sua imagem diante do corpo social. A cidade, situada na região central do estado do Rio Grande do Sul, é considerada média, com cerca de 271.735 habitantes (IBGE, 2022), e ainda possui áreas interioranas em que é popular a máxima *todo mundo conhece todo mundo*. Assim, além da herança patriarcal já citada, a contradição de desejos e interesses, que vão desde a excitação até a vergonha, acarreta em um estado emocional vulnerável que pode partir para a hostilidade e a necessidade de eliminar as testemunhas dessas situações que ameaçam a noção de poder (Balieiro; Miskolci, 2020). Afinal, como os desejos sexuais de um homem irão se tornar públicos para a sociedade se não haverá ninguém para contá-los?

Apesar desses fatores não fornecerem explicações concisas sobre a violência de gênero contra pessoas transgênero em diferentes escalas de análise (cidade, estado, nação), eles orientam a compreensão das profundas camadas envolvidas na cultura do preconceito e na perpetuação dessa problemática. Como já evidenciado, o cenário de Santa Maria é promissor nos avanços em acolhimento e na inclusão desse público na cidade, seja por meio de instituições, seja por meio da conquista de espaços na cena pop e no legislativo do município. No entanto, isso não tem sido o bastante para cessar as ondas de ódio embutidas no discurso e na escalada da violência física.

Caroline, Mana, Verônica, Selenia e Morgana. Cinco mulheres transgênero empoderadas que, nessa ordem, foram brutalmente assassinadas em menos de cinco meses na cidade de Santa Maria, entre setembro de 2019 e janeiro de 2020. Todos os crimes foram cometidos por homens cis e com violência extrema, evidenciando a crueldade que o corpo transgênero é eliminado da sociedade (Oliveira, 2021). Nesse viés, é necessária uma análise multifatorial para compreender o discurso de ódio e a agressão por trás desses episódios. Porém, é notável a influência do machismo e da crescente ascensão da extrema direita, dita *conservadora*, no poder e na consolidação do pensamento de supremacia do homem cis e seus costumes diante dos demais corpos que não aqueles que atendem à normativa predominante.

Esses fatores demonstram como a cidade, ambiente em que se supõe a convivência, a existência e a possibilidade de constituir relações interpessoais entre todos os indivíduos que ali residem com harmonia e respeito às diversidades, é, na verdade,

um ambiente em que segmentos sociais tidos como abjetos são constantemente marginalizados, evidenciando a diferença entre existir na cidade e possuir, de fato, a alcunha de cidadão (Miranda, 2018). Assim, a mera existência do corpo transgênero em ambientes públicos causa repulsa à sociedade cisnormativa, que se utiliza do discurso para insinuar que pessoas transgênero são perigosas, doentes, agressivas, delinquentes e influenciadoras, *uma laranja podre que pode contaminar todas as outras do cesto*. Com isso, usam-se da violência para eliminá-las, assim como ocorreu com as vítimas de Santa Maria.

Além do preconceito, a pessoa transgênero ainda vive outra maneira de inferiorização que, de acordo com Judith Butler (2000), é a de abjeção. As abjeções são zonas inabitáveis da vida em sociedade, são aqueles indivíduos que, apesar de estarem presentes, não são caracterizados como sujeitos, interferindo diretamente na sociabilidade e na cidadania. Esses indivíduos, invisíveis aos olhos da cidade, só possuem vida em ambientes privados, em quatro paredes, sendo repelidos do acesso aos espaços públicos que, quando ocorre, dá-se em ambientes boêmios e erotizados (Miranda, 2018). Assim, a cidade, que deveria ser o local de inclusão e de trocas, acaba tornando-se um ambiente controlado por valores morais de uma sociedade dominada por valores heterocisnormativos, os quais também controlam e (des)validam os corpos.

Mas, apesar disso tudo, há resistência à subordinação dos corpos. De acordo com Didi-Huberman (2011, p. 23), a multidão de corpos são *vaga-lumes, seres luminescentes, dançantes, erráticos, intocáveis e resistentes enquanto tais*, ou seja, são corpos cuja mera existência afronta a hegemonia e busca incansavelmente pelos seus direitos. Logo, é necessário que a sociedade, em sua totalidade, renove seus conceitos a respeito dos valores e morais vigentes, adquirindo conhecimentos sobre a comunidade transgênero com respeito e empatia, já que, ainda de acordo com Didi-Huberman (2011, p. 52):

[...] Seria criminoso e estúpido colocar os vaga-lumes sob um projetor acreditando assim melhor observá-los. Assim como não serve de nada estudá-los, previamente mortos, alfinetados sobre uma mesa de entomologista ou observados como coisas muito antigas presas no âmbar há milhões de anos. Para conhecer os vaga-lumes, é preciso observá-los no presente de sua sobrevivência: é preciso vê-los dançar vivos no meio da noite, ainda que essa noite seja varrida por alguns ferozes projetores. Ainda que por pouco tempo. Ainda que por pouca coisa a ser vista: é preciso cerca de cinco mil vaga-lumes para produzir uma luz equivalente à de uma única vela.

Georges Didi-Huberman, em *Sobrevivência dos vaga-lumes*, 2011.

## Discussão

*Um excerto sobre identidade e noção de pertencimento das pessoas transgênero na cidade*

Pessoas – ditas seres sociais –, mais do que apenas buscar, necessitam sentir-se parte integrante da comunidade. Ainda assim, existe uma parcela silenciada, cuja própria sociedade definiu seu lugar habitável: um ambiente muito distante da visibilidade social. Lutando contra tal definição de *lugar adequado a quem*, as pessoas transgênero seguem construindo espaços de resistência e pertencimento na cidade,



seja através de grupos de apoio, na organização de eventos culturais, ou na luta por políticas públicas mais inclusivas.

Em um plano teorizado por Lynch, em 2006, a cidade é vista como uma entidade social e política, organizada a partir da arquitetura, com a adição de elementos dinâmicos (as pessoas), suas atividades e interações. De forma convergente, tende-se a adotar a ideia de que o pertencimento surge, conseqüentemente, como sentimento compartilhado por todos os integrantes desse corpo dinâmico de seres. A realidade, no entanto, demonstra, através da setorização moral dos espaços, que essa é uma perspectiva meramente utópica.

Não é possível apontar o pertencimento como uma sensação cultivada entre pessoas transgênero em relação às suas cidades quando seus relatos abordam o desconforto em desfrutar do uso de estruturas e serviços públicos, como banheiros, transportes e até mesmo espaços comerciais. Não existe tratamento humanizado quando seu direito a serviços de saúde é burlado e torna-se necessário delimitar sua forma de se expressar, vestir e até mesmo portar, de modo a evitar agressões. Não há validação de identidade em ambientes onde a transfobia impacta o comportamento das pessoas transgênero.

A cidade-modelo de Lynch (2006) não conta com este grupo específico, o qual é abraçado, na grande maioria dos casos, pelas ruas e periferias, ou pelo confinamento em quartos e ambientes privados, e assim, pela invisibilidade. Isso é nítido no cenário da cidade de Santa Maria, onde a revitalização de alguns espaços públicos, que deveria ser pensada para ampliar a qualidade de vida urbana, acabou por impedir a população transgênero de usufruir de locais que anteriormente utilizava.

Tal ocorrência se exemplifica em pequenos parques e praças que, muitas vezes pouco movimentados, viravam ponto para prostituição. Esta é uma questão extremamente sensível, já que essa atividade é o trabalho de muitas pessoas transgênero, as quais, conforme já especificado, por não terem seus direitos garantidos, acabam assumindo essa como única opção de sobrevivência.

O fato é que tais espaços não são vistos positivamente no meio urbano, já que acabam concentrando a criminalidade. Contudo, revitalizar essas praças virou sinônimo de expulsar pessoas transgênero. Sabe-se que solucionar tal questão envolve políticas públicas e um engajamento amplo, porém, o que deveria ser feito no contexto do planejamento urbano é acolher essa parcela da população e pensar um espaço que possa ser utilizado com dignidade por ela. Assim como qualquer família que possivelmente iria utilizar essas praças após sua revitalização, pessoas LGBTQIAPN+ também precisam de espaços para permanência, para reunião com amigos, lazer e recreação. Nessa mesma linha de argumentação, Cilene Rossi pontua sobre as mudanças no espaço urbano de Santa Maria:

[...] muitas mudanças que não nos beneficiaram (em referência à população LGBTQIAPN+), algumas praças das quais fomos destituídas, proibidas de frequentar pois eram em área hospitalar, né, onde as mulheres trans ficavam umas trabalhando, outras iam para se reunir ali para conversar, trocar ideias, brincar...mas nós fomos expulsas, enxotadas deste local. [...] Mais ali para a área central nós tínhamos também locais onde nós nos encontrávamos, daí com mudanças que houve esses locais foram removidos, né, então para

nós ficou bem prejudicial.

Relato de Cilene Rossi, 2024.

Entende-se que existem previsões de utilização para cada área e que determinadas normas de uso devem ser seguidas, mas também se faz necessária a inclusão de todos. Caso determinado espaço se torne inadequado, ele deve ser replanejado e remanejado, sem que isso signifique promover a exclusão daqueles que o utilizavam, e este é um desafio para os arquitetos, urbanistas e paisagistas: pensar em um espaço urbano integrador.

Para além do debate acerca do planejamento urbano, mas ainda em relação aos espaços públicos, um problema relativo à infraestrutura urbana foi, por vezes, apontado entre os entrevistados como um fator-chave que acaba afastando a população transgênero do ambiente urbano: a precária iluminação pública. Isso, aliado à falta de patrulhamento e pontos de guarda, corrobora para a perpetuação da violência nas ruas.

No intuito de sanar as falhas citadas, há muito a ser feito para garantir que todos tenham igualdade de oportunidades e acesso a serviços adequados. Mas, tal premissa requer o engajamento contínuo de autoridades locais, instituições públicas, organizações da sociedade civil e da própria comunidade para combater o preconceito e promover a inclusão em todos os aspectos da vida na cidade.

Como caminho a ser seguido, reforça-se a defesa da criação de espaços onde as pessoas transgênero se sintam aceitas, respeitadas e valorizadas. Isso é crucial para promover bem-estar, integração social e, conseqüentemente, devolver à Santa Maria a simbologia de seu título *Cidade Cultura*. Essa é a cidade que todos querem, vista com afeto pelos seus habitantes, conforme Cilene Rossi destaca:

Mesmo com todas as adversidades, eu acredito que como as outras pessoas trans ou a maioria delas, continuo amando a nossa cidade, porque é aqui que a gente mora, é aqui que a gente vive, é aqui que a gente convive com as pessoas, com os amigos e familiares.

Relato de Cilene Rossi, 2024.

Ademais, tal convivência com pessoas queridas dialoga diretamente com os apontamentos já feitos e abre espaço para outra questão: a reestruturação da cidade. Tal ação é complexa, mas pode iniciar de forma simples: ampliando a inserção das Casas de Acolhimento especializadas ao público transgênero, as quais são espaços que buscam ser sinônimo de harmonia, calma, afeto e segurança, tal qual esperado da cidade-lar.

*Do acolhimento: a cidade de Santa Maria em busca da construção de um Centro de Acolhimento para as pessoas LGBTQIAPN+*

No panorama santa-mariense, mesmo permeada por violência, preconceito e toda uma conjuntura que incentiva a exclusão, a resiliência da comunidade transgênero, aliada a todos os que lhe oferecem amparo, consegue manter em pé alguns pontos de esperança na cidade. Nesse viés, é impossível falar sobre avanços nos serviços de atendimento às pessoas transgênero em Santa Maria sem citar o Ambulatório Transcender e o Ambulatório Transsexualizador do Hospital Casa de Saúde. O primeiro funciona como um espaço de acolhimento a nível municipal, e o segundo efetua um atendimento mais amplo para diversas cidades riograndenses da região e do entorno.

Assim sendo, considerando os serviços ofertados por cada um dos ambulatórios, tem-se que eles juntos abrangem atendimento médico com profissionais das mais diversas áreas, como ginecologista, clínico geral, fonoaudiólogo, psicólogo, assistente social, psiquiatra, enfermeiro, endocrinologista e urologista. O surgimento desses ambulatórios marcou a consolidação primordial do atendimento a este tipo de demanda em uma região interiorana do estado, evitando deslocamentos à capital gaúcha, que até então eram obrigatórios.

É necessário evidenciar, no entanto, que o serviço implementado pelo Programa Assistir<sup>17</sup>, por meio de recursos estaduais, foca no atendimento clínico e psicossocial das pessoas que queiram fazer a transição de gênero com tratamento hormonal. Caso o paciente opte por passar por um procedimento cirúrgico para efetuar a redesignação sexual – que consiste na alteração das características físicas da genitália – haverá um encaminhamento para uma clínica que efetue o procedimento, embora já exista em Santa Maria verba autorizada para a realização de procedimentos estéticos e cirúrgicos, conforme informações de profissionais do Ambulatório Transcender.

Em relação ao Ambulatório Transcender, destaca-se que o espaço também conta com encontros de grupos temáticos de acolhimento (adolescentes, arteterapia, adultos, afirmação de gênero). Portanto, além da atuação na área da saúde, o ambulatório também desenvolve um importante papel social. Ainda, dentre as pessoas transgênero que se dispuseram a relatar suas experiências com os ambulatórios, observou-se que, em geral, há uma positividade relacionada aos profissionais dos espaços, descritos como atenciosos, aos grupos de apoio que disseminam força e à interação com outras pessoas transgênero. Assim, destacam-se alguns fragmentos acerca das experiências individuais:

E foi uma experiência muito boa realmente ouvir o relato de outras pessoas trans, sem ser pela internet. Acho que essa parte pra mim foi um ponto muito positivo: ter esse convívio. Além disso, eles buscam se certificar de que a pessoa trans seja a protagonista da sua transição [...].

Relato anônimo, 2024.

Acerca do atendimento, explicou-se que as pessoas chegam aos ambulatórios principalmente por meio dos grupos de apoio, onde elas encontram acolhimento quando decidem seguir com a transição. Inicialmente, ocorre uma *consulta de acolhimento*, na qual um profissional irá reconhecer as necessidades do paciente, conforme relatado:

Primeiro eles fazem uma consulta chamada de consulta de acolhimento, em que um profissional (comigo foi a enfermeira chefe de lá) vai conversar contigo, conhecer, saber quais são as tuas necessidades, tanto de saúde física, quanto psicológica, e dali poder agir em tudo o que tu precisar [...].

Tipo, te acolher mesmo, porque muitas pessoas trans passam por situações de desabrigo, prostituição e tal, e a ideia lá é que eles consigam te dar o amparo geral.

Relato anônimo, 2024.

Na sequência, através de diálogo com o profissional e acompanhamento psicológico, o paciente poderá ser encaminhado à Casa de Saúde, onde ocorrem as consultas para ser iniciado o processo de hormonização. Já o procedimento de redesignação é mais sensível: deve haver um período de acompanhamento hormonal para poder ser efetuado o encaminhamento para a clínica que conduzirá o procedimento.

Além disso, ressalta-se que, em um patamar de destaque, ao lado dos ambulatórios, estão as ONGs atuantes na cidade. Permeadas por história, tanto na resistência quanto na busca incessante pela garantia e ampliação de direitos da população LGBTQIAPN+, citam-se três organizações santa-marienses, com ênfase em uma delas que atende diretamente a comunidade acadêmica da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), fornecendo acolhimento e espaços para convivência e debates. Sediada em um espaço físico no Campus da UFSM, e atendendo pessoas que têm algum tipo de ligação com a instituição, a Casa Verônica é protagonista na integração das pessoas transgênero e terá sua atuação elucidada em uma discussão especial nas páginas seguintes do presente artigo.

Ainda, atuando em linha similar à Casa Verônica, a ONG Igualdade<sup>18</sup> está presente na cidade de Santa Maria desde o ano de 2002. Seu propósito é combater todas as formas de preconceito, tanto de gênero quanto racial, sexual e social. As ações desta ONG conseguem mobilizar parcela significativa da população, fato comprovado através da conquista do Ambulatório Transexualizador, uma luta na qual a Igualdade se fez presente. Para além da mobilização, a ONG é sempre apontada como referência entre a comunidade LGBTQIAPN+.

Outra organização cujo realce se faz fundamental é o Coletivo Voe, atuante desde o ano de 2011 na cidade. Preocupado em lutar contra machismo, misoginia, racismo, transfobia, homofobia, lesbofobia e demais formas de opressão relacionadas ao gênero e à orientação sexual, o Coletivo Voe é formado por pesquisadores, estudantes e ativistas que têm como pauta a defesa da diversidade sexual e de gênero, incentivando debates sobre corpo, gênero e sexualidade.

Seguindo os mesmos objetivos de apoio às pessoas LGBTQIAPN+, existe, em Santa Maria, uma Casa de Acolhimento para pessoas em situação de vulnerabilidade social, com um espaço específico para pessoas transgênero, porém, não muito bem demarcado. Infelizmente, existem diversos relatos denunciando a falta de segurança neste espaço, principalmente por abrigar pessoas de múltiplos gêneros e orientações, uma vez que é aberto a todos os que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Assim, locais especializados no atendimento, organizações e grupos de acolhimento são vitais para a comunidade transgênero. Com isso, espera-se que, através da disseminação de informações sobre tais ambientes, eles possam alcançar a visibilidade merecida, no intuito de cumprir seus objetivos traçados e auxiliar o maior número possível de pessoas, não criando *chiqueirinhos*, mas sim ambientes propícios à vivência.

17 Ver mais em: <https://saude.rs.gov.br/programa-assistir>.

18 Ver mais em: <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/pre/observatorio-de-direitos-humanos/ong-igualdade>.



Diante do exposto, não há a mais remota possibilidade de questionamento ou contra-argumentação acerca da importância e, mais do que isso, da necessidade de atuação desses grupos e da sociedade como um todo na busca pela construção de um Centro de Acolhimento realmente abrangente para a população LGBTQIAPN+ na cidade de Santa Maria/RS.

## Conclusão

Depreende-se, a partir do exposto, que as instituições voltadas ao público transgênero, sejam elas de ordem pública ou privada, como as ONGs citadas e a Casa Verônica, desempenham um papel crucial no acolhimento e suporte à comunidade de Santa Maria. Suas existências demonstram a importância de criar espaços inclusivos que promovam conforto sensorial e a apropriação do espaço urbano, essenciais para o bem-estar e a integração social dessas pessoas. No entanto, apesar de alguns avanços, há muito a ser feito em diversos setores da sociedade para garantir uma inclusão verdadeira e significativa.

Constata-se, ainda, que a formação de um território é multidimensional, visto que integra aspectos políticos, econômicos e culturais. Assim, compõe-se um espaço no qual grupos se articulam e criam vínculos de pertencimento. A população transgênero de Santa Maria, protagonista do presente artigo, se apropria desses espaços urbanos, criando uma forte noção de identidade de grupo. Contudo, infelizmente, tais espaços são excluídos dos investimentos arquitetônicos e urbanísticos, haja vista que desafiam a heterocisnormatividade.

Desse modo, viu-se que o designado urbanismo tradicional, excludente a todo e qualquer comportamento não conformativo aos padrões, incentiva a perpetuação de estigmas e preconceitos. Assim, é imperativo que haja um esforço contínuo no intuito de criar e manter espaços públicos que sejam inclusivos e acolhedores para todas as identidades de gênero, sem restrições superficiais e preconceituosas, dispondo dos preceitos da arquitetura e urbanismo como ferramenta para cumprir tal objetivo.

De modo similar ao que ocorre na espacialidade santa-mariense, ainda existem múltiplas barreiras que também fragilizam o acesso a cuidados médicos adequados para pessoas transgênero. Embora existam avanços, como o reconhecimento do nome social no Sistema Único de Saúde (SUS) em 2006 e as portarias de identidade de gênero e orientação sexual na saúde em 2008, as mudanças esperadas devem ser mais amplas e abrangentes.

Nesse viés, os desafios do acesso à saúde resultam em altos índices de problemas de saúde física e psicológica, ampliando o estigma imposto à população transgênero. Considerando-se isso, a promoção de um atendimento de saúde mais inclusivo e respeitoso, que leve em consideração as necessidades específicas da população transgênero, é vital para garantir o seu bem-estar e depende de iniciativa pública e preparo dos profissionais.

Outra esfera fundamental para a integração plena na sociedade é o direito de acesso à educação. Exemplos claros de passos importantes são a autorização do uso do nome social pelo Ministério da Educação no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), a partir de 2014, e o reconhecimento legal de nome e gênero pelo Supremo Tribunal

Federal (STF) em 2018. No entanto, apenas 0,02% das pessoas transgênero estão em cursos de ensino superior, enfrentando constantes violências e desafios psicológicos.

Reitera-se, portanto, que tais iniciativas foram fundamentais, mas insuficientes se forem analisadas isoladamente. No cenário das Universidades Públicas, tem-se um exemplo de acolhimento no próprio município de Santa Maria: é o caso da Casa Verônica, que oferece suporte psicossocial e orientação jurídica. Logo, apesar de essas organizações serem essenciais, ainda há a necessidade de políticas mais amplas e inclusivas que garantam a segurança e o respeito nas instituições de ensino e que partam do sistema que precisa proteger todos os cidadãos sob seu domínio: o Estado.

No que tange à inclusão de pessoas transgênero no mercado de trabalho, limitações e discriminação ainda são persistentes. No caso do estado do Rio Grande do Sul, no ano de 2021 foi decretada a reserva de vagas para transgêneros em concursos públicos. Já no âmbito da cidade de Santa Maria, leis municipais como Janeiro Lilás e a Lei Verônica, que intuem visibilidade e combate à violência, foram aprovadas. A promoção de uma cultura de inclusão no ambiente de trabalho e a valorização da diversidade são essenciais para garantir que as pessoas transgênero possam viver e trabalhar com dignidade, em qualquer esfera e abrangência territorial.

Apesar da gama de desafios, os quais não podem ser listados em sua totalidade por restrição numérica de páginas em um documento qualquer, a resistência à subordinação dos corpos transgêneros segue sendo evidente. Inspirados por Didi Huberman (2011), podemos comparar essa resistência à dos *vaga-lumes*, seres luminescentes, dançantes, erráticos, intocáveis e resistentes. Similarmente aos *vaga-lumes*, que brilham e dançam em meio à escuridão, a mera existência dos corpos transgêneros afronta a hegemonia e busca incansavelmente seus direitos. Para compreendê-los verdadeiramente, é necessário observar e respeitar sua luta contínua pela sobrevivência e inclusão.

Sinteticamente, mesmo que alguns avanços tenham ocorrido, a luta pela inclusão e reconhecimento da comunidade transgênero está longe de ter um fim. A sociedade precisa dirigir esforços no combate ao preconceito e na promoção da inclusão em todos os aspectos da vida urbana, garantindo que todos os indivíduos possam viver com dignidade e respeito.

Em vista do estudo realizado e das diversas narrativas coletadas, é possível, portanto, desenterrar a realidade da população transgênero e trazer à tona a discussão sobre a manifestação e a presença desse grupo no território urbano, bem como os diversos fatores que influenciam no acolhimento – ou não – por parte da sociedade. Dito isso, espera-se que este trabalho possa contribuir e incentivar novas discussões, bem como a divulgação da temática, a qual é extremamente necessária para promover a inclusão e auxiliar no projeto de espaços que atendem, de fato, todo o corpo social.

## Referências

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua*. Editora UFMG. Tradução Henrique Burigo, Belo Horizonte, 2007. Tradução de Homo Sacer, II Potere E La Nuda Vita I.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO BRASIL – ANTRA. *Nota da ANTRA sobre cotas e reservas de vagas em universidades destinadas às pessoas trans*. ANTRA, 2022. Disponível em: <https://antrabrasil.org/2020/12/17/nota-antra-cotas-universidades-pessoas-trans/>.

BENTO, Berenice. Transfeminicídio: violência de gênero e o gênero da violência. *Dissidências sexuais e de gênero*, v. 1, p. 7-240, 2016.

BENEVIDES, Bruna G. *Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023*. Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, p. 45, 2024. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2024/01/dossieantra2024-web.pdf>.

BALIEIRO, Fernando de Figueiredo; MISKOLCI, Richard. Morte em Santa Maria: cidade vive escalada de violência de gênero. *SUL 21*, 9 jan. 2020. Disponível em: <https://sul21.com.br/opiniao/2020/01/morte-em-santa-maria-cidade-vive-escalada-de-violencia-de-genero-por-fernando-de-figueiredo-balieiro-e-richard-miskolci/>.

BRAZ, Denise Garrido de Carvalho *et al.* Vivências familiares no processo de transição de gênero. *Acta paul. enferm.*, São Paulo, v. 33, 2020. Disponível em [http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-21002020000100452&lng=pt&nrm=iso](http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002020000100452&lng=pt&nrm=iso).

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, G. L. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Sobrevivência dos vaga-lumes*. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

FACCHINI, Regina. *Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. Rio de Janeiro: Garamond, p. 25-56, 2005.

IMPÉRIO dos sonhos. Direção: David Lynch. Produção: Laura Dern, Mary Sweeney. Absurda, Studio Canal, Fundacja Kultury, Camerimage Festival, 2006.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Cidades e Estados*. IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/santa-maria.html>.

MENDES, Luís Filipe. Políticas do Espaço: Arquitetura, Gênero e Controle Social. *Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero*, v. 2, n. 1, p. 153-157, 2011. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rlagg/article/download/1934/1908>.

MIRANDA, Davi. A cidade dos invisíveis: a transfobia como um instrumento de segregação social e urbana. *Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero*, v. 9, n. 2, p. 331-347, 2018. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/12854>.

MISKOLCI, Richard. *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. Autêntica, 2017.

OLIVEIRA, Diéssica Vargas. *Caroline, Mana, Verônica, Selena e Morgana: uma análise sobre o transfeminício e as vidas que (não) importam em Santa Maria - RS*. 2021. Artigo (Mestrado em Estudos de Gênero) – Curso de Pós-Graduação em Estudos de Gênero - Universidade Federal de Santa Maria. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/21078>.

OLIVEIRA, Rosane Cristina de; LIMA, Jacqueline de Cássia Pinheiro; GOMES, Raphael Fernandes. Machismo e discurso de ódio nas redes sociais: uma análise das “opiniões” sobre a violência sexual contra as mulheres. *Revista Feminismos*, v. 6, n. 1, 2018. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/85367990/17895.pdf>.

PILE, Steve. *Geographies of resistance*. Psychology Press, 1997.

PAGNAN, Redson. *Corpos Trans e os Lugares que (não) podem ocupar : o discurso de Linn da Quebrada e a produção de sentidos na cidade*. 2019. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Curso de Pós-Graduação em Linguística - Universidade de Franca. Disponível em: [https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CUB\\_a3c464134b3d44ca39dc3cb7ced2c227](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CUB_a3c464134b3d44ca39dc3cb7ced2c227).

PAGNAN, Redson. Do Não-Lugar ao Lugar Antropológico: Práticas insurgentes no território das pessoas trans em situação de rua. *Pixo: Revista de Arquitetura Cidade e Contemporaneidade*, v. 8, n. 28, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/pixo/article/view/26588>.

PINA, João Pedro Oliveira Pompeu de. Vaga-lumes: a cidade noturna e os corpos dissidentes. A pegação no Aterro do Flamengo. *Revista Pixo*, Pelotas, v. 7, n. 25, p. 174-198, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/pixo/article/view/25516>.

SANTA MARIA (Cidade). Câmara de Vereadores. *Lei n. 6537/2021, de 11 de maio de 2021*. Diário Oficial da União, Santa Maria, 20 de maio de 2021.

SANTOS, Alana Carla Berto et al. A Vulnerabilidade LGBTQIA+ e a necessidade da criação de casas de acolhimento no Brasil. *Diversitas Journal*, v. 8, n. 1, 2023. Disponível em: [https://www.diversitasjournal.com.br/diversitas\\_journal/article/view/2113](https://www.diversitasjournal.com.br/diversitas_journal/article/view/2113).

SENNA, Ariane de Moreira. *A solidão da mulher trans, negra e periférica: uma (auto) etnografia sobre relações socioafetivas em uma sociedade cisheteropatriarcal*. 2021. Dissertação (Mestrado do programa Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Estudos Afro-Orientais, Universidade Federal da Bahia. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/34369>.

SILVA, Áureo Rosa da. Territorialidade queer: território e corpo no centro de Goiânia. *Revista de Arqueologia Pública: Revista eletrônica do Laboratório de Arqueologia Pública de Unicamp*, v. 16, n. 1, p. 166-184, 2021. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7985205>.

SOUZA, Martha Helena Teixeira de et al. Itinerários terapêuticos de travestis da região central do Rio Grande do Sul, Brasil. *Ciência & saúde coletiva*, v. 19, p. 2277-2286, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/7tFBFzZhJtR9RWZvbvcRFxC/?format=html&lang=pt>.



TEPERMAN, Ricardo. *Se liga no som: as transformações do rap no Brasil*. São Paulo: Claro Enigma, 2015, Coleção Agenda Brasileira.

VIDAL, Júlia Silva; DA PAIXÃO, Olívia Vilas Bôas. Travestilidade, Prostituição e Encarceramento: Negação de Direitos e “Gestão de Illegalismos”. *Revista do CAAP*, v. 22, n. 2, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/caap/article/view/47060>.

# CORPOS INVISÍVEIS

## A corpografia presente na situação de rua

UNSEEN BODIES

*Homelessness in the context of the corpography*

Ramon Leme<sup>1</sup> e Hélio Hirao<sup>2</sup>

### Resumo

O artigo se refere ao corpo trans que habita a cidade, reconhecer como acontece a sua relação com a cidade por meio da prática corpográfica urbana na cidade de Presidente Prudente/SP, com o intuito de apreender a relação entre corpocidade e a perspectiva do pesquisador em questão com o referencial teórico de Paola Jacques e Fabiana Britto, de como a corpografia e etnografia se aproximam na prática da deriva e cartografia e de maneira a mapear o cotidiano dessas pessoas. A pesquisa se dá através da identificação e reconhecimento das conexões e fluxos nos espaços públicos estudados, expressos por fotografias e colagens, produzindo cartografias corpográficas.

Palavras-chave: trans, corpocidade, corpografia, direito à cidade, população de rua.

### Abstract

*The article explores the presence of transgender bodies in urban spaces and their interactions with the city through the practice of urban corporeal mapping in Presidente Prudente, São Paulo. The objective is to explore the interaction between body and city (corpocidade) from the researcher's perspective, drawing on the theoretical frameworks of Paola Jacques and Fabiana Britto. These frameworks emphasize the intersection of corporeal mapping and ethnography, employing methods such as drifting and cartography to map the daily experiences of transgender individuals. The research focuses on identifying and understanding the connections and flows within the examined public spaces, which are expressed through photographs and collages, to create corporeal cartographies.*

*Keywords: trans people, corpography, corporeal mapping, urban spaces, homeless.*

### Ação

Os direitos humanos desempenham um papel vital na jornada humana e procuram defender a dignidade inerente a cada ser humano. Segundo as reflexões de Garcia e Lazari (2015), esses direitos são indispensáveis para proteger os aspectos mais fundamentais da condição humana. Dessa forma, representa a busca contínua da dignidade humana. Além disso, é um atributo para todo ser humano que o protege da discriminação e de tratamentos inadequados, como também lhe garante uma condição mínima de vida. Assim, o Estado possui duas obrigações principais: proteger a dignidade da pessoa humana e cumprir o dever de respeitar, o que significa limitar a ação das autoridades públicas; e salvaguardar, o que inclui proporcionar as condições materiais necessárias para promover a dignidade da pessoa (Garcia; Lazari, 2015).

Existe também a chamada segunda dimensão, especificamente a igualdade material. Esta dimensão exige que o Estado garanta os direitos sociais, econômicos e culturais. Ou seja, deve ser garantido através de políticas públicas e que todos os cidadãos tenham oportunidades iguais para que possam desfrutar de uma vida digna, além de obter direitos básicos como saúde, habitação, educação, trabalho e lazer (Novelino, 2015). Assim como afirma a Constituição Federal Brasileira, no art. 3º:

- I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II - garantir o desenvolvimento nacional;
- III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (Brasil, 1988, p.6).

Além disso, o direito à cidade é reconhecido por estar indissociavelmente ligado ao contexto social, econômico e cultural urbano, conforme disposto no art. 6º da Constituição Federal, que se refere ao direito à moradia e abrange aspectos como educação, saúde, alimentação, trabalho, transporte, tempo livre, segurança, previdência social, maternidade e proteção infantil, bem como assistência às pessoas privadas de subsistência (Brasil, 1988).

Outro aspecto relevante diz respeito à política de desenvolvimento urbano, a qual engloba a promoção das funções sociais da população, visando garantir o bem-estar dos habitantes. Portanto, é fundamental destacar o conceito de direito à cidade, conforme proposto pelo sociólogo Lefebvre (2002), sugerindo que a população não deve ser excluída dos valores e benefícios da vida urbana. Esse direito implica em atribuir um novo significado ao espaço coletivo urbano, especialmente para as pessoas marginalizadas, tanto aquelas que carecem de moradia quanto aquelas situadas nas periferias urbanas. Dessa maneira, o direito à cidade abrange o acesso às infraestruturas e equipamentos urbanos, e também, ao direito à habitação.

Segundo Harvey (2012, p.74) “a liberdade de fazer e refazer as nossas cidades, e a nós mesmos é, a meu ver, um dos nossos direitos humanos mais preciosos”. Portanto, o direito à cidade é concebido como um direito coletivo, não meramente individual, uma vez que a transformação desse contexto depende do exercício de um poder grupal para reconfigurar os processos de urbanização. De maneira que o espaço urbano citado é quem abriga a população em situação de rua, sendo este um grupo heterogêneo que luta pela sobrevivência por meio de serviços desenvolvidos nas ruas, além de não possuir moradia regular.

<sup>1</sup> Arquiteto e Urbanismo pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP).

<sup>2</sup> Professor Assistente Doutor do Departamento de Planejamento, Urbanismo e Ambiente, da Faculdade de Ciências e Tecnologia, da Universidade Estadual Paulista (UNESP); e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGARQ FAAC/ UNESP)). Coordena o Grupo de Pesquisa Projeto, Arquitetura e Cidade.



No caso da comunidade LGBTQ+, em específico a população trans, a situação se agrava ainda mais, uma vez que essa comunidade tem enfrentado preconceito desde o início do movimento, desde orientação sexual à identidade de gênero. Isso repercute diretamente na esfera social dessa comunidade, pois seus direitos são violados e, em muitos casos, tornam-se ainda mais vulneráveis devido à falta de aceitação, tanto por parte da sociedade quanto de suas próprias famílias. Diante disso, surge a questão do direito à cidade: se essa comunidade é vista com desconfiança pela sociedade. Como as políticas públicas se posicionam em relação a ela?

A circunstância em que esse grupo de pessoas se encontra é regido por diretrizes públicas e coletivas, colocando-os amplamente à mercê desse ambiente. Além disso, eles se tornam agentes ativos ao ocuparem espaços onde ocorrem as principais batalhas contra as desigualdades e opressões, como o racismo, a desigualdade de gênero e a LGBTQ+fobia, devido à imposição de padrões sociais, segregação e violência. Esse grupo não se limita apenas à utilização de logradouros públicos, mas também ocupa áreas degradadas, como prédios abandonados, mesmo diante da disponibilidade de unidades de serviço de acolhimento noturno temporário ou moradia provisória.

A vulnerabilidade em pauta é uma construção social, resultante das transformações sociais que estimulam mudanças no âmbito da vida privada, ampliando contradições e fragilidades (Righetto E Vitorino, 2019). Assim, ao abordar o preconceito contra o grupo LGBTQ+, Santos (2018) ressalta que essa exposição pode conduzir essas pessoas a situações de vulnerabilidade, como desemprego e até mesmo expulsão de casa por parte de seus próprios familiares, sem o preparo adequado para a vida adulta, o que as torna socialmente vulneráveis, fazendo do próprio espaço urbano o local de sua habitação.

Além disso, como mencionado anteriormente, essa realidade impacta diretamente na fragilização dos princípios sociais e dos direitos humanos, uma vez que essa situação está intrinsecamente ligada à exclusão e desigualdade social. Isso afeta diretamente o acesso aos seus direitos e os impede de desempenhar plenamente seu papel na sociedade como cidadãos. Ademais, dificulta sua reintegração na sociedade, pois estão à margem dela, sendo considerados marginalizados e excluídos de poder.

Dentro do recorte no município de Presidente Prudente/SP, a população trans em situação de rua é considerada invisível aos olhos dos demais habitantes. Apesar desses corpos existirem e estarem dispersos por toda a malha urbana da cidade, não são reconhecidos como habitantes, mesmo com a atuação de instituições como o Centro POP, que trabalha para auxiliar e fortalecer a articulação dos serviços com a rede de assistência social e outras políticas públicas.

Em uma busca por esses corpos dentro da malha urbana da cidade, através da deriva, observou-se que elas estão predominantemente concentradas na região central, como na Praça Nove de Julho, na Linha Férrea próxima ao Terminal Rodoviário, e também, no próprio terminal.

A fim de garantir a eficácia na melhoria das condições de vida, tanto social quanto econômica, dessa população, é crucial reduzir os danos causados pelas violências, exclusão, desigualdades e vulnerabilidades.

### **Corpocidade**

A cidade pode ser considerada uma organização social e política, estruturada através de técnicas construtivas e arquitetônicas (Argan, 1999). Todavia ela não é composta

somente pelo seu meio físico, mas também é constituída de componentes dinâmicos e mutáveis, como as atividades e interações sociais (Lynch, 2006). Contudo no meio das interações do dinâmico com o social encontra-se o intermédio, isto é, o conjunto que o engloba. Neste aspecto temos a fenomenologia dos espaços para explicar esse diálogo, desse modo, Pimentel; de Castro e Miranda (2018) afirma que o sentido do indivíduo ao vivenciar a cidade parte de um signo que pode ser variável através dos aspectos subjetivos do seu observador, suas vivências, experiências, noções de mundo e de seus objetos de análise. Ou seja, torna-se uma experiência individual mesmo que inserida em um contexto coletivo.

Ainda que o fenômeno seja uma experiência única, a percepção do observador pode capturar outras nuances, as quais são moldadas por sua interação, senso de pertencimento à comunidade e os vínculos estabelecidos com a cidade em questão (Pimentel; De Castro e Miranda, 2018). Ao atrelar a representação de cidade com a fenomenologia de interação e vivência individual, Schweickardt (2000) afirma que experienciamos a cidade a partir da nossa ocupação dentro dela. Isto é, ao examinarmos a cidade, fazemos por meio de uma ótica particular, influenciada por uma abordagem específica e um conjunto distintivo de conhecimentos teóricos e metodológicos.

Se estivermos de um lado da rua teremos uma visão diferente se tivermos do outro lado, assim como olhamos a cidade com olhos de quem não nasceu aqui, que não se criou neste lugar, nem é desta cultura [...] (Schweickardt, 2000 p. 129).

Dessa forma, podemos afirmar que nossa perspectiva é fundamentada no pressuposto fenomenológico, pois acreditamos que ele fornece pistas para compreender que a cidade não se resume apenas a ruas, prédios, pessoas e objetos; ao contrário, ela é entrelaçada por uma vasta teia de inter-relações, significados e intenções que constituem o “espírito” da cidade (Schweickardt, 2000).

A partir da visão de Hissa e Nogueira (2013), entende-se que a cidade não é apenas um espaço físico, ela ganha vida por meio das interações e influências mútuas entre os indivíduos que a habitam com relevância culturais diversas que essas interatividades nos fornecem, contendo significados e diretrizes para nossa comunicação e convívio mútuo. Os autores apresentam que a cidade na verdade é cidade-corpo, ou seja, nossos corpos são influenciados pelo ambiente urbano, que é moldado por instituições, práticas, encontros e desencontros; o corpo sendo um mediador “pois é matéria que ao se chocar com as interferências do espaço recebe subjetividades, por isso os lugares estão carregados de memórias e de significados” (Hissa E Nogueira, 2013, p.61).

Refletir sobre a experiência do corpo trans no contexto urbano implica investigar sua vivência em relação à sua localização, simbologia e à quebra dos padrões de representação tradicionais. O que remete ao direito à cidade, uma vez que apresenta o respeito à diversidade corporal e a mobilidade urbana, resultante da Carta Mundial do Direito à Cidade:

Todas as pessoas devem ter o direito a uma cidade sem discriminação de gênero, idade, raça, condições de saúde, renda, nacionalidade, etnia, condição migratória, orientação política, religiosa ou sexual (...) O Direito a Cidade é definido como o usufruto equitativo das cidades dentro dos princípios de sustentabilidade, democracia, equidade e justiça social. É um direito coletivo dos habitantes das cidades, em especial dos grupos vulneráveis e desfavorecidos, que lhes confere legitimidade de ação e organização, baseado em seus usos e costumes, com o objetivo de alcançar o pleno exercício do direito à

livre autodeterminação e a um padrão de vida adequado (...) Inclui também o respeito às minorias e à pluralidade étnica, racial, sexual e cultural, e o respeito aos migrantes (Art. 1.1, Carta Mundial do Direito à Cidade).

Portanto, emerge um contexto de confrontos e contradições, visto que a cidade se eleva como uma representação dos ideais e valores predominantes (Carvalho; Macedo Jr, 2017). Para Silva (2015), a cidade desde a sua origem no espaço-tempo tem se estruturado por meio da exploração do trabalho e da formação de desigualdades, na qual a maioria da população enfrenta privações diversas, violação de direitos, como também a própria violência urbana. Desse modo, torna-se uma atmosfera de exclusão, de maneira que a população vulnerável, especialmente o corpo trans, tem acesso limitado aos espaços de tomada de decisão política, aos serviços públicos e à implementação de políticas sociais.

A cidade se torna alvo de análise social quando as mudanças na sociedade refletem na violação dos direitos de uma comunidade, principalmente em questões de orientação sexual e identidade de gênero. Torna-se válido mencionar as práticas higienistas do século XIX, quando as questões sexuais saíram do domínio religioso para o científico, muitas vezes adotando uma postura segregacionista sob o pretexto de higienização, de acordo com Trevisan (2002).

A partir da ideia de um corpo saudável, fiel aos ideais de superioridade racial burguesa branca, criavam-se rigorosos modelos de boa conduta moral, através da imposição de uma sexualidade higienizada, dentro da família. (...) Com esse pragmatismo patriótico que foi se efetivando em meados do século XIX, instauraram-se papéis sexuais bem delimitados: masculinidade e feminilidade se identificam como paternidade e maternidade, respectivamente. Tudo o que fugisse a esse padrão regulador seria anormal (Trevisan, 2002, p. 173).

A discriminação moral se torna evidente para travestis e transexuais que desafiam a ideologia dominante imposta pela heteronormatividade, o que reflete diretamente em seu cotidiano, pelo fato do preconceito ser incisivo na sua vivência. Segundo Heller (1992, p.59), toda forma de preconceito limita a autonomia do ser humano, reduzindo a sua liberdade de escolha. Assim, a compreensão da diversidade como parte intrínseca da identidade individual, que está em constante interação com o social, é crucial (Santos, 2018).

O preconceito e a falta de tolerância por parte da família frequentemente resultam na expulsão de suas casas e por falta de oportunidade acabam ingressando no mercado sexual de maneira que acabam vivenciando as ruas urbanas em busca de renda através desses serviços. Essa se torna uma realidade desafiadora pelo fato de ser uma pessoa trans vivenciando em uma sociedade machista e, ainda, depender da prostituição como meio de sobrevivência (Oliveira, 2013).

A interação dos corpos com o espaço urbano é crucial para entender suas novas ocupações, movimentos sociais e políticos, bem como a circulação e apropriações nas cidades (Jacques, 2012). Dessa maneira, o ser torna um ser errante, visto que ele vivencia a cidade não apenas através da experiência física, mas também a experiência corporal e sensorial.

Os corpos trans nos mercados do sexo produzem corpografias em movimento, que se fazem num processo de nomadização conduzido por fluxos do desejo, do dinheiro e da construção de si. Não é uma deriva

sem propósito, mas uma deriva dirigida, desejada e materializada em corpos-processos, bens, afetos e sexo (Nascimento, 2016 p. 6).

A errância urbana para Nascimento (2016) significa que esse grupo, assim como outros na situação de rua, estão ocupando um território que não foi concebido e planejado para esse tipo de atividade, seja para trabalho ou habitação, e estão engajados em práticas autônomas de sobrevivência.

Além disso, a autora retrata que a corpografia urbana se constrói com o intuito de compreender as dinâmicas sociais a partir das lógicas produzidas pelas pessoas que fazem a cidade sendo uma forma fundamental de como sentir e vivenciar o espaço entre a interação e a experiência vivida através dos modelos teóricos (Nascimento, 2016). Conseqüentemente, a corpografia experimenta a cidade de perto e de dentro (Magnani, 2002). Ou seja, ela acompanha seus moradores, suas redes de sociabilidade e seus estilos de vida. Portanto, coloca em ênfase as malhas tecidas pelos cidadãos em suas trajetórias cotidianas, e rituais, e reflete sobre os usos sociais do espaço para além dos mapas oficiais (Nascimento, 2016).

Bendetti (2005) conduziu uma pesquisa etnográfica em Porto Alegre, explorando a realidade vivenciada pelas travestis na cidade, revelando a prevalência do trabalho na prostituição como principal opção de sustento para essas mulheres. De acordo com o autor, muitas travestis residem em locais associados à prostituição, como hotéis compartilhados com outras pessoas do mesmo grupo ou pensões. Devido à natureza incerta e imprevisível do trabalho na prostituição, os custos diários podem se acumular e se tornar uma dívida difícil de ser quitada. De maneira geral, esses corpos ocupam espaços públicos e carregam consigo posições políticas que merecem ser refletidas na paisagem urbana, buscando assim reconhecimento social (Nascimento, 2016).

O Antra (2024) aponta que em locais públicos, como instituições de ensino, estabelecimentos comerciais, locais de trabalho, ruas e avenidas, na qual se espera garantir o acesso igualitário a todos cidadãos, a presença de pessoas trans é vista como prejudicial ou indesejável. A presença dessa comunidade é vista pela sociedade cisnormativa como algo incômodo, a ponto de simples atividades cotidianas, como caminhar e frequentar espaços públicos, serem consideradas um exercício de resiliência. Visto que essas pessoas são estigmatizadas como perigosas, agressivas, doentes e marginalizadas, levando à sugestão de que devem ser excluídas da convivência social para evitar qualquer forma de “contaminação”.

Eu me recordo, de maneira viva, o cansaço e esgotamento que sentia - logo no início da transição, quando minha androginia se fazia esquisita para as pessoas cisgêneras - ao sair para o mundo externo para realizar meus estudos e trabalho, e acabar colhendo pelo caminho alguns olhares de susto, de repulsa, de vergonha e até de risos (...) Eu tinha a sensação de que minha caminhada não era nunca inocente e fortuita, e que meu corpo não permitia que os olhares de transeuntes se dissipassem e se perdessem pelo espaço, mas, pelo contrário, ele parecia uma marca que direcionava e organizava pupilas alheias” (Araruana, 2018 p. 141).

Goffman (2010) relata que quando os indivíduos entram em proximidade física, mesmo sem uma comunicação verbal direta, é iniciado um tipo de interação, pois em todas as situações há relevância atribuída a certos assuntos que não dependem necessariamente de comunicação verbal explícita. Ao afirmar que os territórios urbanos não reconhecem a legitimidade da presença desses corpos no espaço-cidade, novas epistemologias e imagens sociais emergem, necessitando serem reconhecidas para



que a ocupação desses espaços seja legitimada por novos saberes, contribuindo para a criação de um novo conceito de mundo e de permanência (Araruana, 2016).

A produção do espaço, desde o seu núcleo, é influenciada pela percepção de que as desigualdades e opressões desempenham um papel crucial na configuração desse processo. No contexto atual de urbanização, observa-se a imposição de ações segregativas e violência, bem como a fragmentação social específica, que estão ligadas à estrutura social e política dos territórios urbanos. Portanto, é fundamentalmente que o direito à cidade necessita da ação coletiva e ativa, visando transformar os processos de produção do espaço (Júnior, 2005).

Nesse sentido, a rua desempenha um papel crucial na cidade, sendo o local onde diversas pessoas circulam diariamente. É um espaço imediato, heterogêneo, fragmentado e, principalmente, pragmático. Ou seja, a vida cotidiana nesse ambiente é diversificada e apresenta múltiplas dimensões (Oliveira, 2013). Além disso, é nas ruas que esses corpos se tornam símbolos de lutas políticas, sociais e simbólicas, podendo ser celebrados, agredidos, expostos à gás lacrimogêneo, detidos e até mesmo hostilizados (Nascimento, 2016).

Pensar a cidade a partir da vivência da população trans é buscar compreender como essa população reivindica o direito à cidade e como essa relação se desenvolve. Nesse sentido, Ribeiro; Moraes e Kruger (2019) levantam as seguintes indagações:

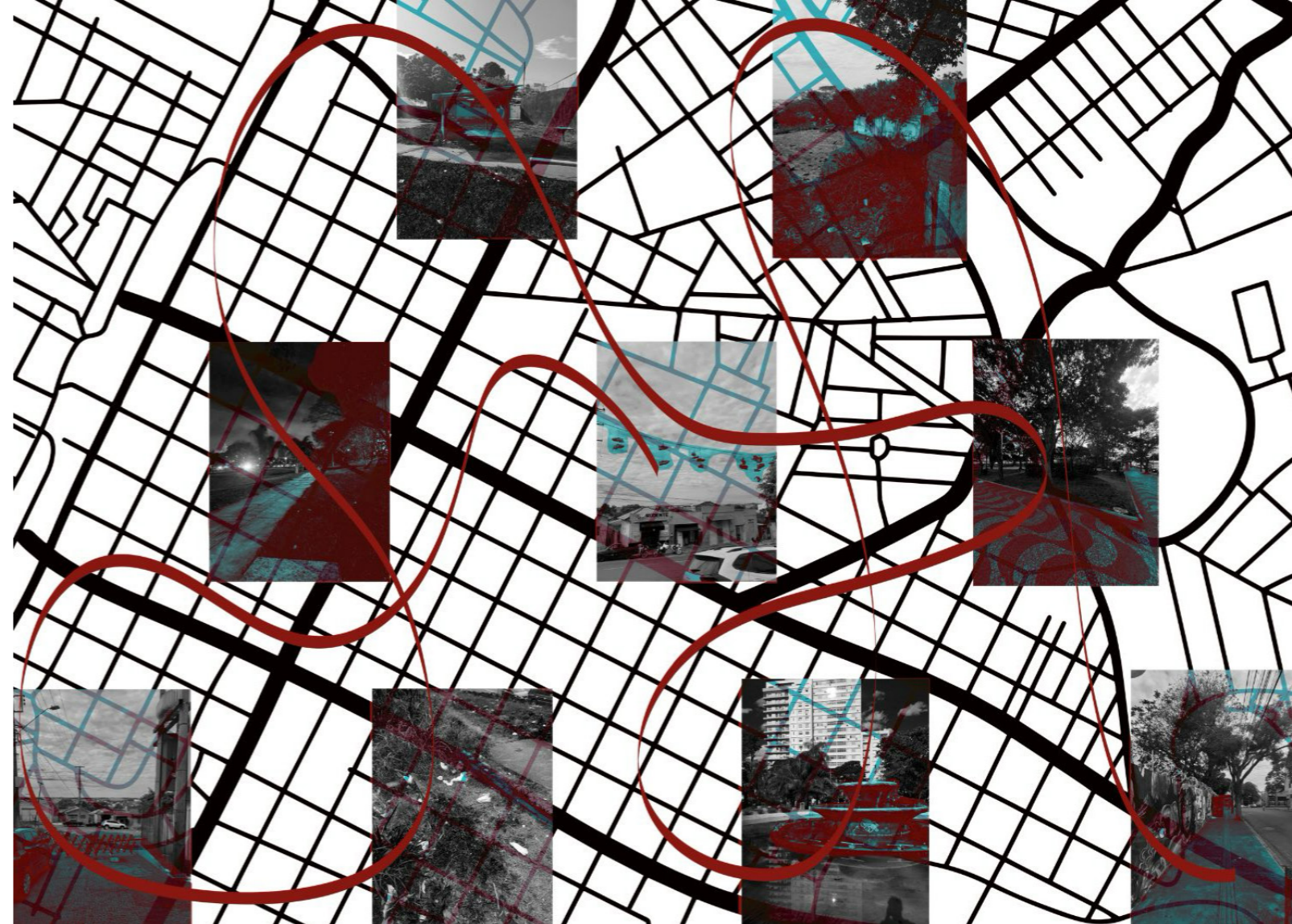
As questões que motivam a LGBTfobia recebem atenção por parte do Estado? Quais políticas públicas são implementadas para combater a violência e a criminalização desse grupo nos espaços urbanos? A mobilidade é um privilégio exclusivo dos heterossexuais? Como a população LGBTQ circula, trabalha e se diverte? A mobilidade da população LGBTQ ocorre em condições similares de participação e convivência em relação aos demais habitantes da cidade? (Ribeiro; Moraes e Kruger, 2019, p. 362).

### O corpo errante

Inicialmente, é fundamental refletir sobre os motivos que levam alguém à situação de rua. Para isso, é essencial compreender que a População em Situação de Rua (PSR) está inserida em um contexto amplo e dinâmico, que é objeto de estudo de diversas áreas do conhecimento (Machado, 2017). Nesse sentido, é crucial observar as interações entre essa comunidade e suas manifestações na sociedade (Silva, 2009).

Então, os dilemas vivenciados por esse público percorrem a exclusão social, desigualdade, preconceito, pobreza, violência e o mais marcante, a invisibilidade social. Machado (2017) destaca que ao analisar os fundamentos desse contexto, é necessário entrar em uma estrutura macroestrutural, na qual se compreendem os processos dinâmicos abrangentes dessa população, evitando considerar os fatos de forma isolada. A sociedade, por sua vez, enfrenta dificuldades em reconhecer que esse grupo possui várias denominações e uma origem específica; eles não estiveram sempre nessa situação, possuem uma história, uma vida (Machado, 2017).

A partir do pressuposto apresentado, o corpo que enfrenta preconceito, discriminações e as complexidades decorrentes de uma vida marcada pela falta de preparo profissional e educacional, juntamente com o rompimento dos laços familiares, podem ver na rua sua única saída para as dificuldades enfrentadas, o que conseqüentemente resulta em uma restrição social (Machado, 2017).



Atualmente, com as transformações no mercado de trabalho, principalmente a partir da reestruturação produtiva, tem-se o aumento do desemprego e também as condições de trabalho precário. Por consequência, contribuem para superpopulação relativa, ou seja, onde a abundância populacional supera a diferença de proporcionalidade entre crescimento do capital global, propiciando a ampliação dos níveis de pobreza. Desse modo, o aumento da População em Situação de Rua (PSR) é consequência direta da pobreza e da superpopulação relativa (Silva, 2015).

A rua é caracterizada como um espaço dinâmico, onde ocorre a interação entre o público e o privado, influenciada pela convivência do indivíduo com esse ambiente de acordo com suas necessidades (Machado, 2017). Dessa maneira, mostra que a relação dessa população com a rua se estabelece de forma significativa (Jacques, 2008). Segundo o conceito de errâncias urbanas proposto por essa autora, o ambiente urbano deixa de ser meramente um cenário e se transforma em um verdadeiro palco, onde ocorrem interações, conflitos e encontros, mesmo que de forma prejudicial. Por isso, acredita-se que os corpos que habitam esse espaço vivenciam não apenas a experiência física da cidade, mas também a experiência corporal e sensorial.

O Mapa Corpográfico (Figura 1) expressa as derivas realizadas pelo pesquisador onde se sobressai a errância dos corpos invisíveis na malha urbana, de forma que o nomadismo dentro da cidade forma uma teia de localizações consideradas características dessa população através da maneira em que eles utilizam o espaço.

Figura 1 - Mapa Corpográfico - O corpo Errante. Fonte: Autor, 2024





A população trans em situação de rua enfrenta não apenas discriminação, mas também outras dificuldades, como abandono familiar, transfobia e exclusão (Machado, 2015). Esse grupo vivencia uma condição de desvantagem que é resultado de um sistema capitalista desigual, no qual o preconceito, a violência, o desemprego e a pobreza são considerados manifestações da questão social contemporânea (Salgado, 2011).

Logo, a rua se torna uma esfera de acolhimento criado por esses indivíduos, onde podem ocorrer interações interpessoais e sociais, proporcionando “possibilidades de encontro, afetando e sendo afetados, e conseqüentemente, gerando significados diante do sofrimento ético-político enfrentado diariamente pela população em situação de rua” (Salgado, 2011, p. 64).

### Transcorpografia

A vida é constantemente limitada por padrões de convivência impostos, que violentam as formas singulares de existência. Dessa forma, os espaços e lugares são moldados pela produção de subjetividades, marcadas pelo contexto que busca restringir outras maneiras de ocupar o ambiente urbano (Ribeiro; Moraes e Kruger, 2019).

Podemos afirmar que a cidade é um conjunto de condições interativas quando interligada ao corpo. Nesse sentido, a cidade se realiza no e pelo corpo, através de movimentos e gestos que produzem ações no espaço urbano (Britto; Jacques, 2012). Esses são os corpos trans inviabilizados, que diferentemente do corpo do cidadão ateniense, não é visto como a imagem ideal da cidade, mas se manifesta precisamente em sua invisibilidade na paisagem urbana, em esquinas escuras, margens de estradas e beiras de marginais (Nascimento, 2016).

Assim, a corpografia urbana, representando as cartografias da vida urbana impressas no próprio corpo dos habitantes, revelam e denunciam aquilo que o planejamento urbano tradicional tende a excluir, ao expressar usos e experiências negligenciadas pelo projeto convencional. Essas corpografias explicitam as micropráticas cotidianas do espaço vivido e as diversas formas de apropriação que dão qualidades específicas ao ambiente urbano, contribuindo para a formação de ambientes (Britto; Jacques, 2012).

O espaço urbano sempre foi palco para mobilizações, visto que há uma relação essencial entre corpo e espaço, na qual se manifesta através de temporalidades e formas de contato entre aproximações e distanciamentos. Em outras palavras, refere-se a capacidade dos espaços urbanos de permitir contatos, movimentos e ações corporais (Carlos, 2007). No entanto, Sennett (2014) argumenta que os espaços urbanos perderam sua natureza associativa e não acolhem mais as diferenças, tendendo a causar estranhamento e afastamento ao invés de aproximação.

Fico pensando que é difícil se sentir bem ou pertencente quando você é diferente dos outros no lugar, dá um sentimento de que tem algo errado. Eu não sei como as pessoas me enxergam porque andando na rua percebo olharem pro meu corpo e ficam encarando... É estranho sentir que tão olhando pro meu corpo... parece que estão me julgando, não me sinto bem e não consigo me sentir acolhido (Figura 2, AC. 24).

A produção do espaço, desde o seu núcleo, é influenciada pela percepção de que as desigualdades e opressões desempenham um papel crucial na configuração desse processo. No contexto atual de urbanização, observa-se a imposição de ações segregativas e violência, bem como a fragmentação social específica, que estão ligadas à estrutura social e política dos territórios urbanos (JÚNIOR, 2005). Dentro do contexto de direito à cidade, temos a rua, um espaço onde ocorrem interações e cruzamentos, mas também, representa um ambiente de risco, isto é, um risco diretamente a estes corpos devido à sua liberdade de expressão e gênero.

Logo, a rua se torna uma esfera de acolhimento criado por esses indivíduos, onde podem ocorrer interações interpessoais e sociais. Através do conceito da corpografia, anteriormente citado, Nascimento (2016) expõe que no mercado sexual, o corpo trans gera uma corpografia dinâmica através da sua marca na malha urbana impulsionado pelo fluxo, sendo uma deriva intencional, desejada e concretizada em corpos que se tornam processos, mercadorias, afetos e interações sexuais.

Todavia o cenário das mulheres trans em situação de rua difere quanto “a forma em que se expressam através de roupas sexy, caminhadas leves que mostram suas curvas, olhares, sorrisos e gentilezas” (Nascimento, 2016 p. 6). Na realidade, essas mulheres são visíveis apenas para aqueles que desejam vê-las

Não é algo que eu quero... mas eu não tenho mais casa, não tenho onde ficar... o que eu consigo é por minha conta. Às vezes a gente acaba machucada mas é o jeito da gente conseguir usar (droga)... até alguém pra defender de noite (Figura 3, J. 24).

Ao considerar esses corpos no espaço urbano em que estão inseridos, podemos os considerar errantes urbanos. Isso significa que esse grupo, assim como outros na situação de rua, estão ocupando um território que não foi concebido e planejado para esse tipo de atividade, seja para trabalho ou habitação, e estão engajados em práticas autônomas de sobrevivência (Nascimento, 2016).





Figura 3 - O movimento do corpo em uso, J.24. Fonte: Autor, 2024.

Dessa maneira percebe-se que os espaços urbanos são moldados pelas ações coletivas, pelas forças que os movem e também por políticas que determinam quem está incluído ou excluído. A concepção de uma cidade com um único e ideal modelo, assim como um padrão de sexualidade que dita as relações afetivas, precisa ser desmantelada. A multiplicidade das relações e orientações sexuais é vista como uma forma de resistência contra a semiotização capitalista (Ribeiro; Moraes e Kruger, 2019)

Os corpos invisíveis são das mais variadas idades e experiências diversas, com vestimentas e performances corporais distintas. São esses corpos que ocupam os espaços urbanos dos bairros e revelam os supostos vazios dentro das paisagens dominadas por grandes residências com portões automáticos, guaritas, grades e muros. Em outras palavras, são corpos destinados a serem vistos por aqueles que desejam vê-los (Nascimento, 2016, p. 6).

### Transcidade - considerações finais

Através da corpografia, é possível observar o cotidiano do corpo errante no espaço urbano e suas diversas formas de habitar a cidade, conferindo a esse ambiente características singulares. Compreender o corpo trans em situação de risco social requer entender as interações dessa comunidade e suas manifestações na sociedade, dado que existe uma resistência social em reconhecer que esse grupo também pertence à cidade. Além disso, é importante perceber que esses corpos têm histórias de vida e nem sempre estiveram presentes naquele espaço.



Figura 4 - Praça 9 de Julho, Presidente Prudente/SP. Fonte: Autor, 2024.

O conceito de corpocidade se manifesta no modo de habitar e transitar pela cidade. Dessa forma, é necessário remover as vendas que cobrem nossos olhos para perceber as nuances com que o corpo vivo concebe a cidade, compreendendo sua interação, seu senso de pertencimento à comunidade e seus vínculos com o espaço urbano.

Portanto, se temos a liberdade de construir nossas cidades, por que os padrões impostos restringem a singularidade dos corpos? Por que apenas aqueles que não seguem o molde da produção de subjetividades são considerados uma violação ao ocupar o espaço de maneira distinta? É inevitável reconhecer a necessidade de uma sociedade mais justa e igualitária. Precisa-se lutar por medidas que garantam o direito à cidade em sua totalidade, bem como o direito à segurança, moradia, trabalho, cultura, educação e saúde.



## Referências

- ANTRA. *Dossiê: ASSASSINATOS e violências contra pessoas trans em 2023*. Dossiê 2024 – Lançado em 29 de Janeiro de 2024. Acessado em 14 mai. 2024. Online. Disponível em: <https://antrabrasil.org/assassinatos/CIDADE>, À. *Carta mundial do direito à cidade*. Fórum Social Mundial, Porto Alegre, jan 2005. Acessado em 20 mai. 2024. Online. Disponível em: <https://sp.unmp.org.br/carta-mundial-pelo-direito-a-cidade/>
- ARARUNA, M. L. F. B. O Direito à Cidade em uma Perspectiva Travesti: uma breve autoetnografia sobre socialização transfeminina em espaços urbanos. *Revista Periódicus*, Salvador, v.1, n.8, p.133–153, nov.2017 - abr 2018.
- ARGAN, G. C. *História da Arte como História da Cidade*. São Paulo: Martin Fontes, 1999.
- BENEDETTI, M. R. *Toda feita: o corpo e o gênero das travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- BRITTO, F. D.; JACQUES, P. B. Corpo e cidade: coimplicações em processo. *Revista da Universidade Federal de Minas Gerais*, v. 19, n. 1 e 2, p. 142-155, 2012.
- CARLOS, A. F. A. *O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2004.
- CARVALHO, C. O.; JÚNIOR, G. S. M. 'Isto é um lugar de respeito!': a construção heteronormativa da cidade-armário através da invisibilidade e violência no cotidiano urbano. *Revista de Direito da Cidade*, v. 9, n. 1, p. 103-116, 2017.
- FEDERAL, S. "Constituição da república federativa do Brasil." Brasília, 5 de outubro de 1988. Acessado em 20 mai. 2024. Online. Disponível em: [https://planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)
- GARCIA, B. P.; LAZARI R. "Manual de direitos humanos". Salvador: JusPODIVM, 2014.
- HARVEY, D. O direito à cidade. *Lutas Sociais*, v.1, n.29, p. 73–89, 2012.
- HELLER, A. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- HISSA, C. E. V.; NOGUEIRA, M. L. M. Cidade-corpo. *Revista da Universidade Federal de Minas Gerais*, v. 20, n. 1, p. 54-77, 2013.
- JACQUES, P. B. Corpografias urbanas. *Arquitextos*, São Paulo, v. 8, n.s/, p. 1 - 13, 2008.
- JACQUES, P. B. *Elogio aos errantes*. Salvador: EDUFBA, 2012.
- JÚNIOR, N. S. O Direito à Cidade como paradigma da governança urbana democrática. *Instituto Pólis*, v., n., p.1 - 8, 2005.
- LYNCH, K. *A imagem da cidade*. Rio de Janeiro: WMF Martins Fontes, 2006.
- MACHADO, R. W. G. População LGBT em situação de rua: uma realidade emergente em discussão. *Revista EDUC*, v. 1, n. 3, p. 57-67, 2015.
- MACHADO, R. W. G.; BROTTTO, M. E. Proteção social para população em situação de rua: uma análise das políticas de assistência social e saúde. In: *II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 2017.
- MAGNANI, J. G. "De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, n.49. 2002.
- NASCIMENTO, S. A cidade no corpo. Diálogos entre corpografia e etnografia. *Ponto Urbe. Revista do núcleo de antropologia urbana da USP*, v., n. 19, 2016.
- NOVELINO, M. *Curso de direito constitucional*. Salvador: Juspodvm, 2016.
- OLIVEIRA, M. M. "Acham que brotamos das fontes dessa cidade?": uma etnografia sobre o cotidiano de sobrevivência de pessoas em situação de rua em Natal/RN. 2015. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- OLIVEIRA, T. L. *Travestis e o direito à cidade: sujeitos transgressores em uma sociabilidade perversa*. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- PIMENTEL, A. D. S. G.; de CASTRO, E. H. B., & MIRANDA, D. M. Compreensão fenomenológica existencial da identidade de homens trans. *ECOS-Estudos Contemporâneos da Subjetividade*, v.8, n.2, p. 228-239, 2018.
- RIBEIRO, C. J.; MORAES, C.; KRUGER, N. R. M. A universidade e os corpos invisibilizados: Para se pensar o corpo LGBT. *Diversidade e Educação*, v. 7, n. 2, p. 357-372, 2019.
- RIGHETTO, G. G., & VITORINO, E. V. Competência em informação de minorias sociais: narrativas das pessoas trans de Florianópolis, Santa Catarina. In *XIX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (XIX ENANCIB)*. Florianópolis, 2018.
- SALGADO, F. M. M. *Os sentidos do sofrimento ético-político na população LGBT em situação de rua em um centro de acolhida da cidade de São Paulo*. 2011. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- SANTOS, T. E. S. *A visão do trabalho entre pessoas LGBT em situação de rua*. 2018. Monografia. Universidade de Brasília Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia.
- SILVA, P. M. F. *Pessoas em situação de rua em Recife: Cidadania através do trabalho como uma alternativa*. 2015. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.
- SCHWEICKARDT, J. C. Um olhar fenomenológico sobre a cidade. Somanlu: *Revista de Estudos Amazônicos*, v. 1, n. 1, p. 129-141, 2000.
- SENNETT, R. *Corpo e cidade*. Carne e Pedra. 2a ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2010.
- TREVISAN, J. S. *Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. Rio de Janeiro: Record, 2002.



# A CIDADE É TRANS E TRAVESTI

## Territorialidades trans na cidade de Londrina

*THE CITY IS TRANS AND TRAVESTI*  
*Trans territorialities in the city of Londrina*

**Leonardo da Silva Ferreira<sup>1</sup> e Vera Lucia Tieko Suguihiro<sup>2</sup>**

### Resumo

Este artigo aborda a presença das mulheres trans e travestis no espaço urbano de Londrina - Paraná, introduzindo a discussão do espaço urbano a partir das relações sociais que atravessam as suas vivências. A pesquisa problematiza a presença e marginalização desses corpos a partir das experiências dessas populações, considerando suas territorialidades multifacetadas, complexas e contraditórias. Utilizando dados históricos e contemporâneos, o estudo investiga os desafios enfrentados pela comunidade trans e travesti, incluindo a violência e a marginalização no contexto da prostituição. Além disso, explora o protagonismo dessas pessoas na luta por direitos e na construção de espaços de acolhimento e visibilidade.

Palavras-chave: territorialidade, gênero e sexualidade, experiência urbana, direitos LGBT, violência urbana.

### Abstract

*This paper addresses the presence of trans women and travestis in the urban space of Londrina, Paraná, introducing the discussion of urban space through the lens of social relations that shape their lived experiences. The research problematizes the presence and marginalization of these bodies based on the experiences of these populations, considering their multifaceted, complex, and contradictory territorialities. Drawing on historical and contemporary data, the study investigates the challenges faced by the trans and travesti community, including violence and marginalization within the context of prostitution. Additionally, it explores the agency of these individuals in their struggle for rights and in the creation of spaces for support and visibility.*

*Keywords: territoriality, gender and sexuality, urban experience, LGBT rights, urban violence.*

### Introdução

A cidade pode ser lida e interpretada como produto e produtora das relações sociais que nela ocorrem e se desenvolvem. No contexto urbano, sob a luz tênue dos postes e o ritmo frenético da vida, os corpos Trans e Travestis reivindicam seu espaço, navegando por um mundo que frequentemente resiste à sua presença. Suas vivências, marcadas por lutas e resiliências, demonstram perspectivas importantes a serem exploradas para compreender as dinâmicas socioespaciais que configuram a urbe, de modo a interseccionar as relações sociais na cidade e os corpos dessas pessoas.

Este artigo aborda a presença das mulheres Trans e Travestis no espaço urbano de Londrina, explorando as relações socioespaciais que permeiam suas dinâmicas espaciais e territoriais, com caráter interseccional, reconhecendo que as experiências e formas de opressão dessas populações não acontecem de maneira isolada, mas interconectadas e interdependentes.

Primeiramente, é importante delimitar com clareza as personagens protagonistas da investigação que pretende-se desenrolar. Conforme anunciado, a presente pesquisa explora uma categoria de personagens cuja identidade pode ser expressada como mulheres transexuais, transgêneros, ou travestis. Mais especificamente, tratar-se-á aqui das vivências socioterritoriais de pessoas cuja identidade de gênero é dissidente, identificando-se com o feminino. Alves de Oliveira (2019), citando Borlozzi (2015), contribui:

Do travestismo como prática à identidade travesti propriamente dita, há uma construção complexa que apenas pode ser compreendida por meio de intersecções com a classe socioeconômica, com o contexto cultural e com o posicionamento em “redes de sociabilidade” (Bortolozzi, 2015, p. 126). O estabelecimento dessa identidade social se deu no Brasil e em outros países da América Latina a partir da década de 1990, com a organização de movimentos ativistas voltados especificamente para as demandas das travestis, que procuraram se constituir como sujeitos políticos, diferenciando-se dentro da comunidade LGBT. (p. 2).

Como evidenciado pelo autor, a própria escolha da identidade travesti já demonstra uma particularidade de contexto e evidencia uma identificação política. Segundo Silva (2008), as travestis são pessoas que “desafiam a ordem binária de organização do sexo, gênero e desejo, instituindo complexas relações espaciais” (p.3). À identidade travesti, acrescenta-se a identidade trans, que abarca mulheres transexuais e transgêneras. Ainda segundo Alves de Oliveira (2019),

Faz-se necessário destacar ainda que o uso do termo “transexual” é recente e que, por esse motivo, sua adoção ocorre muito mais por “autoidentificação do que por atribuição, talvez pela própria lógica médico-psicológica que a constrói e define” (Benedetti, 2005, p. 18). Isso significa que, entre as travestis, há também mulheres transexuais que almejam a cirurgia de transgenitalização e que muito provavelmente enxergam o termo oficializado como uma categoria patológica, institucionalizada e voltada apenas para o uso médico. Em termos genéricos, a descrição que Benedetti oferece para as travestis brasileiras como pessoas que, apesar das modificações corporais, não desejam passar pela cirurgia genital, corresponde, em outros países, ao que se tem por “transexual secundário” (Leite Jr., 2011, p. 220). (p. 12).

<sup>1</sup> Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa Associado UEM / UEL de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

<sup>2</sup> Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Londrina (1976), mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1983) e doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1994). Professora associada da Universidade Estadual de Londrina (UEL), Coordenadora da Residência Técnica em Gestão pública - RESTEC, parceria Seti/UEPG. Coordenadora do Núcleo Interdisciplinar de Gestão Pública da Universidade Estadual de Londrina. Integrante do Conselho Municipal de Transparência e Controle Social de Londrina e Membro permanente do corpo docente do Programa de Mestrado e Doutorado Associado UEL/UEM em Arquitetura e Urbanismo.

Parte-se então das definições das identidades de gênero travesti, transexual e transgênero como identidades definidoras das sujeitas protagonistas dessa pesquisa. Este estudo pretende, a partir dessas identidades, explorar suas particularidades para problematizar a respeito das territorialidades trans no espaço urbano de Londrina. É imperativo ressaltar, porém, que, “conceitos não são estáveis nem definitivos, variando conforme o período histórico, o local, a cultura e o contexto em que são usados, sendo com frequência ressignificados” (Alves de Oliveira, 2019, p. 18), de maneira que essa é uma pesquisa situada: no contexto local-temporal, a pesquisa se situa em Londrina, Brasil, entre os anos de 2022-2024, momento em que o país enfrenta a reconstrução após um período de conservadorismo extremo. A ascensão do bolsonarismo, materializada na eleição de Jair Bolsonaro em 2018, influiu a violência contra a população LGBTIAP+, destacando uma agenda moral conservadora que impacta diretamente as questões de gênero e sexualidade (Quinalha, 2022; Ferreira, 2024).

No contexto geográfico-espacial, propõe-se uma leitura dos territórios configurados pelas mulheres trans e travestis na escala da cidade. A cidade aparece como um local profícuo para a compreensão do espaço geográfico e das relações sociais e culturais vividas no cotidiano urbano (Ferreira, 2024). Ferreira e Pereira (2020) afirmam que a cidade é espaço de consumo de mercadorias e produtos, mas também de relações sociais e culturais diversas, determinando a percepção, compreensão e apropriação do espaço urbano. A cidade, como local de materialização das estruturas que regem a sociedade, concentra conflitos emergidos da dinâmica urbana e da luta por espaços, por controle, apropriação e demarcação de território (Ferreira, 2024).

Os territórios a serem identificados e caracterizados sob a perspectiva de sua configuração por/para a população trans e travesti, seguirão a perspectiva estabelecida pelo trabalho de Ferreira (2024). A definição dos territórios, segundo o autor, corresponde a uma construção que emerge a partir do espaço social e geográfico, onde a essência está nas relações de poder exercidas por determinados grupos sobre uma área. No caso de territórios LGBTIAP+, esse conceito é associado à presença e vivência de pessoas com identidades dissidentes da heterocisnormatividade, como lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, entre outros. O território não é apenas uma delimitação espacial, mas também reflete a construção de identidade e as dinâmicas sociais específicas dessas pessoas, evidenciando as relações de poder que moldam esse espaço (Ferreira, 2024 p. 24-25).

O autor estende sua leitura a toda a população LGBTIAP+. Aqui, entretanto, dar-se-á ênfase apenas à população trans feminina e travesti.

### **Por uma leitura de territórios travestis a partir dos poderes envolvidos em suas configurações**

As territorialidades das mulheres trans e travestis são delimitadas por uma variedade de fatores interseccionais que atuam na produção de territórios. Esses fatores incluem as próprias estruturas sociais, como o capitalismo, o patriarcado, o colonialismo (Ferreira, 2024); a configuração espacial das cidades; as performatividades cisnormativas; os contextos de violência e medo; as lutas por direitos e as dinâmicas de resistência (Ferreira, 2024, p. 24). Ao se retomar, entretanto, o conceito de território como - aquele formado a partir do espaço social e geográfico, cuja essência reside na relação de poder que certos grupos exercem sobre uma determinada área, conforme explicado por Ferreira (2024) - é viável reconhecer que um território travesti seria um espaço identificado pela presença, vivência, atuação e/ou identidade significativa de indivíduos trans femininas e travestis.

Esses territórios refletem a construção de identidade, a relação de poder e as dinâmicas sociais específicas relacionadas a essas pessoas dissidentes de gênero dentro do espaço urbano. As mulheres trans e travestis, enfrentam desafios complexos e particulares na cidade capitalista, sobre isso, Ferreira (2024) especifica:

O trabalho em si, faz parte das estruturas que regem a sociedade e o espaço. Isso pode ser demonstrado através de evidências como a notícia vinculada no site CNN Brasil, de 02 de julho de 2021, com o título “Seis em cada 10 pessoas LGBTQIA+ perderam renda ou emprego na pandemia”. Segundo a matéria, que também publiciza uma pesquisa realizada pelo coletivo VoteLGBT, a taxa de desemprego no Brasil entre as pessoas que integram a comunidade é de 17,15%, mas, quando analisadas apenas as pessoas trans, o percentual sobe para 20,47%. A pesquisa foi realizada entre os dias 28 de abril e 15 de maio de 2020, período para o qual a taxa de desemprego geral da população brasileira variou de 12,6% a 12,9%, valores pelo menos 4,25% menores do que as taxas de desemprego entre pessoas LGBTIAP+. A matéria também evidencia como o desemprego e a precariedade laboral contribuem para a marginalização social das pessoas LGBTIAP+: com a perda de renda causada durante a Pandemia de COVID 19, 41,53% da população LGBTIAP+ se encontrava em situação de insegurança alimentar, percentual que subia para incríveis 56,82% quando consideradas apenas pessoas trans. Ainda, segundo os dados da ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), 90% da população trans no Brasil tem a prostituição como fonte de renda (Ferreira, 2024 p. 39).

No entanto, é crucial reconhecer que essas experiências podem variar significativamente. Pessoas trans com maior poder aquisitivo e maior passabilidade muitas vezes conseguem evitar ou minimizar tais contextos de marginalização. Guimarães e Lando (2023, p. 162) abordam a alarmante realidade enfrentada por travestis e mulheres transexuais, destacando dois fatores críticos: a baixa expectativa de vida média, de apenas 33 anos, e o fato de que, segundo estimativas, 90% dessas pessoas dependem da prostituição como principal meio de subsistência. Essa situação, naturalizada pela sociedade, evidencia a exclusão social e econômica dessas pessoas, além da vulnerabilidade que enfrentam diariamente em termos de segurança, saúde e direitos básicos e acesso ao mercado de trabalho.

A expectativa de vida de 33 anos revela outra faceta da dinâmica de poder que estabelece a configuração dos territórios vivenciados pelas mulheres trans e travestis. Ao analisar a violência contra a população LGBTIAP+ no Brasil, Silva (2008) entende que “tal dimensão da violência é diferenciada para cada grupo de gays, lésbicas e transgêneros.” (Silva, 2008, p. 8). No que diz respeito às pessoas trans, Silva (2008) enfatiza que essas sempre estiveram em situação de maior marginalização no Brasil, isso “porque a marca da transgressão é nítida, visual e, portanto, afronta o poder heteronormativo, muito menos evidente no gay ou na lésbica.” (p. 9). Tal conclusão é corroborada pelos relatórios anuais de mortes divulgados, outrora pelo Grupo Gay da Bahia e atualmente pelo Observatório de Mortes e Violências LGBTI+ no Brasil. No Dossiê 2023 divulgado no ano de 2024, fica explícito como a população Trans é alvo preferencial de violência no país, correspondendo a 61,74% dos casos de mortes (142 mortes).



O Brasil continua a figurar como o país que mais mata pessoas LGBTIAP+ no mundo todo, registrando uma média de uma morte a cada 34 horas (Gastaldi et al., 2023). No que diz respeito a população trans, o país também ocupa o primeiro lugar no ranking de países que mais mata pessoas transexuais (Cerqueira et al., 2021; Mendes & Silva, 2020).

Esses dados ressaltam a gravidade das dinâmicas de poder e exclusão que configuram os territórios ocupados por mulheres trans e travestis. A prostituição, frequentemente a única opção de subsistência disponível, torna-se um elemento central na compreensão dessas territorialidades. A relação de poder presente nesses territórios é evidente, demonstrando como as estruturas sociais e econômicas limitam as oportunidades e perpetuam a marginalização dessas populações (Ferreira, 2024).

### **A violência e a prostituição como territorialidades trans e travestis em Londrina**

Para compreender o contexto de violência contra a população Trans feminina e Travesti na cidade de Londrina, é importante primeiramente que se cite geográfica e historicamente a cidade e seus personagens. A cidade de Londrina, localizada no Estado do Paraná, na região sul do Brasil, é a segunda maior cidade do estado, a 4ª maior da Região Sul e a 39ª maior cidade do país, segundo os dados do censo de 2022 do IBGE e faz parte da Mesoregião Norte Central Paranaense. A cidade foi fundada há 89 anos e possui população de 555.937 habitantes (IBGE 2022) e ocupa posição estratégica em termos econômicos, constituindo um centro de referência macro-regional, classificada pelo IBGE como Capital Regional B. Ao refletir sobre a cidade, Moreira (2020) afirma que:

“O significado do seu nome, “pequena Londres”, traz em si todas as marcas brancas, elitistas, eurocentradas e heterocisnormativas, pertinentes ao colonialismo imposto às regiões e aos corpos que ali viviam, praticados nos processos de colonização da América Latina. (p. 1).

Quanto à presença de pessoas trans e travestis, imagina-se que essas estejam presentes no cotidiano da cidade desde sua instituição, porém, é nos anos 70, num contexto em que a prostituição fazia parte do cotidiano da cidade, em que encontram-se os primeiros registros desse grupo, conforme ilustra Araujo (2006):

A prostituição a céu aberto, o *trottoir* realizado por mulheres à noite era caso de polícia. Este tratamento para com as meretrizes londrinenses, desde os seus primórdios, foi uma prática estendida nos anos seguintes. As travestis, em Londrina, herdaram essa prática policial punitiva da “vadiagem” à céu aberto, numa Londrina já firmada como uma das maiores cidades do Paraná. Surgindo em pequenos grupos, na segunda metade da década de 70, intensificando-se em número no início dos anos 80, travestis “natas” e mesmo algumas forasteiras travavam amizades e frequentavam boates e bares da avenida Tiradentes, famosa pelo único Shopping da cidade na época, o Com Tour. Numa rua ligada à avenida, localizava-se uma boate muito frequentada pelas travestis, chamada Estilingue. Ali próximo, outro bar fazia fama por receber, com frequência, a visita ruidosa dessas personagens noturnas. Prostituição e diversão se confundiam, já que tudo se realizava em avenidas e ruas próximos dos bares e boates frequentados pelas travestis. (p. 43).

Nos anos 70, nos Estados Unidos, pessoas trans também protagonizavam a vivência e militância LGBTIAP+, com destaque para figuras como Marsha P. Johnson e Sylvia Rivera. Essas ativistas transgênero desempenharam papéis cruciais nos eventos de Stonewall (1969) e se tornaram figuras proeminentes no movimento pelos direitos LGBT nos anos seguintes (Quinalha, 2022). Em Londrina, a população trans ocupava a vida noturna e começava a lançar as bases para o movimento LGBTIAP+ local, que só viria a se consolidar no final da década de 80 (Ferreira, 2024). Araujo (2006) observa:

Em Londrina, a remoção das travestis das ruas, por “vadiagem”, era o principal motivo das apreensões. Um famoso vereador da cidade, na década de 80, dava a ordem de recolher as travestis, colocavam-nas no “paredão” em frente à delegacia da Rua Sergipe e o “castigo” era ali aplicado: chamava o bombeiro e, com mangueiras de alta potência, esguichava nos corpos emparedados. Toda uma produção de horas em frente ao espelho era desfeita ali em segundos, com perucas, brincos e colares pelos ares. Apesar de algumas travestis, em Londrina, andarem em bando, não tinham como recorrer à justiça, já que o próprio poder judiciário fazia vistas grossas a quem não tivesse uma família, um emprego e uma residência fixa. (p. 43).

Essa repressão era semelhante ao que ocorria em outras cidades brasileiras, como São Paulo, onde a violência policial catalisou a organização de movimentos em busca de direitos (Araujo, 2006). Ao relatar os Territórios de Medo e de Morte da população LGBTIAP+, Ferreira (2024, p. 132) evidencia a perenidade dos territórios de prostituição na cidade de Londrina, bem como suas relações com a violência contra a população trans e travesti, e explora a relação histórica entre as travestis em Londrina e a prostituição, destacando a ocupação de espaços urbanos, especialmente no período noturno, desde a década de 1970. Esses territórios são descritos como locais de vivência e resistência, mas também de vulnerabilidade extrema, marcados pela exclusão social e espacial. O autor enfatiza que esses espaços noturnos proporcionam uma invisibilidade relativa frente à marginalização e à violência múltipla — física, moral, sexual e letal — que incidem sobre os corpos das travestis. A isso, Carvalho e Macedo (2017) acrescentam que:

Às travestis é reservada a cidade noturna, quando todos dormem e não podem mais ver seus corpos, não podem mais ver essa vida nua e insacrificável do sacer; às travestis não é dado o direito de se locomoverem pela cidade, de acessar os serviços de saúde, educação e aparato jurídico-policial: tudo lhes é negado, exceto a marginalização social (...). (p. 111).

Neste contexto, a prostituição surge como uma estratégia de subsistência e sobrevivência. No Brasil, conforme mencionado anteriormente, 90% da população trans, incluindo as travestis, dependem da prostituição como principal fonte de renda. A criação desses territórios de prostituição envolve dinâmicas de identidade, resistência, exclusão e outros fatores. Ornat e Silva (2014, p. 116) discutem a complexidade dos territórios da prostituição travesti, enfatizando que esses espaços são construídos tanto por experiências de pertencimento quanto de exclusão. Por um lado, as travestis desenvolvem redes de apoio e amizade, fundamentadas em vivências compartilhadas na prostituição; por outro, essas mesmas relações são atravessadas por dinâmicas de competição e violência. O território, portanto, é constituído pela coexistência de elementos opostos, refletindo as tensões entre solidariedade e conflito que permeiam o cotidiano dessas pessoas.

Os autores também destacam que a prostituição travesti pode ser entendida através da criação de territórios, devido à sua organização hierárquica e aos constantes tensionamentos entre os envolvidos nesta atividade (p. 116). Esses territórios são marcados por estigmas e preconceitos, tanto da sociedade quanto das forças repressoras do Estado. Efren (2016) explora essa ideia de forma eficaz:

O território sexualizado pelo perambular das travestis que se prostituem é o mesmo território criminalizado pela atuação policial e pela circulação de mercadorias ilegais. Nesse processo de territorialização, a travesti é confundida com o traficante, e a sexualidade se mescla ao crime. Ela sofre a criminalização que permeia o território delinquente. Não se trata apenas da exposição pública ou do 'estar na pista', mas da territorialização de um espaço público noturno, sombrio e delinquente, onde a sexualidade e o crime compõem a rua e a própria noção de periculosidade pública. Algo similar acontece com homens gays mais velhos que percorrem essas áreas à noite em busca de sexo (p. 332).

As travestis moldam a territorialidade desses espaços, construindo discursos e disputando poder em um cenário complexo de relações, atravessado por violências e repressões impostas pela heterocisnormatividade. Situações de conflito, como essa, ocorrem em vários territórios LGBTIAP+, não se restringindo apenas aos territórios das travestis, pois fazem parte da dinâmica social de poder.

Ferreira (2024) destaca a Av. Dom Geraldo Fernandes, popularmente conhecida como Avenida Leste Oeste como um importante território de medo e morte das travestis na cidade de Londrina. A Avenida corresponde à antiga linha férrea da cidade, que também servia de barreira simbólica entre a população rica e pobre e se tornou um importante ponto de prostituição na atualidade.

### **A resistência e o protagonismo do ativismo trans e travesti em Londrina**

A resistência também faz parte dessas territorialidades (Ferreira, 2024; Souza e Feliciano, 2021) e o cenário de violência foi um importante catalisador para a organização do movimento LGBTIAP+ que buscou responder à repressão, ao redor do mundo (Quinalha, 2022) e também em Londrina (Ferreira, 2024). As lutas por direitos, a criação de redes de apoio e a busca por reconhecimento e inclusão são dinâmicas que desafiam as estruturas opressivas e contribuem para a formação de territórios de resistência.

Ferreira (2024) evidencia a população trans como protagonista no surgimento e desenvolvimento do movimento LGBTIAP+ na cidade de Londrina:

Nos anos 80, as travestis se organizavam em torno do carnaval, tendo sido realizado o primeiro Miss Travesti em 1982, durante a festa de carnaval, que elegeu Minibi Ballesteiros como primeira Miss Travesti de Londrina. Minibi, mais tarde, deixaria de se identificar como travesti e assumiria a identidade como homem gay, Edison Bezerra, um dos principais articuladores do Movimento LGBTIAP+ da cidade (Ferreira, 2024, p. 107).



Figura 1 – Ativista Christiane Lemes no Carnaval de Londrina. Fonte: Rede Lume. Disponível em: < <https://redelume.com.br/2020/08/21/sou-uma-sobrevivente/> > . Acesso em 24 out. de 2024.



O carnaval é um momento importante de visibilidade, convivência e celebração para a comunidade LGBTIAP+ e atua na construção de territorialidades de convivência resistência (Ferreira, 2024). Alves de Oliveira (2019, p.15), descreve o carnaval como um momento único em que travestis podiam expressar-se publicamente com roupas femininas, sem sofrer represálias. A celebração, tradicionalmente associada ao uso de fantasias e ao *cross-dressing*, oferecia uma brecha nas rígidas normas sociais do cotidiano. Muitas travestis aproveitavam esse período para se vestir de forma mais elaborada, desfrutando de uma liberdade temporária e contrastante com a repressão que enfrentavam fora dessa festividade.

A resistência e organização do movimento LGBTIAP+ em Londrina iniciou-se no carnaval, encabeçado e liderado pelas travestis, demonstrando o protagonismo desse grupo na luta por direitos de toda a população LGBTIAP+ da cidade, conforme evidenciado por Ferreira (2024):

Com protagonismo do ativismo travesti, o movimento foi tomando forma nas casas das ativistas Christiane Lemes e Saara Santana, que eram lugares conhecidos pelo acolhimento de travestis e mulheres trans que chegavam na cidade, desde a década anterior. Eram em suas casas que eram acolhidas as travestis da cidade e em que se realizavam eventos de confraternização, como o Chá das Bonecas e o Réveillon das Bonecas. (...) É importante dizer que a casa da ativista Saara Santana foi um marco referencial para o movimento LGBTIAP+ de Londrina. A casa era vista como uma casa de acolhimento de pessoas LGBTIAP+ e também um importante ponto de reunião da comunidade. A residência, que também era um terreiro de Candomblé, ficava localizada na Vila Yara, Rua Tangará, número 76 e, após a morte da ativista, foi alugada para ser a sede da ONG que veio substituir o GHL<sup>3</sup>, uma vez que possuía um substantivo valor para a comunidade local, muito anterior a fundação da nova ONG (p. 108).

Anova ONG, citada por Ferreira (2024) é a ONG Adé-Fidan, cujo nome significa “homem de fino trato” em nagô, iniciou suas atividades em 2001 sob a liderança de Edison Bezerra e Scarlett O’Hara Costa. Com o tempo, a ONG conseguiu financiamento da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco) para o projeto Casa de Vivência Saara Santana, que acolheu mais de 150 travestis, e para o projeto Boa Noite Cidadão, voltado ao público gay e garotos de programa. Além de seus projetos, a Adé-Fidan foi instrumental na aprovação da Lei Municipal Nº 8.812, sancionada em 13 de junho de 2002. Esse projeto de lei, de autoria da vereadora Elza Correia e sancionado pelo prefeito Nedson Micheleti, estabelece penalidades para estabelecimentos que discriminem indivíduos com base em sua orientação sexual. Esse marco legislativo foi crucial na luta pelos direitos das pessoas LGBTIAP+ em Londrina. A lei era distribuída em formato de bolso para que membros da comunidade, em especial as travestis, pudessem apresentá-la em situações de discriminação, como ao frequentar estabelecimentos ou alugar imóveis, assegurando assim um tratamento respeitoso.

3 GHL – Grupo Homossexual Londrinense, surgiu em meados dos anos 90 como resultado desse processo e efervescência do movimento e também como consequência da organização em torno da ALIA (Associação Londrinense Interdisciplinar de Aids) (Ferreira, 2024).

A ONG também promoveu eventos significativos como o “Brasil Sem Homofobia”, realizado no Hotel do Lago, e revitalizou o concurso Miss Travesti durante o carnaval de 2002, em colaboração com a Sercomtel e a Secretaria Municipal de Cultura, elegendo a futura ativista Melissa Campus como Miss Travesti Londrina. Devido a dificuldades financeiras, a Adé-Fidan encerrou suas atividades em 2007. Apesar disso, o movimento continuou a ganhar força em Londrina, destacando-se eventos como a Pré-Conferência GLBTTT, a Conferência Paranaense GLBT e a Conferência Nacional GLBT em 2008.

Em 2012, surgiu o grupo ElityTrans, um movimento social liderado pelas travestis Melissa Campus e Christiane Lemes. Este grupo buscava dar continuidade ao trabalho iniciado pelo GHL e Adé-Fidan, mas operava sem uma estrutura institucional formal, atuando como um coletivo. O ElityTrans manteve diálogos com outros movimentos sociais, incluindo o movimento negro, feminista, dos moradores de rua e estudantil, sempre defendendo os direitos da população LGBTIAP+. Foi a partir do Elity Trans que a população Trans e Travesti de Londrina decidiu que era necessário que ela mesma desse voz a história do movimento LGBTIAP+ londrinense, contando como foi sua formação a partir de um documentário intitulado: “Meu Amor, Londrina é trans e travesti”. Sobre isso, Moreira (2020) acrescenta:

O Coletivo ElityTrans foi criado em 2012, com a compreensão e a necessidade de organização da comunidade de homens e mulheres transexuais e travestis, diante da realidade devastadora de assassinatos e desassistências diversas, que essa população enfrentava. Desde então, o grupo de militância luta por uma sociedade mais justa e igualitária, por um mundo em que a convivência com as diferenças e os diferentes seja possível. As principais lutas de resistência do grupo se dão contra a transfobia, a lgbtqia+fobia, contra todo tipo de violência social à população T, pela garantia de direitos civis e pela saúde integral dos e das envolvidas. O projeto “Meu amor, Londrina é trans e travesti” reúne cinco vídeos das ativistas Melissa Campus, Edison Bezerra (Minibi Balesteiros), Vanessa Murça, Christiane Lemes e Marla Rocha, além de um documentário geral, que reúne todas essas narrativas. O projeto de criação dos documentários teve o intuito de revelar histórias do início da luta por direitos, desta população, que ainda vive marginalizada pela sociedade, além de registrar o legado deixado pelas primeiras ativistas da população T (p. 9).

A análise da trajetória das travestis e mulheres trans em Londrina evidencia a complexa dinâmica de resistência e conquista do espaço urbano. Em busca do direito à cidade, essas populações reivindicam não apenas o direito de existir, mas de participar ativamente na configuração da vida urbana. A resistência e organização são catalizadas pela necessidade de luta contra a violência que se impõe. Através da organização de eventos culturais, como o carnaval, e a formação de ONGs como Adé-Fidan e ElityTrans, essas pessoas têm, não apenas lutado por direitos básicos e visibilidade, mas também criando espaços de acolhimento e segurança e dado protagonismo a suas próprias trajetórias.

## Considerações finais

Desde antes dos anos 70, as travestis e trans em Londrina têm desafiado as normas heterocisnormativas e enfrentado a violência. Elas têm convivido em territórios de prostituição, em que também são mortas, criando territorialidades multifacetadas, complexas e contraditórias.

Ao analisar as territorialidades das mulheres trans e travestis, é essencial considerar as interseções de poder que influenciam suas vivências. As cidades, como espaços de concentração populacional e de intensas dinâmicas sociais, representam um campo fértil para essa análise que pode e deve ser extrapolada para outras realidades, a fim de demonstrar perspectivas para lidar com a violência e a dificuldade de acesso a direitos na urbe. Compreender as dinâmicas de poder e resistência nesses territórios pode contribuir para a formulação de políticas públicas e práticas urbanas mais inclusivas e equitativas, que reconheçam e valorizem a diversidade e as especificidades das experiências das mulheres trans e travestis.

A leitura de territorialidade trans e travestis em Londrina também revela não só um protagonismo na luta por direitos como também uma reivindicação em contar sua própria história. O grupo ElityTrans, ao escolher o título “Meu Amor, Londrina é trans e travesti” para seu documentário, faz uma declaração poderosa sobre a identidade da cidade. Este título reflete a visão de que Londrina é não apenas habitada, mas reivindicada pelas vidas e experiências das travestis e mulheres trans. Ao parafrasear esse título, afirma-se que toda cidade é e deve ser trans e travesti, mas que acima de tudo, sejam seguras e livres de preconceito e violência contra essa população.

## Referências

- ALVES DE OLIVEIRA, F. N. . Gênero, cultura e o dispositivo da transexualidade: a formação da identidade travesti no Brasil. *DARANDINA REVISTELETRÔNICA*, Juiz de Fora, v. 10, n. 1, p. 1–20, 2019. DOI: 10.34019/1983-8379.2017.v10.28254. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/darandina/article/view/28254>. Acesso em: 4 jun. 2024.
- ARAUJO JR., J. C. *A Metamorfose Encarnada: Travestimento em Londrina (1970-1980)*. Fev. 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.
- BORTOLOZZI, R. M. arte transformista brasileira: Rotas para uma genealogia decolonial. *Quaderns de Psicologia*, Barcelona, v. 17, n. 3, p. 123-134, 2015. DOI: <https://doi.org/10.5565/rev/psicologia.1274>
- CARVALHO, C. O.; MACEDO JR., G. S. “Isto é um lugar de respeito!”: a construção heteronormativa da cidade-armário através da invisibilidade e violência no cotidiano urbano. *Revista de Direito da Cidade*, Rio de Janeiro, v. 09, n. 01, p. 103 - 116, 2017. DOI: <https://doi.org/10.12957/rdc.2017.26356>
- CERQUEIRA, D.; FERREIRA, H.; BUENO, S. et al. Atlas da violência 2021. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, São Paulo, 2021.
- EFREN F., R. Corpos brutalizados: conflitos e materializações nas mortes de LGBT. *Cadernos pagu*, Campinas, n. 46, p. 311 - 340, jan.-abr., 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/18094449201600460311>

FERREIRA, A. V.; PEREIRA, C. M. R. B. A Cidade como objeto de conhecimento para a educação geográfica. *Revista Ensino de Geografia*, Recife, v. 03, n. 02, p. 200-220, 2020. DOI: <https://doi.org/10.51359/2594-9616.2020.245976>

FERREIRA, L. S. *AS CARACTERÍSTICAS DOS TERRITÓRIOS OCUPADOS PELAS POPULAÇÕES LGBTIAP+ NO ESPAÇO URBANO EM LONDRINA*. Mar. 2024. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa Associado de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Londrina e da Universidade Estadual de Maringá, Universidade Estadual de Londrina. DOI: <http://dx.doi.org/10.13140/RG.2.2.10112.65280>

GASTALDI, A. B. F. (org.); BENEVIDES, B. (org.); COUTINHO, G. (org.). Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2022. Florianópolis, SC: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2023. Disponível em: <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/wp-content/uploads/2023/05/Dossie-de-Mortes-e-Violencias-Contra-LGBTI-no-Brasil-2022-ACONTECE-ANTRA-ABGLT.pdf>.

GUIMARÃES, A. T.; LANDO, G. A. Território e sociabilidade LGBTQIA+ em Recife durante a pandemia da Covid-19. *Revista Espaço Acadêmico*, Maringá n.238, p. 157-168, jan. - fev., 2023. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/65371>

MENDES, W. G.; SILVA, C. M. F. P. Homicídios da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros (LGBT) no Brasil: uma Análise Espacial. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, n. 05, p. 1709 - 1722, 2020.

MOREIRA, R. “Meu Amor, Londrina é trans e travesti”: o midiatravismo como desdobramento da comunicação popular e comunitária, na reparação histórica de protagonistas “T” do norte pioneiro do Paraná. In: 43º CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. *Anais eletrônicos* [...]. Salvador: UFBA, 2020. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2020/index.htm>. Acesso em: 12 jun., 2024.

Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2023 / Acontece Arte e Política LGBTI+; ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais); ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos). – Florianópolis, SC: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2024.

ORNAT, M. J.; SILVA, J. M. Território Descontínuo Paradoxal, Movimento LGBT, Prostituição e Cafetinagem no Sul do Brasil. *GEOUSP Espaço e Tempo* (Online), São Paulo, v. 18, n. 1, p. 113–128, 2014. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2014.81087. Disponível em: <https://revistas.usp.br/geousp/article/view/81087>.. Acesso em: 5 jun. 2024.

QUINALHA, R. *Movimento LGBTI+*: Uma breve história do século XIX aos nossos dias. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

SILVA, J. M. A CIDADE DOS CORPOS TRANSGRESSORES DA HETERONORMATIVIDADE. *Geo UERJ*, Rio de Janeiro, v. 1 n. 18, p. 3- 19, 2008. DOI: 10.12957/geouerj.2008.1343. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/geouerj/article/view/1343>



SOUZA, W. V. F.; FELICIANO, C. A. Por uma Leitura Geográfica dos Territórios da Morte, do Medo e de Resistência LGBTQIAP+ no Brasil. *Revista NERA, Presidente Prudente*, v. 24, n. 61, p. 87 - 111, 2021. DOI: <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i61.9097>

# A VIDA DE PESSOAS TRANSEXUAIS E O IMPACTO DA VIOLÊNCIA AMBIENTAL E CLIMÁTICA

## Um olhar sobre saúde e as enchentes no RS

*THE LIVES OF TRANSEXUAL PEOPLE AND THE IMPACT OF  
ENVIRONMENTAL AND CLIMATE VIOLENCE  
A look at health and floods in RS*

**Fernanda Guadagnin<sup>1</sup>,  
Renata Guadagnin<sup>2</sup> e Angelo Brandelli Costa<sup>3</sup>**

### Resumo

O objetivo deste estudo é fazer um panorama geral, por meio de respostas de um questionário, sobre o impacto da catástrofe climática ocorrida no Rio Grande do Sul, em maio de 2024, na vida das pessoas trans que são usuárias do Programa Transdisciplinar de Identidade de Gênero do Hospital de Clínicas de Porto Alegre (PROTIG/ HCPA). Obtivemos 66 respostas, as quais apontam que a população transexual encontra-se em situação de vulnerabilidade social e é impactada negativamente pela violência ambiental e climática, inclusive com relação ao tratamento voltado à identidade de gênero.

Palavras-chave: transexual, violência ambiental, violência climática, vulnerabilidade.

### Abstract

*The objective of this study is to provide an overview, through responses to a questionnaire, of the impact of the climate catastrophe that occurred in Rio Grande do Sul in May 2024 on the lives of trans people who are users of the Transdisciplinary Gender Identity Program of the Hospital de Clínicas de Porto Alegre (PROTIG/HCPA). We obtained 66 responses, which indicate that the transgender population is in a situation of social vulnerability and is negatively impacted by environmental and climate violence, including in relation to treatment aimed at gender identity.*

*Keywords: transsexual, environmental violence, climate violence, vulnerability.*

1 Doutoranda (PUCRS), Mestre em Psiquiatria (UFRGS/2022), Especialista em Atenção Básica em Saúde (ESP/2013) e Assistente Social (PUCRS/2008) do HCPA.

2 Professora do PPGD-Unifacvest, Pós-doutoranda em Direitos Humanos na Uniritter (bolsista PDPG-CAPE), Doutora em Filosofia com estágio doutoral na Uninversidade de Hamburg/Alemanha (PUCRS/2021); Mestra em Ciências Criminais (PUCRS/2014), bacharela em Direito (PUCRS/2012) e Advogada.

3 Professor do PUCRS/PPGP, do PUCRS/PPGCS, e do PUCRS/PPGMCS, Pós-doutorado (UNIROMA/2021), Pós-doutorado (UFRGS/2017), Doutor em Psicologia (UFRGS/2015), Mestre em Psicologia Social e Institucional (UFRGS/2012), Especialista em Psicologia Social e em Psicologia em Saúde (CFP/2018), Psicólogo (UFRGS/2009).

### Introdução

O *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (DSM-5), elaborado pela Associação Americana de Psiquiatria (APA-2013), em sua quinta revisão, passou a classificar a transexualidade como Disforia de Gênero (DG), um desconforto persistente com o sexo de nascimento, e não mais como transtorno de identidade de gênero. A nova Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-11), divulgada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 18 de junho de 2018, suprime/exclui a transexualidade da lista de distúrbios mentais, inserindo-a no capítulo sobre saúde sexual, classificada como Incongruência de Gênero.

A população transexual pode ou não realizar as mudanças corporais (tratamento hormonal e cirurgias) com vistas à adequação da aparência à identidade de gênero. No Programa Transdisciplinar de Identidade de Gênero do Hospital de Clínicas de Porto Alegre (PROTIG/ HCPA), atende-se, desde 1998, a população que apresenta insatisfação/disforia/sofrimento com as características do gênero de nascimento (físicas, sexuais e hormonais), que buscam modificações nas características sexuais primárias e secundárias auxiliando-as psíquica, social e fisicamente no processo de transição.

A maioria das usuárias faz uso de hormônio de forma contínua e precisa da dispensação e da receita. Os encontros nos grupos proporcionam suporte psicossocial e os atendimentos individuais são fundamentais para casos em que apresentam demandas relacionadas à saúde mental.

A situação de calamidade pública, ocasionada pela sucessão de enchentes no estado do Rio Grande do Sul, especialmente em maio de 2024, exigiu a implementação de medidas rápidas aos moradores das áreas de risco e provocou mudanças no HCPA. Tal cenário acabou afetando diretamente a organização e a expectativa dos pacientes acompanhados em 2024 pela equipe multidisciplinar do PROTIG. Foram suspensas as consultas ambulatoriais e as cirurgias eletivas, sendo informados todos os 108 pacientes para não comparecerem nos atendimentos individuais, grupos e cirurgias. Sabendo-se da situação de maior vulnerabilidade social em que se encontra a população transexual, associada a preconceitos, discriminação, não aceitação familiar, foi proposto e aceito pelo Comitê de Ética do HCPA uma pesquisa utilizando a ferramenta Google Forms, enviada pelo Whatsapp, para analisar o impacto da enchente na vida (perdas físicas e/ou emocionais) das pessoas transexuais que mantêm vínculo com o PROTIG. A metodologia utilizada para investigar o impacto da suspensão do acompanhamento sistemático e das transformações decorrentes da enchente na vida dos pacientes contemplou um estudo descritivo com método investigativo, com análise das respostas a um questionário quanti-qualitativo.

A pesquisa abordou questões que passam também pelo vínculo com o PROTIG e sobre as dimensões social, psicológica e biológica do cenário de calamidade, de modo a ampliar a reflexão sobre as questões estruturais e de dificuldade de acesso das populações em situação de vulnerabilidade, contemplando a população LGBTQIA+ e, em específico, transexuais. Levando-se em consideração que esta é uma população com marcadores de vulnerabilidade social bastante presentes, consideramos necessário, diante da violência ambiental que assolou o estado, elencar algumas hipóteses: a) agravamento da situação socioeconômica; b) dificuldade no acesso às políticas públicas; disparidade de acordo com a localização geográfica; c) distinto entendimento da necessidade de não comparecimento nos atendimentos ambulatoriais; d) população exposta a riscos relacionados às doenças ocasionadas pelo contato com a água contaminada; e) possível aumento das situações de violência, com maior suscetibilidade a discriminação; f) impacto na saúde mental; g) consequências no



âmbito das relações familiares e planejamentos relacionados a saúde.

Investigar os efeitos da suspensão do acompanhamento e os efeitos decorrentes da enchente na vida dos pacientes visa contribuir para a construção de ações voltadas a preservar o vínculo e a aprimorar as condições para a continuidade do tratamento. Além disso, possibilita pensar o escopo de políticas públicas para essa população em tempos de catástrofes e violências climáticas e ambientais.

### **Programa Transdisciplinar de Identidade de Gênero (PROTIG): suas nuances e atuações**

No Brasil, a legalização e a realização da cirurgia de transgenitalização e de procedimentos de afirmação sexual tiveram um processo longo e munido de diversas discussões. Em 1971, foi realizada, de forma não regulamentada, a primeira cirurgia de redesignação sexual no Brasil, pelo cirurgião Dr. Roberto Farina, fato que culminou em um processo de criminalização, no qual o Conselho Federal de Medicina (CFM) o declarou culpado. Já em 1979, o CFM avaliou o pedido de inclusão de próteses mamárias de silicone em pacientes do sexo masculino, mas negou e desaconselhou, por ser considerado desnecessário do ponto de vista médico e, portanto, caracterizava violação do Código de Ética Médico. A partir de então, os pacientes foram indicados para tratamento psiquiátrico ou apoio psicológico.

Em 1990, o “transexualismo” voltou às discussões do CFM em outros dois processos de solicitação cirúrgica, os quais, novamente, foram negados. Como justificativa, foi utilizada a alegação de “lesão corporal grave” para caracterizar o procedimento cirúrgico. Além disso, foi considerado que tal intervenção modifica apenas a genitália e não o sexo do indivíduo. Somente em 1995 se deu o primeiro debate sobre o “transexualismo”, o qual tinha o objetivo de tornar ética a proposta terapêutica de cirurgia de transgenitalização. Mas só em 1997, no I Encontro Nacional dos Conselhos de Medicina, foi retomado o tema da cirurgia de transgenitalização. Dessa vez, fundada em princípios de beneficência, autonomia e justiça, a plenária foi favorável ao paciente transgênero; ao mesmo tempo que percebeu a necessidade de um embasamento legal para sua realização, por entender que se tratava de uma forma especial de tratamento médico.

Diante disso, o CFM, a partir da resolução 1.482, considerou que a cirurgia de transgenitalização teria um caráter terapêutico, visto que “o paciente transexual é portador de desvio psicológico permanente de identidade sexual com rejeição do fenótipo e tendência à automutilação ou auto-extermínio”. A partir disso, a cirurgia de transgenitalização passou a ser realizada no Brasil em hospitais universitários ou públicos a título experimental, após acompanhamento de um programa multidisciplinar previamente estabelecido.

Em 2002, a resolução de 1997 foi revogada pela resolução 1.652, que considerou que as cirurgias podiam ser praticadas em hospitais públicos ou privados, independentemente da atividade de pesquisa. Em 2008, o Ministério da Saúde, por meio da Portaria nº 1.707, instituiu o Processo Transsexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). A partir dessas resoluções e devido ao aumento da demanda por auxílio médico, houve a necessidade de serem criados espaços hospitalares específicos para o processo de transsexualização. Nesse sentido, alguns hospitais universitários do país, entre eles o Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA), constituíram programas multidisciplinares para atender transexuais que buscavam as cirurgias.

O Programa de Identidade de Gênero (PROTIG) recebe pacientes transexuais desde 1998. Hoje, o PROTIG é chamado de Programa Transdisciplinar de Identidade de Gênero e é formado por uma equipe multidisciplinar que conta com urologistas, psiquiatras, endocrinologistas, psicólogos, assistentes sociais, enfermeiros, otorrinolaringologistas, fonoaudiólogas, ginecologistas, representantes do Serviço de Bioética e assessores da administração do HCPA.

A avaliação multidisciplinar auxilia na inclusão e no esclarecimento de dúvidas; a avaliação inicial é realizada pela equipe de psiquiatria do HCPA, e, a partir de então, há o encaminhamento para as especialidades médicas e assistente social, que estimula, quando possível, a participação da família no processo de avaliação e acompanhamento. Após a avaliação individual, o paciente será encaminhado para o atendimento em grupo e permanecerá em acompanhamento pelo período mínimo de dois anos.

### **Enchentes: contexto geral do impacto**

Em maio de 2024, o Estado do Rio Grande do Sul passou por uma avassaladora enchente, evento em que ficaram explícitos os conceitos de “violência climática” e “violência ambiental”. Tais conceitos ampliam a reflexão sobre os impactos negativos das ações humanas sobre o clima e o meio ambiente, com consequências sociais e econômicas significativas. A violência climática relaciona-se aos efeitos adversos das mudanças climáticas que intensificam desigualdades e criam situações que corroboram conflitos e sofrimentos humanos; o deslocamento forçado decorrente de inundações ou secas obriga populações a migrarem, gerando crises humanitárias; a escassez de recursos ocasionada por uma mudança climática pode reduzir a disponibilidade de água e alimentos, aumentando disputas e conflitos; a desigualdade social aumenta, pois as comunidades mais vulneráveis, que geralmente contribuem menos para as emissões de gases de efeito estufa, são afetadas diretamente.

A violência ambiental abrange os danos causados ao meio ambiente e as consequências para a saúde humana e a sociedade; a poluição, a destruição de *habitats*, o desmatamento e a perda de biodiversidade que resultam em extinção de espécies e degradação ambiental. E na injustiça ambiental, intensificam-se as expressões da questão social diante de comunidades marginalizadas, mais expostas a ambientes degradados e menos protegidas contra danos ambientais. Ambos os conceitos destacam a necessidade de políticas públicas sustentáveis que não apenas mitiguem os impactos negativos sobre o clima e o ambiente, mas também promovam a justiça social, assegurando que todas as populações tenham acesso equitativo a um ambiente saudável e seguro.

Políticas públicas são (ou deveriam ser) um conjunto de ações, diretrizes e decisões tomadas por governos e instituições públicas para resolver problemas e atender às necessidades da sociedade. Elas são elaboradas com o objetivo de promover o bem-estar social, econômico e ambiental, e podem abranger diversas áreas, como saúde, educação, segurança, infraestrutura, meio ambiente, entre outras.

Diante da ampla gama de desigualdades, políticas públicas eficazes são fundamentais para promover o desenvolvimento sustentável e a equidade social, garantindo que os recursos sejam utilizados de forma eficiente para atender às demandas da população mais vulnerável socialmente.

Desde setembro de 2023, o estado do Rio Grande do Sul vem sofrendo com chuvas intensas que ocasionaram danos desde então. A situação se intensificou entre o final de abril e início de maio de 2024, sendo identificada como “a maior catástrofe climática” da história do estado (Biernath; Costa; Souza, 2014). Segundo dados da Defesa Civil do Estado do Rio Grande do Sul (2024) e do Atlas/CNN (2024), o excesso de chuva afetou mais de 75% do território estadual, com precipitação entre 500 a 700 mm durante o período, o que representa um terço da média histórica anual (Sias, 2024).

No dia 5 de maio, o Governo Federal decretou estado de calamidade pública. No mesmo dia, a inundação do Guaíba, lago que cerca a capital Porto Alegre, atingiu a marca de 5,33 metros. O volume de chuva no mês de maio bateu todos os recordes históricos de Porto Alegre e Caxias do Sul.

No dia 10 de junho, a Defesa Civil do Rio Grande do Sul contabilizou 173 mortes. Ao todo, 478 municípios gaúchos foram atingidos por inundações, quedas de barreiras e deslizamentos de terra. Cerca de 2,3 milhões de pessoas foram afetadas pelos efeitos das chuvas nas regiões Central, Serra e Metropolitana de Porto Alegre, sendo que mais de 442 mil moradores tiveram que deixar suas residências (cerca de 18 mil em abrigos e 423 mil desalojados). Mais de 640 mil residências tiveram o abastecimento de água cortado e mais de 440 mil clientes ficaram sem energia elétrica. Ocorreram bloqueios em dezenas de pontos nas estradas estaduais por deslizamentos de terra, alagamento, destruição da pista ou queda de barreiras e árvores (Souza, 2024).

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) estimou que as enchentes causaram prejuízos de 4,6 bilhões de reais, principalmente no setor habitacional (Nakamura, 2024).

De acordo com a Fiocruz, mais de 3 mil instituições de saúde – incluindo unidades básicas de saúde (UBS), unidades de pronto-atendimento (UPA), hospitais, farmácias e clínicas particulares – foram afetadas pelas chuvas. Isso causou a necessidade de reorganizar e priorizar os atendimentos urgentes em saúde. Além dos danos estruturais sofridos, a logística de vários hospitais foi impactada pela dificuldade de deslocamento de diversos profissionais de saúde que também tiveram suas residências afetadas pela enchente ou com estradas danificadas/bloqueadas.

### **Impacto da violência ambiental e climática no atendimento à saúde das usuárias transexuais**

A ampliação do conhecimento sobre a realidade vivenciada pelas pessoas transexuais e, inclusive, sobre a forma como a enchente as afetou, contribui para aprimorar a interação e o atendimento por parte da equipe do multiprofissional do PROTIG e na elaboração de políticas públicas voltadas a essa população.

Em razão da situação de calamidade pública causada pela enchente, em maio de 2024 houve a suspensão do acompanhamento sistemático dos pacientes pela equipe multiprofissional do PROTIG. Nessa ocasião foram adotadas medidas de abertura de abrigos para alojamento das pessoas/famílias atingidas, doações inúmeras, dificuldade na disponibilização de água e luz, e suspensão de atividades econômicas, educacionais e sociais. Com empresas e instituições afetadas pelas chuvas, ampliaram-se o desemprego e a necessidade de organizações visando ao resgate da população que residia em áreas de risco e que foi atingida pela água. Os acompanhamentos aos pacientes foram afetados por tais ocorrências, por cerca de duas semanas o hospital priorizou atender pacientes internados e suspendeu os atendimentos ambulatoriais e cirurgias eletivas; as estradas do Estado do Rio Grande do Sul foram fortemente

afetadas, sendo muitas delas bloqueadas. Além disso, o aeroporto ficou comprometido e permaneceu com as atividades suspensas, o que dificultou o acesso de pessoas de outros estados que fazem o acompanhamento no PROTIG.

A presente pesquisa é o resultado parcial da análise dos dados levantados a partir de aplicação de formulário via número de WhatsApp que consta no cadastro e no prontuário do HCPA/PROTIG, com um texto convite, Termo de Conhecimento Livre e Esclarecido, seguido das perguntas. As questões foram elaboradas pelos autores deste artigo e contemplavam as seguintes categorias: socioeconômica; políticas públicas; localização geográfica; entendimento da necessidade de sair da própria casa; exposição a riscos relacionados à situação de calamidade pública causada pela enchente; tratamentos de saúde; impacto na atividade laboral; questões sobre relacionamento familiar (redes de apoio) e, ainda, questões sobre o acesso às políticas que foram implementadas para auxílio às pessoas atingidas pelas enchentes. Foi utilizado um número (chip adquirido pelos pesquisadores) exclusivo para a aplicação da pesquisa e as perguntas foram elaboradas com base em uma pesquisa anterior do grupo de pesquisa, em que se avaliou o impacto da pandemia de covid-19 na população transexual.

Foram incluídos todos os pacientes com idade igual ou superior a 18 anos que mantêm vínculo ambulatorial com o PROTIG, sendo 108 pacientes que se enquadram nessa situação. Acreditamos que a rejeição se deu, principalmente, pela dificuldade de acesso a internet e luz que algumas pessoas enfrentavam, pois o questionário foi aplicado durante o período da enchente, ou seja, de 6 de maio de 2024 a 22 de maio de 2024.

Responderam ao questionário um total de 66 pessoas transexuais, sendo 42 (63,6%) mulheres transexuais, 21 (31,8%) homens transexuais e 3 pessoas responderam “outros” na questão referente ao gênero em que se identificam. Com relação à orientação sexual, 41 (61,2%) referiram atração por homens, 15 (22,7%) atração por mulheres, 7 (10,6%) mencionaram atração por homens e mulheres e uma resposta assexuada, uma panssexual e uma outra.

Por se tratar de um serviço de atenção terciária, o PROTIG é referência para todo o território brasileiro. Portanto, com relação às questões demográficas obtivemos a seguinte configuração: 57 (86,4%) pessoas residiam no Rio Grande do Sul e as demais em outros Estados (Santa Catarina, Sergipe, Ceará, Paraná e São Paulo).

Com relação à questão econômica, trabalho e renda foram perguntados em dois tempos, antes da enchente e após a enchente. No período antes da enchente obtivemos as seguintes informações: 21 pessoas (31,8%) estavam empregadas com carteira assinada; 17 (25,8%) eram autônomas; e 4 (6,1%) se declararam desempregadas. Já com relação ao pós-enchente, a situação relatada foi a seguinte: 19 (28,85) estavam empregadas com carteira assinada; 16 (24,2%) autônomas; 8 (12,1%) declararam-se desempregadas.

Podemos identificar que antes da enchente 7 pessoas não tinham renda e com a enchente o número aumentou para 11 pessoas. Foi questionado sobre o efeito da enchente sobre a renda, e 21 pessoas (31,8%) acreditam que a renda irá diminuir.

Mais da metade dos participantes da pesquisa, 39 (59,1%), acreditam que a enchente prejudicou o acompanhamento no PROTIG, aumentando o tempo de espera para o acompanhamento com vistas à transição de gênero.

Sabemos que existe um número significativo de pessoas transexuais que usam hormônios para adequação das características ao gênero com o qual se identificam. Foi perguntado se a enchente havia dificultado o acesso a medicamentos/hormônios,



e as respostas demonstraram que 27 pessoas (20,9%) afirmam que não estavam conseguindo retirar os hormônios e 36 (54,5%) responderam que não foram impactadas. Pudemos observar que esse tratamento também foi impactado pela enchente, pois 27 pessoas que faziam o tratamento de forma contínua não estavam tendo acesso aos insumos para tal tratamento, o que pode impactar em diversos aspectos da vida dessas pessoas, tais como saúde mental, autoaceitação e bem-estar.

No tocante ao ter que sair de suas casas, em função do avanço rápido das águas, dos 66 pacientes que responderam o questionário, 19 (28,8%) mencionaram que precisaram sair de suas casas e 47 (71,2%) negaram ter precisado sair de casa. Destes, 7 (10,8%) precisaram ir para abrigos que estavam acolhendo a população que não tinha para onde ir e 20 (30,3%) precisaram de alguma doação ou ajuda de terceiros, devido à enchente. Com relação ao acesso a serviços de saúde, perguntamos: “Você procurou algum serviço de saúde por questões relacionadas à enchente (ansiedade, depressão...)?”. 7 (10,6%) pessoas responderam que sim, e, destas, 6 (9,8%) responderam que ser trans prejudicou o acesso ao atendimento. E grande parte, 30 (45,5%), menciona que ser trans é um fator que dificulta a busca por atendimentos de saúde.

Com relação às orientações sobre sair de casa por causa da enchente, 42 pessoas (64,6%) referiram se sentir bem-informados; 16 (24,6%) se sentiam mais ou menos informados; 5 (7,7%) se sentiam mal-informados e 2 (3%) não precisaram da informação/não foram afetadas.

Já quanto às formas de acesso aos benefícios/recursos governamentais aos atingidos pela enchente, 31 pessoas (47%) responderam estar bem-informadas; 23 (34,8%) se sentiam mais ou menos informados e 12 (18,2%) se sentiam mal-informadas.

Foi questionado sobre como se sentiam em relação à segurança para acessar os abrigos destinados a pessoas atingidas pela enchente: 18 pessoas (29%) referiram que se sentiam inseguras; 19 (30,6%) se sentiram mais ou menos seguras.

Perguntas com relação à saúde mental foram feitas com o seguinte dizer: “Neste momento de calamidade pública causada pela enchente você se sente...”. As respostas estão na Tabela 1 a seguir:

Sentimento	Não sinto nada	Leve	Moderado	Forte	Muito forte
<b>Ansioso</b>	13,8% (n=9)	23,1% (n=15)	26,2% (n=17)	15,4% (n=10)	21,5% (n=14)
<b>Deprimido</b>	24,2% (n=16)	27,3% (n=18)	21,2% (n=14)	16,7% (n=11)	10,6% (n=7)
<b>Irritado</b>	30,3% (n=20)	25,8% (n=17)	27,3% (n=18)	9,1% (n=6)	7,6% (n=5)
<b>Abandonado</b>	59,4% (n=38)	12,5% (n=8)	17,2% (n=11)	3,1% (n=2)	7,8% (n=5)
<b>Vulnerável a doença</b>	50% (n=33)	19,7% (n=13)	12,1% (n=8)	12,1% (n=8)	6,1% (n=4)

Com relação às questões qualitativas, perguntamos: “Qual a pior parte da situação de calamidade pública causada pela enchente, para você?”. Descrevemos a seguir algumas das respostas.

Categoria	Preocupações e sentimentos
<b>Preocupações com tratamento e saúde</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Estou preocupado com meu tratamento hormonal, não tenho dinheiro pra comprar hormônios e só tenho receita desse. - Estou exausta fisicamente e mentalmente sem saber se vou conseguir fazer a cirurgia de redesignação sexual.</li> <li>Só que não parem de atender ou fazer as cirurgias, pois a minha está marcada para julho.</li> <li>Retomar meu tratamento.</li> </ul>
<b>Falta de informações e orientação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Gostaria que a gente que mora em outro estado fosse informado quando a gente poderá ir para Porto Alegre dar continuidade nos grupos, pois estamos desinformadas.</li> <li>Falta de informações (14 pessoas responderam).</li> </ul>
<b>Impactos da calamidade pública</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Sem novas oportunidades, meu curso foi atingido pela inundação, estou sem acompanhamento psiquiátrico, e cancelaram minha consulta com endocrinologia, o posto que fornecia hormônio gratuito no Santa Marta foi atingido também, faço estágio não tenho dinheiro para comprar hormônio que custa R\$ 259,00 reais.</li> <li>Ter que sair da sua casa e depender de terceiros para ter um lugar para dormir, mas no momento já estou de volta em minha casa.</li> <li>Ficar sem luz, sem água, fora de casa e a ansiedade crescendo, vendo as pessoas perdendo as coisas.</li> <li>Falta de água, obstrução das estradas, falta de alimento nos mercados, pessoas desabrigadas.</li> <li>Sentimento de vulnerabilidade, incapacidade de poder mudar a realidade.</li> </ul>
<b>Sonhos e esperanças para o futuro</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Que consigamos realizar nossos sonhos logo.</li> <li>Realizar minha cirurgia, meu maior sonho.</li> <li>Conseguir reconstruir minha vida.</li> <li>Procurar emprego ou estágio de novo.</li> <li>Limpar tudo e restabelecer o lar.</li> </ul>
<b>Outros sentimentos e desejos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Espero que vocês médicos, enfermeiros, técnicos e assistente social estejam todos bem.</li> <li>Agradecer pela preocupação!</li> <li>Sempre acolher pessoas que venham a precisar.</li> <li>Passar por Porto Alegre.</li> <li>Rever as pessoas.</li> <li>Infelizmente as clientes estão sem dinheiro e com isso a renda diminui.</li> <li>Achar que esse pesadelo nunca iria acabar.</li> <li>Estar abandonada e traída por parentes.</li> <li>Perder tudo e recomeçar sem nada.</li> </ul>

As categorias e falas descritas no Quadro 1 refletem preocupações, dificuldades e esperanças diversas dos afetados pela enchente, abordando desde questões práticas, como acesso a tratamentos médicos, até desafios emocionais e psicológicos diante da perda e da incerteza.

## Pensar a catástrofe: entender a violência sobre corpos

Os dados levantados pela pesquisa não surpreendem. São reflexos de uma estrutura calcada na heteronormatividade, que exclui e reitera as violências que atravessam corpos que não se enquadram na norma estipulada. Judith Butler, em sua obra *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* (Butler, 2015), desenvolve o conceito de “vidas matáveis”, abordando como certas vidas são percebidas como menos valiosas e dignas de luto e proteção em contextos de violência e conflito. Segundo Butler, a forma como as vidas são enquadradas pelos discursos políticos e midiáticos influencia a percepção pública sobre quais vidas merecem ser protegidas e quais podem ser sacrificadas sem grande repercussão moral ou emocional. Vidas matáveis são aquelas que, devido a diversas formas de marginalização e desumanização, de vulnerabilização, não são vistas como dignas de serem salvas ou lembradas.

No contexto da violência ambiental, esse conceito pode ser amplamente aplicado. A degradação ambiental frequentemente afeta de maneira desproporcional as comunidades mais vulneráveis, como populações indígenas, pobres e negras. Essas comunidades muitas vezes vivem em áreas mais suscetíveis a desastres ambientais, como inundações, deslizamentos de terra e secas extremas, e têm menos recursos para se adaptar ou se recuperar de tais eventos. Além disso, a destruição ambiental causada pela extração de recursos, poluição e mudanças climáticas perpetua um ciclo de vulnerabilização e marginalização desses corpos.

O que estamos chamando aqui de violência ambiental é uma forma de violência estrutural, em que as políticas econômicas e ambientais perpetuam desigualdades e exclusões. As comunidades que dependem diretamente dos ecossistemas para sua subsistência são desproporcionalmente afetadas pela degradação ambiental.

Judith Butler (2015) nos convida a reconsiderar quais vidas são reconhecidas e valorizadas em nossas sociedades. No contexto da crise climática, isso implica um reconhecimento das vidas que são sistematicamente marginalizadas e desvalorizadas pelas políticas econômicas e ambientais. A luta por justiça climática, então, é também uma luta por reconhecer a dignidade e o valor dessas vidas, combatendo a violência estrutural que as torna “matáveis”.

Portanto, a aplicação do conceito de “vidas matáveis” de Butler à violência ambiental e climática revela a necessidade de um enfoque ético e político que reconheça a interconexão entre justiça social e ambiental, e que promova políticas inclusivas e equitativas para enfrentar as crises atuais. O que significa dizer que mesmo as políticas de emergência, quando desses acontecimentos, precisam ser repensadas com vistas à aplicação nas distintas situações de vulnerabilidade social.

## Considerações finais

Por fim, destacamos que situações de catástrofes climáticas sobre pessoas transexuais reforçam e intensificam a situação de vulnerabilidade social à que essa população costuma estar mais suscetível. Alguns pontos destacáveis:

- a) Acesso a cuidados de saúde específicos: pessoas transexuais frequentemente necessitam de cuidados de saúde específicos, como tratamento hormonal e/ou cirurgias de redesignação sexual. Em situações de catástrofe, como enchentes, incêndios ou furacões, esses serviços podem ser interrompidos, resultando na falta de acesso a medicamentos essenciais, consultas médicas e cirurgias programadas.
- b) Segurança: pela necessidade de evacuações rápidas, pessoas

transexuais podem enfrentar riscos adicionais relacionados à segurança pessoal e à proteção de sua identidade de gênero. Abrigos temporários nem sempre estão preparados para atender essa população com segurança.

c) Vulnerabilidade social e fragilidade econômica: muitas pessoas transexuais já enfrentam marginalização social e econômica. Catástrofes climáticas podem intensificar essas desigualdades, aumentando a vulnerabilidade ao desemprego, à falta de moradia e à perda de renda.

d) Apoio psicossocial: enfrentar uma catástrofe natural impacta significativamente a saúde mental de todos. Para pessoas transexuais, que já enfrentam o estigma social e dificuldades pessoais, o suporte de profissionais especializados é essencial.

e) Inclusão e respeito nas ações de recuperação pós-catástrofe: são necessárias ações inclusivas e sensíveis às necessidades específicas de todas as pessoas, incluindo as pessoas transexuais.

No Rio Grande do Sul existem poucos serviços de nível secundário voltados às demandas da população transexual e os serviços de atenção básica não dão conta de tais demandas. A escassez de opções para atenção à saúde faz com que as pessoas dependam do serviço terciário.

As catástrofes climáticas representam uma ameaça adicional para pessoas transexuais devido à interrupção de cuidados de saúde específicos, riscos de segurança pessoal e agravamento das desigualdades sociais e econômicas. É essencial que os esforços de resposta e recuperação sejam abrangentes, inclusivos e sensíveis.

## Referências

BIERNATH, André; COSTA, Camilla; SOUZA, Caroline. 5 gráficos que mostram dimensão da tragédia das chuvas no Rio Grande do Sul. *BBC*, 6 maio 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c72p96eqkvxo>. Acesso em: 7 maio 2024.

BUTLER, Judith. *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?* 1ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CNN BRASIL. Quase 75% da população do Rio Grande do Sul foi afetada por enchentes, diz Atlas/CNN. *CNN Brasil*, 23 maio 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/quase-75-da-populacao-do-rio-grande-do-sul-foi-afetada-por-enchentes-diz-atlas-cnn/>.

MOIRA, Amara; NERY, João W.; Rocha, Márcia; BRANT, Tarso. *Vidas trans: a luta de transgêneros brasileiros em busca de seu espaço social*. São Paulo: Astral Cultural, 2022.

NAKAMURA, João. Prejuízos por chuvas no RS somam R\$ 4,6 bilhões, mostra estudo. *CNN Brasil*, 8 maio 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/prejuizos-por-chuvas-no-rs-so-mam-r-46-bilhoes-mostra-estudo/>. Acesso em: 8 maio 2024.

PAULINO, Danilo Borges; MACHIN, Rosana; PASTOR-VALERO, Maria. “Pra mim, foi assim: homossexual, travesti e, hoje em dia, trans”: performatividade trans, família e cuidado em saúde. *Saúde e Sociedade*, v. 29, n. 4, e190732, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902020190732>. Acesso em: 14 out. 2024.

RIO GRANDE DO SUL. Defesa Civil atualiza balanço das enchentes no RS – 10/6, 9h. *Defesa Civil do Rio Grande do Sul*, 10 jun. 2024. Disponível em: <https://www.estado.rs.gov.br/defesa-civil-atualiza-balanco-das-enchentes-no-rs-9-6-9h>. Acesso em: 10 jun. 2024.



SIAS, Estael. A hora mais dramática. *MetSul Meteorologia*, 2 maio 2024. Disponível em: <https://metsul.com/meteorologista-estael-sias-e-a-chuva-a-hora-mais-dramatica/>.

SOUZA, José. Várias rodovias bloqueadas pelos estragos das chuvas no RS: confira o mapa. *Agora*, 4 maio 2024. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/varias-rodovias-bloqueadas-pelos-estragos-das-chuvas-no-rs-confira-o-mapa,1820cd5080033057189b638377ab594dan5s78hr.html>.

TEIXEIRA, Flávia. (Re)encontrando Berenice Bento: uma década de afetações. *Cadernos Pagu*, v. 48, e164818, 2016.

TOKARNIA, Mariana. Mais de 3.000 estabelecimentos de saúde podem ter sido impactados no Rio Grande do Sul. *Folha de S.Paulo*, 18 maio 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/05/mais-de-3000-estabelecimentos-de-saude-podem-ter-sido-impactados-no-rio-grande-do-sul.shtml>. Acesso em: 30 maio 2024

# O PLANEJAMENTO URBANO INCLUI AS TRAVESTIS E TRANSEXUAIS? Direito à cidade e a população travesti e transexual

*DOES URBAN PLANNING INCLUDE  
TRAVESTISTS AND TRANSSEXUALS?  
Right to the city and the transvestite and  
transsexual population*

**Cassio Rafael Meneses Giacomin<sup>1</sup>  
e Walter Matias Lima<sup>2</sup>**

## Resumo

Este trabalho explora as relações entre corpo, identidade de gênero e espaço urbano problematizando junto à produção do planejamento urbano, que tem fortemente contribuído para a ocultação e invisibilidade de pessoas que não estão nas normativas de gênero cisgênero e hegemônicas com os seus direitos à dignidade e à justiça social silenciados. Travestis e Transexuais são pessoas que transgridem a norma de gênero cisgênero heteronormativa, ao oposto das convenções de gênero adotadas pelo discurso biológico. Com a pesquisa desenvolvida, é possível observar a ineficácia do Estado em assegurar a justiça social, a dignidade e o direito à cidade para a população travesti e transexual, resultado do movimento anti-trans e da inexistência de planos urbanos que pensem as problemáticas vivenciadas por travestis e transexuais no espaço público urbano.

Palavras-chave: espaço público, travesti, identidade de gênero, planejamento urbano, transexuais.

## Abstract

*This work explores the relations among body, gender identity and urban space, problematizing the production of urban planning, which has strongly contributed to the concealment and invisibility of people who are not within cisgender and hegemonic gender norms concerning their right to dignity and silenced social justice. Transvestites and Transsexuals are people who transgress the heteronormative cisgender gender norm, as opposed to the gender conventions adopted by biological discourse. As a result of the research developed, it is possible to observe the ineffectiveness of the State in ensuring social justice, dignity and the right to the city for the transvestite and transsexual population, a result of the anti-trans movement and the lack of urban plans that consider the problems experienced by transvestites and transsexuals in the urban public space.*

*Keywords: Public space, transvestite, gender identity, urban planning, transsexuals.*

<sup>1</sup> Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT (2020), Especialista em Gestão de Obras pelo Instituto de Graduação e Pós-Graduação - IPOG (2021) e Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL (2024).

<sup>2</sup> Graduado em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE (1988), Mestrado em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco UFPE (1988) e Doutorado em Educação (Filosofia e Educação) pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP (2003). Fez Estágio Pós-Doutorado na Université Rennes II: Centre de Recherche Sur L'éducation, les apprentissages et at didactique (CREAD). Professor Titular da Universidade Federal de Alagoas, no Centro de Educação.

## Apresentação

Na busca pela compreensão da problemática de travestis e transexuais terem o direito à cidade negado, a dignidade e a justiça social não asseguradas, é demonstrado toda a complexidade da ordem multidimensional da negação de identidades transgêneres no contexto urbano brasileiro. É preciso compreender que a produção da arquitetura e urbanismo é resultado de crenças, valores e comportamentos de grupos dominantes, naturalizada pelo então corpo social, com a dialética do conservadorismo e a massa cisgênera, heterossexual e classista. Então, como é elaborado o planejamento urbano das cidades paralelamente à violência, ao preconceito e as incertezas à população travesti e transexual?

A seguir, discute-se ideologicamente o silenciamento, no qual travestis e transexuais estão inseridas no contexto da dinâmica do espaço público urbano, tal lugar imposto por um processo ideológico, por meio de dispositivos da arquitetura, urbanismo, cultura, arte e convenções impostas no cotidiano. Ainda na concepção materialista da dialética do inconsciente, da construção capitalista, patriarcal e androcêntrica na relação da identidade de gênero e planejamento urbano das cidades.

## Função social e não mone(y)tização das cidades

O processo de industrialização fornece o ponto de partida para a compreensão do cotidiano urbano dos últimos tempos, com enorme impacto no desenvolvimento das cidades e crescimento dos problemas relativos aos centros urbanos e também à cultura. Com a industrialização, acelerou-se o crescimento das cidades, fortaleceu-se o sistema capitalista e a burguesia detentora dos meios de produção, houve o fortalecimento de vários problemas urbanos e sociais. Com a concepção das pessoas como mercadoria e a péssima divisão do capital, as cidades cada vez mais se transformam em espelhos das relações de classe e de propriedade privada, como produto de consumo e a mercantilização do uso do solo urbano, segregando o território urbano (Lefebvre, 2008).

Nessa mesma perspectiva, Lefebvre (2008) ainda descreve o pensamento sociológico e a estratégia política do pensamento urbanístico, que passam do nível individual para o nível global, na mediação da escala da disposição da urbanização global, com o modo de produção da cidade sistematizado, ao distorcer a ação social do solo urbano e ao fortalecer o lugar de consumo e consumo do lugar espacial. O grupo dominador das cidades afasta o proletariado da centralidade urbana, com a estratégia de enfraquecer a consciência urbana, em prol do pensamento urbanístico contrário a função social da cidade.

Junto a esses processos sociais, Harvey (2000) defende a revolução tecnológica como pouco satisfatória para a qualidade de vida, ao intensificar fortemente a alta acumulação do capital, ao criar o exército de operários reservas (os desempregados) e enfraquecer as instituições dos trabalhadores ao invés de diminuir a intensidade da carga de trabalho, na prática produz, mantém e manipula em favor do interesse da acumulação capital.

Com a problemática da função social da cidade, o planejamento urbano enfraquece cada vez mais os desprivilegiados e acentua ainda mais a hierarquia determinada pelos grandes empresários e latifundiários, aumentando exponencialmente os graves problemas estruturais da cidade e o alto preço do solo urbano em prol do mercado imobiliário. Como tática de lidar com essa situação, em 2001, foi sancionado no Brasil o Estatuto da Cidade, regulador do uso da propriedade urbana como função social em prol da coletividade, segurança, bem estar social e equilíbrio ambiental.



A função social da cidade dá-se ao atendimento da especificidade local, com as condições capazes de desenvolver o município e oferecer dignidade e justiça social aos cidadãos. Para atingir tal meta, pode-se adotar fundamentalmente metas no plano diretor junto à participação popular em todos os programas e projetos de desenvolvimento das cidades (Salemi, 2005).

Como política urbana, o Estatuto da Cidade tem como função ordenar o pleno desenvolvimento da função social da cidade e propriedade urbana, a gestão democrática com participação popular, garantir o direito às cidades sustentáveis e regulamentações contribuintes para vitalidade e a não precarização das cidades brasileiras ao fortalecer a obrigação dos municípios e Estado em assegurar a função social em todo território urbano da cidade. É regulamentado ainda que a propriedade urbana cumpre a função social quando atende às exigências fundamentais do plano diretor, assegura o atendimento dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas. O plano diretor deve ser o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana (Brasil, 2001).

Maricato (2010) aborda que, embora fundamental, a política urbana brasileira é insuficiente para resolver os problemas estruturais do direito à cidade ou moradia legal, a aplicabilidade dessa lei no Brasil, país emergente, não desenvolvido, é uma árdua tarefa recorrente da cultura tradicionalmente conservadora e do poder político por estarem em associação à propriedade e patrimônio privado. Muito importante para a construção de cidades mais justas e ambientalmente equilibradas, o Estatuto das Cidades enfrenta conflitos para sua aplicabilidade ou soluções para problemas históricos e estruturais. Trata-se de uma utopia universal que controla a propriedade urbana e fundamenta a gestão democrática da cidade, prevê o direito à cidade e à moradia. No soar da aplicabilidade brasileira, a lógica se fortalece com o mercado sempre acima da lei, ao estipular onde cada grupo deve residir ou ocupar um espaço em prol das vontades e necessidades do mercado.

Na construção do espaço, em meio à cultura tradicionalmente capitalista e “conservadora”, é possível observá-lo não apenas como um mero cenário e sim como uma materialização dos anseios muitas das vezes, da classe dominante e do distanciamento dos diferentes setores sociais. Não é possível criar espaços inertes, a forma e a estrutura da cidade organizam e determinam as relações familiares, sexuais e sociais, com a fundamentação na higienização e dominação.

Menos preconceitos podem ter, a médio ou longo prazo, uma repercussão bastante positiva na autoestima coletiva, o que, por sua vez, é um componente importante de um processo de desenvolvimento urbano autêntico (Souza, 2003, p. 83).

A problemática urbana brasileira contribui para diminuir ou até extinguir a interação entre diferentes grupos sociais e dificulta a demolição de preconceitos, com a segregação da pobreza como desfecho do modelo social capitalista. De modo geral, quanto mais distante daqueles que não se conhece, embora pense conhecer, maiores as chances de se alienar com a perspectiva segregadora e conservadora propagada pelo capitalismo patriarcal (Souza, 2003).

Uma maneira de compreender a injustiça social é por meio das culturas e dos símbolos, com a fundamentação na dominação cultural através das padronizações e tabus, ocultação para tornar invisível travestis e transexuais com a autorização da própria cultura e o desrespeito a partir da desqualificação e abjeção nas representações culturais públicas. Para ocorrer uma mudança positiva, é preciso que a diversidade e a pluralidade culturais sejam realmente reconhecidas, respeitadas e valorizadas.

Porém, no momento em que é dito à coletividade um discurso favorável a pessoas “sexualmente” transgressoras, é possível observar a reação negativa das pessoas. A consequência das práticas opressoras é toda a estrutura do capitalismo conceber modos e meios de exploração, marginalização e privação primariamente pelo gênero e pela sexualidade, com privilégios ao androcentrismo<sup>3</sup> (Fraser, 2001).

Ainda, importante ressaltar o modo como a construção geográfica é feita e refeita ao longo da história pelo processo urbano impulsionado pelas forças sociais poderosas. A urbanização sempre foi um instrumento regulatório e determinante quanto ao uso do lucro permanente na mão de poucos, essa configuração persiste no regime da cidade capitalista, ao qual busca excessivamente o alto lucro e cria uma relação bastante íntima entre a urbanização e o capitalismo (Harvey, 2013).

Nas cidades brasileiras, a demarcação espacial (e social) se faz sempre no sentido de uma gradação ou hierarquia entre centro e periferia, dentro e fora. Para verificar isso, basta conferir a expressão brasileira “centro da cidade”, e também a conotação altamente negativa do espaço sub-urbano - suburbano -, novamente em contraste com os Estados Unidos (Damatta, 1997, p. 21).

Outra forma de instituir a exploração, o privilégio e a desigualdade é através da chamada cidadania de princípio individualista e igualitário, que estabelece a hierarquia, o privilégio e o real contra-senso social e moral, ainda que a teorização da igualdade e individualismo nas sociedades de mercado seja demarcada pelos direitos universais. No mundo social, a busca pelo reconhecimento vem em meio ao conflito e à disputa, com a humanização e a personalização das situações formais, hierarquizando os indivíduos implicados na determinada situação, ainda que a consciência geral e social costume distinguir o tratamento por meio da regra geral, como negar ou inferiorizar algo ou alguém (Damatta, 1997).

Com isso, pode-se compreender o direito à cidade através da divisão do trabalho pelo papel materializado e convencionado a expressão de gênero cisgênero heteronormativo, pelas relações de poder e pelos valores sociais na validação do espaço público urbano. Consequentemente, travestis e transexuais são marginalizados, à margem da sociedade e muitas das vezes submetendo-se a condições insalubres de trabalho, com baixos salários, o que impossibilita o direito total à cidade e aumenta a complexidade da problemática urbana, recorrente da ineficiência da aplicação de políticas públicas urbanas no Brasil.

Ao pensar o espaço urbano, Buckingham (2010) defende que o direito à cidade deve incluir o direito de usá-la e participar da criação e recriação do que falta no espaço urbano. Não deve existir um protótipo de vida homogêneo que possa servir de base para definir as necessidades, satisfazê-las, ou articular seus direitos. O padrão de vida adequado precisa ser estabelecido através da diversidade ao identificar a particular necessidade humana. As violações ao direito à cidade, para “embelezamento” ou, ainda, para satisfazer ou fortalecer as convenções tradicionais, estão relacionadas à remoção espacial por meio da gentrificação, e fortalecem a criminalização e a segregação da vivência e dos encontros diários na cidade.

<sup>3</sup> Tendência para privilegiar o ponto de vista masculino ou considerá-lo como representante do geral (Ferreira, 1988).

Se o indivíduo é socialmente construído, entende-se que o espaço também é, com participação integral na criação da vida diária. Na construção social do indivíduo, o medo aos espaços públicos é decorrente das categorias de gênero criadas simbolicamente pelas relações de poder patriarcais de dominação (Buckingham, 2010).

Com esse processo da construção do espaço, Butler (2017) compreende que a sujeição é incessantemente produzida e proliferada a fim de fortalecer o poder jurídico e contribuir para acentuar a fuga pelo medo. Nesse sentido, a restrição estabelece ao corpo o papel de produzir e proliferar como objeto de regulação, embora ocorra a constante reivindicação da liberdade à corporificação. A sujeição ao corpo subordinado se apoia na moral, a forma mais clara na fundamentação da violência praticada.

É preciso ainda levar em consideração o modo com que o controle social se emprega, com caráter não apenas para a regulação das práticas sociais como forma de organização social, mas também para a regulação da população com a fundamentação moral e religiosa. Através da inserção de tabus aos costumes, são instituídas verdades, o que pode se considerar como a maior violência simbólica, etnocêntrica e comunitária em prática pela classe dominante patriarcal, juntamente com o governo estatal.

### Alteridade travesti e transexual na cidade

Para pensar a alteridade travesti no Brasil, é preciso lembrar a conjuntura política dos últimos anos, com o enorme crescimento da ultradireita e do fanatismo religioso. Entre os discursos utilizados para tal fato, há o mito da “ideologia de gênero”, a massiva disseminação de *fakenews* sobre o “kit gay”, e a “mamadeira de pi\*\*ca”, assim como o medo criado a partir da falácia do risco do banheiro “unissex”, muito usado nas campanhas presidenciais de 2018 e 2022, para ludibriar a população e, com certeza, reforçar os estigmas conservadores, os quais em nada contribuem para as pessoas que estão fora desse modelo cisgênero, heterossexual e binário de família.

E são exatamente essas mesmas pessoas, incentivadas por agentes intelectuais dos atos golpistas e pela escalada que os antecederam como continuidade do golpe, que têm usado a transfobia como um projeto político e atuado para posicionar publicamente pessoas trans como uma ameaça (ANTRA, 2023. p. 89).

O interesse da ultradireita brasileira em criminalizar a pauta travesti e transexual em nome da segurança de mulheres cisgêneras e crianças não é convincente e nada aceitável, porque não são as pessoas transexuais e travestis as responsáveis pela violência contra mulheres e crianças, e sim o patriarcado, o que estruturalmente também tem colocado a população transexual e travesti em risco frente à população cisgênera reacionária e extremista.

Nesse sentido, Deleuze (1953) compreende a imaginação como a determinação determinante que nada se faz pela imaginação e tudo se faz pela imaginação, com a associação de unir as ideias e não a qualidade das próprias ideias. “A natureza humana é a imaginação, mas que outros princípios tornaram constante, fixaram” (Deleuze, 1953, pg. 07). Ou seja, a determinação não é determinante e sim determinada, com a psicologia da natureza humana.

Pode se entender o corpo não através de uma entidade fechada e lacrada, mas sim a criação em um fluxo espaço-temporal de inúmeros processos, com a internalização dos efeitos dos processos, isso o torna “medida de todas as coisas”. As práticas representacionais das cidades moldam o “eu” e diferentes processos produzem tipos

absolutamente distintos de corpos. A proposição não é de o corpo ser passivo, mas que a maneira como capta fluxo de energia ou informação o molda em forma bastante organizada, o coloca em qualidade de máquina capaz de criar ordem. O corpo humano é responsável ativo nas relações de poder e consumo que produz. O “eu” é o que resulta do reconhecimento e da monitoração dos relacionamentos. Certamente, a pessoa que corporifica uma performatividade própria faz do seu “eu” um corpo político (Harvey, 2000).

Os marcadores da diferença, de uma cultura hegemônica, regulados e operados em um viés cisgênero normativo e patriarcal, muito tem contribuído para a acentuação dos preconceitos às diferenças, segregando e confinando corpos transgêneros, sob a errônea ótica do corpo natural. Como aborda Foucault (1978), nenhum corpo é natural, ao considerar que todos são construídos pelo discurso científico, e alguns por discursos sociais, os quais atua para controlar a sexualidade e criar valor binário de gênero.

Na perspectiva do planejamento urbano, Santos (1988) destaca o papel que os arquitetos têm renunciado, a responsabilidade de dar formas aos lugares, caindo nas neutralidades cômodas e generalizadas, com a falta dos fundamentos conceituais e das críticas:

A arquitetura pode talvez ajudar a resolver problemas sociais, mas só sob a condição de que as intenções libertadoras do/da arquiteta coincidam com a prática (e o desejo...) real das pessoas em exercitar sua liberdade (Santos, 1988, p. 24).

Conforme Santos (1988), o espaço vem da extrema função de materializar o mando, com o entrelaçado conceito de poder e felicidade, que corresponde às aspirações do poder eventualmente hegemônico e, a partir daí, surgem as disputas pelo poder. Até mesmo a urbanização no Brasil não é tão recente como acreditam. Os portugueses quando chegaram, trouxeram regras claras para definir público e privado, localizar equipamentos, separar terras particulares, com suas hierarquias e discurso de ordem. No trabalho de arquitetura e urbanismo, é preciso compreender sua atuação nas conjunturas, com seu poder de comunicação em linguagem direta, de forte repercussão de discursos eruditos.

Para compreender espacialmente a cidade, é preciso identificar que o espaço, o poder e a identidade estão presentes na Geografia Cultural e também na perspectiva feminista. Os transgressores se submetem a severas punições em construção pelas táticas eficazes e sutis de interdição. Do ponto de vista objetivo e legal, a sociedade brasileira não pode exercer a punição por mando do Estado, porém isso não quer dizer que as interdições não venham por violência paliar ou simbólica em detrimento das ações do Estado (Silva, 2008).

A crescente capitalização do espaço contribui para implantar, na paisagem geográfica, toda separação de classe, gênero e outras divisões sociais, com a perigosa capacidade do capital de fragmentar, dividir, diferenciar, absorver e transformar antigas divisões culturais, de produzir diferenciações espaciais e mobilizar geopoliticamente o caráter da homogeneização geral pelo trabalho assalariado e troca no mercado. Embora as mulheres tenham sempre um importante componente nos primeiros anos do desenvolvimento capitalista, ao mesmo tempo que se concentraram em categorias mercantis, foram vistas como não especializada ao evocar relações de gênero na classe trabalhadora, a qual no passado, com muita frequência se mascaravam (Harvey, 2000).





Segue-se, portanto, que, enquanto não aprender a enfrentar esse poder burguês de controlar e produzir espaço, enquanto não aprender a moldar uma nova geografia da produção e das relações sociais, o movimento da classe trabalhadora sempre vai ser um ator em situação de fraqueza, em vez de força (Harvey, 2000, p. 72).

O capitalismo recorre diversas vezes à reorganização geográfica como solução para suas crises e impasses, a fim de reconstruir o espaço ao seu modo, à sua imagem e semelhança. A paisagem geográfica é produzida com transporte e comunicações, infraestrutura e organizações territoriais que facilitam a acumulação, ao qual para a produção do espaço, é um fator fundamental na dinâmica da acumulação do capital e da geopolítica da luta de classes (Harvey, 2000).

Para efeito de planejamento, a experiência urbana é negada em sua totalidade à população emergente. Muitos são os esforços econômicos e políticos para manter a estratégia liberal de manutenção da cidade como empresa privada, encontram nesse mercado a regra, o modelo e se espelham na empresa enquanto negócio e gestão. A analogia cidade-empresa juntamente com o público e o privado, instaura o poder de uma nova lógica, a legitimar o uso dos instrumentos de poder público em benefício dos grupos empresariais privados, para instituir a ditadura gerencial de produtivizar a cidade e os cidadãos. (Vainer, 2000).

Como vem a produzir as cidades, reina o pragmatismo<sup>4</sup>, e a produtivização é a única lei, o poder público subordina-se às exigências do capital. O processo de competição entre territórios e regiões favorece e atende à lógica de mercado, com a frenética mercantilização do espaço público (Vainer, 2000).

<sup>4</sup> Ideia sobre um objeto, formada pela soma de várias ideias para efeitos imagináveis e que possa ter um efeito prático qualquer, ou seja a verdade é aquilo que se concretiza como ação. (FERREIRA, 1988).

Há muitas estruturas de dominação e subordinação no mundo da sexualidade, mas três elementos ou eixos interdependentes têm sido vistos, atualmente, como particularmente importantes: os da classe, do gênero e da raça (Weeks, 2019, p. 68).

Ou seja, é preciso compreender que os absurdos cometidos à população travesti/transsexual é a junção das relações sociais e de poder, nenhum corpo é isento dos processos sociais determinantes. “A conduta moral, em matéria de prazeres, está subjacente a uma batalha pelo poder” (Foucault, 1977, p. 79)..

Os casos Dandara, Herika e de tantas outras travestis e transexuais, mortas brutalmente, de formas abomináveis, demonstra o despreparo do Estado em coibir tal violência. Ainda, é levantado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA), os diversos moldes operantes dos casos de violência e assassinatos em que travestis e mulheres transexuais são sujeitas, muita das vezes com pessoas observando a prática das violências, algumas são incendiadas ainda vivas, denunciando o ritual macabro em torno do fogo e com moldes medievais, os quais lembram a queima às bruxas e que, infelizmente, vem reaparecendo com recorrência.

O sentido inferiorizante que é colocado à identidade travesti e transexual, inviabiliza a dignidade humana dessa população e a coloca em locais subalternos, promovendo o adoecimento, a vulnerabilização e a criminalização. Os ataques costumam vir da internet, principalmente de fundamentalistas e RADFEM<sup>5</sup>, como também na luz do dia, com execuções no espaço público e privado (ANTRA, 2023).

Seja por ação ou por omissão, muitos estados têm se furtado de reconhecer a existência de uma violência específica, que inclui a orientação sexual e/ou a identidade de gênero das pessoas como fator determinante dessa violência e das violações de direitos humanos, sociais e políticos, e pautar política de enfrentamento das mesmas, que garantam dignidade, respeito, proteção e a garantia dos direitos as pessoas trans e Não-Binárias” (ANTRA, 2023. Pg. 10).

Além da onda de homicídios, temos um forte índice de suicídio dessa população, resultado do processo de adoecimento oferecido pela prática social em lidar com identidades divergentes do padrão cisgênero heterossexual. Tal situação ocorre pela falha do Estado em garantir a vida e oferecer saúde e dignidade humana/social a essa população (ANTRA, 2022).

Travestis e mulheres transexuais continuam sendo expulsas de banheiros públicos, em contramão a necessidade fisiológica de cada indivíduo, sendo desrespeitadas, por meio da ação política trans-excludente, inviabilizando a vida nos espaços públicos através dos discursos de ódio que levam a crimes de ódio. Percebe-se que os locais de violência a essa população, tem um índice considerável nos espaços públicos, no local de trabalho, para as que trabalham na rua, no caminho do trabalho para casa ou ainda, no caso da Dandara Kettley dos Santos, torturada, espancada e executada por, pelo menos, 10 pessoas, entre adolescentes e adultos, em seguida, seu corpo foi jogado em um terreno baldio com a ajuda de uma carroça e ainda filmado, em Fortaleza – CE, tudo isso em seu trajeto da padaria para casa, onde havia ido comprar o pão do café da manhã para ela e sua mãe.

<sup>5</sup> RADFEM: abreviação do feminismo radical, que surgiu nos anos 60 e 70. Movimento feminista de mulheres cisgênera com forte atuação na exclusão de travestis e mulheres transexuais, a serviço do patriarcado contra os direitos trans (ANTRA, 2023).

## Corpos em retalhos: vivência travesti e transexual no espaço público urbano

Os relatos de vida das voluntárias a esta pesquisa em questão são vivências construídas que articulam os acontecimentos em meio ao cotidiano nos espaços públicos urbanos, vivências permanentemente negociadas intersubjetivamente na construção identitária da travesti e transexual de Goiânia - Goiás. Com os dados da pesquisa aplicada, são analisadas as respostas em questão, também são realizadas a sistematização e a apresentação dos objetivos descritivos do conteúdo na abordagem descritiva dos indicadores, juntamente às literaturas da pesquisa bibliográfica e documental.

Para a investigação, a pesquisa, a teoria, as proposições e os conceitos são eixos fundamentais para a delimitação dos fenômenos e dos processos de construção do que é pesquisado. Ainda, estabelecer a criatividade do pesquisador contribui para a abrangência teórica de abordagem, quando o objeto das ciências sociais aplicadas é essencialmente qualitativo (Minayo; Deslandes 2007).

Segundo a ANTRA (2023), a juventude travesti e transexual está cada vez mais exposta à violência, sendo que os membros desse grupo que trabalham com a prostituição estão diretamente expostos à violência física, psicológica, simbólica e até mesmo ao assassinato. Quanto mais jovem, maior é a propensão à violação, sendo as maiores taxas de violência à população jovem, no decorrer da vida, essa população vê a possibilidade de ser assassinada diminuir.

As voluntárias da pesquisa têm como ocupação: auxiliar de produção, modelo, professora, revisora, artista, garota de programa e autônoma. É possível observar a diversificação das ocupações, algumas com trabalho que demanda conhecimento técnico/tecnológico, outras com formação acadêmica, e a prostituição como ocupação e fonte de renda.

O trabalho/ocupação da população travesti/transexual é de extrema importância durante toda a vida, ao considerar a relação da família. Como é observado pela ANTRA (2024), muitas se veem solitárias ainda na adolescência, sem amparo e qualquer tipo de dignidade oferecida pela família. Nesse contexto, muitas evacuam do ambiente escolar ainda muito jovens, devido aos valores colocados pela cultura e pela religião hegemônicas empregadas. A experiência da cidade produtiva e do trabalho é negada a essa população, que é obrigada a vivenciar condições insalubres e violentas de trabalho, sem dignidade humana e direitos humanos mínimos.

O não acesso ao ensino superior é comum entre as travestis e transexuais desta pesquisa, apenas uma teve acesso a graduação e concluiu o ensino superior, fazendo-se importante compreender a vulnerabilidade desses corpos. Como aborda a ANTRA (2024), a intimidação nas escolas é recorrente na vida da população travesti e transexual, vítima da violência transfóbica estrutural e velada. O local que deveria ser compreendido, através da sociabilidade, da segurança e da proteção, às crianças e aos adolescentes, é moralizado e problemático para a população LGBTQIA+.

E ainda, é preciso ter atenção àquilo que está por trás dessa realidade. Meninas expulsas de casa, entre 13 e 15 anos de idade, expulsas de suas escolas e da vida social, econômica e política desde cedo, configuram não somente um abandono e violação de direitos, mas também uma problemática drástica, sendo a exploração sexual de crianças e adolescentes (ANTRA, 2024. p. 57).

Pouco tem ocorrido nas cidades: implementações de projetos para resgatar a escolarização perdida ou, ainda, cursos de formação e profissionalização, cursinho popular de preparação para o ingresso à universidade. Embora a realidade do Brasil seja pouco animadora, em Goiânia, é organizado, na Universidade Federal de Goiás – UFG, o “Cursinho Prepara Trans”, popular e gratuito, direcionado prioritariamente às travestis e transexuais, bem como à comunidade LGBTQIA+, a fim de prepará-las para a realização do ENEM. Essa é uma ação que não recebe o apoio municipal, e sim o esforço acadêmico e docente da Faculdade de Educação e do curso de Ciências Sociais (UFG, 2016).

“Questões de gênero, de sexualidade, do poder das ordens simbólicas e da significação da psicanálise também reposicionaram o corpo como sujeito e objeto de discussão e debate” (Harvey, 2000, pag. 29). Do ponto de vista da função social da cidade, o governo de todo Estado tem feito o papel contrário do qual determina o Estatuto da Cidade: exclui, segrega, viola e possibilita o fortalecimento da cidade totalmente desumana. Não considerar esses atos como crimes LGBTQIA+FÓBICOS é instituir e fadar à repetição dessa violação, ao colocar a identidade dessa população como ilegítima e promover sua marginalização.

A utilização de parques e da Rua do Lazer, no centro da cidade, pode ser vista sobre a óptica da heterotopia. O corpo é o principal agente das utopias, quando se trata de máscara, maquiagem ou tatuagem. Embelezar-se é a forma encontrada para entrar em contato com as forças invisíveis e poderes secretos. Desse modo, o corpo retira-se do seu espaço próprio e é posto no espaço do outro, nas utopias seladas ao corpo. Não se vive em espaços neutros e brancos. Todo espaço tem marcas e diferenças que se distinguem umas das outras. Ainda existem lugares que se opõem a alguns, em criação para apagá-los, neutralizá-los ou purificá-los, com a denominação de contra-espacos ou heterotopias. O uso destes locais se dá através do valor instituído pela matriz cultural, suscetível a mudanças em sua relação de uso, ao mesclar o valor que a sociedade dispõe (Foucault, 2013).

Segundo o princípio da ciência heterotopológica: no curso de sua história, toda sociedade pode perfeitamente diluir e fazer desaparecer uma heterotopia que constituíra outrora, ou então, organizar uma que não existisse ainda (Foucault, 2013, p. 22).

Pode-se considerar o cemitério como uma heterotopia, com seu papel ao longo da história. Até o século XVIII, o cemitério situava-se no centro da cidade, geralmente ao lado da igreja e não possuía a carga simbólica atual. Sua função era apenas receber, em valas, os corpos dos falecidos, sem respeito ao resto individual. Com o crescimento da população atea, no início do século XIX, ocorre uma individualização dos restos mortais, e os cemitérios começam a se situar nos limites das cidades, ao serem tratados como espaços de infecção e de lembrança da morte. Em regra geral, a heterotopia caracteriza-se pela justaposição do espaço em relação a outros espaços, que passam a ser considerados incompatíveis. Não se entra em uma heterotopia espontaneamente. Entra-se obrigado, ou quando o indivíduo se submete a ritos ou purificações. A princípio, as heterotopias parecem abertas, mas só entram as pessoas já iniciadas (Foucault, 2013).

Na paisagem urbana de Goiânia, é notável a presença dos parques urbanos, com generosas áreas verdes representadas pelos bosques e parques da cidade. Embora Goiânia seja considerada a cidade com maior arborização por habitante no Brasil, com cerca de 94m<sup>2</sup> por habitantes, a relação de uso e especulação nas regiões dos principais parques e bosques é evidente. Mesmo a população trabalhadora não detentora de capital os utiliza e os considera como alternativas para o lazer de baixo consumo.



## Mapa de Localização dos Parques Urbanos de Goiânia

### Legenda

Ponto	Parque
1	Bosque Boa Vista
2	Bosque Bougainville
3	Bosque do Café
4	Bosque dos Buritis
5	Bosque Índia Uiacui
6	Bosque José Eduardo Nascimento
7	Bosque das Laranjeiras
8	Lago das Rosas
9	Parque Areião
10	Parque Beija-Flor
11	Parque Botafogo
12	Parque da Lagoa
13	Parque Fonte Nova
14	Parque Gentil Meireles
15	Parque Liberdade
16	Parque Mur. Flamboyant
17	Parque Mur. Itatiaia
18	Parque Mur. Nossa Morada
19	Parque Mur. Sabiá
20	Parque Vaca Brava
21	Parque Taquaral
22	Parque Jerivá
23	Parque Cascavel
24	Parque Carmo Bernardes

Fonte: SEPLAN-GO  
DATUM SAD 69  
Mapa Elaborado por: Alexandre Henrique

um grupo da população, na medida que se questiona o papel da cidade, quanto à função social, diante da enorme disparidade social e econômica existente no Brasil.

A noção de espaço público, geralmente tem a normatização em regimento por leis, com equipamentos “entregues”, com o papel definido pela ação estatal. Objetivamente, o que está em jogo em um espaço heterotópico é o saciamento de interesses, desejos e/ou necessidades de algum grupo ou indivíduo, juntamente com a reorganização constante do espaço, sem se atentar aos grupos em prejuízo com os novos arranjos instituídos. Através das normas instituídas, o padrão social tem seu estabelecimento no espaço público, e a civilidade é o exemplo a se seguir para a interação. Com a moral, as normas conduzem para a interação entre indivíduos, de modo a controlar e influenciar suas organizações espaciais, para, assim, supostamente, estabilizar e limitar os seus conflitos. (Valverde, 2009).

Por sua vez, são sensivelmente diferentes os termos que definem a busca realizada pelos atores em um espaço heterotópico. Tratam-se de estratégias variadas para neutralizar e flexibilizar a ordem pública a fim de obter ganhos individuais ou grupais. O que se procura com a busca é estabelecer barreiras e zonas de controle que possibilitem a exploração informal da visibilidade pública. Tenta-se estabelecer uma dinâmica não-regulada pelo poder público, ganhando assim maior flexibilidade para mudar sem precisar prestar contas continuamente. Portanto, a formalização institucional não é o objetivo da vivência de uma heterotopia, pois transferiria o poder de produzir o espaço novamente para o Estado (Valverde, 2009, p. 21-22).

Valoriza-se, no espaço público, a ordem ideal à justiça social e à liberdade, tendo como princípio permitir maior acesso e auto-regulamentação. Pode-se considerar que o Estado limita a liberdade de uso dos espaços para, supostamente, garantir a relação saudável e em equilíbrio entre os indivíduos, tudo com a incorporação do código jurídico (Valverde, 2009).

O fato de a cidade não oferecer segurança às voluntárias é resultado da prática fundamentalista de pensar a cidade, sem o cuidado de inserir os grupos minoritários na concepção e na política urbana. Ainda que a identidade e o urbanismo sejam próximos, na prática urbanística, são tratados como divergentes, sobretudo no caso brasileiro. Para que o desenho urbano seja concebido de modo emancipatório, é preciso que a concepção do projeto urbano fuja da ideia fundamentalista do bom comportamento no espaço da repetição dos lugares heteronormatizados. Ainda, segundo Farias (2012), não é o projeto que precisamente define seus usos ideais (mas o projeto é fortemente regulador), e sim o modo como ocorre a apropriação.

### Considerações finais

O espaço interdito se produz cotidianamente na existência das travestis e transexuais, com a dificuldade em acessar os espaços públicos urbanos em segurança, mesmo à luz do dia. É inegável a rede anti-trans montada no Brasil, como elemento essencial para a marginalidade social em que elas vivem quando crianças, adultas ou idosas. A representação da cidade como espaço de interação social, do indivíduo social e das relações humanas, muitas das vezes ou quase sempre, é completamente negadas nas versões construídas por elas.

A utilização dos parques e bosques de Goiânia pela população LGBTQIA+, principalmente pelas travestis e transexuais, é, por si só, um ato de reivindicação do espaço, podendo ser reconhecido como uma heterotopia. Os parques nas cidades se tornam viáveis, especialmente no período noturno, por oferecer privacidade em meio à solidão dos bosques e à escuridão da noite, ao promover uma certa segurança na fuga da heteronormatividade, que se institui como a única imposição social de acordo com os papéis de gênero realmente válidos.

Com a pesquisa, é possível verificar a presença da intimidação na dinâmica cotidiana de Goiânia. Locais que são frequentados majoritariamente pela população heterossexual não são convidativos à população travesti e transexual, talvez pela tragédia cotidiana permeada pela transfobia e, muitas vezes, reforçada por esta representação social de pessoas heterossexuais e cisgêneras.

Com essa análise, a partir da perspectiva de Ramos (2010), podemos compreender como o poder institui as práticas sociais, singulares ou plurais, ao atuar de diferentes formas, com a organização e a definição do território nos diversos usos possíveis do espaço. As heterotopias são as resignificações e reapropriações que garantem a sobrevivência e a reprodução dos que vivenciam tal espaço, ainda que com todas as suas contradições e conflitos espaciais de interesse. Em suas multiplicidades, vão na contramão do sistema devido a saberes particulares, locais e regionais, politicamente divergentes e que, de certa forma, conseguem driblar a instituição do poder da normatização. As heterotopias podem, ainda, tornar-se divergentes ao padrão estabelecido e, assim, estabelecem os “espaços outros”, como a dissonância do cemitério ao longo do tempo, bem como os múltiplos significados em um mesmo espaço, como é o caso dos jardins, parques e espaços de acesso público. Essas heterotopias urbanas, esses outros espaços surgem das próprias posições e contraposições da população, ou de apenas

As vivências nos espaços públicos, geralmente produzem dor, desrespeito e colaboram fortemente para a produção de representações negativas, as quais reforçam a violência e hostilidade que as envolvem. As travestis e transexuais, muitas vezes, culpabilizadas pela sua exclusão do espaço público, pela sua identidade em si, pela não representação da heterossexualidade cisgênera hegemônica tão reforçada na sociedade brasileira.

Por fim, as espacialidades vividas pelas travestis e transexuais têm importância fundamental à existência, ao criar os laços de afetividade do grupo a esses espaços viáveis em meio ao sofrimento, à exclusão e à interdição oferecidas pelo poder social da cisgeneridade normativa. A espacialidade dos parques e do centro da cidade, como constituidora da vivência do grupo, demonstra as relações estabelecidas ao ocupar espaços não-ocupados e não-estabelecidos nos moldes da cisgeneridade normativa. É nessa espacialidade que os corpos travestis e transexuais vivenciam a cidade, pela mescla de elementos de aceitação e de rejeição.

## Referências

- ANTRA. *Dossiê: assassinatos e violência contra TRAVESTIS e TRANSEXUAIS no Brasil em 2022*. Brasil: ANTRA, 2023.
- ANTRA. *Dossiê: assassinatos e violência contra TRAVESTIS e TRANSEXUAIS no Brasil em 2023*. Brasil: ANTRA, 2024.
- BRASIL. *Lei nº10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os art. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências*. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília/DF. 17 de julho de 2001. Seção 1.
- BUCKINGHAM, Shelley. *O direito à cidade e a vida cotidiana baseada no gênero*. In: SUGRANYES, Ana. MATHIVET, Charlotte. *Cidades para tod@s: propostas e experiências pelo direito à cidade*. 1º edição. Santiago/Chile: Habitat International Coalition (HIC), 2010. cap. 1, p. 57 à 62.
- BUTLER, Judith. *A vida psíquica do poder: teorias de sujeição*. 1º edição. Belo Horizonte/MG: Autêntica Editora, 2017.
- DAMATTA, Roberto. *A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 5º edição. Rio de Janeiro/RJ: 1997.
- DELEUZE, Gilles. *Empirismo e subjetividade: ensaio sobre a natureza humana segundo Hume*. Tradução: Luiz B. L. Orlandi. 2º edição. São Paulo: Editora 34, 2012.
- FARIAS, José A. *Prática Urbanística e Diversidade Sexual: pode o urbanismo contribuir para a emancipação LGBT nos espaços da cidade*. In: Revista Advir. Rio de Janeiro/RJ: Asduerj. Cap. 7, pg. 100 a 114.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: a vontade do saber*. 1ª edição. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 1977.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 2: o uso dos prazeres*. 5ª edição. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 1978.
- FOUCAULT, Michel. *O corpo utópico, as heterotopias*. 1º edição. São Paulo/RJ: n-1 Edições, 2013.
- FRASER, Nancy. *Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era "pós socialista"*. Trad. SIMÕES, Julio A. In: Cadernos de campo, São Paulo/SP, n. 14/15, p. 231 à 239, 2001.
- HARVEY, David. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. 1º edição. São Paulo/SP: Martins Fontes, 2013.
- HARVEY, David. *Espaços de esperança*. 7º edição. São Paulo/SP: Edições Loyola, 2000.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. 5ª edição. São Paulo/SP: Centauro, 2008.
- MARICATO, Ermínia. "O Estatuto da cidade periférica". In CARVALHO, C. S. ROSSBACH, A. C. *O Estatuto da cidade: comentado*. São Paulo/SP: Ministério das Cidades: Aliança das Cidades, 2010.
- MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 25. ed. rev. atual. Petrópolis: Vozes, 2007.
- RAMOS, Tatiana Tramontani. *Heterotopias urbanas: Espaços de poder e estratégias sócio-espaciais dos Sem-Teto no Rio de Janeiro*. In: PolisRevista Latino-Americana, 2010. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/polis/916>> Acessado em: 16 de maio de 2019.
- SANTOS, Carlos N. Ferreira. *A cidade como um jogo de cartas*. 1ª edição. Niterói: Universidade Federal Fluminense: EDUFF; São Paulo: Projeto Editores, 1988.
- SALEMI, Edson R. *Parâmetros sobre a Função Social da Cidade*. In: Congresso Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito, 2005, Fortaleza/CE. CONPEDI – 2005.
- SILVA, Joseli M. *A cidade dos corpos transgressores da heteronormatividade*. Rio de Janeiro/RJ: Geo UERJ, N° 18, Vol. 1, 2008.
- SOUZA, Marcelo L. *ABC do Desenvolvimento Urbano*. 2º edição. Rio de Janeiro/RJ: Bertrand Brasil, 2003.
- VAINER, Carlos B. *Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento*. In: ARANTES, Otilia; MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 3º edição. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000. Cap. 2, pg. 75 a 104.
- VALVERDE, Rodrigo R. H. Felipe. *Sobre espaço público e heterotopia*. Florianópolis/SC: Geosul, v. 24, n° 48, pg. 7 à 26, Jul./Dez. 2009.
- WEEKS, Jeffrey. *O corpo e a sexualidade*. In: LOURO, Guacira Lopes, *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 4º edição, 1º reimpressão, pg. 43 à 104. Belo Horizonte/MG: Autêntica Editora, 2019.



# UM PLANO PARA O CENTRO DE AMSTERDÃ A “renovação urbana” do *Red Light District*

A PLAN FOR THE CITY CENTER OF AMSTERDAM  
The “urban renewal” of the *Red Light District*

João Soares Pena<sup>1</sup>

## Resumo

Neste artigo discutimos relação entre planejamento urbano e prostituição. Para isso focamos no Plano 1012 elaborado e implementado no *Red Light District*, no centro de Amsterdã. A análise baseia-se no próprio Plano 1012 e em entrevistas e observações feitas durante o trabalho de campo realizado em Amsterdã entre 2017 e 2018. Em 2007 foi lançado o Plano 1012 que objetivou combater a criminalidade, sobretudo o tráfico de mulheres, no *Red Light District* em Amsterdã. Desde então o bairro tem mudado de forma significativa com o fechamento de bordéis, sex shops, coffee shops etc. Por outro lado, muitas lojas e serviços foram abertos como, por exemplo, lojas de souvenir e lojas de roupas. Por fim, apontamos que o Plano atende ao objetivo da cidade em atrair investimentos nacionais e internacionais, bem como a existência de interesses privados em sua implementação. Em outras palavras: o que significam essas mudanças na área e a quem beneficiam?

Palavras-chave: planejamento urbano, prostituição, Amsterdã, *Red Light District*, trabalho sexual.

## Abstract

*In this paper, I discuss the relationship between urban planning and prostitution. To do so, we focus on the Plan 1012 designed and implemented in the Red Light District, in the city center of Amsterdam. The analysis is based on Plan 1012 itself and on interviews and observations made during the fieldwork carried out in Amsterdam between 2017 and 2018. In 2007, Plan 1012 was launched aiming at fighting criminality, mainly trafficking of women, in the Red Light District in Amsterdam. Since then, the neighborhood has changed significantly with the closure of brothels, sex shops, coffee shops etc. and, on the other hand, many stores and services were opened, for instance, fast food places, souvenir shops, and clothing stores. Finally, I point out that the Plan aligns with the city's goal of attracting national and international investments, as well as the presence of private interests in its implementation. That is, what do the changes in the area mean, and who benefits from them?*

Key words: urban planning, prostitution, Amsterdam, *Red Light District*, sex work.

## Introdução

A cidade de Amsterdã é vista internacionalmente como uma cidade bastante tolerante, liberal e progressista com relação aos costumes devido às abordagens holandesas com relação às drogas, ao aborto, à eutanásia, à prostituição, ao casamento civil igualitário etc. (De Waard, 2012). Utilizamos aqui o termo “progressista” alinhado ao que define Justus Uitermark (2004) para designar, em linhas gerais, os caminhos alternativos à perspectiva proibicionista para pautar questões importantes como as supracitadas. Nesse sentido, é importante ressaltar que esses aspectos dizem respeito ao imaginário sobre a Holanda como um todo, já que os dispositivos legais que regulam essas questões são nacionais. Contudo, Gilderbloom, Hanka e Lasley (2009) assinalam a importância de Amsterdã na maneira como conduz suas políticas públicas para a abordagem que se adota em nível nacional.

É importante observar que a “justiça social” de Amsterdã não está isolada do governo nacional, que trabalha alinhado aderindo e aprovando as políticas adotadas pela maior cidade da Holanda (Gilderbloom; Hanka; Lasley, 2009, p. 475, tradução livre).

Além disso, “geralmente o que é adotado em Amsterdã é aprovado em nível nacional, embora em um nível mais moderado, então é justo que políticas nacionais e locais estejam interconectadas” (Gilderbloom; Hanka; Lasley, 2009, p. 475, tradução livre). Assim, Amsterdã desempenha um papel importante no sentido de tomar a dianteira no que tange às políticas públicas voltadas à justiça social, mas também tem papel importante em outras questões complexas e relevantes para o país. Porém, os autores apresentam uma narrativa pacificada, como se prostituição, uso e comercialização de drogas, imigração e questões raciais, por exemplo, não fossem focos de conflitos e disputas na arena política e na própria configuração espacial da cidade.

Em virtude disso, Amsterdã, capital e maior cidade do país, acaba sendo vista como símbolo máximo de liberdade e progressismo, onde algumas dessas questões são facilmente observadas na conformação do espaço e da dinâmica urbana. Além disso, a cidade também é reconhecida no âmbito do planejamento urbano em razão das políticas adotadas pelo município como meio de proporcionar certo grau de atendimento às necessidades da população (Fainstein, 2010). Então, embora alguns se destaquem mais, há uma variedade de aspectos que dão a Amsterdã o status de uma cidade mais equitativa.

Amsterdã mostra que uma cidade capitalista pode atender às necessidades essenciais das pessoas, como saúde, moradia, segurança, liberdade individual, vida sustentável e transporte. Amsterdã mostra como, dentro da estrutura do capitalismo, democracia, pensamento ecológico e provisão de necessidades e oportunidades humanas básicas estão disponíveis para quase todos os residentes de Amsterdã. **Amsterdã é um lugar de liberdade, não de repressão** (Gilderbloom; Hanka; Lasley, 2009, p. 489, tradução livre, grifo do autor).

Desse modo, apesar de fortemente ligada à questão dos costumes, este não é o único motivo pelo qual a cidade ganha o status de um “espaço de liberdade” e equidade social. Na verdade, há um histórico de repressão quando se trata da prostituição, o que tem provocado mudanças em sua geografia, na atuação e na vida das prostitutas (Pena, 2019a). A repressão a quem Michel Foucault (2006) chama de infames é algo recorrente na prática de gestão e planejamento urbano não apenas em Amsterdã. No Brasil, por exemplo, houve processos alarmantes de expulsão de populações de

<sup>1</sup> Doutor e mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), com período sanduíche na Universidade de Amsterdã (UvA); urbanista graduado pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB); e professor do Curso de Urbanismo e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais (PROET), ambos da UNEB. E-mail: joaopena@uneb.br.

determinadas áreas em diversas cidades em virtude da Copa do Mundo de 2014, além de casos de expulsão e repressão voltados especificamente para as prostitutas ao longo do século XX e até recentemente em Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo etc. (Espinheira, 1984; Rago, 2008; Simões, 2010; Helene, 2019; de Lisio; Hubbard; Silk, 2019). Esses grupos que se se pretende varrer do espaço urbano, ao menos daquelas áreas sob holofotes em dado contexto, como em caso de intervenções de “renovação urbana”, são, conforme explica Michel Foucault (2006), sujeitos de vidas inglórias, desventuradas, pessoas sem importância e com vidas infames.

Considerando a importância da prostituição para a cidade de Amsterdã em diversos aspectos, discutimos neste artigo as mudanças que ocorreram na mais conhecida zona de prostituição, o *Red Light District*, a partir de meados dos anos 2000 com a implementação do Plano 1012. A análise aqui apresentada baseia-se no próprio Plano, na literatura especializada, em entrevistas e observações feitas durante o trabalho de campo realizado em Amsterdã entre 2017 e 2018. Além das trabalhadoras sexuais e ativistas, a pesquisa contou com outros interlocutores importantes. Alguns foram apresentados por pesquisadores da universidade que têm atuado sobre o *Red Light District*, outros foram contatados por meio do Centro de Informação sobre Prostituição (Prostitution Information Center – PIC<sup>2</sup>) e do PROUD (Sindicato Holandês de Trabalhadoras/es Sexuais<sup>3</sup>), instituições das quais fazem parte, além dos que conhecemos durante as caminhadas e observações pelo bairro. Esses interlocutores podem ser agrupados em três categorias: indústria do sexo; agentes públicos; e moradores e comerciantes locais. De modo a compreender o processo pelo qual a área passou, nos concentramos em três aspectos principais: as motivações, as propostas e os resultados do Plano 1012, em um contexto em que as cidades são compelidas a um alto grau de competitividade no cenário internacional (Vainer, 2000; Jacques, 2004).

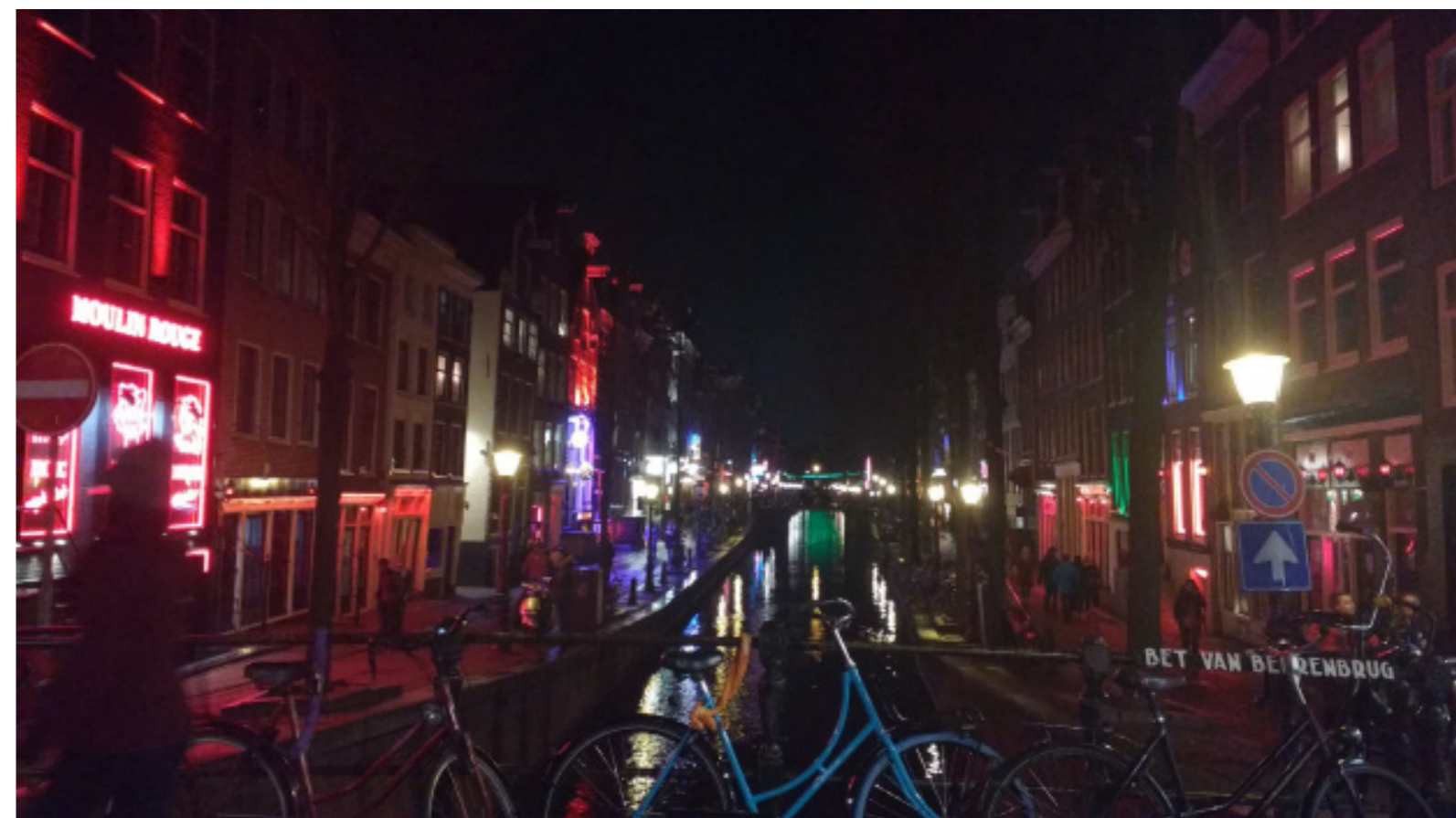
### O Red Light District

O De Wallen é provavelmente o bairro mais emblemático de Amsterdã. Para além de sua arquitetura que remonta ao medievo por volta do ano 1300<sup>4</sup>, dos canais navegáveis onde turistas fazem passeios de barco, o bairro abriga um dos principais atrativos da cidade: o *Red Light District* ou Zona/Distrito da Luz Vermelha (Fig. 1). É no *Red Light District* que se encontra a forma mais famosa e mais visível de prostituição de Amsterdã: as vitrines. Nas vitrines trabalham mulheres cis e transgênero, com predominância das primeiras. Apesar de não haver restrição, não existem homens trabalhando nas vitrines, mas eles exercem a prostituição em outros locais, sobretudo a partir da internet (Pena, 2020; 2022).

<sup>2</sup> Para saber mais sobre o PIC, ver: <https://pic-amsterdam.com/>. Acesso em: 27 out. 2024.

<sup>3</sup> Para saber mais sobre o PROUD, ver: <https://www.wijzijnproud.nl/>. Acesso em: 27 out. 2024.

<sup>4</sup> A edificação mais antiga de Amsterdã é a Oude Kerke (ou igreja antiga, em tradução livre) datada do ano de 1306. Localizada no *Red Light District*, atualmente a Oude Kerke funciona como museu durante a semana, mas mantém a função religiosa realizando cultos aos domingos. Para maiores informações ver: <https://oudekerk.nl/en/education/>. Acesso em: 16 jan. 2020.



Esse bairro situa-se na área central de Amsterdã, correspondendo também ao núcleo inicial da cidade ou, em outras palavras, ao centro histórico. O De Wallen é uma área de uso misto, abrigando prédios residenciais, estabelecimentos comerciais, um campus da Universidade de Amsterdã, uma série de serviços diversos, *coffee shops* e também as vitrines de prostituição. É no centro que se localiza a *Amsterdam Centraal*<sup>5</sup>, principal estação ferroviária que conecta Amsterdã aos demais municípios da Holanda e outros países. Nesse bairro, misturam-se turistas, moradores, trabalhadoras sexuais, crianças, policiais fazendo ronda, passantes de bicicleta e de carro etc. As ruas estreitas do bairro são, então, compartilhadas pelas mais diversas pessoas com os mais variados idiomas, uma coexistência que dá singularidade à área.

A prostituição se estabeleceu nesse bairro há pelo menos cinco séculos em razão da função portuária e comercial de Amsterdã e, conseqüentemente, da presença de muitos viajantes e marinheiros. Entretanto, uma indústria do sexo diversificada só se desenvolveu a partir do final dos anos 1960, com a abertura de teatros de sexo ao vivo, cinemas pornô, *sexshops*, etc. Este período foi marcado por uma efervescência política e cultural com movimentos insurgentes que reivindicavam outro modelo de sociedade e de cidade. Um dos aspectos importantes dessa época foi a ocupação (*squatting*) de imóveis antigos no De Wallen, freando a especulação imobiliária e garantindo a permanência das características morfológicas do bairro (Pena, 2020).

Caracterizada por sua paisagem urbana singular, marcada pelas edificações históricas, pela prostituição e pelos *coffee shops*, essa área passou a atrair grande atenção e ser foco de intervenções no fim dos anos 2000. Veremos a seguir como a prostituição passou a ser vista pelo município, os conflitos e os interesses subjacentes às propostas e alterações no bairro.

<sup>5</sup> A Amsterdam Centraal é uma estação de transporte intermodal e conta com: metrô, tram (veículo leve sobre trilhos – VLT), ônibus, trem, ferry-boat e um grande estacionamento para bicicletas.



## As motivações para a “renovação” do Red Light District

Após a descriminalização do funcionamento de bordéis e da regulamentação do trabalho sexual em 2000 (Pena, 2019a), várias avaliações e análises foram feitas a respeito das condições de trabalho das profissionais do sexo, ganhando forte atenção da grande mídia. Uma avaliação do Centro para Pesquisa Científica e Documentação (*Centre for Scientific Research and Documentation – WODC*), realizada em 2005, concluiu que alguns dos objetivos da descriminalização e regulamentação foram alcançados, como a ausência de garotas menores de idade e prostitutas ilegais no setor formal e licenciado da indústria do sexo. Contudo, ainda havia muito a se fazer, pois em termos de direitos a situação não havia, de fato, melhorado, visto que a cafetinagem persistia e as prostitutas continuavam dependentes. O estudo acrescenta que a legislação dificultou o tráfico de mulheres, embora outras pesquisas indiquem que a negação de permissão de trabalho para profissionais do sexo que não sejam da União Europeia as deixa em situação desfavorável, passíveis de chantagens e de aceitarem trabalhar em condições precárias (Outshoorn, 2012).

Em 2004 a vereadora de Amsterdã Karina Schaapman, membro do Partido do Trabalho (*Partij van de Arbeid – PvdA*) declarou ser uma ex-prostituta e publicou o livro “Sem mãe” (*Zonder moeder*), em que conta seu passado. Schaapman tornou-se uma voz importante no debate sobre a prostituição e o tráfico de mulheres, negando a existência de prostituição voluntária. Em 2007 ela publicou outro livro: “Sair com putas não é normal: dúvidas sobre a política liberal de prostituição” (*Hoeren-lopen is niet normaal: Twijfels bijeen liberaal prostitutiebeleid*), no qual aborda a questão dos clientes, retratando o pagamento por serviços sexuais como algo anormal. Apesar disso, ela não defendia o fim da regulamentação, mas que a mesma fosse mais rigorosa acerca do tráfico e da cafetinagem (Outshoorn, 2012). Esse debate e a polêmica sobre a situação das prostitutas no *Red Light District* abriu espaço para uma campanha que propunha mudanças nessa área da cidade. Com o apoio do então prefeito de Amsterdã, Job Cohen, o então vereador Lodewijk Asscher, líder do PvdA, tornou-se em 2007 a principal figura pública a defender um plano urbano para a limpeza do *Red Light District*, enfatizando o perigo ao qual as prostitutas estariam sujeitas como principal motivo para “recuperar” a área (Aalbers, 2016).

Tendo como principal justificativa a necessidade de combater a criminalidade na área central, o *Coalition Project 1012* (Projeto de Coalizão 1012) foi lançado ainda em 2007. O projeto, posteriormente chamado de *Plan 1012*, ganhou este nome devido ao Código de Endereçamento Postal (CEP) da área, abrangendo não apenas o principal *Red Light District*, ou De Wallen, mas também áreas comerciais importantes (Kalverstraat-Nieuwendijk e Damrak-Rokin), um pequeno *Red Light District* próximo à Spuistraat, bem como sua vizinhança (Aalbers; Deinema, 2012; Amsterdam, 2008). O centro, com evidente foco no De Wallen, foi considerado uma área onde o índice de criminalidade estaria demasiado elevado e que a infraestrutura existente era a base para a manutenção de atividades ilegais. Os estabelecimentos ligados à indústria do sexo e os *coffee shops* foram considerados naturalmente propensos ao crime, ignorando que se trata de dois setores legais e regulados por leis nacionais e municipais.

Contudo, há mais do que aparenta. A área tem uma infraestrutura criminal que alimenta uma variedade de indústrias locais incluindo bordéis, *smart shops*, lojas de souvenir, casas de câmbio, cassinos, *coffee shops*, minimercados e *peep shows*, além de hotéis, restaurantes e cafés. Alguns desses setores estão sujeitos a influências criminais e são usados para lavagem de dinheiro ou sonegação de impostos. Sabemos que muitas atividades, principalmente relacionadas às vitrines (de bordéis) e *coffee shops*, vão longe demais. O crime é

mais comum nessas atividades do que em outras (Amsterdam, 2008, tradução livre).

Isso é ratificado por Willem<sup>6</sup>, funcionário da prefeitura, integrante da equipe responsável pela área 1012 e também participante da implementação do Plano 1012, em entrevista que nos foi concedida.

A principal coisa que desencadeou o projeto foi a conclusão de que havia muita conexão entre o mundo do crime e o funcionamento diário daquela área e isso tem a ver com a posse de prédios com diversas funções que são mais ou menos ligadas a atividades criminosas e... assim... sim... essa foi uma das principais questões que a cidade queria resolver para ter controle dessa área. Para recuperar a área, os relatórios concluíram que apenas a aplicação da lei não seria suficiente, então tinha que haver uma intervenção no tipo de funções e na quantidade de certas funções para permitir que o município ou o governo tivessem mais controle sobre (Willem, entrevista, 04/01/2018, tradução livre).

Segundo Manuel Aalbers (2016), a sensação de que o *Red Light District* estava sob o controle de criminosos foi um elemento favorável ao Plano 1012, de modo que a cidade deveria recuperar/retomar essa área e devolvê-la à população. A prefeitura argumentava que embora muitas empresas não vendessem nada ilegalmente, elas poderiam estar envolvidas com lavagem de dinheiro. Contudo, é possível perceber a falta de objetividade e certa abstração sobre a presença do crime no local em documento apresentado pela Câmara Municipal à população em 2008, intitulado “Coração de Amsterdã: perspectivas futuras 1012” (*Heart of Amsterdam: future perspectives 1012*).

Quanto mais sentimos que há crime, maior a probabilidade de implementarmos procedimentos legais, como o zoneamento, para alcançar as mudanças desejadas. Com isso em mente, reduziremos o número de vitrines de prostituição e *coffee shops*. Ao utilizar o zoneamento e reduzir o número de estabelecimentos nesses setores, poderemos aumentar a capacidade de gerenciamento e, portanto, enfrentar a infraestrutura criminosa (Amsterdam, 2008, tradução livre).

Apesar de o plano apontar a criminalidade como principal problemática na área, evidenciando negócios da indústria do sexo que estariam envolvidos com atividades ilegais, as propostas apresentadas, como veremos, não deixam explícito como combater efetivamente tal problema. Ademais, os objetivos e proposições apontam para uma tentativa de “renovação” da área e as principais ações do projeto dizem respeito aos interesses econômicos que rondam o centro da cidade, mais especificamente o *Red Light District*, devido à sua infraestrutura, seu patrimônio arquitetônico e cultural e à sua importância para a imagem turística de Amsterdã etc. O documento evidencia a posição de Amsterdã como uma importante cidade na Europa e a necessidade de atrair empreendedores e visitantes. Ela está inserida num mercado global de cidades e, mais especificamente, num mercado de turismo internacional, o que a faz competir com outras cidades por investimentos e visitantes. Nesse sentido, como afirma Carlos Vainer (2000), a cidade passa a ser considerada uma mercadoria de luxo num mercado competitivo, no qual é preciso oferecer sempre as melhores condições para se manter na disputa.

<sup>6</sup> Os nomes de todos os entrevistados foram substituídos para preservar sua identidade.

Para o sucesso da implantação de um plano estratégico, como o Plano 1012, é preciso que se criem as condições para obter o apoio da população. Desse modo, é necessário haver um consenso em torno do que se está propondo, ou seja, “o plano estratégico supõe, exige, depende de que a cidade esteja unificada, toda, sem brechas, em torno do projeto” (Vainer, 2000, p. 91). Esta unificação seria possível com a construção de uma situação em que houvesse uma consciência de crise e, portanto, a necessidade de agir para superá-la. No caso de Amsterdã e do Plano em questão, a estratégia discursiva da necessidade de intervenção na área central está baseada no entendimento de que o crime se apoderou desse espaço e que a cidade não poderia mais admitir tal situação, o que requeria esforços de todos para superar esse problema.

Além de usar um discurso de que o Plano buscava erradicar a criminalidade na área, com grande ênfase no tráfico de mulheres, a necessidade de unidade apareceu já no nome da proposta: *Coalition Project 1012*. A palavra coalizão denota uma aliança entre diferentes atores ou grupos em prol de um objetivo comum<sup>7</sup>. Ao utilizar o tráfico de mulheres para fins de prostituição como principal razão para realizar intervenções no centro e fazer uso da mídia para disseminar isto para a população, a municipalidade agiu com perspicácia, pois essa questão criou um pânico moral. Uma prostituta que atua desde 1993 relatou que nos anos 1990 ela era ouvida com interesse e curiosidade sempre que dava uma entrevista para a televisão ou outras mídias. Com o anúncio do plano e a propagação de seu discurso na mídia, ela passou a ser vista pelas pessoas como vítima e não como uma legítima trabalhadora sexual.

Com a percepção de uma situação de crise e de problemas agudos pela população, sobretudo por tratar-se de prostituição – algo que é bastante delicado, mesmo na Holanda – o projeto ganhou certa aprovação popular, uma vez que se dizia pretender recuperar uma importante área e devolvê-la aos moradores. Porém, houve críticas ao Plano 1012 e nem todos se convenceram de que esse era o real ou único objetivo da proposta. Sander, morador do bairro e proprietário de uma loja de chocolates inaugurada nos últimos anos no bojo do Plano, considerando a importância da área e a situação imobiliária em Amsterdã, acredita que outros interesses devem estar em jogo.

Eles começaram esse projeto dizendo “nós queremos melhorar a situação das trabalhadoras sexuais” e é por isso que aceitamos esse projeto, mas eu não sei se é 100% sincero que essa era a única razão. Eu acho que isso foi, é claro, um motivo muito grande, os social-democratas querem o melhor para todos, mas talvez a especulação imobiliária também seja um motivo (Sander, entrevista, 16/01/2018, tradução livre).

Sander acrescenta que o Plano 1012 teve reações contrárias por parte da mídia que afirmava que ele mudaria uma área importante para a própria definição de Amsterdã, mas também houve apoio de parte da população local. De acordo com Willem, o processo de elaboração e implementação do Plano se deu de forma participativa com a realização de inúmeras reuniões para discutir com a população os problemas e proposições necessárias para equacioná-los.

Houve grandes reuniões com *stakeholders*, moradores e outras pessoas sobre isso, mas também foi uma coisa muito planejada. Então, sim, houve reuniões, sim, houve envolvimento em termos de conversas, etc., mas, em grande parte, as grandes decisões

sobre intervenções, como menos vitrines para os bordéis, menos *coffee shops* etc.... essas decisões foram tomadas principalmente politicamente. Há também questões que são um pouco difíceis de discutir abertamente, de conversar abertamente com todos os tipos de *stakeholders* com relação à diminuição das propriedades ou do trabalho das pessoas... é muito complicado. [...] Se eu moro lá e você é dono de um bordel, é difícil dizer em sua frente que eu quero que você saia, também por causa de algumas reputações etc., é difícil ter uma conversa realmente aberta sobre todas essas questões (Willem, entrevista, 04/01/2018, tradução livre).

Como afirma Willem, as principais e mais importantes decisões não foram postas em discussão com os interessados, sobretudo com aqueles que seriam mais afetados pelas mudanças na área, ou seja, as prostitutas e os donos de bordéis. O Plano 1012 revela-se autoritário, cujas decisões foram tomadas pelos gestores urbanos conforme determinados interesses políticos e econômicos, no qual a participação da população nas discussões funcionou como uma ferramenta de legitimação.

### Plano 1012: operação limpeza

A publicação intitulada “*Heart of Amsterdam: future perspectives 1012*” (Amsterdam, 2008), foi disponibilizada pelo município com o intuito de informar à população a respeito do Plano e das mudanças pretendidas para o centro. Porém, antes de abordar os problemas alegados, a prefeitura primeiramente reconheceu a importância do centro para a cidade, mas, sobretudo, para a imagem que é propagada a respeito de Amsterdã. De acordo com o plano, “é o centro da cidade, junto com o *Red Light District*, que dá a Amsterdã sua imagem de uma cidade tolerante, irreverente e liberal. Liberdade acima de tudo!” (Amsterdam, 2008, tradução livre).

O *Red Light District* aparece, então, como um elemento importante para a imagem da cidade, sendo fundamental para Amsterdã no mercado do turismo internacional e para a atração de turistas. Diferente do que argumentam Wonders e Michalowski (2001), Amsterdã admite oficialmente a importância da prostituição e da indústria do sexo, de modo geral, como componentes importantes na dinâmica urbana e na construção da imagem de uma cidade tolerante, progressista e liberal. Contudo, como veremos, as ações propostas pelo Plano 1012 voltadas a esse setor não são das mais amistosas, uma vez que essas intervenções “[...] precisam seguir um modelo internacionalmente homogeneizador, imposto pelos financiadores multinacionais dos grandes projetos de revitalização urbana” (Jacques, 2004, p. 24). Vale ressaltar que *red light districts* em outros países também passaram por processos de “renovação urbana” que alteraram profundamente a geografia da prostituição (Cheng, 2016). Nesses casos também são evidentes os interesses do capital privado, a atuação do poder público e os vultosos investimentos desses agentes, mas também a mobilização de instrumentos de planejamento e intervenção urbana para viabilizar os projetos almejados (Pena, 2019b).

De acordo com a prefeitura, o Plano 1012 pretendia melhorar as condições da área central, que é de suma importância para o turismo. Reconhecendo a importância dessa área, a publicação “*Heart of Amsterdam*” (Amsterdam, 2008) afirma que ela deve ser atrativa para moradores, visitantes e empreendedores e ser capaz de impressionar os visitantes, já que, como diz, é um dos centros urbanos mais entusiasmantes, variados e interessantes da Europa. Isto é ratificado por Jozef, funcionário da prefeitura de Amsterdã que esteve envolvido na implementação do Plano. Segundo ele, o Plano foi lançado para melhorar a área para os moradores, muitos dos quais residem no bairro

<sup>7</sup> Cf.: Dicionário Michaelis: <http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/coaliz%C3%A3o/>. Acesso em: 21 out. 2022.



desde os anos 1970 e 1980, quando houve um processo significativo de ocupações (*squatting*) em prédios ociosos.

Se eles não estivessem lá o município não teria começado todo esse projeto [...] Se eles tivessem saído naquela época não haveria Projeto 1012. É principalmente por causa dos moradores e, é claro, os turistas estavam vindo aqui e estávamos observando esta vizinhança, então havia também uma razão econômica para ficarmos de olho na vizinhança (Jozef, entrevista, 28/12/2017, tradução livre).

Assim, o primeiro objetivo que aparece na publicação mencionada acima é: “simultaneamente, dar início a melhorias na qualidade e aprimorar a área turística de Amsterdã” (Amsterdam, 2008, tradução livre). Nesse sentido, os interesses econômicos parecem muito mais relevantes do que o combate à criminalidade. Segundo a publicação, o Plano tem 5 objetivos, dentre os quais o combate à criminalidade e a melhoria da qualidade da imagem do centro.

Em resumo, temos cinco objetivos concretos:

1. Queremos desmontar a infraestrutura criminal.
2. Queremos reduzir o número de empresas sujeitas a influências criminais.
3. Queremos acabar com a negligência e decadência do centro e reverter isso.
4. Queremos restaurar o equilíbrio para os negócios da área.
5. Queremos obter uma imagem diversificada e de alta qualidade para a cidade (Amsterdam, 2008, tradução livre).

Apesar de o alto nível de criminalidade ser apresentado como principal motivação para realizar intervenções no centro, apenas dois dos cinco objetivos se relacionam com essa questão. Os outros três objetivos dizem respeito à intenção do governo local de melhorar as condições da área em termos de negócios e de sua imagem (Pena, 2021). A motivação econômica do Plano aparece explicitamente na descrição da visão para o futuro do centro, especificamente na área entre Damrak e Rokin: “Nossa intenção para a imagem nessa área é transformá-la num centro internacional de varejo. Haverá hotéis e lojas de excelência que oferecem produtos de alta qualidade” (Amsterdam, 2008, tradução livre). Busca-se a implantação de empreendimentos de alto padrão e de serviços exclusivos para um público abastado, assim “quem procura qualidade terá suas necessidades atendidas com produtos exclusivos de moda, mídia e estilo de vida” (Amsterdam, 2008, tradução livre). As propostas focam em serviços de maior qualidade em relação aos existentes, o que, conseqüentemente, significa priorizar uma clientela com maior poder aquisitivo. Isto é também evidente em relação ao *Red Light District*, pois, segundo a proposta, “a seleção de lojas, empresas, hotéis, restaurantes e cafés deve ser de melhor qualidade e mais variada do que é hoje” (Amsterdam, 2008, tradução livre). Assim, em vez de apontar as medidas para a solução do principal problema alegado, a preocupação e a ênfase maiores estão na melhoria da qualidade com vista aos resultados em termos econômicos e socioculturais (Zuckerwise, 2016).

Apesar de pretender uma mudança significativa na dinâmica do centro, alegando problemas em determinados setores, a prefeitura reconheceu a importância da prostituição e a forma como ela se organiza nessa área, algo que, associado a outros elementos como os *coffee shops*, é importante para a imagem de Amsterdã enquanto uma cidade liberal e progressista. Nesse sentido, não se pretendia eliminar completamente a prostituição da área, mas buscar um equilíbrio entre distintos tipos de estabelecimentos, aumentando a diversidade no local. Devido à sua configuração espacial com ruas estreitas e a rede de canais, o *Red Light District* é descrito como uma

área cuja atmosfera é acolhedora (Amsterdam, 2008). Ao mesmo tempo afirma que com as mudanças e os novos estabelecimentos pretendidos – como cafés, galerias, museus e lojas –, a área teria também um clima mais aventureiro para os visitantes ao longo do dia. Esses novos estabelecimentos substituíram aqueles que foram fechados, quais sejam: as vitrines, *coffee shops*, cinemas pornôs, teatros de sexo ao vivo etc.

Em nossa opinião, o *red-light district* deveria manter a combinação de edifícios residenciais e de escritórios com a vida noturna; uma mistura de *chic* e *shady*. A prostituição que é tão característica dessa área permanecerá em parte, mas sem o crime que está presente demais no momento (Amsterdam, 2008, tradução livre).

A combinação *chic & shady* parece resumir as intenções do plano. Ao mesmo tempo em que se buscava atrair clientes com maior poder aquisitivo, com a implantação de comércio e serviços de maior qualidade, seria possível aproveitar o lado mais instigante que caracteriza o De Wallen, ou seja, a prostituição, porém em quantidade reduzida. O fechamento das vitrines foi considerado pela prefeitura a solução para o problema da criminalidade e do tráfico de mulheres para fins de prostituição, o que é questionado por muitos, incluindo prostitutas e ativistas. Porém, a manutenção de parte das vitrines continuaria a provocar o fascínio dos turistas, embora a geografia da área fosse alterada.

Com as intervenções propostas, algumas áreas seriam destinadas ao comércio de luxo (Damrak-Rokin) e compras diárias (Warmoesstraat), ao entretenimento noturno (Spuistraat), ao passeio (Oudekerksplein), além das áreas que teriam a concentração de vitrines e de outras onde se propunha reverter a decadência de importantes ruas que conectam as principais vias do centro. As mudanças pretendidas aconteceriam de três maneiras: instalação de projetos âncora, reconfiguração e melhoramento do espaço público e uma abordagem ao nível da rua (Amsterdam, 2008). Tais alterações mudariam também a maneira como os visitantes percorreriam a área na medida em que focam em certas especializações e na mudança do perfil dos estabelecimentos nesses locais.

Os projetos âncora se dariam em nove áreas do centro da cidade, incluindo a Chinatown – como é conhecida a rua Zeedijk –, a Oudekerksplein, os hotéis Victoria Hotel e o Grand Hotel Krasnapolsky etc. (Fig. 2) De acordo com Willem, as intervenções não foram todas realizadas pela prefeitura, como no caso dos hotéis que são propriedade particular. Nesse sentido, ele afirma que muitos investiram na área e realizaram projetos que já estavam previstos, mas agora impulsionados pelo o Plano 1012.

É claro que a cidade investiu de todos os modos, principalmente na renovação do espaço público, mas os 10 projetos âncora dos quais eu estava falando eram principalmente projetos privados, então grandes empreendimentos hoteleiros, a universidade que não é totalmente privada, mas que não pertence ao município, grandes lojas etc. Então, já havia ideias para esses planos e eles só foram ajudados e impulsionados pelo projeto. Portanto, há muitos empreendimentos imobiliários em andamento, mas você vê, talvez em grande escala, mas especialmente no *Red Light District* você vê que o projeto deu espaço para novos empreendedores iniciarem seus negócios e alguns cresceram lá e foram para outros lugares e, então, nunca pararam (Willem, entrevista, 04/01/2018, tradução livre).



- Key Projects
1. Beursplein
  2. Chinatown
  3. Parking garage Geldersekkade / Oosterdokseiland
  4. Oudekerksplein
  5. Ons' Lieve Heer op Solder museum
  6. Victoria Hotel and the Kadasterpand
  7. Fortis building Rokin
  8. Krasnapolsky
  9. Binnengasthuis grounds (University of Amsterdam)

Manuel Aalbers (2016) acrescenta que o Plano 1012 foi anunciado para a população na Dam Square, principal praça e centro histórico e simbólico da cidade, localizada nas proximidades do *Red Light District*. O autor chama atenção para o fato de a apresentação do projeto não ter ocorrido na própria prefeitura, mas no luxuoso Grand Hotel Krasnapolsky, situado na referida praça. Este hotel é um dos parceiros do projeto e reservou a quantia de 120 milhões de euros para investir na área da intervenção. De acordo com Willem, o setor privado já tinha planos de investimentos na área antes da realização do Plano 1012, porém sua implementação pela municipalidade forneceu a situação adequada para que as empresas privadas pudessem efetivar seus projetos. Isto quer dizer que o setor privado foi diretamente beneficiado pelos investimentos públicos, como tem acontecido em outras cidades (Mourad; Figueiredo, 2012).

### Plano 1012: resultados e mudanças no *Red Light District*

De acordo com o relatório da avaliação do Plano 1012 do Tribunal Metropolitano de Amsterdã (*Rekenkamer Metropool Amsterdam*) (Amsterdam, 2018), antes da implementação do referido Plano, em 2007, havia no *Red Light District* 470 vitrines espalhadas pela área. Entre 2007 e 2008 houve o fechamento de 68 vitrines, sendo a maior quantidade de fechamentos verificada em um único ano ao longo do processo de intervenções na vizinhança. Apenas o empresário Charles Geerts vendeu no fim de 2007 seus 20 prédios onde 50 vitrines foram fechadas, ou seja, mais da metade das que foram encerradas naquele tempo (Aalbers, 2016). Foram fechados também 26 *coffee shops*, além de *sex shops*, lojas de souvenir, casas de massagem, entre outros. Além de fechamentos, houve uma mudança na localização de algumas vitrines que foram transferidas principalmente para a rua Oudezijds Achterburgwal. De acordo com o estudo, existem atualmente 358 vitrines, tendo sido fechadas um total de 112 entre 2007 e 2018. Nos edifícios que abrigavam as vitrines foram instalados 34 novos empreendimentos, entre eles 1 loja de doces, 2 cafés, 1 restaurante, 9 lojas, 11

residências, 1 estabelecimento turístico, 5 empresas de prestação de serviços, além de outros usos. Já os *coffee shops* foram substituídos por 48 novos negócios, sendo que 12 deles são locais de *fast food*, 5 são lojas de doces, 5 são cafés etc. (Amsterdam, 2018).

O fechamento desses negócios foi possível principalmente pela aplicação da Lei de Promoção da Avaliação de Integridade pela Administração Pública (*Bevordering integriteitsbeoordelingen door het openbaar bestuur*), conhecida como Lei Bibob. Esta lei está em vigor desde 2003 e permite ao município negar licenças e fechar empreendimentos caso seja detectada alguma ligação com atividades ilegais. Esse instrumento foi usado para avaliar as licenças de bares, restaurantes, *coffee shops*, vitrines e a permissão de uso de grandes prédios, porém não se inserem neste último grupo os hotéis, por exemplo. Segundo Willem, a prefeitura precisa provar que o negócio tem ligação com atividade criminosa.

O projeto começou com: “ok, tem infraestrutura criminosa”, funcionamento normal e todo tipo de conexões, e a Lei Bibob foi uma das ferramentas para tentar evitar que isso se misturasse, permitindo que o município não desse licença caso houvesse dinheiro ilegal ou atividades criminosas envolvidas na solicitação de licença. Então, isso torna possível, ou mais fácil, negar uma licença porque antes era tipo, ok, se eu tenho um prédio e eu quero mudar a função dele, você poderia apenas verificar as regras específicas para “ok, é seguro, etc. a função é autorizada”, mas agora você também pode dizer: “não, porque ao fazer isso você agrega valor ou possibilita ou é provável que você permita atividades criminosas.” Então, é mais... há uma ferramenta extra para evitar uma conexão entre o funcionamento e a porta dos fundos, as atividades criminosas (Willem, entrevista, 04/01/2018, tradução livre).

Questionado sobre uma certa subjetividade aparente nesse procedimento, ele acrescentou:

Sim, eu acho que é a maneira que eu digo, porque eu explico de uma forma muito simples, mas é claro que você precisa ter provas e conexões concretas ou convicções ou coisas assim. Então, você não pode dizer: “hum, eu não vou com a sua cara, você não recebe uma licença”, então você precisa ter argumentos. Por exemplo, tem um caso em que uma pessoa recebeu um empréstimo de alguém que foi condenado por lavagem de dinheiro, então é muito provável que essa atividade criminosa esteja envolvida nesse dinheiro, que é trazido de volta para a área. Então, suas licenças foram negadas por causa da conexão entre ele e... da conexão financeira entre ele e essa outra pessoa que foi condenada (Willem, entrevista, 04/01/2018, tradução livre).

A transparência desse processo com a demonstração de provas é questionada por Sebastian, morador há 30 anos e proprietário de uma *sex shop* em funcionamento há mais de 20 anos numa das principais ruas do *Red Light District*. Ele afirma que a prefeitura agiu com autoritarismo e que, por um lado, a lei é bastante rígida, ou seja, qualquer mínima irregularidade poderia levar ao fechamento do estabelecimento. Isso não quer dizer que o empreendimento estivesse envolvido em qualquer atividade criminosa, porém qualquer falha era usada para lograr êxito no seu fechamento e sua posterior substituição. Por outro lado, para ele, a prefeitura não deixou claros os critérios para considerar uma atividade como ilegal, dizendo apenas que determinada



empresa teria potencial de envolver-se em atividades ilegais no futuro.

A prefeitura defendeu o fechamento das vitrines de prostituição como maneira de combater o tráfico de mulheres, contudo desconsiderou a complexidade que envolve esta questão. Além disso, não houve diálogo com grupos e movimentos sociais que trabalham em defesa dos direitos das prostitutas. O fechamento das vitrines representa efetivamente uma diminuição no número de locais de trabalho para as trabalhadoras sexuais, sobretudo à noite quando as vitrines costumam ficar ocupadas. É preciso destacar que durante o dia muitas vitrines ficam vazias, sobretudo pela manhã e início da tarde. Contudo, à noite quando o movimento de turistas é mais intenso, há um número maior de prostitutas em seus locais de trabalho e quase não se vê vitrines vazias.

Apesar do fechamento de todos esses estabelecimentos e sua concentração em algumas ruas, ainda restam algumas vitrines em locais onde a intenção era o encerramento de seu funcionamento, como no caso da Oudekerksplein (ou praça da igreja antiga, em tradução livre). Esta é uma área muito importante e a igreja que lhe dá nome, *Oude Kerk* (igreja antiga), é uma das mais importantes edificações do centro histórico, sendo considerada uma das pérolas do *Red Light District*. Então, a presença de vitrines não se alinhava com os planos da prefeitura para esse local.

A Oudekerksplein com a *Oude Kerk* é uma das pérolas do *red-light district*. No entanto, a praça da igreja em si perdeu um pouco de seu brilho e pretendemos melhorar isto. **As vitrines das prostitutas não serão mais bem-vindas.** Elas serão substituídas por atividades tradicionais, como artes e artesanato, além de lojas, hotéis e restaurantes, com a *Oude Kerk* presente no meio como um tesouro em termos de patrimônio cultural. A reformulação e melhoria do espaço público farão com que a praça e as ruas em seu entorno se tornem um local agradável para passar o tempo (Amsterdam, 2008, tradução livre, grifo do autor).

Ao explicitar que se deseja para Oudekerksplein e seu entorno empreendimentos como lojas, hotéis e restaurantes e afirmar que prostitutas não serão mais bem vindas, o argumento que justificaria o Plano torna-se ainda mais frágil. A prefeitura buscou concentrar a prostituição na rua Oudezijds Achterburgwal, onde se localiza um dos principais canais do De Wallen, e manter as demais áreas livres de vitrines. Contudo, tal objetivo não foi completamente efetivado, pois a municipalidade ainda não conseguiu fechar bordéis no entorno da própria Oudekerksplein e nas ruas Oudezijds Voorburgwal e Geldersekaade. Jozef esclarece que esses bordéis só permaneceram porque não foi encontrado nada ilegal em seu funcionamento.

Quando eu cresci, e eu cresci aqui no centro da cidade, a Geldersekaade era cheia de bordéis, mas todos foram fechados por causa do projeto [...]. Há um prédio restante.

(Por que?)

Porque não achamos nada errado acontecendo nesse prédio, então você não pode, tipo, você não pode tomar o prédio se o dono não tem nada errado. Então, essa também é a razão por que você ainda vê algumas das *red lights* na praça da *Oude Kerk*. São todas de famílias holandesas e, até onde sabemos, elas não estão fazendo nada errado (Jozef, entrevista, 28/12/2017, tradução livre).



Embora argumente que o Plano pretendia combater a criminalidade, é evidente a tentativa de concentrar as vitrines em determinada área e transformar algumas outras em ambientes mais “aprazíveis”. Não deve ser por acaso que todos os estabelecimentos considerados envolvidos com atividades ilegais estivessem exatamente nas áreas onde a prefeitura pretendia estimular outros usos e promover melhorias. Vale ressaltar que outras 12 vitrines no entorno da Oudekerksplein ainda sofrem ameaça de fechamento. Várias dessas vitrines estão na rua Trompettersteeg (Fig. 3), o beco mais estreito de Amsterdam, que não parece tão interessante para outros tipos de estabelecimento pelo limitado espaço para os passantes e, conseqüentemente, pela pouca visibilidade que teriam.

À esquerda da Fig. 3 vemos o beco Trompettersteeg e à direita um panfleto em uma vitrine nas proximidades dessa rua que diz: “Van der Laan<sup>8</sup>, você tira meu trabalho! Pare de fechar nossas vitrines”. O fechamento das vitrines e sua substituição por outros negócios obviamente provocaram mudanças na dinâmica do bairro, mas não apenas para a indústria do sexo. Embora as novas possibilidades para a abertura de estabelecimentos comerciais, devido à disponibilização de novos espaços, sejam interessantes para empreendedores, as alterações na dinâmica da área têm afetado a vida dos moradores, que reclamam do grande número de turistas na vizinhança.

<sup>8</sup> Eberhard Edzard van der Laan foi prefeito de Amsterdã de 2010 até o seu falecimento, em 2017.

Figura 3 - Beco Trompettersteeg e protesto contra o fechamento de vitrines. Fonte: Acervo do autor, 2018.





Portanto, é lógico que os moradores do *Red Light District* estão reclamando da superlotação e dos turistas, pois esse é o resultado da redução do tamanho do *Red Light District* em 40% e da concentração de tudo no canal principal. Também para profissionais do sexo os resultados são desastrosos, não apenas porque muitas perderam um local para trabalhar legalmente e, portanto, foram forçadas à prostituição ilegal para sobreviverem. Mas também para as trabalhadoras sexuais remanescentes que viram seus negócios decaírem já que o crescente turismo não tem significado mais clientes, mas apenas mais pessoas que vêm dar uma olhada, transformando-as em uma atração turística mais do que antes (Felicia Anna, 2018).

Como explica Felicia Anna<sup>9</sup>, prostituta e ativista pelos direitos das trabalhadoras sexuais, além das consequências para as prostitutas que perderam seus locais de trabalho, o fechamento das vitrines pode significar ainda maior concentração de turistas no principal canal (Oudezijds Achterburgwal), área que já apresenta um número significativo de turistas em determinados momentos do dia (Figs. 4 e 5).

Como foi dito, isso tem sido uma reclamação dos moradores, mas também uma preocupação da própria prefeitura. Segundo Jozef, no De Wallen moram cerca de 8.500 pessoas, para quem as ações do Plano 1012 estariam focadas. Contudo, a substituição das várias vitrines por lojas e estabelecimentos voltados ao turismo contradiz essa afirmativa. Por um lado, Willem afirma que novos apartamentos têm

<sup>9</sup> Felicia Anna escreve o blog *Behind the Red Light District*, no qual fala sobre a “vida real de uma prostituta romena trabalhando no *Red Light District* de Amsterdã.” Desde 2014 ela tem relatado em seu blog o que tem acontecido nessa área, além das questões políticas envolvendo a prostituição em Amsterdã e na Holanda.



sido disponibilizados a partir da reestruturação e renovação de prédios, mas, por outro, o plano tinha clara intenção de atrair empreendimentos focados nos visitantes endinheirados, o que tem provocado a saída de comércios e serviços que atendiam às necessidades dos residentes.

Ao caminhar pelo *Red Light District* encontramos várias lojas de souvenir com símbolos de Amsterdam, incluindo aqueles que materializam a prostituição e as drogas em uma infinidade de diferentes lembrancinhas como recordação da passagem pela cidade. Além dos diversos bares, cafés e restaurantes que se encontram na área, é bastante significativa a quantidade de lanchonetes que vendem *fast food* a preços baixos que estão espalhadas praticamente por todas as ruas. São também representativas as várias lojas de doces (*nutella shops*) e de queijo, já que na Holanda também são produzidos queijos de boa qualidade e prestígio. A existência massiva desse tipo de comércio contradiz a pretensa diversidade almejada pelo Plano 1012. Se antes a área seria pouco diversa pela existência demasiada de vitrines para prostituição e afins, o que percebemos hoje é que a ela está superlotada de lojas e estabelecimentos que vendem serviços e produtos bastante similares com foco no mesmo público alvo: o visitante.

Reconhecendo o problema do crescente número de negócios voltados aos turistas, no fim de 2017 a prefeitura resolveu começar a restringir seu crescimento, ou seja, não seria mais permitida a abertura de novos minissupermercados, restaurantes, lojas de souvenir, locais de *fast food*, hotéis etc. (Couzy, 2017). Alguns desses empreendimentos que agora aparecem como problema eram os carros-chefes do Plano quando de sua proposição. Apesar de reconhecer essa problemática, a prefeitura parece não assumir sua responsabilidade a respeito das consequências das intervenções realizadas no *Red Light District*.

Figura 4 - Turistas na rua Oudezijds Voorburgwal. Fonte: Acervo do autor, 2018.

Figura 5 - Red Light District cheia de turistas à noite. Fonte: Acervo do autor, 2018.



O aumento do número de turistas e sua concentração também precisam ser discutidos no que tange à atividade da prostituição. Obviamente, é preciso que haja transeuntes na área para que as prostitutas possam atrair clientes. Contudo, um maior número de turistas não necessariamente significa maior número de clientes, já que uma boa parte desses turistas não vai ao *Red Light District* buscar pelos serviços das prostitutas e sim para matar sua curiosidade sobre a mais famosa zona de prostituição em vitrines do mundo. Isso quer dizer que muitos consomem a prostituição enquanto imagem, o que obviamente é proveitoso para a economia local. Embora o número de vitrines e prostitutas na área tenha diminuído, ainda é possível andar nas ruas e observá-las em seus postos de trabalho desempenhando sua *performance* para atrair clientes. Para Julie, uma ex-prostituta e ativista pelos direitos das trabalhadoras sexuais, essa seria a razão pela qual a cidade mantém parte do *Red Light District*.

O *Red Light District* nunca vai voltar ao seu estado de glória original. Eu acho que ele provavelmente vai continuar a diminuir. Eu acho que a única razão pela qual ele não está completamente fechado é apenas porque a cidade ganha dinheiro com ele através do turismo. Eu penso que eles sabem que precisam do *Red Light District* a fim de ter pessoas indo e vindo e comprando coisas. Então, para eles é um local de vendas e eu acho que é por isso que são tolerantes, mas acho que a opinião deles de verdade é que essa é uma profissão perigosa para mulheres e deveria ser fortemente, fortemente controlada se tem que existir (Julie, entrevista 25/05/2018, tradução livre).

Entre todas as alterações empreendidas, a busca por uma mudança no perfil dos empreendimentos e dos turistas teve grande importância. Apesar de muitas vitrines terem sido substituídas por outros tipos de atividades, uma caminhada pelas ruas do *Red Light District* revela que o número de turistas é grande, porém a presença abundante de lojas de *fast food* a preços baixos, em vez dos sofisticados restaurantes pretendidos, aponta para a permanência de um perfil de turista que não é exatamente o que se buscava. É interessante também ressaltar que nas proximidades da área houve melhorias e reformas em lojas de grande porte, como a Primark. Esta é uma loja popular situada na Damrak que vive superlotada de turistas em virtude de seus produtos a preços baixos.

Apesar das críticas, houve também opiniões positivas sobre a implementação do Plano 1012, sobretudo no que tange à segurança pública. Relatos de moradores, trabalhadores e frequentadores dão conta de que hoje em dia a área está mais segura, com um índice menor de crimes, sobretudo de tráfico de drogas nas ruas. Além das mudanças já elencadas, a ronda policial é rotineira, além da existência de uma delegacia de polícia nos arredores. Para além disso, a área é monitorada por câmeras, as quais podem ser observadas em diversas ruas, inibindo a prática de ilícitos.

## Conclusão

Diferente do que se pode imaginar a partir do que costuma ser difundido sobre a prostituição em Amsterdã, cujo *Red Light District* é uma das zonas de comércio sexual mais conhecidas do mundo, esta não é uma questão pacífica. Conforme discutido em outro artigo (Pena, 2019a), a trajetória da prostituição na cidade é marcada por rupturas, descontinuidades e enfrentamentos, mas também importantes conquistas para as trabalhadoras sexuais. Contudo, a implementação do Plano 1012 descortinou um novo capítulo no campo de disputas que é o *Red Light District*. Autorizadas a funcionar legalmente desde 2000, parte significativa das vitrines foi fechada entre 2007 e 2018, além de outros estabelecimentos como *coffee shops*, também característicos

da área. Sob a justificativa de combater a criminalidade presente no bairro, a prefeitura empreendeu uma verdadeira cruzada contra a indústria do sexo, sem incluir os representantes deste setor nas discussões sobre as propostas do Plano 1012.

Se, por um lado, alegou-se a necessidade de combater a criminalidade, por outro, ficou evidente o interesse em realizar uma higienização social, uma limpeza da área. Isto abriria espaço para investimentos em produtos e serviços de maior qualidade voltados para um público mais abastado. A diversidade característica dessa área da cidade não se alinhava mais com a imagem que se pretendia para Amsterdã. Contudo, apesar de terem sido realizadas intervenções e melhorias, além de muitas vitrines e *coffee shops* terem sido substituídos, a presença massiva de *fast foods* revela que talvez o plano não tenha sido exitoso em atrair restaurantes sofisticados. Além disso, o fechamento de vitrines e a concentração da prostituição no principal canal e algumas outras ruas têm provocado uma superlotação desses locais, gerando inconveniências para os residentes. Considerando o contexto atual, o Plano 1012 revela a ambição do município de se tornar ainda mais competitivo e atrair investimentos nacionais e internacionais e, para isto, a geografia da prostituição foi encarada como um empecilho aos objetivos almejados. Assim, a “renovação urbana” de seu bairro mais simbólico foi usada como dispositivo no sentido de projetá-la e reposicioná-la no mercado global de cidades.

## Agradecimentos

A pesquisa que originou este artigo foi desenvolvida na Universidade Federal da Bahia (UFBA) e na Universidade de Amsterdã (UvA), com financiamento da CAPES, por meio do Programa de Doutorado-Sanduiche no Exterior (PDSE), e do CNPq.

## Referências

AALBERS, Manuel. Amsterdã. In: CHENG, Tsaiher (ed.). *Red Light City*. Montreal/Amsterdã: The Architecture Observer, 2016, p. 82-89.

AALBERS, Manuel; DEINEMA, Michaël. Placing prostitution: The spatial-sexual order of Amsterdam and its growth coalition. *City*, v. 16, n. 1-2, February-April 2012, p. 129-145. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13604813.2012.662370>. Acesso em: 09 set. 2017.

AMSTERDAM (2008). *Heart of Amsterdam: future perspectives 1012*. Amsterdam, I amsterdam. Disponível em: [https://www.amsterdam.nl/publish/pages/780659/heart\\_of\\_amsterdam.pdf](https://www.amsterdam.nl/publish/pages/780659/heart_of_amsterdam.pdf). Acesso em: 12 set. 2017.

AMSTERDAM. Rekenkamer Metropool Amsterdam (2018). *Feitelijk verloop van Project 1012: Onderzoek Project 1012 - Tussentijdse rapportage*. Amsterdã, RMA. Disponível em: <https://www.rekenkamer.amsterdam.nl/wp-content/uploads/2018/01/Tussentijdse-rapportage-Feitelijk-verloop-Project-1012.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2018.

CHENG, Tsaiher (ed.). *Red Light City*. Montreal/Amsterdã: The Architecture Observer, 2016. 136p.

COUZY, Michiel. Amsterdãse binnenstad op slot voor toeristenwinkel. *Het Parool*, Amsterdã, 05 de outubro de 2017. Disponível em: <https://www.parool.nl/amsterdam/amsterdamse-binnenstad-op-slot-voor-toeristenwinkels~a4520250/>. Acesso em: 11 jun. 2018.

DE LISIO, Amanda; HUBBARD Phillip; SILK, Michael. Economies of (Alleged) Deviance: Sex Work and the Sport Mega-Event. *Sexuality Research and Social Policy*, v. 16, n. 2, p. 179-189, 2019, Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s13178-018-0319-z>. Acesso em: 26 ago. 2019.

DE WAARD, Marco. Amsterdam and the Global Imaginary. In: DE WAARD, Marco (Org.). *Imagining Global Amsterdam*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2012.

ESPINHEIRA, Gey. *Divergência e prostituição: uma análise sociológica da comunidade prostitucional do Maciel*. Salvador: Tempo Brasileiro, 1984. 162p.

FAINSTEIN, Susan. *The just city*. Ithaca: Cornell University Press, 2010.

FELICIA ANNA. 414 Prostitutes begin war against mayor of Amsterdam. *Behind the Red Light District*, 09 de abril de 2015. Disponível em: <http://behindtheredlightdistrict.blogspot.com/2018/01/amsterdam-forces-100-sex-workers-to.html>. Acesso em: 26 ago. 2019.

FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: FOUCAULT, Michel. *Estratégia: poder-saber*. (Ditos & Escritos; v.4). 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária: 2006.

GILDERBLOOM, John I.; HANKA, Matthew J.; LASLEY, Carrie Beth. Amsterdam: planning and policy for the ideal city? *Local Environment: The International Journal of Justice and Sustainability*, v. 14, n. 6, p. 473-493, 2009. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13549830902903799?journalCode=cloe20>. Acesso em: 12 jun. 2019.

HELENE, Diana. *Mulheres, direito à cidade e estigmas de gênero: a segregação urbana da prostituição em Campinas*. São Paulo: Annablume, 2019.

JACQUES, Paola Berenstein. Espetacularização Urbana Contemporânea. *Cadernos PPG-AU/FAUFBA*, Salvador, Ano 2, número especial, 2004, p. 23-29.

MOURAD, Laila Nazem e FIGUEIREDO, Glória Cecília. O bairro é 2 de Julho, ou, o que está em jogo no Projeto de Humanização de Santa Tereza? In: Seminário Urbanismo na Bahia – URBA12, 2012, Salvador. *Anais...* Salvador: Faculdade de Arquitetura da UFBA, 2012, p. 01-17. Disponível em: [http://www.lugarcomum.ufba.br/urbanismonabahia/arquivos/anais/ex2\\_dois-de-julho.pdf](http://www.lugarcomum.ufba.br/urbanismonabahia/arquivos/anais/ex2_dois-de-julho.pdf). Acesso em: 08 jun. 2018.

OUTSHOORN, Joyce. Policy change in prostitution in the Netherlands: from legalization to strict control. *Sexuality Research and Social Policy*, v. 9, n. 3, p. 233-243, 2012. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s13178-012-0088-z>. Acesso em: 20 jan. 2017.

PENA, João Soares. Gestão pública da prostituição no Brasil e na Holanda. *Revista Políticas Públicas & Cidades*, v. 7, n. 1, 2019a, p. 1-20. Disponível em: <https://journalppc.com/RPPC/article/view/345>. Acesso em: 27 out. 2024.

PENA, João Soares. Red Light City. Relações entre prostituição e urbanismo na cidade contemporânea. *Resenhas Online*, São Paulo, ano 18, n. 209.05, Vitruvius, 2019b. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/18.209/7354>. Acesso em: 24 jul. 2019.

PENA, João Soares. *Além da vitrine: produção da cidade, controle e prostituição no Red Light District em Amsterdã*. Tese (Doutorado Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/33585>. Acesso em: 27 out. 2024.

PENA, João Soares. A prostituição e a imagem da cidade de Amsterdã. *Revista latino-americana de Geografia e Gênero*, v. 12, p. 97-128, 2021. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/17269>. Acesso em: 20 abr. 2023.

PENA, João Soares. Prostituição em Amsterdã: regulação e dinâmicas de gênero no Red Light District. *Revista Periódicus*, v. 1, p. 116-137, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/50152>. Acesso em: 20 abr. 2023.

RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008. 360p.

SIMÕES, Soraya Silveira. *Vila Mimosa: etnografia da cidade cenográfica da prostituição carioca*. Niterói: EdUFF, 2010. 178p.

UITERMARK, Justus. The origins and the future of the Dutch approach towards drugs. *Journal of Drug Issues*, v. 34, n. 3, p. 511-532, 2004. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/002204260403400303?journalCode=joda>. Acesso em: 16 jun. 2019.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 7. Ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 75-103.

WONDERS, Nancy A.; MICHALOWSKI, Raymond. Bodies, Borders, and Sex Tourism in a Globalized World: A Tale of Two Cities - Amsterdam and Havana. In: *Social Problems*, v. 48, n. 4, p. 545-571, 2001. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/pdf/10.1525/sp.2001.48.4.545.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2017.

ZUCKERWISE, Gail Meryl. *Conceptualizing culture in discourses of policy and reform in Amsterdam*. Tese (Doutorado). University College London, Londres, 2016. Disponível em: <http://discovery.ucl.ac.uk/1472515/>. Acesso em: 05 jun. 2018.



# A CIDADE-ARMÁRIO COMO SÍNTESE DIALÉTICA CONTRADITÓRIA DA ABJEÇÃO DOS SUJEITOS ININTELIGÍVEIS

*THE CLOSET-CITY AS A CONTRADICTORY DIALECTICAL  
SYNTHESIS OF THE ABJECTION OF  
UNINTELLIGIBLE SUBJECTS*

**Caroline C. Rodrigues<sup>1</sup> e Miriam Cléa C. Almeida<sup>2</sup>**

## Resumo

Este artigo visou compreender as relações entre a (re)produção urbana e a violência LGBTQIA+fóbica. Avaliaram-se os processos de reivindicação e (re)apropriação do espaço na produção territorial dissidente, de modo a questionar a violação do direito à cidade frente à vulnerabilidade socioterritorial das minorias sexuais e de gênero, no processo de construção ideológica da cidade-armário. Para tanto, definiram-se como categorias analíticas o território, concebido como síntese dialética contraditória dos conflitos de classe e projeção de poder no espaço; e a violência, como instrumento de imposição do poder e controle sobre o espaço territorializado; articuladas pela variável do grupo social minoritário. Através do levantamento teórico-bibliográfico e documental e análise dos dados das mortes violentas de LGBTQIA+ no Brasil, tendo como recorte espacial a cidade de Vitória da Conquista, Bahia, averiguaram-se os mecanismos de manutenção da LGBTQIA+fobia na (re)produção urbana da cidade-armário e as expressões territoriais da práxis revolucionária de sua subversão.

Palavras-chave: LGBTQIA+fobia, produção territorial, movimentos socioterritoriais.

## Abstract

*This article aimed to understand the relationships between urban (re)production and LGBTQIA+-phobic violence. It evaluated the processes of claim and (re)appropriating space in dissident territorial production to question the violation of the right to the city in the face of the socio-territorial vulnerability of sexual and gender minorities within the ideological construction of the closet-city. To this end, the analytical categories defined were territory, conceived as a contradictory dialectical synthesis of class conflicts and the projection of power in space; and violence, as an instrument for imposing power and controlling territorialized space, articulated through the variable of the minority social group. Through theoretical-bibliographic and documentary research and an analysis of data on violent LGBTQIA+ deaths in Brazil, with a spatial focus on the city of Vitória da Conquista, Bahia, mechanisms of maintaining LGBTQIA+-phobia in the urban (re) production of the closet-city were examined, along with the territorial expressions of the revolutionary praxis of its subversion.*

Keywords: LGBTQIA+phobia, urban production, socio-territorial movements.

<sup>1</sup> Mestranda em Geografia no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (PPGEO-UESB), Bacharela em Arquitetura e Urbanismo (UNINASSAU), Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

<sup>2</sup> Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade (PPGMLS-UESB), Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Docente efetiva (PPGEO-UESB) e professora adjunta do Departamento de Geografia (DG-UESB)..

## Introdução

O presente trabalho resulta do recorte de um capítulo teórico de uma dissertação de mestrado em Geografia<sup>3</sup>, cuja pesquisa acerca do movimento LGBTQIA+<sup>4</sup> visou compreender as relações entre a produção territorial urbana e a violência contra as minorias sexuais e de gênero na cidade de Vitória da Conquista, Bahia. Reconhece-se como as vivências LGBTQIA+ são marginalizadas no processo histórico-social por uma ideologia dominante, que impõe a heterossexualidade e a cisgeneridade binária compulsórias como norma socialmente aceitável: a heterocisnormatividade (Butler, 2019a). Não-conformes às práticas reguladoras das corporalidades e às matrizes normativas da inteligibilidade sexual e de gênero, instituídas e mantidas pela norma social hetero-cis-binária, as minorias LGBTQIA+ são historicamente vulnerabilizadas por múltiplas formas de violência (moral, psicológica, doméstica, patrimonial, física, sexual e intrafamiliar) e subjugadas à violações de direitos e garantias fundamentais.

Dentre estas, a negação dos direitos invioláveis à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança, à integridade e à liberdade de consciência e de expressão, assegurados no Art. 5 da Constituição Federal (Brasil, 1988 [2023]); e das punições estabelecidas por lei de qualquer forma de discriminação atentatória aos direitos e às liberdades fundamentais, tal como o direito à cidade, à infraestrutura, à terra e à moradia urbana, conforme o estabelecido pelo Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257/2001 (Brasil, 2001). Inadequadas à ideologia dominante, minorias sexuais e de gênero são sujeitadas à diferentes formas de opressão, à negação das suas subjetividades da sexualidade e do gênero, exclusão e estigmatização social, à medida que constituem dissonâncias subversivas ao controle social pelas matrizes normativas e pelos ideais regulatórios da inteligibilidade. A LGBTQIA+fobia, portanto, consiste no preconceito, ódio, repúdio ou aversão irracional direcionados aos sujeitos não-normativos e é um instrumento de legitimação da marginalização e desigualdade socioespacial, visto como relações de poder submetem corpos e experiências racializadas, generificadas e sexualidades à estruturas compartilhadas de opressão (Bento, 2017; Butler, 2019a, 2019b).

Entendeu-se que imposições da heterocisnormatividade alcançam a esfera produtiva e se configuram, no processo geral de produção e reprodução do capital, de acordo os interesses exploratórios da divisão sexual do trabalho, em uma sociedade dividida em classes. O regime de abjeção dos sujeitos ininteligíveis se materializa na violência contra as minorias sexuais e de gênero, mas estas subvertem a lógica constitutiva da cidade (como extensão da figura do *armário*) ao se (re)apropriarem dos espaços sociais e produzem territórios dissidentes, que refletem disputas pelo espaço e a relevância de considerar a LGBTQIA+fobia na (re)produção urbana. Diante desse contexto, analisaram-se suas ressonâncias e recrudescências na cidade, à medida que se relacionaram os conflitos sociais de classe, disputas territoriais e disfunções

<sup>3</sup> Dissertação intitulada *A subversão da cidade-armário: territórios dissidentes e violência contra LGBTQIA+ em Vitória da Conquista, Bahia*, a ser defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (PPGEO-UESB).

<sup>4</sup> Os termos LGBTQIA+ e *minorias sexuais e de gênero* correspondem ao grupo minoritário e movimento social de (re)existências lésbicas, gays, bissexuais, trans, intersexo e outras orientações sexuais e (ou) configurações não-hegemônicas do gênero e da sexualidade, no que se refere às atrações afetivo-sexuais não-heterossexuais e às modalidades não-cisgênero-binárias do gênero autoafirmadas. Nesta pesquisa, optou-se terminologicamente pela utilização da nomenclatura configuração de gênero, com base na *gender modality*, proposta por Ashley (2022), ao referir-se à experiência do gênero autoafirmado em relação à concepção dual-binária do sexo, socialmente atribuída aos sujeitos no ato do registro civil de nascimento. O termo foi empregue ao tratar das corporalidades, das identidades e expressões não-cisgênero-binárias do gênero (transexuais, transgênero, travestis, intersexo, agênero, *queer* e outras), enquanto orientação sexual equivale às atrações afetivo-sexuais não-heterossexuais (homossexuais, bissexuais, pansexuais, assexuais e outras), respectivamente, abrangendo outras variações da sigla.

urbanas à rejeição da outridade dos corpos dos sujeitos não-normativos nos espaços urbanos devido à LGBTQIA+fobia estrutural, nesse esforço científico, adotando-se como recorte espacial a cidade de Vitória da Conquista, no estado da Bahia.

Vitória da Conquista se percebeu recorte para essa análise a partir de estatísticas da violência LGBTQIA+fóbica levantadas desde 2021, como bolsista do Programa de Monitoria da Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), pesquisa de extensão continuada no Programa de Iniciação Científica e em trabalho monográfico em Arquitetura e Urbanismo, defendido em 2022, da qual derivam inquietações deste trabalho, apoiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), devido à observações da pesquisadora, diretamente inserida no ativismo e na militância do movimento LGBTQIA+ na cidade, vivenciando cotidianamente a realidade concreta da problemática desta pesquisa. Resultados demonstraram que, apesar da instituição da Coordenação de Políticas de Promoção da Cidadania e Direitos de LGBT e do Conselho Municipal da Diversidade Sexual e de Gênero, respectivamente, pela Lei Complementar nº 1.986/2014 e pela Lei Municipal nº 2.656/2022, ambos carecem de dados sistematizados que embasem o desenvolvimento de políticas governamentais orientadas efetivamente conforme a realidade concreta LGBTQIA+ na cidade. Tendo em vista a contradição entre os elevados índices de mortes violentas de LGBTQIA+ no estado da Bahia, o qual consecutivamente consta entre as Unidades Federativas (UF) mais violentas contra LGBTQIA+ no Brasil (Acontece, ANTRA, ABGLT, 2024; Benevides, 2024), e as posições da Bahia e da cidade de Vitória da Conquista como referências em políticas governamentais e estatais direcionadas às minorias sexuais e de gênero.

Analisou-se a produção territorial à luz do pensamento crítico, ao conjecturar a cidade como a manifestação dos destrutivos processos de desintegração urbana no sistema de exploração fundamentalmente desigual e contraditório que estrutura a produção capitalista do espaço. Nesse intuito, perscrutou-se como os sujeitos dos movimentos sociourbanos minoritários (interseccionados por marcadores sociais da diferença de classe, étnico-racial, geracional, deficiência, gênero, sexualidade e outros) resistem e se (re)apropriam do espaço urbano ideologicamente hegemônico, confrontando a marginalização e segregação históricas pela lógica inexorável da acumulação, na (re) produção de uma cidade que determina e é determinada pelos interesses do capital. a produção territorial urbana é examinada sob a perspectiva do pensamento crítico, entendendo-se a cidade como uma expressão das contradições e desigualdades no modo de produção capitalista desde as bases fundantes do espaço às relações corpo-cidade, discutindo categorias analíticas do território, da violência e o conceito de poder relacionados às questões de gênero e da sexualidade.

Discorre-se acerca dos movimentos minoritários socioterritoriais e socioespaciais à medida que analisa a heterocisnormatividade na produção territorial urbana, e como minorias sexuais e de gênero compõem forças de resistência contra a lógica hegemônica da acumulação ao reivindicarem espaços urbanos interditos aos corpos dissidentes. Conceitua-se a cidade-armário como a síntese dialética contraditória de um regime de abjeção dos sujeitos inconformes à inteligibilidade sexual e de gênero, expostos à violência e estigmatização social, expressões territoriais urbanas dos conflitos e contradições que transpassam esses sujeitos dissidentes. É discutida a práxis subversiva na contemporaneidade, entre permanências e rupturas estruturais, de modo a compreender a materialização da LGBTQIA+fobia e seus mecanismos de manutenção na cidade-armário, interdita aos corpos ininteligíveis.

## Das bases fundantes do espaço às relações corpo-cidade

Produção, produto e trabalho são conceitos que permitem analisar as relações entre as forças produtivas e os processos históricos de reprodução social e das forças de trabalho, dialetizados para acepção dos espaços sociais (Lefebvre, 2006). Infere-se que os espaços urbanos compreendem a relação produção-produto em coexistência, materialidade, ordem e desordem em simultaneidade, sendo a cidade em si o produto ocupado socialmente no devir histórico, porquanto *lócus* das contradições, em que a representação do espaço e o espaço de representação se subsomem, como unidade dialética contraditória (Oliveira, 1996, 1999; Lefebvre, 2006). O espaço é apropriado, recortado, fragmentado e nele se projetam relações sociais, estratificadas conforme interesses das representações e ideologias dominantes, e materialmente produzidas pela práxis espacial que implica em e aprofunda essas contradições, em um sistema marcado pela hegemonia de classe mantida por meio do espaço (Lefebvre, 2006).

Esse sistema subordina todo sujeito às leis imanentes da (re)produção capitalista, as quais manifestam-se na coerção e personificação do capital, em rígido estreitamento e obscurecimento de relações sociais para o processo de acumulação. Nessa lógica, evidencia-se o caráter operatório e instrumental do espaço para a alienação e para a consequente fragmentação social necessária à manutenção das forças produtivas hegemônicas, suscitando a contestação e a violência subversiva da luta de classes, em réplica contrastante à violência incessante do poder (Lefebvre, 2006). Porém, o espaço transcende essa instrumentalidade, como abstração real e concreta, produto das relações sociais, corporificação das contradições intrínsecas ao desenvolvimento desigual e combinado da divisão sexual do trabalho e das relações hierarquizadas de reprodução na sociedade dividida em classes (Lefebvre, 2006).

Consoante à Lefebvre (2002), a urbanização da sociedade constrói e determina a realidade que a sucede, moldada e constituída nos processos de dominação e de absorção produtiva da industrialização e suas decorrentes deformações. A agnição da relevância das lutas de classes, no contexto das reestruturações produtivas do capital, é enfatizada por Lefebvre (2002) como primordial para que se assimilem as complexidades da produção do espaço urbano, à medida que expõem estas suas descontinuidades-continuidades-objetivações-subjetivações “[...] enquanto campo de tensões e conflitos, como lugar dos enfrentamentos e confrontações, unidade das contradições” (Lefebvre, 2002, p. 10). Portanto, tratam-se de cidades subordinadas à essa lógica de alienação, controle e segregação social pelas contraditórias relações capital-trabalho-Estado, em manifestação da complexificação da corrosão urbana.

Nesse sentido, o espaço é instrumentalizado para a subordinação da realidade social ao poder, dissimulando e mascarando a sua própria lógica contraditória. O espaço é, simultaneamente, produtor, produto, meio e condição das relações de produção em corporeidade apropriada; não um mero receptáculo, mas expressão de resistências, confrontos e contestações, apesar de velado como se fosse um objeto não-político. Porém o espaço urbano nunca foi politicamente neutro, mas estratégico e ideológico, devastado e ameaçado de aniquilamento à proporção que se desenvolvem os seus movimentos dialéticos (e, portanto, contraditórios), na apropriação da cidade-produto pelas instituições da exploração (Lefebvre, 2002, 2008).

Não há como se compreender o espaço social concreto percebido-concebido-vivido (espacialmente, a prática do espaço, a representação do espaço e o espaço de representação) sem reportar aos corpos, “uma vez que a relação com o espaço de um “sujeito”, membro de um grupo ou de uma sociedade, implica sua relação com seu próprio corpo [...] o vivido corporal alcança um alto grau de complexidade e de estranheza [...] ainda mais o sexo” (Lefebvre, 2006, p. 68). Conforme é produzida a



objetividade real e concreta, é igualmente produzida pela sociedade uma consciência sobre si mesma, pela subjetivação de relações sociais amplas, como materialidade metamorfoseada na realidade alienada. Para isso, o capital constrói e determina sua própria temporalidade social, para que não haja a fundamentação necessária à uma radicalização que realmente enfrente as raízes das contradições capitalistas e suas formas de realização pela submissão dos sujeitos, através da alteração da noção de cotidianidade e de pertencimento das minorias sexuais e de gênero a essa mesma realidade perversa, ou seja, moldando as suas experiências e condições sociais de existência enquanto parte integrante do sistema de acumulação.

Compreende-se como a violência LGBTQIA+fóbica consiste na expressão territorial dos processos de exclusão social de minorias sexuais e de gênero, em uma cidade moldada e constituída na relação contraditória capital-Estado-trabalho. Ao indagar em que dimensão os processos de (re)produção urbana seriam essencialmente violentos contra LGBTQIA+ em função da heterocisnormatividade (Macedo Júnior, 2019), apreende-se que estes delinham as condições sociais de existência desse grupo vulnerável na cidade, porquanto, negando a reivindicação social do espaço aos sujeitos não-conformes à norma hegemônica. A LGBTQIA+fobia é engendrada nas práticas reguladoras que instituem a inteligibilidade do gênero e da sexualidade no regime de poder, hierarquizando sujeitos minoritários como os outros (*outsiders*), impassíveis de qualquer identificação com o corpo social heterocisnormativo binário (*insiders*), e os subjugando como corpos-território fronteiriços numa realidade socioespacial que compõe relações e é por elas simultaneamente instituída (Souza, 2000, 2013; Silva, 2009; Floyd, 2009; Ornat, 2011; Butler, 2019a, 2019b).

#### **A heterocisnormatividade binária na produção territorial urbana**

Deve-se ter em consideração a LGBTQIA+fobia na produção da cidade pois não há direito à cidade se este é um significante vazio (Harvey, 2014) ou cidade senão a desigual, a marginal, a não-cidade; sem que a invisibilidade do movimento social LGBTQIA+ seja revelada nas pesquisas geográficas, ao relacionar disfunções territoriais urbanas ao processo de subalternização de grupos socioterritoriais vulneráveis e aos dispositivos de repressão e controle consubstancialmente conflitivos sobre a outridade de corpos não-normativos na cidade. Somente através da análise de dados da LGBTQIA+fobia e das mortes violentas de LGBTQIA+ no Brasil, por entidades e organizações do movimento, será possível identificar como as condições sociais de existência LGBTQIA+ determinam a sua reivindicação espacial e (re)apropriação urbana subversiva na produção e práxis dissidente.

Em vista disso, foi realizada pesquisa de abordagem quanti-qualitativa utilizando os dados de relatórios e dossiês de entidades e organizações como Grupo Gay da Bahia (GGB), Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT), Associação Nacional de Transexuais e Travestis (ANTRA) e da Acontece Arte e Política LGBTI+, durante o período de 2017 a 2023 (definindo-se o recorte temporal para possibilitar o cruzamento dos dados das mortes violentas de LGBTQIA+ em geral com os levantamentos específicos acerca da população de travestis, transexuais e transgênero, sistematizados pela ANTRA a partir de 2017). Conforme os dados (GGB, 2018, 2019, 2020; Acontece, ANTRA, ABGLT, 2021, 2022, 2023, 2024), o país atualmente registra média de uma morte violenta de LGBTQIA+ a cada 29 horas, sendo a maioria das vítimas de cor negra (pretas ou pardas, de acordo com as categorias de raça/cor utilizadas pelo IBGE), de idade entre 20 e 39 anos, e de configuração de gênero não-cisgênero-binária: pelo menos 1.103 do total de 2.242 vítimas eram pessoas trans, o equivalente a 49,20% dos casos de LGBTQIA+fobia letal.

O subgrupo LGBTQIA+ com configurações de gênero transfemininas é o mais vitimado pela LGBTQIA+fobia estrutural no Brasil. Dados cruzados dos levantamentos identificam que 97% das vítimas de assassinatos de pessoas trans (2017-2023) eram travestis, transexuais, transgênero e não-binários com identidades e(ou) expressões de gênero transfemininas, correspondendo a 76% do total de vítimas de mortes violentas de LGBTQIA+ em geral registradas no país nesse período, informações que evidenciam os índices alarmantes de transfeminicídio no Brasil (Benevides, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024). Quanto ao perfil das vítimas registradas (2017-2023), 80,6% era negra, vulnerável à extrema pobreza, com idade média de 29,3 anos e expectativa de vida de 35 anos, aproximadamente metade da expectativa de vida de um sujeito cisgênero; além das estatísticas supracitadas, ressalta-se que a maioria das vítimas (2017-2023) estava inserida na prostituição e encontrava-se em situação de alto risco e vulnerabilidade social, conseqüentemente exposta aos maiores índices de violência (Benevides, 2018, 2022, 2023, 2024; Benevides, Nogueira, 2019, 2020, 2021).

Das 2.242 mortes violentas de LGBTQIA+ registradas no período de sete anos (2017-2023), por local da morte e(ou) onde os corpos das vítimas foram encontrados, 1035 ocorreram em espaços públicos urbanos, 900 em espaços privados urbanos (destes, ao menos 591 sendo na residência das vítimas) e 233 não constavam informações sobre local (GGB, 2018, 2019, 2020 e Acontece, ANTRA, ABGLT, 2021, 2022, 2023, 2024). Pessoas trans são as mais vitimadas pela violência LGBTQIA+fóbica (Benevides, 2018, 2022, 2023, 2024; Benevides, Nogueira, 2019, 2020, 2021); é predominante a ocorrência de assassinatos de pessoas trans em espaços públicos urbanos (vias e equipamentos urbanos; imóveis que não cumprem sua função social, subutilizados, abandonados ou não-utilizados; transporte coletivo, rodovias e outros).

O conceito de cidade-armário entende a cidade como, para além da concretização das lutas urbanas e dos conflitos sociais de classe, uma extensão da figura do armário, comumente associada à ocultação de sujeitos desviantes aos interesses dominantes, epistemologicamente “[...] aquela que tampona a fala, silencia os corpos e organiza-os de modo a discipliná-los e classificá-los” (Moraes *et. al.*, 2021, p. 107). Destarte, ao indagar em que dimensão os processos de produção e de reprodução urbana são violentos em função da heterocisnormatividade, compreende-se que estes delinham a realidade concreta das minorias sexuais e de gênero em cidades-dispositivos de silenciamento e regulação da vida social (Sedgwick, 2007; Macedo Júnior, 2019). Essa figura excludente do armário se materializa nessa cidade-*lócus*, (re)produtora da violência estrutural que limita a vivência social do espaço urbano pelos sujeitos desviantes à heterocisnormatividade na produção urbana, delimitada por e a partir de relações de poder (Souza, 2013), conformando-os no armário e em corpos-territórios subversivos.

No mesmo sentido, pontua-se que Macedo Júnior (2019) define a LGBTQIA+fobia como a externalização da incompreensão perante os sujeitos desviantes às ordens socialmente construídas do gênero e da sexualidade, em ânsia pela delimitação de poder sobre estes corpos-território na cidade-armário. Define-se a repressão como parte da ordem burguesa, uma forma fundamental de ligação entre poder, gênero e sexualidade, pela qual os corpos são submetidos à estruturas compartilhadas de opressão, as quais suprimem experiências que ousem romper com as hegemônias performativamente construídas no processo de (re)produção do espaço urbano, por estas representarem transgressões dissonantes à interdição e ao controle social intrínsecos à acumulação capitalista, no cerne das relações contraditórias capital-Estado-trabalho (Floyd, 2009; Bento, 2017; Butler, 2019a, 2019b; Rebucini, 2019).

## Conclusão

A violência LGBTQIA+fóbica se configura no processo geral de produção e reprodução do capital, à medida que se reconhece o caráter profundamente material da produção social das diferenças – de modo contraditório, produzindo os próprios corpos dissidentes os quais segrega e violenta nos espaços urbanos, por relações de poder e dominação heterocisnormativas que os constituem. Não obstante, cabe citar que o sexo não é uma condição estática do corpo, mas um constructo ideal regulatório para materialização das diferenças sexuais entre os sujeitos, no domínio da inteligibilidade que se impõe e realiza pela reiteração forçada de práticas performativas do gênero e da sexualidade, sendo essa materialidade o efeito mais produtivo do poder. Essa matriz excludente pela qual os sujeitos são formados, no processo de (re)produção urbana, requer a produção simultânea de espaços precisamente designados como não-vivíveis e inabitáveis, designando a não-cidade, e constituindo a cidade-armário pelo regime de abjeção dos sujeitos ininteligíveis, o qual se materializa na violência contra minorias sexuais e de gênero. Entretanto, essas minorias subvertem o armário ao se (re)apropriarem desta e produzem dissidências urbanas na cidade moldada e constituída nas relações contraditórias capital-Estado-trabalho, revolucionando, na práxis da dissonância de gênero e sexualidade, na (trans)cidade, a lógica articulada das desigualdades socioespaciais urbanas, iminentes ao processo de acumulação do capital.

Os índices demonstram que pessoas trans são extremamente vulneráveis e expostas à violência LGBTQIA+fóbica nos espaços urbanos, devido aos processos de construção ideológica da cidade-armário e de guetização dessas minorias, os quais relacionam-se com a produção de territórios do medo e extermínio, lugares de fragilidade social e exposição à LGBTQIA+fobia. Dados evidenciam que as vítimas não estavam seguras sequer na própria residência, informações que, apesar das dificuldades de produção e sistematização, auxiliam no reconhecimento dos locais de maior risco, vulnerabilidade social e exposição à violência LGBTQIA+fóbica nos espaços urbanos. As violações dos direitos e garantias fundamentais, como o direito à cidade, à terra, à moradia e à infraestrutura urbana, impedem a vivência de minorias sexuais e de gênero, corpos-território transvestigêneres e subculturas *queer* fora da (trans)cidade marginal, ocultos pela (re)produção heterocisnormativa da cidade-armário, e que resistem através da produção dissidente de territórios de subversão.

Ao reivindicar esses espaços, minorias sexuais e de gênero contestam excludentes tessituras urbanas e revelam fissuras inerentes à cidade, *lócus* de conflito eivado de disputas e contradições em metamorfose dialética e, pela amalgamação do trabalho como base fundante da existência, subvertem sua matriz alienante ao produzirem territórios dissidentes, desconstruindo interesses inconciliáveis em confrontação antagônica e os rígidos instrumentos mantenedores da violência contra LGBTQIA+, entre os quais se situa a dominação da própria memória.

## Agradecimentos

Agradeço à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) pela concessão da bolsa, nível Mestrado, que permitiu a elaboração da dissertação que originou esse trabalho.

## Referências

ACONTECE ARTE E POLÍTICA LGBTQI+ (ACONTECE), GRUPO GAY DA BAHIA (GGB). *Relatório: Observatório de Mortes Violentas de LGBTQI+ no Brasil em 2020*. Florianópolis, SC: Editora Acontece Arte e Política LGBTQI+, 2021.

ACONTECE ARTE E POLÍTICA LGBTQI+ (ACONTECE), ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA), ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS E INTERSEXOS (ABGLT). *Mortes e violências contra LGBTQI+ no Brasil: Dossiê 2021*. Florianópolis, SC: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2022.

ACONTECE ARTE E POLÍTICA LGBTQI+ (ACONTECE), ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA), ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS E INTERSEXOS (ABGLT). *Mortes e violências contra LGBTQI+ no Brasil: Dossiê 2022*. Florianópolis, SC: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2023.

ACONTECE ARTE E POLÍTICA LGBTQI+ (ACONTECE), ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA), ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS E INTERSEXOS (ABGLT). *Mortes e violências contra LGBTQI+ no Brasil: Dossiê 2023*. Florianópolis, SC: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2024.

ASHLEY, F. 'Trans' is my gender modality. In: ERICKSON-SCHROTH, L. (Org.) *Trans Bodies, Trans Selves*. 2 ed. New York: Oxford University Press, 2022, p. 22-23.

BENEVIDES, B. (Org.). *Mapa dos assassinatos de travestis e transexuais no Brasil em 2017*. Brasília, DF: Distrito Drag, ANTRA, IBTE, 2018.

BENEVIDES, B.; NOGUEIRA, S. N. B. (Org.). *Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais no Brasil em 2018*. Brasília, DF: Distrito Drag, ANTRA, IBTE, 2019.

BENEVIDES, B.; NOGUEIRA, S. N. B. (Org.). *Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2019*. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020.

BENEVIDES, B.; NOGUEIRA, S. N. B. (Org.). *Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2020*. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021.

BENEVIDES, B. (Org.). *Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021*. Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2022.

BENEVIDES, B. (Org.). *Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022*. Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023.

BENEVIDES, B. (Org.). *Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023*. Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2024.

BENTO, B. *Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos*. Salvador: EDUFBA, 2017.



BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 17 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019a.

BUTLER, J. *Corpos que importam: os limites discursivos do sexo*. São Paulo: N-1 Edições, Crocodilo Edições, 2019b.

FLOYD, K. *The reification of desire: toward a queer marxism*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2009.

GRUPO GAY DA BAHIA (GGB). MICHELS, E.; MOTT, L. (Org.). *Pessoas LGBT mortas no Brasil: Relatório 2017*. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2018.

GRUPO GAY DA BAHIA (GGB). MICHELS, E.; MOTT, L. (Org.). *População LGBT morta no Brasil: Relatório 2018*. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2019.

GRUPO GAY DA BAHIA (GGB). OLIVEIRA, J. M. D. de; MOTT, L. (Org.). *Mortes violentas de LGBT+ no Brasil – 2019: Relatório do Grupo Gay da Bahia*. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2020.

HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

LEFEBVRE, H. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

LEFEBVRE, H. *A produção do espaço*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

LEFEBVRE, H. *Espaço e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

MACEDO JÚNIOR, G. S. *Medo, vida e morte na cidade-armário: a heterocisnormatividade dos espaços urbanos*. 2019. Monografia (Bacharelado em Direito) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2019.

MORAES, C. de F.; RIBEIRO, C. J.; ARAÚJO, C. G. R. B.; GARCIA, D. N.; BARBOSA, P. R. de A.; MORAES, B. S. de; DUARTE, B. P. F.; AVIZ, T. S. de. *Cidade armário: corpos, sexualidade e subversão*. In: SILVA, M. da F. F. da. (Org.). *Políticas Públicas e Mobilidade Urbana: Uma compreensão científica da atualidade*. 1 ed. Guarujá, SP: Editora Científica Digital, 2021, p. 107-117.

OLIVEIRA, A. U. de. *A geografia das lutas no campo*. 6 ed. São Paulo: Contexto, 1996.

ORNAT, M. J. *Território descontínuo e multiterritorialidade na prostituição travesti através do sul do Brasil*. 2011. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

REBUCINI, G. *Marxismo queer: abordagens materialistas das identidades sexuais*. Revista Crítica Marxista, n. 48, p. 109-125, 2019. Disponível em: [https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/sumario.php?id\\_revista=65&numero\\_revista=48](https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/sumario.php?id_revista=65&numero_revista=48) Acesso em: 20 dez. 2023.

SEDGWICK, E. K. *A epistemologia do armário*. Cadernos Pagu, n. 28, p. 19-54, 2007. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644794> Acesso em: 20 dez. 2023.

SILVA, J. M. *Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidade*. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009.

SOUZA, M. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.) *Geografia: conceitos e temas*. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 77-116.

SOUZA, M. L. de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

# PARA ALÉM DO BINARISMO DE GÊNERO

## Corpos, disputas de poder e o Direito à Cidade

*BEYOND THE GENDER BINARY*  
*Bodies, power struggles and the Right to the City*

**Gustavo Lemke Truppel<sup>1</sup> e Marina Toneli Siqueira<sup>2</sup>**

### Resumo

O presente artigo realiza uma aproximação entre os conceitos de gênero e performance de gênero com o Direito à Cidade a partir da vivência de pessoas de gêneros não-normativos e não-binários. Parte-se da constatação que, embora seja um potente instrumento na análise do espaço urbano e na promoção de cidades pautadas na inclusão e na equidade social, a temática revela-se ainda pouco explorada pela teoria urbana crítica. Neste artigo retoma-se o conceito de gênero como campo de disputa de poder político e ideológico com reflexos profundos nas cidades, sendo entendido de forma interseccional com outros marcadores sociais. Conclui-se, a partir da relação entre gênero e espaços urbanos, que a garantia do Direito à Cidade para a população de forma ampla passa por uma revisão da produção das cidades à luz da teoria queer e pela multiplicação de espaços de identidade dos diversos grupos de gênero da comunidade LGBTQIA+.

Palavras-chave: gênero, não-binário, LGBTQIA+, direito à cidade, teoria urbana crítica.

### Abstract

*The present article brings together the concepts of gender and gender performance with the Right to the City based on the experience of people of non-normative genders. It departs from the observation that, although it is a powerful instrument in the analysis of urban space and in the promotion of cities based on inclusion and social equity, the theme remains little explored by critical urban theory. This article resumes the concept of gender as a field of political power and ideological dispute, with deep consequences in cities, being understood in an intersectional way. It concludes, grounded in the relation between gender and urban spaces, that to guarantee the Right to the City for all the population it is necessary a revision of the production of urbanism in the light of the queer theory and the multiplication of spaces of identity for the multiple gender groups in the LGBTQIA+ community.*

*Keywords: gender, non-binary, LGBTQIA+, right to the city, critical urban theory.*

<sup>1</sup> Arquiteta e urbanista pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, 2023).

<sup>2</sup> Professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina (ARQ-UFSC), em seus programas de graduação e pós-graduação em arquitetura e urbanismo. Doutora em Planejamento e Políticas Urbanas pela University of Illinois at Chicago (UIC, 2014), Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (USP, 2008) e Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, 2005).

### Introdução

- De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a transgeneridade e a transexualidade só deixaram de integrar a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID) como *transtorno de identidade sexual* ou *transtorno de identidade de gênero* a partir da 11ª edição desta, aprovada em 2019 e que passou a valer em 2022 (MDH, 2018). Isso significa, então, que até 1º de janeiro de 2022, países membros da OMS ainda poderiam reconhecer, oficialmente, a transgeneridade e a transexualidade como doenças mentais (Veiga, 2022);

- A transfobia só é considerada crime, no Brasil, por conta de um entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), feito em 2019, que enquadrava a discriminação odiosa à orientação sexual ou à identidade de gênero junto à Lei de Racismo (Pinotti, 2023), uma vez que não há lei específica em nível nacional que cumpra tal papel de proteção a essa população;

- Em 2022, pelo 14º ano consecutivo, o Brasil foi o país que mais assassinou pessoas trans no mundo (Benevides, 2023);

- A média de expectativa de vida para pessoas trans no Brasil é de 35 anos (Pinotti, 2023).

Não cabe a este artigo realizar um compilado das múltiplas violências vivenciadas pelas pessoas de identidade de gênero não-normativa. Mas, resta claro pelos dados acima mencionados que o reconhecimento institucional do seu direito de existir ainda é amargamente recente e diretamente relacionado a um histórico de apagamentos e violências de diferentes dimensões. Trazer esta população para o centro de um debate acadêmico é, além de somar esforços no reconhecimento de sua existência e incluí-la na produção científica, explorar uma lacuna do conhecimento com potencial transformador acerca do entendimento atual de suas vivências e, em específico para essa pesquisa, de suas relações com o espaço urbano.

Nesse sentido, o presente artigo aborda a constituição das cidades a partir do ponto de vista da teoria urbana crítica e de sua interpretação do espaço socialmente produzido e reproduzido, dotado de significantes sociais complexos e em constante mutação (Brenner, 2018; Harvey, 2006, 2012a; Lefebvre, 2006). Desse modo, pode-se entender o espaço como algo que vai além da materialidade e tridimensionalidade físicas, mas é indissociável dos usos e significados atribuídos a ele pela sociedade, apresentando interesses e dinâmicas de socialização próprias e integrando a própria formação dos grupos e povos que o produzem. Para além das interpretações formais, institucionais e acadêmicas (as representações do espaço), essa análise do espaço social vivido pode incluir desde a composição morfológica, a inserção urbana de um uso específico e a relação com o público que o frequenta, passando pela constituição de comunidades urbanas formadas por determinados grupos sociais e seus espaços de identidade, até a luta por cidades mais diversas e equitativas frente às diferentes dimensões de desigualdades e opressão social, i.e., os espaços de representação (Lefebvre, 2006).

O artigo que aqui se inicia aborda a teoria urbana crítica à luz das ideias de identidade de gênero. Por um lado, serão abordados ao longo do mesmo tópicos como Direito à Cidade, segregação urbana, produção social do espaço e as suas conexões com as experiências de diferentes grupos sociais, todos centrais e abundantemente explorados nos estudos urbanos. Por outro lado, neste artigo abordaremos a teoria urbana crítica a partir de uma perspectiva ainda pouco explorada: a realidade da vivência de gêneros não-normativos e pessoas transgêneras. O presente artigo não é um artigo feminista



per se — apesar de abordar o histórico da teoria de gênero dentro das lutas feministas, bem como a relação comum entre as identidades não-normativas e as identidades femininas na luta contra o patriarcado —, e também não se propõe a trabalhar com a população LGBTQIA+ de forma ampla — visto que a sigla abrange outros grupos para além das populações de gêneros não-normativos, embora com diversas sobreposições entre as vivências de grupos da comunidade. O presente artigo é, sim, uma provocação para se pensar a teoria urbana crítica e suas questões de gênero para além do binário masculino-feminino, que aparece no limitado número de trabalhos realizados até a atualidade que relacionam as duas áreas.

Contemporaneamente, é notável o maior interesse, resultante em um crescente número de escritos e debates relacionados a termos como *LGBTQIA+* e variações. Mas, a tendência destes é abordar mais aspectos da sexualidade do que da identidade de gênero não-normativa. A produção feminista - em que pese todos os seus desafios para visibilidade e luta política - já se encontra relativamente mais estabelecido enquanto que o levantamento de bibliografias realizado para esta pesquisa expôs o baixo interesse na produção acadêmica brasileira relacionando a performatividade de gênero não-cisgênera e a produção do espaço, ocupações urbanas, e temas relacionados. Ainda assim, se pensarmos na potencialidade do urbano enquanto encontro da diversidade e da polis enquanto espaço da política, evidencia-se a importância de refletir sobre a presença de sujeitos sociais na cidade a partir de suas performatividades corporais e, em específico, daqueles corpos dissidentes da normatividade cisheterocentrada.

O objetivo deste artigo é, em específico, relacionar criticamente o conceito de performance de gênero — com enfoque em performances não-normativas — à experiência urbana, buscando fomentar debates acerca do Direito à Cidade expandido para além do binarismo masculino-feminino de gênero. Para tanto, o artigo teórico e exploratório está estruturado em quatro seções, além da presente introdução e de suas considerações finais. Na próxima seção a conceituação de gênero e performance de gênero informam o estabelecimento da compreensão adotada por esse artigo acerca de identidades não-normativas e da composição das comunidades LGBTQIA+ e queer. Na seção seguinte são explorados corpos e disputas de poder na cidade a partir de questões de gênero, referenciando a momentos-chaves da história da arquitetura e urbanismo modernos em sua relação com identidades sociais. O espaço e as performances de gênero são aproximados na seção seguinte, expondo conceitos caros da teoria urbana crítica em relação às diferentes dimensões de desigualdade e dominação, como aquela da sociedade cis-heteronormativa. Por fim, retoma-se o conceito de Direito à Cidade, central na teoria urbana crítica, como uma utopia orientadora na luta pela construção coletiva da cidade como bem comum e, a partir da sua exploração situada espacialmente e temporalmente, mostra-se a relevância da inclusão da pauta de gênero e da não-binariedade em seu escopo. Com considerações finais, esse artigo pretende demonstrar que embora crescente, a temática de gênero e em especial de performances não-normativas revela-se como ainda pouco explorada pela teoria urbana crítica, mas constitui-se de potente instrumento na análise do espaço urbano e de composição de cidades pautadas na inclusão e na equidade social.

### Gênero, para além do binarismo

Historicamente, a luta pela liberdade de gênero não é sem associação à luta feminista; aliás, muito pelo contrário. Apesar da existência de diversas correntes de pensamento feminista, com a existência de linhas que condicionam a definição de mulher ao sexo biológico, esse artigo refere-se aos trabalhos que incluem a construção social do gênero. É necessário esclarecer que, embora amplamente citado como referência para as pesquisas posteriores, em uma busca rápida pelo termo gênero nos dois volumes d'O

Segundo Sexo, de Simone de Beauvoir (1970), nota-se a baixa frequência de aparição do termo e, para além disso, quando utilizado, nota-se sua tentativa de dissociação da identidade humana. Até então, as ideias de sexo e gênero eram indissociáveis, com uma correlação entre características biológicas e de identidade. Em outras palavras, citando um exemplo e buscando uma simplificação: para o pensamento hegemônico à época do livro, uma pessoa que apresentasse um órgão reprodutor feminino, glândulas mamárias desenvolvidas e um padrão de voz mais alto (agudo), necessariamente deveria apresentar uma personalidade mais calma e sensível, traços delicados e interesse em salões de beleza e atividades domésticas. Mesmo sem o uso da terminologia e conceituação hoje construída, o livro de Beauvoir (1970) aponta para este (muito mais que) estereótipo, denuncia sua origem e clama pela libertação das sujeitas subjugadas a ele. A seu modo, propõe uma quebra de padrões de gênero.

Retornando ao termo, aliás, uma vez que o livro de Beauvoir foi originalmente publicado em 1949, a não utilização do conceito de gênero é esperada, visto que os primeiros usos acadêmicos do mesmo — conforme o significado analisado neste artigo — são atribuídos ao psicanalista Robert Stoller (Cossi, 2018). Nos anos finais da década de 1960 e ao longo dos anos 1970, conforme desenvolvia seus estudos de casos clínicos, Stoller sentiu a necessidade de um termo capaz de “diferenciar radicalmente o sexo, como determinação orgânica do homem e da mulher, do sentimento social de identidade, o ‘sexo social’ masculino ou feminino, a ser contemplado por ‘gênero’ (Roudinesco; Plon, 1998 apud COSSI, 2018, p. 32)”. Segundo Cossi (2018, p. 32):

Cabe esclarecer que, em Stoller, sexo se refere a estados biológicos: genética, caracteres primários e secundários do sexo, aparato anatomofisiológico, endócrino e cerebral; gênero diz respeito a um conjunto de fenômenos como sentimentos, pensamentos, comportamentos e fantasias relacionados à masculinidade e à feminilidade, e não apresentam nenhuma ancoragem biológica — é consolidado culturalmente, adquirido na vida pós-natal. Sexo e gênero não andam necessariamente lado a lado; um pode se desenvolver a despeito do outro.

Assim, nasce como hipótese, dentro dos estudos clínicos da psicanálise e de outros campos de estudo da psique humana, mais ou menos à mesma época, a distinção entre o sexo anatômico e biologicamente definido, e a dimensão da identidade relacionada à autoexpressão e aos comportamentos que passaria a ser chamada de *gênero*. Essa desassociação entre as duas características, além de afrontar o discurso hegemônico na sociedade ocidental-europeia, levanta para os teóricos de gênero e da psicanálise da época uma importante questão: se a identidade de gênero não é vinculada ao sexo do indivíduo, seria plausível a ideia de existirem *mais de dois gêneros*?

A questão é levantada por Butler (2003) e respondida em uma inspiradora reflexão sobre a célebre frase de Beauvoir (1970, p. 9) — “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher” — frente à distinção agora colocada entre sexo e gênero. Citamos em completo para expor o raciocínio da autora:

Beauvoir, é claro, só queria sugerir que a categoria das mulheres é uma realização cultural variável, um conjunto de significados que são assumidos ou absorvidos dentro de um campo cultural, e que ninguém nasce com um gênero — o gênero é sempre adquirido. Por outro lado, Beauvoir desejava afirmar que a pessoa nasce com um sexo, como um sexo, sexuado, e que ser sexuado e ser humano são condições coextensivas e simultâneas; o sexo é um atributo analítico do humano; não há ser humano que não seja sexuado; como atributo

necessário, o sexo qualifica o ser humano. Mas o sexo não causa o gênero; e o gênero não pode ser entendido como expressão ou reflexo do sexo; aliás, para Beauvoir, o sexo é imutavelmente um fato, mas o gênero é adquirido, e ao passo que o sexo não pode ser mudado — ou assim ela pensava —, o gênero é a construção cultural variável do sexo, uma miríade de possibilidades abertas de significados culturais ocasionados pelo corpo sexuado. A teoria de Beauvoir implicava consequências aparentemente radicais, as quais ela própria não entretinha. Por exemplo, se o sexo e o gênero são radicalmente distintos, não decorre daí que ser de um dado sexo seja tornar-se de um dado gênero; em outras palavras, a categoria de ‘mulher’ não é necessariamente a construção cultural do corpo feminino, e ‘homem’ não precisa necessariamente interpretar corpos masculinos. Essa formulação radical da distinção sexo/gênero sugere que os corpos sexuados podem dar ensejo a uma variedade de gêneros diferentes, e que, além disso, o gênero em si não está necessariamente restrito aos dois usuais.

E continua:

Se o sexo não limita o gênero, então talvez haja gêneros, maneiras de interpretar culturalmente o corpo sexuado, que não são de forma alguma limitados pela aparente dualidade do sexo. Consideremos ainda a consequência de que, se o gênero é algo que a pessoa se torna — mas nunca pode ser —, então o próprio gênero é uma espécie de devir ou atividade, e não deve ser concebido como substantivo, como coisa substantiva ou marcador cultural estático, mas antes como uma ação incessante e repetida de algum tipo. Se o gênero não está amarrado ao sexo, casual ou expressivamente, então ele é um tipo de ação que pode potencialmente proliferar-se além dos limites binários impostos pelo aspecto binário aparente do sexo. Na verdade, o gênero seria uma espécie de ação cultural/corporal que exige um novo vocabulário, o qual institui e faz com que proliferem participios de vários tipos, categorias re-significáveis e expansíveis que resistem tanto ao binário como às restrições gramaticais substantivadoras que pesam sobre o gênero (Butler, 2003, p. 162-164).

Tem-se aí, então, as bases do entendimento do conceito de gênero como adotado neste artigo: trata-se de uma construção cultural uma vez que não é fixada pela natureza e nem sequer pelo sexo de um indivíduo, que não nasce com ele. Gênero é um *acordo social* proveniente de uma cultura e construído ao longo de gerações sobre seu significado. É também “uma identidade tenuemente constituída no tempo, instituído num espaço externo por meio de uma *repetição estilizada de atos* (Butler, 2003, p. 200; grifo da autora)”; ou, em outro termo da autora, uma *performance*. Ainda, nos termos da *performance de gênero*, nada há que impeça um corpo masculino de utilizar elementos do vocabulário da performance da mulher, por exemplo, ou de um indivíduo utilizar de elementos desassociados de qualquer gênero prévio, ou de ambos.

Assim, então, podemos falar que a identidade de gênero de um indivíduo se constitui a partir da repetição das performances de gênero e da auto identificação da pessoa. Inicialmente, a identidade de gênero pode receber classificações baseadas na sua relação com o gênero determinado à pessoa ao nascer, sendo o prefixo *cis* um atributo de identificação e o prefixo *trans* representativo da não identificação, formando os termos *cisgênero* e *transgênero*. O primeiro destes, então, abrange pessoas que se identificam com a identidade de gênero que lhes foi atribuída e performam seu gênero

em consonância com essa identificação, enquanto o segundo termo abrange todes que não se identificam com o gênero que lhes foi atribuído. Por consequência, também, *transgênero* abrange todas as identidades possíveis derivadas da não-identificação com o grupo cisgênero, como as identidades travestis, não-binárias, agêneres, gênero flúido e tantas outras.

A chegada a tal entendimento da performance de gênero, apesar de fortemente embasada nos escritos da luta feminista, não é sem o enfrentamento de um paradigma: o próprio entendimento do que é ser mulher. Butler e outras autoras estudadas por ela tiveram de responder a essa questão latente levantada por uma outra parcela da população, cuja existência desafiava os entendimentos das décadas anteriores: travestis, transexuais, drag queens e outras performances não normativas. A resposta de Butler (2003) a essa questão, submetendo o gênero a uma construção social, junta forças com essa população nas lutas pela liberdade de gênero, formando uma combinação que expande exponencialmente os limites de performances possíveis e imagináveis. A miríade de grupos identitários de gênero abrangidos pela transgeneridade se estende para além deste trabalho, com variações a depender da parte do globo e da época em que se fala, estando em constante transformação já que decorrentes de ações repetidas, i.e. de performances, localizadas no tempo e no espaço.

Em tempos atuais, falar sobre gênero e identidade de gênero é falar, também, sobre uma parcela representativa da população que compõe a comunidade LGBTQIA+: Transexuais, Travestis, Transgêneros, Queer, Questionantes, Intersexuais, Não-Binárias, Agêneres, e todos aqueles que desviam da normativa *cis* e seus limitantes de identidade binária. Isso também se deve ao fato de que, historicamente, travestis e transexuais, bem como os outros grupo da população de gênero não-normativo, são marginalizadas, estando, para a sociedade heterocisnormativa, na mesma posição que populações de sexualidade não-heterossexual e outras populações desviantes do *padrão* de sexualidade e do binarismo de gênero. Assim, apesar das diferenças entre os vários grupos existentes dentro dos espectros de gênero e sexualidade, a existência de um opressor comum levou-os a se tornarem aliados nas lutas por direitos, constituindo as bases do que hoje podemos chamar de comunidade LGBTQIA+. A sigla utilizada na identificação dessa comunidade é composta pela inicial de cada grupo integrante da luta por direitos, e passou — e passa — por debates e modificações constantemente, na busca de se tornar mais inclusiva. Portanto, a sigla utilizada acompanha a história e a construção social e, provavelmente, será alterada em momentos posteriores à publicação deste artigo<sup>3</sup>.

Em paralelo à construção em luta política da noção de comunidade e da sigla que a identifica, na academia e nos estudos teóricos desenvolveu-se a ideia da multidão *queer* — termo originalmente ofensivo à população homossexual na língua inglesa, tendo como um paralelo aproximado o termo *bicha* no português, ambos apropriados e ressignificados pelo grupo oprimido. O conceito nasceu a partir de debates fundamentados na obra de Foucault (2019) e sua interpretação de que, com o avanço da medicina positivista no século XIX, comportamentos desviantes da norma heterocis passaram a ser entendidos como identidades errantes/doentes, e estas identidades foram estabelecidas em contraste com as identidades *padrão*. Tal estrutura é entendida como origem dos preconceitos e discriminações (Miskolci, 2009, apud

<sup>3</sup> A sigla com maior legitimidade no Brasil atual, frente aos movimentos sociais da comunidade, é a sigla LGBTI+ (MIRANDA, 2023, p.10). Contudo, existe o uso social de outras siglas derivadas desta, usualmente ampliadas, como a sigla adotada ao longo deste artigo (LGBTQIA+), ou a sigla LGBTQIAPN+. No caso desta última, as iniciais representam os seguintes grupos: lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, transsexuais, travestis, queer, questionantes, intersexuais, assexuais, agêneres, arromânticos, panssexuais, polissexuais, não-binárias e mais.



Gargioni, 2022). Nas palavras de Preciado (2019, p. 446):

A multidão queer não tem relação com um 'terceiro sexo' ou com um 'além dos gêneros'. Ela se faz na apropriação das disciplinas de saber/poder sobre os sexos, na rearticulação e no desvio das tecnologias sexo-políticas específicas de produção dos corpos 'normais' e 'desviantes'. Por oposição às políticas 'feministas' ou 'homossexuais', a política da multidão queer não repousa sobre uma identidade natural (homem/mulher) nem sobre uma definição pelas práticas (heterossexual/homossexual), mas sobre uma multiplicidade de corpos que se levantam contra os regimes que os constroem como 'normais' ou 'anormais': são os drag kings, as gouines garous, as mulheres de barba, os transbichas sem paus, os deficientes ciborgues... O que está em jogo é como resistir ou como se desviar das formas de subjetivação sexopolíticas.

Simplificadamente, então, pode-se entender o conceito de *queer* como um posicionamento político-teórico que busca a libertação de normativas sexuais e de gênero, sem se propor, então, a ser um termo identitário de tais características — pelo contrário.

LGBTQIA+ e *queer* tem, então, como objetivo comum, a libertação das pessoas do domínio hetero-cis nas vivências de sexo e gênero, mas valendo-se de estratégias diferentes para tal. Por se valer de um reforço das identidades e agrupamentos de semelhantes sob termos específicos, a abordagem LGBTQIA+ é criticada por teóricos *queer* por se basear na oposição da norma vigente, ao invés de mirar na quebra da estrutura que compõe padrões de sexo e gênero como um todo. Noutro lado, a abordagem *queer* é criticada por gerar certa homogeneização dos grupos a que deveria representar, como se todas as pessoas desviantes da normativa hetero-cis sofressem os mesmos preconceitos e tivessem as mesmas necessidades e propósitos de luta na sociedade atual, atenuando ou até apagando a diferença entre grupos.

O próprio Preciado (2019, p. 443) previu a possibilidade da leitura de oposição entre as *multidões queer* e as *estratégias identitárias*. Ainda assim, *queer* e LGBTQIA+ são termos que coexistem: o primeiro, como posicionamento e instrumento teórico-político de luta contra a dominação do sexo, dos corpos e das performances por parte de um modelo universal, enquanto o segundo é um identificador da comunidade não-hetero-cis e os respectivos grupos que a compõem. *Queer* e LGBTQIA+, então, são duas frentes de luta que buscam metas próximas, mas diferentes, sendo o foco da luta *queer* é a queda da norma de sexo-gênero vigente, em prol de uma sociedade mais livre e aberta às diversidades, enquanto o foco da luta LGBTQIA+ está no respeito aos direitos e atendimentos de necessidades comuns, mas também específicas de cada grupo.

### Corpos e disputas de poder na cidade

O breve histórico da formação da comunidade LGBTQIA+ e da multidão *queer* apresentado na seção anterior, mesmo que resumido, já começa a nos fornecer subsídios para entender que o gênero, então, é objeto de uma constante disputa de

poder. Partindo de Scott<sup>4</sup> (1989, p. 21), que diz que “gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder (grifos da autora)”, compreendemos que gênero é uma categoria que vai muito além de estabelecer relações de parentesco e ditar papéis das indivíduos numa composição familiar, mas uma categoria de disputa de narrativa nas escolas, na religião, no mercado de trabalho, na ciência, na política e nas mais diversas esferas da vida humana. Como uma categoria *de* e *em* disputa, constrói-se uma ideia de oposição binária entre um masculino e um feminino e, após uma destas adquirir o *status* de dominante, a história é contada como se o resultado fosse fruto de um consenso, e este processo acontece em todas as frentes de disputa de poder da sociedade (Scott, 1989, p. 21).

Dentro do campo da política, para citar um exemplo baseado nos escritos de Scott, há uma relação de construção mútua na qual o gênero pauta a política e a política dita as construções sociais de gênero, como ela nota, por exemplo, ao recordar a primazia do masculino nas linhas sucessórias de monarquias europeias e que teve como consequência o estabelecimento do masculino como padrão desejável para esses regimes de governo, bem como suas características e limites. Tal primazia nasce de uma disputa de gênero, segundo a autora (Scott, 1989).

No caso de gêneros não-normativos, apesar de não abordados por ela, não seria difícil imaginar que sua invisibilidade histórica possa vir não de uma disputa com outra categoria de gênero, mas sim da primazia da hetero-cis-sexualidade, que alimenta a existência de um binário de gênero e vice-versa. A isso, acrescenta-se que o afastamento de um gênero ou de toda uma categoria da narrativa política pode chegar ao apagamento total do grupo e sua negação da vida política, como o exemplo da teoria política da Idade Média islâmica citada por Scott (1989, p.24), o que cria um ciclo de exclusão histórica de tudo o que foge à binariedade.

A disputa da narrativa de gênero, apresentada por Scott em meio à pesquisa historiográfica, também toma espaço nas artes, como exemplificado por Rita Von Hunty, drag queen e pesquisadora, no vídeo *Quem pode narrar a própria história?* (2023), no qual ela desenvolve uma argumentação acerca da produção cinematográfica estadunidense do século XX e a apresentação de pessoas não-normativas nos papéis de vilões ou com um arco histórico fadado a um final infeliz. Esta é, também, uma forma de perpetuação da dominação de gênero na cultura, assim como o fenômeno apontado por Scott (1989) na política. Por similaridade, e mesmo apesar de não agregar os valores de dominação de gênero com as mesmas ferramentas de uma narrativa cinematográfica, a arquitetura dispõe de outras formas de realizar tais valores, no que destacamos a representação hegemônica e a higienização social.

No campo da arquitetura, sendo esta também um reflexo da cultura, a doutrina de gênero é citada até mesmo nas obras clássicas e nos tratados de Vitruvius (1914). O arquiteto romano que viveu no século I a.C., atribui valores de gênero às ordens clássicas, presentes nas suas histórias de criação, nas descrições das suas características e nos seus usos adequados. A ordem dórica, seria, de acordo com Vitruvius, a representação do masculino, pois seguia a proporção de altura e base como a do corpo de um homem, sendo a base o equivalente a 1/6 da altura; assim, exibia “as proporções, a força e a beleza do corpo de um homem (Vitruvius, 1914, p. 103, tradução livre do original em inglês)”. A ordem jônica, por sua vez, seria inspirada na *esbelteza das mulheres*, com proporção entre base e altura de um para oito, e a adição de volutas e ornamentos,

<sup>4</sup> O texto de Scott (1989) é escrito quase paralelamente ao livro de Butler (2003), que foi originalmente publicado no ano de 1990, e não considera o conceito de performance e as possibilidades de gêneros além do binário levantados por esta.

representando a “delicadeza, ornamentos e proporções características das mulheres (*ibid.*, p. 103-104)”.

Em Vitruvius (1914), há uma clara presença do binário de gênero na simbologia arquitetônica, e, por consequência, na forma que a cultura contemporânea a compreendia. No entanto, o tratadista adiciona “uma terceira ordem arquitetônica, diferenciada pelo seu capitel, foi produzida a partir das duas outras ordens (*ibid.*, p. 102)”. Esta seria, então, a ordem coríntia, que “é uma imitação da esbelteza de uma donzela; já que os contornos e membros de donzelas, sendo mais esbeltos por conta da tenra idade, permitem efeitos mais bonitos nas formas de adorno (*ibid.*, p.104)”. Mesmo com essa adição de uma terceira ordem, assexuada, para Vitruvius ela se assemelha à virgem e suas características de pureza.

Também podemos recordar, na mesma linha, de uma frase do renomado arquiteto brasileiro Oscar Niemeyer, em que diz que o que o atrai “é a curva livre e sensual”, e que esta pode ser encontrada, entre outras coisas, no “corpo da mulher preferida (Niemeyer, 2023)”. Por trás dessa frase podemos perceber a associação existente entre a sensualidade e o feminino, e a utilização do corpo humano como inspiração arquitetônica. Ao olhar para os escritos de Vitruvius e a frase de Niemeyer denota-se, então, que a ligação entre corpo, gênero e arquitetura não é exclusiva de uma única cultura, tempo ou local.

No movimento moderno, por sua vez, a expulsão de toda a ornamentação e sua simbologia cultural pode ser interpretada como o auge do poder masculino sobre todas as outras performances, visto que muito da arquitetura moderna tinha como base o Modulor de Corbusier (Choay, 2007), e a higienização de outros símbolos, como posição de *neutralidade*. A construção de um sujeito tipo universal além de homogeneizar a experiência humana, também minimizou as diferenças, privilegiando o predomínio do *mais forte*. Nesse sentido, Hayden (1980) demonstrava como a cidade modernista privilegia certos usos e aspectos da vivência de gênero masculina. Ainda, a assertividade do arranha-céu e a centralidade das atividades hegemônicas na economia e na política vem sendo popularmente associada ao masculino e o ambiente doméstico ao feminino, em suas diferentes centralidades de usos e formas construídas. Alguns desses questionamentos — com destaque para as representações arquitetônicas do gênero — já foram explorados também por autoras como Diana Agrest, Beatriz Colomina, Mark Wigley e outras, durante a década de 1990, sob a ótica feminista (Preciado, 2017, p. 4). Seus trabalhos abordaram, respectivamente, questões como o sexo do corpo que inspira arquiteturas de Vitruvius a Corbusier, as retóricas de gênero e raciais que aparecem na concepção da casa de Josephine Baker e a relação entre estrutura e ornamento presente na arquitetura moderna (*ibid.*, p. 4). Seja pelo questionamento dos padrões de uso do solo, da mobilidade urbana, de segurança nas cidades, entre outros (Fainstein e Servon, 2005; Muxi et. al, 2019), o urbanismo feminista tem um crescente corpo de pesquisas e iniciativas que desconstruem a representação de gênero na arquitetura e no urbanismo. No Brasil, o aumento crescente dos estudos urbanos relacionados a questões de gênero, publicados nos formatos de artigos, dissertações, teses, livros e até mesmo números especiais de periódicos nacionais demonstram o crescente interesse no tema e a sua importância (como demonstrado em Joice, 2023; Helene et. al, 2021; e outras).

Corroborando-se, então, o argumento de Scott (1989), anteriormente apresentado, na medida em que gênero é uma categoria de disputa de poder em diversas esferas da sociedade e as mesmas relações de dominação são encontradas na arquitetura e no urbanismo. Contudo, é importante que tal análise não se limite ao embate binário de gênero, assim como a realidade em disputa também não se limita a estas categorias. Afinal, a estrutura sexista e patriarcal que impõe domínio sobre as mulheres é a mesma

que marginaliza outras identidades de gênero nas artes, na educação, na política, na ciência, na cultura e nos espaços — incluindo os espaços urbanos.

### O espaço e as performances de gênero

Abrindo o quarto capítulo de seu livro *Espaço e Método*, Milton Santos (2008, p. 67) pontua que “um conceito básico é que o espaço constitui uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação”. A partir desse entendimento, então, Santos nega a ideia de o espaço seja um dado fixo, e afirma que “as formas e objetos geográficos” assumem novas funções sempre que a sociedade como um todo passa por uma mudança, e, juntas, essas mutações criam “uma nova organização espacial (*ibid.*, p. 67)”.

Tal entendimento, do espaço como produto de uma determinada sociedade, local e tempo histórico, denota a ligação intrínseca entre o espaço e seus habitantes para além de uma relação de coexistência, mas de co-produção. Assim, para o estudo do espaço é indispensável, também, a compreensão das pessoas que compõem esse espaço, sob a ótica das suas estruturas sociais e os processos atuantes naquele período histórico. Nas palavras de Ana Fani Carlos (2007, p. 70):

Entender o espaço urbano do ponto de vista da reprodução da sociedade significa pensar o *homem* enquanto ser individual e social no seu cotidiano, no seu modo de vida, de agir e de pensar. Significa pensar o processo de produção humano num contexto mais amplo, aquele da produção da história de como os *homens* produziram e produzem as condições materiais de sua existência e do modo como concebem as possibilidades de mudanças (grifos nossos).

Na busca por compreender as relações entre performances de gênero e o espaço socialmente produzido destacamos aqui três pontos:

I. os atos estilizados que compõem a performance de gênero de um sujeito são, por uma questão de obviedade, atos que se dão em um espaço; do andar rebolado à escolha do cabeleireiro/barbeiro, de usar um determinado calçado à definição dos espaços de lazer e esportes *adequados*/preferidos para si, entre várias outras ações estigmatizadas/marcadas pelo gênero, todas acontecem em algum tipo de espaço, com uma série destas ainda buscando e estabelecendo ambiências específicas para sua realização;

II. o gênero é uma característica integrante da identidade das pessoas; logo, a forma como um indivíduo entende um espaço, como o habita, sua sensação de segurança e/ou integração e pertencimento a um espaço, bem como os impactos gerados pela performance do indivíduo em uma determinada ambiência, todos esses fatores são passados pelo gênero da pessoa;

III. o gênero não deve ser compreendido isoladamente, entretanto. Trata-se, sim, de uma característica importante e com crescente interesse nos estudos urbanos. Mas, a identidade de um indivíduo vai além de seu gênero, sendo essencial, para a melhor compreensão das múltiplas facetas que compõem um sujeito, um entendimento do gênero em meio às diversas *interseccionalidades* (CRENSHAW, 1989). Assim o gênero se relaciona com outras características compositoras da identidade e que afetam a vivência do ser, em especial aspectos de raça, etnia, cor, classe social, sexualidade, porte de deficiências, religião, regionalismos, entre outros.



Considerada essa multiplicidade social e a composição dada por de diversas camadas e significantes que vão além do espaço físico em si, o espaço urbano não é compreendido corretamente se abordado a partir do olhar focado em um ou dois aspectos, devendo ser compreendido a partir do entendimento e da sobreposição de diversas dimensões de desigualdade, dominação e opressão, de forma *interseccional* (Crenshaw, 1989). Dessa forma, podemos entender que a experiência urbana é marcada pelos diversos marcadores de identidade que uma pessoa tem e que são expostos publicamente no espaço público, variando de acordo com o grupo social compreendido de forma ampla e não somente por questões de renda; portanto, também se relacionando com a cor da pele, raça, etnia, sexualidade, porte (ou não) de deficiência, e, ainda, pela sua identidade de gênero. Conforme aparece em Carvalho e Júnior (2019, p. 150-151):

A hierarquia social é, na verdade, fruto de uma subjugação que ocorre na luta de classes. A produção espacial tem gênero, classe, raça e orientação sexual: é a dominação do masculino, burguês, branco e heterossexual pela constituição de locais 'de família' ou espaços 'de respeito'. Conseguimos pensar a cidade como um ambiente de corpos transitando livremente ou enxergamos locais reservados a determinados corpos? Uma análise apurada poderia situar-nos que, perante a cidade, lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais não existem – ou não deveriam existir – porque rompem com as normas e acordos de sexualidade tácitos feitos pelos poderes atuantes no regime sobre os corpos. Uma vez que assumimos que a cidade não é produzida visando o coletivo, mas sim a partir das visões de uma determinada classe, precisamos reposicionar nosso olhar sobre ela. Por isso, a cidade deve ser entendida como uma construção, sobretudo, ideológica.

Como conclusão, podemos apreender que o espaço como produto social tem, entre suas intersecções, uma camada de informações de gênero composta pela sobreposição das performances individuais dos sujeitos que compõem um determinado lugar. Por outro lado, o espaço socialmente produzido não é simplesmente receptáculo vazio e neutro, como pretendido pelas representações formais, acadêmicas e institucionais do espaço absoluto (Lefebvre, 2006). O espaço produz e reproduz as relações sociais. Assim, as cidades são subjugada pelas estruturas de poder visando exercer o domínio da norma hegemônica, incluindo o padrão sexo-gênero vigente, produzindo espaços vividos que podem causar estranhamento ou até mesmo serem hostis a corpos que não sigam a normatividade. A ideologia heterocisnormativa dominante, então, sobreposta à cidade, gera a hostilidade dos espaços públicos e das ruas para com pessoas desviantes a essas regras, e a ausência de políticas públicas capazes de combater tal situação leva à reclusão das identidades divergentes à espaços específicos, com efeito do que Carvalho e Júnior (2019) nomeiam como *cidade-armário*.

A partir desse desenvolvimento urbano baseado na ideologia de cidade feita para o grupo dominante, portanto, criaram-se urbanidades com diversas camadas e tipologias de segregação existentes, e que vão além do fenômeno das classes sociais por renda e seus respectivos bairros, mas que expõem essas dimensões interseccionais (Müller, 2022). Segregações espaciais de comunidades racializadas ou de outros grupos identitários, como subgrupos da população LGBTQIA+, se formam tanto por criarem espaços que adquirem valor identitário, como característica comum e palco de convivência entre seus membros, quanto porque esses espaços são os poucos em que tais pessoas são *toleradas* pelo grupo dominante. São os espaços que *sobram* e são de pouco ou nenhum interesse para o sistema hegemônico, estando sempre *fora da vista* e dos caminhos do mesmo (Córdova, 2006; Erdmann, 1981). Daí podemos depreender parte dos motivos que levam à segregação espaço-temporal das

populações LGBTQIA+ na cidade, que, no Brasil, tendem a: 1. ocupar áreas de pouco uso por parte dos grupos dominantes; e, 2. ocupar a cidade nos períodos noturnos, quando o *povo de bem* se põe a dormir para cumprir seu papel na cadeia produtiva da cidade capitalista no dia seguinte, enquanto prega acerca da *devassidão* e dos *perigos noturnos* que a cidade apresenta (Müller, 2022)<sup>5</sup>.

Em contrapartida, grupos de pessoas de identidades não-normativas por vezes produzem espaços onde a lógica de gênero é subvertida, desdobrando-se em espaços de identidade produzidos e ocupados por algum(ns) subgrupo(s) específico(s), com a suspensão parcial ou total dos códigos de gênero vigentes fora deste (Truppel, 2023). É interessante notar que a identificação de tais espaços é sensível e, na maior parte das vezes, bastante clara, mesmo sem recorrer a comunicações verbais ou escritas. Isso porque as performances de gênero formam uma linguagem por si só, uma vez que comunicam informações através de certos códigos corporais, visuais e comportamentais que podem ser *lidos* e interpretados por outros indivíduos que também conheçam tais signos e significantes, ou podem causar estranheza àqueles que desconhecem os códigos vigentes em um determinado espaço socialmente produzido. Assim, as concepção de guetos e enclaves (Marcuse, 2005) têm proporcionado campo reflexivo para as pesquisas e estudos que relacionam a produção do espaço e a população LGBTQIA+ pela segregação e auto-segregação dos grupos sociais. Parte-se de uma concepção acerca desses dispositivos socioorganizadores (Wacquant, 2004), para se buscar ir além da exploração econômica e do ostracismo social<sup>6</sup>. Por outro lado, estudos contemporâneos também revelam interesses no *pink money* e até mesmo na gentrificação causada pelas organizações socioespaciais contemporâneas, modos de vida urbano e novos padrões identitários (Lees et al, 2010).

Portanto, o gênero é um idioma complexo, repleto de nuances históricas, locais, sociais e particulares a cada grupo, e que é lido e falado a todo momento pelos nossos corpos e comportamentos, tendo como palco o espaço. O espaço, por sua vez, é produzido, entre outros, pelas performances individuais, mas também é capaz de produzir e influenciar tais performances, de acordo com as estruturas de poder estabelecidas no espaço. Desse modo, há uma relação dialética entre gênero e espaço, onde ambos são, historicamente, objetos de dominação e imposição da estrutura capitalista moderna, interseccionados com suas diferentes dimensões de distinção social. É tendo em vista essa conexão entre a ideologia dominante e a constituição do espaço que o conceito do Direito à Cidade conforme cunhado por Lefebvre (2001) e o campo da teoria urbana crítica de forma ampla se colocam como instrumentos de luta também em relação à cisheteronormatividade.

### Direito à DiverCidade: quando o gênero toma o espaço urbano

A teoria urbana crítica vem denunciando que as cidades não tem um problema de falta de organização, de planejamento, ou de *ordem*. Pelo contrário, ela é resultado da nossa *ordem* política, econômica e social. Para além da análise do objeto em si, ou do espaço urbano e sua arquitetura, é necessário desvelar suas formas de produção. Claramente distante das teorias hegemônicas e normativas de constituição dos estudos urbanos, incluindo aquelas do urbanismo brasileiro, a teoria urbana crítica é inspirada por autores como Henri Lefebvre, David Harvey, Manuel Castells, entre outros como

5 Não raramente, a existência de pessoas LGBTQIA+ no espaço urbano noturno é vista como parte de tais *perigos* no imaginário do *povo de bem*, o que fortalece a retórica do inimigo, justifica o combate de tais pessoas e ocasiona episódios de violência LGBTfóbica cotidianamente.

6 A partir de outra perspectiva, Castells (1983) já destacava a importância dos bairros identitários para o movimento LGBTQIA+.

Milton Santos, Flávio Villaça e Ermínia Maricato no Brasil. Esses pesquisadores e sua tradição epistemológica enfatizam a necessidade de compreensão das dimensões ideológicas do espaço urbano em sua produção e reprodução social. Ainda, se o espaço urbano é o locus, o meio e o resultado de relações de poder que são situadas temporal e espacialmente, uma outra urbanização também é possível (Brenner, 2018). Nesse contexto, entendemos a centralidade do conceito do Direito à Cidade.

Formulado originalmente por Lefebvre a partir dos movimentos sociais urbanos e publicado em 1968 como marco do aniversário de cem anos de publicação do Volume I do O Capital (Harvey, 2012b), o conceito explora a interpretação de que as lutas de classe não acontecem apenas no trabalho, mas estão em constante manifestação nas disputas urbanas, no e pelo controle do espaço. O direito à cidade nasce, então, “formulado como *direito à vida urbana*, transformada, renovada (Lefebvre, 2001, p.118, grifos do autor)”. O conceito carrega consigo a ideia de uma revolução urbana, ao entender que a cidade como é constituída na sociedade atual é reflexo da sociedade moderna e apoiada em uma superestrutura filosófica — isto é, uma ideologia — que busca justificar tal modelo de cidade, a partir de “especulações que frequentemente se disfarçam em ciência porque integram em si alguns conhecimentos reais (*ibid*, 2001, p.48)”. Nesse sentido, o autor carrega uma crítica à tecnocracia, aos conhecimentos parcelares e à suposta neutralidade da ciência moderna que, ao produzir e reproduzir cidades, materializam valores particulares e parciais. Não é à toa, portanto, sua crítica contundente aos conjuntos urbanos e à arquitetura moderna, bem como ao papel do Estado na produção do espaço (*ibid*, 2006).

Para o autor, pensar o Direito à Cidade é pensar uma cidade para além da lógica hegemônica do capitalismo e da sociedade ocidental moderna. Sem saudosismo da cidade tradicional, pensar uma cidade que atenda as necessidades humanas para além das necessidades básicas à sobrevivência contemporânea; o direito básico a uma cidade construída para satisfazer, também, as necessidades antropológicas, sociais e específicas para um bom viver, no que o autor pontua:

As necessidades sociais têm um fundamento antropológico; opostas e complementares, compreendem a necessidade de segurança e a de abertura, a necessidade de certeza e a necessidade de aventura, a da organização do trabalho e a do jogo, as necessidades de previsibilidade e do imprevisto, de unidade e de diferença, de isolamento e de encontro, de trocas e de investimentos, de independência (e mesmo de solidão) e de comunicação, de imediatividade e de perspectiva a longo prazo. O ser humano tem também a necessidade de acumular energias e a necessidade de gastá-las, e mesmo de desperdiçá-las no jogo. Tem necessidade de ver, de ouvir, de tocar, de degustar, e a necessidade de reunir essas percepções num ‘mundo’. A essas necessidades antropológicas socialmente elaboradas (isto é, ora separadas, ora reunidas, aqui comprimidas e ali hipertrofiadas) acrescentam-se necessidades específicas, que não satisfazem os equipamentos comerciais e culturais que são mais ou menos parcimoniosamente levados em consideração pelos urbanistas. Trata-se da necessidade de uma atividade criadora, de obra (e não apenas de produtos e de bens materiais consumíveis), necessidades de informação, de simbolismo, de imaginário, de atividades lúdicas. Através dessas necessidades especificadas vive e sobrevive um desejo fundamental, do qual o jogo, a sexualidade, os atos corporais tais como o esporte, a atividade criadora, a arte e o conhecimento são manifestações particulares e *momentos*, que superam mais ou menos a divisão parcelar dos trabalhos (Lefebvre, 2001, p. 105, grifos

originais do autor).

A pontuação do autor acerca da necessidade de atividades para além da criação de produtos e bens consumíveis, vai ao encontro da crítica feita por ele sobre a “urbanização desurbanizante e desurbanizada (Lefebvre, 2001, p.25)” em que denuncia como o modelo capitalista de urbanização produz cidades voltadas quase que inteiramente à produção de mercadoria e multiplicação de capital, abrindo pouco ou nenhum espaço para a plena vivência humana e de suas necessidades sociais. Assim, o autor nos provoca a imaginar as cidades caso seu modelo de produção não fosse baseado no mercado ou em uma sociedade capitalista, mas na plena vivência humana, buscando a multiplicação dos encontros e trocas sociais, em toda a sua potência.

O Direito à Cidade, ao ser formulado de forma tão abrangente, tendo sob a sua alçada a complexidade e o dinamismo da experiência urbana e do espaço social, têm associado a si uma multiplicidade de interpretações e apropriações que visam uma melhor qualidade da vida urbana. Esse mesmo Direito à Cidade que carece de uma definição fechada e perene também é o que toma forma de *ideia-força* na medida que reúne e agrega uma miríade de lutas sociais, em diversos momentos da história, sob um único termo (Tavolari, 2016).

Como ideia-força que é, o Direito à Cidade já foi apropriado pela teoria urbana crítica brasileira e por diversas lutas por direitos urbanos no país. A exemplo dos Fóruns da luta por participação popular no planejamento urbano, nos anos da ditadura militar brasileira; dos movimentos de moradia; da demanda por infraestrutura e mobilidade, que teve seu ápice nos governos Lula II e Dilma I; ou ainda na base do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), que evoca do Direito à Cidade a necessidade de moradia provida de infraestrutura urbana e conectada à malha de serviços e sistemas urbanos. Esse mesmo Direito à Cidade entendido de forma ampla serve como uma das bases da principal legislação de política urbana no país, o Estatuto da Cidade (Brasil, 2001), e que visa combater as desigualdades e a segregação socioespacial presente nas cidades brasileiras, fazendo com que elas cumpram a sua função social, como determinado em nossa Constituição.

Desse modo, a política urbana brasileira também está relacionada às reflexões da teoria urbana crítica que analisa a segregação socioespacial a partir da perspectiva de luta de classes, sendo um “processo necessário à dominação social, econômica e política (Villaça, 2001, p.150)”, uma vez que o controle do espaço urbano implica no acesso a pontos de interesse e de poder, a infraestruturas necessárias à qualidade de vida, e ao tempo despendido no deslocamento intra e inter-urbano. Contudo, faz-se necessário ressaltar aqui que a segregação de classes sociais por renda familiar não é a única forma de segregação de populações que se faz presente no espaço urbano, como já mencionado anteriormente.

De fato, a teoria urbana crítica historicamente vem destacando movimentos sociais pautados por questões de economia política, a partir da disputa capital-trabalho e do impacto que a renda possui na experiência urbana. Por outro lado, cresce a visibilidade das lutas interseccionais e de uma concepção ampla da definição do Direito à Cidade.

A pergunta pela definição é um problema na medida em que objetiva cristalizar um só sentido como correto ou verdadeiro, como se fosse possível extrair uma essência perene do conceito. Assim, as lutas sociais concretas em torno do termo deixam de ser levadas a sério quando parte delas é descartada como mero desvio de uma concepção



originária. Cada uma das definições é, portanto, mais uma forma de disputa do que o direito à cidade deve ser. (...) O direito à cidade é um dos poucos motes que conseguem reunir os mais diferentes atores sociais e isso não se dá *apesar* da multiplicidade de sentidos atribuídos ao termo, mas *exatamente por causa* da possibilidade de projetar tantos significados numa mesma expressão (Tavolari, 2016, p. 105-106. Grifos da autora).

Nesta citação, Tavolari traz dois pontos importantes: primeiramente, reforçando que se trata de um conceito amplo, uma *ideia-força*, capaz de abarcar uma diversidade de ciências e atores, artes e necessidades. Fazem-se claros, neste sentido, os seus diversos usos ao longo da história. Em segundo lugar, o trecho de Tavolari sublinha a sua não-fixidade e consequente maleabilidade, extremamente necessária para a aproximação entre teoria e realidade, visto que esta última também é bastante maleável e está em constante mutação. É tendo em vista estes dois pontos que se evoca o Direito à Cidade no contexto de um artigo sobre performances não-normativas de gênero e a produção social do espaço: não com o propósito de defini-lo em um conceito fechado, mas de expandi-lo para os campos dos estudos e lutas de gênero.

O Direito à Cidade tem no seu cerne a concepção da cidade como obra coletiva e bem comum, mas também que a atual produção do espaço urbano materializa desigualdades e opressões, em especial por sua primazia como mercadoria em detrimento aos usos sociais e cotidianos. Assim, o direito à cidade só pode ser entendido como uma concepção utópica de poder coletivo de transformação dos processos de produção do espaço urbano e, assim, de alteração na própria sociedade. Nas palavras de Harvey (2012a, p. 74),

O direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização. A liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos é, como procuro argumentar, um dos mais preciosos e negligenciados direitos humanos.

O Direito à Cidade desloca, portanto, o sujeito revolucionário da categoria marxista do proletário para o habitante urbano (Harvey, 2012a). Nesse sentido, claramente existem precariedades materiais nas cidades brasileiras, marcadas pelo processo de desigualdade e exclusão social, com demandas concretas por habitação, equipamentos urbanos, infraestrutura e mobilidade, espaços de lazer e cultura. Também, existem marcos legais e normativos no Brasil que são informados pelo direito à cidade, como o já mencionado Estatuto da Cidade, bem como direitos e políticas setoriais de acesso à moradia, regularização fundiária, transporte, água, luz e saneamento. No entanto, como já mencionado, a dimensão utópica da concepção do direito à cidade nos remete à ideia de um bem comum criado, apropriado e transformado coletivamente. Assim como a sociedade se altera ao longo do tempo e que condições distintas de cada sociedade fazem emergir questões particulares a serem enfrentadas, o Direito à Cidade é apropriado como um compromisso ético que pauta as lutas sociais situadas espacial e historicamente.

Portanto, da mesma forma que a teoria urbana crítica vem interpelando a imaginação de uma cidade para além do modelo moderno-capitalista, faz-se também necessária a provocação para imaginar como a cidade se constituiria sem uma estrutura de poder binária, machista, misógina, heterocisnormativa e patriarcal. O próprio Lefebvre,

ao explorar a produção do espaço em texto posterior à publicação do livro *Direito à Cidade*, enuncia a complexidade das relações sociais em suas questões também de sexo e gênero:

As representações das relações de reprodução consistem em símbolos sexuais, do feminino e do masculino, com ou sem os das idades, juventude e velhice. Simbolização que dissimula mais do que não mostra, visto que essas relações se dividem em relações frontais, públicas, declaradas e portanto codificadas – e relações veladas, clandestinas, reprimidas e definidoras desde então de transgressões, em particular no que concerne não tanto ao sexo como tal, mas à fruição sexual, com suas condições e conseqüências (Lefebvre, 2006, p. 337).

Lefebvre, então, expõe o masculino como fórmula de expressão dominante, representando o militar, o administrador, o assertivo, o fálico e a predominância do visual. Oferecendo qualidades aos lugares, o feminino e o masculino conferem sua potência simbólica (*ibid*, p. 310). Com isso em mente, podemos levantar alguns questionamentos para a pesquisa acadêmica e para a *praxis* social partindo da teoria urbana crítica: como as arquiteturas fizeram as representações culturais das ideias de gênero contemporâneas a elas ao longo da história? O que a arquitetura e o urbanismo atual nos dizem sobre as disputas de gênero e suas representações culturais? Seria possível imaginar uma arquitetura não-binária? E ainda, retornando às discussões de urbanidades: quanto da história registrada pelo tecido urbano de uma cidade é marcada pelas disputas de gênero do passado e quais são as marcas que produzimos no presente? E ainda: qual o urbanismo possível com o entendimento da cidade à luz da disputa de gênero e da extrapolação do sistema binário?

Pensar um modelo de cidade que supere os limites impostos pelo binarismo de gênero requer a revisão da superestrutura ideológica que produz e reproduz as cidades, incluindo seus ideais utópicos de transformação social, como o Direito à Cidade. Aqui retomamos o aspecto complementar da teoria queer com a luta LGBTQIA+ que observamos em trecho anterior deste artigo, pois é a partir de uma teoria urbana queer (Preciado, 2011) que podemos pensar em produzir cidades diversas, que reverta a ordem cis-heteronormativa, mas também com uma multiplicidade de espaços identitários e coletivos capazes de abarcar as diferentes performances de gênero que integram a luta LGBTQIA+. Para além do famigerado debate acerca de banheiros públicos, pensar cidades com pleno direito às vivências de gênero, requer pensar em multiplicar e diversificar os espaços de identidade e as dinâmicas urbanas ligados às diferentes experiências de gêneros. Sem criar guetos. Mas, considerando a cidade como direito coletivo e bem comum; conscientizar o respeito e a importância social, intelectual e humana da diversidade; mediar conflitos e potencializar os valores da inclusão e equidade atribuídos aos espaços urbanos.

## Considerações finais

Então eu, eu  
Bato palmas para as travestis que lutam para existir  
E a cada dia conquistar o seu direito de viver e brilhar  
Linn da Quebrada<sup>7</sup>

<sup>7</sup> Trecho da música *Mulher*, de Linn da Quebrada.

Entender gênero a partir de Butler (2003) e seus apontamentos acerca de sua construção social, somado ao grande valor socialmente atribuído aos papéis de gênero e às profundas raízes que o mesmo adquire nas identidades individuais — afinal, estamos falando de algo que agora, com o avanço da tecnologia, é doutrinado desde antes do nascimento —, é o primeiro passo para começarmos a compreender a influência do gênero sobre as diversas dimensões da vida humana, incluindo nossas cidades. As conformações urbanas e arquitetônicas que são produzidas carregadas de simbologias e significantes de identidade, têm demarcadas em si os valores de gênero das pessoas e da sociedade que as produzem, bem como suas formas de dominação, opressão e estratégias de subversão. Contudo, é importante destacar que a relação entre as pessoas e o espaço é uma relação complexa e dialética, o que implica que não apenas os espaços urbanos e arquitetônicos são influenciados por valores de gênero, mas também que os valores de gênero de um espaço influenciam as identidades das pessoas e as performances de gênero presentes no mesmo. Desse modo, a coprodução entre gênero e espaço está em constante transformação, tendo como agentes produtores as pessoas que habitam o espaço e performam seu gênero nele.

Abordar tal relação entre gênero e espaço a partir da perspectiva de gêneros não-normativos, por sua vez, tem duas contribuições que merecem destaque: o contraste com as normativas de gênero vigentes, que ajuda a evidenciar de forma mais clara as reais influências do gênero nas identidades e também na produção e vivência dos espaços, bem como a ampliação dos horizontes de possibilidades para os espaços e as performances, visto que o grupo abarca as diversidades excluídas pelo binário masculino-feminino. Podemos agora, então, fazer um retorno ao conceito de Direito à Cidade à luz dessas ideias, e concluir que também faz parte do Direito à Cidade a livre performance de gêneros nos espaços, a garantia de espaços identitários e representativos para cada grupo social e, por consequência, o ideal de cidades múltiplas e diversas — e aqui se incluem as diversidades para além daquelas de gênero, mas também as diversidades sexuais, de raça, de cor, de corpos com deficiência, e outras mais que se interseccionam na vivência urbana. Todas aquelas que constroem e integram a cidade têm, ou deveriam ter, direito à ela.

Corroboramos, como conclusão, o entendimento do Direito à Cidade como instrumento de luta *pela e na* cidade, devendo ser apropriado pelos grupos LGBTQIA+ na disputa pelo estabelecimento, respeito e ampliação dos seus espaços de identidade e pelo seu reconhecimento como sujeitos de cidadania plena, buscando a mudança das estatísticas citadas na abertura deste texto. Ainda, dialeticamente, reforçamos a contribuição que os estudos e a luta pela liberdade de gênero têm para o Direito à Cidade, uma vez que a produção de espaços urbanos plenamente humanizados é atravessada pela quebra da estrutura patriarcal e da violência de gênero decorrente da mesma. Devemos fazê-la como tal, ou a ideia de democracia cidadina é uma falácia. Citando Santos (2011, p.125 *apud* Carvalho e Júnior, 2017, p. 114-115): “a revolução democrática da justiça [...] é uma tarefa muito exigente, tão exigente quanto esta ideia simples e afinal tão revolucionária: sem direitos de cidadania efetivos, a democracia é uma ditadura mal disfarçada”. Portanto, o Direito à Cidade não pode ser confundido com o simples cumprimento e acesso a bens e serviços urbanos, embora os mesmos sejam fundamentais, considerando as desigualdades socioespaciais de nossas cidades. O Direito à Cidade precisa continuar remetendo ao seu conteúdo utópico de transformação da materialidade do espaço e da sociedade como um todo, em suas relações dialéticas de produção e reprodução social de forma ampla.

## Referências

- BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*. 4. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970. 2 v. Tradução de Sérgio Milliet.
- BENEVIDES, Bruna G. *Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022* / Bruna G. Benevides. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023. 109p. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf>. Acesso em: 01 de julho de 2023.
- BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. *Estatuto da Cidade*. Brasília, Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110257.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm). Acesso em: 30 jun. 2024.
- BRENNER, Neil. *Espaços da urbanização: o urbano a partir da teoria crítica*. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2018.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Tradução de Renato Aguiar.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A Cidade*. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2007. (Repensando a Geografia).
- CARVALHO, Claudio Oliveira de; MACEDO JÚNIOR, Gilson Santiago. ‘Ainda vão me matar numa rua’: direito à cidade, violência contra lgbts e heterocisnormatividade na cidade-armário. *Revista de Direitos e Garantias Fundamentais*, Vitória - Es, v. 20, n. 2, p. 143-164, ago. 2019.
- CARVALHO, Claudio Oliveira de; MACEDO JÚNIOR, Gilson Santiago. ‘Isto é um lugar de respeito!’: a construção heteronormativa da cidade-armário através da invisibilidade e violência no cotidiano urbano. *Revista de Direito da Cidade*, [S.l.], v. 09, n. 1, p. 103-116, jan. 2017.
- CASTELLS, Manuel. *The city and the grassroots*. Berkeley and Los Angeles, University of California Press, 1983.
- CHOAY, Françoise. *Le Corbusier*. New York: George Braziller, 1960.
- CÓRDOVA, Luiz Fernando Neves. *Trajetórias de homossexuais na Ilha de Santa Catarina: temporalidades e espaços*. 2006. 320 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/89066/227230.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 11 dez. 2022.
- COSSI, Rafael Kalaf. Stoller e a psicanálise: da identidade de gênero ao semblante laciano. *Estudos de Psicanálise*, Belo Horizonte - Mg, v. 1, n. 49, p. 31-44, jul. 2018.
- CRENSHAW, Kimberle. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *The University Of Chicago Legal Forum*, Chicago, v. 1989, n. 1, p. 139-168, 1989.
- ERDMANN, Regina Maria. *Reis e Rainhas no Desterro: um estudo de caso*. 1981. 148 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1981.



FAINSTEIN, Susan S.; SERVON, Lisa J. *Gender and planning: a reader*. USA: Rutgers The State University of New Jersey, 2005.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. 9. ed. Rio de Janeiro e São Paulo: Paz & Terra, 2019. 175 p.

GARGIONI, Matheus Moro. *O transbordar queer como jeito de fazer cidade: o que pode vir a público?*. 2022. 201 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.

HAYDEN, Dolores. What would a non-sexist city be like? speculation on housing, urban design, and human work. In: STIMPSON, Catharine R. et al. *Women and the american city*. Chicago; Londres: *The University of Chicago Press*, 1980. p. 167-184.

HARVEY, David. O direito à cidade. *Lutas Sociais*, [S. l.], n. 29, p. 73-89, 2012a. DOI: 10.23925/ls.v0i29.18497. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18497>. Acesso em: 28 jun. 2024.

HARVEY, David. *Rebel Cities: From the Right to the City to the Urban Revolution*. Londres: Verso, 2012b.

HUNTY, Rita Von (Guilherme Terreri Lima Pereira). *Queer coding: quem pode narrar a própria história?*. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Oxt3f9KfAv4>. Acesso em: 31 mar. 2023.

LEES, Loretta; SLATER, Tom; & WYLY, Elvin. *Gentrification*. Londres: Routledge, 2010.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001. Tradução de Rubens Eduardo Frias.

LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006.

MARCUSE, Peter. Enclaves, sim; guetos, não: a segregação e o estado. *Espaço e Debates*, São Paulo, NERU. v. 24, n. 45, p. 24-33, jan./jul. 2004.

MDH - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. *OMS retira transexualidade da lista de doenças e distúrbios mentais*. 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2018/junho/organizacao-mundial-da-saude-retira-a-transexualidade-da-lista-de-doencas-e-disturbios-mentais>. Acesso em: 01 jul. 2023.

MIRANDA, Bruno Jordão de. *Práticas espaciais e relações de pertencimento LGBTI+ no centro de Florianópolis*. 2023. 236 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental, Centro de Ciências Humanas e Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2023.

MÜLLER, Cristina Besen. *Urbanidades desviantes, território desviado: mercado cor-de-rosa e gentrificação em um pedaço LGBTQIA+ no centro de Florianópolis*. 2022. 176 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

MUXI, Zaida. *Urbanismo feminista: Por una transformación radical de los espacios de vida*. Barcelona: Virus Editorial, 2019.

NIEMEYER, Oscar. *Poema da Curva*. Disponível em: <https://www.oscarniemeyer.org.br/outros/poema-da-curva>. Acesso em: 30 maio 2023.

PINOTTI, Fernanda. *Transfobia é crime?* 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/transfobia-e-crime/>. Acesso em: 01 jul. 2023.

PRECIADO, Paul B.. Cartografias queer: o flâneur perverso, a lésbica topofóbica e a puta multicartográfica, ou como fazer uma cartografia “zorra”, com Annie Sprinkle. *Performatus*, Inhumas - Go, v. 5, n. 17, p. 1-32, jan. 2017.

PRECIADO, Paul B.. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 438-450. Texto originalmente publicado sob o título “Multidões queer”, revista *Multidões*, Paris: Association *Multidões* n° 12, 2003, p. 17-25. Tradução de Cleiton Zóia Münchow e Viviane Teixeira, *Revista Estudos Feministas*, vol. 19, n° 1, Florianópolis, 2011, p. 11-20.

QUEBRADA, Linn da. *Mulher* - Linn da Quebrada. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/mc-linn-da-quebrada/mulher/>. Acesso em: 04 dez. 2022.

RBEUR, C. E.; HELENE, D. .; PEREIRA, G. L. .; SANTORO, P. F. .; TAVARES, R. B. . Editorial: Dossiê Território, Gênero e Interseccionalidades. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, [S. l.], v. 23, 2021. DOI: 10.22296/2317-1529.rbeur.202144. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/7071>. Acesso em: 28 jun. 2024.

SANTOS, Milton. *Espaço e Método*. São Paulo: Edusp, 2008.

SCOTT, Joan. Traduzido por DABAT, Christine Rufino, e ÁVILA, Maria Betânia. Gênero: uma categoria útil para análise histórica (no original: *Gender: a useful category of historical analyses*). 1989. Nova Iorque: Columbia University Press. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod\\_resource/content/2/Gênero-Joan%20Scott.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/Gênero-Joan%20Scott.pdf). Acesso em: 30 mar. 2023.

TAVOLARI, Bianca. Direito à cidade: uma trajetória conceitual. *Novos Estudos*, São Paulo, v. 1, n. 104, p. 93-109, mar. 2016.

TRUPPEL, Gustavo Lemke. *Identidade de gênero e a produção social do espaço: um estudo exploratório no centro de Florianópolis*. 2023. 221 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/249245>. Acesso em: 30 jun. 2024.

VEIGA, Edison. 'Não ver trans como doentes é avanço, mas luta segue árdua', diz ativista. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/01/nao-ver-trans-como-doentes-e-avanco-mas-luta-segue-ardua-diz-ativista.shtml>. Acesso em: 01 jul. 2023.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

VITRUVIUS. *The ten books on architecture*. London: Harvard University Press, 1914. 331 p. Translated by Morris Hicky Morgan, Ph.D.

WACQUANT, Loïc. Que é gueto? Construindo um conceito sociológico. *Revista de Sociologia e Política*, n. 23, p. 155-164, nov. 2004.

# DAS REDES SOCIAIS PARA A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO EM BELO HORIZONTE

## Utopia Carnavalesca e transfeminista da Praia da Estação

*FROM THE SOCIAL MEDIA TO THE OCCUPATION OF THE PUBLIC SPACE IN BELO HORIZONTE*  
*Praia da Estação, a Transfeminist and Carnavalesque Utopia*

**João Pedro Silveira-Martins<sup>1</sup>**

### Resumo

A Praia da Estação é um movimento que mistura carnaval com manifestação política. Criada em 2010 após um decreto higienista do prefeito de Belo Horizonte, Minas Gerais, hoje se transformou numa referência de encontros e (re)descobertas de vivências urbanas, discussão sobre como fazer cidade e debates sobre popularização da cultura na área metropolitana com suas diversas intersecções de classe, gênero, orientação sexual e raça. Este artigo pretende explicar o processo de renovação urbana no Brasil neoliberal abrindo debate com o Direito à Cidade e descrever como as discussões nas redes sociais sobre urbanismo e vivência urbana chegaram às ruas na metrópole mineira e se transformou num espaço de luta misturada com a efervescência do carnaval.

Palavras-chave: Belo Horizonte, direito à cidade, Praia da Estação, carnaval.

### Abstract

*CPraia da Estação is a movement that mingles carnival with political manifestation. Created in 2010 after an authoritarian order by the mayor of Belo Horizonte, Minas Gerais, today it has become a reference for meetings and (re)discoveries of urban experiences, discussion on how to make a city and debates on popularization of culture in the metropolitan area with its various intersections. class, gender, sexual orientation and race. This article intends to explain the process of urban renewal in neoliberal Brazil, opening a debate with the Right to the City and describing how the discussions on social networks about urbanism and urban living reached the streets in the metropolis of Minas Gerais and became a space of resistance mixed with the effervescence of the Carnival.*

*Keywords: Belo Horizonte, right to the city, Praia da Estação, carnival.*

<sup>1</sup> Pesquisador do Centro de Estudos e Pesquisa sobre Migrações (Universidade de Barcelona e Universidade Autônoma de Barcelona). Doutor em Sociologia pela Universitat Autònoma de Barcelona (Espanha, 2024) com período sanduíche na University of the Witswatersrand (África do Sul, 2024). Mestre em Sociologia pela UFRGS (Brasil, 2018) e graduado em Relações Internacionais pela PUC Minas (Brasil, 2016).

### Introdução

Este artigo busca elucidar e apresentar como o principal evento dedicado à luta pelo Direito à Cidade em Belo Horizonte, Minas Gerais, se iniciou pelo espaço digital, pelas redes sociais, e culminou num local de intensa redescoberta do uso do espaço físico e de encontros de diferentes tribos urbanas. Trata-se do evento da Praia da Estação, que ocorre desde o verão de 2010, lutando pela liberdade de expressão na Praça da Estação, no hipercentro de Belo Horizonte, que foi recentemente renovada pela prefeitura e alvo de um decreto contra manifestações artísticas e políticas.

O contexto em questão é a redescoberta do centro das grandes metrópoles brasileiras, em constante disputa entre o poder público e os cidadãos e cidadãs de diversas classes e vivências. Este artigo apresentará uma breve explanação sobre os recentes paradigmas de gestão urbana no Brasil, sobretudo no período neoliberal, e introduzirá o debate do Direito à Cidade por David Harvey (1989).

Em seguida, as suas próximas seções apresentarão como o movimento da Praia se iniciou no círculo de debates virtual e depois se transformou numa nova forma de entender o movimento social como um espaço de utopia, de união pelo lúdico, e de prazer junto às redescobertas das infinitas vivências que uma grande praça no hipercentro metropolitano pode trazer aos indivíduos.

Junto à revisão bibliográfica de trabalhos locais sobre o evento, e de diversos autores da questão urbana e da(s) identidade(s) coletiva(s) dos brasileiros, foram feitas algumas entrevistas semi-estruturadas com 6 participantes do Movimento, para compreender melhor as percepções destes indivíduos sobre a constituição da identidade coletiva do banhista da Praia da Estação e como o universo carnavalesco, recriado no evento, é uma força motora de coesão social a partir de um problema em comum: a ocupação do espaço público.

As questões foram baseadas no envolvimento pessoal com a Praia, no entendimento sobre luta pelo espaço público e em como o processo de carnavalização influencia na coesão entre os participantes. Foram realizadas meio de mensagens pessoais com participantes voluntários, duas mulheres e quatro homens, que freqüentaram a Praia por períodos entre 2 a 4 anos seguidos durante suas vivências na cidade de Belo Horizonte entre 2010 e 2016.

### Para início de conversa: requalificação urbana no Brasil

No Brasil, os processos de urbanização acompanharam a “modernidade incompleta” do capitalismo tardio que o país se inseria ao início do século XX. O grande crescimento populacional no pós-guerra, o êxodo rural e as grandes migrações trouxeram inchaços nas metrópoles do país, que passavam por uma rápida industrialização. A partir dos anos 1970, ficaram evidentes os problemas de marginalização, favelização e exclusão social do modelo de urbanismo brasileiro. A principal consequência, e a que mais interessa a este trabalho, foi o abandono do centro das grandes cidades ao interesse do poder público (Soares, 2006).

Embora ainda vivos, com grandes manifestações artísticas e políticas, os centros das grandes cidades brasileiras passaram por um processo de decadência enquanto a venda de condomínios e loteamentos afastados das áreas centrais eram vendidos à classe média. Acreditou-se na decadência das grandes metrópoles, que já eram facilmente relacionadas à falta de recursos, pobreza e marginalização, mas os anos 1990 com a abertura ao neoliberalismo trouxe novas perspectivas - não necessariamente positivas



- para a recuperação da atenção às grandes cidades e trouxe diversos projetos de renovação dos centros (Soares, 2006).

As metrópoles voltam a estar no centro das atenções como vetores de concentração de capital e investimento, e começa um processo não muito claro e organizado de reformulação “perimetropolitana” e “intrametropolitana” (Soares, 2006). São recriados museus, centros culturais, agências bancárias, cafés e restaurantes, tudo para dar um novo ar ao que estava abafado por anos de descuido. A “memória histórica” da cidade é lembrada por meio de “produtos culturais”, e ocorrem simultaneamente em várias partes do mundo, padronizando o espírito das cidades para o lazer, de uma forma gentrificada e planejada (Jeudy, 2005).

Belo Horizonte não escapa desta ordem, e ao fim dos anos 1990 inicia-se um enorme processo de renovação e revitalização do centro da cidade. Começa uma grande campanha de monitoramento do centro da cidade, o chamado Projeto Centro Vivo, renova-se os pontos turísticos da cidade, reestrutura-se as praças com elementos mais limpos e de “fácil” policiamento - poucas árvores e bancos, e grandes espaços livres e transitórios nos entornos. Criam-se discursos sobre como o espaço deve ser utilizado, são criadas diversas leis para controlar o uso das praças e novas vias no centro da cidade e o policiamento aumenta para evitar conflitos (Albuquerque, 2013).

O objetivo desde grande projeto de requalificação urbana, reestruturação do espaço no centro da cidade e reformulação dos paradigmas de ocupação desses locais esteve no centro das discussões de grandes manifestações na metrópole na última década. Duvida-se, no entanto, que estas modificações foram feitas visando o bem-estar da população que ali frequenta. O processo de renovação do centro da capital mineira demonstrou que há um grande interesse no policiamento, no monitoramento dos transeuntes e na privação do uso do espaço para as camadas mais simples.

A discussão sobre estas profundas mudanças nas políticas urbanas para a região podem ser incluídas no grande debate sobre Direito à Cidade, que discute modificações no espaço urbano com a globalização e a efetiva “produção” do espaço nas grandes metrópoles, por meio de investimentos públicos, policiamento, limpeza social e venda deste espaço para grandes empreiteiras e imobiliárias. Harvey apresenta como o espaço passa a ser a maior solução de crises de superprodução e superacumulação do capitalismo, observando os recentes investimentos imobiliários e de reformulação dos espaços urbanos, como a construção de grandes torres de negócios, centros de pesquisa internacional e espaços gentrificados para os detentores de poder nas cidades (Harvey, 1989).

É uma releitura importante sobre as funções da terra e da renda na acumulação capitalista para compreender como os investimentos financeiros são cristalizados na cidade e alteram, talvez por séculos, toda a paisagem urbana e espaço de vivência dos cidadãos para objetivos mercantilistas (Harvey, 2013). A discussão central em seu trabalho é como o local deixa de ser o espaço de reprodução básica da vida para ser uma forma de produção de capital, alterando drasticamente a vida dos cidadãos pelo uso do espaço na acumulação de capital (Harvey, 1989).

O processo de apropriação do espaço ocorre da seguinte maneira: o capital “flutua” pelo universo transnacional e, ao ocorrer uma crise de superacumulação, “pousa” em determinado território planejado com alta rentabilidade para suprir os juros, processo chamado de “compoundgrowth”. Ao fixar-se num território, o capital fictício envolve a terra e a propriedade no sistema financeiro, utilizando seus códigos e sua forma de manejo comercial. A propriedade privada transforma-se numa forma de “religião”, substituindo até mesmo ao imaginário de Deus pois possui monopólio e exclusividade

do espaço. Este, para ser sempre reconfigurado como um produto e estar no interesse dos consumidores, é constantemente renovado, quebrando paradigmas e criando uma idéia semelhante a uma destruição inovadora, tornando obsoleto e reconfigurando o espaço (Harvey, 2013).

Com essa configuração do capitalismo contemporâneo, as crises passam a ser resolvidas com o espaço. A apropriação de lugar é essencial. Se há uma crise de mão-de-obra, expande-se a produção outro território, ignorando as fronteiras e utilizando o fluxo de capital e a facilidade de transportes. Para resolução de questões envolvendo elasticidade, utiliza-se da inserção a novos locais para conseguir mão de obra, alterando os espaços e as sociabilidades para ser um lugar do marketing e do hibridismo cultural para a venda de produtos da cultura capitalista contemporânea (Harvey, 2013).

Se o espaço passa a ser parte de um sistema financeiro internacional e mercantilizado como produto, de quem é a cidade? O “direito à cidade” não interessa apenas aos cidadãos, que buscam o direito à habitar e viver, mas também para os investidores buscando resolução de problemas pessoais ou financeiros, engenheiros visando o lucro e políticos envolvidos em processos de corrupção, mascaradas em obras públicas. O autor não quer o direito à cidade sobre ser incluído em políticas públicas, mas clama pela consciência sobre exercer o direito de apropriar-se do espaço e usá-lo como desejar. É transformação intensa da apropriação e desejo de organização social para desmercantilizar a terra, a propriedade e recolocar o espaço como lugar de vivência de mulheres e homens para sua própria vida (Harvey, 2012).

Voltando à discussão sobre Belo Horizonte, é interessante como as discussões sobre o uso do espaço público na cidade começaram no espaço virtual. A internet, no início da segunda metade do século XXI, foi o primeiro local de discussão e reunião de ativistas interessados nos processos de produção do espaço no centro da cidade após um decreto de proibição de uso da Praça Rui Barbosa, mais comumente conhecida como Praça da Estação. Foi a partir de um blog iniciado em 2010 que se criou o maior evento de manifestação pelo Direito à Cidade na capital, A Praia da Estação<sup>2</sup>, que completa seu sexto ano com uma série de discussões sobre expressão artística, política e de orientação sexual e gênero no espaço do centro da cidade.

### **Cria-se uma praia em Belo horizonte**

Se diz pelas ruas da capital mineira, que não é Minas que não possui o mar. Mas sim o mar que não possui Minas. A falta de um calçadão, de ondas e de um oceano, no entanto, parece ter sido inspiração para a luta pelo Direito à Cidade na metrópole nos últimos anos. Embora esteja a centenas de quilômetros do litoral, Belo Horizonte possui há seis anos uma praia. É o movimento da Praia da Estação, que ocorre desde o verão de 2010 na emblemática Praça da Estação, onde saíam todos os trens que ligavam a cidade com seu interior e com as outras capitais, bem no hipercentro da cidade, onde milhares de pessoas passam diariamente.

A Praça da Estação, oficialmente chamada de Praça Rui Barbosa, está localizada no hipercentro da cidade, entre a Rua da Bahia e as ruas Guaicurus e Caetés, a Avenida dos Andradas e possui linhas de trem, metrô e corredores e ônibus ao seu redor. Está no centro de uma intensa zona passagem de homens e mulheres que chegam da área metropolitana para trabalhar na capital, da região de comércio popular e de uma região delicada com muitos moradores em situação de vulnerabilidade social, vícios

<sup>2</sup> Observou-se também a grafia de “O Praia da Estação” por alguns canais de comunicação e manifestantes.

em drogas e também da rua da prostituição. Ela também abriga o Museu de Artes e Ofícios, importante obra de modernização da cultura no estado, e há décadas é o local onde ocorrem shows de todo tipo, festivais públicos e manifestações artísticas e políticas na cidade (Albuquerque, 2013).

Em meados de 2004, seguindo o programa Centro Vivo, o prefeito Fernando Pimentel<sup>3</sup> em seu primeiro mandato como prefeito da cidade, apresenta um projeto de reformulação na esplanada da Praça. O objetivo alegado era possibilitar maior manifestação cultural e aglomerações de pessoas, além de facilitar o acesso à Estação de Trem e Estação Central do Metrô de Belo Horizonte. Pode-se compreender esta requalificação como uma ressignificação do espaço urbano no centro da cidade. Uma medida que se inicia pela medida pública e afeta a vivência das pessoas que ali passam (Albuquerque, 2013).

Diversos eventos públicos continuaram a ocorrer neste espaço, mas em poucos meses, o então prefeito Márcio Lacerda, filiado ao Partido Socialista Brasileiro, criou naquele verão o Decreto Nº 13.798 de 09 de dezembro de 2009, proibindo eventos “de qualquer natureza” Praça, privando qualquer tipo de manifestação artística, cultural e política em um dos principais locais de manifestação popular na cidade. Ora, este espaço foi fundado na construção da cidade e foi palco de manifestações e encontros de todos os tipos há muitas décadas. Desde meados dos anos 2000, no entanto, as grandes obras de renovação urbana na área metropolitana de Belo Horizonte iniciaram medidas de caráter bastante duvidoso para a ocupação e expressão cultural dos cidadãos e cidadãs que freqüentam os espaços da urbe (Praça Livre BH, 2012).

A primeira justificativa para esta medida foi a impossibilidade de definir o número de pessoas que pudessem freqüentar o espaço, dificultando assim o trabalho de segurança dos cidadãos. A segunda, a manutenção do patrimônio histórico contra vândalos que freqüentavam os eventos públicos em Belo Horizonte. Estas medidas parecem bastante controversas, levando em consideração que o próprio projeto de requalificação da Praça objetivava um acesso mais democrático à cultura para a população belo horizontina (Praça Livre BH, 2012).

A mobilização sobre este decreto, no entanto, foi mais rápida do que sua execução. Nos dias seguintes, foi criado um blog chamado Vá de Branco, que reuniu diversas informações e discussões iniciais sobre o uso do espaço urbano, indagando sobre a medida do então prefeito. Esta foi a primeira mobilização organizada pelas redes sociais para discutir o Direito à Cidade em Belo Horizonte, que depois germinou numa série de blogs, páginas do Orkut e Facebook e eventos que iniciavam a discussão do uso do espaço público pelas redes, para depois aplicá-lo na prática em diversas ocupações urbanas (Albuquerque, 2013).

O blog Vá de Branco convidou toda a população para vestir branco e comparecer a uma vigília na Praça da Estação às 17h do dia 7 de janeiro de 2010. A discussão inicia-se indagando os motivos de este decreto de proibição da cultura ter sido feito justamente na praça onde as classes mais baixas freqüentam e discutindo qual é o motivo de cortar o acesso à cultura no maior espaço de realização de eventos do hipercentro da cidade, local onde historicamente os trabalhadores e os estudantes se encontram (Albuquerque, 2013).

<sup>3</sup> Fernando Pimentel, filiado ao PT, era vice do então prefeito Célio de Castro, eleito pelo PSB em 2000 e afastado do cargo por motivos de saúde. Pimentel assume o cargo da prefeitura e em 2004 se reelege, estando no poder até 2008 quando, apoiado por ele, Márcio Lacerda ganha a prefeitura da cidade pelo PSB.

Para refletir Porque a Secretaria de Segurança Patrimonial não propôs um debate com a população sobre a depredação na Praça da Estação? Porque os eventos foram proibidos na Praça da Estação e não na Praça do Papa? Porque poucas pessoas entram no Museu de Artes e Ofícios que fica na Praça da Estação? Qual é o maior espaço central para eventos gratuitos em Belo Horizonte? Quais foram as depredações dos últimos eventos? Será que a decisão tem a ver com as discussões sobre a mudança do carnaval de Belo Horizonte da via 240 para a Praça da Estação? (Vá de Branco, 2010).

Foi criada uma lista de e-mails vinculada ao “Vá de Branco” e iniciou-se um debate virtual sobre as melhores alternativas de manifestar a indignação pelo decreto e recuperar o uso do espaço público na Praça. Cinco dias após a primeira manifestação, surge um convite para uma nova forma de manifestar contra a medida: “Praia na Praia da Estação”. Um convite anônimo, propondo a ocupação do espaço com descontração e diversão, numa espécie de “protesto festivo” usando trajes de banho e instrumentos musicais para debater em conjunto o uso do espaço público (Albuquerque, 2013). A discussão inicial sobre o evento já demonstrou uma série de divergências entre os internautas em relação aos primeiros moldes do evento. Discutia-se a possibilidade de publicizar A Praia ou de conferir maior legitimidade a um determinado coletivo, embora a autoria do convite nunca tenha sido revelada. A discussão seguiu pelo Twitter e pela lista de e-mails dos interessados no evento, que já estava marcado para o próximo sábado.

Se, de um lado do debate, muitos manifestantes reivindicavam a necessidade de conferir maior visibilidade para a Praia, como forma de chegar a outros segmentos da população, de outro, o ato de escrever um release é entendido como uma tentativa de homogeneizar a diversidade de perspectivas ali presentes, atribuindo qualidades a um movimento (ou a um coletivo) que sequer existia. (Albuquerque, 2013, p.17)

O anonimato se manteve, mas foi criado uma nova lista de e-mails, vinculada à conta no Twitter @pracalivrebh, que reunia diversas informações sobre esta nova forma de manifestar que se iniciava na cidade. Uma lista de e-mails vinculada à conta foi criada para novos diálogos entre os internautas e A Praia da Estação foi divulgado em diversos blogs e páginas relacionadas a Belo Horizonte. No dia 13 de janeiro de 2010, cerca de 300 banhistas ocuparam a praça com caixas de isopor e instrumentos musicais. Já imaginando que a prefeitura não ligaria as fontes do espaço, foi contratado um caminhão-pipa para refrescar os manifestantes (Praça Livre BH, 2012).

As atividades de discussão sobre o desenho do movimento iniciaram-se numa coordenação entre algumas reuniões presenciais na Praça, sempre calcadas em discussões em três espaços virtuais: blogs, perfis do Twitter e lista de e-mails de interessados. Parece complicada a tarefa de separar os espaços virtuais e presenciais da discussão, pois ambos estiveram atuando em completa sincronia para a realização do evento. É interessante remarcar, também, o óbvio: embora baseadas em discussões online, o tema e a centralidade da própria manifestação é o uso do espaço físico e da cidade. Os eventos da Praia foram, portanto, resultado das discussões online mas também uma contraposição à virtualidade do ativismo moderno que a iniciou. Pode-se entender a Praia como uma “sobreposição” entre a dimensão virtual e presencial das discussões, denotando um hibridismo deste tipo de manifestação (Albuquerque, 2013).





Figura 1 - Convite para praia da Estação. Retirada do blog Conjunto Vazio. Disponível em < <https://conjuntovazio.files.wordpress.com/2010/01/praiada-estacao.jpg> > Acesso em 29 de agosto de 2021.ida.

### A Praia da Estação, da união, do carnaval e do prazer

A Praia da Estação só aumentou de tamanho e se transformou em um dos principais espaços de lazer e expressão cultural na cidade. São eventos realizados aos sábados, sobretudo entre os meses de setembro e abril, iniciando-se às 14h e terminando às 22h. A adesão de banhistas varia entre 800 e 3000 pessoas de classes sociais completamente distintas. Diversos grupos de música e dança participam do evento. Há grupos de forró, maracatu, música *techno*. E diversos produtos “inventados” pelas barracas de comerciantes já são símbolos dos fins de semana de Belo Horizonte, como o “catuçai”, uma mistura de catuaba com açaí que se transformou num símbolo da identidade da esquerda belo horizontina.

Ocupações culturais diversas também encontraram seu espaço na Praia e, mais recentemente, esteve diretamente ligada às questões de raça, orientação sexual e identidade de gênero na cidade. Recebe diversas apresentações de ativistas lésbicas, gays, transexuais e travestis; grupos que buscam a manutenção e enaltecimento da cultura afro-brasileira e afro-mineira, como os grupos de Tambor Mineiro, maracatu e blocos carnavalescos de empoderamento transfeminista antirracista.

De 22 a 29 de janeiro de 2019, no mês da Visibilidade Trans, Belo Horizonte sediou a primeira edição do **Festival TransViva**, um manifesto artístico e político pela vida das pessoas trans. Durante uma semana de intensa programação, o evento trouxe uma ampla gama de atividades, incluindo uma rodada de negócios, oficinas de qualificação profissional, apresentações culturais, mesas de debates, exposições e oficinas artísticas. Reconhecendo que o Brasil é o país que mais mata travestis e transexuais no mundo, o Festival TransViva surgiu como uma provocação e resposta ao contexto de violência, promovendo a celebração da vida trans em sua plenitude. Com o lema

“Somar corpos para transformar, ressignificar espaços, transbordar mentes”, o festival utilizou a arte como espaço de diálogo e transformação social (UFMG, 2019).

A programação buscou quebrar barreiras entre pessoas trans e cisgêneras, criando encontros que desafiavam a marginalização dos corpos trans e promoviam o respeito ao lugar de fala, à escuta e à aceitação das diferenças. Toda a realização do festival foi conduzida por pessoas LGBT, majoritariamente transgêneras, negras e jovens, destacando seu protagonismo na idealização e execução do evento. O **TransViva**, o primeiro festival de arte trans de Minas Gerais, foi realizado com recursos da Lei Municipal de Incentivo à Cultura de Belo Horizonte e destacou-se como um marco de resistência, ocupação e ressignificação dos espaços públicos, consolidando a luta pelo direito à cidade e à vida digna para todos (UFMG, 2019).

Observa-se que o evento é inspirado na luta e ação coletiva, mas possui características completamente vinculadas ao prazer do carnaval. Melo (2014) apresenta que o movimento de carnavalização, que cunha desde o princípio a identidade desses manifestantes, está fortemente vinculado à “subversão pelo riso” de hierarquias de poder na cidade. Esses ativistas, geralmente advindos da geração posterior aos anos 1990, possuem uma linha divisória menos fluida entre arte e política (Melo, 2014). A ritualização do carnaval, enquanto uma força motora de mobilização dos banhistas para a discussão política, pode ser entendida como uma reconstrução do universo social, por alguns momentos de alegria e festa, onde os indivíduos se encontram com o “essencial humano”. O carnaval, para a cultura brasileira, é o espaço onde se reinventa o “poder do sistema”, mas também se espera e deseja o mundo completamente fora do normal. Nega-se o tempo, destrói-se concepções de mundo e se adentra num universo à parte do que se vive. (Damatta, 1997). O carnaval popular, e também os movimentos de carnavalização como a Praia da Estação, são espaços onde se evidencia as feridas da sociedade, e “as tensões entre aquilo que desejamos ser e aquilo que apresentamos ser” (Melo, 2014, p.64). O carnaval parece demonstrar a falta de coesão e espírito de coletividade que a sociedade pós-moderna vivencia e recria o próprio lúdico como forma de coesão (Melo, 2014). Assim como DaMatta (1997) define o carnaval, “a esperança de ver o mundo de cabeça para baixo” (Damatta, 1997, p.29). Pessoas sem frescuras, que tem tesão em repensar o espaço urbano e ocupá-lo de diversas formas (Mateus O.)

Eu considero A Praia da estação um dos movimentos sociais de ocupação urbana mais criativos de todos os tempos porque ousa dar um significado diferente para um espaço esquecido, e porque não dizer, abandonado pelo poder público (por razões convenientemente políticas) conclamando a população para festejar e, ao mesmo tempo, dando voz e corpo aos cidadãos considerados invisíveis pela prefeitura da capital. (Thiago E.).

A Praia, no entanto, não deixa de lado seu caráter de ação coletiva. Embasada no lúdico e no utópico, cumpre com o papel de coordenar o trabalho coletivamente para interesses compartilhados (TILLY, TARROW, 2007). Recria um universo festivo e utópico, agregando indivíduos de identidades e vivências completamente distintas, mas unidos a partir de um assunto em comum: ocupar o espaço urbano.



Cria uma maior integração com a cidade e aumenta o sentimento de pertencimento social (Paulo B.).

A festa possibilita o encontro de pessoas diferentes e acaba sendo uma experiência ímpar de sociabilidade que tende a diminuir preconceitos sociais, o que contribui para a melhoria de vida em sociedade (Ana Paula R.).

Ela cria, portanto, um universo paralelo numa metrópole cinza, onde se pode vivenciar a experiência de uma praia a centenas de quilômetros do litoral. Um sonho tão distante quanto a possibilidade de efetiva ocupação e expressão cultural no urbano, dominado por relações de poder em disputa pela produção do espaço, e que se realiza naquele momento festivo. E que produz uma incrível força de mobilização social e de novos encontros entre diferentes tribos urbanas. A principal característica da Praia foi a capacidade de trazer o prazer do carnaval, sem deixar de seguir uma ordenação de luta contra a o sofrimento, ao entender a opressão como algo “moralmente condenado” (Moore Jr, 1987). As relações de poder entre a prefeitura, no processo de produção do espaço, e os cidadãos que vivenciam esse espaço, passam a ser ressignificados pela invisibilidade que a requalificação urbana trouxe àquelas pessoas. E cria-se um movimento coletivo para lutar contra esta opressão.

Não ocupá-lo [o espaço público] é dar margem para que a administração faça e aja com o fim de privatizar espaços públicos, ou de deixá-los deteriorar, não cuidar deles. Além disso, a ocupação favorece o relacionamento entre cidadãos da cidade e propicia o surgimento de novas pautas a serem levantadas em âmbito municipal (Matheus C.)

A praia é um movimento social de interação e reapropriação do espaço público. É uma resposta ao prefeito Márcio Lacerda, que sempre limitou ou interferiu nas participações populares dentro do espaço urbano. A praia veio para mostrar que a praça é de todos, a qualquer hora e em qualquer ocasião. É onde o cidadão tem voz (Ana Luíza L.).

Percebe-se que a coesão entre os cidadãos e cidadãs que ocupam este espaço está calcada no poder de enunciação que a Praia trouxe. É um movimento contra a precarização do espaço, a dominação do espaço público pelas forças de poder, mas sobretudo de união de pessoas de diferentes origens sociais para terem uma voz, coletivamente.



A Praia da Estação foi fortemente influenciada por movimentos modernos das lutas urbanas. Acompanhou o desenvolvimento das políticas urbanas nos anos seguintes com bastante sincronia com o Movimento Tarifa Zero, que atua no campo da mobilidade urbana; esteve muito presente nas discussões anti-Copa, que discutiam a necessidade das grandes obras faraônicas da Copa 2014 em Belo Horizonte; apoiou as manifestações de Junho de 2013; esteve em conjunto com Assembleias Populares Horizontais (Melo, 2014).

A cada Praia, é realizado um convite a debater questões de ocupação urbana, identidades de tribos urbanas, combate à violência e preconceitos diversos e enaltecimento do espírito carnavalesco. É um movimento que sempre renova suas pautas e age de acordo com os últimos acontecimentos locais e nacionais, mas ainda voltado para a luta urbana. Os eventos são realizados por blocos temáticos a partir de situações consideradas importantes para os banhistas de serem pautadas e discutidas publicamente, como violência contra LGBTs, empoderamento feminino; gentrificação em Belo Horizonte; debate contra o Golpe Parlamentar, etc (Melo, 2014).

Poxa, a cidade é nossa. E mesmo assim as pessoas acabam sendo cada vez mais alijadas desse espaço e sendo obrigadas ao confinamento dos seus apartamentos. Respirar, viver, ocupar a cidade é importante até mesmo para entendê-la e pensá-la melhor (...) o que a Praia da Estação fez com Belo Horizonte num período de seis anos não é brincadeira...Favoreceu o surgimento de um carnaval de rua e de luta, se mistura com diversas reivindicações e atos políticos. É incrível! (Mateus O.)

[A Praia] é um movimento social que sabe misturar política e puro lazer (Ana Paula R.)





Figura 4 - Duda Salabert visita a Praia da Estação antes das eleições para prefeitura em 2024. Foto por Gustavo Guzanhe/EM/D.A. Press.

Observa-se que a Praia da Estação introduziu, pela coesão na utopia da carnavalização, a consciência sobre a recuperação da cidade pelos cidadãos e cidadãs. Ao experimentar o espaço, se redescobre como ocupá-lo. Ao ter prazer no espaço, e discutir com pessoas de diferentes experiências e lutas urbanas, se ressignifica o que é viver a própria cidade e como entender a razão de ocupá-la.

A Praia da Estação tem se consolidado como um espaço de debates sociais relevantes, destacando lideranças que impulsionam a luta por cidades mais inclusivas e humanas. Em uma de suas recentes edições, contou com a participação de **Duda Salabert**, deputada federal e a primeira mulher trans a se candidatar à prefeitura de uma capital brasileira. Duda, reconhecida por sua trajetória política e ativismo pelos direitos LGBTQIA+, aproveitou o momento para criticar a falta de infraestrutura básica na Praça da Estação, como banheiros, bebedouros e áreas arborizadas, mesmo após a recente reabertura do espaço com obras de revitalização (Souza, 2024).

Durante sua visita, Duda reafirmou a importância de espaços públicos acessíveis e acolhedores, ressaltando que a humanização das cidades depende diretamente de políticas que valorizem a diversidade e garantam o direito de todos ao uso pleno dos espaços urbanos. Sua participação na Praia da Estação fortaleceu o caráter político do evento, que já é um marco na luta pelo Direito à Cidade e pela ressignificação do espaço público em Belo Horizonte (Souza, 2024).

### Considerações finais

A Praia da Estação é um exemplo notável de como ocupações urbanas podem impulsionar a diversidade e revitalizar espaços populares. Quando um espaço público é privatizado e transformado em foco de luta coletiva, emerge a oportunidade de reimaginá-lo e reocupá-lo de maneiras inovadoras, promovendo novas formas de

sociabilidade e uso da cidade. Esse movimento coletivo resulta em um renascimento compartilhado, onde as inúmeras possibilidades de vivência urbana são redescobertas e fortalecidas. Na Praia da Estação, diversos coletivos convergem para criar uma rede vibrante de debates sobre o **Direito à Cidade**, demonstrando como a ocupação consciente e criativa dos espaços públicos pode transformar o cenário urbano em um ambiente mais trans-inclusivo e democrático.

O debate sobre gentrificação e Direito à Cidade chegou tardiamente no Brasil, mas encontrou grande força nos movimentos sociais da geração pós-1990. A experiência de Belo Horizonte demonstra como a interlocução virtual sobre um problema em comum pode sim se transformar numa experiência de sucesso de ação coletiva. A Praia da Estação foi criada por acaso e imaginada como apenas um evento descontraído e rebelde contra a prefeitura, mas se transformou num grande espaço de criação de novas identidades e de encontros.

As redes sociais possuem uma característica interessante, e bastante controversa, que é o anonimato para a postagem. Não se pode dizer claramente o primeiro responsável pela Praia da Estação, e o desenho da manifestação nunca possuiu de fato uma grande autoria, embora tenha sido largamente discutido por diversos coletivos anarquistas e de esquerda na cidade, como apresentou Albuquerque (2013). O anonimato da autoria, no entanto, ainda se manteve.

Esta característica pode nos fazer refletir sobre a liberdade de expressar seu interesse contestatório ou sua ideia de manifestação publicamente, sem medo de ser reprimido ou recusado. Se apenas um convite anônimo se transformou num evento de tantas proporções, pode-se presumir que há uma vantagem em se expressar pela internet sem receio (embora isto seja uma faca de dois gumes, se observarmos o aumento do fascismo e do bullying digital).

O fenômeno da Praia da Estação é bastante interessante para o debate de Direito à Cidade justamente por ter sido iniciado nas redes digitais para refletir como ocupar a cidade. A questão se inicia no espaço urbano, físico, e foi formulada pelas redes sociais, para depois voltar ao espaço público como forma de projeto. A partir desse ponto, foi possível observar como a experiência de ocupação do espaço trouxe um fortalecimento da identidade dos manifestantes em relação ao carnaval e um novo horizonte de experiências urbanas e debates sobre vivências na cidade.

O primeiro fato, da carnavalização, demonstrou como o lúdico, a recriação de um espaço de contestação e de um universo paralelo à realidade urbana, burocratizada, dura, cinzenta, é um grande fator de união entre os manifestantes para o objetivo comum. Demonstra como a efervescência da manifestação e do engajamento político pode estar reflexivamente vinculado ao prazer de protestar: o ativista tem o prazer como maior motivo para participar do protesto e o protesto utiliza o próprio prazer como razão de contestação das medidas de opressão da prefeitura.

O segundo, sobre a experiência, demonstra que este tipo de manifestação calcada na expressividade e no lúdico, trouxe encontros de tribos completamente distintas que não encontravam muito diálogo na correria da grande metrópole. A partir do momento que as pautas políticas, de interesse comum, foram postas junto a um local de convivência, diversão, e encontros, a cidade é redescoberta como um espaço de encontros e os homens e mulheres que coabitam na cidade passam a compreender de forma mais clara as necessidades e direitos que o/a outro/a precisa para que o espaço urbano seja mais justo e democrático.

## Referências

- ALBUQUERQUE, Carolina Abreu. *“Ei, polícia, a praia é uma delícia!”: rastros de sentidos nas conexões da Praia da Estação*. 2013. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.
- DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- HARVEY, David. *Rebel cities: from the right to the city to the urban revolution*. Londres: Verso, 2012.
- HARVEY, David. *Os limites do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- HARVEY, David. *The urban experience*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1989.
- JEUDY, H.-P. *Espelho das cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.
- MELO, Thálita Motta. *Praia da Estação: carnavalização e performatividade*. 2014. Dissertação (Mestrado em Belas Artes) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.
- MOORE Jr., Barrington. *Injustiça: as bases sociais da obediência e da revolta*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- PRAÇA LIVRE BH. *Praia da Estação numa esquina da Piauí\_66*. Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <https://pracalivrebh.wordpress.com/category/prai-da-estacao/>. Acesso em: 25 ago. 2021.
- SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. *Metamorfoses da metrópole contemporânea: considerações sobre Porto Alegre*. São Paulo: GEOUSP - Espaço e Tempo, n. 20, p. 190-143, 2006.
- TILLY, Charles; TARROW, Sidney. *Contentious politics*. Boulder: Paradigm Publishers, 2007.
- VÁ DE BRANCO. *Vá de Branco*. Disponível em: <http://vadebranco.blogspot.com.br/2009/12/7-de-janeiro-de-2010.html>. Acesso em: 25 ago. 2021.
- SOUZA, Giovanna de; WERNECK, Gustavo. *Na Praia da Estação, Duda critica falta de banheiros, bebedouros e árvores*. Belo Horizonte, 2024. Disponível em: <https://www.em.com.br/politica/2024/09/6952979-na-praia-da-estacao-duda-critica-falta-de-banheiros-bebedouros-e-arvores.html>. Acesso em: 29 nov. 2024.
- UFMG. *Festival TransViva, em BH, celebra Dia Nacional da Visibilidade Trans*. 2024. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/festival-transviva-em-bh-celebra-dia-nacional-da-visibilidade-trans>. Acesso em: 29 nov. 2024.

## Anexo

Questões da entrevista semi-estruturada por meio de redes sociais.

1. Você se considera umx banhista da Praia da Estação?
2. Como você definiria uma pessoa que frequenta o Praia da Estação?
3. Por que é importante ocupar o espaço urbano?
4. Você considera o Praia como um movimento social?



# BRINCA-SE A FANTASIA, CRIA-SE A SI MESMO

## O papel da estética na relação entre o Carnaval e as dissidências de gênero e sexualidade

*IMAGINATION IS PLAYED, ONESELF IS CREATED*

*The role of aesthetics in the relationship between Carnival and gender and sexuality dissidences*

**Andressa Mueller<sup>1</sup>, Paulo Reyes<sup>2</sup> e Bruno Mello<sup>3</sup>**

### Resumo

A proposta deste artigo é de explorar o papel da estética enquanto elemento constituinte do carnaval de rua e suas interconexões com as identidades LGBTQIAPN+, explorando suas derivações em uma estética *camp*. O texto sustenta a importância da expressão estética como ação política nesse acontecimento, criando a si mesmo em fantasia, assim como os implicativos de sociabilização e da criação. Por fim, entende-se o Carnaval como um acontecimento singular para a expressão dos afetos, desejos e das sexualidades dissidentes, manifesto em uma cidade pautada pela heteronormatividade. Este texto foi desenvolvido a partir dos resultados e dos relatos narrativos de uma pesquisa de dissertação de mestrado em planejamento urbano e regional, registradas no carnaval entre os anos de 2022 e 2023.

Palavras-chave: carnaval, estética, gênero e sexualidade, espaço público.

### Abstract

*The aim of this article is to explore the role of aesthetics as a constituent element of street carnival and its interconnections with LGBTQIAPN+ identities, delving into its derivations within a camp aesthetic. It argues for the importance of aesthetic expression as a political act within this event, creating itself in fantasy, and the implications for socialization and creativity. Ultimately, Carnival is understood as a unique event for the expression of affections, desires, and dissenting sexualities, set within a city marked by heteronormativity. This text is based on the results and narrative accounts of a master's dissertation research in urban and regional planning, conducted during the Carnival seasons of 2022 and 2023.*

*Keywords: carnival, aesthetics, gender and sexuality, public space.*

1 Doutoranda e Mestrado em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Graduada em Arquitetura e Urbanismo (FEEVALE). Desenvolve pesquisas com foco em gênero e cidade. Vinculada ao Grupo de Pesquisa POIESE [laboratório de política e estética urbanas]. Email: dessa.mueller@gmail.com

2 Pós-Doutorado em Filosofia (UNL com Bolsa CAPES PRINT). Doutorado em Ciências da Comunicação (UNISINOS e UAB). Mestrado em Planejamento Urbano (UnB). Especialização em Design Estratégico (UNISINOS). Graduado em Arquitetura (UniRitter). Professor Associado da Faculdade de Arquitetura da UFRGS no departamento de Urbanismo. Professor e Pesquisador no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR UFRGS). Coordenador do Grupo de Pesquisa POIESE - Laboratório de Política e Estética Urbanas. Email: paulo.reyes@ufrgs.br

3 Doutor e Mestre em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Graduado em Arquitetura e Urbanismo (UFRGS). Professor Adjunto da Faculdade de Arquitetura da UFRGS no departamento de Urbanismo. Professor e Pesquisador no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura (PROPUR UFRGS). Email: brunocesaremello@ufrgs.br

### Introdução

A proposta da revista de tomar a cidade como TRANScidade - TRANSformando o pensamento urbano, nos convoca a pensar esses movimentos de mudança no comportamento socioespacial a fim de tensionar modelos hegemônicos da experiência urbana. No caso deste artigo tomamos a provocação feita pela 30ª edição da Revista PIXO Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade, como oportunidade para pensar gênero e sexualidade na interface estética e política através da sensibilidade *camp*. O *camp* se apresenta como uma estética com forte potencial político e vinculada a determinadas práticas sociais que ameaçam valores hegemônicos. O *camp* será pensado aqui a partir do fenômeno do Carnaval brasileiro e de suas relações com uma cultura homossexual e transexual.

O artigo está organizado nas seguintes seções: (i) “A Cidade e o Carnaval: Expressão estética e política na torção de hierarquias”, que toma a cidade como locus do encontro estético e político, pensando os tensionamentos entre as hierarquias sociais; (ii) “vagalumes e borboletas: corpos belos de luzes frágeis”, que reflete sobre o *camp* como expressão estética e política das posições sociais e o sentido deste no âmbito urbano.

Este artigo é resultado de uma dissertação de mestrado em planejamento urbano e regional na UFRGS, que trouxe à luz um pensamento sobre as práticas estéticas e políticas oriundas do carnaval como modo de ver, de pensar e de dizer um tipo de experiência urbana que tensiona os *modus operandi* de um fazer cidade hegemônico. Além disto, o leitor notará durante o texto a presença de alguns recortes narrativos das experiências brincantes, registradas entre os anos de 2022 e 2023 durante a pesquisa. Por fim, o estudo tem diálogos com o Grupo de Pesquisa no CNPq “POIESE laboratório de política e estética urbanas” que está vinculado ao Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PROPUR UFRGS).

### A Cidade e o Carnaval: Expressão estética e política na torção de hierarquias

Nunca vou esquecer aquela tarde, quando o Viaduto dos Açorianos tremeu. Éramos um povo sem fim, todos pulando e dançando em cima daquele monumento de concreto armado, sentindo-o tremer, sentindo-o se mover com a gente para cima e para baixo. Que engraçado e maravilhoso pensar que é possível fazer um viaduto dançar (Mueller, 2023, p.45).

A noção de estética, associada com a arte e com o belo, derivada do grego *aisthesis*, significa a capacidade de sentir o mundo ao compreendê-lo pelos sentidos, sendo em si o exercício das sensações (Almeida, 2015, p.134). A disposição estética, em suas manifestações tanto artísticas quanto cotidianas, é o principal elemento constitutivo das distinções sociais. Para Bourdieu (2008, p.164), é a partir dos critérios de classificação social ligados aos julgamentos de gostos e preferências tidos como legítimos, que são construídas todas as formas de legitimação das desigualdades sociais, de modo que as disposições ligadas tipicamente às classes dominantes, são percebidas como disposições universais e servem de medida para a orientação do comportamento para todas as classes sociais. No âmbito urbano, as grandes oposições sociais objetivadas no espaço físico tendem a se reproduzir nos espíritos, enquanto categorias de percepção e de apreciação.

A estética acaba por ser o marcador principal que denuncia aqueles desviantes das normas de sexualidade e de gênero. Seja pelo jeito, pelo gesto ou pela expressão de uma individualidade e de sensibilidade subjetivas, a percepção estética atua como um canal de comunicação entre o *eu* e o *outro*, muito antes que este possa-o fazer através de sua própria fala.

Vinculada ao fazer artístico, ela embaralha a partilha das identidades, atividades e espaço, comprometendo-se como um regime de política de indeterminação das identidades, de deslegitimação das posições da palavra e de desregulação das partilhas de espaço e de tempo (Rancière, 2005, p.26). É a partir da leitura de Rancière sobre estética que nos propomos a pensar a possibilidade de embaralho das partilhas do sensível nas festas populares. Nesse entendimento, a festa atua como um campo amplo não apenas de polissemia social, mas também de experimentações das mais diversas identidades e produção de subjetividades.

Puxada por um cordão material e musical, no ato do pulo os meus pés saíam do chão e, num instante, depois já não pousavam no mesmo lugar. Um corpo desconhecido grudado ao meu, me deslocava de minha inércia, que por conseguinte, deslocava de seu lugar um outro corpo desconhecido. Tudo no breve instante que leva aos pés chegarem ao solo. A força que já parecia inexistente, voltava aos meus joelhos e impulsionava o meu corpo do solo novamente, repetindo a dança. Sou levada, como a deriva nas ondas, por todos os cantos daquela pista. Coletando partículas multicoloridas de purpurina alheia com o suor dos meus braços, ombros e peito, *souvenires* que eu só descobriria no dia seguinte (Mueller, 2023, p.82).

Festejar é um exercício de liberdade, de invenção do próprio mundo, das próprias regras e da subversão da miséria existencial humana. É uma reivindicação do corpo presente, que não é proveniente da racionalidade, mas da intuitividade. Para além de expressão e celebração das tradições populares, existe como torção da regularidade do cotidiano, consumindo e subvertendo a energia de trabalho, produtora de valor de troca, em uma energia de catarse, ou seja, “não fazemos festa porque a vida é mole, fazemos pela razão inversa” (Simas, 2019).

É possível compreender a festa enquanto um momento de quebra do cotidiano, onde se cria possibilidades para os mais diferentes encontros acontecerem. Quanto mais possibilidades de encontro circulam nela, mais politicamente carregada ela se torna. Mas a festa, em suas mais diversas formas, símbolos e expressões, não é homogênea. Há conflito e disputa sobre quais possibilidades devem prevalecer sobre as outras. (Mueller, 2023, p.57). Especialmente quando nos propomos a refletir sobre a festa em seu formato público, no espaço da rua. Há conflitos de classe, raça, gênero e de expressão sexual que se dão nas tramas sociais entre o tempo e o espaço da festa, assim como naquilo que circula no entorno dela. Em suma, a festa pode ser política, mas isso não quer dizer que seja em todos os seus formatos ou de caráter democrático. No entanto, é possível pensarmos que o uso da festa como o de não limitar a vida ao trabalho produtivo, carrega em si um aspecto político, mesmo que ambíguo.

O entrelaçamento entre a festa e a cidade está presente nas próprias origens desta, na predisposição do homem para a vida em sociedade e para o compartilhamento. Antes mesmo de se constituir como um lugar de residência, a cidade foi primariamente um ponto de encontro entre pessoas (Bezerra, 2008). São fenômenos primordiais e indissociáveis das civilizações, desempenhando um importante papel na relação entre o homem e o meio, refletindo o modo como os grupos sociais pensam, percebem e concebem seu ambiente. De modo que:

A festa é uma produção do cotidiano, uma ação coletiva, que se dá num tempo e lugar definido e especial, implicando a concentração de afetos e emoções em torno de um objeto que é celebrado e comemorado e cujo produto principal é a simbolização da unidade dos participantes na esfera de uma determinada identidade. A festa é um ponto de confluência das ações sociais cujo fim é a própria reunião ativa de seus participantes (Guarinello, 2001).

Segundo Canuto (2017), a festa não é apenas uma reprodução do *status quo*, mas uma imagem do que podem vir a ser outros mundos e outros modos de vida que não apenas aqueles baseados no funcionalismo e no produtivismo. Ela aparece como uma operação propositiva e transformadora, de criação e de produção de subjetividades coletivas, possuindo uma lógica econômico-política própria, com contornos sociais performáticos e com rupturas na rotina cotidiana. No caso do Carnaval — talvez a maior das festas populares brasileiras —, o andar dos blocos configura um fluxo aberto, imprevisível, desviante, entrecortado por encontros e movimentações que podem ser pensados como recorrências de deslocamentos errantes.

A ideia de ocupar a rua de forma proposital e performática, traz em si a preciosidade de um acontecimento efêmero que ressignifica lugares e posições sociais, onde o cortejo imprime às ruas, praças e largos uma vitalidade passageira de caráter não-cotidiano (Coelho, 2020, p.177). Para o antropólogo Roberto DaMatta (1997), a sociedade brasileira é baseada em um modelo hierárquico de relacionamentos sociais. O Carnaval, portanto, se constitui como uma celebração que revela a dualidade e as tensões da sociedade, estabelecendo uma inversão nas hierarquias. Nas palavras dele (1997, p.62), a festa de Carnaval causa uma clara ruptura no cotidiano, ritmado pelos tempos da vida familiar, da vida coletiva, religiosa e cívica. Opera, assim, uma suspensão das regras habituais, instaurando a inversão das hierarquias.

Dessa maneira, a noção política pode ser atrelada à dimensão do lúdico no Carnaval através do ato corpóreo, onde a folia assume em si uma postura desobediente. O brincante agencia seu corpo como território para a desobediência, em que brincar acarreta relações de troca entre indivíduos, conferindo uma consciência comprometida consigo e com a coletividade (Conceição, 2019). O Carnaval se apresenta como a festa que quer “destruir” todas as regras, promovendo a combinação de representantes simbólicos de campos antagônicos e contraditórios e, como consequência, a fantasia cria um campo de encontro e de polissemia social. É justamente nessas diferenças e incompatibilidades de papéis existentes que o Carnaval ganha o sentido da conjunção, da licença para o humor, exagero e para a metáfora. Para DaMatta (1997, p.111), o mundo dos personagens do Carnaval é “o mundo da periferia, do passado e das fronteiras da sociedade brasileira. Seu foco é o ilícito, o que está completamente fora do sistema, ou o que está nos interstícios desse sistema”. Essa é uma celebração em que populações marginalizadas, mediante a inversão de papéis e a regra do desregramento, pode temporariamente infundir valores igualitários em uma sociedade hierárquica e rigidamente estruturada. Mas embora a reflexão de DaMatta tenha seu valor, dado o contexto epistemológico e social de sua época, o que vemos no cenário contemporâneo das pesquisas e reflexões sobre festas populares de rua são novas nuances e perspectivas.

Apesar da importância histórica e cultural da população negra para a constituição do Carnaval no Brasil, é preciso lembrar que persistem as formas de racismo e exclusão no contexto da festa, especialmente no que diz respeito ao apagamento histórico das raízes negras do Carnaval enquanto projeto homogeneizador das noções de identidade nacional e cultura popular (Bohrer, 2014). É notável que nas últimas décadas o Carnaval de rua tenha sido capturado pela estética “purpurinada” de uma bolha jovem, branca



e progressista de classe média da qual os próprios autores deste artigo não podem se eximir de fazer parte.

Mais notável ainda é que, apesar do discurso destes blocos carnavalescos virem carregados de um posicionamento político contra qualquer tipo de opressão de minorias sociais e de um alinhamento com a ideia de liberdade dos corpos e de expressão das mais diversas identidades, a dinâmica que se dá é ainda de reprodução das mesmas hierarquias de classe e raça. O espaço das populações marginalizadas neste carnaval da classe média acaba sendo o de entretenimento, na forma de artistas contratados para eventos ou de ambulantes e comerciantes de rua. Em suma, de maneira geral, ao branco este carnaval é permitido ser lúdico e celebrativo, mas ao negro ele segue sendo um espaço de labor e exploração.

Tirar do Carnaval o seu potencial disparador de pluralidades culturais é estratégico para o processo de domesticação dos corpos e mentes. A forma mais fácil de matar uma escola de samba ou bloco de Carnaval é reduzi-los à condição de simples empresa de entretenimento, destituída de suas referências fundamentais como instituição da cultura popular. É o mesmo recorte disciplinador, higienizador e aniquilador que ameaça as pulsões brincantes e potencialmente subversivas da rua; seja pela repressão, seja pelo enquadramento como negócio. É o embate colonial pelo controle dos corpos, fundamentado na ideia do corpo transgressor que só pode encontrar a redenção na expiação do pecado, ou o corpo festeiro e brincante que deve ser disciplinado como ferramenta produtiva do trabalho, inclusive pela própria indústria da festa e aproveitado por ela (Simas, 2019, p.67).

No entanto, é justamente nos territórios tidos como periféricos – sujeitos a processos de estigmatização e violência através de medidas políticas de invasão ou de negligência – que os blocos de Carnaval e as escolas de samba comumente se originam e incorporam um papel de celebração cultural de caráter extremamente relevante para as suas comunidades. Eles atuam como uma afirmação de identidades negras e valores locais, além de serem extensões de uma mesma coisa: instituições associativas de invenção, construção, dinamização e manutenção de identidades comunitárias (Simas, 2019, p.108).

É nesse encontro das alteridades, promovido pelo Carnaval, que se vivencia uma sensibilidade singular do espaço urbano. Há poucas experiências de sociabilidade tão únicas quanto a do indivíduo que se funde, se perde e se encontra em um mar de seres coletivos, como em uma massa corpórea única. A coletividade, instaurada pela experiência em curso, atua como uma grande assimiladora do espaço democrático, tornando-o seu o território urbano ocupado. Se o corpo é o território primordial, o primeiro espaço material habitado pelo espírito que se torna em si o próprio indivíduo, então o que se vê na ocupação do espaço urbano pelos corpos em festa é a criação de um território sensível compartilhado, formado por inúmeras subjetividades individuais, impossível de ser reproduzido ou recriado se não através do espaço da rua (Mueller, 2023, p.61).

A política, a arte e as manifestações culturais, tanto quanto os saberes, constroem rearranjos materiais dos signos e das imagens, das relações entre o que se vê e o que se diz, entre o que se faz e o que se pode fazer. De maneira que os enunciados políticos ou estéticos fazem efeito no real, definem modelos de palavra, de ação e de intensidade do sensível (Rancière, 2005, p.54). Quando nos propomos a explorar a estética a partir daqueles desviantes das normas de sexualidade e de gênero, ou talvez, quando tratamos de refletir sobre uma estética propriamente LGBTQIAPN+, é imprescindível que se fale de *camp*.

## Vagalumes e borboletas: corpos belos de luzes frágeis

Coloco minha fantasia, que consistia em um maiô vermelho e meia arrastão azul. Os meus amigos também se arrumam e faço a minha maquiagem e a maquiagem deles; que era basicamente camadas de glitter colorido nas maçãs do rosto e nas pálpebras. Um deles também quer colocar purpurina dourada no peito. Ajudo ele com a tarefa e ele deita no chão da cozinha enquanto joga glitter eu seu torso. Da sala, nosso outro amigo fez piada que estávamos fazendo *golden shower* (Mueller, 2023, p.111).

Em 1964, Susan Sontag produziu seu famoso ensaio *Notas Sobre o Camp*, delimitando pela primeira vez o conceito de uma sensibilidade particular que considera algo, um objeto ou comportamento, atraente por causa do seu mau gosto e valor irônico. É um tipo de sensibilidade que brinca com atributos estéticos de beleza, valor e gosto, através de um tipo diferente de percepção. Para Sontag (1964, p.1), a estética *camp* é animada, audaz, dinâmica e se delicia na impertinência, no prazer em desafiar. Essencialmente, é uma predileção pelo exagerado, pelo grotesco, por aquilo que “é o que não é”.

O termo é de difícil tradução para o português, ainda que muito presente na cultura popular brasileira, podendo ser identificado como uma espécie de sensibilidade “brega” ou *kitsch*, mas não apenas. O *camp* se caracteriza por uma predileção pelo artificial, pelo exagerado e por um tipo de esteticismo, em uma forma de ver o mundo como um fenômeno estético. Mais do que uma categoria cultural, de gosto ou modo de comportamento, o *camp* é uma categoria que estabelece mediações, transita entre objetos culturais e o conjunto social, sendo mutável no decorrer do tempo, constituindo um conjunto de imagens, atitudes e um imaginário possuidor de um papel relevante e singular (Lopes, 2002, p.65).

Segundo Sontag (1964, p.44), há na estética *camp* uma ambiguidade — entre o masculino e o feminino, o natural e o artificial, a inocência e a sedução, o urbano e o campestre, o refinado e o vulgar, assim por diante — que borra qualquer limite identitário. É a tentativa de fazer algo extraordinário, especial, deslumbrante ao mesmo que se incorpora a inevitável falha do mesmo. O esteticismo *camp* revoga o eixo bom-ruim do julgamento estético. Ele se apresenta como arte vivenciada e um conjunto de padrões diferentes, suplementares, introduzindo um novo modelo, onde o artifício e a teatralidade são o ideal.

Embora não possa ser chamado originalmente de uma estética homossexual, ele tornou-se um elemento definidor das identidades LGBTQIAPN+, sendo que o próprio termo surge a partir dos movimentos e representações homossexuais da contracultura na década de 1960, de acordo com Lopes (2002, p.69). A relação entre *camp* e cultura *pop* foi íntima desde o início, sendo que ele emerge como leitura principal da *práxis* homoerótica diante do discurso dominante (Meyer, 1994, p.13). Para além de uma expressão exclusivamente homossexual, o *camp* se coloca como uma estratégia situacional, um instrumento precioso para a intervenção dos estudos LGBTQIAPN+ na delimitação de subjetividades contemporâneas (Lopes, 2002, p.69).

Hoje em dia o *camp* passou a ser também uma prática social que expressa principalmente o desejo de empreendermos uma nova educação sentimental através da teatralidade (Lopes, 2002, p.69). Em uma sociedade de massas, a estética *camp* borra os limites entre cultura alta e baixa, habitando, sob a forma de grupos, tribos e subculturas, a paisagem urbana. Ela é vista comumente no perambular boêmio, pelos bares, ruas e festas, criando uma nova valorização do espaço público, distinta daquela

de movimentos políticos organizados e aproximando-se mais de uma tradição popular, espontânea e celebratória. Ela redimensiona o espaço público através do ludismo das massas, do gosto pela fantasia no cotidiano e da valorização da beleza daquilo que, em geral, não é considerado belo, se moldando enquanto uma ética-estética que nutre o imaginário cultural na atualidade. Trata-se de uma culturalização do político e da estetização do cotidiano.

No Brasil, talvez o espaço onde o *camp* encontrou mais liberdade para espalhar-se, em seu processo corrosivo da normatividade, foi no Carnaval. Das fantasias baratas e extravagantes, pelo tom de humor e teatralidade que domina a festa ou pela diluição das performances normativas e restritivas de gênero e de sexualidade — os blocos de Carnaval são os lugares onde a estética e a manifestação popular se encontram em um ato de ocupação do espaço público, em um dos rituais mais tradicionais do Brasil. É nesse sentido que o *camp*, enquanto estética, é tão relevante no âmbito das expressões LGBTQIAPN+.

Era meu primeiro cortejo. Lembro nitidamente de pessoas em cima de paradas de ônibus, árvores e qualquer coisa que pudesse ser escalada. Corpos jovens seminus, sem pudor, apenas decorações e banhados em suor, enquanto misturados aos corpos maltrapilhos de moradores de rua, provavelmente intoxicados pela mesma marca de bebida alcoólica. Lembro de ficar maravilhada com o esmero das produções e fantasias. Vestimentas extremamente criativas e elaboradas, com muito glitter, lantejola e cor, vibrantes e brilhantes da cabeça aos pés, num calor de quarenta graus, o que tratava de dar um caráter extremamente efêmero à integridade destas produções, que iam se desmontando e se autodestruindo conforme a massa seguia amontoada atrás do Bloco. Lembro também de muita gente se beijando, se comendo, como se existisse algum contrato social, travado ali na mais breve troca de olhar, num sorrisinho de canto, numa coisa de dois segundos, que eu e você, dois — às vezes três ou mais — desconhecidos, podemos conhecer uns aos outros tão intimamente por apenas um instante (Mueller, 2023).

Se o Carnaval europeu era a festa que renunciava a primavera, em solo brasileiro, essa desviou-se de sua origem para tornar-se a festa profana antes do outono. Foi assim que a celebração da fertilidade, em seu sentido mais originário na antiguidade, se tornou nas terras de Pindorama uma espécie de *clímax* que coroa nossos longos e quentes verões. Um Carnaval que não celebra mais a fertilidade, mas celebra o mero e simples prazer; uma fantasia de fertilidade. Trevisan (2018, p.341) nos chama a atenção para o fato de que a raiz de nosso tão caro jeitinho brasileiro talvez esteja aí: onde tudo é brincadeira e as bordas da moralidade social são tênues. Brinca-se o Carnaval, rompendo os limites entre brincadeiras inocentes de criança e jogos sexuais dos adultos. E é nessa mistura de brincadeira infantil e adulta, que vamos construindo um outro entendimento da experiência humana, no qual o gozo e o prazer tornam-se o foco da atenção.

Enquanto projeto de fantasia a ser realizado, o Carnaval é o triunfo da imaginação sobre o cotidiano, em que o pobre se torna rico, mediante ao uso de fantasias luxuosas e aristocráticas, e quando masculino e feminino se confundem, a partir do travestismo e da paródia de gêneros. As travestis pontuam o auge da inversão como valor generalizado durante a folia. Nenhuma outra forma simbólica domina tão completamente o Carnaval quanto o travestismo, de modo que, ao longo do tempo, as travestis tornaram-se personagens centrais nas festas carnavalescas. Não é exagero dizer que Carnaval e desvio correm juntos, algo a ser sentido e percebido em qualquer

modo de como ele ocorra no Brasil (Trevisan, 2018, p.341).

A festa de Carnaval no país, desde cedo, esteve intrinsecamente ligada à cultura homossexual. Segundo James N. Green (1999), essa apropriação da festa é um aspecto essencial na construção do próprio Carnaval e também na ocupação do espaço urbano por parte da população LGBTQIAPN+. O autor traz aspectos importantes da questão urbana no que diz respeito à conexão entre a ocupação de espaços públicos e das supostas esferas tradicionais da vida social brasileira — a casa e a rua. Green (1999, p.33) afirma que uma acessibilidade maior dos homens ao espaço público, a rua, facilitou os encontros eróticos homossexuais entre eles. Mas historicamente, a estigmatização cultural das atividades homoeróticas incentivou a criação de uma “contra-casa”, um espaço privado onde homens homossexuais pudessem interagir livremente, como uma alternativa à família tradicional. Esses espaços, localizados entre o privado (a casa) e o público (a rua), que possuíam o papel de proteger seus frequentadores de uma sociedade agressiva e hostil, logo se fundem ao longo do tempo com a festa na forma de bailes de Carnaval, que serviam e que até hoje servem como uma oportunidade anual para que o privado se tornasse mais público.

Nesse processo, gays, travestis, e transgêneros apropriaram-se historicamente das festividades carnavalescas como um meio ideal para expressar suas próprias noções de gênero e manifestar sua sensualidade e sexualidade (Green, 1999, p.41). Elementos da cultura homossexual como os concursos de transformismo, os blocos de travestis e bailes a fantasias se tornaram elementos emblemáticos do Carnaval, trazendo ao imaginário popular personalidades de caráter quase lendário, como Madame Satã, Vera Verão, Roberta Close, entre tantas outras. No entanto, sua ocupação enquanto identidade no espaço social brasileiro ainda é um conflito em aberto há várias décadas. Apesar de suas presenças durante as festividades carnavalescas reforçarem a imagem do Brasil como um lugar para os desviantes sexuais e transgressores dos papéis de gênero, essa imagem unilateral obscurece o fato de que durante grande parte do século XX, manifestações públicas ousadas de inversão de gênero eram temporárias e restritas ao momento de folia (Green, 1999, p.331). De modo que os foliões na rua aproveitavam os breves dias de Carnaval e de suspensão e inversão das regras sociais estritas, para praticar o travestismo, paródia de gêneros e expressar sua sexualidade mais livremente. Assim, a invasão homossexual dos espaços heterossexuais tornou-se uma parte integrante das festividades carnavalescas e a organização de blocos para desfilarem vestidos pelas ruas da cidade configurou-se em um papel relevante da cultura do Carnaval no Brasil (Green, 1999, p.343).

Ao abrir brechas nas normas tradicionais de respeitabilidade por meio do comportamento provocador e bem-humorado, os foliões homossexuais também ampliaram as noções culturais das normas de gênero. A mercantilização dos desfiles de escolas de samba no fim dos anos 1960 e no começo dos 1970, fomentada pela cobertura da televisão em cores e do mercado turístico internacional, estimulou as produções carnavalescas cada vez mais elaboradas, assegurando o espaço da subcultura gay no Carnaval e estabelecendo nomes como Clóvis Bornay e Joãozinho Trinta como figuras emblemáticas na história da produção estética e artística carnavalesca no Brasil. Foi a partir de figuras importantes como essas que os aspectos da estética e do sentimento *camp* foram integrados aos desfiles no sambódromo e a apropriação de determinados setores do Carnaval, reforça Green (1999, p.380).

Mas embora a visibilidade produza familiaridade e um certo grau de tolerância social, o travestismo e sua associação com a homossexualidade ficaram sedimentados no imaginário carnavalesco. A presença pública de travestis, e por extensão mulheres transgênero, pode ser tolerada se estiverem de acordo com os estereótipos patriarcais de feminilidade — um exemplo claro disso foi o modo como a mídia brasileira incorporou



e se utilizou da imagem da vedete do Carnaval carioca, Roberta Close, durante a década de 1980 — com seus comportamentos e trejeitos de gênero apropriados. Na medida em que esses indivíduos em questão se submetam às normas da respeitabilidade heteronormativa, podem ser acolhidos no seio da sociedade brasileira (Green, 1999, p. 380).

Hoje em dia o travestismo de caráter jocoso de homens cisgêneros, mesmo na folia carnavalesca, não é mais tão tolerado socialmente — embora ainda ocorra. O travestir-se no Carnaval passou a ganhar novas formas no imaginário cultural, como por exemplo, aqueles de expressão artística, na forma de *drag queens* e na consolidação socialmente aceita da travesti enquanto uma identidade de gênero (Mueller, 2023, p.114). No entanto, a realidade e fluidez das dinâmicas de identidade de gênero são mais complexas e possuem mais nuances do que isto, apesar dos esforços de um discurso liberal-feminista de proteger a identidade *mulher* de ser capturada pela possibilidade da fantasia.

Para Amara Moira (2023), o Carnaval deve ser entendido como um laboratório das experimentações de gênero e não apenas ser espaço para aqueles que se identificam como transgêneros. Para ela, a ideia de que travesti não é uma fantasia vai contra a própria história e experiências que muitas travestis têm com o Carnaval. Para a autora, entender-se como travesti e como transgênero, é algo que perpassa necessariamente um processo de experimentação, de uma performance da fantasia. São frequentes os relatos de indivíduos que se descobriram transgêneros a partir de experimentações estéticas e artísticas como a *drag*, ou pelo montar-se no Carnaval. Isso porque, é preciso necessariamente performar para tornar-se, sendo esse um processo permanente por si mesmo, onde estamos sempre nos tornando o gênero ao qual nos identificamos (Butler, 2003).

A travesti, assim como a *drag*, vão ainda mais além, revelando as instâncias em que o feminino é uma categoria passível de ser comprada e criada. A construção de gênero, mas especialmente o da ideia do feminino, é uma fantasia constantemente à venda. A construção de feminino e masculino são feitas a partir de ideais que se alteram com o tempo, as culturas, etnias e raças, entre gerações e entre classes sociais distintas (Mueller, 2023, p.115). Não é à toa que a concepção do que é feminino e masculino, assim como o que é belo, é tão diferente da periferia para o condomínio de luxo, como nos fala Bourdieu (2001) a respeito das partilhas de gosto e da disposição estética. O ideal de feminilidade, assim como masculinidade são performances; e estando estes sob uma lógica capitalista, podem ser vendidos, comprados e negociados (Mueller, 2023, p.115).

Segundo Rancière (2005), as definições da arte e do gosto, do que é erudito ou popular, feio ou belo, bom ou ruim, são categorias atribuídas pelo exercício da política. É exatamente dentro dessa chave de leitura que o *camp* se impõe como um embaralhamento dessas dicotomias. De modo que montar-se e fantasiar-se, nessa perspectiva do *camp*, é um ato político, um gesto que desestabiliza o sistema que partilha a estética (Mueller, 2023, p.115). Ocorre que, no interior da política, existe sempre um dano que é duplo, que se apresenta no conflito da relação entre quem pode ou não falar (Rancière, 2005). Nesse sentido, as travestis denunciam esse duplo dano, tanto pela separação que impede sua participação na sociedade, assim como sua performance que denuncia a visibilidade às quais reivindicam (Mueller, 2023, p.116). Pois é nos modos de visibilidade, do que é dito, do que se oculta e do que é revelado, que a política se ocupa (Rancière, 2005).

Dentro do âmbito da fantasia, talvez seja este um dos principais aspectos com que os brincantes se associam ao carnaval, constituindo o verdadeiro imaginário estético do

coletivo. O ato de fantasiar-se se faz como uma potência motora da experiência de criação e de reinvenção, sendo possível dizer que ele começa mesmo antes de sua saída. Começa já nos ensaios, nas oficinas de percussão e nas noites de semana em que amigos se reúnem para construir conjuntamente seus deslumbramentos (Mueller, 2023, p.116).

Durante as semanas que antecederam o carnaval, era notável como o centro histórico se transbordava e apelava pelo consumo da fantasia, principalmente nas ruas das lojas de aviamento, tecidos e fantasias, que fazem desde período do ano grande parte da sua entrada de lucro. Das conversas que travei durante aqueles dias, a maioria foi pautada em algum momento pelo preparo de figurinos e seus acessórios, e principalmente, da intenção sensível que se busca através do ato de montar-se. No dia do cortejo, de praxe, a maioria dos indivíduos havia optado por vestes mínimas, sendo que muitas mulheres que utilizam o Carnaval como uma oportunidade de exercer o *topless*, e cuja fantasia é apenas os seios decorados com purpurina. No entanto, também era possível encontrar os mais diversos personagens e fantasias, que ousavam brincar e fazer piada com o momento da festa. Pude encontrar vários destes indivíduos, um destes que me chamou a atenção foi um casal de *gays* vestidos de “ursos da *Ursa!*” que era nada mais, nada mesmo que trajes de BDSM com adereços comunistas e aquelas tiaras de orelhinhas de ursinho, (Mueller, 2023).

Um fator relevante a ser observado é a instauração de uma coletividade a partir do uso da fantasia. É possível dizer que a partir da estética, o Carnaval demarca também seu território efêmero durante o acontecimento. Demarcação essa que sugere a possibilidade de existir e de agir em público de outros modos que não os habituais. Pensar o Carnaval, nesse sentido, assume um mergulho coletivo em uma espécie de teatralização da vida, em uma experiência a par do cotidiano, onde a construção estética atua como um processo também de construção identitária dos indivíduos. Segundo Trevisan (2018), no Carnaval, os instintos não pedem licença para passar; dança-se, canta-se, trepa-se, briga-se e rouba-se em um único movimento voraz, abrindo o caminho no coração da miséria humana. E é nesse universo lúdico, em constante ebulição e transformação que se encontra um grande caldeirão de experimentações e dissidências. Para o corpo desviante, cindido entre a violência do cotidiano, o exagero e a afetividade, a máscara e o armário, a alegria e a melancolia; a sua existência é a de uma eterna performance (Lopes, 2002, p. 71). E nessa existência, o papel da estética, possui uma dimensão política, pois é nos corpos, gestos e desejos que se encarna a política. Há uma luminescência desses corpos, como aquela reservada aos vagalumes, que evocavam uma alegria inocente e poderosa, de um desejo de vida, de arte e de invenção (Pelbart, 2019).

Em fevereiro de 1975, ano em que viria a ser brutalmente assassinado, Pier Paolo Pasolini publicou aquele que ficou conhecido como “O artigo dos vagalumes”. Os vagalumes de Pasolini metaforizaram a humanidade reduzida à sua mais simples potência, enviando sinais luminosos em meio à escuridão. Pasolini nos fala da luz dos vagalumes, que são visíveis apenas na noite profunda, e que se apagam frente à claridade ofuscante do holofote, onde o excesso de luz varre todo o campo de visibilidade, acabando com as condições de apreciação de suas luzes. Esses vagalumes são, para o autor, uma metáfora desses habitantes das metrópoles que são as travestis, as prostitutas, os moradores de rua, os imigrantes, os dependentes químicos e os homossexuais. Seres que vivem entre a sombra das cidades e a luz do poder, que habitam a zona do limbo social (Pelbart, 2019).

Pouco tempo depois do início do ensaio, a Guarda Municipal aparece, pausa tudo e fica atrás das árvores do Recanto Africano, conversando com os organizadores do Bloco. Isso apenas alguns dias depois de uma travesti frequentadora do Bloco ser brutalmente agredida e roubada na saída de uma festa. Por ocasião, o dia do cortejo foi coincidentemente no dia da visibilidade trans. Alguém no palco fazia um discurso acalorado sobre ser trans no país que mais mata transgêneros no mundo e sobre a responsabilidade das pessoas cis tomarem frente diante deste problema. Meu interlocutor P.G. abre comigo seus receios durante nossa entrevista: *Eu me lembro de sair umas duas ou três vezes montado de drag pro Carnaval. Eu colava três cílios postiços, me maquiava, botava um negócio, uma saia e ia pra rua. Eu morava ali bem perto, então a proximidade ajudava. Porque uma coisa é estar assim dentro de casa, outra é ir para um espaço público, onde isso não é algo socialmente aceito, até tu chegar nesse espaço que se criou ali onde está montada é uma coisa esperada, uma coisa aceita, são experiências completamente diferentes [...] Até eu chegar lá no Bloco de drag, todo maquiado, eu tenho que passar pelo meu porteiro, eu vá talvez até passar pelos caixas do supermercado, os funcionários que sempre me atendem no dia-a-dia* (Mueller, 2023).

A dinâmica dos vaga-lumes são as de subjetividades a céu aberto, por vezes literalmente vivendo ou trabalhando na rua, produzindo ali não apenas seu sustento, mas seu território existencial, afetivo, seu mundo de signos. A dança dos vaga-lumes é uma dança do desejo formando comunidade, e o traço de luz intermitente nos vaga-lumes é um sinal, um gesto (Pelbart, 2019). Mas, ainda que beirando o chão e emitindo uma luz fraca, ainda que se deslocando lentamente, os vaga-lumes desenham em conjunto uma rica constelação na paisagem noturna. De modo que, olhar para este exemplo dos vaga-lumes, é afirmar que em nosso modo de imaginar jaz, fundamentalmente, uma condição para nosso modo de fazer política (Trevisan, 2018, p.548).

Esses vagalumes são descritos por Pasolini como seres que evocam uma alegria inocente e poderosa, um erotismo, arte e invenção; representando uma alternativa à culpa homossexual que se insinuava em seu imaginário na época, como também aos tempos sombrios, ou iluminados demais do fascismo italiano. Em seu livro *Ensaio do Assombro*, o escritor Peter Pál Pelbart traça um paralelo entre a obra de Pasolini e a obra *Projeto Butterfly* da artista brasileira Virginia de Medeiros. Para Pelbart (2019), o trabalho de Virginia se propõe a trazer uma visibilidade, como a dos vagalumes, às personagens travestis, transgêneros e profissionais do sexo. À medida que constrói um vínculo de amizade e de afeto com suas musas, a artista produz retratos de sua existência e de sua vida. Retratos esses marcados pela inocência e sensualidade, mas sem deixar-se cair em estereótipos ou em vitimizações piedosas. Ela as registra em sua alegria e exuberância, como essas querem ser registradas (Pelbart, 2019).

Da mesma maneira que Virginia traduz esses vagalumes para uma outra leitura, como a de borboletas, acredita-se que um processo similar se dê com a experiência dos corpos estigmatizados brincantes nos carnavais de rua. Não são corpos que se deixam esconder na noite, brilhando fugazmente na escuridão; mas são corpos que se exibem em suas mais diversas e vistosas cores e que ousam existir na luz do dia, mesmo que na sua condição de fragilidade. Corpos que ousam ocupar o espaço de visibilidade ao se exibirem em praça pública e que flutuam ao baterem suas asas. São indivíduos que assumem, através do sensível, a necessidade da performance, de dar visibilidade ao corpo e aos afetos subversivos para se torcer os clichês do estigma e da marginalidade (Mueller, 2023, p.123).

Do brilho noturno dos vagalumes aos brilhos das fantasias carregadas de lantejoulas, o espaço urbano vai sendo reescrito e o *camp* se expressa como escritura. O Carnaval se torna uma oportunidade única de revelar os aspectos mais profundos da realidade cotidiana, aqueles que talvez sejam perturbadores demais para se mostrar abertamente. A sua máscara de fantasia, na verdade, acaba revelando o que se pretende ocultar sob a superfície da normalidade do cotidiano. Somos uma sociedade neurótica pelo controle do corpo e dos afetos alheios. Profundamente cindidos em nossa identidade, somos héteros, brancos, cristãos, monogâmicos e conservadores; mas ao mesmo tempo, somos o país do Carnaval (Trevisan, 2018, p. 324).

Em sua extrema sensibilidade, Caetano Veloso já fez ricos malabarismos de linguagem para vociferar contra o poder burguês hegemônico. Um poeta afinado com o êxtase dos “índios e padres e bichas, negros e mulheres e adolescentes, que fazem o Carnaval e zelam pela alegria do mundo” (Canção de Caetano Veloso, *Podres poderes*, 2017). Mas é na letra de *A Luz de Tieta*, composta em 1996 para o filme *Tieta do Agreste* de Cacá Diegues, que o artista cria uma melodia que viria a se tornar repertório clássico das músicas de Carnaval, e que ao mesmo tempo evoca uma sensibilidade remetente aos vaga-lumes de Pasolini:

Todo o dia é o mesmo dia a vida é tão tacanha  
Nada novo sob o sol  
Tem que se esconder no escuro  
Quem na luz se banha  
Por debaixo do lençol  
Nessa terra a dor é grande a ambição pequena  
Carnaval e futebol  
Quem não finge quem não mente  
Quem mais goza e pena  
É que serve de farol  
Toda a noite é a mesma noite a vida é tão estreita  
Nada de novo ao luar  
Todo mundo quer saber com quem você se deita  
Nada pode prosperar  
É domingo, é fevereiro  
É sete de setembro  
Futebol e carnaval  
Nada muda, é tudo escuro  
E até onde eu me lembro  
Uma dor que é sempre igual  
Existe alguém em nós  
Em muito dentre nós esse alguém  
Que brilha mais do que milhões de sóis  
E que a escuridão conhece também  
Existe alguém aqui  
Fundo no fundo de você de mim  
Que grita para quem quiser ouvir  
Quando canta assim  
(Canção de Caetano Veloso, *A Luz de Tieta*, 1996).

Caetano nos fala de uma existência que é pautada no cotidiano pelas estruturas de uma sociedade normativa, fazendo referência clara às dissidências sexuais ao criar a imagem de um indivíduo que necessita se esconder na esfera do privado, “em baixo dos lençóis”, para poder existir. Veloso brinca com o imaginário de luz e de sombra, assim como Pasolini, para retratar esses sujeitos que vivem na penumbra, mas que na noite podem brilhar. No entanto, o artista concede em seus versos uma redenção, ao



dizer que esse sujeito habita a todos nós em certa medida.

Para Simas (2019), temos cada vez mais a necessidade de ousar contra a tendência de normatização, unificação e planificação dos modos de ser no mundo. Precisamos superar a exclusão e, ao mesmo tempo, a ideia da missão civilizadora que insiste em padrões engessados de representatividade, consumo e educação. “De um lado, é a morte física. Do outro, a morte simbólica da inclusão normativa, domesticada e impotente” (Simas, 2019, p.19). Para o autor, nada está mais distante de um espaço diferencial, propício para uma “imaginação percussiva”, que a vida que levamos no contexto urbano, marcado pelo projeto moderno de cidade. Estamos desencantados do mundo, educados em uma lógica normativa que nos faz incapazes de atentarmos para culturas que subvertem ritmos, rompem constâncias, encontram soluções e criam outras maneiras de ser e estar. Para Simas, é necessário “morar na encruzilhada da alteridade como mecanismo de compreensão e vivência compartilhada do mundo” (Simas, 2019, p.18). É preciso acreditar que o poder transformador da rua está na alteridade da fala.

Tirem da cidade o complexo de saberes sofisticados das ruas que nos forjaram; silenciem os batuques que ressoam nas noites de desassossego, aflagaram as almas e libertaram os corpos, e o que sobrar? Corpos sem nomes, disciplinados para o trabalho, aprisionados, fichados, adoecidos, amontoados, desencantados. Corpos mortos em vida numa cidade em que os mortos vivem e dançam como ancestrais (Simas, 2019, p.34).

Para Simas, há um “epistemicídio” em curso nas cidades, onde assistimos ao processo de destruição dos saberes, práticas, modos de vida, visões de mundo, das culturas que não se enquadram no padrão canônico e que acabam ficando relegadas ao campo da barbárie, ou acolhidas como pitorescas e folclóricas, enquadradas por uma ideia de Ocidente. Para tanto, é necessária resistência ante ao projeto domesticador do domínio colonial. “Precisamos de outras vozes, políticas porque poéticas, musicadas; da sabedoria dos mestres das academias, mas também das ruas e de suas artimanhas de produtores de encantarias no precário” (Simas, 2019, p.40).

Se existe a escuridão opressiva ao nosso redor, nossa função é brilhar. Exatamente como os vaga-lumes, que só brilham se houver escuridão e que são ainda mais brilhantes quanto mais escura for a noite. O infinito recurso dos vaga-lumes é sua essencial liberdade de movimento, sua capacidade de evocar um desejo de viver indestrutível. Não é por acaso que é justamente nas trevas que performam sua dança e que resistem às opressões do mundo, apesar de sua existência frágil e fugaz. Enquanto vaga-lumes, somos dissidentes da heteronormatividade e nos reinventamos noite após noite no nosso desejo de comunidade e numa comunidade criada pelo desejo. (Trevisan, 2018, p.548).

O Carnaval, assim como a noite dos vaga-lumes, é uma dança que precede a morte, a última alegria que prenuncia o fim do verão. Misturaram-se a morte e a festa até o ponto de não ser mais possível distinguir uma da outra (Trevisan, 2018, p.342). Pois é o Carnaval, uma espécie de fim do mundo, uma experimentação que passa pelo lugar do fantasioso. Essencialmente, é a festa da suspensão do que está como norma e regra, sendo essa suspensão uma premissa para que outras coisas, outras possibilidades possam ser colocadas e experimentadas e onde é possível confundirmos as diferenciações e limites de gênero, sexualidade e performance, brincadeira e fantasia.

## Conclusão

Este texto pretendeu refletir sobre a estética *camp* a partir de um olhar sobre as discussões de gênero e sexualidade, tomando por base o Carnaval brasileiro enquanto uma subversão coletiva de certos paradigmas da cidade e da sociedade. Foi possível observar como o Carnaval, apesar de suas nuances e ambiguidades em relação aos embates políticos e sociais que se dão em seu contexto, se abre como uma oportunidade para que práticas de exploração criativa dos corpos, sexos e gêneros, se tornem ainda mais potentes quando praticadas em meio ao espaço público, ampliando a compreensão dos processos de subjetivação na cidade e tornando-se um ato político para além do estético.

A experiência sensível é em si um elemento constituidor do carnaval de rua, sendo justamente através da expressão do corpo e exploração das identidades que podemos observar impactos na vivência do espaço urbano. A manifestação estética e política LGBTQIAPN+ construiu historicamente um diálogo com o carnaval, nos proporcionando uma exploração única das questões da expressão do corpo em meio ao campo político. Sendo o Carnaval uma manifestação popular tradicional da cultura brasileira, que possui dinâmicas únicas e particulares, como a da criação de um espaço de desvio, de transformação do território urbano para o espaço da euforia e do desregramento. Dessa maneira, tratamos de olhar para festa de Carnaval compreendendo sua relevância na produção social e espacial da cidade.

Este texto pretendeu estimular uma reflexão sobre a presença e a ação de sujeitos LGBTQIAPN+ na cidade, a partir de suas performatividades corporais. Nisto, a estética *camp*, elemento importante de constituição do carnaval de rua, possui um papel fundamental na discussão teórica, pois é a base que nos possibilita observar as interconexões da festa com uma coletividade LGBTQIAPN+. Entendemos, ainda, a importância da expressão estética no acontecimento do Carnaval, a partir do ato de enfeitar-se, montar-se, criar a si mesmo em fantasia; e os implicativos de sociabilização e da criação de espaço diferencial demarcado para o Carnaval, decorrentes dessa produção estética. Assim, entendemos o Carnaval como um fenômeno singular para a expressão dos afetos, desejos e das sexualidades dissidentes; e de como este se manifesta como um espaço possível para que estes ocorram dentro de uma cidade pautada pela heteronormatividade.

É necessário admitir o quanto as experiências iniciais de campo com o Carnaval vêm cercadas de deslumbramento idealizado. E o quanto esse deslumbre foi desmontado e desconstruído conforme a pesquisa transcorria. Ao mesmo tempo, a posição de pesquisador exige certa lucidez e sobriedade de conduta, por isso, foi necessário perder-se na multidão carnavalesca, mas achar-se novamente no fazer pesquisa é fundamental.

Todas essas compreensões que se dão ao longo do trabalho também se direcionam para um amadurecimento muito importante de encarar alguns atravessamentos: a da impossibilidade de tratar o carnaval de rua sem tratar dos embates políticos da cidade, assim como a de encarar a própria posição, perspectiva e privilégios enquanto corpo-pesquisador neste contexto. Há fatores de ordem sistêmica que atravessam as categorias de gênero, sexualidade, raça e classe, e que quando omitidos das reflexões propostas esvaziam o próprio sentido de uma pesquisa, não havendo possibilidade de serem ignorados.

## Referências

BEZERRA, Amélia. *Festa e Cidade: entrelaçamentos e proximidades*. Revista Espaço e Cultura, n.23 UERJ, Rio de Janeiro, 2008.

BOURDIEU, Pierre. *A Miséria do Mundo*. 7 ed. Petrópolis. Vozes, 2008.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade*. 22 ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2003.

CONCEIÇÃO, Thiago Pirajira. *FORJAS PEDAGÓGICAS: rupturas e reinvenções nas corporeidades negras em um bloco de Carnaval*. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Porto Alegre, 2019.

DAMATTA, Roberto. *Carnaval, Malandros e Heróis: Para uma Sociologia do Dilema Brasileiro*. 6 ed. Rio de Janeiro. Rocco, 1997.

GREEN, James, N. *Além do Carnaval: A homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. 1 ed. São Paulo. Editora UNESP, 1999.

GUARINELLO, N. L. *Festa, trabalho e cotidiano*. In. JANCSÓ, I & KANTOR, I (orgs). *Festa cultura e sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: Ed. Hucitec. /Edusp, 2001.

LOPES, Denilson. *O homem que amava rapazes e outros ensaios - O Terceiro Manifesto Camp*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2002.

MEYER, Moe. *The Politics and Poetics of Camp*. London/ New York, Routledge, 1994.

MOIRA, Amara. *Travesti não é fantasia vai contra a própria história das travestis*. Disponível em: <<https://buzzfeed.com.br/post/travesti-nao-e-fantasia-vai-contr-a-propria-historia-das-travestis>> Acessado em: 30/08/2023.

MUELLER, Andressa. *Corpo, Carnaval e Rua: A Performance queer no Bloco da Laje e o Direito à Cidade*. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Porto Alegre, 2023.

PELBART, Peter Pál. *Ensaio do Assombro*. 1 ed. São Paulo, 2019.

RANCIÈRE, Jacques. *A Partilha do Sensível: Estética e Política*. 1 ed. Editora 34. São Paulo, 2005.

SIMAS, Luiz Antonio. *O Corpo Encantado das Ruas*. 9 ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2019.

SONTAG, Susan. *Notas sobre Camp*, 1964. Disponível em: <[https://perspectivasqueeremdebate.files.wordpress.com/2014/06/susan-sontag\\_notas-sobre-camp.pdf](https://perspectivasqueeremdebate.files.wordpress.com/2014/06/susan-sontag_notas-sobre-camp.pdf)>

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso (4ª edição revisada e ampliada) - A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. Editora Objetiva, 1ª edição, Rio de Janeiro, 2018.



# O CORPO E A RUA

## Uma exploração de gênero e performance através do carnaval

BODY AND THE STREET

An exploration of gender and performance through carnival

Andressa Mueller<sup>1</sup>, Paulo Reyes<sup>2</sup> e Bruno Mello<sup>3</sup>

### Resumo

A proposta deste artigo é explorar as possibilidades e transversalidades da performance em uma interface corpo-cidade, ao olhar para o carnaval de rua e explorar os diferentes desdobramentos referentes a outras territorialidades. Tais reflexões se dão a partir das vivências carnavalescas do coletivo artístico Bloco da Laje, entre os anos de 2022 e 2023, especialmente a partir da análise da performance artística Pregadão, registradas a partir de uma pesquisa de dissertação de mestrado. Este artigo pretende, assim, refletir sobre as dinâmicas urbanas contemporâneas no âmbito das discussões de gênero, tomando por base a experiência do carnaval de rua como uma prática coletiva de subversão de certos paradigmas da cidade. Também é possível dizer que tais práticas de exploração criativa dos corpos, sexos e gêneros tomam ainda mais potência quando ocorridas em meio ao espaço público, ampliando a compreensão dos processos de subjetivação e tensionando olhares hegemônicos sobre a cidade.

Palavras-chave: performance, gênero, corpo, carnaval, espaço público.

### Abstract

*The purpose of this article is to explore the possibilities and intersections of performance in a body-city interface, focusing on street carnival and examining its various implications in other territorial contexts. These reflections stem from the carnival experiences of the artistic collective "Bloco da Laje" between 2022 and 2023, particularly through the analysis of the artistic performance Pregadão, documented in a master's dissertation research. This article aims to reflect on contemporary urban dynamics within gender discussions, using the street carnival experience as a collective practice that subverts certain city paradigms. It is also noteworthy that such practices of creative exploration of bodies, sexes, and genders gain even greater potency when they take place in public spaces, thereby enhancing the understanding of processes of subjectivation and challenging hegemonic perspectives on the city.*

*Keywords: performance, gender, body, carnival, public space.*

1 Doutoranda e Mestrado em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Graduada em Arquitetura e Urbanismo (FEEVALE). Desenvolve pesquisas com foco em gênero e cidade. Vinculada ao Grupo de Pesquisa POIESE [laboratório de política e estética urbanas]. Email: dessa.mueller@gmail.com

2 Pós-Doutorado em Filosofia (UNL com Bolsa CAPES PRINT). Doutorado em Ciências da Comunicação (UNISINOS e UAB). Mestrado em Planejamento Urbano (UnB). Especialização em Design Estratégico (UNISINOS). Graduado em Arquitetura (UniRitter). Professor Associado da Faculdade de Arquitetura da UFRGS no departamento de Urbanismo. Professor e Pesquisador no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR UFRGS). Coordenador do Grupo de Pesquisa POIESE - Laboratório de Política e Estética Urbanas. Email: paulo.reyes@ufrgs.br

3 Doutor e Mestre em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Graduado em Arquitetura e Urbanismo (UFRGS). Professor Adjunto da Faculdade de Arquitetura da UFRGS no departamento de Urbanismo. Professor e Pesquisador no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura (PROPUR UFRGS). Email: brunocesaremello@ufrgs.br

### Introdução

A cidade, enquanto obra, tem relações com a sociedade na sua composição, no seu funcionamento e na sua história. Ela muda conforme muda a sociedade em seu conjunto, de modo que podemos associar a cidade mais como obra de arte do que como um simples produto material, onde a *produção* da cidade e de suas relações são também uma *produção* de seres humanos, muito além do que apenas uma produção de objetos (Lefebvre, 2008, p.52). Mas, esses processos de transformação, de criação e de reprodução da cidade, geralmente não acontecem de maneira pacífica, e sim através de uma disputa no campo político pela validação de necessidades na forma de direitos. Enquanto seres, temos necessidade de ver, ouvir, tocar, degustar, expressar e desejar. Temos necessidade de reunir essas percepções em uma atividade criadora, de obra, não apenas de produtos e de bens consumíveis, mas de informação, de simbolismo, de ludicidade e de imaginário (Lefebvre, 2008, p.105). É através dessas necessidades específicas que vive o desejo fundamental da performance, da sexualidade, do movimento do corpo, da atividade artística e do conhecimento.

Esse é então o mote deste artigo. Pensar a performance produzida nas ações carnavalescas como constituidoras de um outro dizer-cidade, tensionando um *status quo* hegemônico. A investigação teórica sobre a performance enquanto instrumento de resistência ou de transformação, que dá base para este artigo, posiciona a função política da performance, articulada principalmente por grupos culturais marginais. Por outro lado, amparada pelas teorias *queer* e feminista, a aplicação das teorias da performatividade à atividade política fornece instrumentos importantes para avaliar os aspectos corporais da ação e como eles afetam a estrutura e a transformação de diferentes ordens políticas. De modo que é possível observar como os significados políticos em jogo não existem apenas no discurso, mas também na própria concentração e na visibilidade dos corpos (Butler, 2018, p.8).

Enquanto o conceito de política possui contornos mais claros de definição, o termo performance é de mais difícil delineamento, devido a seus múltiplos usos e significados. A performance se constitui como objeto de análise dos Estudos da Performance, o que inclui diversas práticas e ações como dança, teatro, rituais, protestos políticos, funerais, etc. Para se constituírem como objeto de análise, essas práticas são geralmente definidas e separadas de outras que as cercam. No entanto, os jogos de palavras possíveis que se emanaram à performance revelam uma perspectiva que se abre como campo emergente para novas intervenções artísticas e acadêmicas (Taylor, 2003).

É importante ter em mente que o conceito de performance é instrumentalizado de maneira diferente para referir-se a condições e experiências diversas do corpo. Num âmbito legal-jurídico, performance pode ser compreendida como o ato pelo qual o discurso se faz valer por lei ao ser proferido pela instituição que detém o poder. Ao mesmo tempo, num sentido político, performance também pode ser a ação do corpo que questiona e persiste frente a um poder hegemônico, principalmente quando consideramos manifestações políticas, protestos e performances ativistas. Em outro nível, a performance também é artística, através da expressão e produção do artista, partindo de seu próprio corpo enquanto instrumento da obra (Mueller, 2023, p.85).

A performance funciona como um ato vital de transferência, transmitindo conhecimento social, memória e um senso de identidade por meio de ações repetidas. No campo da arte, performance refere-se geralmente à uma ação plástico-poética, associada ao gesto e ao corpo. Num outro nível, a performance também constitui uma lente metodológica que nos permite analisar uma série de eventos: comportamentos de sujeição civil, de resistência, de cidadania, de gênero, de etnia e de identidade sexual,

que são ensaiados e reproduzidos diariamente na esfera pública. Sendo uma prática incorporada, em conjunto com outros discursos culturais, a performance oferece uma certa forma de conhecimento, o que sugere que esta também possa ser compreendida como uma epistemologia (Taylor, 2003).

Os diversos usos da palavra performance apontam para camadas de referencialidade, complexas, aparentemente contraditórias e, por vezes, mutuamente sustentadas, onde as noções sobre o seu papel e a sua função variam amplamente. Os teóricos da filosofia e da retórica — como J. L. Austin, Jacques Derrida e Judith Butler — desenvolveram termos como *performativo* e *performatividade*. Um ato performativo, para Austin, refere-se a situações em que a emissão do enunciado implica a realização de uma ação. Já Derrida, por exemplo, sublinha a importância da citacionalidade e da iterabilidade no *evento de fala*. No entanto, o quadro em que se baseia o uso da performatividade por Judith Butler — o processo de socialização pelo qual o gênero e a identidade sexual são produzidos através de práticas reguladoras — é difícil de identificar porque o processo de normalização o tornou invisível. Enquanto em Austin o performativo aponta para a linguagem que faz, em Butler ele subordina a subjetividade e a ação cultural à prática discursiva normativa (Taylor, 2003).

Para Butler (2018, p.92), quando o corpo se expressa politicamente, não é apenas através da linguagem vocal ou escrita, mas na própria persistência do corpo, na sua exposição que se faz precisamente por meio de uma performatividade específica. Tanto a ação quanto o gesto significam e falam como reivindicação, quando os corpos aparecem, agem e persistem. Nessa união pública dos corpos que se congregam, andam e falam juntos, reivindicando um certo lugar como espaço público, o caráter corpóreo desse questionamento opera tanto na contestação de sua condição, como tornando essa mesma condição em sua fonte estimulante. De maneira que, quando corpos se juntam na rua, na praça ou em outras formas de espaço público, exercem um direito plural e performativo de aparecer, um direito que afirma e instaura o corpo no meio do campo político e que, em sua função expressiva e significativa, transmite uma exigência corpórea por um conjunto de condições econômicas, sociais e políticas (Butler, 2018, p.16) O corpo é um lugar político que atua como mediador das relações sociais e culturais vivenciadas, estando não apenas ligado ao privado, ou ao ser individual, mas também integralmente ligado ao lugar, ao local e ao espaço público (Vargas, 2006).

É possível compreendermos que um dos desafios do uso do conceito de performance e de seus falsos análogos — performativo e performatividade — advém justamente da ampla gama de comportamentos que estes operam. Contudo, é nessa multiplicidade de usos que se revela as profundas interligações desses sistemas de inteligibilidade entre si e as fricções produtivas que ocorrem entre eles, tal como as diferentes aplicações do termo em vários campos — acadêmico, político, científico e artístico. Performance inclui, mas não pode ser reduzido aos termos que são normalmente usados como sinônimos: teatralidade, espetáculo, ação e representação. Mas é em sua impossibilidade de definição que performance carrega em si a possibilidade de desafio, como um termo que conota simultaneamente um processo, uma prática, uma episteme, um modo de transmissão, uma realização e um meio de intervir no mundo (Taylor, 2003).

Estamos aqui falando de noções diferentes de performance e de performatividade, mas que se sobrepõem, se atravessam e se mesclam, informando e produzindo a realidade dos sujeitos. A proposta deste artigo é explorar essas possibilidades e transversalidades ao olhar para o carnaval de rua — onde as diferenciações entre os tipos de performance e performatividade são ainda mais tênues e de limites borrados — como *corpus* dessa experiência. Tais reflexões se dão em primeiro momento pelas



Figura 1 - Movimento. Baile de Primavera do Bloco da Laje, outubro de 2022. Fotografia: Andressa Mueller.

vivências carnavalescas do coletivo artístico Bloco da Laje (Figura 1), entre os anos de 2022 e 2023, em particular da performance da música *Pregação*, registradas a partir de uma pesquisa de dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da UFRGS e de estudos oriundos do Grupo de Pesquisa POIESE – laboratório de política e estética urbanas. Já na segunda parte deste artigo nos propomos explorar o *queer*, a performatividade e as identidades de gênero em relação ao espaço urbano e ao lugar de marginalidade delegado aos corpos dissidentes na cidade.

Por fim, alguns esclarecimentos introdutórios à respeito da experiência aqui relatadas se fazem necessário. Os registros apresentados são fragmentos de relatos, fotografias e trechos de entrevistas relacionadas aos eventos realizados pelo coletivo. Apesar do vasto material analisado na pesquisa, optou-se por dar atenção e visibilidade à performance *Pregação* por reconhecer nela um potente disparador de reflexões. Além disto, nenhum dos autores deste artigo possui ou possuiu nenhum envolvimento formal na produção ou realização do Bloco da Laje, além do papel de singelos foliões e pesquisadores. Participou-se por um período dos financiamentos coletivos que viabilizam o Bloco, mas apenas com a intenção de se manter um posicionamento ético-político e de contrapartida para com a comunidade que estávamos nos propondo afetar e ser afetados.

### Vamos tirar Jesus da cruz

O artista que performa utiliza seu corpo como veículo para sua obra, opera o espaço enquanto arena de sua exploração criativa. Por meio do movimento, do gesto e do olhar do público, o artista provoca e transmite mensagens que transcendem os modos tradicionais da linguística e da comunicação. Quando utiliza seu corpo como instrumento, ele também se torna agente político, criando através de sua performance um momento para diálogo e reflexão. Ao confrontar os espectadores com seu corpo, traz a arte para o domínio público, desafiando os limites entre o público e o privado e





embaçando as fronteiras que separam a arte da vida política. Ao usar seu corpo para ocupar espaços, criar interrupções e capturar o olhar, o artista incentiva o seu público a imaginar outros modos de existir (Mueller, 2023, p.86).

Como já dito anteriormente, a performance, no contexto deste artigo, é tomada a partir das experiências carnavalescas do Bloco da Laje. O Bloco da Laje é um coletivo artístico carnavalesco da cidade de Porto Alegre – RS, conhecido particularmente por suas performances lúdicas e subversivas, sendo que uma das mais famosas e esperadas de seus cortejos é o da música *Pregadão*. Durante a performance, o artista Chico Macalão, interpretando o papel de Jesus Cristo (Figura 2), faz um *streeptease* de maneira insinuante e apaixonada e é carregado como se retirado da cruz pela multidão. Além disso, *Pregadão* é uma das performances do repertório do Bloco da Laje que mais fazem um aceno claro as questões LGBTQIAPN+ e que carregam consigo um questionamento às normativas de gênero, sendo que em *Pregadão* essa é a narrativa principal da performance (Mueller, 2023, p.87).

A performance de *Pregadão*, toda vez que presencio, sempre me deixa maravilhada. Um Jesus despe suas roupas mundanas para sair da cruz, como um indivíduo que sai do armário, e é carregado por uma multidão que o recebe em pura euforia. Jesus se despe como em um *streeptease*, com volúpia, com paixão. A verdadeira paixão de Cristo (Mueller, 2023, p. 85).

O local onde o Bloco da Laje “retira” Jesus Cristo da cruz é sempre um mistério, assim como todas as locações relacionadas ao cortejo. Na saída de 2023, a qual foi acompanhada no processo de pesquisa, a performance ocorreu embaixo do monumento *Supercuia*, também conhecido jocosamente como “Rótula das Tetas”, o que por si só já carrega uma conotação subversiva e traz para a performance uma dimensão irônica. Nesse dia Jesus estava vestido como um político, de terno e gravata, ao contrário dos trajes típicos com os quais Jesus é retratado normalmente. Do caminhão se falava sobre como Jesus foi perseguido, “esse cara que falava de amor e de perdão. Perdão,

mas sem anistia,” provocavam os artistas. Enquanto Jesus se instalava em sua cruz (Mueller, 2023, p.87). A performance de *Pregadão* possuiu uma introdução teatral, onde o narrador de cima do caminhão-palco apresenta Jesus da seguinte maneira:

Estão há mais de dois mil anos usando a palavra do Homem para oprimir, colonizar, para tirar o nosso sangue. Porém, o cara falou de respeito, de compaixão, de perdão. Nosso camarada que deu o rolezinho sobre as águas, que multiplicou o peixe e transformou a água em vinho. Jesus Christ! (Bloco da Laje, 2019)

A partir disso, Jesus segue com a performance na sua interação com os brincantes, já em cima de sua cruz — a *Supercuia* —, mas mais perto do público, fazendo um contato mais próximo:

Saudações, pessoas do planeta terra. Vamos nos amar de todas as maneiras em plenitude e liberdade, Pois afinal só o amor destrói! Destrói o preconceito, a violência! O pensamento careta desta gente nefasta. Vivam o amor! (Bloco da Laje, 2019)

A partir de então começa a tocar a música *Pregadão*, que possui na realidade uma construção lírica muito simples, sendo apenas a intercalação dos seguintes versos:

Eu tô pregadão;  
Vamos tirar Jesus da Cruz;  
Jesus é negão;  
Jesus é mulher (Bloco da Laje, 2019).

A chave para a subversividade que se observa em *Pregadão* não está apenas em sua composição linguística, mas sim no significado dos gestos encarnados no corpo. A performance começa com a escolha do lugar em que ela acontecerá, que assim como todos os lugares escolhidos para o acontecimento do Bloco da Laje, carrega consigo uma gama de significados. O espaço público — neste caso, a rótula e o seu monumento — se transforma em palco a partir do ato da escolha em si, o que lhe atribui um significado específico para além dos significados sociais já estabelecidos naquele espaço. O palco se torna *ágora*, e é possível construir a conexão entre o cenário e a cena que está para acontecer — o despir de Jesus — enquanto ato político do corpo (Mueller, 2023, p.88).

Após o término da introdução, começa a música do *Pregadão*, e durante os primeiros versos que cantam “Vamos tirar Jesus da cruz”, o ator começa a despir-se de suas vestes conservadoramente masculinas. Movendo seu corpo ao som da música, peça por peça, as vestes são removidas com gestos extravagantes. Existe uma sensibilidade poética da performance que nos faz compreender que ao despir-se de suas roupas, Jesus liberta-se também de um confinamento opressivo e, ao mesmo tempo, secular. O ato carregado de sensualidade nos fala de um corpo que se liberta para ir além, em busca de seus afetos e de sua sensualidade. De maneira que é possível interpretarmos que “Vamos tirar Jesus da cruz” também pode ser “Vamos tirar Jesus do armário”. As vestes são um símbolo do armário social, o despir-se é uma simbologia da liberdade homoerótica. O conjunto da performance é um convite para todos engajarmos em um outro tipo de espiritualidade, onde o culto é ao amor e a liberdade dos corpos (Mueller, 2023, p.88).

A apresentação continua e Jesus é retirado de sua cruz, sendo carregado até o caminhão e entregue nos ombros da multidão. Ao chegar lá, a estrofe da música muda e agora “Jesus é negão”, quando Chico Macalão entrega sua coroa de Cristo com um





beijo homoerótico para um dos artistas negros do coletivo. A música muda novamente e o bloco trata de tirar o próximo Jesus da cruz. Desta vez, muda para o verso “Jesus é mulher” e então o Jesus negro passa sua coroa de Cristo para uma das artistas negras do coletivo, novamente através de um beijo, e que por sua vez passa a coroa da mesma maneira para outra artista mulher. Assim, o rito continua até o término da performance, numa procissão de beijos (Mueller, 2023, p.89).

O beijo em si se torna um ato performático, e ao ser efetivado nos espaços públicos durante o Carnaval, possui uma especificidade de potência política. O beijo entre dois ou mais indivíduos se torna político ao quebrar a noção de que há certas coisas que só acontecem no privado ou fora do espaço público. Nesse sentido, a função do Carnaval se torna justamente fundir o espaço da casa e do recluso com o espaço público e o espaço de todos. Talvez seja esse o momento em que a performance artística ganha seu maior significado político: quando converge com a performatividade dos corpos. O beijo compartilhado não precisa mais ser símbolo, pois é o ato por ele mesmo e por si só já possui seus significados na própria ação do corpo. O beijo homoerótico em meio a rua — a *ágora* — subverte o uso do espaço público em função de um gesto que usualmente está delegado ao espaço do privado (Mueller, 2023, p.89).

Mas a performance ganha camadas de complexidade ao ser contextualizada em uma narrativa artística que intencionalmente tensiona o pensamento normativo de gênero em suas fundamentações religiosas. O caráter subversivo do *Pregação* é confirmado pela recepção polarizada que esta recebeu ao longo dos anos. Segundo Macalão, sua interpretação de Jesus não pretende ter conotação humorística da figura religiosa, mas sim provocar a reflexão dos brincantes sobre a própria liberdade do corpo em existir e expressar. “Não estou inventando e não estou debochando de ninguém. Estou dançando porque é o meu corpo, algo me traz essa reverberação de poder usar meu corpo, que é a única coisa que realmente me pertence” (Macalão, 2023).

No entanto, a extensão da performance nem sempre foi bem recebida pelo público, tendo inclusive tido a necessidade de reformulação da mesma. Segundo o artista, as primeiras encenações de Jesus aconteceram não apenas com o beijo *gay* entre

homens, mas também com o despir-se de Jesus até o totalmente nu. Tal apresentação repercutiu e se tornou emblemática no Carnaval do Bloco da Laje. No entanto, tal potência narrativa não ocorreu sem controvérsias, ainda mais ao ser executada no âmbito do espaço público. Os questionamentos quanto à viabilidade, a segurança e a legalidade de tal ato fizeram com que o coletivo optasse por não a apresentar mais com o nu completo. Segundo Macalão (2023) “as pessoas têm um tabu enorme com o nu. Quando a gente nasce, o nu é bonito, até os seis anos de idade. Depois é melhor você botar a roupa e nunca mais tirar a roupa do corpo”.

A fala de Macalão mostra o desconforto do público ao ser exposto ao corpo alheio, mais especificamente, o corpo alheio comportando-se de maneira fora da norma. Mesmo que o ator tenha optado por não seguir com a nudez total em suas performances, a exposição de seu corpo ainda causa incômodo em alguns. Não porque o público seja desacostumado à visão de um corpo masculino despido, mas sim pelos gestos que acompanham este estado e pelo espaço em que se exhibe o corpo em tal estado.

Já fui interrogado sobre isso por conta da minha performance como Jesus Cristo, onde eu rebolo e danço e faço um *streptase*. Eu respondo que é uma questão de que: com o meu corpo eu posso fazer o que eu quiser. Eu cresci com essa postura de que tem coisas que eu, enquanto homem, não posso fazer. O homem não pode rebolar, o homem não pode chorar, etc. Venho desta criação, que é pra mim é um trabalho de reconstrução todos os dias [...] é uma questão do quanto o corpo do outro reverbera em ti, eu posso dançar do jeito que eu quiser, por que é meu corpo. Eu não estou representando, eu estou sendo eu. Acho que nesse sentido é possível questionarmos e até expandirmos a ideia do que é o masculino (Macalão, 2023).

As normas de gênero são imagens, valores e recursos construídos na cultura e mantidos através de uma construção social na vida cotidiana. Já a performatividade é um conjunto de atos que têm referencialidade no campo normativo e que só existe compartilhada com o outro, onde não se trata de um indivíduo, mas sim de um sujeito social. Nesse contexto, a performance de gênero não pode ser reduzida à ideia de uma performance livre individual, pois somos nomeados e categorizados muito antes de podermos agir criticamente e de podermos tentar mudar as categorias ao nosso entorno. As normas agem sobre nós e implicam que somos suscetíveis à sua ação. Mas nesse domínio de suscetibilidade, quebras e fissuras, manifestações divergentes também podem ocorrer, o que provoca uma espécie de flexibilidade nas normas de gênero ao interromper os processos mecânicos de repetição (Negrão, 2019. p. 28-30).

É justamente em seu caráter de quebra do cotidiano que o Carnaval possui potência para promover um momento de flexibilização das normas — não apenas as normas de gênero, mas também as normas do uso do espaço público —, experiência essa a qual os brincantes do Bloco da Laje associam com um certo sentimento de liberdade:

A liberdade é algo da rua, não apenas do Bloco da Laje, mas do Carnaval também. Uma liberdade onde você tanto não precisa ser necessariamente quem você normalmente é, mas também não precisa esconder nada de ninguém. Acredito que o Bloco nesse sentido acaba cumprindo esse papel de acolher, de estar presente. O Bloco da Laje não é só as pessoas que tocam ele, mas é o coletivo de todas as pessoas quando estamos na rua. O indivíduo que vai todo fantasiado para brincar ou o que vai pela primeira vez, estando dividindo sua energia com outros, ambos já pertencem ao Bloco da Laje. Quando se tem uma coreografia, uma brincadeira que todo



mundo faz e sente acolhido, onde não tem vergonha ou retaliação, se cria um espaço de liberdade para as pessoas e um espaço de respeito mútuo (Macalão, 2023).

Tal sentimento também reverbera na forma de produção das identidades ao encontrar no carnaval de rua um lugar não apenas de ludicidade, mas também de possibilidades para novas experiências e descobertas de expressão de gênero e de sexualidade. O carnaval se torna assim um espaço de libertação tanto como um espaço de experimentações.

### A cidade das margens

Compreendemos que gênero é o mecanismo pelo qual as noções de masculino e feminino são produzidas e naturalizadas, mas que gênero pode muito bem também ser o aparato através do qual esses termos podem ser desconstruídos ou desnaturalizados (Butler, 2014, p. 253). As normas de gênero nos precedem e atuam sobre nós de maneira que somos obrigados a reproduzi-las de maneira involuntária. Elas nos produzem e informam nossos modos vividos de corporificação. Mas esses modos também podem se provar formas de contestar as normas, visto que não é possível haver a reprodução de normas de gênero sem a representação e performance corporal delas. Quando esse campo de normas se torce, abrem-se caminhos para formas de viver o gênero que desafiam os reconhecimentos predominantes (Butler, 2018, p. 36-38). Desse modo, podemos chamar de performativo tanto o exercício de gênero quanto a reivindicação política de igualdade corporificada e a habilidade de se mover coletivamente dentro dessa categoria social. A performatividade de gênero ressalta os efeitos poderosos do discurso e está ligada às diferentes maneiras nas quais os sujeitos se tornam elegíveis por reconhecimento, sobre quem pode ser lido e compreendido como um ser humano e quem vive ou tenta viver nos modos estabelecidos de inteligibilidade (Butler, 2014, p.253).

Existem diversas designações utilizadas para pessoas que, seja por sexo biológico, orientação sexual, orientação romântica, identidade de gênero ou expressão de gênero, não correspondem a um padrão cis heteronormativo de identidade. Mais comumente utilizado está o termo LGBT e suas variações, sendo sua forma mais atual até o momento de escrita a sigla LGBTQIAPN+. No entanto, existem outras terminologias emergentes que vêm sendo utilizadas, como a designação *queer*. Estas terminologias se distinguem entre si conforme as visões e posicionamentos de diferentes grupos políticos. *Queer* é um termo estrangeiro, utilizado como terminologia guarda-chuva para todos aqueles que não se identificam como heterossexuais ou cisgênero (Mueller, 2023, p.94).

O termo *queer* também é utilizado para referir-se a um conceito teórico, emergindo como uma interpelação que levanta a questão da condição, da oposição e da variabilidade dentro da performatividade. A palavra, que na sua tradução literal do inglês significa algo como “estranho” e “esquisito”, foi operada historicamente como uma prática linguística com o objetivo de envergonhar os indivíduos e de produzir sujeitos por meio dessa interpelação, de modo que *queer* adquira força justamente por ter sido muitas vezes vinculada à acusação, à patologização e ao insulto. O fato de que o termo “*queer*” tenha desde sua origem um alcance tão amplo e subjetivo faz com que ele seja empregado de maneiras sobrepostas, sendo que a crítica ao termo, iniciada a partir de mobilizações feministas e antirracistas dentro da política lésbica e gay, abriu novas possibilidades para alianças políticas que não pressupõem que esses grupos sociais sejam radicalmente distintos um do outro, reivindicando uma inversão do termo para refutar seus usos homofóbicos (Butler, 2019, p. 372).



Figura 4 - Bandeira do arco-íris. Saída do Bloco da Laje, janeiro de 2023. Fotografia: Andressa Mueller.

Dessa maneira, o *queer* se tornou um ponto de encontro discursivo para quem o termo expressa uma afiliação política anti-homofóbica e anti-transfóbica. No âmbito da teoria *queer*, gênero enquanto performance não é algo que as pessoas têm, nem é tampouco um papel social, mas sim um conjunto de atos, uma fabricação que não pressupõe o ato individual e voluntário (Negrão, 2019, p.29), na medida que se trata gênero historicamente como se fosse um fato natural ou uma realidade sociológica e não o algo que os sujeitos possam fazer e refazer. No centro dessas controvérsias, está a distinção entre sexo e gênero: sendo o sexo uma categoria biológica, e gênero uma mistura de normas culturais, formações históricas, influências, realidades, desejos e vontades (Butler, 2023).

As normas de gênero estão em um terreno de articulação de elementos díspares que criam uma ideia de suposta coerência entre corpo, sexualidade, desejo e gênero (Negrão, 2019, p.30). Mas gênero é sempre uma questão em aberto, na medida que os seus significados culturais e individuais estão sempre sendo modificados. A política *queer* emerge de uma posição crítica a respeito dos efeitos normalizantes e disciplinares de toda uma formação identitária do sujeito na política das identidades: a de que não há uma base natural que possa legitimar a ação política. A noção de *queer* se opõe a qualquer diferença sexual binária derivada de uma noção biológica, pois para o *queer* não existe a diferença sexual, mas uma multidão de diferenças, uma transversalidade de relações de poder e uma diversidade de potências de vida (Preciado, 2011, p.18).

O que observamos no âmbito das disputas políticas a respeito de que identidades podem ser validadas e reconhecidas no campo de visibilidade e quais não, é um ataque à própria liberdade de existir e de ser dos sujeitos. De modo que o ataque ao gênero é um ataque à própria instituição da democracia (Butler, 2023). Neste âmbito, o conceito de performance é importante na medida em que representamos quem somos, mas que essas performances de nossas vidas não são meras invenções e falsidades. Ao representar nossas vidas como um gênero específico, estamos estabelecendo esse gênero novamente na realidade. Estamos fazendo algo real acontecer, pois o ato performativo é uma ação que faz algo vir a ser e que tem consequências reais. Quando



gays, lésbicas e trans começaram a se assumir publicamente e a viver abertamente, mudanças bastante reais operaram na realidade e podemos observar essas mudanças na maneira como já não falamos da mesma forma sobre conceitos como família, mulher, homem, desejo, sexo (Butler, 2023).

Isso nos mostra que refletir sobre a categoria de gênero surge como uma possibilidade de flexibilização e de relaxamento das normas concebidas a partir de parâmetros binários. No entanto, observa-se que há limites para o alcance da discussão de uma teoria *queer* em um contexto latino-americano. Enquanto identidade de gênero, o *genderqueer* ou o *queer* não é uma expressão identitária que tenha realmente vingado no Brasil, embora em sua utilização inicial, como ressignificação de terminologias ofensivas na criação de alianças políticas, seja similar a experiência que as comunidades LGBTQIAPN+ brasileiras operaram com palavras como “viado”, “viada”, “travesti”, “bixa”, “sapatão”, etc. Já enquanto conceito teórico, é possível argumentar que a simples adoção do termo em inglês difundido no meio acadêmico euro-estadunidense, dentro de uma realidade brasileira e sem uma relação efetiva com o contexto singular no qual o termo é empregado, nos põe em um lugar de questionamento da colonialidade do saber, onde acatar simplesmente um conceito proveniente do hemisfério norte poderia diminuir a potência de sua amplificação (Mueller, 2023, p.96).

No entanto, se a crítica *queer* transgride as epistemologias cis heteronormativas que regem a produção científica, isso a faz também ser contrária a esta colonialidade do saber, tão fortemente relacionada ao universalismo, ao sexismo e ao pensamento patriarcal. Se a decolonização do pensamento é uma operação que consiste em se despegar do eurocentrismo e abrir-se aos outros modos de pensar encobertos pela lógica da colonialidade, então a crítica *queer* é compatível com essa instância, pois questiona a generalização do cânone eurocêntrico, hétero e branco. A teoria *queer* possibilita uma crítica dos olhares da história com uma lente heteronormativa, interpretando a configuração sexo-gênero como parte do projeto colonial (Pereira, 2015, p.417).

A palavra *queer* em seu âmago significa o distanciamento de uma origem, um desvio ou distorção. Atualmente, o pensamento de gênero latino-americano vem ressignificando as epistemologias de gênero de países imperialistas ao operar justamente distorções e desvios para pensar as dissidências de gênero a partir do sul global. Uma dessas distorções é a da palavra *queer* para *cuir*. A grafia do termo com “c” e não “q” demarca um lugar geográfico e corpóreo para o discurso, dando voz às políticas linguísticas de sobrevivência e aliança LGBTQIAPN+. *Cuir*, representa uma desfamiliarização do termo *queer*, uma desautomatização do olhar e registra a inflexão geopolítica rumo ao sul em uma contraofensiva à epistemologia colonial e à historiografia anglo-americana. Assim, a distorção de *queer* para *cuir* se torna uma inflexão decolonial, tanto lúdica como crítica (Valencia, 2023, p.31).

A teoria *queer* da performatividade nos fornece instrumentos teóricos para que possamos discutir a materialidade do poder, como este cria o corpo e as formas dessa materialidade. O poder convoca os corpos a entrarem em um processo normativo de gênero, mas isso se dá a partir de um paradoxo: de um lado a convocatória compulsória da performatividade, do outro, as possibilidades emancipatórias dessa mesma performatividade. É importante notar que mesmo os atos cotidianos estão ligados a uma rede de legitimidade institucional do poder, onde a norma conecta o que parece estar separado: indivíduo e sociedade. Pois se há poder sendo operacionalizado pela norma, há também dispositivos de vigilância que nos sujeitam. Dispositivos esses que no âmbito de gênero constroem, agridem e invisibilizam os indivíduos, sendo que essa violência atinge a todos, não apenas àqueles que são desviantes das normas de gênero e sexualidade (Negrão 2019, p.28-30).

Um dos grandes problemas que corroboram com essa violência é de que muitos indivíduos que se recusam a permitir que pessoas desviantes da norma se definam ao sentir que sua própria autodefinição se torna desestabilizada. A ideia de que podemos mudar a realidade e a transformá-la para ser mais aberta, inclusiva, livre e menos violenta cria uma instabilidade. Mas, quando vivemos em uma democracia, presume-se que vivemos de acordo com princípios de igualdade, liberdade e justiça. No entanto, estamos continuamente aprendendo o que é liberdade, o que é igualdade e o que pode ser justiça. Estes desafios pressupõem uma luta constante para reocupar estas noções de democracia, especialmente se quisermos repensar quem são as pessoas livres e o que significa viver em liberdade e sem medo (Butler, 2023).

Entende-se por violência de gênero qualquer ato de violência que resulte ou possa resultar em dano, sofrimento físico, sexual ou psicológico, bem como ameaças, coerção ou privação arbitrária de liberdade, sejam eles ocorridos na vida pública ou na vida privada (CEPAL, 2016). De modo que é possível compreendermos a violência de gênero, não apenas sobre o corpo feminino, como também sobre corpos que não se enquadram na binaridade estreita das identidades de gênero e de sexualidade. No país onde mais mata-se pessoas trans no mundo (Nações Unidas Brasil, 2021), a cidade é pautada por uma noção de medo e hostilidade, onde o corpo desviante é estigmatizado e confinado ao espaço privado; e onde a ausência de espaços de socialização e de expressão de minorias LGBTQIAPN+ são sintomas de uma norma onde estes corpos vistos à luz do dia devem ser rechaçados (Júnior, 2017).

O estigma é uma situação atribuída a um indivíduo a partir de algo vinculado à sua identidade que potencialmente o desqualifica e o impede de ser aceito de maneira plena pela sociedade. São sujeitos engajados numa espécie de negação da ordem social, que a partir das interações nas quais se engajam e no decurso de suas ações, podem assumir um comportamento desviante ou serem percebidos através de qualidades estigmatizantes que lhes são atribuídas (Ramos, 2015, p.174). Estes indivíduos muitas vezes acabam por separar-se da cidade “normal”, na perspectiva de criar vínculos com outros indivíduos em situações similares, de maneira que possam coletivamente moldar suas “desvantagens” em uma base de organização para a vida (Ramos, 2015, p.176), desde que estejam resignados a habitar as áreas consideradas imorais e perigosas das cidades.

Assim, a cidade se constitui palco para as violências contra as minorias sociais e para mitigação das subjetividades, onde a sustentação do discurso cis heteronormativo apresenta como resultado imediato a invisibilidade de segmentos já pouco visíveis da sociedade. Aliada à negação de direitos básicos, às interdições e à discriminação, principalmente na sacralização dos espaços públicos por meio do discurso de “lugar de respeito”, tem-se uma cidade interdita onde nem todos podem acessar (Júnior, 2017), confinando essas populações, que destituídas até mesmo de seus territórios estigmatizados, a existirem essencialmente na esfera do privado. A morte prematura de indivíduos LGBTQIAPN+, desumanizadas por perversos regimes de regulação, decorrem também de fatores como menor disponibilidade de recursos econômicos, culturais e legais para se existir em sociedade. São exclusões econômicas, laborais, formativas, sócio sanitárias, urbano-territoriais, relacionais e políticas que acarretam a marginalização e privação destas populações, atuando ainda mais fortemente sobre corpos transgêneros e travestis, que experienciam o estigma do corpo ainda mais intensamente (Cavichioli, 2021).

As suas existências são atravessadas por espaços interditados e por territórios de pertencimento, locais de exclusão e de acolhida, em processos contraditórios e complementares. Sendo que a capacidade de interdição socioespacial proporciona o fortalecimento de seu território, já que este é um espaço que lhes possibilita, de alguma



maneira, o reconhecimento social (Ornat, 2009). O território constituído e marcado pela presença de transgêneros e travestis é decorrência das exclusões vivenciadas sistematicamente por esses indivíduos, que acabam encontrando nesses territórios não apenas recursos para sobrevivência, mas um espaço para a expressão de seus afetos, identidades e desejos, que se encontram banidos de outros espaços da cidade (Cavichioli, 2021).

A transgeneridade e a travestilidade desafiam o binarismo hierárquico e a naturalização das sexualidades, contestam a pré-discursividade essencialista que molda os corpos segundo rígidas regras de inteligibilidade das masculinidades e feminilidades e rejeitam essas identidades, denunciando sua ficcionalidade. De maneira que ao demonstrar os limites discursivos da heteronormatividade, borram as fronteiras intermitentes entre corpos. Por conta disso, sistematicamente estes sujeitos têm o seu direito de existir e ocupar a cidade negado e seus últimos espaços para a sobrevivência dentro das centralidades urbanas retirados, de modo que sua circulação, ainda que intensa, se faz pelas margens, e é nesse território de abjeção que se articulam suas redes. (Cavichioli, 2021).

Essa cidade das margens foi historicamente perseguida pelo planejamento urbano através de intervenções promovidas pelo Estado com o objetivo de higienizar e moralizar as áreas urbanas estigmatizadas. Intervenções estas, que se estendem e se mesclam a discriminações de classe, de gênero, de sexualidade, de etnia e de cor, sob a justificativa de controle desses elementos da sociedade, classificados como pertencentes de uma “classe perigosa” (Ramos, 2015, p.176).

A experiência da segregação promovida por essas intervenções urbanas possui o claro objetivo de revalorização econômica, imobiliária e simbólica dessas áreas urbanas, “marketizadas” por nomes como “renovação urbana”, “requalificação” ou “revitalização”, mas que para sua efetivação é necessário, entre outras ações, expulsar toda uma população de corpos estigmatizados e marginalizados, que de outra forma dificultariam essa retomada de valor (Ramos, 2015, p.178). De modo que a violência e a insegurança urbana, se tornam justificativas de usos políticos para intervenções que reforçam a expulsão da população LGBTQIAPN+ de seus territórios nas cidades.

A hostilidade se torna uma estratégia de reprodução de cidade, à luz da produção imobiliária e de políticas invisibilizadoras, na forma da cidade cis heteronormativa de proteger sua forma ideológica (Júnior, 2017). Nesse sentido, o conceito de “armário”, cunhado por Sedgwick (2008), pode ser entendido como um imaginário construído coletiva e individualmente, visando o apagamento das subjetividades e alteridades. Por meio do discurso, a figura do armário é colocada como um ambiente necessário à preservação da privacidade das pessoas consideradas desviantes da norma sexual: o que não é norma deve ser ocultado, uma vez que representa risco à ordem sexual vigente. Enxergar os armários sociais erguidos pela cidade significa ver nessas tessituras as raízes e as consequências da exclusão e da cidadania incompleta de indivíduos LGBTQIAPN+. Sendo que a democratização dos espaços urbanos perpassa a possibilidade de as pessoas poderem vivenciar a cidade com a devida liberdade de expressão para serem quem são sem armários que as limitem (Júnior, 2017).

Os espaços ressignificados pelas pessoas LGBTQIAPN+ são carregados de memória, principalmente quando falamos sobre as ocupações dos espaços públicos (Júnior, 2017). Mas as cidades não contam e não valorizam essas memórias, ao contrário, esses são espaços considerados de imoralidade, de violência e de vulnerabilidade. A práxis do planejamento vem sendo a de devastar esses territórios, de limpar a memória urbana de lugar, desnaturalizando a cidade de seus espaços de expressão de gênero e sexualidade. É preciso olhar para os espaços de desejo, de sexualidade,



Figura 5 - Leques de Ballroom. Ensaio do Bloco da Laje, novembro de 2022. Fotografia: Andressa Mueller.

de não conformidade com a norma, como espaços fundamentais na expressão das identidades, da expressão do desejo de fazer-se livre, pois “não queremos espaços neutros, não queremos essa cafonice cis heteronormativa, queremos uma cidade viada, como nossa forma de ser” (Hilton, 2021).

Quando um indivíduo que questiona as regras de gênero ocupa, caminha e vivencia um espaço público, está dizendo que esse é um espaço público onde pessoas com várias formas de existir, não importa o gênero que lhes seja atribuído, estão livres para se mover sem hostilidade e sem violência. Trata-se de uma performance corpórea pelo seu direito de existir. E se a política é um espaço das aparências, no sentido de mostrar, aparecer e que o próprio espaço do político é criado através desse aparecimento, o que vemos quando os corpos se reúnem nas ruas, praças ou em outros locais públicos é o exercício performado do direito de aparecer, de ser visto e de poder ver (Butler, 2018, p.23).

## Conclusão

Este texto pensou as categorias de gênero e sexualidade a partir as dinâmicas urbanas contemporâneas, tomando por base a experiência do carnaval de rua como uma prática coletiva de subversão de certos paradigmas da cidade. De maneira que é possível dizer que tais práticas de exploração criativa dos corpos, sexos e gêneros, tomam ainda mais potência quando praticadas em meio ao espaço público, ampliando a compreensão dos processos de subjetivação na cidade.

Refletiu-se sobre essas manifestações artísticas, estéticas e políticas, dentro de uma narrativa LGBTQIAPN+ e seu diálogo com o carnaval de rua a partir da expressão do corpo em meio ao campo político através do conceito de performance. Discutiu-se a performance enquanto um aspecto indissociável da ação política, sendo o modo como o corpo se expressa e traz demandas ao campo político, assim como também o meio pelo qual ocorre a expressão artística, que por sua vez atua como ferramenta de

afirmação e contestação política. Especialmente no âmbito da política de identidades de gênero e sexualidade dissidentes, que quando exercidas e performadas causam efeitos no campo altamente regulado do espaço social, discutiu-se aspectos de como o estigma e a violência são associados a estes corpos e impactam na sua territorialidade.

Por fim, este texto pretendeu estimular uma reflexão sobre a presença e a ação de sujeitos LGBTQIAPN+ na cidade, a partir de suas performatividades corporais. Abordamos a política de aparecimento destes corpos dissidentes no espaço público enquanto constituidora de modos não normatizados de ser e de existir na cidade e no espaço democrático, e de como estes sujeitos acabam produzindo territorialidades coletivas que valorizam a experiência corporal da cidade como atividade criadora e exploratória de novas maneiras de existir de outros saberes urbanos.

## Referências

- BLOCO DA LAJE. *Pregação* Vídeo. Bloco da Laje 4 Estações. Porto Alegre, 2019. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=cMe0RZ10jHY> >
- BUTLER, Judith. *Corpos em Aliança e a Política das Ruas*. 1 ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2018.
- BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade*. 22 ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2003.
- CAVICHIOLO, Anderson. *Transgeneridade e direito à cidade: a exclusão territorial como estratégia transnecropolítica* Capítulo em: *Recortes de uma Cidade por Vir* - Polis 53. Edição e organização Cássia Caneco [et al.] São Paulo - Instituto Pólis, 2020. Disponível em: Acessado em: 30/08/2023.
- HILTON, Erika. *Ciclo Cidades Livres: Cidades LGBTQIA+ - Cidades armário: perspectiva LGBTQIAP+ para as cidades*. Palestra. Instituto Pólis Escola da Cidadania. São Paulo, 2021.
- JUNIOR, Gilson Santiago Macedo. *Direito à Cidade: Vivências e Olhares de Identidade de Gênero e Diversidade Afetiva e Sexual* - Cap. *Por uma Cartografia da Cidade Armário*. Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico – IBDU. ISBN 978-85-68957-07-3. São Paulo, 2017.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008.
- NAÇÕES UNIDAS BRASIL. *Brasil é o país que mais mata travestis e pessoas trans no mundo, alerta relatório da sociedade civil entregue ao UNFPA, 2021*. Artigo. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/110425-brasil-e-o-pais-que-mais-mata-travestis-e-pessoas-trans-nomundo-alerta-relatorio-da>>
- NEGRÃO, Adriana Galuppo. *Cidade queer: uma autobiografia plural*. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Belo Horizonte, 2019.
- MACALÃO, Chico. Entrevista em: *Corpo, Carnaval e Rua: A Performance queer no Bloco da Laje e o Direito à Cidade*. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Porto Alegre, 2023.
- MUELLER, Andressa. *Corpo, Carnaval e Rua: A Performance queer no Bloco da Laje e o Direito à Cidade*. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Porto Alegre, 2023.
- ORNAT, Marcio Jose. *Espacialidades travestis e a instituição do território paradoxal* Capítulo em: *Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades* - Organização: Joseli Maria Silva. Editora TODAPALAVRA, Ponta Grossa, 2009.
- PELBART, Peter Pál. “Ensaio do Assombro”. 1 ed. São Paulo, 2019.
- PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. *Queer decolonial: quando as teorias viajam*. Revista Contemporânea v. 5, n. 2 p. 411-437, ISSN: 2236-532X. Departamento e do Programa de PósGraduação em Sociologia da UFSCar, 2015,
- PRECIADO, Beatriz. *Multidões queer: notas para uma política dos anormais*. Revista Estudos Feministas 19(1): 312. Tradução de Cleiton Zóia Münchow e Viviane Teixeira Silveira (a partir do texto original em francês, publicado em 2003 na revista Multitudes). 136 Florianópolis, 2011.
- RAMOS, Diana Helene. *PRETA, POBRE E PUTA: a segregação urbana da prostituição em Campinas – Jardim Itatinga*. Tese - Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro, 2015.
- SEDGWICK, Eve Kosofsky. *Epistemology of the Closet*. University of California Press; First edition, 2008.
- SILVA, Joseli Maria. *A cidade dos corpos transgressores da heteronormatividade* Capítulo em: *Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades* - Organização: Joseli Maria Silva. Editora TODAPALAVRA, Ponta Grossa, 2009.
- TAYLOR, Diana. *Hacia una definición de Performance*. O Percevejo. Revista de Teatro, Crítica e Estética. ano 11, n. 12. Rio de Janeiro, UNIRIO, 2003.
- VALENCIA, Sayak. *Do Queer ao Cuir: Geopolítica do estranhamento e Epistêmica do Sul Global*. Núcleo de Estudos de Gênero - Caderno Espaço Feminino v.36 n.1, p.14-35. Tradução: Fabrício Marçal Vilela. Universidade Federal de Uberlândia, 2023.
- VARGAS, Virginia. *Las miradas y estrategias políticas feministas en el nuevo milenio: una perspectiva desde América Latina* - OSAL, Observatorio Social de América Latina, año VII, no. 20. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales: Argentina, 2006.



# IMAGENS, ACERVOS E CIDADE

## Aproximações entre o coletivo Salve Rainha e Torquato Neto

*IMAGES, COLLECTIONS AND CITY*  
*Approximations between the collective Salve Rainha and Torquato Neto*

**Alexandre Pajeú Moura<sup>1</sup>**

### Resumo

Este artigo propõe refletir sobre práticas realizadas por coletivos artísticos dos anos 2000 que tensionam os espaços públicos, por meio de intervenções em diversas linguagens, mobilizando referenciais e temáticas culturais como forma de reivindicar demandas sociais. Tomamos o caso de Teresina-Piauí, através do coletivo urbano Salve Rainha (2014-2018), buscando compreender que visão ou entendimento de cidade foi reivindicada ao longo de sua trajetória por meio de fragmentos visuais desta juventude dissidente. A partir de gestos improváveis de pesquisa, tendo as imagens enquanto guias, justapomos o acervo do Salve Rainha com o acervo do poeta Torquato Neto de maneira a reconhecer conexões entre imagens que nos ajudam a construir narrativas urbanas que atravessam estes acervos. Assim, percebemos como a dimensão imaginativa foi mobilizada pelo coletivo de maneira a narrar práticas urbanas de uma juventude inquieta e subversiva que apresentava uma urgência em ocupar espaços. Palavras-chave: coletivos urbanos, acervos visuais, Teresina, Salve Rainha, Torquato Neto.

### Abstract

*This article proposes to reflect on practices carried out by artistic collectives in the 2000s that put tension in public spaces, through interventions in different languages, mobilizing cultural references and themes as a way of claiming social demands. We take the case of Teresina-Piauí, through the urban collective Salve Rainha (2014-2018), seeking to understand what vision or understanding of the city was claimed throughout its trajectory through visual fragments of this dissident youth. Using unlikely research gestures, using images as guides, we juxtaposed the Salve Rainha collection with the poet Torquato Neto's collection in order to recognize connections between images that help us construct urban narratives that cross these collections. Thus, we see how the imaginative dimension was mobilized by the collective in order to narrate urban practices of a restless and subversive youth that showed an urgency to occupy spaces. Keywords: urban collectives, visual collections, Teresina, Salve Rainha, Torquato Neto.*

<sup>1</sup> Arquiteto e Urbanista pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Mestre e Doutorando em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (PPGAU-UFBA).



### Introdução

A segunda década dos anos 2000 foi marcada por uma ebulição política e social no país, evidenciada por uma série de eventos que aconteciam no espaço público de várias cidades brasileiras. As ruas, foram ocupadas por essas manifestações sendo através delas que muitas passeatas de grupos, coletivos e movimentos sociais iriam trazer suas demandas e compartilhar o interesse de ocupar e reivindicar questões urbanas em várias linguagens.

Essas questões serão também mobilizadas por parte de coletivos que adotam a produção cultural como forma de reivindicar e realizar intervenções ativas em seus respectivos espaços públicos (Viana, 2013). Se “a bandeira que os unia, e era levantada nas ruas, quase cotidianamente, aos fins de semana, era a própria ocupação do espaço público” (Viana, 2013, p. 55), as dinâmicas que atravessam esse universo dos coletivos possuem conceitos fluidos e práticas que se renovam a partir das especificidades dos locais onde atuam.

Na cidade de Teresina-PI essa cena está profundamente relacionada a eventos que foram articulados por jovens que tinham contato com experiências que se davam em festivais, mostras e eventos artísticos e culturais desenvolvidos em centros urbanos mais consolidados. As transformações viabilizadas pela internet, a ascensão de governos progressistas com políticas de acesso mais amplas e inclusivas – sobretudo por meio de ações do Ministério da Cultura – permitiram uma viabilização de projetos artísticos e culturais para além desses centros, incidindo também em cidades de escalas menores. Nesse contexto de efervescência e de transformações radicais no país, ocorre a formação do coletivo urbano Salve Rainha, na cidade de Teresina (Figura 1, à esquerda).

O coletivo era composto por cerca de 30 integrantes com idades que variavam entre os 17 e 38 anos; em sua maioria, eram estudantes e jovens recém-formados de áreas como arquitetura e urbanismo, comunicação social e ciências sociais. Haviam integrantes permanentes e temporários, que participaram de forma específica em momentos distintos da trajetória do coletivo urbano, e estruturavam-se através de ocupações artístico-culturais de espaços da cidade, através da realização de eventos itinerantes que contavam com uma estrutura de um café/bar, uma galeria de arte, um palco de apresentações e uma feira de artes (Figura 1, à direita).

Denominados como *ensaios*, esses eventos ocorriam por meio da colaboração de voluntários que eram convocados através das redes de afetos, doações de materiais recicláveis, bem como em convocatórias públicas realizadas nas redes sociais do coletivo, importante meio de comunicação e divulgação da proposta. O coletivo acabou atraindo um maior alcance e público a partir de um certo apelo visual, pela produção de imagens com uma estética de insurgência e de intuito de construir narrativas em torno de temáticas como gêneros, raças, sexualidades, artes visuais relacionando-os com a história da cidade de Teresina e também do estado do Piauí.

Os lugares ocupados pelo coletivo eram espaços públicos que, em sua maioria, estavam negligenciados pela gestão pública, ou mesmo pela própria sociedade local. Essas ocupações ocorriam em diversos lugares da cidade e provocavam uma reverberação nas mídias sociais em relação às polêmicas e às problemáticas disparadas em torno de práticas artísticas, direito à cidade e processos de urbanização que aconteciam naquele momento. O modo pelo qual o Salve Rainha utilizava-se da produção de imagens, articulava-se como ferramenta de mobilização de público significativa na cidade.

O espaço de sociabilidade criado pelo coletivo, majoritariamente aos domingos à tarde, tornou-se uma referência para jovens da cidade, em sua maioria, estudantes universitários ou recém-formados, assim como pessoas que tinham trânsitos, pela cena artística e cultural de Teresina. Este artigo<sup>2</sup>, propõe uma breve reflexão em torno das atividades realizadas pelo coletivo urbano Salve Rainha ao longo dos anos de 2014 a 2018 em Teresina-PI, a partir dos fragmentos resultantes dessas práticas urbanas e o atravessamento com a cidade.

### Incompletude de uma coleta improvável

Para compreender as atividades do Salve Rainha, era necessário coletar os fragmentos dessas práticas urbanas na construção de um acervo do coletivo diante de uma grande quantidade de informações dispersas, sobretudo no ambiente virtual<sup>3</sup>. Esses fragmentos encontravam-se em suspensão nas mídias sociais, espaço cibernético, onde a efemeridade é quase uma premissa devido à rápida velocidade das informações e ao excesso de imagens. Essa operação que, embora possa soar simples, precisava acontecer sem pressa, pois desse modo permitimos que a criatividade se esboce como um fundamento da coleta (Farge, 2017). Assim, iniciamos o contato através das duas principais plataformas utilizadas pelo Salve Rainha os perfis no *Facebook* e *Instagram* - ambos criados em setembro de 2014 - onde eram publicadas imagens com pequenos textos que comunicavam as intenções do grupo.

Durante o processo ficou evidente que as fontes visuais – imagens e fotografias – tiveram um grande destaque na construção de narrativa desenvolvida pelo coletivo. Além disso, incorporamos notícias e reportagens em meios de comunicação como jornais, revistas e portais virtuais que registraram a atuação do coletivo urbano em Teresina. Em paralelo, realizamos conversas com alguns integrantes, que ajudaram a compreender melhor a dinâmica do grupo, articulações internas, conflitos, negociações e dinâmicas relevantes para o desenvolvimento das ocupações.

<sup>2</sup> Este artigo é um desdobramento de uma pesquisa de mestrado desenvolvida no PPGAU-UFBA entre 2020-2022, enfocada em narrativas de cidade que emergem de acervos visuais e imagens.

<sup>3</sup> A coleta dessas informações, em ambiente virtual, foi iniciada em março de 2020 em virtude da pandemia COVID-19 e da impossibilidade de contato físico com os integrantes do coletivo.



O procedimento de coleta foi se adensando a cada nova conversa e a cada nova informação que era incorporada ao acervo. A existência de muitas informações e diversos tipos de fontes de pesquisa evidenciou a necessidade de um olhar mais atento, que desviava da sistematização e análise voltada para tais elementos e buscava a possibilidade de construção de relações entre esses diversos fragmentos, de maneira que estabelecessem nexos e conexões, algumas vezes improváveis, outras vezes mais imediatas.

Esboçava-se ali a possibilidade de trabalhar com esse acervo de forma mais corriqueira, por meio de suas informações palpáveis e seguras (Farge, 2017) – e não menos legítima – ao operar através de fontes de pesquisa mais seguras e de maneira mais sistemática, porém, esse método não parecia ser suficiente para lidar com aquele material de pesquisa tão heterogêneo. Percebíamos que esse acervo – incompleto e processual – podia ser trabalhado de maneira a “arrancar um sentido adicional dos fragmentos” (Farge, 2017, p. 37), algo que fosse mais coerente com a possibilidade inventiva que se construía a cada domingo.

Havia uma dimensão intuitiva que instigava-nos a tensionar esses agrupamentos propostos, uma espécie de [re]montagem de relações entre esses fragmentos. Farge (2017, p. 64) vai destacar a necessidade de uma obstinação ao se debruçar sobre documentos de arquivos, onde “o essencial nunca surge de imediato” sendo necessário manipulações simples, que possibilitem outras formas de fabricar esse mesmo arquivo. Para ela:

Trabalhando, reutilizam-se formas existentes, com a preocupação de ajustá-las de outra maneira para tornar possível outra narração do real. Não se trata de recomeçar, mas de começar outra vez, redistribuindo as cartas. Isso se faz insensivelmente, justapondo toda uma série de gestos, tratando o material empregando jogos simultâneos de oposição e de construção (Farge, 2017, p. 65).

Nesse movimento de olhar, montar e remontar, me detive a observar exclusivamente as fontes visuais, frente à escolha que o coletivo apostava na produção de imagens. Por meio desse modo, revisitamos as imagens da linha do tempo do perfil do *Facebook*, pois parecia-nos ser um dos mais relevantes diante da importância e da variedade de publicações. Em meio à enxurrada desses fragmentos, nosso olhar se deteve numa imagem que havia se incorporado ao acervo, mas que havia sido ofuscada em meio ao excesso de informações.

Figura 2 - Júnior durante ocupação do Salve Rainha (2015) e Torquato Neto durante filme Nosterato no Brasil (1971). Fonte: Acervo Salve Rainha e Acervo Torquato Neto.



Embora já tivesse coletado essas imagens quando nos detivemos a organizar os registros visuais, teve, talvez ali, uma singularidade que a fez sobressair em meio a tantos outros. Em alguma medida, despertou ali um sentimento de familiaridade que me permitiu uma outra forma de apreensão. Era uma imagem do idealizador do coletivo, Francisco das Chagas de Araújo Costa Junior, - conhecido como Junior - utilizando uma capa preta durante uma das ocupações de espaços públicos da cidade (Figura 2, à esquerda). A capa rememorou uma outra imagem que já estava presente em meus trânsitos pelo imaginário coletivo da cena artística de Teresina: o poeta Torquato Neto, nas gravações do filme *Nosferato no Brasil* de Ivan Cardoso, de 1971 (Figura 2, à direita).

Essa figura do poeta marginal tendo ao fundo a cidade do Rio de Janeiro, reforça sua relação com a dimensão cultural brasileira, constituindo um imaginário coletivo acerca de Torquato Neto. Afinal, o que a figura desse vampiro antropofágico e a de um jovem artista podem compartilhar? Ao serem aproximadas (Figura 2), essas imagens podem dar pistas para imaginar além do fato atual - dois jovens rapazes de capa - e vislumbrar o que não é, mas que pode ser. Nesse sentido, propomos a não nos limitar ao que vemos, mas sim, pensar como ressoam essas imagens a partir das conexões entre o que vemos (Campt, 2017). Tina Campt (2017) convida ao leitor a ouvir os sons dessas imagens, em especial, por meio desses conjuntos justapostos, onde seria assim possível evidenciar uma outra dimensão desses registros, enquanto prática cotidiana de recusa. Assim, realizamos o gesto de justapor não apenas essas imagens, mas sobretudo aproximar os distintos acervos fotográficos mobilizados por meio desses dois fragmentos visuais.

Ao justapor as imagens, houve uma certa relação antagônica de similaridade e estranheza; algo que provocou uma fricção bastante importante para compreender esse modo de operar por meio das imagens. Nesse sentido, focando na dimensão das imagens, buscamos o acervo de Torquato Neto, por meio da coleção de fragmentos visuais. Com esse gesto, de aproximação entre imagens, percebemos que o acervo de Torquato Neto delineava-se no horizonte enquanto um desvio, mas acabou ganhando importância ao permitir realizar aproximações com o acervo que vinha construindo com o Salve Rainha.

Ao pensarmos por meio das imagens, podemos adotar outras formas de operação e alargamento de discussões acerca da cidade. Ou seja, a dinâmica evocada pelas imagens possui um lugar bastante importante, de tal maneira que permitem um gesto imaginativo e investigativo, que busca “chegar a outras possibilidades historiográficas do urbano e das cidades” (Mortimer, 2018, p. 175) por meio dessa operação metodológica. Dessa forma, adentrar na produção artística de Torquato Neto e na cena cultural dos anos 1960-1970 soou como um movimento legítimo e bastante potente. Nascido na cidade de Teresina em 1944, o jovem mudou-se para a cidade de Salvador, em 1960, onde iria se aproximar de figuras como Gilberto Gil, Caetano Veloso, Maria Bethânia e Glauber Rocha. Posteriormente, em 1962, foi para o Rio de Janeiro e cursou Jornalismo além de ter desenvolvido parcerias com diversos segmentos artísticos daquele momento, em especial com a *Tropicália*.

No final de 1968, temendo a repressão da ditadura militar, deixou o Brasil para morar na Europa, especificamente, nas cidades de Paris e Londres. Em 1970, retornou ao Rio de Janeiro, onde trabalhou como jornalista e criou, entre agosto de 1971 e março de 1972, a coluna denominada *Geléia Geral* no jornal carioca *A Última Hora*; essa coluna será um importante espaço de difusão dos princípios estéticos e ideológicos defendidos por Torquato Neto (Coelho, 2010).

É importante ressaltar, que a década de 1970 marca um período adverso do país e de mudanças na produção cultural brasileira, como já visto. A década anterior se inicia com uma certa euforia de um estado democrático de direito, uma imprensa militante, bem como a existência de movimentações culturais de caráter coletivo como o cinema novo, o Movimento de Cultura Popular (MCP) em Recife e o Centro Popular de Cultura na Faculdade Nacional de Arquitetura do Rio de Janeiro (Coelho, 2010).

A ascensão do regime militar em 1964 vai promover um abalo considerável na cena cultural nacional, em especial com a implementação do AI-5, em 1968, que irá evidenciar uma profunda repressão social e artística. Dessa forma, a primeira parte da década de 1970 se caracteriza por uma intensa repressão cultural:

[...] a década de 1970 tem seu início marcado pela repressão aguda de um regime militar, pelo extermínio dos grupos guerrilheiros de esquerda, pelo exílio de grandes ídolos populares, pela desarticulação dos movimentos artísticos engajados e pelo aprofundamento de divisões entre aqueles que ainda conseguiam produzir no país. É nesse cenário “bélico” e pesado que a chamada cultura marginal atuou, sustentando entre 1970 e 1974 uma radicalidade criativa que muitos acreditam ter cessado com o “fim” do tropicalismo em 1968 (Coelho, 2010, p. 39).

Com o intuito de refletir sobre a dimensão urbana tensionada pela figura de Torquato Neto, pretende-se observar além do formato generalizado em torno da movimentação cultural tropicalista, uma certa moldura que enquadra e solapa muitas questões relevantes para pensar a dimensão urbana por meio das práticas culturais dessa época (Butler, 2015). Dessa forma, observar aquilo que sobressai e questionar esse enquadramento torna-se necessário para o processo ao compreender que havia elementos que escapavam e que de fato podem ajudar a complexificar a ideia de cultura marginal desenvolvida por Torquato Neto.

### Aproximações potentes, conexões improváveis

O acervo físico de Torquato Neto encontra-se na sua cidade natal, Teresina-PI, desde 2010, sob a responsabilidade de seu primo, que recebeu o material da viúva do poeta. Nele, estão reunidos manuscritos de músicas, poemas, fotografias, publicações, bem como os livros de seu acervo pessoal. Parte desse material; foi digitalizado e disponibilizado em um website<sup>4</sup>.

Nesse acervo virtual, algumas das imagens estavam duplicadas, não havendo uma sistematização clara ou mesmo identificação precisa dos contextos das imagens, ou seja, havia ali uma justaposição de tempos de imagens. Se por um lado, essa seção não seguia um ordenamento cronológico com as imagens, por outro, havia uma urgência em pensar nas aproximações que se construía ali. Era evidente uma dimensão de incompletude que aproximava ainda mais os dois acervos mobilizados.

Assim, propomos aproximar essas imagens que tensionam e amplificam as possibilidades de alargamento de narrativas, nesse caso, aquelas que dialogam com a dimensão urbana da cidade de Teresina. Assim, percebemos as possibilidades de alargamento da narrativa mais consolidada acerca da cidade, já que existe aí, uma

<sup>4</sup> Para conhecer na íntegra, acesse [www.torquatoneto.com.br](http://www.torquatoneto.com.br).

aposta na dimensão imaginativa resultante dessas conexões improváveis entre acervos distintos. Esse gesto, corrobora a ideia de uma prática controlada de anacronismo apresentada por Laroux (1992, p. 58) enquanto uma possibilidade de dar “vida e conteúdo a fatos (...) que correm o risco de se reduzir a uma pura forma”.

Esses acervos, que até então não haviam sido conectados, permitiam nexos improváveis, justaposição de imagens e gestos metodológicos que permitiram construir outras relações para essas imagens. Existe uma sobrevivência de imagens que inicialmente se evidenciou a partir da capa, uma imagem que reaparece em vários momentos, mas que não se reduz a uma mera imitação, ou seja: “um ser do passado que não para de sobreviver” (Didi-Huberman, 2013, p. 29).

O aporte da ideia de sobrevivência das imagens a partir dos trabalhos de Aby Warburg – através de Didi-Huberman (2013) – norteia esse gesto de observar o passado por meio das imagens do Salve Rainha juntamente com as de Torquato Neto. Em alguma medida, essas imagens sobreviventes atravessam os tempos e apresentam-se como importantes contribuições para se observar a história dessa cidade.

A ideia de sobrevivência conforme Didi-Huberman (2013) estaria diretamente relacionada à ideia de rastro. Warburg, por meio do atlas Mnemosyne, cria então um espaço para o pensamento e a construção de relações entre imagens que dispõe de discontinuidades do tempo. A montagem dessas imagens na proposição de Warburg, evidencia relações entre significados e entre as ações de forma dialética e crítica, onde se desvia de apenas uma aproximação comparativa entre os fragmentos visuais (Didi-Huberman (2013). A ideia de sobrevivência – *Nachleben* - é compreendida por Didi-Huberman, como um conceito estrutural e, segundo ele:

[...] não oferece nenhuma possibilidade de simplificar a história: impõe uma desorientação temível para qualquer veleidade de periodização. É uma ideia transversal a qualquer recorte cronológico. Descreve um outro tempo. Assim, desorienta, abre, torna mais complexa a história. Numa palavra, ela a anacroniza (Didi-Huberman, 2013, p. 69).

Nesse sentido, percebemos que existe uma dimensão imaginativa que emerge desse modo de operar proposto por Warburg conforme apontado por Didi-Huberman (2013), através dos saltos possíveis entre as imagens aproximadas e as possíveis conexões construídas por quem manipula essas imagens. Ou seja:

A imaginação movimenta a fertilização da própria ciência errante, nômade, como motor que anima a concatenação de novos nexos e sentidos moventes, potentes, desestabilizadores, provocadores de rachaduras no que se considerava consolidado, a abrir brechas e fazer extravasar passados recalçados, atualizando-os como lampejos que disparam outras e novas possibilidades de futuros (Lopes; Jacques e Silva, 2020, p. 41).

Nesse sentido, adotaremos esse método de operar pelas imagens, junto a outros documentos que permitam construções imaginativas acerca da dimensão urbana desta cidade. Com isso, percebemos a expressão social e política através da possibilidade imaginativa resultante da articulação destes diversos sujeitos, gêneros e sexualidades no espaço público das cidades, em especial, pelas narrativas visuais que permeiam essas imagens (Lima, 2018).



Assim, apostamos na dimensão imaginativa para construir conexões e reconhecer sobrevivências entre imagens desses sujeitos que atravessam temporalidades e modificam nosso modo de narrar esta cidade. A capa se apresentou como a figura que deu início a ideia dessa sobrevivência e por meio dela, rastreamos outras presenças para estruturar a reflexão.

### Imaginar uma cidade, inventar um coletivo

No processo de realização de conversas com o coletivo, além das narrativas trazidas por eles, muitos integrantes relataram que possuíam registros visuais das ocupações artísticas, que foram compartilhados no processo da pesquisa. Esses fragmentos eram, em sua maioria, imagens dos eventos vistas a partir da perspectiva daqueles que promoviam aquela movimentação. Dentre essas imagens, observamos que havia uma série de fotografias de um momento que nos parece ser de uma dimensão mais íntima, sobretudo porque não estava nas redes sociais do coletivo.

De imediato, reconhecemos Francisco das Chagas de Araújo Costa Junior (Figura 3, à esquerda), como única pessoa da imagem; além disso, notamos, pelo ambiente que foi realizada, que ele estava no prédio da antiga Câmara Municipal da cidade. Na imagem, ele está fantasiado usando uma peruca curta escura com franja desarrumada, junto de uma grande coroa dourada. Ele veste uma blusa justa e uma saia curta, além disso, havia uma capa preta sob seus ombros. Com suas mãos, Junior parece querer movimentá-la, de maneira que o tecido pudesse abrir espaço em seu caminhar. A envergadura de seu corpo esboça descontração e plenitude registrado por um dos demais integrantes do coletivo.

Essa saia, elemento tão específico e que era mobilizado pelos integrantes do coletivo Salve Rainha cotidianamente, foi um fragmento que tomou minha atenção e me transportou novamente para as imagens do poeta Torquato Neto. Ao revisitar o acervo disponibilizado no site, uma série de fotografias do poeta em um momento de descontração permitiu uma outra conexão inesperada – e por que não dizer, improvável – entre os acervos.

Figura 3 - Aproximação de imagens do acervo do Salve Rainha e do acervo de Torquato Neto. Fonte: Felix (2016) / Acervo Torquato Neto.





Especulamos que a imagem do poeta, que escolhemos nesse momento para colocá-la justaposta com a imagem do Júnior, foi retirada em entre 1969-1970, quando Torquato Neto se exila do Brasil junto de sua esposa em Londres (Figura 3, à direita). Embora a imprecisão das datas seja um fato consolidado na incompletude dos acervos, o que chama atenção é a captura de um momento de âmbito privado de Torquato com amigos, onde aparentemente podemos perceber uma certa performatividade a partir da observação da indumentária usada: Torquato veste uma saia curta – semelhante a que Junior usava na outra imagem – com uma jaqueta estampada de flores. Assim como ele, seus outros dois amigos também usam vestes supostamente *femininas* e performam para uma câmera.

Os gestos e o olhar de Torquato para a câmera, leva-nos a imaginar o que de fato aconteceria naquele breve momento, em meio a uma noite regada a álcool e risadas intensas. Percebemos que esse registro captura para além de um momento incipiente de amigos, e ajuda a refletir sobre como esse elemento – a saia – apresenta-se enquanto uma sobrevida importante para pensarmos a partir desse rastro.

A saia é o elo entre as duas imagens, e permite-nos pensar acerca de como esse elemento, imposto socialmente a corpos femininos, pode ser compreendido enquanto fragmento de subversão comportamental que atravessa tempos e contextos. Não apenas Junior, mas muitos dos integrantes do coletivo Salve Rainha ao transitarem tanto debaixo de pontes aos domingos ou em reuniões dentro de órgãos públicos, usavam um elemento que chamava atenção: saias.

Além de colorirem os corpos dos jovens no seu cotidiano na cidade, também fluíam em meio a espaços de poder e confrontavam os ternos e as calças contidas nos gabinetes públicos. Pelas ruas da cidade, os *meninos de saia* atraíam os olhares dos moradores locais (Figura 4). Talvez, uma certa ameaça se formasse ali, perante aquele inquieto coletivo que iria tensionar muito daquilo que a sociedade local tinha como forma supostamente *adequada* para aqueles corpos se portarem. Esses sujeitos vão aparecer por essa cidade - não somente nos finais de semana - performando outros modos de existência e de alianças coletivas (Butler, 2018) ao coabitar o espaço urbano de Teresina.

Essa dimensão desarticuladora de códigos sociais vinculados aos gêneros e às sexualidades dos corpos que foi articulada pelo coletivo, refletia muito das vivências dos jovens que faziam parte do Salve Rainha, bem como das questões que atravessavam seus corpos e o cotidiano. O coletivo era composto por jovens em sua maioria LGBTI+<sup>5</sup>, que buscavam um espaço para a possibilidade de criação de redes de apoio e solidariedade em uma cidade marcada por práticas machistas e tradicionais. A constituição de alianças entre esses jovens na construção desse coletivo, também atravessava os interesses que permeiam vários coletivos nesse momento como a participação dos processos políticos do mundo contemporâneo (Bassani, 2016). Além disso, com essas práticas, podemos perceber que esses jovens reafirmavam a existência de uma cidade outra, por meio daquilo que Butler (2018) vai chamar de exercício performativo; ou seja, um outro modo dos corpos serem bases de resistência, que é diretamente ligado ao campo político. Butler reforça que as existências desses corpos – e por que não dizer, suas práticas – afirmam de outros modos de construção de pensamento e de vida.

Ao refletir sobre manifestações de ocupação de espaços públicos e de questionamento das condições de vida de grupos sociais, Butler (2018, p. 15) vai apontar como “agir em concordância pode ser uma forma corporizada de colocar em questão as dimensões incipientes e poderosas das noções reinantes da política”. Dessa forma, a autora ressalta como o caráter corpóreo que atravessa esta questão central é relevante para a contestação e a formação de assembleias por meio de uma condição precária enquanto fio construtor dessas alianças.

Quando trazemos a condição precária apontada por Judith Butler, entendemos que as vivências dos integrantes do coletivo Salve Rainha, ainda que fossem jovens estudantes de classes sociais distintas, compartilhariam uma ideia de precariedade por meio da reivindicação por recursos e espaços culturais nesta cidade e, também, por meio de suas performatividades de gêneros e expressões de sexualidades fora dos padrões normativos socialmente aceitos. Ao se juntarem coletivamente, esses jovens exercem o direito de aparecimento de seus corpos, que colocam suas corporalidades na pauta política local. Ou seja, por meio da performatividade desses corpos no espaço público, nas mídias, debaixo da ponte, nas ruas do centro ou no gabinete dos gestores, o coletivo reivindicava uma outra cidade. Nesse sentido, Butler (2018) reforça:

[...] embora o corpo em sua luta contra a precariedade e a persistência esteja no coração de tantas manifestações, ele também é o corpo que está exposto, exibindo o seu valor e a sua liberdade na própria manifestação, representando, pela forma corpórea da reunião, um apelo ao político. Afirmar que um grupo de pessoas existindo, ocupando espaço e vivendo obstinadamente já é uma ação expressiva, um evento politicamente significativo, e isso pode acontecer sem palavras no curso de uma reunião imprevisível e transitória (Butler, 2018, p. 24).

Para além da condição de precariedade, o direito de aparecimento em público será também uma reivindicação que a autora vai destacar como o responsável pela coligação entre “minorias sexuais e de gênero às populações precárias de modo

<sup>5</sup> De acordo com Quinalha (2022), não existe um consenso acerca da sigla que expresse as diversas expressões de gêneros e sexualidades. Além disso, embora reconheçamos uma disputa dentro da variedade de reivindicações dentro da ideia de diversidade, adotaremos a sigla LGBTI+ neste artigo, corroborando com Quinalha (2022). A sigla significa: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Intersexuais. É importante mencionar que sinal +, representa as muitas outras possibilidades de construções e de fluídos dentro da comunidade.





mais geral” (Butler, 2018, p. 35). Nesse sentido, se pensamos o aparecimento dos integrantes do coletivo no espaço público ou andando nas ruas de Teresina, embora sem enunciar qualquer protesto, a simples presença desses sujeitos, já conseguiu transmitir uma mensagem e tensionar a sociedade – extremamente tradicionalista – na qual eles viviam.

Ao observarmos mais uma vez essas duas imagens justapostas, existe um aspecto que é importante para refletirmos sobre a relação do aparecimento da saia. No caso da imagem de Júnior, ele utiliza o elemento em um local que havia sido aberto ao público - inclusive para visitas diárias - e que tinha a proposta de congregar pessoas, já Torquato está em um momento extremamente privado com amigos e sua esposa, em um apartamento, onde bebiam e se divertiam.

Talvez, a imagem de Junior não causasse a mesma estranheza que a imagem de Torquato Neto, porém podemos perceber que esse gesto de usar saia, em ambas as situações, evidencia um redesenho da performance normativa que atravessa ambos os corpos e seus respectivos contextos íntimos e/ou públicos. Assim, ao ocuparem espaços públicos da cidade de Teresina, ainda que sem qualquer enunciação discursiva, esse gesto já pode ser entendido como uma ação expressiva e de força política (Butler, 2018). A permanência de grupos que se manifestam em espaços públicos, rejeitando as condições de precariedade que lhe são impostas, exercitam o direito de aparecimento conforme defendido por Butler (2018). Em outras palavras, esses jovens expressavam, coletivamente, muito daquilo que atravessava em seus respectivos corpos e identidades:

[esse] direito que afirma e instaura o corpo no meio do campo político e que, em sua função expressiva e significativa, transmite uma exigência corpórea por um conjunto mais suportável de condições econômicas, sociais e políticas, não mais afetadas pelas formas induzidas de condição precária (Butler, 2018, p. 17).

Se por um lado, o Salve Rainha e suas saias iriam atrair olhares fugazes de incômodo, por outro, deixavam explícito que a perspectiva de gêneros e sexualidades era algo extremamente importante, libertário e diverso para eles. O coletivo trazia como pauta dos debates e ensaios temáticos, o questionamento crítico acerca da cisnormatividade social. Ao proclamar outras expressões artísticas e culturais a cada domingo, o coletivo atraiu sujeitos que são atravessados por essas questões e que muitas vezes observam

naquele espaço criado – e apropriado – uma possibilidade de se estabelecer alianças.

Esse espaço inventado pelo coletivo acaba por se tornar um reduto de sociabilidade na cidade para um circuito alternativo que buscava, em alguma medida, se manifestar com uma certa liberdade por meio de seus corpos. Se adotarmos a perspectiva evocada por Laroux (1992), o gesto anacrônico pode ser um exercício interessante para retomar a tempo a imagem descontraída de Torquato Neto mobilizada nesse momento e observar os espaços de sociabilidade no início da década de 1970, momento que ele retorna a Teresina e conhece uma juventude inquieta na sua cidade natal. Neste jogo de aproximação entre imagens e tempos distintos, especulamos uma outra cidade a partir dessa possibilidade de narrar.

Nessa visada, nos deparamos com os espaços frequentados por esses jovens transgressores da década de 1970 que buscavam inventar outros modos de existir nesta cidade, sendo que os espaços de encontro – e sociabilidade – acabavam se convertendo em locais extremamente potentes para narrarem acerca dessa cidade. Frente a uma cidade que se modernizava, havia uma cidade outra que resistia e era reinventada através dessa juventude. Alguns bares eram esses espaços, subvertidos em verdadeiros redutos criativos para esses jovens:

Na década de 1970, dentre os mais variados espaços de sociabilidades na capital piauiense um improvável espaço comercial se tornaria um dos centros para onde convergiria a deambulação dessa trepidante parcela da juventude teresinense: o bar Gelatti. Este local, transformando-se numa espécie de espaço marginal, um misto de bar e sorveteria, localizado na Avenida Frei Serafim, uma das artérias mais importantes da cidade desde aquele tempo, seria ressignificado e se tornaria um lugar identitário, relacional e histórico (Barbosa, 2018, p.15).

O bar Gelatti<sup>6</sup> era mais um daqueles espaços de sociabilidade dessa cidade, configurando-se como uma das marcas da década de 1970. Aquele bar, foi um espaço inclusive registrado nos filmes produzidos nessa época, onde a juventude “propôs

<sup>6</sup> O bar tinha esse nome em virtude de uma marca de sorvete popular produzido em Fortaleza-CE que era comercializado em alguns estados vizinhos, como o caso do Piauí.



por meio de sua arte experimental fugir das mais variadas formas de padronizações” (Barbosa; Castelo Branco, 2016, p. 8). Neste lugar, os jovens iriam criar brechas perante o autoritarismo e modernização que se consolidava na cidade naquele momento do suposto milagre econômico. Localizado na avenida que marcava a expansão urbana da cidade de Teresina desde os anos 1960 – a Avenida Frei Serafim, esse bar reunia a juventude inquieta dessa cidade (Figura 5).

De acordo com Castelo Branco (2007), aquele bar expressaria a ideia de uma metáfora de cidade, construída em um momento onde novos avanços tecnológicos e sociais como a pílula anticoncepcional e a minissaia mobilizava “a fundação de novos lugares de sujeito” (p. 186). Nesse espaço, podemos notar uma certa sutilidade ao vender tanto sorvete, quanto bebidas e produtos mais voltados para adultos, de maneira tal que foi lá, onde práticas experimentais artísticas e de produção gráfica como jornais alternativos produzidos por essa juventude:

[...] a gente lançou o Gramma [jornal alternativo], o primeiro número, a gente foi no DETRAN, conseguimos licença, fechamos um lado da Frei Serafim, se não me engano foi num sábado à tarde, aí foi...o carro do DETRAN, as pessoas tinham que dar a volta e tinha era *Rock in roll*, Renato Piau na guitarra eu na bateria e fizemos uma puta festa no Gelatti no lançamento do jornal o Gramma. Interrompemos a Frei Serafim e foi uma coisa permitida, sabíamos que tinha polícia ali o caralho, mas fizemos (Filho, 2014 *apud* Barbosa; Castelo Branco, 2016, p. 203).

Assim, podemos perceber como o Gelatti era compreendido como reduto dessa parcela da juventude que era vista com olhos estranhos pela sociedade local, por andarem com cabelos grande e usarem minissaias por exemplo, confrontando esses mesmos olhares que também atravessaram décadas depois, os *meninos de saia* do Salve Rainha. É importante perceber, que esses dois elementos – cabelo e saias – vão ser fragmentos da revolução sexual que atravessava o mundo desde a década de 1960, e que irá reverberar em cidades como Teresina, alguns anos depois. A juventude utilizava esses elementos como forma de demonstração de uma rebeldia e reivindicação dessa sensualidade que atravessa seus corpos.

Esses elementos são mobilizados nos filmes experimentais que foram produzidos por essa juventude, no início da década de 1970. Em especial, muito influenciados pela imagem de Torquato Neto, que voltaria a cidade nesse momento para experimentar o cinema em *Super 8*. Os filmes produzidos por essa geração trazem fragmentos desses espaços de sociabilidade existentes em Teresina, em um momento onde as movimentações culturais chegavam à cidade por meio de publicações que eram trocadas entre eles, a partir de viagens para outra cidade, e também por meio das imagens que eram transmitidas pela televisão, elemento que vai se popularizar nessa década de forma mais significativa<sup>7</sup>.

7 Embora a primeira emissora de televisão seja criada em 1950, apenas na década de 1970 houve um processo de ampliação – ainda restrita às cidades da região sudeste do país – do número de aparelhos televisores no país. De acordo com o Censo de 1970 o número de aparelhos de televisão chegou a 4 milhões de lares, atingindo, aproximadamente, 25 milhões de telespectadores, correspondendo a 27% das residências (Mattos; Usp, 1990).



Assim como o *Gelatti*, as coroas dos rios<sup>8</sup>, os campos de várzea situados em bairros e as praças do centro da cidade, se apresentavam como as brechas para o exercício de reinvenção dessa cidade, onde esses jovens modificavam sua própria relação com Teresina, e assim dão pistas das várias outras cidades que existiam dentro dessa cidade a dos planos urbanísticos e de transformações agressivas na paisagem urbana local.

As sobrevivências evocadas por meio dessas duas imagens com um elemento comum: a saia, rememora um Torquato alegre e descontraído, elemento instigante para refletirmos sobre sua trajetória nesse momento, pois desvia de uma imagem vampiresca isolada e evidencia os momentos de descontração e sociabilidade que interligam esses dois acervos. A década de 1970 é um período chave na trajetória de Torquato, pois seria nesse momento, que ele retornou à cidade para momentos de reabilitação. Em uma dessas temporadas, o poeta vai escrever um samba, em uma das suas últimas passagens por Teresina em 1971, composto em parceria com um cantor local<sup>9</sup>. A letra seria o primeiro samba-enredo da agremiação Brasa Samba, que conquistou o vice-campeonato do desfile de escolas de samba local naquele ano. Intitulado *Se o tempo deixar*, convida as pessoas para aproveitar o carnaval na rua e sambar na Frei Serafim. Por ela, Torquato Neto iria celebrar um de seus últimos e mais festivos carnavais junto de amigos e familiares:

No carnaval teresinense de 1971, Torquato Neto convidou os amigos mais chegados para saírem vestidos como as antigas raparigas, com sombrinhas de melindrosas e todos os apetrechos que lembrassem as ‘meninas boas de famílias más’. Em cima do caminhão, ao passar em frente ao local em que estava a família, Torquato Neto, julgando-se irreconhecível, teve a surpresa de ser chamado pelo nome por sua avó Sazinha. ‘Mas, como a senhora me reconheceu, vó, se estou irreconhecível?’, perguntou ele, no que ela, rindo muito, respondeu: -

8 Para além dos períodos de estiagem, os rios foram submetidos a modificações violentas na década de 1960-1970, devido ao processo de urbanização das cidades que os margeavam desde então. A ocupação das suas bordas, bem como a construção de hidrelétricas provocaram impactos ambientais como o assoreamento dos rios e a redução da navegabilidade, em especial, no final da década de 1960. Esse processo, fez com que aparecessem ao longo de sua superfície, grandes bancos de areia chamados popularmente de *coroas*; tais áreas são marcas de um descaso e ausência de um olhar da gestão pública para esse importante elemento natural.

9 Conhecido pelo nome de Silizinho, o artista era músico, compositor e um dos primeiros professores de violão da cidade de Teresina.

Figura 6 - Integrantes do Salve Rainha durante o desfile fotográfico para os Ensaios de Carnaval (2017) e imagem de arquivo dos desfiles de Carnaval na Av. Frei Serafim (1970?). Fonte: Acervo Salve Rainha e Acervo Fundação Cultural Monsenhor Chaves.

‘Pelos pés, meu querido, pelos pés. É difícil uma mulher, mesmo da vida, ter um pé 44 (Kruel, 2016, p. 5).

Por essa mesma rua, em janeiro de 2017 o coletivo *Salve Rainha* produziu um editorial fotográfico de divulgação dos *Ensaio de Carnaval* que aconteceria no antigo prédio de um antigo Sanatório abandonado. Nessas imagens, integrantes do coletivo andavam por essa avenida com fantasias e adereços carnavalescos em clima festivo, para anunciar mais uma temporada de ensaios temáticos. Em meio ao cruzamento de vias importantes da cidade com a Frei Serafim, e ao longo do canteiro central, o coletivo introduziu um momento de surpresa para aqueles que transitavam naquele espaço cotidiano (Figura 6, à esquerda). Em meio a confetes e serpentinas, bicicletas e carros, o coletivo vai construir algumas imagens e rememorar práticas urbanas para anunciar o “espaço público escolhido para ocuparmos com arte, cultura e muita alegria” (*Salve Rainha*, 2017) ao longo de quatro domingos.

Esse gesto de andar - entre confetes e cores - por essa avenida, rememora uma das festas populares mais conhecidas da história brasileira: o carnaval. O ato de realizar a produção de imagens na Avenida Frei Serafim, pode ser compreendido como uma alusão ao fato de que era ao longo dela, que aconteciam os desfiles de blocos carnavalescos locais no início dos anos 1970 (Figura 6, à direita). A realização dos desfiles na avenida marca uma fase de expansão desse tipo de festa popular que foi transferida para a Frei Serafim, que teve em seu primeiro ano, doze blocos desfilando.

Por essa via, entre os anos de 1970 e 1990, vinte carnavais foram realizados e construíram uma importante fase da história cultural de Teresina. O carnaval, seria esse momento de suposta transgressão e de inversão dos papéis sociais, onde as pessoas são atravessadas por uma certa liberdade que permite práticas, supostamente, não convencionais para o ciclo cotidiano (Green, 2019).

A rua é um elemento que vai se apresentar como espaço público por excelência no discurso mobilizado pelo *Salve Rainha* assim como as redes sociais – esse outro espaço – de forma a convidar a população a frequentar os eventos<sup>10</sup>. Por elas, vários jovens usando saias irão se divertir e criar um espaço mais seguro para a construção política por meio de suas performatividades. Pensamos as ruas enquanto um espaço de sociabilidade, segundo Pechman (2020), onde a articulação de olhares sobre a cidade seriam possíveis por meio de uma observação das relações de sociabilidade a partir das práticas da vida urbana, tendo a rua como “um dos quadros essenciais da vida urbana e, por isso mesmo, passa a fazer parte das narrativas da cidade” (p. 22).

As duas imagens justapostas – Junior e Torquato usando saia – se por um lado aproximam-se quando percebemos a dimensão desarticuladora dos rígidos códigos sociais de gêneros e sexualidades que elas transmitem, por outro, elas se distanciam completamente se observarmos por uma lente que foca no aparecimento desses corpos no espaço público da cidade de Teresina.

A figura de Junior vestido em trajes supostamente femininos era algo bastante recorrente na cena alternativa que o coletivo *Salve Rainha* estava inserido. Conforme mencionamos, existia uma predominância de corpos LGBTI+ que tanto faziam parte do coletivo, quanto participavam dos eventos, bem como as temáticas discutidas permearam esse amplo universo.

<sup>10</sup> “É na rua! É de graça! O *Salve Rainha* apresenta um ensaio exclusivo de mulheres: A Rainha da Chapada do Corisco terá galeria recheada de talentos (...) A partir das 18h no calçadão da Rua Simpício Mendes, próximo ao relógio da Praça Rio Branco” (*Salve Rainha*, 2014).



Figura 7 - Kency Porta durante a Marcha Drag em favor da Cultura (2015). Fonte: Porta, 2015.

Desde meados de 2015, uma *persona* transitava pelo *Salve Rainha* e pela cidade, tanto nas noites festivas quanto em manifestações políticas (Figura 7). *Kency Porta*, *drag queen* criada e incorporada por Francisco das Chagas de Araújo Costa Junior conhecida como uma personagem “Vagabunda, Escrota e Mística” (Porta, 2015, n/p) performada por ele nas festas alternativas da cidade. *Kency Porta* trazia no deboche e no jogo criado em torno do seu nome – resultante da abreviação da frase *Quem se importa?* – um fragmento da cena *drag* local, rememorando uma série de práticas e narrativas LGBTI+ de Teresina. A imagem da *drag queen* que atravessa a corporeidade de Junior pode ser entendida conforme Butler enuncia:

A performance drag brinca com a distinção entre a anatomia e o gênero que está sendo performado. Mas estamos, na verdade, na presença de três dimensões contingentes da corporeidade significativa: sexo anatômico, identidade de gênero e performance de gênero (Butler, 2017, p. 237).

Assim, Butler vai apontar como a construção dos corpos está imbricada na dimensão performance, ou seja, várias drags com o ato de performar o gênero feminino, reforçam o aspecto dissociativo entre gênero e sexo, elemento base do argumento de Butler. Nesse sentido, compreendemos que ao performar um gênero distinto do seu, as *drag queens* subvertem a ideia de gênero e reinventam outro corpo, de maneira a contestar as normas sociais e até biológicas.

A figura de *Kency* evidencia exatamente esta característica de confronto e tensionamento que Junior e o *Salve Rainha* almejavam provocar. É importante destacar que existe uma singularidade de Junior, a qual acaba sendo transmitida pela sua *drag* ao acessar



Figura 8 - Integrantes do grupo Cia de Homens, no sentido horário: Tina Thundercats, Roberto Freitas, Juninho, Samantha Menina e Blita Block (199?). Fonte: Felix, 2020.



locais improváveis e articular coletivamente com outras *drags* e pessoas LGBTI+. *Kency* também afrontava com seu corpo, o tradicionalismo local, e evocava imagens e narrativas da cena cultural dessa cidade subjetiva que conecta a outros tempos.

Mais uma vez, recorremos ao anacronismo para pensar acerca dessa cena cultural e mobilizar a *drag* parece-nos importante para esse gesto de resgate de uma prática artística que tardiamente começou a se manifestar na cidade. A década de 1990 marca o movimento LGBTI+ em muitas frentes: momentos como a formação do Movimento Nacional de Travestis e Transexuais em 1992, e a primeira Parada LGBTI+ que aconteceria em 1997, em São Paulo vão coexistir com o desenvolvimento da epidemia da AIDS, questão bastante associado a esta comunidade e que radicalmente mudaria o cotidiano daquelas pessoas que afirmavam suas existências e identidades (Quinalha, 2022).

Nesse mesmo momento, observamos o advento das tecnologias e a construção de um outro modo de comunicação que tem como base as dinâmicas em redes. O surgimento da internet no final da década anterior, mas em especial, a comercialização por parte dos norte-americanos que injetaram estímulos de mercado à compra de computadores, reverberou em um grande interesse mundial em torno desta nova ferramenta (Ferreira, 2002). A globalização que se delineava no contexto brasileiro redefine os parâmetros culturais e sociais ao estabelecer modos de articulação cotidiana baseada nessas tecnologias.



Figura 9 - Fragmento de jornal com matéria sobre a festa Bine lubita. Em destaque, a hostess da festa, Samantha Menina (1998). Fonte: Medeiros, 2021.

Apesar de que a primeira parada do orgulho de Teresina só aconteceria em 2002, mobilizando pouco mais de 1.000 pessoas na cidade (Parada, 2017), na década anterior, a cidade contava com nomes da cena transformista<sup>11</sup> bastante importantes e propulsores de toda uma geração reverenciada por *Kency Porta*. Nomes como *Samantha Menina*, *Blita Block*, *Tina Thundercats*, *Roberto Freitas*, *Juninho* formavam uma companhia de teatro chamada *Companhia de Homens de Teresina* (Figura 8).

Esse grupo apresentava-se em diversos lugares e segmentos sociais da cidade naquela época, e observa-se que foi um dos primeiros a ocupar espaços até então improváveis para o contexto local, afrontando as tradições locais. Algumas dessas personagens tiveram um trânsito por programas de rádio e televisão locais, discos gravados com versões de clássicos da *pop music* além de terem também se apresentado em espaços mais consolidados como o teatro local e outros redutos culturais de Teresina (Companhia, 2022).

É importante destacar que nesse mesmo momento a noite de Teresina era permeada de espaços como bares e boates frequentados pelos artistas da companhia, que agitavam culturalmente a cena alternativa. Fica evidente que as festas noturnas, que em sua maioria ocorriam no centro da cidade, acabavam tornando-se espaços de liberdade para essas pessoas e criando uma rede que iria refletir nessa juventude que formava o coletivo *Salve Rainha*.

Além disso, percebemos a contribuição de uma dessas festas que aconteciam em Teresina no final do século XX e que conectam tanto as práticas performáticas desses personagens quanto o próprio coletivo *Salve Rainha*. A festa intitulada *Bine lubita*, que acontecia em lugares abandonados e bastante inusitados para uma a cidade, também na década de 1990. Ao ocupar lugares improváveis como teatros abandonados e boates populares de forma itinerante, a festa se configurava como o espaço de sociabilidade dessa cena local, que vai trazer influências de festas e práticas culturais alternativas –

<sup>11</sup> A expressão transformista era utilizada nos anos 1990 para designar homens que se vestiam temporariamente enquanto personagens femininas, em especial, durante apresentações artísticas. Atualmente, a palavra se aproxima do termo *Drag queen*.



sobretudo da cultura *clubber*<sup>12</sup> – desenvolvidas em grandes centros urbanos, nacionais e internacionais.

Nos relatos dos criadores dessa festa, eles mencionam um convite a um amigo para se transformar em uma figura uma personagem feminina que faria o papel de receber os convidados<sup>13</sup> (Lima, 2021). Disso, nasce a personagem *Samantha Menina* (Figura 9) e ela se torna um dos símbolos do movimento *drag queen* no Piauí, e estabelece então um lugar de bastante importância para o contexto da festa *Bine lubita*, a qual iria congrega vários sujeitos dessa outra cena cultural da cidade, em especial pessoas que se relacionavam com esse universo das artes e da cena LGBTI+.

Em conversas com o *performer*, foi possível notar que a personagem *Samantha Menina* se torna uma figura importante para além dessa festa. Além de um grande carinho que ele desenvolveu por ela, o sentimento de respeito marca a trajetória dessa personagem por deixar sua marca na história cultural de Teresina ao alargar o modo de vivenciar a sociedade que o cercava (Freitas, 2021). Assim, *Samantha* se torna um ícone – e referência – para muitas *drags* que iriam transitar pelo espaço de sociabilidade que o Salve Rainha organizava, uma nova geração repleta de interesses em experimentar outras formas de performar artisticamente na cidade.

A cena *drag* de Teresina, na segunda década dos anos 2000, foi bastante influenciada por toda essa geração de transformistas e de festas das décadas anteriores. Nesse momento, é importante mencionar a existência de uma festa criada em agosto de 2015, que congregava jovens *drags* que estavam iniciando a sua trajetória e eram bastante influenciadas pelos *realitys* estadunidenses<sup>14</sup>. A movimentação denominada *Sintética* foi organizada em uma boate do centro da cidade, funcionando como um espaço de shows com batalhas de dublagem de músicas entre *drag queens* (Figura 10).

Dessa forma, é evidente que ali foi criado mais um espaço de liberdade e de manifestação artística para os jovens dessa cena local, que reinventaram suas experiências urbanas por meio da arte *drag*. O público da festa *Sintética* tinha predominância LGBTI+ e uma ênfase para aquelas *drags* que adotaram uma estética que não se propõe exatamente a uma beleza idealizada feminina, mas sim, na possibilidade de fruição e experimentação da arte *Drag*. A festa também tinha um cunho itinerante, e se dava em lugares como boates do circuito LGBTI+, bem como em espaços de eventos mais tradicionais que eram locados para sua realização. A festa surgiu tanto em resposta a uma demanda por espaços para os jovens irem montados e performarem, assim, outros modos de existência e de liberdade. Vale ressaltar que, antes do surgimento da *Sintética*, havia um ciclo de concursos de *Drag queens* na cidade, porém existia uma espécie de marginalização da área do centro onde aconteciam essas festas, por questões relativas à segurança (Lima, 2016). Nesse sentido, é importante perceber que esta nova geração apostava nas festas *Sintéticas* como um espaço de experimentação de outros modos de vivenciar a cidade criando, assim, locais que pudessem permitir a manifestação de muitos dos desejos que atravessavam as subjetividades desses jovens.

12 Tribo urbana de pessoas que frequentavam a vida noturna em danceterias (em inglês, *clubs*), bastante comuns na década de 1980 e 1990. Esse movimento, começou em grandes metrópoles urbanas – como Londres e Nova Iorque –, e influenciou também a moda e comportamento, além de borrar algumas fronteiras de gêneros e sexualidades naquele momento.

13 Termo em inglês que significa recepcionista ou anfitriã. A palavra se refere ao gênero feminino, e foi muito utilizado nos anos 1990 pelas pessoas da cena LGBTI+.

14 O nome é em referência ao reality show *RuPaul Drag's Race* que foi lançado em 2010 e segue realizando várias temporadas e influenciando em formatos pelo mundo *drag queen*.



Assim, verificamos uma proximidade com a ideia de compartilhamento de vivências e de alianças que se desdobram com o movimento promovido pelo Salve Rainha. *Kency* é uma das filhas dessa primeira geração de *drag queens*, e ela vai ser um fragmento dessa juventude que constitui cidade por meio do tensionamento performativo que a figura *drag* representa pela perspectiva de Butler (2017).

Podemos perceber também a possibilidade de reinvenção que os breves momentos de aparecimento público das *drags* – ao performar a feminilidade em situações específicas e de maneira efêmera (Lima, 2016) – alargam as experiências identitárias desses jovens. Dessa forma, percebemos como *Kency* e tantas outras *drags* que atravessam a cena teresinense, acabam por narrar essa outra cidade, imaginada e habitada por sujeitos que reivindicam e recriam seus espaços e vivências urbanas.

### Sínteses de um breve desvio

A cidade que o Salve queria mostrar, foi pautada na diferença e era atravessada por disputas, conflitos e negociações, mas o coletivo encontrou na invenção uma forma de modificar o contexto social. Ainda que de forma efêmera, a cada domingo, o Salve Rainha criava possibilidades de imaginá-la, além de proporcionar experiências urbanas aos frequentadores dos eventos.

A cidade proclamada pelo Salve Rainha foi resultado da sobreposição das experiências urbanas desses jovens, em especial, a partir da atuação nas brechas existentes no cotidiano: prédios públicos abandonados, espaços residuais, ruas e praças esquecidas. Esses lugares, muitas vezes marginalizados, foram fundamentais para traduzir a exacerbação dos desejos latentes de uma parcela da sociedade, por meio da realização de gestos inventivos que apontam caminhos para a transformação do cotidiano que os cercava.

Figura 10 - As Drag queens na edição da primeira festa Sintética (2015). Fonte: Sintética, 2015.



Mesmo depois do encerramento das atividades, o entendimento de reinvenção semeado pelo coletivo, reverberou através de muitos de seus antigos integrantes que desenvolveram atividades que decorreram do acúmulo de experiências compartilhadas e vivências urbanas. Formaram-se novos espaços culturais, apareceram novas drags queens e criaram-se outros coletivos em Teresina que guardam nas entrelinhas, fragmentos do fazer coletivo mobilizado pelo Salve Rainha.

Entendemos que mesmo que o coletivo tenha encerrado suas atividades, a noção de cidade que foi transmitida entre seus integrantes, reverberou em diversas frentes e modos de se relacionar com Teresina. Nesse sentido, concluímos que existia um nível de radicalidade relevante no modo de produzir cidade desenvolvido pelo Salve Rainha, e ela não se restringe às ocupações de espaços inusitados, mas sim, através da representatividade política desse gesto urbano de tensionar certos valores tradicionais. O gesto da pesquisa de aproximação com o acervo de Torquato Neto, além do estabelecimento de conexões improváveis foi fundamental para um alargamento discursivo acerca da dimensão urbana de Teresina. Ao justapor acervos através de imagens, percebemos a potencialidade da realização desse tipo de gesto na construção de nexos como forma de provocar outras possibilidades metodológicas de pesquisas acadêmicas que se detenham a pensar a cidade.

Ao apostarmos em uma dimensão imaginativa na operação dessas relações entre fontes visuais, concluímos que esse modo de pensar permite uma revisão e ampliação das narrativas urbanas já consolidadas. Por meio destes fragmentos e do reconhecimento de possíveis sobrevivências, percebemos a formação de um espaço capaz de conduzir a construção dessa narrativa visual que permitia mobilizar a discussão acerca dessa outra cidade, fabulada e recriada.

## Referências

BARBOSA, Carlos Lopes; CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. “Juventude Torquato Neto”: as marcas singulares no filme David vai Guiar em Teresina da década de 1970. *Escritas. Revista do Curso de História de Araguaína*, Palmas, v. 8, n. 2, 2016, pp. 192-208.

BARBOSA, Carlos Lopes. *Um grupo de pessoas que não se aquietava: Geração Antônio Noronha Filho e a emergência de uma nova sintaxe urbana em Teresina na década de 1970*. 136f. 2018. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2018.

BASSANI, Jorge. Coletivos na cidade de São Paulo. São Paulo: Boletim Observatório Itaú Cultural, 2016. 1 vídeo (14m 47s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=6eetuRkmpB4&t=340s>>. Acesso em: 20 abr. 2022.

BUTLER, Judith. *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa da assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CAMPT, Tina M. *Listening to images*. Durham: Duke University Press, 2017.

COELHO, Frederico Oliveira. *Eu, brasileiro, confesso minha culpa e meu pecado: cultura marginal no Brasil das décadas de 1960 e 1970*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

COMPANHIA de homens - um ícone de várias gerações. Teresina: Tv Garrincha, 2 jun. 2022. 1 vídeo (1h 33m 16s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=BZhYqA7mFBg>>. Acesso em: 20 jul. 2022.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *A imagem sobrevivente: História da arte e tempo dos fantasmas segundo Aby Warburg*. Rio de Janeiro: Contraponto / Museu de Arte do Rio de Janeiro, 2013.

FARGE, Arlette. *O sabor do arquivo*. São Paulo: Edusp, 2017.

FERREIRA, Luiza Helena Guimarães. Enredar: “a arte de organizar encontros”. In: ROSAS, Ricardo; SALGADO, Marcus (orgs.). *Rizoma.net: Artefato*. Sem editora: sem local, 2002, pp. 20-30. Disponível em: <[https://desarquivo.org/sites/default/files/rizoma\\_artefato\\_0.pdf](https://desarquivo.org/sites/default/files/rizoma_artefato_0.pdf)>. Acesso em: 20 maio 2022.

FELIX, Richard Henrique. 2016. Fotografia do Acervo pessoal de Richard Henrique Felix. Cedido ao autor.

FELIX, Richard. Henrique (@hiperbolar). As primeiras drags da cena de Teresina. Twitter, 29 jun. 2020. Disponível em: <<https://twitter.com/hiperbolar/status/1277594740448518144>>. Acesso em: 10 jun. 2021

FREITAS, Fernando Jorge. Entrevista [Fev. 2021]. Entrevistador: Alexandre Pajeú Moura. Teresina, 2021.

GREEN, James Naylor. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Unesp, 2019.

KRUEL, Kenard. *Torquato neto ou a carne seca é servida*. Teresina: Zodíaco, 2016. LIMA, Avelar Amorim. *Aquenda, mona!: travessia etnográfica pelas experiências de drag queens em Teresina-PI*. 2016.123f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2017.

LIMA, Eduardo Rocha. O Fabulador Alair Gomes: narrativas e imaginários de cidade, Rio de Janeiro 1970. In: XV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, 2018, Rio de Janeiro. Anais do XV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, 2018. Disponível em: <[www.even3.blob.core.windows.net/anais/83018.pdf](http://www.even3.blob.core.windows.net/anais/83018.pdf)>. Acesso em: 17 nov. 2022.

LIMA, Lívio César de Castro. Entrevista [Fev. 2021]. Entrevistador: Alexandre Pajeú Moura. Teresina, 2021.

LOPES, Dilton; JACQUES, Paola Berenstein; SILVA, Ramon Martins da. Narrar por relações I: o fragmento, o intervalo, a imaginação. In: JACQUES, Paola Berenstein; PEREIRA, Margaret da Silva; CERASOLI, Josianne França (orgs.). *Nebulosas do pensamento urbanístico - tomo III: modos de narrar*. Salvador: EDUFBA, 2020, pp. 22-49.

LORAU, Nicole. Elogio do Anacronismo. *In*: NOVAES, Adauto (org.) *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura, 1992, pp. 57-70.  
MATTOS, Sergio; USP. Um perfil da TV Brasileira (1990), e Jornal da USP. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/cultura/os-70-anos-da-tv-no-brasil-politica-realismo-e-narrativa-da-nacao/>>. Acesso em: 20 out. 2022.

MEDEIROS, Jorge. 2021. Fragmento de Jornal do Acervo pessoal de Jorginho Medeiros. Cedido ao autor.

MORTIMER, Junia Cambraia. Pensar por imagens. *In*: JACQUES, Paola Berenstein; PEREIRA, Margareth da Silva (orgs.). *Nebulosas do pensamento urbanístico*: tomo I – modos de pensar. Salvador: Edufba, 2018, pp. 146-175.

OLIVEIRA, Edmar. Miss Dora. Teresina, 1972. 1 vídeo (12m 55s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=JkkFeUPu0hM>>. Acesso em: 20 abr. 2022.

PECHMAN, Robert Moses. “Mas como tirar poesia de coisa tão mezinha?": O que pode uma mulher quando fotografa a cidade? Aracy esteve e a cidade de Salvador. *In*: MORTIMER, Junia Cambraia; DRUMMOND, Washigton. (orgs.). *Entre imagem e escrita*: Aracy Esteve Gomes e a cidade de Salvador. Salvador: Edufba, 2020, pp. 14-26.

PARADA da Diversidade em Teresina celebra. 02 set. 2017. Disponível em: <<https://www.campomaioremfoco.com.br/noticia/5673/Parada-da-Diversidade-em-Teresina-celebra-orgulho-LGBT-com-shows-nacionais>> Acesso em: 10 abr. 2022.

PORTA, Kency (@kencyporta). 2015. Profile. Instagram, 19 dez. 2015. Disponível em: <<https://www.instagram.com/kencyporta/?hl=pt-br>>. Acesso em: 10 jun. 2021.

QUINALHA, Renan. *Movimento LGBTI+*: uma breve história do século XIX aos nossos dias. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

SALVE RAINHA. É na rua! É de graça! Teresina, 23 nov. 2014. Instagram: @salverainhacafe. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/vwSt0iAa3k/>> Acesso em: 20 set. 2021.

SALVE RAINHA. Tá curioso pra saber... Teresina, 27 jan. 2017. Instagram: @salverainhacafe. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/BPxVPUpgU-E/>>. Acesso em: 5 set. 2021.

SINTÉTICA, Festa (@sinteticafesta). Confirmam na nossa página.... Instagram, 17 ago. 2015b. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/7D-feKpt-E/>>. Acesso em: 10 jun. 2022.

VIANA, Silvia. Será que formulamos mal a pergunta? *In*: MARICATO, Ermínia, *et al.* *Cidades Rebeldes*: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013, pp. 53-58.



# ESCRITA DE ARTIVISTA

## Práticas visuais enquanto jogos urbanos identitários das Masculinidades Embucetadas em Campo

ARTIVIST WRITING  
*Visual practices as urban identity games of Pussey  
Masculinities in the Field*

Taliboy<sup>1</sup>

### Resumo

Este texto é um desdobramento de um artigo publicado no XI Congresso Internacional de Diversidade Sexual, Etnicorracial e de Gênero em 2024, no GT: Literatura Transmasculina Brasileira e Estudos Trans. Propõe uma releitura performativa que questiona a originalidade e linearidade do tempo ocidental, analisando como a subversão pode tornar o 'velho' novo. Essas reflexões se estendem às identidades, apresentando-se como *escrita de artista* com base nas experiências visuais/conceituais desenvolvidas durante esses dois anos e três meses de doutorado em Artes e Cultura Contemporânea. Utilizo *jogos urbanos identitários das Masculinidades Embucetadas* como metodologia para trazer à campo os dilemas e os sujeitos em questão.

Palavras-chave: jogos urbanos identitários, ativismo, masculinidades embucetadas.

### Abstract

*This text is an extension of an article published at the XI International Congress of Sexual, Ethnic-racial and Gender Diversity in 2024, in the GT: Brazilian Transmasculine Literature and Trans Studies. It proposes a performative reinterpretation that questions the originality and linearity of Western time, analyzing how subversion can make the 'old' new. These reflections extend to identities, presenting themselves as artist writing based on the visual/conceptual experiences developed during these two years and three months of doctorate in Contemporary Arts and Culture. I use urban identity games of Pussey Masculinities as a methodology to bring to the field the dilemmas and subjects in question.*

*Keywords: urban identity games, activism, pussey masculinities.*

<sup>1</sup> Doutorando pelo Programa de Pós Graduação em Artes e Cultura Contemporânea (UERJ/2022), Mestre em Artes Visuais (UFBA/2021), e graduado em Comunicação com habilitação em Produção em Comunicação e Cultura pela (UFBA/2010). tali.ha.correia@gmail.com.

### Introdução

Pretendo, com este texto, aprofundar e atualizar as questões elencadas em outro texto produzido há seis meses atrás e publicado nos Anais do XI Congresso Internacional de Diversidade Sexual, Etnicorracial e de Gênero em 2024, como parte da participação no GT: Literatura Transmasculina Brasileira e os Estudos Trans. Esse evento ocorreu na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) entre os dias 22 à 25 de novembro de 2023.

Assim, proponho uma releitura performativa que se apresenta como uma reescrita do texto original, mantendo sua espinha dorsal e incorporando novos elementos proporcionados pelo tempo e pela reflexão. Esse processo metodológico gera um diálogo intertextual entre dois momentos distintos da pesquisa, os quais pretendo continuar em futuras produções, incluindo na materialidade do texto da própria tese. O objetivo é desconstruir tanto a ideia de originalidade do texto e, por extensão, das identidades, tema central desta pesquisa, especialmente quando se trata daquelas à margem da normativa social, frequentemente vistas como cópias malfeitas da norma, quanto a ideia do tempo linear progressista ocidental que valoriza o atual e o 'novo' como mais relevantes em vez de simplesmente diferentes.

Feito este preâmbulo introdutório, pretendo apresentar as principais questões, os sujeitos, os conceitos operacionais, as referências teóricas e as *práticas visuais urbanas* que venho mobilizando nesse período de dois anos e três meses de pesquisa no doutorado no contexto da linha de Arte, Sujeito e Cidade, parte do Programa de Pós-Graduação em Artes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Descriverei através da *escrita de artista* enquanto *jogos urbanos identitários* como cheguei ao conjunto das práticas visuais que tenho desenvolvido ao longo desses últimos 15 anos, como possibilidades compartilhar mais perguntas/problemas de ordem estético/política do que respostas, ou rasgos no campo da norma para dar a passagem – visibilidade/visualidade - às diferenças que me coabitam, ou como vou sendo transformado/impactado<sup>2</sup> pelo embate 'entre'<sup>3</sup>: de um lado a vida material, social, cultural e por outro lado o já interiorizado, muitas vezes espelhado, mas noutras também rebelado, mundo subjetivo.

Esse recorte temporal coincide com o impacto ou o tremor de terras<sup>4</sup> (Preciado, 2020) que as identidades políticas de mediação com o Estado vinculadas as TRANSMASCULINIDADES<sup>5</sup> estão movendo desde então, via organização/criação no ano de 2012 da Associação Brasileira de Homens Trans (ABHT), em 2013 do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT), e em 2015 no I Encontro Nacional de Homens trans (ENAHT), como principais instituições e espaços que visam articular e dar visibilidade política de reconhecimento social a estes sujeitos.

<sup>2</sup> Ao falar sobre como sou impactado, transformado, há algo do devir – o 'entre' o eu e o outro, da antropofagia tupinambá / o pespectivismo indígena/ o canibalismo / alteridade e como o povo originário brasileiro lida com essas questões de forma a incorporar, sem eliminar a diferença do outro colonial (Castro, 1996).

<sup>3</sup> Irei manter na escritura deste texto a grafia do entreaspas para evidenciar visualmente o que se encontra no meio das aspas.

<sup>4</sup> Baseado no 'pensamento do tremor' de Edouard Glissant (2011) em que P. Preciado utiliza para pensar os corpos em transição de gênero dentro de um cis-tema binário.

<sup>5</sup> Pretendo deixar escrito em caixa-alta as identidades ou títulos/nomeações de trabalho que pretendo chamar a atenção com essa escrita.

Logo, me interessa compreender por meio da arte, ou baseado nas *práticas visuais urbanas* de cunho artista, o que a partir daí passa a se movimentar na sociedade e nos jogos políticos das identidades, principalmente dentro daquelas que se avizinham como a comunidade lésbica masculina, as mulheres cisgêneras heterossexuais e bissexuais que não performam feminilidades e nas demais dissidências sexuais e de gêneros diversos em corpos com vulva presente principalmente no território da América Latina.

Ou dito de outra forma: como tais sujeitos têm impactado e transformado a mim e a sociedade? Visto que essa pesquisa é minha própria experiência de radicalização e trânsito de gênero, hoje EX-MULHER (didaticamente falando), TRANSMASCULINO (identidade política), SAPATÃO (identidade afetiva) e com um forte devir TRANSVIADÉ/BIXXA ou vice-versa.

É importante ressaltar que, ao mobilizar a categoria das identidades, estas não dizem respeito apenas às identificações pessoais, mas também às interpelações (Butler, 2015) e demais leituras sociais que o mundo exterior — a norma — impõe a determinados sujeitos que não necessariamente se identificam com essas identidades. Assim, a partir do des-entendimento desses paradoxos e da violência contida nos jogos das identidades, surge um terceiro caminho em que as mediações possam agenciar lutas que garantam que a liberdade individual para ser assegurada perpassa pela liberdade do *outro*, ou seja, eu só serei livre se o *outro* com quem posso ser confundido ou interpelado também for, tensionando a partir das limitações das identidades o seu oposto, políticas de empatia e solidariedade entre as diversas identidades (feministas x sapatão masculinos x transmasculinizados), principalmente quando se trata de posições entre sujeitos subalternizados pela norma social. E aqui não nos esqueçamos dos casos cada vez mais recorrentes de mulheres cisgêneras ou sapatões masculinos sendo agredidos nos espaços públicos por homens cisgêneros que acham que esses corpos são de pessoas transgêneros.

Assim, o *modus operandi* dessa pesquisa no campo das Artes e Cultura Contemporânea é a reapropriação tanto das ofensas, quanto das representações e imagens de controle (Collins, 2019) advindas do campo da norma - da cisgeneridade (Vergueiro, 2016) e da heteronormatividade compulsória (Rich, 2010; Warner, 1991). Esse jogo de reapropriação funciona como porta de entrada ou saída para lidar com os interditos sociais, as ausências e exclusões de nossas reexistências<sup>6</sup>. As representações que tantos males nos fizeram, agora, se transformam em armamentos poéticos de rasgos sociais ou reagrupamentos de modos de vida no campo dessa mesma norma.

Operar via o avesso da norma ou da *paródia de gênero* (Butler, 2003) - como O INVERTIDU<sup>7</sup> (mais um dos sujeitos das *Masculinidades Embucetadas*) - é uma tática para quebrar ou subverter a lógica de dominação proposta na *dialética do senhor e escravo* (Hegel, 1992), aplicada às lutas emancipatórias dos grupos minorizados, generificados, sexualizados, racializados, entre outros, do século XX e XXI. Essa abordagem busca enaltecer e transformar as agressões sofridas por diversos sujeitos(as) em identidades políticas.

6 Jogo poético em que enfatizo numa só palavra além da “existência” e “resistência”, a descoberta/invenção biológica dos cromossomos XX vinculados aos corpos interpelados como femininos, e será utilizado no texto quando for necessário para enfatizar os sujeitos dessa pesquisa.

7 Reapropriação dos escritos de Richard von Krafft-Ebing, chamado “Psychopathia Sexualis” (publicada pela primeira vez em 1886), em que classificou a homossexualidade como uma forma de psicopatologia, ou doença mental, que envolvia uma inversão dos instintos sexuais normais. A modificação do INVERTIDO SEXUAL FEMININO para INVERTIDU é uma torção linguística para demonstrar as diferenças e ampliações das masculinidades para além da normatividade cisgênera.

Indivíduos vinculados às *Masculinidades Embucetadas*, que antes não podiam se afirmar nessas *novas, outras ou diferentes* identidades, encontravam-se presos nas antigas e binárias identidades, muitas vezes sob a alcunha da ofensa ou do apagamento. Hoje, ao pleitearem ‘novas’<sup>8</sup> posições de sujeitos, embaralham os jogos binários do reconhecimento social, redistribuindo assim as identidades e, conseqüentemente, as ofensas. Afinal, afirmar a diferença dentro do campo da norma é, de imediato, considerado ofensivo/agressivo e o que se percebe dentro dos debates públicos é a transformação dessas ‘novas’ nomeações em motivo de chacota, afinal como dizia um compositor baiano, “narciso acha feio o que não é espelho”.

Pretendo também utilizar-me do conceito da *partilha do sensível* (Rancière, 2005), para pensar no que tenho visualizado como *partilhas das identidades* que passa a ser mobilizadas com a presença dessas ‘novas’ nomeações nas esferas públicas, jurídicas, médicas, econômicas, sociais, de parentescos e afetivas. Segundo Rancière, quando aqueles que estavam anteriormente excluídos (“os sem partes”) passam a ser reconhecidos e contabilizados, ocorre uma transformação significativa no espaço comum, e é essa transformação que interessa neste texto/pesquisa. Afinal não percamos de vista que as TRANSMASCULINIDADES eram completamente ininteligíveis até bem pouco tempo atrás, e para muitos ainda continuam sendo.

Este texto prioriza o caminho metodológico que possibilitou alcançar este ponto de des-entendimento na pesquisa, na arte e na vida. As aparições das diferenças dentro dos campos da norma, refletem também, minha própria experiência de permitir que a masculinidade, que tentei apagar durante tanto tempo, devido ao receio das rexaços<sup>9</sup> sociais, emergisse em mim. Foi necessário todo esse tempo de reinvenção/reinscrição de si, escuta social e envolvimento com *práticas visuais urbanas* — que combinam elementos dos campos artísticos, dos movimentos sociais e culturais — para que essas manifestações pudessem vir à tona.

Neste texto/pesquisa, as identidades, subjetividades, representações, linguagens e imagens são tomadas quase como sinônimos. Ou melhor, são inter-relacionadas, pois funcionam como ferramentas discursivas fundamentais no tabuleiro dos jogos sociais para a manutenção e controle do poder, assim como alternativas de resistência a ele (Foucault, 1988). Essas ferramentas apresentam dilemas discursivos comuns e produzem efeitos no mundo material. Quando são nomeadas e afirmadas, um paradoxo se instala: ao buscar trazer à tona o ausente, apenas uma parte dele se manifesta, perpetuando o que continua a escapar no momento dessa tentativa.

O que mais me interessa nessas relações é, portanto, apostar no caráter subversivo da reexistência e reinvenção/reinscrição de si, enquanto corpo dissidente que se rebela e utiliza-se das dobras conceituais/práticas desses mesmos mecanismos discursivos e, conseqüentemente, sua capacidade de impactar o entorno social. Essa reinvenção/reinscrição de si tem a possibilidade de trazer à tona o movimento, o escape da fixidez e a produção de outras virtualidades que politicamente foram deixadas de fora, permitindo que voltem à cena/jogo, penetrem e abram as prisões mentais/corporais que elas mesmos criaram. Operando assim deslocamentos e redistribuições de outras formas de vida que foram excluídas desse jogo.

8 Por isso ao trazer a palavra nova de agora em diante ela virá entre aspas, para lembrar que o ‘novo’, neste texto é uma referência ao diferente e as outridades apagadas do discurso normativo.

9 Também visa dobrar a linguagem para lembrar os sujeitos dessa pesquisa, marcado pelas descobertas dos cromossomos sexuais do século XX.



Adianto que essa pesquisa tem se mobilizado a partir de três conceitos fundamentais, que são: as *práticas visuais enquanto jogos urbanos identitários* – instalação do caminho metodológico, ou lugar do ‘entre’ a subversão e a afirmação das identidades/diferenças/representações; *Masculinidades Embucetadas* – tem o intuito de apresentar os principais sujeitos da pesquisa assim como instalar um lugar do “entre” os *boycetas*<sup>10</sup> /*mascucetas*<sup>11</sup> /*transmasculinidades/homens trans* e uma parte com vulvas das *masculinidades femininas*<sup>12</sup> (Halbestam, 2008), ou, um ‘entre’ as ‘novas’ e ‘antigas’ formas de nomeação desse coletivo diverso de sujeitos subalternizados pela norma. Importante frisar que ‘novas’ são apenas as formas de nomeação desses sujeitos, porque como modos de vidas esses (as) sujeitos(as) sempre reexistiram; e por fim *escrita de artista* – um ‘entre’ as práticas discursivas produzidas pelo campo da norma e as práticas visuais urbanas que contrariam o estabelecido, buscando a tal reinvenção/reinscrição de si através dos jogos de linguagem para além e dentro do campo da norma. O objetivo dessa escrita é expandir o texto para as cercanias da/sobre a prática e, conseqüentemente, tocar/vibrar/balançar as redes do terreno fixo das representações, sem abrir mão de seus próprios mecanismos e contradições para capturar as complexidades móveis das experiências, e gerar como já dito possibilidades de escape, redistribuição de linguagens, territórios e identidades, mesmo que momentâneas.

Por fim, além de apresentar o referencial teórico, este texto visa reforçar o papel teórico-prático da pesquisa no campo das Artes, “[...] onde pensar é fazer e fazer é pensar” (Taliboy, 2022). Para isso, serão discutidas as principais experiências visuais/conceituais que foram e são fundamentais na emergência das *Escritas de Artista das Práticas Visuais como Jogos Urbanos Identitários das Masculinidades Embucetadas em Campo*. É fundamental destacar que a teoria não se limita a ilustrar as experimentações práticas, nem as práticas servem apenas para ilustrar as experimentações teóricas. Por isso, também a aposta deste texto pelo uso apenas de palavras visuais enquanto imagem. Esta escrita prioriza o caminho em direção a essas experiências visuais/conceituais aqui abordados, mais do que uma investigação detalhada dos mesmos, sendo que o conceito dos *jogos urbanos identitários* será abordado de forma mais direta nas considerações finais e parciais.

### O caminho metodológico das práticas visuais urbanas nos últimos 15 anos

Antes de iniciar essa trajetória propriamente dita, adianto que os dilemas enfrentados ao longo destes 15 anos foram cruciais para a desconstrução, reelaboração e disputa da fala pública através das *práticas visuais urbanas*. Esses dilemas resultam das tensões políticas, sociais, artísticas e culturais envolvendo essas mesmas questões das identidades, subjetividades e, conseqüentemente, das linguagens, representações, imagens e suas redistribuições de lugares no espaço social.

Assim, o processo das *práticas visuais urbanas* teve início com a produção de um *coletivo de desenhos automáticos* e inconscientes em páginas de agendas, capas de livros e cadernos, e compartilhados, logo em seguida, nos espaços urbanos por onde

10 Boyceta - termo que surgiu na cena hap de São Paulo em que se afirma outra identidade de gênero como as do “boy de buceta” (Jupitter, 2020) ligado às não-binariedades transmasculinas. <<https://medium.com/@JUPI77ER/eu-sou-boyceta-a-valida%C3%A7%C3%A3o-de-um-corpo-transmasculino-n%C3%A3obin%C3%A1rio-151f3f49905c>>

11 Projeto humorístico musical elaborado para substanciar discursivas LGBTIA+, sobretudo trans, a partir do riso subversivo. Belo Horizonte - MG. Contato: [projetomascucetas@gmail.com](mailto:projetomascucetas@gmail.com)

12 Importante frisar que nem todas as masculinidades femininas são embucetadas, vide mulheres trans, travestis, não-binárias que ao nascer foram designados homens, assim como demais corpos intersexos e dissidentes que se identificam como parte das masculinidades femininas.

circulava. E é sobre esse diálogo/dilema/disputa e transformação dessas primeiras experimentações visuais/conceituais em *escrita de artista* ou *jogos urbanos identitários* que pretendo refletir agora. Abordarei principalmente as questões da subjetividade, arte e política e seus respectivos efeitos no mundo circundante.

Os embates para trazer à consciência os lampejos do mundo vibrátil (Guattari; Rolnik, 1986) foram e são mediados entre intuição ou *pensamento-corpo*<sup>13</sup> e a razão, tanto de natureza intra quanto intersubjetiva. Examino como o *novo*, o *outro*, ou a *diferença* pode emergir da proximidade e do impacto com a *potência do imediato da experiência* (Taliboy, 2023), resultado da tensão entre os campos do poético, do político e do real. Esta proximidade se revelou fundamental não apenas na produção desses desenhos como forma de escapar das prisões mentais da norma, mas também na produção, reinvenção/reinscrição de si através desses exercícios de anseio de liberdade, renomeação e transbordamento/disputa desses desejos no espaço público em questão.

No que toca aos primeiros embates intrapessoais/subjetivos o que escolhia trazer à tona através dos desenhos automáticos nos muros da cidade, era mediado através das repetições (igualdade), das urgências mais afloradas, e logo gerava um novo problema: o que escapava e ficava de fora (a diferença) desse jogo. Já nas relações interpessoais/sociais, a urgência de ocupar os espaços urbanos com essas questões que me atravessavam se tornava cada vez mais evidente. Essa ação política, era resultante de outro tipo de exclusão e da impossibilidade de fala/escuta nos espaços que me circundavam.

Em muitos contextos institucionais e sociais, as vozes dissidentes são frequentemente silenciadas ou marginalizadas. A arena pública, então, se apresenta como um território crucial para a expressão dessas vozes, permitindo não apenas a visibilidade das questões, mas também a criação de um espaço de reexistência e diálogo. A impossibilidade de se expressar plenamente em espaços tradicionais reflete as limitações e barreiras impostas por estruturas de poder que determinam quem pode falar e ser ouvido. Assim, a ocupação dos espaços urbanos se torna uma estratégia ou tática vital para reivindicar direitos e visibilidade. Como sugere Jacques Rancière (2005), o espaço público é um campo de disputa onde a visibilidade e a invisibilidade, a fala e o silêncio, são distribuídos e, muitas vezes, contestados.

Portanto, a contestação e disputa dessa fala no contexto urbano, ou ainda a desconstrução da norma e do silenciamento imposto a corpos como o meu, foi e é um longo processo mediado pela tentativa de expressão através do deslocamento das linguagens artísticas do campo das Artes Visuais, especialmente, aquelas associadas às vanguardas do século 20, do contato direto com os movimentos sociais, especialmente o movimento feminista, LGBTQIAPN+, e decoloniais, com os quais passei a ter contato em 2003, quando entrei na Universidade Federal da Bahia. Durante esse mesmo período, comecei a participar e fotografar as encantarias das manifestações culturais, aproximando-me da cultura popular, das festas de largo de Salvador, do Recôncavo Baiano e do interior da Bahia. Foi aqui que comecei a perceber a *potência do imediato da experiência*, conhecendo a história dos lugares, das cidades/territórios e das pessoas que ali resistiam, pela ótica da cultura dos povos oprimidos.

13 Conceito que pretendo aprofundar na tese, e que tem emergido nesses 15 anos de contato direto com a intuição. A cada dia mais compreendo que esses vislumbres iniciais são como descargas elétricas sentidas fisicamente no corpo, seja um arrepio, uma pulsação/palpitação diferenciada, tensão corporal, espasmos musculares, entre outras. Essas sensações físicas e sutis funcionam como um ponto intermediário, ‘entre’ o binário clássico de pensamento *versus* corpo.

Dando continuidade a esse caldeirão cultural e intelectual, em 2007, a partir do encontro casual com o livro *Acasos e Criação Artística* da artista e educadora Fayga Ostrower (1999), da leitura de *O Segundo Sexo* de Simone de Beauvoir (2009) e do livro *Infidel: a história de uma mulher que desafiou o Islã* de Ayaan Hirsi Ali (2007), além dos métodos de criação automática propostos pelos surrealistas, começaram a surgir as primeiras experimentações visuais e conceituais. Essas influências tornaram habitual a produção diária de desenhos em páginas de agenda, alimentando a surpresa e a inovação contínuas dessas presenças visuais que passaram a me acompanhar desde então.

Poderia falar um tanto sobre o que esses desenhos me causavam, era espanto, novidade, frescor, a possibilidade de romper as prisões mentais que rodavam meu mundo subjetivo carregadas de frases prontas e palavras repetitivas. Assim, comecei a visualizar esses desenhos junto às reelaborações dos movimentos sociais em apontar as opressões, como possibilidade poéticas e políticas do ato de renomear e dar títulos aos trabalhos, prática comum dentro das Artes Visuais, como uma forma potente de reparar/relembrar/performar os danos coloniais. Hoje, reconheço essas tentativas/experimentações de fala como as incursões iniciais no que venho agora desenvolvendo enquanto *escritas de artista das práticas visuais urbanas*.

Outro ponto importante que se fez presente desde o início foi a urgência de partilha dos desenhos com toda a vizinhança, selecionei alguns entre outros tantos, para ampliar nos fundos dos muros de uma escola municipal de Salvador - BA, em frente à vila onde morava - afinal, tinha convicção de que esses desenhos não pertenciam apenas ao meu mundo subjetivo, mas também ao social do qual fazia parte e que muito me impactava - e foi assim que veio à superfície o que chamei de *Civilização Mágica* (2007-2010). Importante frisar que neste primeiro momento, a escolha política de quais desenhos priorizar foi realizada apenas pelo caráter afetivo que os mesmos me causavam, sendo que já tinha consciência que os não escolhidos permaneceriam no ostracismo.

Na busca por resolver o desafio político de quais desenhos trazer à tona, visto as consequências que este ato ocasiona, busquei mediar entre minha vontade política consciente e a força impulsiva do inconsciente, presente no método que havia escolhido até então. Foi através da exaustão da criação e da observação que comecei a identificar padrões e repetições nesses desenhos, bem como suas diferenças que formavam agrupamentos distintos. Compreendi que podia organizar esses grupos em séries de cores específicas, em referência direta às mudanças de fases dos pintores das vanguardas artísticas, e complementá-las com palavras que reforçassem a ideia do 'comum' em cada conjunto de desenhos, ao mesmo tempo que tentava nomear o mal-estar e a opressão infligida pela vida urbana contemporânea. Parecia-me uma tática eficaz para começar a politizar o material subjetivo emergente do inconsciente.

Foi assim que cheguei no segundo momento das *práticas visuais urbanas* vinculadas às *pinturas-guerrilhas* (2011-2014), que incluíam as séries temáticas como *O GRITO*, *EDIFICIL NA CIDADE*, *DUELO*, *LUTO*, *MEIO-AMBIENTE*, *SÓCORRO*, *guERRA* e *salvaDOR*. Agora, essas séries se expandiam não apenas pela vizinhança onde eu morava, mas também por diversas vias movimentadas da cidade de Salvador-BA.

Encaro essas primeiras tentativas éticas-poéticas-estético-políticas-culturais de nomeações como a busca por me aproximar ao que até então para mim era inominável, ou seja, as opressões. Aqui é importante frisar o projeto bem-sucedido da empreitada colonial em toda a América Latina em silenciar/apagar/violentar/invisibilizar a diferença a partir das políticas de Estado e demais aparatos institucionais — o que os pensadores decoloniais chamaram de colonialidade do poder/saber e ser. Com o tempo, fui compreendendo que essa dificuldade de nomear/expressar as opressões,

que parecia ser um problema individual, é, na verdade, coletivo. Por isso, também a necessidade intuitiva e política de desde o início partilhar/disputar essas nomeações no espaço urbano das cidades.

Assim, seguimos buscando nesta última década, tanto eu, quanto a sociedade brasileira, avançar e literalizar ainda mais o espaço da metáfora, e, com a licença poética do *spoiler* deste texto, foi assim que cheguei nos *jogos urbanos identitários*.

Mas retomando a cronologia dessa narrativa, é que em 2012, passo a desenvolver a *prática visual feminista* do LUTO, ainda como parte das *pinturas-guerrilhas*, a priori, os desenhos foram tomando a forma cada vez mais consciente do que pretendia expressar, corpos interpelados como femininos tendo seus rostos cobertos em parte por máscaras, havia um forte tom fúnebre que mesclava e remetia aos imaginários das religiões monoteístas como o cristianismo e o islamismo e as cores que marcavam esta série eram preto e branco, se mantendo dentro das tradições do LUTO ocidental. Já no final de 2012, impactado pela Marcha das Vadias e logo depois pelas aparições dos *Black Blocks* (2013), as mascaradas do LUTO se radicalizam, agora com seios à mostra e braços em riste, em corpos multicoloridos, afinal, a estética não pode sobrepor as tensões éticas, étnicas, raciais e sociais, e assim elas partiram para luta, ganhando os muros abandonados de Salvador e outras cidades por onde passei desde então.

Continuei a praticar visualmente o LUTO por mais de uma década, um período que pode ser contextualizado dentro das 3ª e/ou 4ª ondas feministas, caracterizadas por rupturas e momentos histórico-políticos decisivos que impulsionaram essas práticas nos espaços públicos e urbanos desde então. É relevante mencionar que foram necessários mais de cinco anos para que conseguisse conscientemente integrar as questões feministas ao cerne das *práticas visuais urbanas*, que já me impactavam desde 2007. Durante esse período, percebi um hiato temporal entre os eventos que me afetava no presente e o tempo necessário para a reelaboração desses impactos. Essa lacuna temporal tem sido um foco de interesse nesta pesquisa teórico-prática de doutorado, especialmente na mediação 'entre' a razão e as forças propulsoras do inconsciente. Ao longo desses anos de prática, tenho trabalhado para reduzir esse hiato, aprimorando a auto-escuta, conscientizando-me dos impactos e aproximando-me da *potência do imediato da experiência*. Essas são pistas que julgo importantes para enfrentar os desafios contemporâneos e contribuir de modo esteticamente comprometido, através das *práticas visuais urbanas*, para o diálogo social e político do momento presente.

Mas, voltemos às três ou quatro ondas da *prática visual feminista* do LUTO. A primeira e/ou segunda fase ou onda, conforme descrita anteriormente, destacava-se pela transformação da atitude das formas e da paleta de cor dos desenhos, assim como pela visibilidade imediata proporcionada pelas máscaras mais estilizadas, pelos seios expostos e braços em ristes que o LUTO foi tomando. Essas modificações permitiram um reconhecimento rápido nas ruas e simplificaram a mensagem, não deixando dúvidas do que e de quem se tratavam aqueles corpos. No entanto, o que inicialmente parecia ser uma solução eficaz acabou se tornando um problema mais adiante. O acirramento político resultante do impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016 trouxe uma onda de violência, moralização e hostilidade para as ruas das cidades, colocando-me então sob a mira de armas de Policiais Militares e sujeitando-me ao perigo iminente de linchamento por parte da própria população.

Afinal para uma pequena parcela que vinha ganhando cada vez mais legitimidade na esfera institucional, o grafite e a pixação, assim como qualquer prática desempenhada no espaço público sem a devida autorização institucional, continuam sendo práticas vinculadas à criminalização, apesar de serem essas mesmas pessoas que defendem a



liberdade de expressão, apenas quando estão a serviço de garantir a violação de outras vidas (diferença/multidão) em detrimento à suas (normatividade), isso para não dizer das questões sobre a misoginia, moralidade e o controle dos corpos interpelados como *femininos*, ou que pautem no espaço público qualquer diferença em detrimento ao estabelecido, surpreendentemente, por uma base bíblica em um Estado supostamente laico.

Percebendo a necessidade de mudar de tática para garantir a segurança e a eficácia da minha atuação política, optei por produzir instalações mais ágeis, revelando as mascaradas do LUTO diretamente na arquitetura urbana. Além disso, retomei minha relação com a universidade e iniciei a segunda e/ou terceira etapas/ondas do LUTO. Durante essa nova fase, foi a vez de trazer à tona as tensões internas do próprio movimento feminista, à medida que as críticas do transfeminismo, do feminismo negro, lésbico, decolonial e da teoria *queer* foram direcionadas para o cerne das práticas e das máscaras do LUTO, enfatizando agora no espaço público, as diferenças em vez da unificação das identidades feministas.

Sobre os desafios, as continuidades e as rupturas dos quais tanto problematizou e nos apontou Judith Butler (2003) ao refletir sobre os problemas e paradoxos de se seguir operando a luta política por meio das identidades/linguagens, busquei mediar tais questionamentos com o contexto da América Latina de forte violência, marginalização e luta das políticas afirmativas desenvolvida pelo movimento LGBTQIAPN+ e assim desenvolvi, LUTO ENQUANTO PRÁTICA E TÁTICA VISUAL DE PIRRAÇA URBANA DA MULTIDÃO SAPATRANSBONDE (Taliboy, 2021), como forma de seguir pautando plasticamente/visualmente/socialmente/discursivamente as identidades e seus equivalentes na vida real e material.

Parti da invisibilidade lésbica e da violência contra corpos trans/travestigênera, assim como os trânsitos e transbordamentos dessas identidades encaradas enquanto identidades políticas e não como identidades ontológicas essencialidades e fixas. Meu objetivo era trazer visibilidade e visualidade através da intervenção urbana do que nomeei como Multidão SAPATRANSBONDE, era preciso urgentemente ultrapassar o pensamento trans-excludente dentro da identidade lésbica. Este projeto reuniu mais de 44 identidades/máscaras/bandeiras sapatão, em uma reinterpretação direta e orgulhosa da palavra *sapatão*, historicamente carregada de conotações negativas, agora transformada em motivo de orgulho e identidade política. É importante destacar que, nos bastidores e além desse trabalho, a diversidade sapatão é vasta e incalculável.

Para dar vazão a essa produção, me apropriei das máscaras feministas de LUTO, assim como da visibilidade de figuras icônicas da *cultura pop-urbana-colonial*. Fundamentei meu trabalho nos conceitos de *paródias de gênero* (Butler, 2003), *multidão queer* (Preciado, 2011) e *enclave sapatão*, uma metáfora poética inspirada na geografia política e no pensamento de pensadoras lésbicas da segunda onda do feminismo, como o conceito de *heterossexualidade compulsória* (Rich, 2010).

Foi dessa maneira, que consegui romper com as representações sociais dentro do próprio feminismo e alcançar os lugares do interdito social que escapava, inclusive, dentro desses contextos de forte invisibilidade e luta social. A aparição das diferenças, que com o impacto crescente das TRANSMASCULINIDADES na esfera pública, não podia mais seguir achando que aquele assunto não me atravessava e falava diretamente comigo. É importante frisar que durante toda essa trajetória feminista, busquei apagar em mim, a masculinidade em corpos com vulvas — e que agora pude finalmente e em coletivo, adentrar e alcançar os lugares do interdito social, do que segue escapando e politicamente sendo deixado de fora. E é assim que furei mais essa representação do suposto campo progressista e transcendi a *prática visual feminista* do LUTO para

pautar as *Masculinidades Embucetadas* e, conseqüentemente, esta pesquisa de doutorado. É importante frisar que, antes de se tornar o principal conceito operacional desta pesquisa, as *Masculinidades Embucetadas* surgiram para nomear o primeiro experimento visual/conceitual deste estudo, com o intuito de mobilizar e apresentar os sujeitos envolvidos dentro do contexto urbano, ou seja, para além da academia. Agora, busco compreender se esse momento é uma 4ª ou 5ª onda do LUTO, ou, não sendo, qual seria o lugar desses sujeitos e/ou práticas dentro do feminismo, retomando a pergunta crucial de Judith Butler (2003) sobre quem e quais corpos constituem o sujeito do feminismo.

### Os jogos urbanos identitários das Masculinidades Embucetadas em campo

Nesses anos de ativismo, tenho aprendido em coletivo que para desarmar uma parte da bomba colonial é preciso transformar a ofensa da norma em motivo de orgulho e identidade. Sigo em companhia dos mesmos dilemas de invisibilização e exclusão causados pelas identidades, só que atualmente tenho me debruçado sobre a estética cultural e social do futebol, um campo marcado por normas rígidas e cisheteromasculinistas. Utilizo agora o retorno também ao poder da metáfora - algo que transita *entre* o literalizar, que buscava no desenrolar dessas práticas, e o poetizar/ficcionar, como um campo que abre novos/outros/diferentes horizontes que podem impactar a realidade - para abordar as questões sociais, materiais e as complexidades envolvidas nas identidades. Não mais como máscaras da prática visual do LUTO e/ou de pirraça urbana da Multidão SAPATRANSBONDE, mas como parte dos *jogos urbanos identitários das Masculinidades Embucetadas em Campo*, investigando e ao mesmo tempo revelando as complexidades identitárias que vão se movendo a partir das aparições cada vez menos invisíveis destinadas a esses sujeitos.

Por meio dessa ação, busco instaurar aparições tanto no campo poético quanto no social e cultural, para observar e avaliar os impactos e confrontos que provocam no contexto social e político das identidades normativas. Nomear essas aparições é fundamental para que sejam percebidas, pois, como discutido anteriormente, a norma tende a suprimir e apagar as diferenças, enquadrando-as nos binários coloniais da cisgeneridade. No entanto, ao serem percebidas, surgem inevitavelmente reações adversas. É nesse campo minado pela norma que artificialmente, tenho produzido em diálogo constante com a existência, a presença desses sujeitos que me atravessam o corpo inteiro.

Afinal, não me esqueço de uma tatuagem que vi/li no corpo de um homem trans durante o *OcupaLeme: Pelo direito de existir em todos os espaços*, realizado em 29 de janeiro de 2023, Dia Nacional da Visibilidade Trans, pelo coletivo da Liga Transmasculina João Nery em que dizia: “Vocês quase conseguiram me convencer que eu não existia”.

Assim, é que me apropriei das camisas de futebol do Flamengo, time de maior torcida do Brasil, e troquei o nome dos jogadores, para trazer estampado - #riodeenconstas - as identidades (nomeações advindas da opressão/xingamentos e também da resistência/invenção reelaboradas dentro da própria comunidade) vinculadas às *Masculinidades Embucetadas*, como: EX-MULHER, BOYCETA, HOMEMTRANS, SAPATÃO, GRELO-DURO, INVERTIDU, XXBOY, MULHER-MACHO, TRANSMASCULINE, etc. e que sigo usando essas *Camisas do Time das Masculinidades Embucetadas em Campo* (2022), em meu cotidiano e deslocamentos pelos variados espaços urbanos. Foi também na tentativa de nomear esse coletivo/time de sujeitos que cheguei nesse conceito operacional *das Masculinidades Embucetadas*.

Outra motivação importante deste trabalho é que busco reelaborar em mim que ao ser lido/reconhecido/interpelado pelo outro/sociedade como pertencente a qualquer uma dessas identidades ou nomeações avizinhas, não me seja motivo de ofensas e sim de orgulho/afeto, mitigando os efeitos nocivos das *guerras de fronteiras* que nos alerta Jack Halbestam (2008) sobre o pensamento de Gayle Rubin e os *raxxas* entre as feministas, lésbicas e as pessoas transmasculinas, por exemplo. Abrindo espaço para políticas de alianças para além das identificações positivas entre comunidades diferentes e/ou iguais, repensando esses du-elos através do negativo, das redistribuições de ofensas (como a norma nos enxerga), algo em comum com o conceito de *dororidade* da Vilma Piedade (2017), pois como já citado neste texto e nos alertou Foucault (1988), é impossível fugir do poder, acrescento, da linguagem/identidade.

Logo em seguida, resolvi compartilhar umas das principais angústias da pesquisa em forma, desta vez, de bola de futebol e espalha-las pela cidade do Rio de Janeiro-RJ, esse trabalho intitulei de *Embolada de Gênero* (2022), e consiste em espalhar mais de 100 bolas de futebol como disparador de sociabilidade e armadilhas de gênero que ao serem levadas para outros espaços, principalmente o privado, colocam em xeque a cisgêneridade da masculinidade hegemônica, pois ao centro da bola está presente a imagem do mascote criado pelo próprio jogador de futebol Gabigol (ídolo do Flamengo) vestindo a camisa do EX-MULHER e envolta das palavras MASCULINIDADES EMBUCETADAS. O que essas bolas podem causar em quem é impactado por elas?

Só o tempo e os diversos jogos de gênero poderão dizer, afinal, o que estamos colocando em xeque com nossas reexistências transgêneres e/ou dissidentes do sistema sexo-gênero é a própria incapacidade de se ter convicção de alguma leitura de gênero em comum acordo com o cis-tema sexo/gênero, já que estas leituras sociais são insuficientes para reconhecer o gênero de alguma pessoa, quem dirá o sexo/genitália, daí o trocadilho do próprio título do trabalho com o gênero musical que prima pela improvisação e reinvenção de linguagem, próprio do cancionista e da cultura nordestina - *De repente à Embolada de Gênero: embates entre as 'novas' e antigas identidades de gênero vinculadas às Masculinidades Embucetadas* (Taliboy, 2023).

Em relação aos afetos às Masculinidades Embucetadas, que por tanto tempo me causaram temor e agora 'tremor' e das quais como já citei busquei passar ao largo, é que hoje, como bom filho que ao campo retorna, volto também diferente, e cheio de afeto. E sigo espalhando grandes lambes das *Afetividades às/das Masculinidades Embucetadas ou AUTO-AMOR* (2024), a exemplo da primeira trinca pelos espaços urbanos de grande circulação da cidade do Rio de Janeiro como: *EU AMO EXXU*, *depois EU AMO GRELO-DURO* e *EU AMO XXBOY*, todos assinados como MASCULINIDADES EMBUCETADAS.

Utilizo das mesmas estratégias do poder normativo em transformar territórios/cidades/países em identidades nacionais/locais que são comercializadas em lojas de souvenirs, e que agora, viram táticas e/ou parte dos *jogos urbanos identitários*, para as aparições cada vez mais constantes de nossas *reexistências*. Assim é que sigo redistribuindo os afetos e o AUTO-AMOR tão negado a *nóixx* das MASCULINIDADES EMBUCETADAS.

Acrescento que só é *CAPAZ* de oferecer afeto, quem também recebe, assim sujeitos políticos que somos, expressamos solidariedade e empatia aos mesmos de quem recebemos apoio, guarita e um cadinho de prazer, afinal este trabalho tem como tema central a força de transformação gerada a partir dos afetos positivos (Spinoza, 2017), e também nos reafirmamos *juntas* aos afetos negativos, transformando-os a violência em sua capacidade oposta de construir alianças que brotam das/nas ruas a exemplo do *RAPAZ* pertencente às *MASCULINIDADES EMBUCETADAS* que se questionou se

*HÁPAZ* na *PALESTINA* e logo afirmou que se não há *PAXXLESTINA*, não pode haver *PAXX* em canto nenhum no globo, e que exatamente 6 meses após o Estado genocida de Israel, decidir com anuência da maior parte do globo eliminar os palestinos da Faixa de Gaza é que *EU AMO PAXXLESTINA*, apareceu bem grande pelas bandas do bairro de Botafogo, mesmo bairro em que foi construído o polêmico Museu do Holocausto, no Morro do Pasmado, área de proteção ambiental e inaugurado na gestão bolsonarista no ano de 2020, no Rio de Janeiro-RJ, em que conta com um obelisco gigantesco que tem na sua base as seguintes palavras *NÃO MATARÁS*.

Assim, moderados pela urgência dos tempos é que esses grandes lambes afetivos também estiveram presentes nos atos já históricos de visibilidade TRANS de 2024 como a 1º MARSHA TRANS/TRAVESTI em Brasília, 1º MARCHA TRANSMASCULINA em São Paulo, na Vila Olímpica do Encantado, onde acontece os treinos do time de futebol transmasculino chamado TRANS UNITED, Zona Norte do Rio de Janeiro, no #8m na candelária no Rio de Janeiro e no Paseo de la Independencia na Cidade do México, incluindo o espaço aéreo da famosa Zona Sul carioca, através da AEROPROPAGANDA no dia do orgulho LGBTQIAPN+ de 2023 com os dizeres: *EU AMO MASCULINIDADES EMBUC#T4D4S*.

Já o vídeo *Primavera das Masculinidades Embucetadas: Inventando o Sexo*, que também está dentro da temática dos afetos, foi produzido em meio a pandemia no ano de 2020 para ser enviado a um afeto lésbico, mas que por falta de referências vinculadas as corporeidades das Masculinidades Embucetadas, nunca chegou ao seu destino final, pois antes, sabia que era preciso retrabalhar o imaginário desse corpo invisível na sociedade para que assim saísse do campo do interdito social e se tornasse um corpo passível de afeto, assim que em 2023, foi exposto na *Mostra Digital Ars Sexualis Vasto Endênico*, com curadoria de Phoebe Degobi.

Já o projeto performativo *Lápis de Ricar o Gênero Colonial* (2023) emergiu do meu cotidiano, especialmente dentro do ambiente acadêmico, onde minha autoidentificação como pessoa transmasculina não estava sendo garantido. Decidi, então, acelerar processos e experimentar *novos* modos de expressão, utilizando o *lápis de olho* para marcar o gênero colonial, desenhando uma barba sutil e um cavanhaque sobre os pelos ralos que começaram a crescer em meu rosto. Refletindo sobre os fundamentos teóricos desta pesquisa, que envolve o reconhecimento e a subversão, percebo que simplesmente reconhecer este corpo fora ou além da norma no Brasil, constitui, ainda hoje, um ato de subversão. As influências desse trabalho tem raízes na cultura DragKing e na comunidade sapatão. Estes elementos de reexistência, agora, são incorporados ao meu dia a dia, orientando minhas interações sociais dentro do contexto normativo, e trazendo à tona de modo não verbal as masculinidades em corpos com vulvas.

Na série de trabalhos intitulada *ISTO NÃO É UMA GENITÁLIA! ou Ceci n'est pas des organes génitaux!* (2023), procuro analisar e desafiar os conceitos convencionais, assim como as *poéticas* sobre o que significa ter ou não ter 'entre' as pernas para fazer parte do time das *Masculinidades Embucetadas*. Também discuto a ideia das *PENCAS DE PROTEÇÃO* ou *BALANGADÃ*, influenciado pela artista carioca Maria Lucas, colega da pós-graduação, e seu livro-ensaio de 2020 intitulado *Prótese de Proteção*. Este trabalho é enriquecido pelas experiências e encontros com os *Ebós* e as encantarias afro-originárias presentes nas ruas e encruzilhadas das cidades que venho circulando, como um *ebó* para os erês que encontrei ao visitar o Alto da Boa Vista, próximo à Floresta da Tijuca, no Rio de Janeiro-RJ. Troquei uma bola da *Embolada de Gênero* por brinquedos e doces, que serviram para a produção das primeiras *PENCAS DE BALANGADÃS*, as quais pendurei entre as pernas e fui retirando ao abrir o zíper da calça. Relembrando e atravessando o primeiro trabalho dessa série, que consiste em produzir zippers fálicos em formato de papel tracejado e prendido sobre a braguilha da



calça, assim como no formato de triângulos, e mesclando as duas formas uma sobre a outra para produzir um terceiro caminho por sobre os binários da representação. Trazendo para o primeiro plano o que permanece invisível, mas presente. E é assim que tenho buscado costurar conexões 'entre' a ficção e a realidade, produzindo uma série de imagens através da fotoperformance, a exemplo de um duplo autorretrato numa referência aos gêmeos *ibejis*, São Cosmes e São Damião, e como um pequeno vídeo-registro contendo diferentes PENCAS DE BALANGADÃS que compartilhei nas redes sociais.

Tenho desenvolvido meus próprios rituais de proteção para questionar e subverter a importância atribuída aos genitais e sexos em nossa sociedade contemporânea, desafiando os binarismos de sexo, gênero e desejo. Esse jogo foi iniciado de forma mais consciente no final da pandemia de 2021, ainda em minha cidade natal Vitória da Conquista, Bahia, e enriquecido por experiências posteriores no Rio de Janeiro-RJ, a cidade maravilhosa, em que tenho explorado situações que replicam as aparições das *MASCULINIDADES EMBUCETADAS* em diferentes momentos do meu cotidiano (em campo). O caráter prático e performativo dessas atividades é o que realmente importa, mais do que qualquer resultado final pretendido. É fundamental destacar que essas manifestações não se limitam a uma imagem fixa ou conclusiva, como poderia supor um olhar apressado e desinteressado do cis-tema da arte, mas que podem ser ativados a qualquer momento e em qualquer circunstância, quando o objetivo for trazer o foco para nossas reexistências.

### Considerações finais e parciais

Influenciado pelos encontros e desencontros proporcionados por este vasto outro, continuo a construir essas propostas das *práticas visuais enquanto jogos urbanos identitários das Masculinidades Embucetadas em campo*. A cada dia, desenvolvo uma compreensão mais consciente e potencializada dos mecanismos/artifícios de representação/controle/linguagem/identidade/imagem a nosso favor enquanto apresentação/vivência da comunidade trans e outras dissidências identitárias, como parte deste giro tático para desarmar a bomba colonial das identidades.

Ao refletir sobre como cheguei no binário *jogo/realidade*, compreendi que estes já me acompanham há muito mais tempo do que o recorte temporal desta pesquisa. As situações que foram acontecendo em minha vida e que estavam no campo da brincadeira/jogo/imaginação eu acabei levando a sério, já as que eram situações a sério, reais, burocráticas, eu tentei muitas vezes encarar como brincadeira. Não de forma premeditada, consciente ou tática como gostaria e teria sido mais fácil, mas foi a forma que fui encontrando de desvencilhar ou lidar com as situações opressivas que foram acontecendo ao meu redor.

A espinha dorsal desta pesquisa reside na investigação das *práticas visuais urbanas* como táticas de sobrevivência que operam no espaço do não dito. Foi através dessas práticas que tomei consciência dessas táticas, caracterizadas por rompantes intuitivos, intempestivos, sutis, explosivos e impactantes. O desafio está em nomear essas práticas, trazer o não dito para o dito, e compreender se essa transição é realmente necessária ou se, em certos contextos, o não dito é que possui a capacidade para subverter o *status quo* e desafiar o que está estabelecido. Mais do que buscar uma resposta definitiva, é essa investigação que define o núcleo desta pesquisa.

O intuito é compartilhar ferramentas que, em meio ao caos, consigam criar/produzir intervalos, mesmo que momentâneos, e que possam ser compartilhados, repetidos enquanto memória/jogo, criando outros laços comunitários, que ao mesmo tempo que ornamenta, expande a vida (Huizinga, 2004).

Pretendo futuramente desenvolver melhor o que entendo com a palavra *urbano*, como um campo de disputa que envolve tanto a presença viva nos espaços físicos da cidade, quanto seus transbordamentos virtuais para dentro das demandas dos movimentos sociais, culturais, e das presenças nos ambientes virtuais.

Há também, uma pitada de *pirraça urbana* (Taliboy, 2021) na apropriação polêmica da palavra *identitária*, uma vez que não podemos nos esquecer que essa palavra é usada para desmerecer os avanços sociais via implementação de políticas públicas das identidades na América Latina.

Neste texto busquei refletir e trazer bastante ênfase no caminho, processos, trajetórias e prática visuais que tem a capacidade de nos impactar e mudar nossa rota, nossos lugares sociais predestinados pela norma, e conseqüentemente nossas identidades dadas como fixas, completas e inalteradas, entendendo o caminho ou os modos de ação pertencentes aos *coletivos de desenhos automáticos, as pinturas guerrilhas, a prática visual feminista, as pirraças urbanas e os jogos urbanos identitários* como possíveis aliados. Importante dizer que esses *modus de aparição* deixam de ser apenas um *modus de ação das práticas visuais urbanas* e vira também parte do escopo temático, favorecendo e ampliando os sentidos aos debates identitários na contemporaneidade.

E já *fexxando* essa escrita por hora, em meados do início de julho de 2024, trago alguns nomes de autores, artistas, intelectuais, pesquisadores, ativistas e coletivos de pessoas TRANSMASCULINES e NÃO-BINÁRIES que tenho acompanhado de perto e que muito contribuem para essas questões. Entre eles estão: Amiel Vieira, Leonardo Peçanha, Jordhan Lessa, Guilherme Almeida, Dri Azevedo, Bruno Santana, Francisco Sena, Kaio Lemos, Formigão, Vércio, Tito Carvalhal, Jupitter Pimentel, Tom Grito, be rgb, Zeca Carú de Paula, Leonardo Tenório, Elton Panamby, Miro Spinelli, Lyrio Negre, Rodolpho Correa, Merlin Magalhães, Caio Jade, OMari Scarambone, Lor de Paula, Thales Gabriel Moura, Benjamin de Almeida Neves, Tiago J. Ribeiro, Kyem Ferreiro, Juno Nedel, Lino Arruda, Fefa Lins, Aqualien, Mika Kaliandrea, Kaleb Giulia, Ruda Ramos, Gael Jardim, Luca Scarpelli, Lui Rodrigues dos Santos, Mascucetas, Kaleo Mendes, Juca, Rodolpho Correa, Ju Motter, Ian Habib (idealizador do Museu Transgênero de História e Arte - MUTHA), Fabian Kassabian (idealizador da plataforma de cursos online Bravasp), Leo Moreira Sá e Daniel Veiga (do Coletivo de Artista Transmasculines - CATS), Bruno Pfeil, Cello Latini, Thárcilo Luiz da Silva Hentzy, Nicolas Pustilnick e Cauê Assis de Moura (da Revista Estudos Transviade), Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT), Gabriel Van e Lord.It (da Liga Transmasculina João Nery). Uma parte do time das *Masculinidades Embucetadas* que, de tanto me atravessarem, muitos se transformaram em afetos pelos quais sou eternamente grato. E deixo o espaço aberto para as tantas outras pessoas que irão se somar a essa lista num futuro bem próximo!

AXXÉ!

## Referências

- BEAUVOIR, Simone. de. *O Segundo Sexo: Fatos e Mitos / A Experiência Vivida*. Trad. Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*. Editora: Civilização Brasileira. 21ª edição, 2003.
- BUTLER, Judith. *Corpos que importam: sobre os limites discursivos do sexo*. Daminelli, V. et al (Trad.). São Paulo: n-1 edições, 2019.
- BUTLER, Judith. *A vida psíquica do poder: teorias de subjetivação*. Tradução de Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- CASTRO, Viveiro. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. *Mana*, 2(2), 115–144. <https://doi.org/10.1590/S0104-93131996000200005>
- COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento Feminista Negro: Conhecimento, Consciência e a Política do Empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- FOUCAULT, M. *A história da sexualidade I: A vontade de saber*. Albuquerque, Maria Thereza (Trad.). 13 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.
- HALBERSTAM, Judith. *Masculinidad femenina*. Barcelona-Madrid: EGALES, 2008.
- HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2016.
- HEGEL, G. W F. *Fenomenologia do espírito*. Editora: Vozes. 2ª edição, 1992.
- HIRSI ALI, A. *Infidel: A História de uma Mulher que Desafiou o Islã*. Trad. George Schlesinger. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- HOOKS, Bell. *Teoria Feminista: Da Margem ao Centro*. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- HUIZINGA, J. *Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura*. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Coleccion Sur Sur. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2005.
- PIEDADE, Vilma. *Dororidade*. Rio de Janeiro: Editora da Casa, 2017.
- PRECIADO, Paul. *Um Apartamento em Urano: Crônicas de travessia*. Aguiar, Eliana (Trad.). Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- RICH, Adrienne. *Heterossexualidade compulsória e existência lésbica*. Bagoas, Natal, n. 5, 2010, p. 17-44.
- RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. Tradução: Mônica Costa Netto. São Paulo: EXO Experimental / Editora 34, 2005.
- SPINOZA, B. *Ética*. Trad. Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- TALIBOY. *LUTO enquanto prática e tática visual de pirraça urbana da Multidão SAPATRANSBONDE*. Orientador: Roaleno Amâncio Costa. 2021. 276f. il. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) - Escola de Belas Artes, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.
- TALIBOY. Relato de experiência enquanto escrita de artista: Reflexões acerca da prática visual do trabalho Masculinidades Embucetadas no contexto de Arte, Sujeito e Cidade. *Revista Estudos Transviades*, Rio de Janeiro-RJ, v.3, n.6, p.87-111, novembro, 2022. Disponível em <<https://revistaestudostransviades.wordpress.com/2022/11/09/518/>>. Acesso em 25/06/24.
- TALIBOY. De “repente” a “embolada de gênero”: embates entre as “novas” e “antigas” identidades de gênero vinculadas as Masculinidades Embucetadas. *Revista Estudos Transviades*, Rio de Janeiro-RJ, v.4, n.8, p.42-78, 2023. Disponível em <<https://revistaestudostransviades.wordpress.com/2023/08/08/revista-estudos-transviades-v-4-n-8-ago-2023/>>. Acesso em 08/05/24.
- TALIBOY. Práticas visuais enquanto jogos urbanos identitários das masculinidades embucetadas. In: *CINABETH, Ciência e Arte do Encontro: o Rio de Braços Abertos... Campina Grande*: Realize Editora, 2024. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/106769>>. Acesso em: 07/07/2024
- OSTROWER, Fayga. *Acasos e Criação Artística*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- VERGUEIRO, V. Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial. In: MESSEDER, S., CASTRO, M.G., and MOUTINHO, L., orgs. *Enlaçando sexualidades: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero* [online]. Salvador: EDFBA, 2016, pp. 249-270
- WARNER, M. *Fear of a queer planet: queer politics and social theory*. Minnesota: Minnesota Press, 1991.



# PAISAGEM CULTURAL EM TRANS-ITO

## Uma iconografia em Campinas/SP

*CULTURAL LANDSCAPE IN TRANS-IT*  
*An iconography in Campinas/SP*

**Fernanda Nascimento<sup>1</sup> e Jane Victal<sup>2</sup>**

### Resumo

Este estudo aborda inscrições murais nas cidades contemporâneas como forma de resistência. Muitas delas são classificadas como pixo e aparecem em locais de grande fluxo ou edificações abandonadas. Apesar de ser considerado crime, é uma expressão usada por grupos para ocupar territórios e dar voz a críticas. Também podem provocar reflexões, especialmente em questões políticas e sociais – raça, gênero, classe social. A partir de pesquisa teórica e coleta iconográfica, o estudo enfoca as interações cidade-pixação, questionando paradigmas como o direito à propriedade. Além de analisar o potencial dessas escritas como forma de resistência e voz para populações excluídas pelos poderes hegemônicos, estabelece como recorte um olhar para a população transgênero e políticas de cerceamento a que esses corpos queer estão submetidos. Esta pesquisa busca compreender os modos e discursos em torno dessa prática, analisando como ela pode desafiar os sistemas totalitários, destacando sua importância cultural e territorial na paisagem urbana.

Palavras-chave: pixação, paisagem, queer, estudos urbanos, TRANS-ito.

### Abstract

*This study addresses mural inscriptions in contemporary cities as a form of resistance. Many of them are classified as graffiti and appear on walls in high-traffic areas or abandoned buildings. Although considered a crime, graffiti is an expression used by groups to occupy territories and voice criticism. It can also provoke reflection, especially on political and social issues such as race, gender, and social class. Based on theoretical research and iconographic collection, the study focuses on city-graffiti interactions, questioning paradigms such as the right to property. In addition to analyzing the potential of these writings as a form of resistance and voice for populations excluded by hegemonic powers, it establishes as a focus a look at the transgender population and the policies of restriction to which these queer bodies are subjected. This research seeks to understand the modes and discourses surrounding this practice, analyzing how it can challenge totalitarian systems, highlighting its cultural and territorial importance*

1 Mestra em Design, vínculo institucional: Centro Paula Souza, fernandancintra@gmail.com. Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (POSURB-ARQ) da Escola de Arquitetura, Artes e Design da PUC-Campinas, mestre em Design pela Universidade Anhembi Morumbi (2020), pós-graduada em Negócios da Moda pelo Senai-SP (2010), graduada em Tecnologia Têxtil pela Fatec-SP (2006). É professora substituta do programa de graduação da Fatec-Americana, no curso de Design de Moda. É membro do grupo de pesquisa Estudos Urbanos: Cultura e Arquitetura (EU:CA).

2 PhD em Arquitetura e urbanismo pela Kings College London (2016); mestre e doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (1999) e graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1982). É Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (POSURB-ARQ) da Escola de Arquitetura, Artes e Design e do Programa de Pós-Graduação em Linguagens, Mídia e Artes (PPG-LIMIAR) da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas) nas linhas de pesquisa Teoria, História e Crítica em Arquitetura e Urbanismo, Projeto, Inovação e Gestão em Arquitetura e Urbanismo e Linguagens, Poéticas e Tecnologias. É líder do grupo de pesquisa Estudos Urbanos: Cultura e Arquitetura (EU:CA). Vínculo institucional: PUC-CAMPINAS, janevictal@puc-campinas.edu.br.

*in the urban landscape.*

*Keywords: graffiti, landscape, queer, urban studies, TRANS-it.*

### Introdução

Na paisagem das cidades, percebem-se mensagens que, entre outros propósitos, podem ser destinadas a comunicar, interagir, demarcar território, ritualizar, manifestar resistência e produzir cultura. Destacamos as inscrições, muitas vezes anônimas, deixadas em edifícios, também chamadas de pixações. Realizada em propriedades públicas ou privadas, a prática é frequentemente considerada ato de vandalismo e perante a lei é uma infração ambiental passível de multa ou detenção (Jusbrasil, 2023). Apesar de ser tida como crime, sua presença na paisagem das cidades é amplamente observada e bastante utilizada como crítica social dando voz aos pixadores, ao mesmo tempo em que pode instigar a reflexão e ampliar o debate sobre o direito à propriedade. No Brasil, a pixação é considerada crime ambiental nos termos do artigo 65 da Lei 9.605/98 que estabelece “pena de detenção de três meses a um ano e multa para quem pichar edificação ou conspurcar monumento urbano, concorrendo para danos à propriedade alheia” (Brasil, 1998). Além disso, por vezes, essas escritas subversivas aparecem vinculadas a protestos, denúncias e reflexões acerca de populações excluídas do discurso hegemônico e abordam temas políticos e sociais como raça, gênero e classe social, por exemplo. Destacam-se neste estudo as questões relacionadas à pauta Trans: no ano de 2023, no Brasil, houve um aumento de mais de 10% nos crimes de morte de pessoas transgênero em relação ao ano anterior. No contexto mundial, o país segue com o maior número de assassinatos dessa população (ANTRA<sup>3</sup>, 2024), sendo que, na região enfocada por este estudo, os casos de LGBTQIAP+fobia aumentaram 50% no ano de 2022 (G1, 2022).

O objetivo deste estudo consiste em investigar possíveis interações entre cidade e pixação, e os modos como produzem subjetividade e tensionamento, entendendo este tipo de arte como manifestação cultural dentro do campo do urbanismo. Observam-se algumas inscrições murais realizadas na cidade de Campinas. Para delinear algumas variáveis, partiremos da experiência de avistar inscrições murais na região central da cidade que se conectam com a pauta queer<sup>4</sup>, percebidas ao transitar pelas ruas e avenidas, da coleta iconográfica e da interpretação de registros fotográficos dos lugares onde foram encontradas (Solà-Morales, 2002). Com esse repertório, busca-se analisar questões como: onde essas inscrições foram realizadas, que tipo de mensagens transmitem, conexões com uma agenda queer, como provocam reflexões e tensões bem como de sua potência. Por meio de uma abordagem qualitativa e ensaio teórico, considerando esta a forma adequada para refletir e interpretar realidades sociais subjetivas em conexão com a coleta iconográfica (Banks, 2009). Busca-se alcançar o sentido socioespacial destas inscrições resultando em reflexões sobre fenômenos urbanos. Nesta linha, sugere-se o conceito de *terrain vague* formulado por Ignasi Solà-Morales (2002), para designar certos espaços residuais latentes nos territórios urbanos.

Em seguida, abordamos acerca dos conceitos de pixação (Budhazi; Victal, 2021; Caldeira, 2012; Tiburi, 2013), bem como da utilização de preceitos regulatórios sobre propriedade pública e privada (Alfonsin *et al.*, 2023), apesar da prevalência de uma agenda de repressão conforme o entendimento da gestão municipal e da sociedade

3 ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais.

4 Louro (2001) interpreta o termo queer como estranho, excêntrico, raro e extraordinário. Também se constitui na forma pejorativa com que muitas vezes são designados homens e mulheres não cisgênero. Esse termo é associado por uma vertente de movimentos LGBTI+ como forma de resistência, e contra a heteronormatividade.



Figura 1 – Primeiro pixo avistado: Rua Barão de Itapuru, 2043.  
Fonte: foto das autoras.



de forma geral. Concluindo, será analisado o potencial dessa intervenção urbana como forma de resistência e voz dessa população excluída pelos poderes dominantes (Butler, 2018; Nascimento, 2023; Preciado, 2011), tendo em vista aspectos culturais, espaciais e sociais que permeiam suas narrativas. Entendendo essa como uma cultura considerada marginal e subversiva, tendo como pano de fundo a cidade, a presente investigação buscará compreender as circunstâncias em torno dessas narrativas, seu teor transgressor e questionador de sistemas hegemônicos. Ao mesmo tempo em que se expande a compreensão sobre estes processos de criação e aplicação para variados campos do conhecimento, incluindo os estudos urbanos, discute-se como essa forma de expressão pode ser legitimada e apontada como estratégia que contempla a dimensão territorial da cultura e da paisagem.

### Paisagem em TRANS-ito

Para este estudo da paisagem urbana, adota-se o uso de coleta iconográfica por meio do registro fotográfico das inscrições *in loco*. Vamos chamá-la de paisagem em trânsito, pois essas intervenções murais foram primeiramente observadas em percursos realizados por automóvel nas vias de intenso fluxo da cidade de Campinas-SP entre os meses de março e abril de 2024. Considera-se a fotografia uma importante ferramenta para apreensão desses fluxos de ocupação. Solà-Morales (2002) defende este como um importante instrumento de representação da cidade, primordial em nossa experiência urbana, uma vez que fornece indícios na construção de imaginários sobre a paisagem. Nesse artigo, entenderemos paisagem como uma “decodificação individual do espaço experienciado” (Budahazi; Victal, 2021, p.18).

As inscrições murais observadas e coletadas para análise encontram-se em bairros próximos ao centro da cidade de Campinas. Destacam-se de outras inscrições pela cor, tipo de letra e forma de combinação de palavras para extrair significado, o que as fazem pertencer a um conjunto unificado, em formação serial, embora dispersamente arranjados. Cada unidade específica também obedece a um padrão combinatório: na



Figura 2 – Detalhes dos pixos encontrados. Fonte: fotos das autoras e Murillo Tedesco.

maioria das vezes, têm como destaque o termo TRANS<sup>5</sup> prefixando outros fragmentos de palavras e formando conjuntos no formato de prefixo + sufixo.

O primeiro pixo avistado e fotografado suscitou a reflexão sobre corpos queer, os modos como podem ocupar os espaços públicos e privados e sua potência (figura 1):

Logo em seguida, no longo do percurso vimos outras inscrições graficamente semelhantes em regiões sucessivas e interconectadas. Para este estudo, consideraremos catorze dessas ocorrências.

Em todos os pixos, vê-se o prefixo em letras maiúsculas (TRANS), sempre com o mesmo formato e escrita. Em sequência, normalmente em minúsculas, aparecem palavras como sufixo que, associadas, criam uma terceira palavra. A grande maioria dessas inscrições foi feita na cor vermelha.

As palavras encontradas foram substantivos e verbos: TRANSmissão, TRANSpor, TRANSe, TRANsação, TRANSy são, TRANSParente, TRANSlação, TRANSpirar, TRANSverso, TRANSgressão e TRANSformação. Algumas vezes, vêm acompanhadas de símbolos, como a barata, o caranguejo e outros que parecem preexistências a intervenção em questão (figura 2).

As inscrições murais são realizadas em fachadas de edifícios, pontos de ônibus e outros locais, como becos que conectam ruas. Diferentes de certas formas de pixo, que buscam locais altos nas empenas dos edifícios e de difícil acesso, as intervenções da série TRANS encontram-se sempre no 1º pavimento das edificações, no rés-do-chão, o que sugere a facilidade de encontrá-los e maior acessibilidade para visualização e compõem a paisagem do trajeto. A seguir, destacamos outros exemplos, com as palavras TRANSpor em imóvel abandonado, na rua Carolina Florence, 131 (figura 3); TRANSParente em beco da rua Carolina Florence, 1472 (figura 4) e TRANSmissão em ponto de ônibus, na rua Tiradentes, 980 (figura 5).

<sup>5</sup> Vale comentar que para esse artigo, escolhemos manter as palavras nos formatos maiúscula/ minúscula, para manter o aspecto utilizado nas inscrições analisadas.





Figura 3 – TRANSPor: Muro de imóvel abandonado: R. Carolina Florence, 131. Fonte: foto das autoras. Figura 4 – TRANSPARENTe: Muro de beco: R. Carolina Florence, 1472. Fonte: foto das autoras.

Ainda há uma intervenção feita no mesmo percurso e pertencente à mesma série. Contém as mesmas características de formato de letra e cor; no entanto, apresenta a frase: “Mexeu com uma, mexeu com todas. Machistas não passarão” (figura 6).

Tentando melhor compreender essa narrativa iconográfica que se formou na paisagem, buscamos mapear essas inscrições murais ao longo do percurso realizado. Foi possível perceber que todos os pixos estavam em um trajeto com raio de cerca de 6 km, que englobam a região próxima ao centro, nos bairros Vila Itapura e Guanabara e na região do Taquaral, nos bairros Jardim Brasil e Vila Nova. Além disso, têm em comum o fato de estarem em ruas de bastante fluxo de pessoas, em locais como pontos de ônibus, muros de locais abandonados ou para alugar, becos e outros, o que promove visibilidade e audiência.

Em seus estudos, Solà-Morales destaca o que chama de *terrain vague*; propõe um olhar para os espaços vazios e abandonados que compõem a paisagem e possuem potencial para processos de ressignificação dos mais variados. Utilizamos esse conceito em conexão à série apresentada nesse trabalho. Nas palavras do autor:

A relação entre a falta de uso, de atividade e a sensação de liberdade, de expectativa é fundamental para compreender todo o poder evocativo que os *terrain vague* têm na percepção das cidades nos últimos anos. O vazio, portanto, como ausência, mas também como promessa, como encontro, como espaço do possível, da expectativa (Solà-Morales, 2002, p.187, tradução nossa).

As áreas consideradas vagas ou não valorizadas e ocupadas pela paisagem que se forma com a presença dos pixos podem ser vistas como crítica e alternativa às forças dominantes:

São suas bordas carentes de uma incorporação eficaz, são ilhas interiores esvaziadas de atividade, são esquecimentos e restos que permanecem apartados da dinâmica urbana. Tornando-se áreas simplesmente des-abitadas, in-seguras, im-produtivas. Em suma, lugares alheios ao sistema urbano, exteriores mentais no interior físico



Figura 5 – TRANSMissão: Muro de ponto de ônibus: R. Tiradentes, 980. Fonte: foto das autoras. Figura 6 – Mexeu com uma, mexeu com todas: R. Doutor Buarque de Macedo, 959. Fonte: foto das autoras.

da cidade que surgem como contraimagem dela, tanto no sentido de sua crítica como de sua alternativa possível [...] Estrangeiros em nossa própria pátria, estranhos em nossa cidade, o habitante da metrópole sente os espaços não dominados pela arquitetura como reflexo de sua própria insegurança, de sua vaga peregrinação por espaços sem limites que, em posição alheia ao sistema urbano de poder, de atividade, constituem uma expressão física de seu medo e insegurança, mas também uma expectativa do outro, do alternativo, do utópico, do porvir (Solà-Morales, 2002, p.188, tradução nossa).

Assim, podemos conectar tais reflexões a essa paisagem em trânsito, se observarmos os locais onde foram fotografadas as escritas murais da série TRANS:

- TRANSMissão: muro de imóvel abandonado, Av. Barão de Itapura, 2043;
- TRANSPor: muro de imóvel abandonado, R. Carolina Florence, 131;
- TRANSe: muro de imóvel para alugar, R. Carolina Florence, 495;
- TRANSação: muro de imóvel para alugar, R. Dr. Melchert, 284;
- TRANs y são: muro de imóvel comercial, R. Carolina Florence, 730;
- TRANSPor: muro de beco, R. Carolina Florence, 1216;
- TRANSPARENTe: muro de beco, R. Carolina Florence, 1472;
- TRANSLaço: muro de imóvel abandonado, R. Carolina Florence, 1902;
- TRANSPirar: muro de ginásio de esportes, Av.Theodoreto de Almeida Camargo, 1027;
- MEXEU COM UMA, MEXEU COM TODAS, muro de ponto de ônibus, R. Dr. Buarque de Macedo, 959;



- TRANSmiação: Muro de ponto de ônibus, R. Tiradentes, 980;
- TRANverso e TRANsgressão: muro de terreno, R. Hércules Florence, 110 (2 pixos, no mesmo espaço);
- TRANsformação: muro de terreno utilizado como estacionamento, rua Barão de Atibaia, 600.

A seguir, mapa do trajeto percorrido: (figura 7)<sup>6</sup>:

Pesquisando os locais das inscrições nas séries históricas do programa *Google Street View*, não foi possível localizar exatamente as datas das intervenções. Entretanto, foi possível constatar que todas as inscrições da série TRANS foram realizadas num período de seis meses, prévio à observação empírica. Por exemplo, no *Street View* mais recente, em captura do mês de setembro de 2023, o ponto de ônibus da rua Tiradentes, na altura do número 980, ainda não contava com o pixo TRANS, o que indica que as intervenções foram feitas posteriormente, vide imagens a seguir (figura 8)<sup>7</sup>.

Houve apenas uma exceção. A imagem coletada da interface *Google Street View* feita em julho de 2023, na qual a intervenção já estava presente: o pixo “Mexeu com uma, mexeu com todas. Machistas não passarão”, feito no ponto de ônibus da Rua Buarque de Macedo, 959. De acordo com a série histórica do *Google Street View*, a imagem anterior data do mês de abril de 2021, o que nos leva a compreender que a inscrição provavelmente foi feita depois dessa data (figura 9)<sup>8</sup>.

Em pesquisas etnográficas<sup>9</sup> feitas nas redes sociais para este estudo, encontramos o prefixo TRANS sendo usado por outros ativistas da luta queer. Por isso, observaremos a vinculação dessas inscrições murais em relação a um público mais amplo, onde a comunidade busca fortalecer sua identidade para reforçar o debate.

Essa série, ao mesmo tempo em que disputa espaços da cidade com outras intervenções murais, pode formar caminhos e trajetos possíveis de serem lidos de formas diferentes. A experiência de avistamento desses pixos convidou-nos a refletir sobre duas pautas importantes: a prática da pixação e a questão trans, as quais serão discutidas a seguir.

## A pixação

Pixações<sup>10</sup> são inscrições murais comuns nas paisagens urbanas, e aparecem em

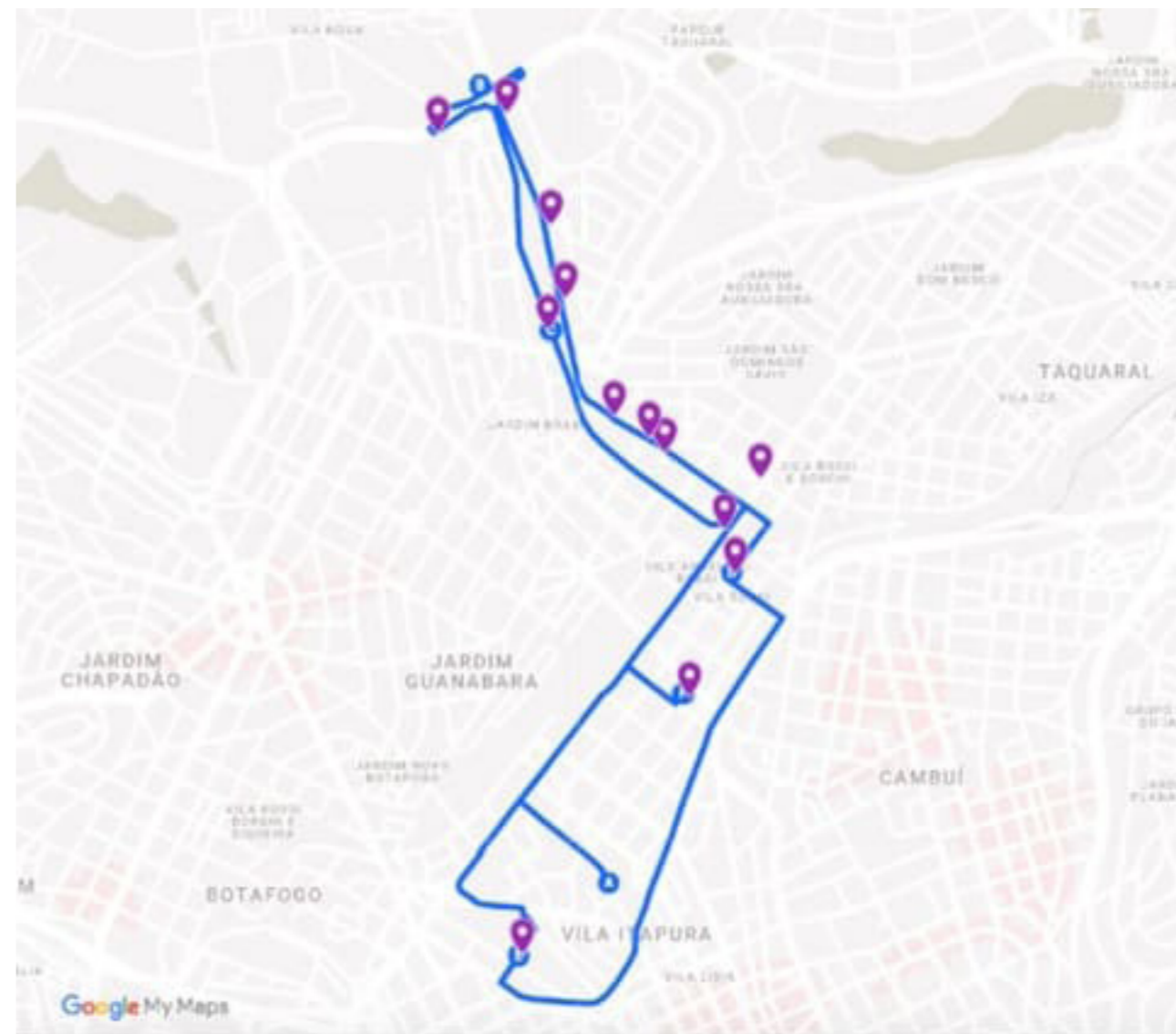
6 Disponível em: [https://www.google.com/maps/@-22.8890793,-47.0601587,3a,75y,298.24h,85.56t/data=!3m6!1e1!3m4!1swElmd87DZjf-5\\_fLcZyvtQ!2e0!7i16384!8i8192?entry=ttu](https://www.google.com/maps/@-22.8890793,-47.0601587,3a,75y,298.24h,85.56t/data=!3m6!1e1!3m4!1swElmd87DZjf-5_fLcZyvtQ!2e0!7i16384!8i8192?entry=ttu). Acesso em 11 abr. 2024.

7 Disponível em: <https://www.google.com/maps/d/edit?mid=1MyDOF7cl8ZLcUNiukDghoyXePzEoifs&usp=sharing>. Acesso em 13 abr. 2024.

8 Disponível em: <https://www.google.com/maps/@-22.8811165,-47.0664905,3a,75y,247.51h,75.76t/data=!3m7!1e1!3m5!1sfnJU3XrvegJODOsi7ahCng!2e0!5s20210401T000000!7i16384!8i8192?entry=ttu>. Acesso em 11 abr. 2024.

9 Metodologia aplicada para investigar e interpretar o comportamento do consumidor nas comunidades virtuais (Kozinets, 2014).

10 A grafia do termo pixação com X refere-se à autoconsciência dos praticantes dessas linguagens, oriundos das periferias (Tiburi, 2013).



muros de terrenos baldios, edificações abandonadas, locais de grande fluxo, zonas fronteiriças, locais com significados traumáticos, em cenários cada vez mais complexos. Muitos as veem como atos de vandalismo e a prática é criminalizada em grande parte do mundo. Portanto, os pixadores são apontados como infratores perante a lei. No Brasil, essa prática é encarada como crime ambiental nos termos do artigo 65 da Lei 9.605/98 que estipula pena de detenção de três meses a um ano e multa para quem pixar ou por qualquer meio conspurcar edificação ou monumento urbano (Brasil, 1998).

Em março de 2024, entrou em pauta na Câmara dos Deputados a proposta de um projeto de lei<sup>11</sup> que pretende, como penalidade aos infratores, suspender por seis meses a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e as linhas telefônicas dos autores da pixação, proibi-los de tomar empréstimos, além de obrigá-los a indenizar os proprietários pelos danos materiais e morais causados pelas intervenções. A proposta, do deputado Bibó Nunes (PL-RS), está sendo analisada pela Câmara dos Deputados. O parlamentar gaúcho justifica seu projeto e defende a propriedade pública e privada com as seguintes palavras: “A pichação é considerada essencialmente agressiva e desprovida de valores artísticos. Paisagens urbanas estão sendo exponencialmente deterioradas por essa prática” (Agência Câmara de Notícias, 2024).

Na sociedade contemporânea, são recorrentes as questões urbanas envolvendo principalmente a propriedade privada e esse debate já data do período imperial. Alfonsin *et al.* (2023) defendem que o direito à propriedade em transações que beneficiam

11 Mais informações em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1039646-projeto-preve-suspensao-por-seis-meses-de-cnh-e-de-conta-telefonica-do-autor-de-pichacao>. Acesso em 11 abr. 2024.

Figura 7 – Trajeto da paisagem em TRANSito. Mapa das autoras. Fonte: Google Maps.



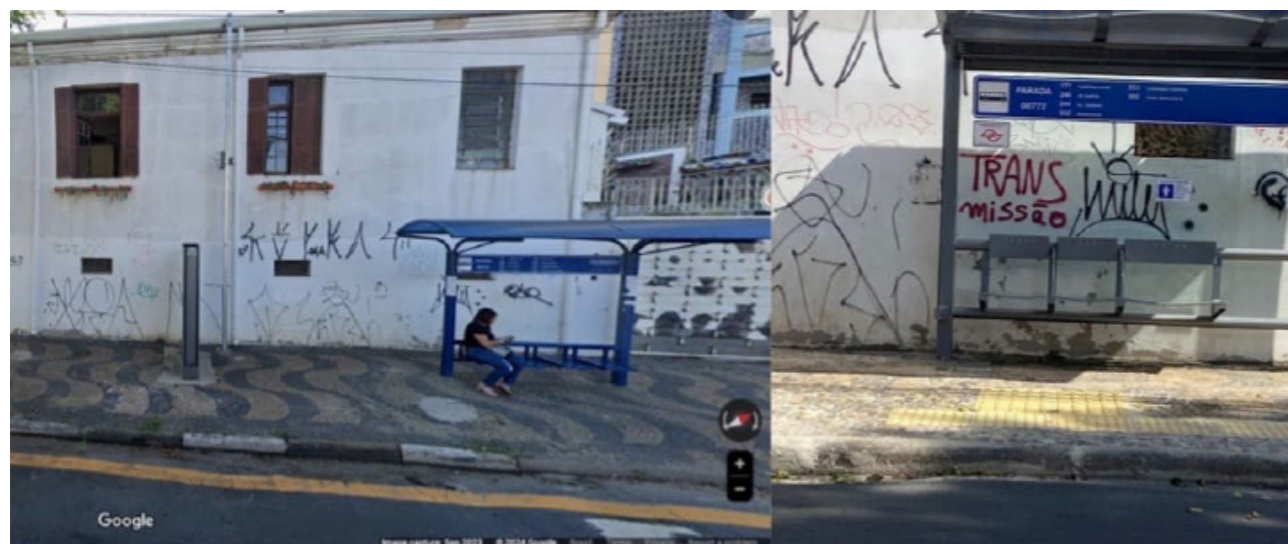


Figura 8 – Exemplo de comparação espaço-temporal da inscrição da série TRANS. Foto da esquerda, setembro de 2023 / imagem virtual. Fonte: Google Street View Foto da direita, março de 2024 / registro fotográfico in loco, fonte: acervo das autoras.

peças poderosas, como os proprietários rurais, é praticado desde o tempo do Império, período marcado pela violência contra os povos originários e a população negra escravizada. A partir da promulgação da Lei de Terras, em 1859 e até quase o final do século XX, a legislação brasileira tratou basicamente de proteger os direitos da propriedade privada. De forma ainda tímida e pouco efetiva, foi com a promulgação da Constituição Federal de 1988 que a função social da propriedade alcançou patamar constitucional, ao dispor que ela cumpriria sua função social, e determinar: “a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social” (Alfonsin *et al.*, 2023, p.306).

Apesar disso, somente em 2001 foi promulgada a Lei do Estatuto da Cidade, com normas de interesse social para regulação do solo urbano que visavam ao bem-estar da coletividade e do cidadão. Foi um preceito inovador, propondo que a descentralização e democratização da política urbana andassem lado a lado para desenvolver protocolos e políticas públicas voltadas à função social da propriedade, que é descrita como: “aproveitamento racional, utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei” (Jusbrasil, 2024).

Contudo, vale destacar que ainda hoje, é falha a aplicação desse mecanismo em razão de obstáculos práticos e conflitos de interesses das elites que concentram riquezas imobiliárias e desconsideram a pauta do acesso democrático ao solo e a diminuição das desigualdades sociais no que se refere ao direito à cidade. Nas palavras de Alfonsin *et al.* (2023):

[...] ainda é falha a aplicação do princípio da função social da propriedade urbana, muito em razão dos obstáculos práticos que decorrem do fato de os instrumentos existentes no Estatuto da Cidade entrarem, por vezes, em rota de colisão com os interesses das elites econômicas das cidades, que concentram a maior parte da riqueza e das propriedades imobiliárias urbanas e pouco se importam em democratizar o acesso formal da população de baixa renda ao solo (Alfonsin *et al.*, 2023, p.309).

O combate às pixações parte do fundamento de que estas intervenções infringem o direito dos proprietários das edificações nas quais são inscritas, sejam ambientes públicos ou privados, além de incomodar os transeuntes com a informalidade dos

discursos. Assim, podemos refletir que a interação dos pixos nas cidades é também modulada por questões econômicas e socioespaciais. Frequentemente, as inscrições murais são apropriações realizadas em edifícios e imóveis abandonados, terrenos e outros locais que podem suscitar a discussão sobre o direito à cidade, ao mesmo tempo em que instigam reflexões, dado o teor transgressor do ato de infringir a lei por meio de suas escritas. Vale observar que a maioria dos pixadores é oriunda das periferias (Caldeira, 2012), apartada das zonas privilegiadas da cidade, desprovidas de infraestruturas de transporte efetivo, segurança, saneamento básico, saúde e lazer, entre outros. Portanto, a realização dessas intervenções por toda a cidade tensiona a discussão sobre o papel social da terra urbana e, sobretudo, do direito à paisagem como fruição da parte pública da imagem da cidade. Interface entre os espaços público e privado, as fachadas dos edifícios produzem o cenário onde ocorre a experiência cotidiana do cidadão e, portanto, coloca-se a questão do bem comum como direito fundamental à cidade.

Os rabiscos em propriedades alheias – prédios, muros, viadutos, mídias urbanas – frequentemente contêm termos de crítica social e desabaços da voz dos pixadores. De acordo com Tiburi (2013), tal fenômeno em grandes cidades é tanto estético quanto político e esse gesto transformado em arma de enfrentamento às desigualdades pode converter a prática em uma das formas mais poderosas de expressão na atualidade. Utilizando-se do suporte das fachadas e muros dos edifícios, manifesta-se a partir de eventos cotidianos de uma população que produz uma cultura antagônica às tendências hegemônicas (Budahazi; Victal, 2021).

Caldeira (2012) entende que os jovens periféricos podem enfrentar o desafio da desigualdade por meio de manifestações como a dança, a música, o *grafitti* e a pixação, práticas urbanas engendradas por esses jovens que estão transformando o antigo *modus vivendi* e criando condições de visibilidade para certos grupos da população. A prática das inscrições murais, além de servir como protesto, constitui um manifesto que busca debater o uso dos espaços da cidade por diferentes indivíduos, face às políticas higienistas e excludentes. Para a autora:

[...] as recentes práticas urbanas, surgidas com mais nitidez a partir da década de 1990, vêm ocupando e reconfigurando os espaços públicos que foram sendo abandonados em consequência do entrincheiramento e da adoção das tecnologias de segurança. Além disso, tais práticas transformaram o antigo *modus vivendi* que garantia a relativa invisibilidade das camadas mais pobres, assim como a desatenção perante as profundas desigualdades sociais e

Figura 9 – Imagens do ponto de ônibus da Buarque de Macedo. Foto da esquerda: datada de abril de 2021 / Fonte: Google Street View. Foto da direita: datada de julho de 2023 / Fonte: Google Street View.

espaciais. São os jovens protagonistas das novas práticas urbanas que engendram novas condições de visibilidade para as camadas subalternas. Aqueles mesmos jovens, que supostamente deveriam circular por outros locais, passam agora de maneira transgressora e agressiva a ocupar o espaço público, a imprimir nele suas marcas, a reivindicar direitos sobre ele e a transformá-lo em local de lazer. Ao fazerem isso, trazem à luz as desigualdades. (Caldeira, 2012, p.5).

Para Tiburi, o pixo é uma das formas utilizadas pelos jovens das periferias em busca de visibilidade e reconhecimento, além de ocupação e reconfiguração de espaços públicos. Em suas palavras:

O que os praticantes da pixação põem em cena é um radical questionamento sobre o espaço urbano, um questionamento que é teórico e prático, artístico e retórico [...] dá, a partir desta ação, lugar a um ponto de vista novo: aquele que podemos chamar de um “direito visual à cidade”. Dominada por especulações imobiliárias, pela propaganda e por uma verdadeira ditadura estética, qualquer cidade é hoje transformada em dispositivo de poder cada vez mais excludente (Tiburi, 2013, p. 39).

Em conexão com estas reflexões, Nascimento *et al.* (2023) fazem uso do termo ‘arquitetura do abandono’ para delinear os indivíduos em invisibilidade (negros, LGBTQIAP+, mulheres, pobres e outros) levando em conta desde arquitetura até espaço urbanizado em variadas escalas, além de entender o abandono como uma estratégia de invisibilidade e esquecimento de tais populações, que não possuem qualquer suporte para uma vida digna, além da falta de representatividade em cargos de decisão.

Também é possível perceber que essas populações permanecem intelectualmente ignoradas em espaços de saber, o que limita o alcance de suas obras: “[...] pensamentos e ações que promovem a segregação socioespacial [...] invalidando e inviabilizando seus trabalhos, permanecendo com baixo reconhecimento intelectual nos espaços do saber e, portanto, com alcances ainda limitados” (Nascimento *et al.*, 2023, p. 304).

É perceptível que essas escritas subversivas se conectam a protestos, denúncias e reflexões acerca de populações excluídas do debate hegemônico ao abordar questões como raça, gênero e classe social. No sentido do direito da propriedade e sua concentração nas mãos dos economicamente prestigiados, abordaremos expressões ligadas a pautas de populações excluídas dos discursos predominantes – as pessoas transgênero – que ainda hoje enfrentam restrições e cerceamento de seus corpos.

### A pauta trans

Como mencionado anteriormente, as questões abordadas pela pixação constantemente buscam dar voz e protagonismo a pautas sociais, tais como as questões raciais, de gênero ou classe social. Neste estudo, destacaremos aquelas relacionadas ao gênero, em especial envolvendo as pessoas transgênero em articulação com as práticas murais apresentadas nesse artigo.

Transgênero é um termo amplo, utilizado para descrever pessoas que se identificam com um gênero diferente daquele que lhes foi atribuído ao nascer. Em alguns contextos, a palavra pode ser sinônima de transexual ou ainda englobar outras identidades, como o não-binário (indivíduo que não se identifica como homem ou mulher) e agênero.

Muitas pessoas buscam procedimentos médicos e estéticos, como a cirurgia de redesignação sexual e a terapia hormonal para adequar seu corpo ao gênero ao qual pertencem, embora possam ser consideradas transgêneras antes de passarem por tais processos. Travesti é uma das variadas identidades possíveis dentro do grupo. O termo é comumente associado à mulher transexual que não fez cirurgia de readequação sexual, embora essa seja uma percepção equivocada, pois não são os genitais que definem o gênero (Machado, 2024).

Para Paul Preciado (2011) é no cenário da normalização da identidade homossexual e do cerceamento dos corpos por uma pauta patriarcal que as minorias LGBTQIAP+ tem atuado, questionando a validade da noção de identidade sexual como o único fundamento da ação política e opondo diferenças outras, como as raciais, etárias e deficiências, por exemplo. O autor defende que, atualmente, os gêneros aparecem em fluxos diversos de justaposição e contraposição, o corpo é a potência que torna possível a incorporação prostética dos gêneros, que ele intitula queer:

[...] torna-se não somente um lugar de poder, mas, sobretudo, o espaço de uma criação na qual se sucedem e se justapõem os movimentos feministas, homossexuais, transexuais, intersexuais, transgêneros, chicanas, pós-coloniais... As minorias sexuais tornam-se multidões. O monstro sexual que tem por nome multidão torna-se queer (Preciado, 2011, p.14).

Para Preciado (2011) os corpos da chamada multidão queer, são as reapropriações e desvios dos discursos hegemônicos da anatomia, amparados em uma heteronormatividade cisgênero, que construiu a narrativa de corpo considerado normal. Para o autor:

A multidão queer não tem relação com um “terceiro sexo” ou com um “além dos gêneros”. Ela se faz na apropriação das disciplinas de saber/poder sobre os sexos, na rearticulação e no desvio das tecnologias sexopolíticas específicas de produção dos corpos “normais” e “desviantes”. Por oposição às políticas “feministas” ou “homossexuais”, a política da multidão queer não repousa sobre uma identidade natural (homem/mulher) nem sobre uma definição pelas práticas (heterossexual/homossexual), mas sobre uma multiplicidade de corpos que se levantam contra os regimes que os constroem como “normais” ou “anormais” (Preciado, 2011, p.16).

Segundo estudos, estima-se que 2% da população brasileira pertencem ao grupo de pessoas trans e não-binárias, o que equivale a cerca de 3 milhões de indivíduos (Jorge, 2021). O Brasil é o país onde essa população sofre maior risco de morte: somente em 2023 foram 145 assassinatos registrados oficialmente (Almeida, 2024). O grupo sofre violência constante e sua expectativa de vida gira em torno dos 35 anos de idade enquanto a média geral da população brasileira é de 74,9 anos, segundo o IBGE. De acordo com o dossiê da ANTRA, no Brasil no ano de 2023 houve um aumento de mais de 10% nos casos de assassinatos de pessoas trans em relação ao ano anterior (Benevides, 2024).

A luta trans é antiga. O primeiro registro de que se tem notícia data do ano de 1962, quando foi fundada no Brasil a primeira instituição LGBTI+, chamada *Turma OK*. Mas o debate e a busca por condições de igualdade são bastante contemporâneos e mais urgentes do que nunca. São várias as formas as quais esses corpos são cerceados por parte dos poderes dominantes. Por exemplo: foi somente no ano de 2018 que a OMS – Organização Mundial de Saúde deixou de considerar a transexualidade como doença



mental. O CID – Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde deixou de incluir o chamado “transtorno de identidade sexual” ou “transtorno de identidade de gênero” (MDH, 2018). Agora, a transexualidade permanece no CID, na categoria de condições relativas à saúde sexual, alegando que “há claras evidências científicas de que não se trata de doença mental, mas os cuidados de saúde a essa população podem ser oferecidos de forma melhor se a condição estiver dentro da CID”, e que a alteração colabora na redução do preconceito, sem reduzir os cuidados sobre o processo de acompanhamento médico de transição de gênero<sup>12</sup> (MDH, 2018).

Além disso vale comentar que, de 2019 a 2022, durante o governo de Jair Bolsonaro houve enorme avanço do conservadorismo. Foram apresentados mais de 120 Projetos de Lei anti- LGBTQIAP+ nos estados brasileiros, em textos destinados a proibir o uso de linguagem neutra (59 PLs) ou banheiros multigênero (28 PLs), censurar a veiculação de publicidade promovendo a diversidade (19 PLs) e impedir a participação de atletas trans em competições esportivas (16)<sup>13</sup>.

Nas eleições federais de 2022, foram eleitos 513 deputados federais, dos quais 74% representam partidos de centro-direita e somente 26% de esquerda. São apenas 21% de mulheres, duas delas mulheres trans (G1, 2023). Era a primeira vez que o Congresso brasileiro elegia representantes transexuais: são as deputadas do PSOL-SP, Erika Hilton e do PDT-MG, Duda Salabert (Correio Brasiliense, 2022).

Na região em que este estudo se concentra, Campinas, no interior de São Paulo, os casos de LGBTQIAP+fobia aumentaram 50% no ano de 2022 (G1, 2022). Na cidade, desde 2023 é realizada a semana da visibilidade trans, com uma agenda cultural que busca promover a pauta e ocupar os espaços<sup>14</sup>.

Segundo dados da ANTRA, a extrema-direita brasileira tem usado a transfobia como projeto político para estabelecer publicamente pessoas queer como uma ameaça. Silva *et al.* (2019), intitulam a violência sistemática contra essas populações como transnecropolítica:

A transnecropolítica se efetiva na sociedade brasileira em um trabalho ordenado cotidianamente para criar as vidas que são consideradas importantes e aquelas que são descartáveis, como são consideradas as travestis e mulheres trans. A lógica política, social e econômica que opera a gestão da vida e morte dessas pessoas baseia-se na sua exclusão em vida, no extermínio do seu corpo e no ocultamento de sua existência após suas mortes (Silva *et al.*, 2019, p.228).

Em decorrência da falta de oportunidades e políticas de Estado, além de sua baixa escolaridade, essas pessoas encontram dificuldade na busca por vagas no mercado de trabalho. Para muitas delas, é grande a suscetibilidade a que estão expostas quando passam a depender da prostituição para sobreviver, atividade de subsistência econômica adotada por 90% das travestis e mulheres trans no Brasil, conforme a ANTRA (2024). Silva *et al.* defendem que: “Conviver com a vulnerabilidade à morte

12 Mais informações em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2018/junho/organizacao-mundial-da-saude-retira-a-transexualidade-da-lista-de-doencas-e-disturbios-mentais>. Acesso em 12 abr. 2024.

13 Mais informações em: <https://www.casaum.org/em-3-anos-deputados-apresentaram-mais-de-120-pls-anti-lgbti-nos-estados/>. Acesso em 12 abr. 2024.

14 Mais informações em: <https://correio.rac.com.br/campinasermc/cidade-sedia-a-ii-semana-de-visibilidade-trans-ate-dia-29-1.1469148>. Acesso em 12 abr. 2024.

é uma realidade com a qual pessoas trans têm que lidar de forma individualizada, já que não há políticas públicas específicas de proteção ao grupo no Brasil” (Silva *et al.*, 2019, p.219).

A área da prostituição é o espaço onde essas populações ganham a vida, ao mesmo tempo em que é o espaço de maior vulnerabilidade ao homicídio. Para os autores:

A transnecropolítica é operada espacialmente por meio da criação de fronteiras onde o “inimigo” pode ou não circular na cidade. As narrativas apontam para vários espaços de exclusão e o reconhecimento de que as áreas de prostituição são os espaços que possibilitam simultaneamente a vida e a morte das travestis e transexuais. O mesmo espaço da prostituição que lhe possibilita o sustento econômico, e portanto a vida, é também o espaço de maior vulnerabilidade à violência e morte. Esta simultaneidade de significados opostos “vida e morte” se faz a partir de uma política espacial deliberada que viabiliza a transnecropolítica (Silva *et al.*, 2019, p.226).

Reafirmando a necessidade de refletir sobre a transnecropolítica, buscamos estabelecer um olhar que transcenda a violência; aqui procuramos outras possibilidades de ocupação das ruas por essa população. Butler (2018) defende que o mais importante está nas formas de mobilização de grupos; por exemplo das pessoas que correm um risco diferencial de sofrer assédio nas ruas, contextos raciais ou religiosos, ou ainda pessoas cujas vidas são consideradas dispensáveis pelos poderes hegemônicos, o que implica na necessidade de uma luta mais generalizada. São essas ações, que passam a ser responsáveis por uma espécie de reconfiguração da materialidade dos espaços urbanos. Para Butler, as intervenções nas ruas desafiam a barreira do público-privado ao reivindicar o espaço:

Neste momento, a política não se define por tomar lugar exclusivamente na esfera pública, distinta da esfera privada, mas atravessa essas linhas repetidas vezes, chamando atenção para a maneira como a política já está nas casas, nas ruas, na vizinhança ou, de fato, nos espaços virtuais que estão igualmente livres da arquitetura da casa e da praça [...] vemos algumas maneiras por meio das quais os corpos, na sua pluralidade, reivindicam o público, encontrando-o e produzindo-o por meio da apreensão e da reconfiguração da questão dos ambientes materiais. Ao mesmo tempo, esses ambientes materiais são parte da ação, e eles mesmos agem quando se tornam a base para a ação (Butler, 2018, p.52).

O espaço político das reivindicações ocorre de uma forma não codificada em lei, seja pela performatividade da fala, da ação corporal, do gesto, dos movimentos, da congregação, da persistência ou da exposição a uma possível violência, entre outras possibilidades que se apropriam e reivindicam o espaço, reconfigurando-o. Dentre tais ações, podemos incluir o pixo. Em suas palavras:

Como entendemos essa ação conjunta que abre tempo e espaço fora e contra a arquitetura e a temporalidade estabelecidas pelo regime, uma ação que reivindica a materialidade, apoia-se nos seus suportes e recorre às suas dimensões materiais e técnicas para retrabalhar suas funções? Essas ações reconfiguram o que vai ser público e o que vai ser o espaço da política (Butler, 2018, p.54).

Por essas práticas, os corpos queer criam o que pode ser entendido como enfrentamento subjetivo, considerando que as relações que englobam as ações dependem de um emissor e de um receptor, os quais a autora chama de entre-corpos:

A esfera de aparecimento não é simples, uma vez que parece surgir apenas na condição de um certo enfrentamento subjetivo. Não somos simplesmente fenômenos visuais uns para os outros – nossas vozes precisam ser registradas e, então, precisamos ser ouvidos; ou melhor, quem somos, corporalmente, já é uma maneira de ser “para” o outro, aparecendo de formas diversas, que não podemos ver nem ouvir; isto é, nos tornamos disponíveis, corporalmente, para um outro cujas perspectivas não podemos antecipar nem controlar completamente (Butler, 2018, p.55).

Nesse espaço da performatividade e do entre-corpos, numa luta contra a transnecropolítica e a urgência de que corpos queer ocupem as ruas para além do espaço da violência e da prostituição, é aí que se encontra o estudo de caso apresentado em nosso trabalho, que provoca e desafia a lógica público x privado por meio de pixações que nos convocam a refletir sobre os lugares ocupados e a serem ocupados pelas populações queer. Assim, a partir dos registros fotográficos da iconografia coletada para esse estudo e apresentadas anteriormente, seguidas de levantamento teórico acerca das inscrições murais e das questões inerentes à pautas de gênero – mais especificamente sobre a violência sistemática a que estão submetidos os corpos queer – tornou-se possível relacionar essas práticas às posturas de resistência e ao ativismo contemporâneo que se manifesta no espaço urbano.

### Considerações finais

Por meio deste estudo, desenvolvido a partir de registros fotográficos de inscrições murais evidenciadas em locais de circulação e de abandono, pôde-se verificar a importância estética e o potencial de reverberação de mensagens articuladas aos percursos urbanos. No caso investigado, a pauta da população transgênero manifesta a presença da comunidade na cidade de Campinas, enquanto define as territorialidades onde foram feitas as intervenções como instrumento potente para capturar a essência da paisagem urbanas mostrando espaços vazios e abandonados como campo de forças socioespaciais. Aqui as inscrições murais são do tipo designadas de pixos, observadas no rés do chão, junto às calçadas onde existe o fluxo das pessoas e dos automóveis.

O estudo na literatura sobre as questões de gênero revelou o cenário bastante crítico do cotidiano da população em foco, onde no Brasil estima-se que cerca de 3 milhões de indivíduos fazem parte deste grupo. Além do mais, o país encontra-se no rol dos mais violentos nesse quesito devido a vulnerabilidade dessa população que sofre maior risco de morte. Além de da violência cotidiana, a expectativa de vida desses indivíduos gira em torno dos 35 anos de idade. Com isso, a pauta trans toma a dimensão espacial do trânsito, da calçada, do muro. Com substantivos e verbos de fácil leitura e feitas em muros de ruas e avenidas de grande circulação de automóveis e pessoas. A força da linguagem tem origem na síntese, clareza e metáfora. As narrativas podem ser lidas como poemas concretos ou mesmo como mensagem codificada, provocando qualquer um que as convide a refletir coletivamente sobre essa pauta, que é da maior importância para a sociedade.

Além da pauta queer, o levantamento bibliográfico possibilitou compreender que a prática da pixação, embora seja vista como infração passível de multa e detenção, é uma ferramenta poderosa utilizada para tensionar temas como o direito à propriedade e outras questões políticas e sociais, por meio de denúncias diretas ou indiretas. Outros temas relevantes na sociedade contemporânea também são evidenciados, como gênero, raça e classe social. Percebemos essa como uma atividade feita majoritariamente por indivíduos oriundos de camadas excluídas da sociedade, que fazem dessas escritas marginais sua voz para reivindicar ações contra injustiças e desigualdades. Muitas vezes, essas pessoas questionam o direito à propriedade ao ocupar esses espaços públicos e privados de maneira transgressora, por meio das inscrições murais. Pode-se dizer que fazem uso da estrutura dominante para questioná-la com seus pixos.

Nesse cenário, articulamos a pixação com a pauta queer, que continua necessária. Em razão da baixa escolaridade, 90% dessa população atua na prostituição e tem na rua um local de vida e de morte. A transnecropolítica é um projeto que, em outra via liderado também pelas agendas conservadoras, busca cercear, não o direito à propriedade, mas o direito aos corpos desses indivíduos. O tema é da maior importância, para que essas pessoas se façam presentes e representadas em todas as esferas da sociedade. Atualmente, há apenas duas deputadas federais transgênero no congresso nacional. Também há que se pensar na presença dessa população em outros ambientes, como a cultura e a cidade, por exemplo. O estudo de caso apresentado neste artigo busca dar ênfase a essa potência, na maioria das vezes silenciada pelas forças dominantes.

Observar as práticas de pixação contribui para o debate acerca de estudos urbanos e pautas de empoderamento dessas populações que tem a cidade como suporte e que, conectada com os eventos cotidianos, produzem uma cultura contrária às forças dominantes. A proposta do trabalho é colocar a pauta queer em conjunto de outras pautas na cidade, como a do direito à propriedade. A pixação coloca o debate para além da população trans, ao convidar a população da cidade a pensar sobre o tema.

### Agradecimentos

O presente trabalho é realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES-PROSUP).

### Referências

ALFONSIN, Betânia de Moraes; SEGAT, Flávia; GALLICHIO, Juliana Raffaella de Souza; MONTANARI, Vitória. Do Cercamento das Terras Comuns ao Estatuto da Cidade: a colonialidade do direito de propriedade como obstáculo para a efetivação do direito à cidade no Brasil. *Rev. Dir. Cid.*, Rio de Janeiro, v. 15, n.1, 2023, p. 294-330. Acesso 16 mar. 2024.

ALMEIDA, Daniella. Brasil registrou 145 assassinatos de pessoas trans no ano passado. *Agência Brasil*, 29/01/2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-01/brasil-registrou-145-assassinatos-de-pessoas-trans-no-ano-passado#:~:text=Na%20divulga%C3%A7%C3%A3o%20mais%20recente%20do,2022%20e%20setembro%20de%202023>. Acesso em 08 de abr. 2024.

BANKS, M. *Dados visuais para pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Penso, 2009.



BENEVIDES, Bruna G. Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023. *ANTRA*, janeiro de 2024. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2024/01/dossieantra2024-web.pdf>. Acesso em 11 abr. 2024.

BRASIL. *Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998*. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 13 fev. 1998. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9605.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9605.htm). Acesso em: 26 out. 2024.

BUDAHAZI, Luiza Simionatto; VICTAL, Jane. Paisagem cultural do Beco do Batman: da experiência do concreto ao mundo virtual. *Tulha*, v. 7, p. 18-23, 2021.

BUTLER, Judith. *Corpos em Aliança e a Política das Ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. Inscrição e circulação: novas visibilidades e configurações do espaço público em São Paulo. *Novos Estudos*. v. 94, p. 31-67, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/CntcCWDqwGFNFFqLYTYvMRG/?lang=pt>. Acesso em 15 de mar. 2024.

G1. Veja a nova composição da Câmara dos Deputados em gráficos. *G1*, 04 de mar. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/eleicao-em-numeros/noticia/2022/10/04/veja-a-nova-composicao-da-camara-dos-deputados-em-graficos.ghtml>. Acesso em 02 de abr. 2024.

JORGE, Marcos Amaral. Estudo pioneiro na América Latina mapeia adultos transgêneros e não-binários no Brasil. *Jornal da Unesp*. 12/nov/2021/ Disponível em: <https://jornal.unesp.br/2021/11/12/estudo-pioneiro-na-america-latina-mapeia-adultos-transgeneros-e-nao-binarios-no-brasil/>. Acesso em 10 abr. 2024.

KOZINETS, Robert. V. *Netnografia: Realizando pesquisa etnográfica online*. Porto Alegre: Penso, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria Queer: Uma Política Pós-Identitária para a Educação. *Revista Estudos Feministas*. V.9 n. 2. Florianópolis: IFCH, 2001. Disponível em: <file:///Users/fernandacindra/Downloads/48021-Texto%20do%20Artigo-188699-1-10-20220208.pdf>. Acesso em 10 abr. 2024.

MENDES, Caio de Souza. Pichação é crime? *Jusbrasil*, 2019. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/pichacao-e-crime/742193932>. Acesso em 08 mar. 2024.

MACHADO, Lucas. Qual a diferença entre drag queen, travesti e transgênero? *Superinteressante*. São Paulo, 2024. Disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/qual-a-diferenca-entre-drag-queen-travesti-e-transgenero>. Acesso em 12 abr. 2024.

NASCIMENTO *et al.* Corpospaçotempo do Abandono: práticas extensionistas em visibilidades e invisibilidades feministas. *Pixo: Pelotas*, v.07, n.24. Disponível em: <https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/pixo/article/view/3971>. Acesso em abril de 2024.

PRECIADO, Paul B. Multidões queer: notas para uma política dos 'anormais'. Tradução por Cleiton Zóia Munchow e Viviane Teixeira Silveira. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 19, n. 1, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/yvLQcj4mxkL9kr9RMhxHdwk/>. Acesso em março de 2024

SANTOS, Milton. *Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Jose; CABRAL, Vinícius; LEE, Débora. Quando uma trans é morta, outras mil se levantam: transnecropolítica e transresistência no Brasil. Rio Claro. *Geografia*. V. 44, n. 02. Jul 2019. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/15114/11625>. Acesso em 11 mar. 2024.

SOLÀ-MORALES, Ignasi. *Territórios*. Barcelona: Gustavo Gilli, 2002.

TIBURI, Marcia. Direito Visual à Cidade. In: A Estética da PiXação e o caso de São Paulo. Salvador. *ReDObRa*, v.12, p.39-53, 2013. Disponível em: [http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2013/12/redobra12\\_EN6\\_marcia.pdf](http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2013/12/redobra12_EN6_marcia.pdf). Acesso em 10 mar. 2024.

## PRODUZINDO RECORTES, CRIANDO VISIBILIDADES

### Intervenções urbanas em Psicologia Social junto a grupos LGBTQIAPN+ da cidade de Volta Redonda

*MAKING CUTOUTS , CREATING VISIBILITIES  
Urban interventions in Social Psychology with LGBTQIAPN+ groups in Volta Redonda city*

**Isadora de Almeida Dutra<sup>1</sup>,  
Júlia Garcia Monzillo<sup>2</sup> e Ana Cabral Rodrigues<sup>3</sup>**

#### Resumo

Desde uma perspectiva transdisciplinar e diante de uma concepção hegemônica de Psicologia, faz-se necessário explorar novas intervenções e práticas de cuidado que estabeleçam outras relações e saberes junto aos corpos tidos como dissidentes, desviantes, sobre os quais historicamente foram colocadas uma série de classificações e patologias. Este artigo narra a trajetória de uma dupla de estagiárias de Psicologia da Universidade Federal Fluminense, campus de Volta Redonda-RJ, através da perspectiva metodológica da Caosgrafia e por uma aposta epistemológica no fazerCOM. Localizando o interesse de mapear modos de fazer cultura e ocupar a cidade pelos corpos LGBTQIAPN+, o artigo apresenta o dispositivo das oficinas de colagens e lambes utilizado como um caminho para visibilizar questões e evocar outras formas de encontro e compartilhamento de experiências, marcadas especialmente pelo acompanhamento do coletivo “Mais Que Skate” na produção de um evento no mês do Orgulho LGBTQIAPN+ de 2023.

Palavras-chave: corpos LGBTQIAPN+, cultura, intervenção urbana, colagem, psicologia social.

#### Abstract

*From a transdisciplinary perspective and facing a hegemonic conception of Psychology, it becomes necessary to explore new interventions and care practices that establish alternative relationships and knowledges with bodies historically deemed dissident, deviant, upon which a series of classifications and pathologies have been historically imposed. This article narrates the trajectory of a pair of Psychology interns from the Universidade Federal Fluminense, Volta Redonda-RJ campus, through the methodological perspective of Caosgrafia and an epistemological commitment to fazerCOM practices. Focusing on mapping ways of cultural production and occupying urban spaces for LGBTQIAPN+ bodies, the article presents the device of collage and wheatpasting labs used as a pathway to visualize issues and evoke alternative forms of*

1 Graduada em Psicologia (UFF, 2023), pós-graduanda pelo Programa de Pós-Graduação lato sensu Cidades, Políticas Urbanas e Movimentos Sociais (IPPUR/UFRJ).

2 Graduada em Psicologia (UFF, 2023).

3 Professora Adjunta do Departamento de Psicologia (UFF-VR); Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (UFF); Doutora em Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (UFRJ/2013); Pesquisadora pós-doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano (UFRGS). Coordenadora e supervisora do Projeto de estágio curricular Cidade, Cultura e Coletivos (UFF).

*encounter and shared experiences, particularly marked by the involvement of the “Mais Que Skate” group in organizing an event during the LGBTQIAPN+ Pride Month of 2023. Keywords: LGBTQIAPN+ bodies, culture, urban intervention, collage, social psychology.*

#### Introdução

Descolonizar o gênero é necessariamente uma práxis  
*María Lugones*

Situar-se no campo da Psicologia e suas transversalidades implica compreender, ao mesmo tempo, as forças e maquinarias do capitalismo, inclusive aquelas que dizem respeito às políticas urbanas as quais são aqui compreendidas como políticas de subjetivação (Cabral, 2013). Para qualquer campo do conhecimento que se disponha a recolher os efeitos de suas práticas, faz-se necessário entender seu lugar na produção do controle dos corpos e de como suas lógicas se fazem presentes e são capazes de se estender por dispositivos e instituições de vigilância. Podemos compreender que desde uma lógica disciplinar moderna (Foucault, 1997) esses dispositivos operam organizando “o mundo ontologicamente em termos de categorias homogêneas, atômicas, separáveis” (Lugones, 2014, p. 935), e capilarizam políticas de segregação delimitando a experiência de pertencimento e de circulação das pessoas pelos espaços urbanos que, como catracas visíveis ou invisíveis, cerceiam os corpos em seus marcadores de gênero, classe, sexualidade e raça (Rolnik, 2019).

Silvia Federici (2023) dedica um artigo para apontar as diferentes formas de violência para as quais o saber psi já foi e segue sendo convocado, direcionadas aos corpos produtivos, reprodutivos e improdutivos. Segundo essa filósofa, a Psicologia se consolida no século XIX como a principal disciplina de controle da força de trabalho, construindo um homem-máquina racionalizado e obediente às novas configurações de produção industrial. Diante de um capitalismo que demanda cada vez mais a destruição de todas as formas de vida que não condizem com a organização do trabalho, as Ciências Humanas e Sociais constituíram as principais ferramentas legitimadoras desse novo conceito de corpo, “fixo no espaço e no tempo, capaz de formas de comportamento uniformes, regulares e controláveis” (Federici, 2023, p. 108).

Essas formas de saber-poder legitimaram, junto ao homem-máquina, a racionalização e moralização da sexualidade e a categorização de todas as práticas sexuais e identidades dissidentes. Os corpos desviantes como os homossexuais e prostitutas ocuparam os *settings* terapêuticos, os manicômios e – como objetos – milhares de estudos que os destinaram à psicopatologização.

Diante disso, Federici (2023) faz um apelo:

Chegou a hora de os psicólogos denunciarem as técnicas concebidas para transformar o corpo em força de trabalho, o que inevitavelmente nos leva da filosofia ao terror e da psicologia à tortura. A psicologia deve parar de atribuir as patologias provocadas pelo capitalismo a uma natureza humana pré-constituída. Deve também abandonar a produção de camisas de força que obrigam nosso corpo a ignorar a violação diária de sua integridade pelas mãos do sistema econômico e político em que vivemos. (Federici, 2023, p.121)



Para além de uma questão concernente apenas a um campo disciplinar ou a um corpo de profissionais em específico, o apelo aqui explicitado é a marca de uma urgência que necessita se fazer transversal às práticas cotidianas e discursos acadêmicos em suas normatividades. E, por essa transversalidade, evidenciá-los em suas composições e acoplamentos na produção e perpetuação de violências.

É a partir dessa aposta em uma prática profissional que se dispõe a recolher e analisar seus *a priori* e efeitos (Rocha, Aguiar, 2003), como forma de co-construir suas intervenções junto a outros saberes e atores sociais, que a experiência de um estágio aqui se narra e pretende evidenciar as construções metodológicas e as questões que acompanharam as intervenções urbanas como políticas de cuidado junto aos coletivos LGBTQIAPN+. E, assim como esse apelo e urgência não se reduzem ao campo psi, igualmente as reflexões sobre tais intervenções devem ser capazes de acompanhar impasses e construções metodológicas de trabalhos e investigações desde outros campos do conhecimento.

Desenvolvido desde 2014 na Universidade Federal Fluminense, campus de Volta Redonda-RJ, o Projeto de Estágio Curricular Cidade, Cultura e Coletivos, sob coordenação e supervisão da professora Ana Cabral, se dedica a uma formação em Psicologia que subsidie a compreensão e ampliação da inserção das práticas profissionais no campo das políticas públicas, com foco nas dinâmicas, dispositivos e atores da Rede Pública de Cultura em suas interfaces. Suas diretrizes sustentam a construção de uma prática psi atenta aos processos cotidianos de produção da experiência - concebida, simultaneamente, como território do singular e do coletivo -, aos modos de narrar a experiência, e ao compromisso com as redes e espaços públicos de produção do direito à cidade e do direito à cultura, por micro e macropolíticas que tenham na cultura seu campo privilegiado de invenção. Prioriza-se, pois, a “atenção aos territórios urbanos e territorialidades inscritas nos corpos que afirmam a dignidade da vida na pluralidade de modos de narrar o cotidiano, ocupar espaços e construir memória” (Cabral, 2019, s/p).

Como escrito por Dutra (2023), o trabalho de estágio realizado aponta para a construção conjunta de modos não hegemônicos e colonizados de criação de vínculo, de subjetivação e de ocupação urbana. Um trabalho que procura pensar sobre os fazeres culturais em sua dimensão performativa, ou seja, enquanto produtoras de realidade por meio das práticas em suas diversas articulações, instancias, negociações, alinhamentos e afetações (Moraes, Arendt, 2013).

Na qualidade de estagiárias, a proposta foi reconhecer e construir relações de cuidado junto a territorialidades dos corpos LGBTQIAPN+ na cidade de Volta Redonda a partir das políticas urbanas e culturais por uma visão não individualizante dos corpos e dos modos como se narram. São, efetivamente, por exercícios éticos, críticos em nossos próprios corpos – e como nós os narramos – que encontramos novas formas de intervenção orientadas num FazerCOM e PesquisarCOM (Arendt, Moraes, Tsallis, 2016), que evocam a produção de conhecimento engajada, situada e comprometida com o acompanhamento dos processos cotidianos junto àquela/es que os vivenciam e através dos quais estabelecem lutas e lugares no mundo.

Por essa perspectiva e aposta ético-epistemológica, a estratégia para construirmos tais relações de cuidado através de conhecimentos e expertises compartilhadas encontrou um contorno na proposição de oficinas de colagem a serem realizadas nos trajetos e pontos de encontro dos coletivos LGBTQIAPN+ da cidade. Tais oficinas foram pensadas a partir da estética do fragmento e das técnicas de montagens (Benjamin, 2007): produzindo deslizamentos, composições, evidenciando choques, sobreposições, rasuras, cortes. As colagens são aqui compreendidas como técnica

artística, mas também como dispositivo de intervenção, análise e diálogo. Elas são tomadas como modos de produzir encontros, agenciar acontecimentos e ocupar espaços, em composição com as presenças já existentes, com aquilo que ali já acontece. O dispositivo das oficinas, portanto, não visa obter uma ‘produção artística’ final; ele se apresenta como um proceder, uma forma de criar presenças de corpos em suas diferenças e possíveis tessituras comuns; e igualmente, uma maneira de criar laços, e fazer emergir saberes e experiências existentes no território. Criando composições e tensionamentos, as colagens, por montagens e desmontagens em fragmentos avessos às totalizações, se oferecem como instrumentos coletivos de interrogação à negação do direito à cidade.

A estética do fragmento e a montagem aparecem, enquanto orientadoras das nossas práticas e intervenções, há bem mais tempo no projeto de estágio do que as oficinas de colagens em si. O que das montagens nos conduz às colagens é – para além de uma estética aí consonante – a reflexão acerca de nosso lugar desde numa discursividade não totalizante demarcada por uma contingência e historicidade – como evidenciará o teatro épico de Brecht o qual Benjamin (2007) evoca. Nesse sentido, os elementos que saltam dos encontros com o campo são recolhidos mais como desmontes ou estilhaços de uma via naturalizante dos corpos e modos de subjetivação do que como frutos de um escrutínio de vidas alheias a serem decifradas por saberes especialistas supostamente neutros e destacados das posições e relações de poder pelas quais emergem. Como co-compositoras desses fragmentos, cortes e recortes que dizem de vidas que anseiam outros devires, outras formas de se dizer e poder dizer cidades (Araujo, Cabral, Araújo, et al. 2016), nos dispomos a perguntar sobre as forças dessas desmontagens-montagens que se encontram nos gestos banais, nas pistas cotidianas de um território que nos convoca a um pensar atrelado às experiências das afecções nos/dos corpos. O que se torna um movimento de composição de uma sensibilidade que, na diferença, se compartilha; e, pela qual, somos instadas a nos ver inseridas em paisagens compartilhadas, reconhecendo em seus atores sociais sujeitos do conhecimento e parceira/o/es de criação.

Destacamos que o processo de invenção dos dispositivos de intervenção, à medida que adentrávamos o território, na perspectiva de uma atuação capaz de engendrar caminhos de promoção ao direito à cidade, tornava-se inseparável das questões que esses corpos nos traziam, das perguntas que eles/as nos faziam a respeito do que queríamos junto a ele/as, de que tipos de saberes agenciávamos, que psicologia era possível de ser ali sustentada. Eram nossos lugares, socialmente institucionalizados, que igualmente estavam em jogo nesses movimentos de (des)montagens.

Dessa forma, a experiência de formação e a emergência das forças que operam nas urbanidades que buscávamos acompanhar enquanto estagiárias inseridas na Rede de Cultura aparecem indissociáveis dos encontros com pares e parceira/os, com conceitos e metodologias e com um corpo que está sempre por se descobrir e produzir. Corpos nossos permeados por bagagens e desejos que entendem nesse processo dinâmico uma aposta de atuação em um campo de trabalho que nem sequer nos era sabido pouco tempo antes de nos dizemos estagiárias e, tampouco, o era por aquela/es com os quais atuamos. Isso exigia – mais do que qualquer esclarecimento do que é ou pode ser a prática psi – reconhecer as marcas que a formação em um campo do conhecimento produz sobre seus corpos e como eles disputam sua invenção. Aquela que, neste artigo, é aposta por ir compondo e encontrando caminhos por onde a Psicologia em suas transversalidades pode se criar como prática de cuidado e exercício de pensarCOM os territórios (Cabral, 2019), reconhecendo neles saberes e memórias incontornáveis.

O presente trabalho objetiva, portanto, narrar o encontro com esse território permeado de disputas e visibilizar questões de vidas, corpos, experiências que tanto são marcados por marginalizações das histórias que contamos de cidade, quanto por práticas de resistência e recusa que, muitas vezes, “utilizam do dinamismo da linguagem, reapropriando termos hegemônicos para tensionar uma língua que é binária, racista, sexista e excludente, como tática de inclusão da diversidade sexual e seus diferentes modos de experienciar a cidade” (Borges, Araújo, 2022, s/p.) Propomos trazer narrativas de uma prática assumidamente tateante, deambulante a partir dos encontros com um dos coletivos com os quais dialogamos: o coletivo Mais Que Skate, destinado a acolher e promover o pertencimento de corpos LGBTQIAPN+ no skate na cidade de Volta Redonda.

Serão por alguns gestos conjuntos que as histórias desse trabalho aqui escolhem se dizer.

### Folhear revistas

Os movimentos iniciais do nosso campo de estágio vieram de articulações com um aparelho cultural interessado em acompanhar questões LGBTQIAPN+ na educação e na cidade. A proposta feita pela instituição veio a partir da exibição de um documentário para estudantes do Ensino Médio. Esse material – que narrava a visão de uma mãe frente à transição de gênero de seu filho adolescente – foi compreendido por nós como um primeiro movimento para algumas possíveis cartografias dos discursos e experiências LGBTQIAPN+ na cidade. Após a exibição do filme, foi realizada uma roda de conversa, com a participação de professores, uma ativista e (em um convite inesperado) também com uma das estagiárias. Durante a roda, os alunos trouxeram questões e falas que atravessavam temas como religião, família, amigos e a dificuldade generalizada em lidar com orientações sexuais e identidades de gênero dissidentes.

É importante localizar algo do sentido desse trabalho de estágio no lugar onde se realizou. Volta Redonda é uma cidade cuja narrativa histórica hegemônica foi sustentada num discurso do progresso estampado na imagem da grande Siderúrgica Nacional (CSN), sustentada por corpos masculinos, hétero, produtivos, provedores e resilientes capazes de fazer a indústria operar e dar rumo a uma nação viril que não encontraria entraves capazes de abalar a força e a moralidade que lhe eram motriz. Mesmo em meio a derrocada de muito dessa sua imagem promissora e pujante, acompanhar esses espaços era esgueirar-se por entre as frestas, reconhecer cuidados, e táticas de sobrevivência, sobretudo de corpos não binários e trans (em suas interseccionalidades) que, nas luzes da cidade, pareciam não existir. Nosso exercício era de escuta – e nela o lugar de uma intervenção – reconhecendo a cada vez o que ia ganhando evidência nos discursos, o que era deixado de fora e as demandas que apareciam frente a uma ampla ausência de políticas públicas e garantias dos direitos mais elementares. Esse processo, que se estabeleceu por quase um ano, foi marcado pelo reconhecimento de diversas dinâmicas territoriais de coletivos LGBTQIAPN+, instituições e suas experiências nessa atuação. A partir disso, por uma aposta nos exercícios de uma sensibilidade de poder afetar e ser afetado (Latour, 2007) e num, corpo capaz de se agenciar com as forças dos outros corpos (Pozzana, Kastrup, 2017), começamos a imaginar possíveis intervenções, pensadas em conjunto às expressões já presentes na cidade.

Num diálogo com as artes urbanas e em atenção às palavras e imagens que pedem passagem nas rasuras de paredes, chãos e cotidianos das cidades, vislumbramos um campo de experimentação estética que fosse indagação e acolhimento às imaginações de vidas denegadas como exercício conjunto de sustentação de sua própria existência.

Reconhecemos nas artes colagistas um caminho em consonância com os activismos da cidade e, nos manuseios de revistas e jornais, um convite a temporalidades banais possíveis e necessárias à escuta. Pensamos esses encontros aos moldes de oficinas, como modo de evidenciarmos seu caráter artesanal, experimental e de troca; com durações diversas e disparadas por convites, muitas vezes boca-a-boca, entre as/os integrantes dos coletivos.

Os modos e modulações de criação desses encontros e dispositivos-colagem acontecia amplamente a partir dos percursos dos corpos-estagiárias pela cidade, em relações e afetações que permitiam questionar, analisar e repensar quais eram as maneiras possíveis de tornar visíveis saberes e táticas ainda insuspeitas em nossos campos do conhecimento junto a uma política de sustentação da vida da qual não podíamos nos ver desimplicadas.

Quando, em uma das oficinas, começamos a folhear as revistas ali dispostas e nossa atenção foi capturada pelas letras, suas formas, diagramações, cores e aquilo que tematizavam, por essa primeira materialidade simples e disponível, passamos a recolher e delimitar possibilidades de composição e reconhecimento de sentidos, percepções e palavras candentes daquelas/es que ali encontravam-se conosco. Quais palavras saltavam aos olhos, quais expressões e estéticas ganhavam relevo? Nisso estava a tentativa de, a partir de suas experiências e saberes, encontrarmos fios condutores para produções e intervenções acopladas ao real social – que é sempre produção de uma realidade tomada como política, e não dada, naturalizada (Rolnik, 1989). Afinal, nossas estratégias estavam pautadas no entendimento desses corpos, constantemente invisibilizados, como fazedores de cultura e, as expressões culturais como possibilidade de criação de outras formas de ocupação e produção de territórios existenciais.

No jogo e disputa de produção de vidas e territorialidades, nos afetamos pelo que está disposto e buscamos estar atentas às dimensões ética e política do olhar e da produção de modos de existência, observando os tensionamentos e os afetos gerados, pensando no que pode ser construído a partir do que emerge dessa presença-afetação.

O processo de folhear as revistas acontecia no início de todas as oficinas de colagem criando inícios. Apostamos nesse gesto de folhear como um dispositivo de conversação (Tibola, 2019). O compartilhamento dos ajeitos e desajeitos com os materiais era também parte dos modos como nos dispúnhamos a fazer falar saberes e conhecimentos em criações conjuntas.

Começávamos espalhando as revistas no lugar em que o encontro ia acontecer, ocupando seu espaço. Logo pegávamos uma por uma, olhando e comentando o que nos chamava a atenção, o que nos causava estranhamento, o que nos afetava. Enquanto isso acontecia, nos encontrávamos com muitas coisas: com a materialidade de algo que não produzimos, com os barulhos do ambiente, com histórias que queríamos contar, com o que nos afetava no presente e, por fim, com o que desejávamos produzir a partir do que há no mundo e do que nos afeta. Independentemente de onde a oficina acontecia – fosse na pista de skate ou num ambiente preparado para um encontro entre as pessoas do coletivo e as pessoas do estágio – o início era quase inevitavelmente um folhear de revistas, percorrendo palavras, imagens, sons, texturas, silêncios...

O vagar pelas revistas se dava por uma atenção não direcionada, permitindo que o olhar percorresse aquelas páginas sem um compromisso ou orientação de encontrar ali respostas a perguntas pré-fixadas. Tratava-se de um exercício de experimentação conjunta de outro tempo, de outra atenção; exercício da desconexão do ritmo acelerado. A experimentação, através de um outro regime atencional (Kastrup, 2004) criava, para





nós, sentidos e modos imanentes ao real social (Rolnik, 1989). Pois é dentro da lógica de funcionamento da organização capitalista contemporânea que os processos de subjetivação, mediados pelas telas dos computadores e celulares, tornam-se mais individualizados, em uma lógica atencional difusa. Isso se dá como consequência da suposta onipresença fomentada pelos gadgets, por meio da temporalidade produzida por esta experiência, chamada de 24/7. Ela aniquila dimensões compartilhadas da experiência, apoiadas na anunciação de um tempo sem tempo, sem demarcação material ou identificável (Crary, 2013), em um processo de desterritorialização da temporalidade da vida comum, que se reterritorializa numa alucinação da presença, de uma permanência inalterável composta de operações incessantes e automáticas, despotencializando o encontro em sua dimensão criativa.

Com base nisso, compreendemos que as experimentações coletivas através das colagens tensionam essa lógica, possibilitando a experimentação de outros tempos e espaços de acolhimento que priorizam a dimensão relacional desse acontecimento. Algo como um registro de captura da presença, de uma experiência de criar um mínimo comum; como se, por aquelas materialidades, insistíssemos num exercício de produzir rugosidades, texturas, para fazer saltar outros modos relacionais com o tempo e o corpo; outras polífticas de sustentação da vida cotidiana.

Por vezes, percebíamos que o processo de folhear revistas era experienciado com certa angústia. Principalmente quando não existe muita familiaridade com a dinâmica dos encontros e com os materiais, é comum a sensação de se perder dentro de tantas possibilidades, de ter medo de mexer no que parece estar pronto, de não se sentir autorizado a produzir algo. Não sem embaraços de ambas as partes, acontece de as revistas serem folheadas quatro, cinco, dez vezes e se acredita que a própria atividade ainda não se iniciou. Mas a realidade é que, desde o momento em que os corpos se colocam em uma mínima disponibilidade ao encontro, o que chamamos de oficina – ou de “oficinagem” (Cabral, Lobo, 2024, p.235) – já começou, operando justamente por essas infiltrações e imprecisões oportunas de seus inícios e fins. A trivialidade do folhear e flunar pelas revistas, observar, se permitir afetar, diz da experimentação de pontos de convergência, ainda que evanescentes.



Seguimos a lógica da Caosgrafia (Araujo, Cabral, Araújo, et al., 2016), tomada como estratégia coletiva de instaurar experiências por entre fragmentos e temporalidades em um movimento de redizer que está sempre por se fazer. Percebíamos, mais do que tudo, que os incômodos ou desconfortos, sobretudo de nós como propositoras dos encontros, apareciam quanto mais tentávamos agarrar uma métrica e fórmula do encontro, quando mais perseguíamos um tempo significado por sua utilidade ou produtividade, inscrito como seta ou meta a ser atingida. Pois, pelos movimentos caosgráficos, entendemos que o que essa estratégia convida é justamente a uma disponibilidade para um processo movente, como jogo de afecções e revezamentos de modos de dizer que não se querem completos, encerrados em si mesmos; aceitam-se em suas provisoriiedades e precariedades: como rasgos, recortes que acontecem ali e não em outro lugar, mas que podem produzir infiltrações, contágios, movimentos infrapolíticos (Lugones, 2014) da experiência no cotidiano das cidades, atualizados ali, em uma roda, em um ponto de encontro a folhear revistas e a percorrer dizeres outros. Uma atualização e uma chance como gesto conjunto de reconhecer que, como “existências colonizadas, racialmente gendradas e oprimidas, somos também diferentes daquilo que o hegemônico nos torna” (Lugones, 2014, 937).

### Recortar

Depois de percorrer algumas imagens, formas e palavras que dizem mundo, que dizem corpo, cidade, identidade e outras coisas sem nome – depois de olharmos o que foi convocando nossos sentidos, modulando nossas conversas, e que foi nos mobilizando enquanto corpos que ali se colocam em relação – chegava a hora de recortar. De forma tímida, cuidadosa, quase pedindo licença para as revistas, começávamos com os primeiros recortes. Esses, compreendidos como gestos que fazem algo saltar para além do vagar dos olhos. Seja um incômodo, uma inspiração, uma relação entre duas ou mais imagens narrativas, alguma coisa faz disparar as primeiras atuações. O recorte é a escolha por visibilizar alguma coisa em detrimento de outra. É escolher uma palavra e não outra; é escolher uma imagem e não o que está no seu verso; é a possibilidade de arrancar do contexto uma palavra para fazê-la aparecer em outro; é



romper a imagem de um corpo inteiro para vê-lo comparecer aos pedaços; é a chance de encontrar a precisão da tesoura ou o gosto pelo movimento solto do rasgar com as mãos. E é também lidar com o fato de não se saber exatamente o que vai acontecer com o que está se escolhendo recortar e destacar, mas se permitir ir encontrando composições insuspeitas, choques e derivações diante dos outros materiais que vão surgindo na roda por outras mãos e recortes.

É necessário levar em consideração que o olhar – dentre outras formas de percepção possíveis – é uma importante via na qual baseamos boa parte de nossas estratégias. Mas vislumbramos também a existência de caminhos auspiciosos quando, para além da perspectiva vidente, também criamos gestos de recortes com descrições de imagens, acionando nelas não apenas formas e cores presentes, mas igualmente afecções a partir das quais novas camadas sensíveis podem comparecer no coletivo como um todo.

Foi também desde uma problemática do olhar – aí entendido como ferramenta de intervenção, e não apenas como instrumento de observação de uma posição que se quer neutra (Diehl, Maraschin, Tittoni, 2006) – que viemos pensando nossos lugares nos diversos espaços e momentos para os quais fomos convocadas ao longo de nosso primeiro ano de trabalho: como a Semana do Orgulho promovida pelo Centro de Cidadania LGBTI, a Semana da Mulher Afro-Latino Caribenha e outras articulações com aparelhos culturais e instituições públicas de assistência e saúde.

As demandas por um olhar psi às questões que atravessavam esses espaços e instituições foram, pouco a pouco, deixando de ser respondidas por nós através de simples recusa nossa a determinados especialismos que compreendíamos impertinentes, para apresentarem-se como saberes corporificados desde uma ética do cuidado compartilhado. Assim, com os dispositivos-oficinas, fomos encontrando caminhos dentro do estágio por parcerias e encontros que nos levaram até o coletivo *Mais Que Skate*, que havia acabado de ser contemplado em um edital de fomento a eventos culturais. Nas narrativas comuns da cidade industrial, produtiva e viril, a prática do skate desperta desconfortos por suas dimensões que vão além do esporte e lazer. A prática e cultura do skate tensionam com as lógicas arquitetônicas utilitaristas das ruas, bancos, escadas, corrimões, ladeiras e calçadas, propondo modos de ocupação diversos. As manobras são constantemente praticadas e repetidas nas diferentes superfícies da cidade, inclusive naquelas em que o skate supostamente não deveria estar.

Existe na prática do skate a sustentação de um modo coletivo de ocupar a cidade, e os pontos mais inalcançáveis e inaceitáveis se tornam os mais almejados. Os corpos que o praticam aparecem na pista sozinhos, ou acompanhados de amigos ou familiares, e se encontram com outros, igualmente interessados em experimentar suas potencialidades e aprender com quem está presente. Porém, mesmo nesse espaço que interroga tão fortemente os dizeres-cidade hegemônicos, existem invisibilizações e violências que dificultam a entrada de certos corpos nesses coletivos (Teixeira, 2017).

Foi diante da expressiva quantidade de relatos de assédio, homofobia e transfobia, direcionados às mulheres e pessoas LGBTQIAPN+ nas ruas e nas pistas de skate, que o coletivo *Mais Que Skate* se organizou na cidade de Volta Redonda. Mesmo que não tão eficazes quanto as lógicas da cidade do aço, as pistas de skate seguiram demarcando lugares de poder e dificultando a ocupação de outros corpos. O coletivo buscou, assim, promover o acolhimento e pertencimento das mulheres e pessoas trans no espaço da pista, como uma maneira de mostrar que esses lugares também lhes são possíveis e de direito.



Imagem 3 - Oficina de colagem feita no +QRolezin, proposto pelo coletivo Mais Que Skate em composição com o estágio Cidade, Cultura e Coletivos (arquivo do estágio, 2023).

Nossa aposta nesta parceria com o coletivo Mais Que Skate se deu por reconhecermos na perspectiva do coletivo um ato de cuidado e um gesto de corte - como cesura a um modo de dizer skate, cultura e cidade por reiteradas normatividades e expectativas de performances de gênero. As oficinas se fizeram como aposta em uma plástica dos encontros a partir de indagações compartilhadas acerca do que – desde um coletivo LGBTQIAPN+ – se desejava tornar visível na cidade que circulamos, habitamos, sonhamos.

O sonho da ocupação da cidade se materializou em um evento chamado “+QRolezin”. Seguindo as idealizações do coletivo de acolher mulheres e pessoas LGBTQIAPN+ na pista, o objetivo principal do evento era abrir o espaço do skate para as diferentes formas com as quais esses corpos ocupam e fazem cultura. Assim, música, artes visuais, personalização de skate, fotografia e arte urbana coexistiram em um só dia, em uma das principais pistas da cidade. Em uma das reuniões para o planejamento do evento, por conta da possibilidade de se convidar uma DJ da cidade que tocava funk, suscitou-se um debate acerca do que poderia e do que não poderia aparecer no +QRolezin. Nesse debate, que foi sustentado pelos diversos entendimentos do que “cabe” na “cultura do skate”, ficou evidente para nós que o espaço do skate, por mais que seja reconhecido como cultura urbana contra-hegemônica, está em disputa e possui seus próprios campos de visibilidade e invisibilidade, de pertencimento e exclusão. Por alguns recortes tortos e rasgos, se fez possível acompanhar a construção daquilo que foi criando os contornos singulares de um evento que seria ele mesmo um dispositivo de visibilização das múltiplas formas de ocupar a pista de skate.

A produção de visibilidade dos modos de ocupar uma pista de skate aponta para uma dimensão mais ampla e radical dos próprios modos de ocupar cidade. O que nela cabe e o que não cabe toma a força de uma questão articulada às políticas públicas que possam atuar no enfrentamento da negação das integridades físicas e psíquicas de alguns corpos; ganha a força da reivindicação de que, sem a participação de minorias sociais, não se constroem cidades seguras e sustentáveis (Borges, Araújo, 2022)





#### Colar

Juntamente com o folhear e o recortar, existe a perspectiva de uma materialidade que se transforma a cada encontro, a cada intervenção. Uma superfície, uma folha sulfite branca, pode ser pintada, desenhada, amassada, e sofrer intervenção das mais diversas maneiras. Cada recorte modifica o que pode ser colocado em cima dela, criando sobreposições, consonâncias, contradições, disputas e atravessamentos. A construção se faz pelas negociações pela melhor maneira de dispor os recortes, de produzir significação a partir da experiência vivida. Mesmo nas colagens individuais, as políticas do olhar estão sempre em jogo, produzindo intervenções que modificam, questionam, movimentam e ressignificam o que está sendo feito-dito-olhado-sentido.

Começamos a pensar de que maneira seria possível contribuir com a produção do evento cultural que estava sendo organizado pelo coletivo. Acompanhando as reuniões do grupo de trabalho, reconhecemos nas oficinas de colagem uma via de acompanhar os processos de criação do evento, bem como as territorialidades e questões ali acionadas.

Ouvindo de que maneira os membros do grupo de trabalho gostariam de fazer a divulgação do evento +QRolezin, surgiu-nos a ideia da produção de lambes a serem colados pelas ruas, evocando também aspectos da arte urbana e da ocupação da cidade. Com isso, propusemos uma oficina para elaborar esses materiais, de modo que foi possível agenciar a proposta da divulgação com a instauração de um outro tipo de encontro, diferente das reuniões de planejamento.

Nossa primeira experimentação de oficina com o grupo de trabalho de produção do evento iniciou-se com a partilha do cansaço das pessoas que estavam ali. Alguns haviam saído do trabalho direto para oficina e traziam falas marcadas pelo esgotamento de uma experiência de trabalho que captura toda a dimensão do tempo e demanda uma tecnicização de seus corpos, dificultando-os a experimentar outras temporalidades. Com isso, o que tínhamos por pensar não era como aquelas pessoas deveriam se



adequar às propostas de uma metodologia, e sim como essa estratégia metodológica poderia ser interpelada e configurada junto a essas experiências. Afinal, não é em um tempo idealizado que o trabalho irá se realizar, é no tempo concreto das vidas precarizadas que ele urge *acontecer*.

Se a perspectiva a partir dos dispositivos dialógicos e de intervenção não é a da aplicação de uma técnica ou oficina sobre o outro, o que queremos demarcar com a narrativa desses gestos, processos e encontros é precisamente a invenção conjunta do próprio dispositivo a cada experimentação com os materiais e com o acompanhamento da vivência cotidiana com/no território. É no corpo em atuação e composição com o território que se constroem modos eticamente implicados de intervenção e saberes baseados na experiência presentificada. Nessa construção, há o adensamento dos métodos e instrumentos de análise que nos permitem modular sensibilidades e corporeidades, tornando tanto o ato de recolher restos das intervenções, como o de lembrar os acontecimentos no diário de campo, parte da invenção do campo e de uma experiência compartilhada.

Sem uma disponibilidade e um instrumental para se acompanhar processos, tal co-construção não se viabiliza. Aqui se localiza uma dimensão importante do trabalho que caminha por uma perspectiva cartográfica. Entendemos o cartografar enquanto uma conexão de afetos que irrompem, que saltam aos sentidos, e sinalizam caminhos tão contingentes quanto potentes de formação a um corpo-estagiária/o. Como cartógrafo/a, se faz necessário “ativar o potencial a ser afetado, educar o ouvido, os olhos, o nariz para que habitem durações não convencionais, para além de sua função sensível trivial, ativando algo de supra-sensível, dimensão de virtualidade que só se amplia à medida que é exercitada” (Pozzana, 2013, 336).

O território de criação e materialização que o ato de colar produz assemelha-se a certas dimensões da experiência e dos modos de dizer cidade que fomos reconhecendo junto ao coletivo. Isto é, se inicialmente os recortes e colagens foram adotados como aposta para um dispositivo dialógico, no decorrer dos encontros, seus gestos e plásticas foram



ganhando densidade em meio à partilha de um cotidiano que também é vivido como prática e exercício ético-estético-político de fazer-se e refazer-se nos revides, embates e composições com uma cidade narrada por seus fragmentos. Assim, adentramos um espaço de experimentação, de (re)escritas de si e de produção de saberes pelos quais se faz possível narrar e reterritorializar acontecimentos por onde apostamos contar outras histórias de nós mesmas/os. A colagem como gesto conjunto se diz, portanto, como intermédio de uma prática de cuidado, uma produção artística e ocupação urbana, como estratégia de advogar os direitos reiteradamente negados a corpos que criam formas cotidianas de produzir rupturas e continuidades adstritas à produção da dignidade humana.

O ato de colar cria forma, cria marcas, lastro e confere materialidade às afecções e experiências no cotidiano que emergem do/no encontro. Diferentemente de algumas reuniões de preparação para o evento em que pensávamos mais estritamente sobre operacionalidades, naquelas em que era pela colagem que nos encontrávamos, reconhecíamos que muito do que ali fazíamos não se significava ou ganhava importância pelo evento que viria, mas, era um ato que bastava em si. Ainda que nesses momentos tivéssemos a expectativa de um produto final (os lambes de divulgação do evento +QRolezin), o que pudemos testemunhar foi o desejo de fazer ecoar em nós e nos espaços urbanos uma força coletiva (não sem tensões e dissensos) de corpos e vidas que, sim, dizem-cidade e ousam fabulá-la desde as memórias, as marcas, os sonhos desses mesmos corpos e experiências. Nunca foi só um cartaz de divulgação de um evento, era ele mesmo a presentificação de um dizer.

Poderíamos ainda acrescentar: também nunca foi só um evento de skate. Para o coletivo Mais Que Skate – e para nós, conjuntamente – era a instauração de um território de criação, pluralidade, cuidado e formação conjunta. E, para além disso, o próprio cartaz, como um instantâneo de nossos encontros, compareceu como uma espécie de devolutiva ao território daquilo que viemos construindo junto aos coletivos LGBTQIAPN+ ao longo do tempo de estágio.

### Lambes

A exemplo dos cartazes construídos para divulgação, durante o evento, apostamos na sustentação de um momento-oficina voltado aos participantes como forma de seguirmos experimentando modulações desse modo de criar temporalidades e modos de percorrer, recortar e compor imagens-presenças na cidade. Ali a cidade era uma pista de skate. Essa que, por mais que se possa reconhecer sentidos e práticas plurais, é também território de arestas e impossibilidades para corpos e corpos que não reproduzem performances masculinas heteronormativas.

Durante o evento, após a realização da oficina de colagem com um público bem maior do que estávamos habituados em nossos encontros, as produções tomaram a materialidade de lambes, e ocuparam um dos obstáculos centrais da pista de skate. Na programação, juntavam-se à nossa oficina outras propostas coletivas: como uma oficina de personalização de skate, exposição de artistas da região, apresentação de DJ's, pocket show de rap, banda punk, vogue, além de um momento no qual a pista foi ocupada apenas por mulheres e pessoas trans, as quais foram convidadas a realizar um desafio proposto por elas mesmas em troca de peças de skate. Cada um desses momentos foi pensado, sonhado e planejado como formas de acolhimentos que se mostram possíveis aos mais diversos modos de existência em suas diferentes maneiras de ocupar, as mais variadas materializações dos afetos gerados naquele encontro.



Imagem 6 - Mural criado no +QRolezin com as produções feitas na oficina de colagem (arquivo de estágio, 2023).

A ideia de usar os lambes para a divulgação do +QRolezin esteve em consonância com nossos modos de ocupar, com a aposta do evento: tanto como modo de narrar cultura urbana e ocupação da cidade por vias não hegemônicas, quanto como forma de intervir em conjunto ao que está no mundo, como parte de uma processualidade em curso. A oficina de colagem e a ocupação urbana pelos lambes fizeram parte de um processo de subjetivação tanto do coletivo quanto do nosso trabalho de estágio, reconhecendo os nossos corpos enquanto pertencentes à cidade, enquanto defensores de uma ética e política do espaço urbano não hegemônicas. O que faz emergir o reconhecimento desse território enquanto compositor das nossas subjetividades; um território relacional, vivo, que conta também a história desses corpos invisibilizados que o ocupam.

As colagens produzidas no evento só se tornaram lambes para serem colados a partir do entendimento de que a pista de skate precisa ser esse espaço de pertencimento para os corpos frequentemente invisibilizados. A pista de skate do bairro Tiradentes só pôde ser ocupada e acolher o evento criado na medida em que foi reconhecida enquanto espaço de cultura que se faz em disputa por aqueles e aquelas com quem compomos e nomeamos de fazedora/es de cultura. Foi só a partir disso que aquele espaço pôde acolher e sustentar uma oficina de colagens, de lambes, e também um desafio para mulheres e pessoas trans, e ainda um show de *vogue* logo depois de uma apresentação de banda *punk*.

Apontamos para a importância da criação de ruídos e rupturas através de outros modos de uso dessas histórias à margem. A oficina de colagem que ocorreu no +QRolezin foi sustentada pela aposta e entendimento de que os corpos femininos e trans participam da construção de um espaço de compartilhamento, de criação, de trocas de experiências, em movimentos de disputa por pertencimentos de maneiras inéditas e que se fazem necessárias a cada vez.





### Restos

Os lambes, enquanto sobras nas ruas depois das oficinas de colagem, marcam no território a memória dos modos de ocupação uma vez criados. Como pistas de que algo ali aconteceu (e que pode acontecer), esses restos fazem emergir mapas e narrativas de pertencimento que continuam se atualizando à medida em que evidenciam modos de sustentação de existência e criação de possibilidades que a presença desses corpos exigem.

É junto à análise do que resta que pensamos os efeitos do nosso trabalho. Compreendemos que buscamos fazer de nossas estratégias formas – ainda que provisórias – de interposição às totalizações e normatizações das políticas urbanas que operam igualmente como políticas de subjetivação excludentes (Cabral, 2013). Por meio de ocupações e experimentações estéticas, entendemos as colagens e os lambes não como formas de representar o que é cidade para um coletivo ou para as vivências LGBTQIAPN+, mas como matéria que se abre aos embates, que se faz e se refaz em jogos discursivos e revezamentos entre os corpos (Araújo, Cabral, Araújo, et al., 2016).

O retorno ao diário de campo e aos relatórios, compreendidos enquanto espaços de experimentações de narrativas de si e do mundo, faz emergir diversos fragmentos desse processo de entendimento e construção de um corpo-estagiária junto às políticas públicas atreladas ao campo da Cultura. Apostamos no trabalho com a Cultura enquanto transversalidade e potência de atuação do fazer psi, e entendemos que a experimentação e a coletivização das experiências são caminhos possíveis para se pensar cuidado e promoção de direitos e saúde. Podemos retornar, sejam aos diários, sejam aos relatórios, sejam aos lambes, como forma de atualizar e reconhecer nos corpos um trabalho e processo de produção de conhecimento.



Este escrito é também superfície na qual reconhecemos restos de dizeres e de uma memória que ainda é capaz de iluminar questões no presente.

Quando nos propomos a seguir um estágio na Rede de Cultura, algo na formação se abriu, algo do corpo pediu passagem, e demandou pensar outros modos de promoção de cuidado e outros saberes advindos da prática psi junto aos corpos que, historicamente, o próprio campo estigmatizou e objetificou. O contato com a metodologia, com o trabalho cotidiano e, igualmente, com a angústia que, de vez em quando, toma conta de tudo, cria também abertura às afecções dos encontros, essas que se tornam condição para criação de outros mundos compartilhados.

Caminhamos por exercícios de compreensão de que trabalhar junto aos territórios e modos de existência denegados não implica em tomá-los como “alvo” de nossas intervenções, mas, entendê-los enquanto participantes diretos da produção dos conhecimentos concernentes às práticas e dispositivos acionados. Um coletivo de mulheres cis-hetero e pessoas LGBTQIAPN+ que se dispuseram a disputar cidade a partir da cultura do skate em meio a uma cidade amplamente excludente abriu em nosso campo de estágio um caminho capaz não apenas de visibilizar e se interpor às lógicas de poder que as políticas urbanas operam, mas também criaram um campo potente de recolhimento dos efeitos de nossas práticas e discursos. Assim, ao nos propomos a criar recortes, colagens em espaços e temporalidades que inventamos coletivamente, reconhecemos modos de intervir que talvez tenham a chance de produzir cortes e interrupções de um cotidiano em suas tarefas, funcionalidades e pragmáticas, tão violentas quanto corriqueiras.

## Referências

ARAÚJO, Frederico Guilherme Bandeira de; CABRAL, Ana Rodrigues; ARAÚJO, Flávia de Sousa, et al. Caosgrafias cidade. *Cadernos Metrópole*, v. 18, n. 37, p. 899–920, 2016. Online. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cm/a/9xfNJKTn8GHnHvTDG7NL7Qt/?lang=pt>. Acesso em: 15 mar. 2024

ARENDR, Roland.; MORAES, Marcia; TSALLIS, Alexandra. Por uma psicologia não moderna: o PesquisadorCOM como prática meso-política. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 15(4), 1143-1159, 2016. Online. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/epp.2015.20237>. Acesso em: 10 mai. 2024

BENJAMIN, Walter. Passagens. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

BORGES, Hilda Marinho Amaral; ARAÚJO, Flávia de Souza. Maceió pra todes: modos dissidentes de ocupar e construir a cidade. *Ímpeto: Revista de Arquitetura e Urbanismo*, Maceió, N. 12, 2022.

CABRAL, Ana Rodrigues. *Por entre ratos e andorinhas: burburinhos e garatujas de uma experiência de montagem no limiar das palavras cidade e subjetividade*. 2013. Tese (Doutorado em Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional) Programa de Pós-Graduação em Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

CABRAL, Ana Rodrigues. *Projeto de estágio curricular em psicologia social e institucional*, Cidade, Cultura e Coletivos. 2019. Serviço de Psicologia Aplicada (ICHS), Universidade Federal Fluminense.

CABRAL, Ana Rodrigues; LOBO, Clara Belo. Verbete Oficinar. In: ROCHA, Eduardo; BELTRAME, Thais. (Orgs.). *Verbolário da Caminhografia Urbana*. 1ed. Pelotas: Ed. Caseira, 2024 V. 1, p. 235-236.

CRARY, Jonathan. *24/7 Capitalismo tardio e os fins do sono*. São Paulo: UBU editora, 2013.

DIEHL, R.; MARASCHIN, C.; TITTONI, J. Ferramentas para uma psicologia social. *Psicologia em Estudo*, v. 11, n. 2, p. 407–415, 2006. Online. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/ZSYqXth6gHL9nhhzNj4hXNs/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 mai.2024.

DUTRA, Isadora de Almeida. *Uma Aposta Na Cultura Skatista: Práticas de singularização como enfrentamento à colonização da experiência*. 2023. Monografia (Bacharelado em Psicologia) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Fluminense.

FEDERICI, Silvia. Com Filosofia, Psicologia e terror: Transformando corpos em força de trabalho. In: FEDERICI, Silvia. *Além da Pele: Repensar, refazer e reivindicar o corpo no capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Editora Elefante, 1ª ed, 2023. Cap.3, p.103-121.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. Petrópolis: Ed. Vozes, 1997.

KASTRUP, Virginia. *A aprendizagem da atenção na cognição inventiva*. *Psicologia & Sociedade*; 16 (3): 7-16; set/dez.2004. Online. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/Zs7wtDMRTYJX338HyT5YqyJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 mar. 2024.

LATOOUR, Bruno. Como falar do corpo? A dimensão normativa dos estudos sobre a ciência. In: NUNES, João. Arriscado, ROQUE, Ricardo. (orgs). *Objetos impuros: Experiências em estudos sociais da ciência*. Porto: Edições Afrontamento, 2007. Cap.1, p.40-61.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. *Debate Colonialidade do Gênero e Feminismos Descoloniais*. *Rev. Estud. Fem.* 22 (3), 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/QtnBjL64Xvssn9F6FHJqznb#>. Acesso em: 20 mai.2024.

MORAES, Marcia; ARENDR, Roland. Contribuições das investigações de Annemarie Mol para a psicologia social. *Psicol. estud.*, v.18, n.2, p. 313-321, 2013. Online. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722013000200012>. Acesso em: 9 Jul. 2024.

POZZANA, Laura. A Formação do Cartógrafo é o Mundo: Corporificação e Afetabilidade. *Fractal, Revista de Psicologia*, v. 25 – n. 2, p. 323-338, 2013. Online. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/KqsStJnY3bfNNTXJsXwLzWD/abstract/?lang=pt>. Acesso em: dez.2023.

POZZANA, Laura; KASTRUP, Virginia. Da propriocepção à apropriação da experiência: uma prática corpora, com pessoas com deficiências visual. *Periferia: educação, cultura e comunicação*, vol. 9, núm. 1, pp. 358-382, 2017. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Online. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/periferia.2017.29409> Acesso em: 14 jun. 2024.

ROCHA, Marisa. Lopes da; AGUIAR, Katia. Ferreira. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 23, n. 4, p. 64–73, 2003. Online. Disponível em: [https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1414-98932003000400010&lng=pt&nrm=iso](https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1414-98932003000400010&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 02 mar. 2024.

ROLNIK, Suely. *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. São Paulo: Estação liberdade, 1989.

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2019.

TEIXEIRA, Juliana Cotting. Skate street e devires minoritários: (des) territórios do sujeito skatista. *Seminário Internacional Fazendo Gênero*, v. 11, 2017. Online. Disponível em: [https://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499464013\\_ARQUIVO\\_VERSAOFINALFAZENDOGENERO.pdf](https://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499464013_ARQUIVO_VERSAOFINALFAZENDOGENERO.pdf). Acesso em: 13 jul. 2024.

TIBOLA, Talita. Futuros impossíveis: uma aproximação de dispositivos de conversa com a pesquisa-intervenção. In: ROZENSTRATEN, Artur; BECCARI, Marcos,]; ALMEIDA, Rogério de (orgs.). *Imaginários Intempestivos: arte, arquitetura, design e educação*. São Paulo: Feusp, 2019.



# CARTOGRAFIA DO TRANSBORDAMENTO

## Um estudo de caso do Minhocão/SP

*CARTOGRAPHY OF OVERFLOW*  
*A case study of Minhocão/SP*

**Juliana Artuso<sup>1</sup> e Rovenir Bertola Duarte<sup>2</sup>**

### Resumo

O presente artigo propõe a construção de uma leitura cartográfica do transbordamento que reúne duas discussões baseadas no conhecimento corporificado: a epistemologia feminista e o afeto deleuziano. A cartografia do transbordamento, por não trabalhar com representações nominadas previamente, apresenta grande sensibilidade às multiplicidades, atenta às experiências subjetivas. Para tal, adota-se como estudo de caso o Minhocão (Elevado João Goulart), na cidade de São Paulo, em seus dois espaços: a parte superior e inferior do Elevado. Assim, busca-se refletir uma experiência de cartografia e leitura transbordada do espaço do Minhocão, agregando novos conteúdos de imagens. A pesquisa baseia-se no método cartográfico afetivo e utiliza como instrumentos, o trabalho de campo, a observação-participante e o diário de bordo. Desse modo, conclui-se que a leitura corporificada do local permitiu reflexões sobre micro espaços e comportamentos, que de algum modo, podem auxiliar a pensar além das bordas do Minhocão.

Palavras-chave: corpo, epistemologia feminista, cartografia afetiva.

### Abstract

*This article proposes the construction of a cartographic reading of overflow that brings together two discussions based on embodied knowledge: feminist epistemology and Deleuzian affect. The cartography of overflow, by not working with previously named representations, is highly sensitive to multiplicities and attentive to subjective experiences. To this end, the Minhocão (João Goulart Elevated Highway), in the city of São Paulo, is used as a case study, in its two spaces: the upper and lower part of the Elevated Highway. The aim is to reflect on an experience of cartography and overflowing reading of the Minhocão space, adding new image content. The research is based on the affective cartographic method and uses fieldwork, participant observation and a logbook as instruments. The conclusion is that the embodied reading of the place allowed reflections on micro-spaces and behaviours, which in some way can help think beyond the edges of the Minhocão.*

*Keywords: body, feminist epistemology, affective cartography.*

### Introdução

Basta ouvir uma palavra para emergir na imaginação um lugar inteiro, assim, palavras como “nossa casa” ou “a cidade tal” acionam imagens claramente delimitadas por bordas. Em outras palavras, as leituras se acomodam muito facilmente às imagens e aos nomes prontos e acabados, voltados à ideia de uma realidade já dada. Nesse sentido, apressa-se o entendimento da existência de um lugar frente à visão de múltiplos lugares, ou seja, uma acomodação a um tipo de realidade, baseada nas bordas binárias do sim ou não, que mascara as diferenças presentes e os atravessamentos destas bordas. Desse modo, parte-se da inquietação por uma metodologia de leitura e cartografia do transbordamento que possa ir além das leituras prontas.

Esse trabalho, assim, na proposição da construção de uma leitura cartográfica do transbordamento reúne duas áreas de estudo baseadas no conhecimento corporificado, quer dizer, advindo da experiência do corpo: a epistemologia não binária feminista e a cartografia do afeto. Sobre a epistemologia não binária, toma-se um arsenal de ferramentas teóricas: a crítica ao universal, a leitura corporificada do espaço, a situacionalidade, a posicionalidade e a interseccionalidade. Em relação ao afeto, o trabalho aproxima-se das reflexões deleuzianas, mais especificamente sobre os caminhos pré-cognitivos e corporificados, que resistam a linguagem, representações ou consciências em prol de uma experiência com “ideias confusas de misturas entre corpos” (Deleuze, 1997, p. 162).

Deve-se ressaltar inicialmente que existe um interesse da cartografia com perspectiva feminista pelo entendimento da experiência subjetiva (Mclafferty, 2002; D'ignazio; Klein, 2016). Contudo, diferente das discussões sobre as relações conscientes vinculadas às emoções, há pouca clareza sobre como os instrumentos podem registrar aspectos inconscientes voltados aos afetos. Assim, a cartografia afetiva se encaixa nessa discussão, por não trabalhar com representações nominadas previamente, como as emoções, e por apresentar grande sensibilidade às multiplicidades, de modo a mostrar-se atenta a cada encontro e suas respectivas afecções.

Para essa investigação, adotou-se como caso concreto o espaço do Elevado Presidente João Goulart, popularmente conhecido como “Minhocão”, localizado no centro da cidade de São Paulo. A seleção deste lugar se justifica pela sua ambivalência, em algum sentido esquizofrênica, que em alguns momentos volta-se para o tráfego intenso de veículo, em outros se abre para as apropriações da comunidade local, tornando-se um espaço público na cidade. Em uma face, o lugar exhibe com esplendor a alegria de sua ocupação, na outra esconde e exclui uma população ocupante, reproduzindo privilégios e apagamentos.

O experimento foi realizado entre os meses de janeiro e agosto de 2024, por meio de caminhadas, baseadas nas quatro fases de variações de atenção (Kastrup, 2009) e do “modo-campo” (Fiori, 2018), como também, pelo instrumento da observação participante, com registros fotográficos e diário de bordo (Knudsen e Stage, 2015). Propõe-se entender, por meio de transbordamentos, como é possível evitar que qualquer imagem genérica se estabeleça frente à complexidade da realidade. Como resultado o trabalho encontrou na cartografia afetiva um recurso importante de pensar a posicionalidade, interseccionalidade e a reflexividade da presença da mulher no espaço público, com maior atenção ao espaço em escalas e eventos menores, compreendido de forma dinâmica e relacional.

<sup>1</sup> Mestranda em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa Associado UEM/UEL de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (UEL/2024) e Arquiteta e Urbanista pela Faculdade de Ciências e Tecnologia (UNESP/2021).

<sup>2</sup> Doutor em Comunicación Visual en Arquitectura y Diseño (Universitat Politècnica de Catalunya/2015), Mestre em Arquitetura e Urbanismo (USP/2001) e Arquiteto e Urbanista (UEL/1994).

## Metodologia

Essa pesquisa, com caráter exploratório e qualitativo, é marcada pela lente fenomenológica, mais especificamente, pela abordagem da fenomenologia pós-intencional (Vagle, 2018). Esta lente, em geral, voltada para o estudo da experiência, interessa-se mais pela forma como os sujeitos experimentam as suas tomadas de decisões, no lugar do porquê estes tomam tais decisões (Smith et al, 2009). Contudo, frente a possíveis conflitos entre as ideias fenomenológicas tradicionais e o conceito de afeto explorado na investigação, toma-se a vertente pós-intencional, pois o conceito da intencionalidade, e sua intrínseca relação com a consciência, pode divergir em certos aspectos do afeto. Vagle (2018) destaca que tal vertente rejeita a noção da experiência pura ou da estrutura que pode ser sistematicamente representativa da experiência, aproximando-se das ideias pós-estruturalistas, como também, rejeitando o uso de posições binárias (Vagle, 2018), importante para o transbordamento sugerido aqui.

O procedimento metodológico construído parte da preocupação, de Knudsen e Stage (2015), em repensar as ferramentas tradicionais, principalmente as etnográficas, com ênfase na inserção de uma leitura corporificada do poder (Crenshaw, 1989; Harding, 1987). Assim, ressalta-se a importância de trazer o “corpo-pesquisador” como um recurso valioso para apreender as qualidades afetivas no espaço, com ênfase nos instrumentos do diário de campo e da observação participante.

Nesta pesquisa, o diário de campo aproximou-se das orientações de Punch (2012), nas quais defende uma ferramenta para aprimorar o processo de reflexividade, posicionalidade e o lugar das sensações no trabalho de campo. Assim, reconhece a existências de incertezas e da não onisciência da pesquisadora, de modo que não pode entender completamente os impactos de suas lutas emocionais e pessoais na condução do trabalho de campo. Uma luta, ainda segundo Punch (2012), muitas vezes ocultas na produção de conhecimento. As anotações (desenhos e textos) foram realizadas durante e imediatamente após o percurso no Minhocão, com atenção ao comportamentos, frases e observações captadas na experiência de campo (Barros e Kastrup, 2009). Reconhece-se que as atividades realizadas, as pessoas presentes, e o registrado ganha relevância quando incorporados no relato de campo (Barros e Kastrup, 2009; Magnani et al, 2023), buscando evitar a inserção de opiniões e interpretações do experienciado (Barros e Kastrup, 2009).

A observação participante, por sua vez, pautou-se pelo “modo-campo” (Fiori, 2018), que significa estar alerta às situações dinâmicas as quais a pesquisadora não dedicaria atenção em sua vida cotidiana. Em outras palavras, estar aberta aos encontros e ao imprevisível, sendo “parte fundamental do processo de entrar em contato com outras maneiras de estar no mundo” (Magnani et al, 2023, p.123). A caminhada, dentro do processo de observação participante, relacionou-se com o que Kastrup (2009) chamou de “uma ida à campo”, organizada em quatro diferentes variações de atenção: rastreio, toque, pouso e reconhecimento.

O rastreio consiste em um andar “deixando-se levar”, percebendo e acompanhando as relações estabelecidas em campo, tais como, as mudanças de posição, velocidade, aceleração e ritmo. Partiu-se de uma postura em campo descrita por Magnani et al (2023, p. 120) como “um estado de disposição para um encontro”, mantendo uma atenção constante aos estímulos no entorno e buscando as situações sociais, isto é, as apropriações das mulheres nos espaços públicos. A atenção nessa primeira fase rastreia uma espécie de alvo ou meta móvel (Kastrup, 2009). Em seguida entra o toque, com um olhar mais atento às sensações, como em um processo de seleção, podendo assumir diferentes graus de intensidade e tempos para acontecer.

Após o toque, a atenção voltou-se para o movimento de pouso, “uma parada no movimento”, como pontua Kastrup (2009, p. 35), indicando uma mudança de escala de atenção. Nessa fase foram realizadas as fotografias, com o objetivo de exercício de atenção no levantamento. E por fim, a percepção voltou-se para o reconhecimento com uma atenção mais atenta, envolvendo um retorno maior à consciência e buscando destacar as singularidades dos territórios e situações apreendidas. Nessa última fase, foram selecionados eventos específicos para cartografia e observação dos afetos, com a participação de mulheres no espaço público. A seleção não foi definida previamente, mas ficou a cargo dos encontros durante as nove caminhadas do experimento, realizadas entre os meses janeiro e agosto de 2024.

## Por uma epistemologia não binária

Como é possível descrever uma leitura baseada nas bordas e em seus limites? Provavelmente existem muitos métodos e processos que não desejam sair de seus limites, mas um processo bem intuitivo e conhecido é aquele cuja leitura da vida no espaço se baseia em categorias. Nesta leitura tudo aparece magicamente organizado em grupos por classe, raça, etnia, religião, nacionalidade, gênero, sexualidade, etc. Esse caminho dentro dos limites das bordas organiza os animais em espécies, os edifícios em tipos, os comportamentos em temperamentos e assim sucessivamente. Tudo dentro de conjuntos, mais ou menos hierarquizados, etiquetados e organizados. Contudo, reativamente aos sistemas binários da organização patriarcal, o feminismo contemporâneo propõe uma epistemologia que parece recusar esse caminho, como também, seus limites (Haraway, 1988). A lógica para tal recusa é simples, evitar limitar-se a ideia de que as pessoas possam ser reduzidas a categorias, em prol de leituras com múltiplas dimensões e bordas.

Dessa forma, esta epistemologia busca refutar qualquer ideia binária de poder, resumida pela relação entre um opressor e outro oprimido, de modo a expandir o entendimento de poder, de suas fontes e de suas complexas redes de relação. A leitura do poder torna-se, então, multifacetada, difusa e relacional (Staeheli; Kofman, 2004), de modo a repensar a binaridade em prol de um pluralismo (D’ignazio; Klein, 2016). Esse movimento vai além da negação das distinções binárias entre as categorias de feminino e masculino, mas também, entre natureza e cultura (Haraway, 1991), sujeito e objeto (Hekman, 1990), razão e emoção (Llyod, 2002), corpo e mundo (Barad, 2007) entre outras. Busca-se, de modo resumido, atravessar as bordas limítrofes de um pensamento categórico e binário, mas como provocar tal transbordamento?

Para essa tarefa, essa epistemologia se arma de um arsenal de ferramentas teóricas, por exemplo, a crítica ao universal (McDowell; Sharp, 1997; Rose, 1993), a leitura corporificada do poder (Crenshaw, 1989; Harding, 1987; Kelly; Bosse, 2022; McDowell, 1992), a situacionalidade (Haraway, 1991; Rose, 1997), a posicionalidade (Friedman, 1998), a reflexividade (Haraway, 1988; Rose, 1997; Kobayashi, 2003) e a interseccionalidade (Collins, 2015; Crenshaw, 1991). Cada uma delas, com a missão de evitar que qualquer imagem genérica se estabeleça frente à complexidade da realidade.

De modo muito resumido, essa abordagem conceitual se inicia justamente a partir de uma crítica a um espírito, pretensamente universal e objetivo, que pratica investigações por meio da construção de categorias, nomenclaturas e códigos (Harding, 1986; Rose, 1993; Staeheli et al, 2004). Esse espírito de investigação, que se apresenta como imparcial e neutro, reproduziria um olhar especificamente masculino impositor de uma espécie de verdade (McDowell; Sharp, 1997). Desse modo, no lugar de reforçar tal dualidade, dessa vez do lado feminista da borda, defende-se transbordar tais territórios



em busca da complexidade presente na vida. Rompe-se com modelos em prol da qualquer inclusão, por não brancos, travestis, lésbicas e transexuais etc. (Silva, 2008).

Esse transbordamento passa de início pelo corpo, mais especificamente pelo conhecimento incorporado, ou seja, de um saber advindo da própria experiência no espaço, onde se reconhece corpos diferenciados e experiências afetivas como fundamentais (D'ignazio; Klein, 2016). Entretanto, esse corpo não é um conceito abstrato, mas sim, um corpo situado e posicionado.

A ideia de corpo situado remete à própria experiência do corpo no espaço (Haraway, 1988; Harding, 1986), como um agente ativo, relacionado a um “conhecimento situado” (Haraway, 1989; 1991), onde a produção de conhecimento é relacional e contextual. Em sentido complementar, a posicionalidade enfatiza os diferentes pontos de vista dos corpos envolvidos, onde a identidade é fluida ao invés de estável. Friedman (1998) reforça, nessa lógica, uma identidade em constante mudança, uma vez que é constituída através de diferentes pontos de referência e condições materiais da história. Assim, se de um lado o corpo situado se volta para o contexto em que se insere, de outro, a posicionalidade reconhece que as identidades deste corpo são dinâmicas frente ao mundo. Desse modo, reconhecem um movimento que embarça as fronteiras das bordas, revelando uma multiplicidade presente nos contextos e identidades.

Diante de tal movimento presente nos espaços e corpos, a reflexividade emerge para produzir uma visão crítica das localidades, mais especificamente sobre privilégios, preconceitos e apagamentos, de modo a reconhecer as influências pessoais, interpessoais, institucionais e emocionais no espaço (England, 1994; Mohanty, 1988, 2003). Dessa forma, a última ferramenta, a interseccionalidade (Collins, 2015; Crenshaw, 1989; 1991) discute o encontro nessas redes de relações de poder, que podem introduzir opressões cruzadas que envolvam, por exemplo, diferenças de raça, gênero e outros sistemas semelhantes de poder, comumente vistos de modo independente. Pode-se, assim, pensar em uma espécie de sobreposição de camadas que já não respeitam e se conformam com os limites das bordas.

Em resumo, pode-se pensar que, dentro desta epistemologia, as bordas, fronteiras e limites são vistos de modo imaginativo, de tal maneira, que as diferenças e os conflitos possam ser construídos e representados vividamente (McDowell; Sharp, 2014), muito além do discurso baseado na leitura dominante. Transbordar, nesse sentido, é poder conhecer de modo vivenciado e corporificado os diversos lugares existentes e concomitantes (sim e não), ao invés, de confiar em processos que classificam e categorizam binariamente o mundo em sim ou não. Essas ferramentas são realmente poderosas para produzir o transbordamento, mas sempre existe o perigo, de se trocar uma imagem por outra, uma borda por outra. Nesse sentido, outro ferramenta é agregado aqui: as leituras pelo afeto.

### **As cartografias do afeto como transbordamento: preferência pelos gritos ao discurso do conceito**

O afeto, discutido nessa leitura, advém das discussões do filósofo francês Gilles Deleuze (1997, 2017, 2019) do pensamento de Baruch Spinoza (1632-1677). Nos anos de 1980, o autor francês destaca as afecções (*affectio*) e os afetos (*affectus*). Em sua abordagem, as afecções seriam como as imagens ou marcas corporais e suas ideias, expressando a natureza do corpo afetado e do corpo exterior afetante. Os afetos, por outro lado, remetem à transição de um estado a outro, ligado ao espírito, algo experimentado e não representacional. Em outras palavras, através dos rastros detectados em encontros entre corpos, detectar-se-ia “a transição de um estado a

outro levaria em conta a variação correlativa dos corpos afetantes” (Deleuze, 2002, p. 56). Assim, o afeto torna-se uma forma muito específica de expressão, associado a uma variação de intensidade no corpo que pode aumentar/fortalecer ou diminuir/enfraquecer a sua potência ou capacidade de agir (Deleuze; Parnet, 1998). Mas, como tal forma de expressão poderia ajudar ao desenvolvimento de leituras transbordadas do espaço?

Como observam Knudsen e Stage (2015), embora existam muitas divergências entre os teóricos do afeto, a sua maioria concorda que o afeto “viaja” entre corpos humanos e não humanos, e é experimentado subjetivamente, indo além da vontade e da intencionalidade consciente do corpo afetado. Estes teóricos, como Massumi (2002), Thrift (2004), Brennan e Clough, pensam o afeto mais como um estímulo externo, que atravessa primeiro o corpo e depois o aparelho cognitivo. Desse modo, o afeto não passaria por um processo de significação (não-representacional), mas sim, por caminhos pré-cognitivos e corporificados que exige a relação entre corpos para ocorrer (Yonezawa, 2015). Em outras palavras, os afetos atuam antes da presença da consciência (Simpson, 2020), ou que nem todos os afetos sejam assimilados pelo consciente (McCormack, 2003), ou ainda, que eles sejam da ordem do não-cognitivo (Pile, 2010). Envolve, então, um tipo de expressão ligado a relações ainda não nomeadas (pré-cognitivas) e inter-corpos (não personalizados), que pode ajudar a entender o funcionamento de diversas formas de poder (Anderson, 2006; Pile, 2010; Hutta, 2020).

A leitura por meio do afeto, e suas afecções, destaca um movimento teórico contra o privilégio da linguagem, privilégios estes que resultaram no esquecimento do corpo e das questões da materialidade (Clough, 2004; Lara, 2020). O foco não estaria mais na representação da realidade, e sim a realidade sem representação (Lara, 2020). Entretanto, a questão persiste, por que resistir a linguagem, representações ou consciências poderiam ajudar no processo de transbordamento?

Deleuze (1997) observa que o afeto trata de um tipo especial de expressão, dotado das características de variabilidade e equivocidade, de tal forma que o gênero de conhecimento que constitui é voltado para uma experiência “onde se encontram ao acaso ideias confusas de misturas entre corpos [...] É uma linguagem material afetiva mais que uma forma de expressão e que se assemelha de preferência aos gritos do que ao discurso do conceito” (p. 162). O seu modo de atuação está fora do discurso delimitado e codificado pela linguagem, significação e representação da experiência (Bissell, 2010; Lara, 2020). Dessa forma, apresenta-se entre a percepção e a linguagem (Stubblefield, 2018), podendo facilmente transitar entre bordas: transbordar.

Assim, acredita-se que os afetos produzem pistas para compreender como os encontros, entre diferentes tipos de corpos, podem de modo não-representacional contar sobre os lugares além das bordas. Em resumo, o afeto aqui é não cognitivo e não representável, e está diretamente relacionado a quatro elementos fundamentais: corpos humanos e/ou não humanos; o encontro, que é a interação entre dois ou mais corpos (cadeias de associações entre corpos); a ação de um corpo sob o outro, compreendido como o afetar e ser afetado; e por fim, os efeitos ou signos que um corpo deixa sob o outro (Deleuze, 1997). Soma-se a tal visão, as preocupações frente ao binarismo já expostas, para buscar um tipo leitura transbordante, contudo, antes de tal leitura cabe uma rápida imagem do Elevado limitado às bordas.

## O Minhocão dentro das bordas

O lugar, condicionado pelas bordas de seus nomes, já teve nome de general, Arthur da Costa e Silva, que remete ao tempo de sua construção na Ditadura Militar (1964-1985), como também com referência a democracia, o Elevado Presidente João Goulart, mas de modo popular é reconhecido por “Minhocão”. Uma via elevada localizada na região central da cidade de São Paulo, contando três bairros distintos: Barra Funda, Santa Cecília e República.

O lugar, definido pelas bordas de seus números, pode ser descrito como, na época, a maior obra de concreto armado da América Latina. Inaugurado em 25 de janeiro de 1971, concluída em apenas 14 meses, no dia do aniversário da cidade. De modo simples, trata-se de uma via elevada a 5 metros de altura, com 16,70 metros de largura na pista de rolagem, para o tráfego de automóveis. Em sua extensão, vai da Praça Roosevelt ao Largo Padre Péricles, com 3,4 quilômetros.

Contudo, o lugar talvez não possua bordas tão definidas em todas os seus aspectos, pois uma de suas marcas está na proximidade ao seu entorno, de modo que os edifícios margeiam a obra viária tão de perto que, como dizem Fiorin e Hirao (2019), as fronteiras visuais entre os apartamentos e a via elevada se misturam. Por isso, apenas cinco anos após sua inauguração, em 1976, em resposta à pressão popular devido aos altos índices de poluição sonora e ambiental, foi fechado pela primeira vez ao tráfego motorizado. Pouco tempo depois, ficou estabelecido o fechamento diário do Elevado da meia-noite às cinco da manhã pelas mesmas razões. A partir de 1989, durante a gestão da prefeita Luiza Erundina, foram definidos horários fixos de fechamento semanal: das 21h30 às 6h30.

Com esses fechamentos, a partir de então, o Minhocão começa a ser apropriado informal e espontaneamente por moradores do entorno para diversas atividades de lazer, transformando o território com diferentes significados e interpretações (Barbosa, 2012; Marino, 2019). Assim, apesar de sua clara finalidade prevista, restrita aos carros e separando-os do solo, uma nova vocação parecia rondar o lugar. No início da década de 2010 surgem diversas associações em prol da ocupação dos espaços públicos da cidade de São Paulo, com destaque do grupo Baixo Centro. Este grupo foi formado por produtores culturais de arte urbana do bairro Santa Cecília, atravessado pelo Minhocão, que proporcionaria ações que afetariam diretamente esse local. Entre 2011 e 2014, este grupo organizou vários eventos no Elevado, com ocupações artísticas e intervenções temporárias. Em uma delas, o grupo utilizou grama artificial, cadeiras de praia e piscinas desmontáveis, promovendo o slogan: “as ruas são feitas para dançar”. Dessa forma, em 2012, ocorreu no Minhocão e seus arredores, pela primeira vez, um grande evento colaborativo chamado BaixoCentro, a partir de um financiamento coletivo, organizado e promovido por mídias sociais, sendo um sucesso de público ganhando atenção da mídia.

A partir desse evento, o Minhocão tornou-se um local popular na cidade, sendo sede do evento cultural mais importante da cidade, a Virada Cultural. Após três anos de festivais e eventos anuais, o grupo se dispersou e parou de organizar eventos em 2016, mas proporcionaram uma importante contribuição na transformação da visão dos moradores sobre o antigo e sisudo elevado. O Minhocão passou a atrair uma multidão de pessoas, transformando-se em um centro de atenções. Em agosto de 2013, foi criada oficialmente a Associação Parque Minhocão, com a união de moradores, artistas, ativistas, políticos e arquitetos e urbanistas, com a agenda de transformar o Minhocão em um parque elevado oficial (Levy, 2014, 2015; Comolatti et al, 2014), uma iniciativa influenciada pela experiência do High Line Park em Nova York. Esta associação, que possuía uma sede em um apartamento voltado ao Elevado (atualmente a Associação

mudou-se do Minhocão), ainda que não promovesse ações diretas no Elevado, apoiou diversos grupos que o utilizaram como espaço público. Durante a Bienal de Arquitetura de São Paulo de 2013, a Associação organizou uma exposição sobre High Line Park em sua sede, além de montar uma piscina no topo da estrutura do elevado.

A partir dessa nova imagem do Minhocão, muito derivada das ações oriundas de ativistas culturais, surgem grupos contrários a tal ocupação, gerando reações em ambientes físicos, virtuais e jurídicos. O Conselho Comunitário de Segurança do bairro e a Associação de Moradores do Bairro Santa Cecília, por exemplo, geraram uma ação judicial e instauraram três inquéritos civis no Ministério Público, denunciando problemas de infraestrutura do Elevado. Até que, em abril de 2015, estas ações conseguiram impedir o uso do Minhocão como parte da Virada Cultural. As sucessivas proibições de ocupação geraram uma reação com a criação do grupo Ocupa Minhocão, em maio de 2016, que defenderia a permissão de eventos.

Na verdade, desde a metade da década de 2010, inicia um embate urbano e político, realizado em uma série de audiências públicas, debates, eventos, protestos e ações judiciais envolvendo o caso. Dessa forma, por um lado, grupos, como a Associação Parque Minhocão e o Ocupa Minhocão, avançaram com vários projetos de lei buscando a transformação legal do elevado em um parque urbano. Por outro, reações, como o movimento Desmonte Minhocão em colaboração com o Ministério Público, denunciaram supostas irregularidades na forma como os poderes executivo e legislativo estavam tratando o caso do Minhocão.

Em tempos atuais, diversas especulações sobre o futuro do Minhocão têm surgido na mídia, mas seu caso ainda se encontra em disputa. Desse modo, diferentes atores sociais posicionaram-se sobre seu uso: alguns a favor da apropriação e transformação em um parque (Baixo Centro, Associação Parque Minhocão, Ocupa Minhocão), outros se opuseram à formalização da estrutura em Parque (SP sem Minhocão), e ainda, em última instância, alguns são contrários às apropriações espontâneas na área (Desmonte Minhocão). Assim, apesar das inúmeras propostas para sua demolição, após anos de embates políticos com lutas nos mais diversos âmbitos, um olhar mais sensível tem sido lançado para o Minhocão, como um espaço alternativo de lazer aberto às pessoas. Desse modo revelam-se outros usos, não pensados e não programados por arquitetos e urbanistas, os quais transformam a via elevada, antes unicamente destinada ao tráfego intenso de automóveis, em um parque tido como uma verdadeira praia urbana para muitos paulistanos.

Ao final, a partir dessas múltiplas apropriações pela população local, como também pelos seus efeitos, o Minhocão assumiu diversas imagens. Pode parecer um sisudo e poluído viaduto de carros, remetendo a um espírito e urbanidade de uma época específica, mas também pode remeter a uma alegre imagem de uma espécie de praia urbana, relacionado com uma festiva reivindicação pela democratização das áreas públicas da cidade. É possível relacioná-lo também com perdas de valor financeiro, a uma peça de infraestrutura urbana substituível, ou ainda, para muitas reportagens, um lugar com aumento de usuários de droga. Tais imagens, como outras não citadas aqui, se refletem no dia a dia das pessoas, nas mídias, redes sociais e, inclusive, nos meios jurídicos. O Minhocão se revela em suas diversas imagens, dentro de bordas mais ou menos claras, apresentadas de forma etiquetada, preservando uma leitura representacional. Na sequência, a partir de uma leitura baseada em um conhecimento corporificado, apresenta-se uma tentativa de transbordamento.



## O Minhocão em busca do transbordamento

Antes de iniciar a descrição do experimento em campo, me apresento brevemente com a finalidade de posicionamento. Sou mulher e pesquisadora, em curso na pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, branca, com 28 anos, de classe média, que cresceu na cidade de São Paulo. Minha primeira aproximação ao Minhocão foi durante a graduação com a iniciação científica há 4 anos, dedicada a parte de cima do elevador. Eu o via como um local de apropriação para as pessoas para apropriação pública, o considerava como um espaço interessante para a convivência.

Minha leitura iniciou no “rastreo”, com um caminhar em condição “modo-campo” (Fiori, 2018), em outras palavras, imersa e atenta às situações, “deixando-me levar” e sem julgamentos. Minha única programação prévia foi que o Minhocão deveria ser visitado em seus dois espaços (os dois lados da moeda): a parte superior e a inferior do Elevado; sendo o tempo e momento para visita definidos por mim no decorrer do experimento. Assim, realizei as visitas entre janeiro e agosto, em dias da semana e horários distintos, com o uso dos instrumentos do meu caderno de campo e meu celular para registros, sendo ao todo nove caminhadas realizadas no Elevado João Goulart.

### No universo de cima do Minhocão (a face superior da moeda):

Comecei o percurso no dia 14 de janeiro, um domingo quente e ensolarado com aproximadamente 30°C, no período da manhã e da tarde. Meu caminhar e olhar foram guiados pela curiosidade, na busca de entender o espaço e suas relações. Em uma primeira percepção, encontrei um mundo de cores dos grafites pintados nas fachadas cegas dos edifícios, em contraste com o cinza da cidade. Diversos estímulos de movimento se destacavam para mim, reconhecíveis em pessoas caminhando ou praticando corridas, algumas levando seus cachorros para passear, além de ciclistas e skatistas. Ao mesmo tempo, eu via crianças brincando e pulando amarelinha, enquanto acompanhantes conversavam sentados na mureta. Notei também que algumas pessoas se fixavam em alguns locais, por exemplo, homens e mulheres tomavam banho de sol nas cadeiras de praia ou nas muretas da via e uma palhaça de circo chamava a atenção das crianças. Por fim, percebi que os vizinhos do entorno observavam desde suas janelas os acontecimentos no Minhocão.

Nesse primeiro momento, me dei conta que meu olhar ao ler os acontecimentos no Elevado não conseguia sair do convencional. Tudo me pareceu categorizado e etiquetado: esportistas, ciclistas, skatistas, criança, mães... tudo isso me pareceu refletir uma visão do espaço e eventos dentro das bordas, muito enraizada na nossa compreensão do mundo.

Para aprofundar a minha atenção, na procura da fase do “toque”, como também, encontrar “ao acaso ideias confusas de misturas entre corpos” Deleuze (1997, p.162), busquei intensificar meus sentidos. Assim, um conjunto de estímulos tomou conta de mim, além da parte de cima do Elevado, como os sons da cidade, dos automóveis passando, da feira de domingo no Largo Santa Cecília e dos skates rolando na praça Marechal Deodoro. Do mesmo modo, senti o sol quente refletindo em meu corpo, o suor escorrendo em minha testa, para então, procurar uma sombra como refúgio. Não havia naquela hora sombras das projeções dos edifícios no Minhocão, mas apenas das poucas árvores existentes ou dos guarda-sóis dispostos nos espaços criados pela Prefeitura.

Ao aumentar minha atenção, percebi a importância destes espaços criados pela Prefeitura – com puffs, guarda-sóis, cadeiras de praia e banheiros químicos; para a

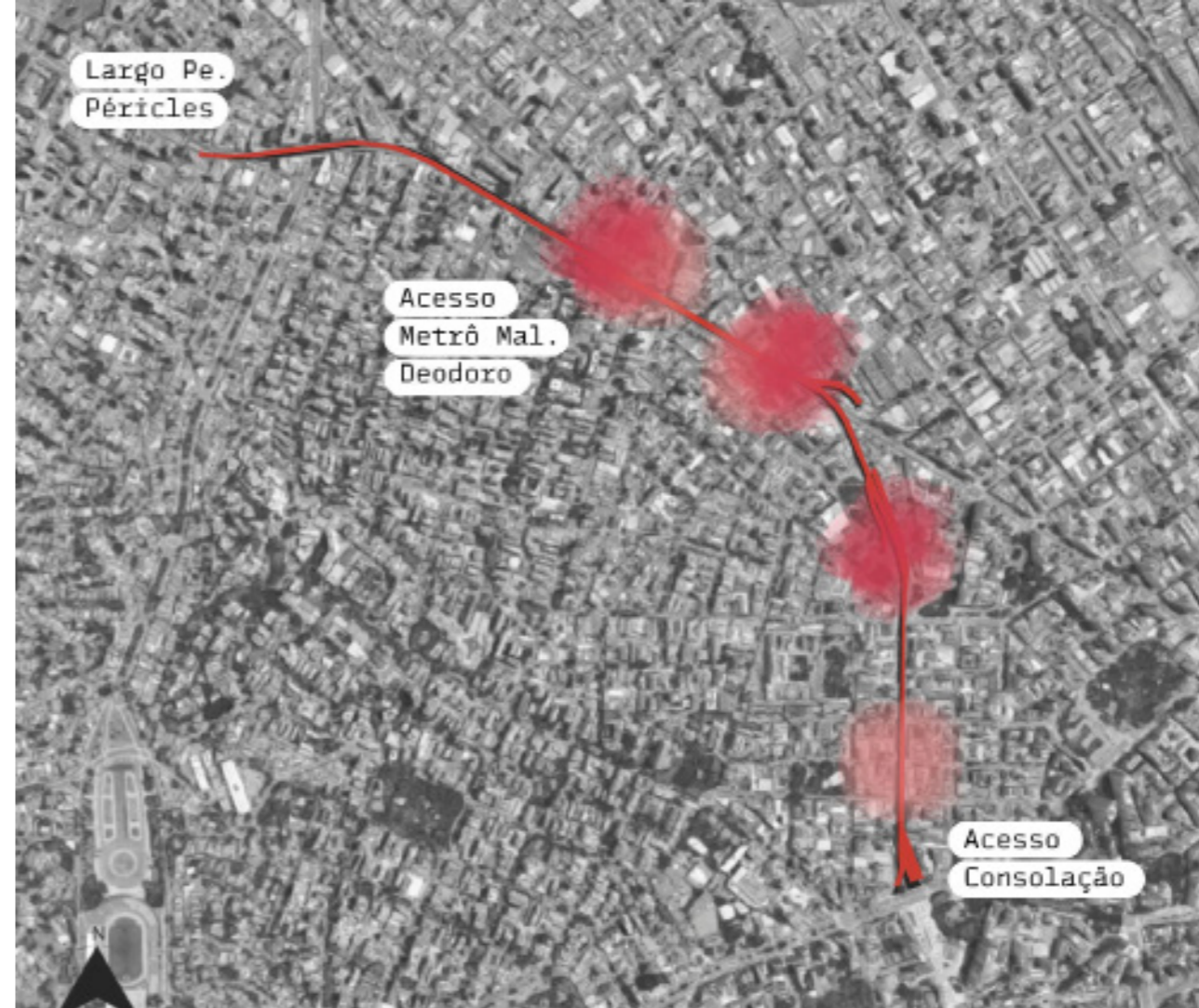


Figura 1 - Cartografia preliminar do Minhocão. Fonte: Elaborado pela autora (2024).

permanências das mulheres no elevador. De modo semelhante, também detectei uma relação entre estes locais de permanência e a proximidade dos acessos ao Minhocão. Assim, na terceira fase (Kastrup, 2009), pousei meu olhar e minha atenção em uma ação específica: as mulheres tomando sol em trajes de banho no Minhocão. Dessa forma, tomei esse evento como meu primeiro recorte, para apresentar a sua apreensão cartográfica, com uma leitura preliminar da parte de cima do Minhocão, na qual destaco os pontos mais relevantes para a aplicação do experimento (Figura 1).

Após uma visão geral do lugar, em um espaço com as cadeiras de praia, sentei-me ao lado da mulher (1), que tomava sol de biquíni e se mostrava aberta à interação. Nós dividimos parte de um guarda-sol, e eu, enfim, encontrei a minha sombra. Agora esses objetos ganharam nova significação para mim, parecendo poucos diante tanto calor que sentia. O compartilhamento do guarda-sol de alguma forma nos aproximava, como se dividíssemos a mesma sombra e território.

Posteriormente, encontrei a segunda mulher (2) com trajes de banho e deitada no banco de madeira, que não se encontrava quente. O banco escolhido por ela situava bem próximo à grade do Minhocão, no limite da via, contudo, ainda que não tivesse escolhido os bancos do centro da via, permanecia exposta. Esta mulher estava deitada de bruços, com fones de ouvido e posicionada com a sua face para a via. Assim, por um lado seu corpo não parecia desejar comunicar-se com o local, posicionada de bruços e com fones, por outro, se mostrava, ainda que de olhos fechados, ligada ao seu entorno. Contudo, para mim, seu corpo pouco se mostrava reativo às ações do parque, como se estivesse pouco afetada (Figura 2).

Em um outro momento, com o Minhocão mais vazio, outra mulher (3) tomava sol deitada próxima às pessoas que trabalhavam no Elevado, situados todos em um espaço marcado por um tapete de grama verde, formando uma espécie de sala dentro

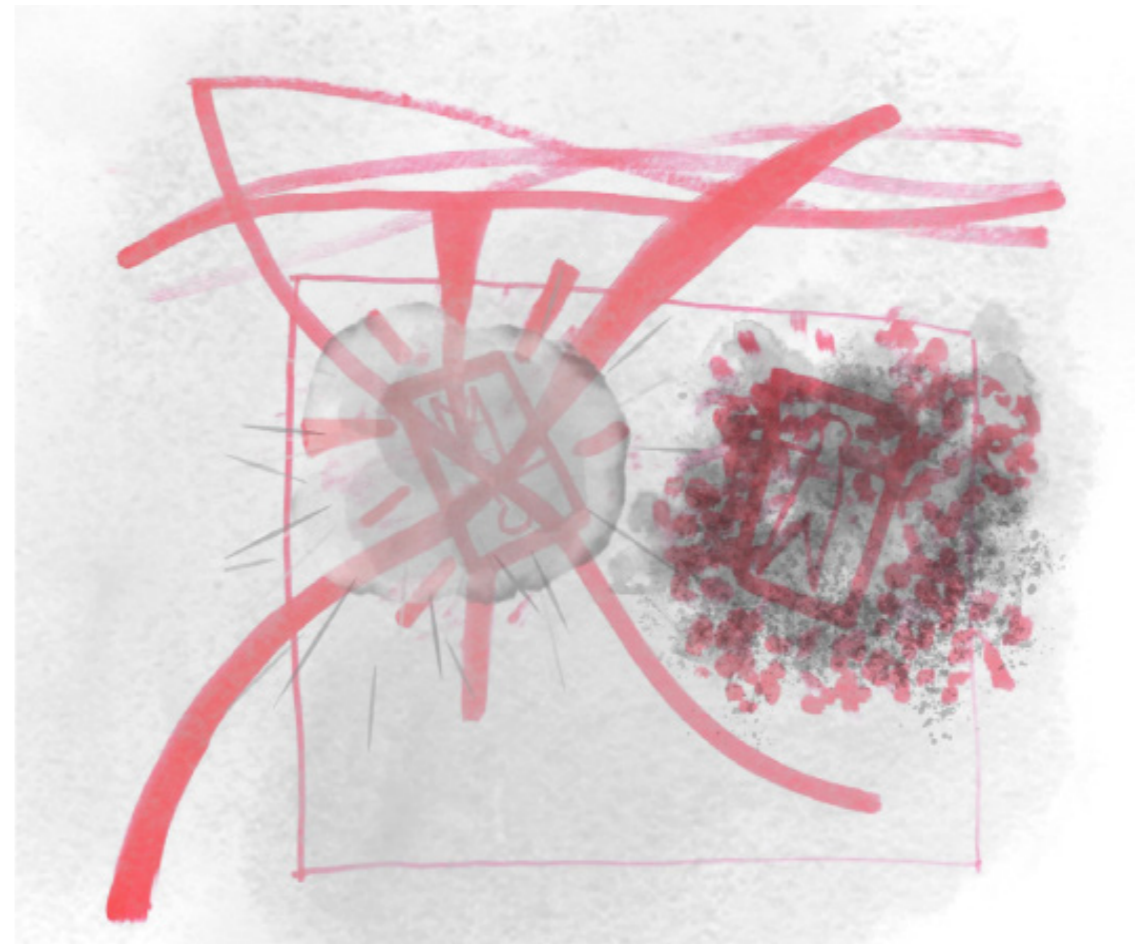




do espaço público. Esta mulher (3), também com fones de ouvido, lia um livro em “sua sala” em pleno espaço público, de tal forma, que não houve nenhum contato visual. A minha leitura de seu comportamento pareceu reforçar a ideia de estar dentro de um mundo próprio, constituindo um corpo-território a protegendo do mundo externo, que de algum modo me inibiu. Senti meu corpo afetado e sem condição de tentar uma conversa com ela.

Por fim, com a quarta mulher (4), sentada em uma cadeira de praia ao lado de um guarda-sol, iniciei uma nova aproximação. Esta mulher (4) se mostrava à vontade, contudo, movimentos aparentemente não conscientes demonstravam sua atenção com o fluxo de pessoas no Parque. Entretanto, em um momento específico, esta mulher (4) levantou-se e girou a sua cadeira, de modo que se antes estava voltada para a via do Minhocão e seu movimento de pedestres, agora permanecia de costas para o fluxo de pessoas e de frente para um edifício do entorno. Em seguida, me comentou sobre a presença de alguns olhares para as mulheres que tomavam sol de biquíni. Escolhi essa pequena ação para cartografar, buscando compreender as nuances e afetos envolvidos nesse movimento (Figura 3).

Após os diferentes dias de aplicação na parte de cima do Minhocão, atentei-me mais fortemente para a questão do afeto e de suas manifestações pré-conscientes. Contudo, esta parte ainda se mostrava como grupos mais ou menos identificados, ou seja, os habitantes do lado de cima do elevador, ainda parecem manter alguma unidade. Em relação a uma leitura mais reflexiva, não é possível ignorar privilégios e apagamentos. Nesses dias de observação, encontrei uma cidade alegre e viva na parte superior do Minhocão, mas ao mesmo tempo, percebi a ausência de certos corpos comuns nos espaços públicos cotidianos, como os comerciantes ambulantes ou mesmo moradores de rua. Estes somente foram observados nas entradas de Elevado, do lado “de fora” da grade, ao menos, até a minha visita outro universo.



### No universo de baixo do Minhocão (a outra face da moeda)

No dia 31 de maio, em outro percurso, em uma sexta-feira quente com bastante sol, no período da tarde, avancei na direção da parte de baixo do Elevado. Neste novo ambiente existiam muitos movimentos diferentes não tão reconhecíveis como na parte de cima do Elevado, tais como: o fluxo constante dos automóveis pelas avenidas, os movimentos na ciclovia, os pedestres caminhando de forma apressada e nervosa, os moradores de rua entre as pilastras do Elevado e as inúmeras atividades comerciais da região central da cidade. Tudo isso apenas reforçava a sensação que senti de privilégio da parte superior do Elevado. Nesse ambiente, também observei a existência de alguns elementos visuais que chamam a atenção na cidade, especialmente, os diversos grafites e expressões urbanas como pichações, lambe-lambe, adesivos e cartazes, pintados nas pilastras do Minhocão e nas edificações do entorno.

Caminhei pelo entorno do Minhocão, enquanto observava a sua marquise entre as pilastras, a uma certa distância e permanecendo na calçada do outro lado da Avenida. Apesar da minha proximidade, não conseguia adentrar o baixio do Elevado, mesmo estando a plena luz do dia. Por um lado, não me sentia pertencente aquele ambiente, a diferença escancarava intensamente a minha frente e, por mais que desejasse conhecer aquele local, temia pelas possíveis reações que precisaria enfrentar. Como estava sozinha e com celular em mãos, a sensação de perigo somente aumentava.

Chamou minha atenção a presença de muitas pessoas em situação de rua, vivendo entre as pilastras do Elevado. Além disso, havia muito de lixo espalhado pelo local e sombreamento na área. Ao caminhar por quase toda a extensão do Elevado, ainda sem conseguir entrar embaixo da marquise, notei um grande número de pessoas em





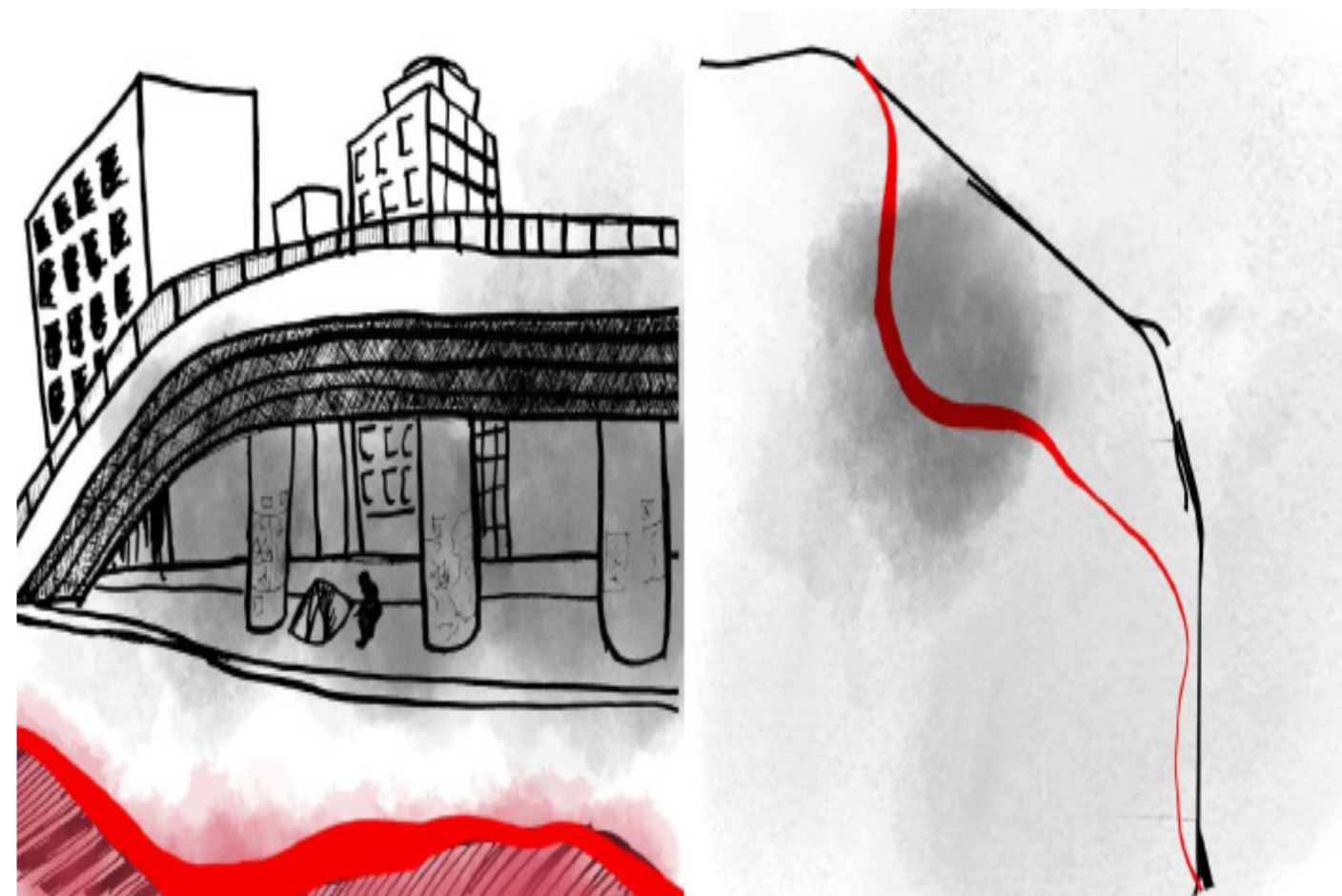
Figura 4 - Pessoas iluminadas em cima no Parque Minhocão e pessoas à sombra no baixo do Minhocão. Fonte: Acervo da autora (2024).

vulnerabilidade social, vivendo em suas tendas e barracas, com suas carroças cheias de papelão ou dormindo no chão entre as pilastras, em contraste com as pessoas vistas na parte de cima aproveitando o dia de sol no Parque Minhocão (Figura 4).

Circudei o Minhocão por mais ou menos 30 metros, durante esse trajeto meu olhar não abandonava o ambiente embaixo do viaduto, procurando algo que me convidasse a entrar. Meu caminhar variou de intensidade, às vezes com uma velocidade mais lenta, às vezes mais rápida, conforme avistava algo que pudesse me colocar em risco, por exemplo, de ser assaltada ou assediada. Vez ou outra eu direcionei meu corpo para entrar no ambiente, mas algo me fazia regressar. Não consegui identificar alguma mulher embaixo do viaduto, meu olhar se embaralhava com muitas informações sensoriais: uma grande quantidade de lixo espalhado no local, com um forte odor que me afetava e dificultava ainda mais a minha aproximação, a presença confusa de pessoas, colchões, barracas e alguns animais.

Não consegui adentrar esse outro território! Nos dias que caminhei sobre o Elevado, de alguma forma, meu corpo parecia que, mesmo tão perto, não os sentia. Agora frente a frente, simplesmente, não consegui alcançá-los. A tentativa sem sucesso me afetou, o meu sentimento era inegavelmente de tristeza, mesmo que já vivenciasse a realidade de São Paulo quase que cotidianamente, em nenhum momento minha atenção estava tão voltada para aquela população. Esse processo de aproximação a esse território foi cartografado (Figura 5).

No domingo dia 18 de agosto, após o contato com outros pesquisadores com experiência nesse local, consegui adentrar o território da parte de baixo do Minhocão. Ao passar por uma pilastra encontrei com a mulher (5), já próxima ao Castelinho da Rua Apa. Aproximei-me dela, oferecendo um pacote de absorventes, uma estratégia que aprendi com os pesquisadores. A mulher estava sentada na ponta de um colchão depositado



no chão, com as pernas cruzadas, ao lado de outros cinco rapazes ali deitados, entre as pilastras do Elevado e voltados para a Praça Marechal Deodoro.

Nesse momento a conversa fluía, me contou muitas histórias, enquanto buscava sempre observar seu corpo, seus comportamentos e reações. Notei que ela era bastante magra e estava sentada com o corpo bem curvado, como se tivesse voltado para o chão. Do mesmo modo, o seu olhar, que em alguns momentos me fitava rapidamente, voltava-se para baixo ou ainda para frente, perdido. Ela estava sentada no colchão, com as costas curvadas para frente, parecendo estar cansada. O lugar que nos encontrávamos formava um ambiente, com o colchão, a ocupação e a pilastra do viaduto, contudo, ainda que fosse possível ler como um ambiente, era totalmente atravessado pela visão de todos. Perguntei se ela já tinha acessado a parte de cima do Minhocão, respondeu-me que já havia tentado subir, mas que sua experiência não tinha sido muito agradável, pois a olharam feio e falaram que não deveria estar ali.

Eu senti que ela precisava de alguém que a ouvisse, que parasse e prestasse atenção nela. Assim, logo no início da troca me agachei para ouvir melhor, até porque havia um intenso movimento dos ônibus e automóveis com muito ruído. Em alguns momentos, cansada de permanecer agachada me levantava e continuava a conversa de pé. Depois voltava a me agachar para ouvi-la, até que, após um tempo, tomei a decisão de me sentar no chão, de frente para ela, do mesmo modo que ela estava: com as pernas cruzadas. Essa minha ação refletiu como uma forma de adentrar em um território antes desconhecido e até mesmo temido por mim.

Tratava-se de um território complexo, marcado fisicamente por uma série de elementos como colchões, cobertores, papelões e os seus pertences guardados em sacolas e caixas. Ali não estavam as suas barracas, pois lhes foram roubadas no dia anterior em uma ação truculenta da polícia. A formação desse território se dá, por um lado, por

Figura 5 - Cartografia da aproximação do território de baixo do Minhocão. Fonte: Elaborado pela autora (2024).



meio de barreiras invisíveis construídas socialmente, por outro, pela presença desses elementos físicos na formação de ambientes.

Assim, o ato de me sentar ali junto dela foi um processo difícil, que envolvia estar sentada no chão sujo da calçada e de costas para o movimento da rua. Contudo, senti ser uma ação necessária. Com esse movimento, busquei me aproximar ainda mais da mulher (5), tentando confrontar possíveis tipos de relação de poder que havia entre nós duas. Permaneci de frente a ela, sentada no chão com as pernas dobradas, e de costas para a rua. Neste momento, percebi que nos conectamos de uma maneira mais profunda, ouvindo atentamente o que viviam. Diante disso, o processo desse movimento foi escolhido para ser cartografado (Figura 6).

### Discussão de resultados

Em relação aos recursos metodológicos empregados, o diário de bordo demonstrou eficiência no registro de comportamentos e reações, como vestígios de afetos oriundos da observação participante. Contudo, muitas vezes é difícil e chamativo anotar durante o episódio observado, de modo a ser utilizado posteriormente, algo que o deixa mais suscetível a imprecisões e interpretações. Por outro lado, em plena concordância com Punch (2012), os registros em diário permitem que a própria pesquisadora examine seus desafios e emoções pessoais em relação ao processo de pesquisa, evitando que a pesquisa obscureça lutas e conflitos que emergem durante o trabalho. Desse modo, o diário se revelou importante instrumento para posicionalidade e reflexividade.

Os diferentes níveis de atenção (Kastrup, 2009) ajudaram a entender a relação dinâmica entre a percepção do ambiente e as diferentes circunstâncias de encontro e escala de aproximação. Desse modo, o corpo aparece sempre situado, em outras palavras, entendido por meio das relações com outros corpos e nos momentos de afecção. Por exemplo, se em algum momento, de forma mais genérica, percebe-se a importância da proximidade ao acesso do Minhocão como critério para escolha do lugar de permanência. Por outro, esta mesma proximidade será a motivação, agora em outra escala de atenção, para uma mulher se incomodar com os olhares e girar a sua cadeira, cessando qualquer comunicação. A fonte de segurança de algum momento, tornou-se a insegurança de outro. Assim, os diferentes níveis de atenção, como também a escala da observação, fazem com que cada caminhada seja única, relevando complexidades e ambiguidades dos lugares.

Percebeu-se que um espaço como um canto pode servir de abrigo a uma pessoa, por exemplo, contudo, em espaços mais abertos, a identificação pareceu colaborar como forma de proteção. Como observa Friedman (1998), a identidade está em constante mudança, a mesma mulher segura diante de um grupo específico, se mostra incomodada diante dos olhares de outro grupo. A leitura do lugar aqui é amplamente relacional, em função da posição e situação, algo que conseguiu ser mais bem observado a partir de expressões corporais, toques, gestos, posturas e até mesmo as distâncias entre os corpos. Assim, os ambientes e espaços se mostraram em constante dinamismo, como a cadeira que gira, voltados a pequenas circunstâncias, ao invés de leituras mais genéricas e grandiosas. Este dinamismo implica no questionamento das bordas rígidas e definidas, com atenção a um possível e constante transbordamento, onde a produção de conhecimento é relacional e contextual.

Um aspecto importante se volta para a territorialização junto a construção do corpo-território (Ornat, 2008). Durante as caminhadas foi reconhecido o emprego de objetos para a construção de ambientes/territórios dentro dos lugares. Dessa maneira os tapetes, cadeiras e guarda-sóis empregados pela Prefeitura não são tão diferentes



Figura 6 - Cartografia do processo de sentar-se no chão no baixo do Minhocão. Fonte: Elaborada pela autora (2024).

dos papelões, colchões e caixas utilizados pelos moradores de rua na formação de bordas espaciais. Entretanto, nestes ambientes, o corpo também surge como meio de territorialização, observou-se como as formas de cessar comunicação (a moça que gira a cadeira, que usa o fone de ouvido, lê o livro ou olha curvada para baixo) buscavam comunicar limites. Nesse sentido, por exemplo, as noções de perto e longe não são especificamente voltadas para dimensões relacionais extensivas, mas também intensivas e transbordantes.

Por fim, os modos de classificação e categorização, por outro lado, parecem reforçar os códigos de segregação. Os modos de se comportar e vestir, por exemplo, produzem certa unidade aos usuários de cima do Minhocão, que reforçam suas diferenças para os usuários de baixo. De algum modo, o ambiente festivo de cima, reconhecido por sua “diversidade”, parece funcionar como um mecanismo de aumento de potência para seus usuários, ao mesmo tempo em que diminui os de baixo. Assim, tudo parece limitado as suas bordas, entretanto, com graus de atenção diversos, observa-se mundos dentro de mundos e compartilhamentos de estratégias por parte das mulheres



de cima e de baixo. Ao final, novamente recorrendo a Punch (2012), a posicionalidade por categorias (como gênero, classe, etnia etc.) não pode evitar aspectos mais controversos e reflexivos como os relacionados a personalidade e sensações. Nesse sentido, não se pode negar o transbordamento da própria pesquisadora como modo de conhecer e entender a cidade, com uma revelação mais transparente das lutas que emergem antes, durante e depois do trabalho de campo.

### Conclusão

A pesquisa parte das ferramentas produzidas pela epistemologia feminista e pelas discussões sobre o afeto para buscar refletir uma experiência de cartografia e leitura transbordada do espaço do Minhocão. Buscou-se através de um conhecimento corporificado trazer e agregar novos conteúdos as imagens aderentes ao Minhocão. Dessa forma, se por um lado esse equipamento público pode ser resumido à imagem de um viaduto de carros, por outro pode sugerir a potencialidade de um parque aberto e aos movimentos de ativistas pró-direito à cidade. Do mesmo modo, se por um lado pode transparecer uma herança obsoleta da ditadura, por outro, pode sugerir a atenção aos movimentos de democratização da cidade. Contudo, ainda que estas descrições tratem de diversas imagens sobrepostas da cidade, não passam de visões dentro de suas respectivas bordas.

A leitura corporificada do local permitiu reflexões sobre micro espaços e comportamentos que, de algum modo, podem auxiliar a pensar além destas referidas bordas. A situacionalidade e posicionalidade, por exemplo, trouxeram a constante reflexão sobre o papel do corpo da pesquisadora frente aos demais corpos no local, ajudando a entender as relações entre estes, de forma a inibir ou potencializar movimentos, como quando a mulher tomando sol girou sua cadeira.

Nesse sentido, o espaço ganha significados diversos a partir da presença e posicionamento das pessoas. Desse modo, interseccionalidades entre gêneros, idades, classes e sexualidades, também se tornam fundamentais para definição de territórios e espaços seguros ou segregados. Por outro lado, ainda que o espaço sugira liberação e democratização, não é possível ignorar a ambientação de privilégio e apagamento presente ali. A reflexividade proposta permite pensar em um transbordamento que vai além da parte superior e de baixo do viaduto, onde suas conexões se dão pelas ausências marcantes de um mundo sobre o outro.

Por fim, as leituras das expressões corporais, dos encontros e relações, primordialmente pré-conscientes, ajudaram a pensar como os grupos se aproximam ou repelem uns aos outros, do mesmo modo, como ao final, constitui territórios mais ou menos difíceis de atravessar. Depois de tudo, na busca de transbordamentos, algumas bordas podem ainda demandarem mais esforço para serem superadas. O transbordamento pode não ser um fim, mas um importante e valioso caminho.

### Referências

ANDERSON, Ben. Becoming and being hopeful. Towards a theory of affect. *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 24, n. 5, p. 733–752, 2006.

BARAD, Karen. *Meeting the Universe Halfway: Quantum Physics and the Entanglement of Matter and Meaning*. Duke University Press, 2007.

BARBOSA, Eliana Rosa de Queiroz. *Minhocão Multiples Interpretations*. Arqtextos,

São Paulo, v. 13, n. 147.03, Vitruvius, 2012.

BARBOSA, Eliana Rosa de Queiroz; MARINO, Cintia Elisa de Castro. *Minhocão: reterritorializações afetivas nas disputas urbanas contemporâneas*. *Cadernos Metrôpole*, v. 23, n. 51, p. 519–545, 2021.

BARROS, Laura Pozzana de; KASTRUP, Virgínia. *Cartografar é acompanhar processos*. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. (Org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

BISSELL, David. *Passenger Mobilities: Affective Atmospheres and the Sociality of Public Transport*. *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 28, n. 2, p. 270–289, 2010.

BRENNAN, Teresa. *The Transmission of Affect*. Cornell University Press, 2004.

CLOUGH, Patricia. *Future Matters: Techno- science, Global Politics, and Cultural Criticism*. *Social Text*, v. 22, n. 3, p. 1–23, 2004.

COLLINS, Patricia Hill. *Intersectionality's Definitional Dilemmas*. *Annual Review of Sociology*, v. 41, n. 1, p. 1–20, 2015.

COMOLATTI, Athos; SENA, Jaqueline; VON POSER, Paulo; LEVY, Wilson. *O Parque Minhocão e a alma da cidade*. *Minha Cidade*. São Paulo, n. 166.01, 2014.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics*. *University of Chicago Legal Forum: Vol., Article 8*, 1989.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. *Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color*. *Stanford Law Review*, v. 43, n. 6, p. 1241–1299, 1991.

DELEUZE, Gilles. *Cursos sobre Spinoza (Vincennes, 1978-1981)*. Trad. para o Emanuel Angelo da Rocha Fragoso, Francisca Evilene Barbosa de Castro, Hélio Rebello Cardoso Júnior e Jefferson Alves de Aquino. (3 ed). EdUECE: Fortaleza, 2019.

DELEUZE, Gilles. *Espinosa e o problema da expressão*. São Paulo: Editora 34, 2017.

DELEUZE, Gilles. *Espinosa: Filosofia prática*. Trad. Daniel Lins e Fabien Pascal Lins. São Paulo: Escuta, 2002.

DELEUZE, Gilles. *Spinoza e as três "Éticas"*. In: DELEUZE, G. *Critica e clínica*. São Paulo: Editora 34, p. 156-170, 1997.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs - Capitalismo e Esquizofrenia*. v.1. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. *Diálogos*. Trad. Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Escuta, 1998.

D'IGNAZIO, Catherine; KLEIN, Lauren Frederica. *Feminist data visualization*. IEEE VIS Conference, Baltimore, EUA, outubro, p. 23–28, 2016.

ENGLAND, Kim. Getting Personal: Reflexivity, Positionality, and Feminist Research. *The Professional Geographer*, v. 46, n. 1, p. 80–89, 1994.

FIORI, Ana Leticia. Conexões da interculturalidade: cidades, educação, política e festas entre Sateré-Mawé do Baixo Amazonas. 489 f. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 2018.

FIORIN, Evandro; HIRAO, Hélio (Org.). (2019). *Cartografias da cidade*. 1. ed. Tupã-São Paulo: Anap., v.1.158p.

FRIEDMAN, Susan. *Mappings: Feminism and the Cultural Geographies of Encounter*. Princeton University Press, 1998.

HARAWAY, Donna. Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective. *Feminist Studies*, v. 14, n. 3, p. 575–599, 1988.

HARAWAY, Donna. *Simians, Cyborgs, and Women: The Reinvention of Nature*. Routledge, New York, 1991.

HARDING, Sandra. *The Science Question in Feminism*. Ithaca, N.Y., Cornell University Press, 1986.

HARDING, Sandra. Introduction: Is there a feminist method? In: HARDING, S. (Ed.). *Feminism and methodology: Social science issue*. Bloomington: Indiana University Press, 1987. 1, p. 1-14.

HEKMAN, Susan. *Gender and Knowledge: Elements of a Postmodern Feminism*. Northeastern University Press, Boston, 1990.

HUTTA, Jan Simon. Territórios afetivos: cartografia do aconchego como uma cartografia de poder. *Caderno Prudentino De Geografia*, v. 2, n. 42, p. 63–89, 2020.

KELLY, Megan; BOSSE, Amber. Pressing Pause, 'Doing' Feminist Mapping. *International Journal for Critical Geographies*, v. 21, n. 4, p. 399-415, 2022.

KASTRUP, Virgínia. O funcionamento da atenção no trabalho cartográfico. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. (Org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

KNUDSEN, Britta Timm; STAGE, Carsten. *Affective Methodologies: Developing Cultural Research Strategies for the Study of Affect*. Basingstoke, Hampshire: Palgrave Macmillan, 2015.

KOBAYASHI, Audrey. GPC Ten Years On: is self-reflexivity enough? *Gender, Place & Culture*, v. 10, n. 4, p. 345-349, 2003.

KWAN, Mei-Po. Feminist Visualization: Re-Envisioning GIS as a Method. *Feminist Geographic Research. Annals of the Association of American Geographers* 92 (4): 645–661, 2002a

KWAN, Mei-Po. Introduction: Feminist Geography and GIS. *Gender, Place, and Culture: A Journal of Feminist Geography* 9 (3): 261–262, 2002b.

LARA, Ali. *Mapping Affect Studies*. Athenea Digital. 20(2). 1-18, 2020.

LEVY, Wilson. Esfera pública, interesse público e o Parque Minhocão. *Arquitextos*. São Paulo, n. 165.06, 2014.

LEVY, Wilson. *Parque Minhocão. Cidade e democracia: novas perspectivas*. Minha Cidade. São Paulo, n. 175.04, 2015.

LLYOD, Genevieve. *The Man of Reason: "Male" and "Female" in Western Philosophy*. Routledge, New York, 2002.

MAGNANI, José Guilherme Cantor; SPAGGIARI, Enrico; NOGUEIRA, Mariana Hangai Vaz Guimarães; CHIQUETTO, Rodrigo Valentim; TAMBUCCI, Yuri Bassichetto. *Etnografias urbanas: quando o campo é a cidade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.

MARINO, Cintia. Ativismo e apropriação do espaço urbano em São Paulo. *Arq.Urb*, n. 23, p. 170-184, 2019.

MASSUMI, Brian. *Parables for the Virtual: Movement, Affect, Sensation*. Duke University Press, 2002.

McCORMACK, Derek. An event of geographical ethics in spaces of affect. *Transactions of the Institute of British Geographers*. v. 28, p. 488–507, 2003.

McDOWELL, Linda. Doing gender: feminism, feminists and research methods in human geography. *Transactions, Institute of British Geographers*, v. 17, p. 399-416, 1992.

McDOWELL, Linda; SHARP, Joan. *Space, gender, knowledge: feminist readings*. London: Arnold, 1997.

McLAFFERTY, Sara. Mapping Women's Worlds: Knowledge, Power and the Bounds of GIS. *Gender, Place and Culture: A Journal of Feminist Geography*, v. 9, n. 3, p. 263–269. 2002.

MOHANTY, Chandra. Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses. *Feminist Review*, v. 30, p. 61–88, 1988.

MOHANTY, Chandra. Under Western Eyes' Revisited: Feminist Solidarity through Anticapitalist Struggles. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, v. 28, n. 2, p. 499–535, 2003.

ORNAT, Marcio Jose. Sobre espaço e gênero, sexualidade e geografia feminista. *Terra Plural* 2, n. 2, 309–22, 2008.

PILE, Steve. Emotions and affect in recent human geography. *Transactions of the Institute of British Geographies*. v. 35, p. 5–20, 2010.

PUNCH, Samantha. Hidden Struggles of Fieldwork: Exploring the Role and Use of Field Diaries. *Emotion, Space and Society*, 5, 86–93, 2012.

ROSE, Gillian. *Feminism & Geography: the limits of geographical knowledge*. Cambridge: Polity Press, 1993.

ROSE, Gillian. Situating Knowledges: Positionality, Reflexivities and Other Tactics. *Progress in Human Geography*, v. 21, n. 3, p. 305–320, 1997.



SILVA, Joseli Maria. A cidade dos corpos transgressores da heteronormatividade. *Geo UERJ*, v. 1, n. 18, p. 3-19, 2008.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; CHIMIN, Alides Baptista Junior. Não me chame de senhora, eu sou feminista! Posicionalidade e reflexibilidade na produção geográfica de Doreen Massey. *GEOgraphia*, Niterói, Universidade Federal Fluminense, v. 19, p. 11-20, 2017.

SIMPSON, Paul. *Non-representational theory*. Routledge: Londres, 2020.

SMITH, Jonathan; FLOWERS, Paul; LARKIN, Michael. *Interpretative Phenomenological Analysis: Theory, Method and Research*. London: SAGE Publications Ltd, 2009.

STAEHELI, Lynn; KOFMAN, Eleonore; PEAKE, Linda. (Orgs.). *Mapping Women, Making Politics: Feminist Perspectives on Political Geography*. London New York: Routledge, 2004.

STUBBLEFIELD, David. We have never been rational: a genealogy of the affective turn. In: ZHANG, Lei; CLARK, Carlton. (Eds). *Affect, emotion and rhetorical persuasion in mass communication*. Routledge: Londres, 2018.

THRIFT, Nigel. Intensities of Feeling: towards a spatial politics of affect. *Emotion*, vol. 86, n. 1, p. 57-78, 2004.

VAGLE, Mark. *Crafting Phenomenological Research*. Nova Iorque, Routledge, 2018.

YONEZAWA, Fernando Hiromi. Só a alegria produz conhecimento: corpo, afeto e aprendizagem ética na leitura deleuzeana de Spinoza. *Educação: Teoria e Prática*. v. 25, n. 48, p. 186–199, 2015.

# CORPOS TRANS E A FESTA DA CHIQUITA EM BELÉM/PA

## Fissurando a Cidade-Armário

*TRANS BODIES AND THE CHIQUITA PARTY IN BELÉM/PA*  
*Cracking the Closet City*

**Camila de Freitas Moraes<sup>1</sup>**

### Resumo

Ao analisar a Festa da Chiquita como um espaço de expressão e resistência das identidades sociosexuais dissidentes na cidade de Belém do Pará, busca-se entender como essas comunidades enfrentam e contestam as normas sociais dominantes relacionadas ao sexo, gênero e orientação sexual. Para além disso, ao trazer essas questões para o debate acadêmico, a pesquisa visa contribuir para o desenvolvimento de políticas e práticas inclusivas em relação às diversidades de gênero e sexualidade. Nesse sentido, discutir a re-apropriação dos espaços urbanos é essencial para desafiar as normas sociais que marginalizam e excluem certos grupos da sociedade, incluindo pessoas transexuais que muitas vezes enfrentam discriminação e violência em espaços públicos. Romper com a cidade armário, é romper com o modelo cisheteronormativo de acesso à cidade significa criar ambientes urbanos inclusivos, onde todas as pessoas se sintam seguras, bem-vindas e capazes de participar plenamente da vida pública.

Palavras-chave: festa da chiquita, cidade, resistência, círio.

### Abstract

*By analyzing the Festa da Chiquita as a space for expression and resistance of dissident socio-sexual identities in the city of Belém do Pará, we seek to understand how these communities face and contest dominant social norms related to sex, gender and sexual orientation. Furthermore, by bringing these issues to the academic debate, the research aims to contribute to the development of inclusive policies and practices in relation to gender and sexuality diversities. In this sense, discussing the re-appropriation of urban spaces is essential to challenge social norms that marginalize and exclude certain groups in society, including transgender people who often face discrimination and violence in public spaces. Breaking with the closet city means breaking with the cisheteronormative model of access to the city and means creating inclusive urban environments, where all people feel safe, welcome and able to fully participate in public life.*

*Keywords: chiquita party, city, resistance, círio.*

<sup>1</sup> Doutora em Política Social e Direitos Humanos (UCPEL), Mestra em Políticas Sociais e Direitos Humanos pela Universidade Católica de Pelotas (UCPEL) (2020) Pesquisadora e Participante do Grupo de Estudo: Questão Agrária, Urbana e Ambiental/ Observatório dos Conflitos da Cidade- UCPEL, Coordenadora e Professora da Pós-Graduação em Psicanálise e Relações de Gênero, Ética, Clínica e Política do IPPERG, Psicóloga e Psicanalista.

### Introdução

A pesquisa acerca da Festa da Chiquita adota uma metodologia qualitativa que combina levantamento bibliográfico e observação etnográfica. O levantamento bibliográfico é essencial para situar a festa no contexto das discussões sobre cisheteronormatividade<sup>2</sup> e resistência cultural, fornecendo uma base teórica sólida para a análise. Além disso, realizamos uma pesquisa de campo que envolveu a participação e observação do evento, permitindo uma compreensão mais aprofundada das interações sociais e das dinâmicas presentes durante a festa (Andrade & Carvalho, 2018).

A descoberta sobre a Festa da Chiquita se deu por meio de uma imersão nas práticas culturais e sociais da comunidade LGBTQIA+ em Belém, onde o evento se destaca como um espaço de resistência e celebração. Ao participar e observar as manifestações culturais, foi possível perceber como a festa não apenas celebra a diversidade, mas também desafia as normas sociais que regulam a cidade e seus espaços.

Este artigo busca contribuir para o debate que a revista propõe com o tema TRANScidade, que visa colaborar com o processo de TRANSformação nos estudos urbanos relacionados à arquitetura e urbanismo no Brasil. Nesse sentido, abordamos a Festa da Chiquita como um exemplo de como práticas culturais podem funcionar como agentes de mudança, trazendo à tona a importância de considerar gêneros e sexualidades fora da norma imposta pela cisheteronormatividade. Essa abordagem implica entender essas questões como construções sociais que articulam coletividades e territorialidades específicas, intrinsecamente ligadas às experiências e expressões corporais dos sujeitos que vivem e interagem nesses territórios cotidianamente.

Dito isso, a Festa da Chiquita, surgiu a partir do encontro de corpos marcados pela insígnia da contrariedade normativa social, dentre estes, encontravam-se: boêmios, prostitutas, sujeitos LGBTs, que ainda na década de 70 em Belém, já lutavam contra a ditadura e os ditames eclesiais impostos frente a normativa religiosa. Assim, a Festa da Chiquita em sua gênese representa uma manifestação cultural única e controversa, uma vez que, essa tem sido palco de diversos conflitos e debates sobre sua relação com o evento religioso do Círio e com a própria cidade de Belém (Duarte, 2005).

Essa festa desafia as normas sociais e religiosas estabelecidas, transformando o cenário cultural da cidade e oferecendo novas experiências de habitar e vivenciar o espaço urbano. Ao dar dizibilidade a LGBTQIAPN+, e sobremaneira, aos corpos transexuais, a Festa da Chiquita desafia a política disciplinar, os estereótipos e busca promover a inclusão e a diversidade na sociedade paraense, além de, se manter como um espaço de resistências aos poderes e saberes reguladores dos corpos, do gênero e da sexualidade.

No entanto, afirma-se que a tentativa constante de desvincular a Festa da Chiquita do Círio de Nazaré reflete os conflitos e tensões existentes entre tradição e mudança, entre o sagrado e o profano, que permeiam a sociedade belenense. Esses conflitos evidenciam a resistência de certos grupos em aceitar e reconhecer a diversidade e a pluralidade de expressões culturais na cidade, bem como, de corpos e corporeidades

<sup>2</sup> A cisheteronormatividade é um conceito que se refere à norma social que pressupõe que todas as pessoas se encaixem em dois eixos rígidos: serem cisgêneras (ou seja, que uma identidade de gênero corresponda ao sexo designado ao nascer) e heterossexuais (ou seja, que a atração sexual ou afetiva seja por indivíduos do sexo/gênero oposto). Essa norma, além de ser predominante, também se impõe como o modelo “correto” ou “natural”, marginalizando assim, outras formas de existência e expressão de gênero e sexualidade (Butler, 2000; Pelúcio, 2009).



Apesar das controvérsias, a Festa da Chiquita contribui para a construção de uma Belém diversa e plural. Já que, desafia as fronteiras sociais, políticas, religiosas e culturais, promovendo um diálogo intercultural e enriquecendo o cenário da cidade com novas narrativas e perspectivas (Maués, 2009).

Assim sendo, ao refletir sobre a relação da Festa da Chiquita com a cidade de Belém, é importante reconhecer sua capacidade de transformação e produção de novas experiências de habitar o espaço urbano, bem como os desafios e resistências que enfrenta no processo de afirmação e legitimação como parte integrante da cultura belenense.

Por fim, entender os processos de subjetivação na cidade requer uma análise que leve em consideração não apenas os aspectos individuais, mas também as relações sociais, as dinâmicas culturais e as estruturas de poder que moldam as experiências e percepções das pessoas que habitam esses espaços.

### **O natal dos paraenses: palco de devoção, fé e poder.**

O Círio de Nazaré é, sem dúvida, uma das celebrações mais importantes e emblemáticas do calendário paraense, sendo muitas vezes chamado de “Natal dos Paraenses” devido à sua magnitude e significado para a população local. Assim como o Natal é uma data central no calendário cristão, o Círio de Nazaré é uma festividade que une milhões de fiéis em torno da devoção à Virgem de Nazaré, padroeira da região.

O Círio, é realizado durante quinze dias em outubro, sendo este o evento principal na cidade de Belém, no Pará. Essa procissão percorre a cidade entre a Catedral da Sé e a Basílica de Nazaré, seguindo um trajeto e uma representação simbólica que permanecem inalterados desde o primeiro Círio datado de 1793. Dito isso, o relato histórico sobre a festividade e o traslado do Círio de Nazaré em Belém, segundo os registros oficiais da Igreja Católica, se deu após o presidente da Província do Pará, Francisco de Souza Coutinho, ser curado de uma doença, e vindo ele a cumprir sua promessa de conduzir a imagem de Nossa Senhora de Nazaré do Palácio do Governo até uma pequena capela. Isso marcou o início da primeira procissão oficial do Círio de Nazaré no dia 8 de setembro de 1793 (IPHAN, 2006)

Durante o período do Círio, os amazônidas, bem como pessoas de diversas origens, participam de várias atividades religiosas e culturais, como a realização de promessas, cortejos, procissões e homenagens à santa. Momento onde as pessoas se juntam para acompanhar o percurso da procissão, que segue pelas ruas da cidade, carregando a imagem da Virgem de Nazaré em uma emocionante demonstração de devoção e fé (Alves, 2002).

E no ano de 2023, cerca de 2,3 milhões de pessoas foram às ruas de Belém em demonstração de devoção à Virgem de Nazaré. Além das atividades religiosas, o período do Círio do mesmo modo é um momento de celebração da cultura paraense, com apresentações de música, dança, gastronomia e artesanato local e é nesse contexto que a Festa da Chiquita também se insere (Diário do Pará, 2023)

Portanto, o Círio de Nazaré não é apenas uma festa religiosa, mas além disso um evento cultural de grande importância para a região amazônica representando a fé, a devoção e a diversidade cultural do povo paraense. Ao transpor essa questão para o campo da discussão da cidade, denota-se que, o Círio atua para além da mera alteração visual da cidade. E, essa fusão cria um novo imaginário coletivo que impacta

todos os habitantes locais, independentemente de sua fé ou crença religiosa. O evento não apenas fortalece a devoção e a fé das pessoas, mas também, tornando-se uma parte inseparável da identidade e da experiência da cidade de Belém (La Rocca, 2015).

Desse modo, observa-se que, o Círio de Nazaré, como uma manifestação cultural e religiosa de grande magnitude, transcende a simples expressão de fé e devoção, envolvendo também questões sociais, culturais e políticas que permeiam a sociedade em que está inserida. Ou seja, tal riqueza sociocultural abrange também uma variedade de conflitos e demandas que refletem as dinâmicas sociais e culturais mais amplas da região frente as questões de gênero e sexualidade (Alves, 1980).

É importante reconhecer que, apesar do aspecto festivo e celebratório do Círio de Nazaré, a presença da Festa da Chiquita tem gerado conflitos, tensões e resistências na dinâmica urbana, sobretudo, durante essa época. Especialmente, porque as autoridades eclesiais desempenham um papel significativo no controle e na organização do Círio de Nazaré, exercendo um poder soberano sobre a celebração e suas práticas. (Preciado, 2011)

A referência do autor acima destacado, se relaciona ao poder soberano das autoridades eclesiais no contexto do Círio de Nazaré, que, ao organizar e controlar a celebração, no âmbito da cidade, estabelece normas que influenciam as práticas sociais e culturais ao redor desse evento. Essa soberania não se limita apenas à coordenação logística e do espaço urbano, mas também envolve a definição do que é aceitável dentro da festividade, marginalizando expressões que não se encaixam nas normas cisheteronormativas, como a presença da Festa da Chiquita e fundamentalmente, a população trans.

Ao abordar os “conflitos, tensões e resistências” gerados por esse evento durante o Círio, Preciado (2011) destaca como o controle e a organização eclesiais impactam diretamente a dinâmica urbana, refletindo a indizibilidade e a segregação dos corpos dissidentes, especialmente em um espaço repleto de significados religiosos e sociais. Por outro lado, a Festa da Chiquita se configura como um ponto nodal para a pulsão de vida, promovendo a dizibilidade e a possibilidade de uma fissura nesse espaço urbano em relação à população trans.

Com isso, se quer afirmar que a ação biopolítica no capitalismo contemporâneo se manifesta de várias maneiras, mas uma das formas dominantes é através do controle e regulação dos corpos, dos prazeres e da vida das pessoas, especialmente, nos modos de habitar a cidade e na regulação de seus desejos e comportamentos. Isso inclui o sexo e todas as suas dimensões, desde os órgãos sexuais até as práticas e identidades sexuais (Butler, 2000).

Nesse contexto, o sexo se torna uma questão de interesse político e econômico, e os discursos sobre o sexo são utilizados como ferramentas de controle e normalização das identidades sexuais inclusive no âmbito da cidade. As práticas sexuais, os códigos de masculinidade e feminilidade, assim como as identidades sexuais e de gênero são consideradas normais ou desviantes, são objeto de intervenção e regulamentação por parte das instituições de poder.

Nesse sentido, Carvalho e Macedo Jr (2017), sinalizam que a marginalização e a exclusão na cidade se apresentam como:

[...] como um reflexo e como proteção das ideias e valores dominantes. A sociedade, que compõe a cidade, é heteronormativa, isto é, assimila a heterossexualidade como norma sexual legítima e moralmente constituída. Assim, a cidade também e constitui enquanto um ambiente que mitiga subjetividades, rejeitando as sexualidades e identidades de gênero desviantes da norma sexual (p.103).

Essa biopolítica sexual se manifesta em várias formas, como por exemplo, através de políticas de saúde pública, legislação sobre direitos reprodutivos, campanhas de educação sexual, padrões de beleza veiculados pela mídia, entre outros. Todas essas práticas visam moldar e disciplinar os corpos e as identidades sexuais de acordo com os interesses e normas estabelecidas pelo poder dominante, no caso em comento, o controle da Festa da Chiquita e especialmente, dos corpos transexuais, se dão pelo poder eclesiástico através da festividade do Círio e do próprio poder estatal, ambos sendo operacionalizados pela micropolítica mbembiana.

Dito de outro modo, essa relação entre autoridades eclesiásticas e sociedade civil também pode refletir dinâmicas de poder mais amplas que atravessam as esferas religiosa e política. Em sociedades capitalistas, as instituições religiosas muitas vezes têm relações complexas com o Estado e com outras instituições de poder, influenciando e sendo influenciadas por políticas públicas, ideologias dominantes e sobre essas questões que repousam os tensionamentos entre a Festividade do Círio e a Festa da Chiquita (Silva Filho, 2012).

Sobre isso, pontua-se:

[...] A história do Círio também tem sido uma história, em plano mais geral, de disputa pelo controle da celebração implementado pela Igreja Católica, muitas vezes, em detrimento dos interesses dos representantes do catolicismo popular (Pantoja, 2006, p.33-34).

Outrossim, a história do Círio de Nazaré também é marcada por uma disputa pelo controle da celebração entre diferentes atores, especialmente entre a hierarquia eclesiástica da Igreja Católica e os representantes da Festa da Chiquita. Essa disputa reflete interesses conflitantes sobre como a festividade deve ser conduzida, quem deve participar e como ela deve ser interpretada, bem como, quem pode habitar ou não o espaço público da cidade.

Isto é, a Igreja Católica, como instituição, muitas vezes busca impor sua visão oficial e sua autoridade sobre o Círio, moldando a celebração de acordo com suas diretrizes e dogmas. Isso pode ter incluído a promoção de certas práticas religiosas, a supressão de elementos considerados não ortodoxos e a centralização do controle sobre os rituais e as atividades festivas relacionadas ao evento o que inclui quem deve ou não acessar a cena do direito à cidade.

### **A Festa da Chiquita: conflitos e resistências**

A Festa da Chiquita emergiu como um ponto de encontro para diversos grupos marginalizados e dissidentes na sociedade paraense, incluindo artistas, prostitutas, a comunidade LGBTQIAPN+, a população negra, boêmios e intelectuais de esquerda, e assim, essa surge como uma manifestação política e cultural durante a ditadura militar, principalmente na década de 70, ocorrendo em paralelo às festividades do Círio de Nazaré (Silva, 2012).

Afirma-se, portanto, que essa festa se estabeleceu como um ato de resistência não apenas contra a ditadura militar, mas também contra os poderes eclesiásticos da Igreja Católica e contra a elite paraense. Funcionando como uma contestação ao direito desses grupos marginalizados de existirem e se expressarem na cena pública da cidade. Assim, ao ocupar as ruas, calçadas e vielas de Belém do Pará, a Festa da Chiquita simbolizava a capacidade de transitar, viver e existir nesse espaço urbano, que é construído e atravessado não apenas pela materialidade física das ruas, mas também pelas dinâmicas sociais, políticas, culturais e simbólicas.

A Festa da Chiquita por sua vez, é uma celebração que transcende os limites da religiosidade tradicionalmente associada ao Círio de Nazaré, ao mesmo tempo em que desafia as normas e expectativas sociais tanto ao ser uma homenagem alternativa à santa, quanto também uma expressão de protesto contra a marginalização enfrentada pelos membros da comunidade LGBTQIAPN+, uma vez que, a festa confronta diretamente os princípios estabelecidos pela Igreja Católica, pelo Estado e pela Diretoria da Festa do Círio.

Essa festividade é vista como uma afronta à sacralidade atribuída ao Círio de Nazaré, pois se distancia da concepção de uma celebração religiosa tradicional, sendo caracterizada como uma festa profana. Essa oposição à visão sacra da festa principal – o Círio - desafia as estruturas de poder e autoridade, tanto religiosas quanto políticas, que historicamente marginalizaram e discriminaram comunidades LGBTQIAPN+, sobremaneira, aqueles que se encontram na contramão da normativa do gênero e da sexualidade, como os sujeitos transexuais.

Para tanto, Foucault ([1977]1996) afirma que poder e o controle social atuam através do conceito de “pacto social” e “biopoder”, para o autor, as relações de poder são estabelecidas e mantidas na sociedade. Segundo ele, o pacto social refere-se ao acordo implícito entre os membros da sociedade para submeter-se a certas normas e instituições em troca de segurança e ordem. Essas normas são então internalizadas pelos indivíduos e são utilizadas para normatizar e disciplinar os corpos, tornando-os dóceis e obedientes.

Já para Mbembe (2016), esse afirma que nos territórios colonizados, a ordem social é mantida não pelo biopoder, mas pelo que ele chama de “necropoder”. O necropoder é uma forma de poder que se baseia na violência e na morte, em vez da regulação da vida. Em vez de promover a vida e a saúde da população, o necropoder cria zonas de morte e sujeição, onde certas populações são sacrificadas ou relegadas à marginalização e ao sofrimento.

Mbembe (2016) destaca a natureza do controle social em contextos de poder necropolítico, onde a distribuição da espécie humana em grupos e subgrupos é uma estratégia fundamental. Essa subdivisão da população é realizada com o objetivo de estabelecer uma cesura biológica entre esses grupos, criando uma distinção entre quem é considerado digno de proteção e quem é considerado dispensável ou descartável.

Essa cesura biológica implica na criação de categorias de pessoas que são percebidas como “outros” ou “inimigos”, muitas vezes com base em características como sexualidade, gênero, raça, etnia, classe social, religião ou nacionalidade. Essas categorias são usadas para justificar a violência, a exploração e a exclusão desses grupos, enquanto outros são privilegiados e protegidos pelo sistema de poder.

Com fins de contribuição Oliveira (2017) assinala que:



A violência colonial originária, considerada uma espécie de amargo remédio civilizacional do humanismo ocidental, foi condição sine qua non da existência das nações democráticas e seria retomada como antídoto para a descolonização e seus efeitos na reconfiguração do mundo e de suas fronteiras deflagrados no final do século XX, enfatizando o caráter restrito da democracia e do humanismo às nações colonizadoras e imperialistas. Mbembe demonstra nesse processo que a democracia usa a violência como antídoto contra o que alega e justifica ser uma ameaça, mas levanta, na verdade, uma violência contra aquilo que seriam seus propósitos humanistas e garantias de sua própria existência e envenena-se a si própria (Oliveira, 2017, p. 193).

A análise da Festa da Chiquita à luz da teoria da micropolítica de Mbembe (2016) nos leva a considerar como os corpos dissidentes, incluindo os da população LGBTQIAPN+, são posicionados como “inimigos” nas sociedades contemporâneas, justamente por serem estes abalizados por uma herança da colonização. Nesse contexto, surge a necessidade de adotar uma política da inimizade, na qual o Estado e outras instituições hegemônicas marcam esses corpos como alvos de violência e hostilidade, legitimando e garantindo assim as formas de opressão que lhes são infligidas.

Logo, a política de morte, característica desse contexto, visa provocar a potencial dizimação de certos corpos, criando “mundos de morte” e reconfigurações sociais que perpetuam a marginalização e a precarização da vida de determinadas populações, como LGBTQIAPN+, por exemplo. Essas pessoas são relegadas ao estatuto de mortos-vivos, vivendo em condições de vida precárias e vulneráveis, especialmente, os corpos transexuais.

Já a exceção enquanto política, essa atua através do ódio como um projeto de Estado, sendo a transfobia por exemplo, uma manifestação dessa dinâmica nas sociedades modernas controladas pelo poder estatal. Dessa maneira, a transfobia é utilizada como uma ferramenta para restringir e vulnerabilizar a existência da população transexual, perpetuando assim a exclusão e a violência contra esses indivíduos.

Portanto, ao considerarmos a Festa da Chiquita dentro desse contexto mais amplo de micropolítica e política de morte presente na festividade do Círio de Nazaré, podemos entender como as formas de opressão e exclusão são perpetuadas e legitimadas nas sociedades contemporâneas, reforçando a necessidade de resistência e luta por justiça social e igualdade de direitos.

Pois ao considerarmos a capital paraense como um espaço de remontagem colonial, podemos entender como as estruturas de poder e dominação são perpetuadas, especialmente através da marginalização e violência contra corpos apreendidos enquanto dissidentes, sobretudo, os corpos transexuais. Nesse aspecto, a análise de Figueiredo (2005) ressalta a importância da Festa da Chiquita como um momento de reafirmação de grupos sociais em uma época marcada pela fragmentação de identidades e esta se estabelece como um espaço de produção de subjetividades dissidentes, onde são questionadas e contestadas as noções tradicionais e dominantes de sexualidade e gênero (Lima, 2012).

Ou seja, a Festa da Chiquita, por um lado, está sujeita à política de morte, que visa marginalizar e reprimir corpos abalizados como dissidentes, especialmente aqueles que desafiam as normas de gênero e sexualidade. No entanto, por outro lado, a Festa da Chiquita também representa uma forma de resistência a esses padrões opressivos e uma busca por visibilidade, dizibilidade, espaço e reconhecimento sociocultural e

político na esfera pública.

Ao se manifestar de forma pública e festiva, a Festa da Chiquita desafia ativamente as estruturas de poder que tentam silenciar e invisibilizar os corpos LGBTQIAPN+ na cidade. Ela reivindica o direito desses corpos de existirem e ocuparem os espaços urbanos, subvertendo as normas e hierarquias estabelecidas. Portanto, a Festa da Chiquita não apenas celebra a diversidade sexual e de gênero, mas também é um ato político de resistência que busca transformar a cidade em um espaço onde todos/todas e todos tenham o direito de viver e serem reconhecidos em sua plenitude, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero (Bento, 2017)

### **Cidade-Armário: resistência e fissura através da Festa da Chiquita**

A partir do princípio adotado por Henri Lefebvre (1991), o direito a cidade, representa a ideia de que todos os cidadãos têm o direito não apenas a habitar a cidade, mas também a participar ativamente de sua construção e a usufruir de seus recursos de maneira justa, livre de quaisquer preconceitos e de modo igualitário. Isso implica não apenas o acesso a moradia adequada, transporte público, mas também o direito a espaços públicos seguros e inclusivos, à participação democrática na tomada de decisões urbanas, à preservação do meio ambiente e à promoção da diversidade cultural.

Além disso, o Direito à Cidade se contrapõe à lógica da mercantilização dos espaços urbanos, que muitas vezes prioriza o lucro em detrimento do bem-estar das pessoas e da sustentabilidade ambiental. Logo, a cidade não é apenas um espaço físico, mas também um ambiente onde se desdobram relações sociais complexas, marcadas por hierarquias de poder e formas de exclusão, mas também, de pulsação de vida e resistência.

Porquanto, compreender a cidade como um espaço onde se entrelaçam aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos é essencial para analisar como as questões de sexualidade e gênero se manifestam e são negociadas nesse contexto, ou seja, ao reconhecer que a cidade é construída de forma desigual e muitas vezes excludente, é fundamental para se considerar como as questões de sexualidade e gênero são incorporadas nesse processo, uma vez que, a cidade pode ser um local de expressão e vivência da diversidade sexual e de gênero, mas também pode ser um espaço onde essas identidades são marginalizadas e reprimidas (Lefebvre, 1991).

A noção de uma “Cidade-Armário” evoca a ideia de uma cidade que serve como um espaço de desproteção, para os corpos que não performam a cisheteronormatividade, sendo assim, postos em espaços de opressão. Então aqui a noção de uma Cidade-Armário, pode ser utilizada nessa intersecção com a transfobia que se dá na negação do direito à cidade, sobretudo, quando se está em cena a Festa da Chiquita, já que está posta na cena urbana que não só a festa em si, mas, sobremaneira os corpos trans que dela participam estão à mercê da exclusão e marginalização nos espaços urbanos da cidade de Belém do Pará. Assim a transfobia enquanto operacionalização do poder cisheteronormativo cria um ambiente hostil e intolerante, impedindo que tais sujeitos se sintam seguros e acolhidos na cidade onde vivem. Isso pode se manifestar de várias formas, desde a discriminação, violência verbal e/ou física, até a negação de acesso a serviços básicos e oportunidades de emprego (Moraes, 2020).

O Grupo Gay da Bahia traz em seu relatório de 2008 a 2017, os registros de 2.609 homicídios de pessoas transgênero em 71 países, com o Brasil destacando-se como o país com o maior número de registros e onde a maioria das mortes ocorrem em

espaços públicos no âmbito da cidade. E por isso, que a transfobia, nesse contexto, é vista como uma expressão dessa micropolítica, onde aqueles que não se encaixam nas normas de gênero binárias e cisheteronormativas são marginalizados e tratados como “desviantes” ou “anormais”, sujeitos à exclusão e punição. Essa exclusão e marginalização das pessoas transgênero resultam em um ambiente urbano hostil e intolerante, onde esses indivíduos enfrentam discriminação e violência em diversas formas e assim, a negação de acesso a serviços básicos e oportunidades de emprego, juntamente com agressões verbais e físicas, limita a liberdade de expressão e identidade e os impedem de participar plenamente da vida na cidade.

O argumento apresentado por Carvalho e Rodrigues (2016) destaca uma dinâmica importante para pensarmos a segregação socioespacial imposta a Festa da Chiquita e sobremaneira, aos corpos trans na cidade, a qual muitas vezes é justificada com base em interesses religiosos, estéticos e econômicos. Segundo essa perspectiva, o sistema urbano mantém os grupos marginalizados e desfavorecidos nas margens da cidade porque sua presença não é considerada uma prioridade até que haja um interesse econômico em sua remoção.

Tal visão coloca em evidência como as políticas urbanas muitas vezes privilegiam o desenvolvimento econômico e a estética urbana em detrimento da inclusão social e da equidade espacial. A segregação socioespacial, portanto, é vista como uma ferramenta para manter certos grupos marginalizados afastados dos espaços valorizados da cidade, até que sua presença possa ser explorada de alguma forma lucrativa.

Sobre isso pontua-se que no ano de 2015, precisamente no mês de junho, houve a exclusão da Festa da Chiquita do texto final do projeto de lei que aprovava o Círio de Nazaré como parte do patrimônio histórico e imaterial da cidade, por meio de um veto do até então prefeito da época. A justificativa apresentada pelo prefeito para o veto baseava-se na ideia de que a Festa da Chiquita não era considerada um elemento integrante das festividades religiosas do Círio, pois não faz parte da programação oficial da celebração. Ele argumentara que, apesar de ser uma festa tradicional que ocorre antes da procissão principal, isso não a torna um elemento essencial do Círio (Dol, 2015).

Observa-se aqui, que Estado atua como principal articulador da política urbana, muitas vezes reproduzindo e legitimando narrativas que continuam a marginalizar e oprimir aqueles que não se encaixam nos padrões hegemônicos. Essas narrativas tendem a desumanizar e desvalorizar corpos que são marcados pela transfobia, colocando-os em situações de hostilidade e violência (Moraes, 2019).

Nesse aspecto, a perspectiva de Judith Butler (2018) ainda destaca como as normas de gênero e sexualidade são fundamentais para regular não apenas os corpos, mas também as experiências humanas como um todo. Essas normas influenciam a distribuição de papéis sociais, as atividades realizadas, os modos de existência e até mesmo os espaços ocupados na vida social, incluindo a cidade. Para os corpos transexuais, essa regulação pode resultar em experiências de privação de liberdade, exclusão e violência, tanto física quanto simbólica.

Em relação a tal questão, sinaliza-se outro aspecto importante, que são os dados do Enasp (2018) e do Senasp (2019) aos quais evidenciam a grave situação de insegurança pública enfrentada pelos sujeitos transexuais não só em Belém do Pará, mas, no território brasileiro, uma vez que, tal condição é alarmante em função da alta proporção significativa dos assassinatos ocorridos em vias públicas, que são resultado de denúncias, o que não é devidamente investigada e julgada, e isso revela, falhas no sistema jurídico brasileiro em garantir justiça e proteção para essas vítimas (ENASP,

2018; SENASP, 2019).

Pois além da falta de dados precisos e a não inclusão das categorias de identidade de gênero e orientação sexual em pesquisas e censo demográfico, como no IBGE, são ações que contribuem de forma significativa para a exclusão e marginalização dessa população. Já outro fator é a ausência de políticas públicas eficazes e de delegacias especializadas para lidar com casos de violência transfóbica, o que tende a agravar ainda mais essa situação. Dessa maneira a transfobia e os crimes de ódio são negligenciados pelo Estado-nação, principalmente porque as vítimas desses crimes são frequentemente desumanizadas e tratados como menos dignos de proteção social e justiça, devido às estruturas patriarcais, coloniais e misóginas que permeiam a sociedade brasileira (ENASP, 2018; SENASP, 2019).

O que se pode observar a partir de então, que não raro as pessoas trans muitas vezes são alvos específicos da violência policial e de outros agentes da lei no âmbito da cidade, logo, a violência institucional é outro fator especialmente preocupante porque envolve agentes do Estado, que em tese teriam enquanto responsabilidade primordial o de proteger e servir a todos os cidadãos de forma imparcial e justa. Quando esses agentes abusam de seu poder para discriminar, intimidar ou agredir, isso não apenas viola os direitos fundamentais das pessoas trans, mas também enfraquece a legitimidade das instituições estatais e do sistema de justiça como um todo (Efrem Filho, 2016).

A violência institucional contra pessoas trans não apenas causa danos físicos e emocionais às vítimas individuais, mas também perpetua um ciclo de marginalização e exclusão que torna ainda mais difícil para essas pessoas acessarem recursos e proteção quando enfrentam violência ou discriminação. Reitera-se assim, que os corpos e identidades transexuais são moldados e submetidos a sistemas de opressão complexos, como o machismo, a misoginia e o racismo, que operam em conjunto para manter estruturas de poder e privilégio. No contexto brasileiro, essas estruturas sociais são influenciadas por processos históricos de colonização e (re)colonização, que moldaram as relações de poder e hierarquia existentes na sociedade (Soliva, 2001).

Esses sistemas de opressão se manifestam em relações assimétricas de saber e poder, onde os grupos considerados dominantes exercem controle sobre aqueles considerados marginalizados. Esses últimos são frequentemente retratados como “outros”, desumanizados e estigmatizados, o que justifica sua marginalização e exclusão dos espaços sociais, políticos e econômicos.

Como apontado por Araruna (2017), a existência como um corpo dissidente das normas cisgêneras é suficiente para que o acesso das pessoas trans às disposições que compõem o direito à cidade seja precarizado e violado regularmente. Isso pode se manifestar de várias maneiras, incluindo falta de acesso a serviços básicos, discriminação em espaços públicos, violência urbana e falta de moradia segura e acessível.

Esses desafios destacam a necessidade urgente de políticas públicas inclusivas e às questões de gênero e sexualidade, que garantam o acesso equitativo aos direitos urbanos. E nesse interim, ao transpormos tais questões para cena urbana de Belém, observamos que a Festa da Chiquita de forma disruptiva desempenha um papel crucial na visibilidade e na dignidade dos corpos trans em Belém. Ao proporcionar um espaço para artistas transexuais se apresentarem e compartilharem suas expressões artísticas, a festa não apenas celebra a diversidade cultural, mas também desafia as normas sociais e culturais que marginalizam e silenciam esses corpos.



Em contraste, a “cidade-armário” que representa um espaço urbano que impõe normas rígidas e regulatórias sobre quem pode ocupar determinados locais e como essas pessoas devem se comportar. Por outro lado, a “transcidade” refere-se à transformação do espaço urbano de modo a acolher e refletir as identidades e experiências de corpos dissidentes, como pessoas trans e travestis. Essa concepção transcende o mero acesso à cidade; implica uma co-criação do ambiente, na qual esses grupos não apenas existem, mas também moldam o espaço ao seu redor, contribuindo ativamente para a cultura, política e a dinâmica social do local.

Dessa forma, ao reivindicar espaços centrais, frequentemente monitorados, a Festa da Chiquita questiona a exclusão imposta pela cidade-armário, permitindo que corpos historicamente marginalizados possam habitar, reformular e co-criar o espaço público. Esse evento se configura como uma performance política que desafia as normas e estruturas de poder que buscam perpetuar a segregação e a marginalização das identidades dissidentes.

Ao colocar os corpos trans na cena pública da cidade, a Festa da Chiquita desempenha um papel crucial na desestigmatização da presença e da identidade trans na sociedade. Essa visibilidade é essencial para promover a aceitação e a inclusão, além de ser uma estratégia fundamental no combate à discriminação e à violência que frequentemente afetam esses indivíduos. Por meio de sua dinâmica festiva, a Festa da Chiquita não apenas celebra a diversidade, mas também transforma a percepção social sobre a identidade de gênero e a sexualidade.

Este ato de resistência coletiva permite que a festa se torne um espaço de transformação social, onde novas relações de pertencimento e aceitação podem emergir. Através da celebração da cultura LGBTQIA+ e da promoção de um ambiente inclusivo, a Festa da Chiquita propõe uma nova concepção de espaço urbano, um espaço que reflete a pluralidade de identidades e experiências que compõem a sociedade. Ao enfatizar a diversidade, a festa contribui para a desconstrução de estigmas e preconceitos, abrindo caminho para uma maior compreensão e respeito entre diferentes grupos sociais.

Além disso, ao destacar a presença e as contribuições dos artistas transexuais, a Festa da Chiquita desafia as hierarquias de poder e prestígio no âmbito da arte e da cultura, que frequentemente excluem ou marginalizam pessoas trans. Essa valorização da arte e da expressão criativa dos artistas trans não apenas promove a representatividade, mas também fortalece a igualdade de oportunidades no campo artístico para comunidade LGBTQIA+ como um todo.

Assim, a Festa da Chiquita se consolida como um espaço vital de resistência e afirmação, onde a luta por direitos e a celebração da diversidade se entrelaçam, promovendo uma transformação social que beneficia não apenas as identidades apreendidas enquanto dissidentes, mas a sociedade em sua totalidade. Essa confluência de resistência, arte e celebração é fundamental para a construção de espaços e territórios onde todos, todes e todas possam habitar e reivindicar seu lugar na cidade e na sociedade.

### Considerações Finais

O objetivo de compreender a Festa da Chiquita como um meio de contestação das normas cisheteronormativas e patriarcais se dá no sentido de que o evento subverte essas normas ao criar um espaço temporário de visibilidade e pertencimento para corpos dissidentes, especialmente pessoas travestis e trans, em um contexto que frequentemente marginaliza essas identidades.

A festa utiliza a ocupação do espaço público e a celebração da cultura LGBTQIA+ como formas de resistência. Ao transformar as ruas de Belém em um território de celebração, o evento desafia as normas hegemônicas que regulam os corpos e os espaços urbanos. A presença de corpos dissidentes nesse espaço urbano atua como uma performance política que questiona a exclusão imposta pelas estruturas de poder.

Além disso, a Festa da Chiquita se apropria de áreas centrais de Belém, que tradicionalmente não pertencem às populações dissidentes, e que são frequentemente marcadas por controle e vigilância. Ao ocupar esses espaços e celebrar a diversidade de gênero e sexualidade, a festa não apenas contesta as normas sociais, mas também reivindica o direito à cidade, configurando-se como uma expressão de luta e resistência política no território.

Nesse aspecto, a ideia de fissurar a “Cidade-Armário” através da Festa da Chiquita oferece uma reflexão sobre a cisheteronormatividade dos espaços urbanos. A cidade, como um reflexo das normas e ideologias dominantes na sociedade, inevitavelmente incorpora concepções sobre sexualidade e gênero em seu tecido político e social. No entanto, repensar os modos de produção e reprodução do espaço urbano para desafiar a cisheteronormatividade pode ser uma tarefa complexa, dada a diversidade de vias de acesso à cidade.

Para transformar a cidade em um espaço inclusivo e diversificado, é necessário reconhecer e confrontar a cisheteronormatividade, os poderes religiosos, políticos e os demais poderes que se assentam nas dimensões do planejamento urbano, do social e da cultura. Isso pode envolver a promoção de políticas públicas que protejam os direitos das pessoas trans, a criação de espaços seguros e acolhedores para essa comunidade, e o combate à discriminação e à violência baseadas na orientação sexual e identidade de gênero.

Lutar pela permanência da Festa da Chiquita em Belém é uma forma importante de repensar e transformar a cidade em um espaço mais inclusivo e diversificado. A Festa da Chiquita não é apenas uma celebração cultural e de diversidade, mas também uma manifestação política que desafia a cisheteronormatividade e promove valores de vida e liberdade para a comunidade trans.

Contudo, ao se defender a continuidade da Festa da Chiquita, estamos defendendo a existência de espaços seguros e acolhedores para pessoas LGBTQIA+, fundamentalmente, os sujeitos trans de expressarem suas identidades. Essa festa não só oferece um ambiente de celebração e expressão, mas também desafia ativamente as normas sociais que marginalizam e oprimem todo o corpo apreendido enquanto não-normativo.

Além disso, a presença contínua da Festa da Chiquita em Belém atua como um ato de resistência e afirmação para a cidade. Ao se recusar a ceder ao preconceito e à exclusão, reivindica também o seu direito de existir e de ocupar espaços públicos sem medo de discriminação ou violência.

## Referências

- ALVES, I. *O carnaval devoto – um estudo sobre a festa de Nazaré, em Belém*. Petrópolis, Vozes, 1980.
- ANDRADE, R. D. S., & CARVALHO, C. L. (2018). *Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais: Teoria e Prática*. São Paulo: Editora Atlas.
- ALVES, R. *Círio de Nazaré: da taba marajoara à aldeia global*. 2002. 425 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporânea)–Universidade Federal do Pará, Belém, 2002.
- AS FILHAS da Chiquita. Dir. Priscilla Brasil. Documentário, 52 min., cor, Brasil, 2006.
- ARARUNA, M. L. F. B. *O Direito à Cidade em uma Perspectiva Travesti: uma breve autoetnografia sobre socialização transfeminina em espaços urbanos*. Periódicus – Revista de estudos indisciplinados em gêneros e sexualidades, v. 1, n. 8, p. 133153, nov. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/23942>. Acessado em 28 de março de 2024.
- BENTO, B. *Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos*. 1ª ed. Salvador: EDUFBA, 2017.
- BUTLER, J. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”*. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). *Pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- BUTLER, J. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Tradução: Fernanda Siqueira Miguens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- CARVALHO, C. O.; M. J. G. S. *‘ISTO É UM LUGAR DE RESPEITO!’: A construção heteronormativa da cidade armário através da invisibilidade e violência no cotidiano Urbano*. Revista de Direito da Cidade, 9, n 1, p 103116. 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/26356>. Acessado em 28 de março de 2024.
- DOL, 2015. *Chiquita é barrada na Festa do Círio*. Acessado em 30 de março de 2024. Online. Disponível em: [https://dol.com.br/\\_noticia-335325-chiquita-e-barrada-na-festa-do-cirio.html?d=1](https://dol.com.br/_noticia-335325-chiquita-e-barrada-na-festa-do-cirio.html?d=1).
- DIÁRIO DO PARÁ. *Círio 2023 levou 2,3 milhões às ruas de Belém; veja números gerais, Belém do Pará, 23 de outubro de 2023*. Acessado em 04 de março de 2024. Online. Disponível em: <https://diariodopara.dol.com.br/cirio-2023/cirio-2023-levou-23-milhoes-as-ruas-de-belem-veja-numeros-gerais-91300/>.
- DUARTE, L. F. D. (2005), “Ethos privado e justificação religiosa. Negociações da reprodução na sociedade brasileira”. In: HEILBORN, Maria L.; DUARTE, Luiz F. D.; PEIXOTO, Clarice; BARROS, Myrian L. (orgs.) *Sexualidade, família e ethos religioso*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond.
- EFREM FILHO, R. *Corpos brutalizados: conflitos e materializações nas mortes de LGBT*. Cad. Pagu, Campinas, n. 46, p. 311-340, abr. 2016. Disponível em: <https://www.radarciencia.org/artigo/corpos-brutalizados-conflitos-e-materializacoes-nas-mortes-de-lgbt>. Acessado em: 16 de março de 2024.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir: história das violências nas prisões* (1977). 13ª ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
- GRUPO GAY DA BAHIA. *População LGBTI+ morta no Brasil: relatório GGB 2018*, Salvador, 2018. Disponível em: < <https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2020/03/relatorio2018.pdf>. Acessado em 03 de abril de 2024.
- IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Círio de Nazaré: Dossiê I*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.
- LA ROCCA, F. A encenação do corpo e suas formas expressivas na cidade. In: SIQUEIRA, Denise (Org.). *A construção social das emoções: corpo e produção de sentidos na comunicação*. Porto Alegre: Sulinas, 2015, p. 173-185.
- LEFEBRVE, H. *O Direito à Cidade*. São Paulo, 1991.
- LIMA, D. M. B de; GOMBERG, E. *Cultura, patrimônio imaterial e sedução no Arraial do Pavulagem*, Belém (PA), Brasil. Textos escolhidos de cultura e arte populares, Rio de Janeiro, v.9, n.2, p. 53-67. nov. 2012.
- MAUÉS, R. H.. *O homem que achou a santa. Plácido José de Souza e a devoção à Virgem de Nazaré Belém*. Ed. Basílica Santuário de Nazaré, 2009.
- MORAES, C. F. *Esse corpo que habito não é meu?*. In: Diálogos da Cidade: experimentações coletivas [recurso eletrônico]. RIBEIRO, Cristine Jaques (Org.). Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019. p. 101.
- OLIVEIRA, S. *Políticas da Inimizade*. REBELA, v.7, n.1. jan./abr. 2017. Disponível em: <<http://ojs.sites.ufsc.br/index.php/rebela/article/download/2590/1602>>. Acessado em 30 de março de 2024.
- PANTOJA, V. *Negócios Sagrados: reciprocidade e mercado no Círio de Nazaré*. 2006. 135 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais, área de concentração em Antropologia), UFPA. Belém, 2006.
- PRECIADO, B. (2011). *Multidões queer: notas para uma política dos ‘anormais’*. Estudos Feministas 19(1), Florianópolis. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104026X2011000100002/18390>. Acessado em 28 de março de 2024.
- PELÚCIO, L. (2009). *Abjeção e Desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids*. São Paulo: Annablume.
- SILVA FILHO, M.R. *A Filha da Chiquita Bacana –uma etnografia da Festa da Chiquita em Belém do Pará*. In: 36º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, Águas de Lindóia, anais,2012.
- SOLIVA, T. B. “A rua e o medo: algumas considerações sobre a violência contra jovens homossexuais em espaços públicos”. In: Revista Latino-americana de Geografia e Gênero, Ponta Grossa, v.2, n.1, p.122-132, jan. /jul. 2011.





Figura 1,2 .Fonte: Bacana News. Figuras 3, 4, 5 e 6.Fonte: G1.



# ENCRUZILHADAS NO CÍRIO DE NAZARÉ EM BELÉM DO PARÁ

CROSSROADS AT THE CÍRIO DE NAZARÉ IN BELÉM DO PARÁ

Eduardo Oliveira Soares<sup>1</sup>

## Resumo

Nas encruzilhadas da cidade de Belém do Pará, em meio a milhões de pessoas, ocorre o Círio de Nazaré. A programação inclui extensas atividades religiosas, culturais e comerciais, que conciliam o sagrado e o profano e lotam as ruas com uma multidão que tem como estímulo a devoção à Nossa Senhora de Nazaré. Uma análise do fenômeno pode ser feita por meio de textos e fotografias. No presente artigo eles descrevem, refletem e registram memórias sobre como e quem ocupa as ruas da cidade. A multiplicidade de eventos torna a festa religiosa ainda mais atraente e fascinante. Dentre a programação, o Auto do Círio e a Festa da Chiquita se destacam, pois sintetizam ações de luta em prol da diversidade por meio de manifestações artísticas. Ao longo de mais de dois séculos, desde sua criação, os eventos relacionados ao Círio de Nazaré foram absorvendo a diversidade cultural e social brasileira.

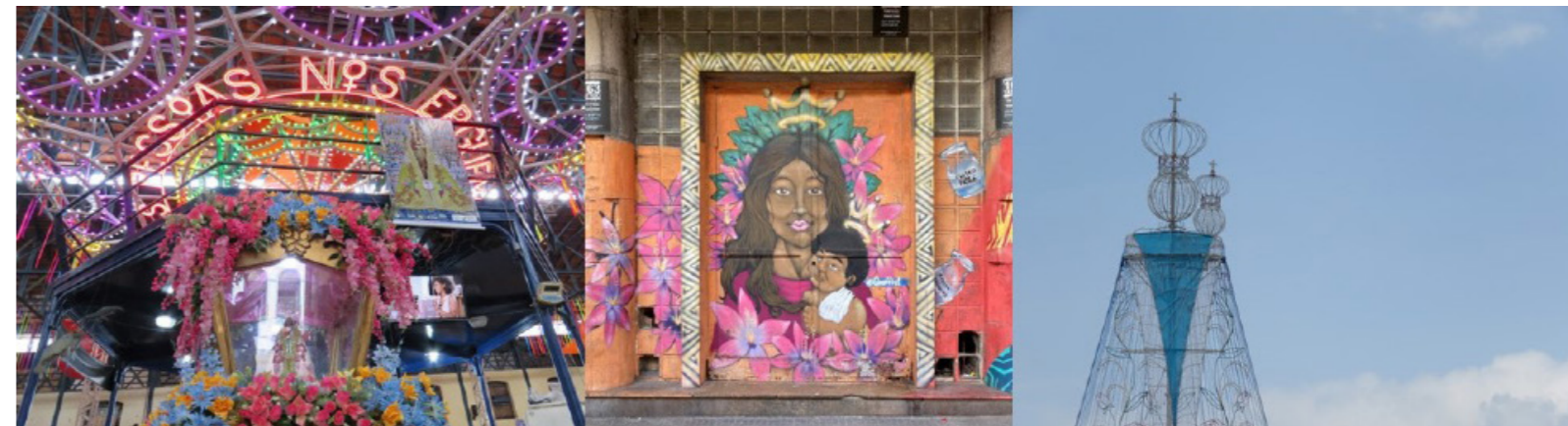
Palavras-chave: Auto do Círio, Belém do Pará, Círio de Nazaré, memória, Nossa Senhora de Nazaré.

## Abstract

*In the streets of Belém do Pará, amidst millions of people, takes place the Círio de Nazaré. The festivities include extensive religious, cultural, and commercial activities that reconcile the sacred and the profane, filling the streets with a crowd motivated by devotion to Our Lady of Nazaré. An analysis of the phenomenon can be done through texts and photographs, which in this article describe, reflect and record memories about how and who occupies the city's streets. Among the events, the Auto do Círio and the Festa da Chiquita stand out, synthesizing efforts in favor of diversity through artistic expressions. Over more than two centuries since its inception, the events related to the Círio de Nazaré have absorbed Brazilian cultural and social diversity.*

*Keywords: Auto do Círio, Belém do Pará, Círio de Nazaré, memory, Our Lady of Nazareth.*

<sup>1</sup> Doutor em Arquitetura e Urbanismo (2021), mestre em Arquitetura e Urbanismo (2013) e especialista em Reabilitação Ambiental Sustentável Arquitetônica e Urbanística (2009) pela Universidade de Brasília/UnB. É graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pelotas/UFPEL (1995). É servidor da UnB. Admirador, criador e pesquisador de narrativas.



## Belém

Ao lembrar do Círio de Nazaré em Belém do Pará, vem à mente fragmentos de memórias e sensações: Circular entre águas e terras, becos e vielas. Se deixar levar. Remar contra a maré. Sentir na pele (e na alma) o sagrado e o profano. Tomar decisões em cada possibilidade de escolha entre os caminhos a seguir. Agir, ver e ser visto pela multidão. Cruzar olhares e trajetórias. Se irmanar em comunhão, alegria e – por que não? – ousadia. Transcender o cotidiano em um evento que não é só do plano material. É, também, de natureza celestial.

Nas encruzilhadas da cidade, em meio a milhões de pessoas, é isso que acontece nas ruas de Belém do Pará no segundo domingo do mês de outubro.

Belém, cidade fundada a mais de quatro séculos, aberta às águas da Baía de Guajará, que contém espaços e arquitetura que evocam a uma *Belle Époque*, na qual se almejava recriar ares parisienses. Belém, capital paraense, que recebe anualmente uma série de eventos relacionados ao Círio de Nazaré.

O Círio é a denominação tanto da procissão principal que ocorre na manhã de domingo, quanto da série de eventos a ela relacionados. A cada ano a cidade se mobiliza pela hipnótica imagem – no sentido material e simbólico – de Nossa Senhora de Nazaré. Sua onipresente silhueta domina a paisagem, replicada das mais diversas formas (Figura 1).

A programação do Círio inclui extensas atividades religiosas, culturais e comerciais e faz com que as ruas de Belém sejam ocupadas por diferentes corpos. No turbilhão de eventos, visualizam-se moradores da cidade, turistas, romeiros, promesseiros, representantes do clero, autoridades políticas, voluntários, brigadistas, distribuidores de água, artistas, atores, músicos. E, além das inúmeras imagens de Nossa Senhora de Nazaré, crucifixos e toda a sorte de símbolos cristãos ostentados por quem tem os pés descalços e as cabeças nas nuvens da fé.

“Em termos de comparação, o Círio é a correspondência humana de uma pororoca. Quem observa o fato dos pontos de acesso da capital tem a impressão de uma invasão ou êxodo rural em larga escala, emprestando à cidade uma nota inusitada e estranha” (MOREIRA, 1971, p. 6). Inusitadas também são as transformações ocorridas na forma de culto mariano, a fim de aproximá-lo do contexto territorial e social.

Para a Igreja, “a mais feminina das expressões divinas do cristianismo é irradiadora natural da mais ilimitada tendência a multiplicidade de representações” (Oliveira, 2018, p. 177). Com isso, Nossa Senhora de Nazaré influencia fortemente a constituição



da identidade do povo paraense, nortista e brasileiro. É uma entidade grandiosa o suficiente para receber honras de Chefe de Estado (Basílica de Nazaré, s/d) e íntima para ser identificada por *Nazinha* pelos fiéis.

Transcendendo uma religiosidade formal, formatada pelo Catolicismo, eventos culturais foram inseridos na programação do Círio. Apartadas do endosso da Igreja, mas constantes no Dossiê elaborado pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN) que registrou o Círio como Patrimônio Imaterial (IPHAN, 2006), estão o *Auto do Círio* e a *Festa da Chiquita*. O *Auto do Círio* envolve teatro, dança, música e arte, que compõe um espetáculo que surgiu em 1993 na Universidade Federal do Pará (UFPA) e é realizado por meio da Escola de Teatro e Dança (ETDUFPA) (Brigida, 2008, p. 36). A *Festa da Chiquita* é um evento promovido por travestis e *drag queens* que celebra a comunidade LGBTQIAPN+. Ambas ocorrem em locais adjacentes ao trajeto do cortejo do Círio.

Com isso, entre um e outro evento da programação religiosa oficial, pode-se cruzar com corpos que transgridem as fronteiras entre masculino e feminino. No início de outubro, Belém se converte em um “cenário de disputas de imaginários, de fé, de repressão e de erotismo, da luta e interações entre a cultura branca cristã europeia e a cultura pagã, indígena, cabocla, dos corpos nus” (Trói, 2019, p. 80).

A cidade em festa é o tema que instigou a presente narrativa. Uma narrativa textual e fotográfica que pretende se juntar a inúmeras outras já realizadas.

Uma análise do fenômeno pode ser feita por meio de textos e fotografias. No presente artigo eles descrevem, refletem e registram memórias sobre como e quem ocupa as ruas da cidade. Na multiplicidade de identidades, Nossa Senhora pode “(...) ser considerada virgem, grávida, mãe, esposa, conquistadora, guardiã, mestra, imperatriz ou rainha, pode, também, ser considerada artífice de parte da identidade latino-americana, impulsionadora da criação de paisagens nas cidades e, ainda, inspiradora de narrativas” (Soares, 2024). Então, Salve Nossa Senhora de Nazaré!

Da extensa e volumosa programação relacionada ao Círio, o recorte adotado foi o dos eventos que se estendem de quinta a domingo do fim de semana do Círio. São eles os que mobilizam uma grande quantidade de moradores e turistas, impactando na paisagem da cidade.

Nesse texto, além desse tópico denominado *Belém*, os caminhos e as encruzilhadas da cidade foram segmentados em *Nazinha* – a origem da devoção; *Auto* – a apresentação teatral que ocorre pelas ruas da cidade; *Baía* – a procissão fluvial; *Transladação* – o deslocamento da imagem da Santa até o ponto de partida da procissão principal e a Festa da Chiquita que ocorre na sequência; *Círio* – o grande cortejo; e *Almoço* – a tradicional confraternização que marca o fim de uma intensa jornada.

## Nazinha

As devoções marianas comumente são criadas ou reafirmadas a partir do encontro de imagens ou de aparições ocorridas em contextos sobrenaturais. No Brasil, o culto à Virgem de Nazaré surgiu quando, em Belém do Pará, em cerca de 1700, “(...) caminhava nas matas (...) um caboclo agricultor e caçador chamado Plácido José dos Santos. Levado pela sede, acabou descobrindo entre pedras cobertas de trepadeiras, (...) uma espécie de nicho natural com uma pequena imagem” (IPHAN, 2006, p. 11). A imagem em madeira era a da Virgem. O local onde foi encontrada corresponde a atual Avenida Nazaré e à Basílica que leva o seu nome. Diz a tradição, que Plácido levava a

imagem para a sua casa e que, estranhamente, ela sumia e voltava ao local de origem. Desde então, Nossa Senhora de Nazaré é indissociável à cidade de Belém.

Em Portugal ocorre a devoção a outra Nossa Senhora de Nazaré, fruto de uma aparição em terras lusitanas. Mas se trata de outra versão de Maria.

No contexto católico, a crença em Nossa Senhora “(...) se materializa em santuários que impactam e, mais do que isso, forjam as cidades. No dia a dia são como aparições urbanas que lembram a população da necessidade da devoção mariana” (SOARES, 2024). A nomenclatura do bairro e da avenida lembram que a cidade é de Nazaré. Ainda no século XVIII a *graça* do encontro da imagem em terras paraenses já era celebrada.

Até 1789, a Festa em louvor a Nossa Senhora de Nazaré era marcada pelas ladainhas e novenas no local do achado da Santa. Todavia, em 1790, a Igreja Católica autoriza a realização da festa pública em homenagem à Virgem de Nazaré, marcando, a partir de então, a oficialização, por parte da Santa Sé, da Festa de Nazaré. A primeira procissão, ou o primeiro Círio oficial, ocorreu em 1793, a mando do então presidente da Província, em agradecimento por graça alcançada (Almeida, 2014, p. 2).

Mais de dois séculos depois da sua criação, o Círio de Nazaré alcançou tal importância cultural que o levou a ser inscrito, em 2004, no Livro das Celebrações do IPHAN enquanto patrimônio imaterial (IPHAN, 2006). Além disso, desde 2013 (UNESCO, s/d), a procissão da imagem de Nossa Senhora de Nazaré na cidade de Belém é inscrita na Lista do Patrimônio Cultural Imaterial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Ademais, “em 1971, a Assembleia Legislativa do Pará aprovou a lei estadual 4.371, na qual definiu Nossa Senhora de Nazaré como ‘Padroeira dos Paraenses’ e ‘Rainha da Amazônia’ ” (SILVA, 2021, p. 163).

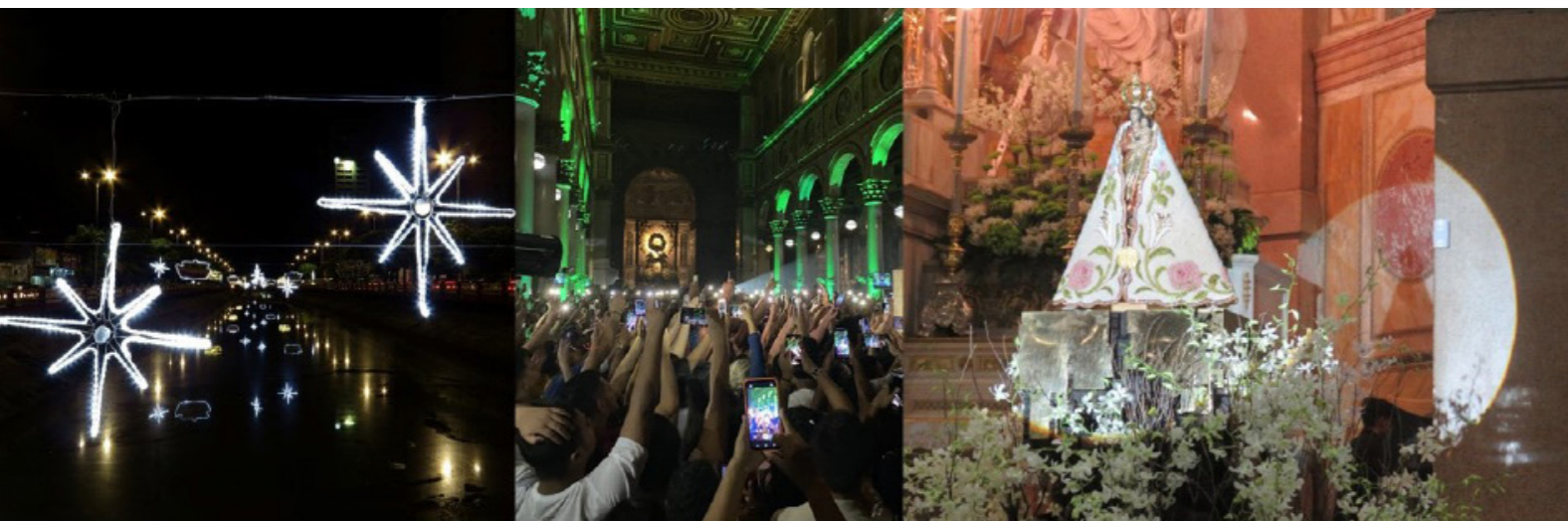
A escultura de Nossa Senhora de Nazaré, que tem a alcunha *Nazinha*, é diminuta. “A imagem, hoje tida como a original, tem 38,5 centímetros de altura” (IPHAN, 2006, p. 11). Essa imagem é oculta aos olhos dos fiéis. Há outra que, como um *doublé*, é apresentada nas procissões. A explicação é que “em razão de não ter identidade com os devotos, foi produzida a imagem ‘peregrina’, cujas feições e cor da pele têm semelhanças com a população mestiça regional” (Silva, 2021, p.163). Percebe-se, então, que no contexto de devoções marianas, há sempre um esforço para que as representações da Virgem se aproximem da cultural local.

O modo de adoração à Nossa Senhora foi se transformando –e se agigantando– no decorrer do tempo, envolvendo extenso calendário de procissões, romarias e atividades endossadas pela Igreja Católica. É chamado de *Quadra Nazarena* o período de eventos relacionados ao Círio de Nazaré.

Para quem já frequentou Belém no início de outubro, vem à mente as diversas imagens de Nossa Senhora de Nazaré que adornam o Aeroporto, o Terminal Hidroviário, as ruas, os lares, os condomínios, o comércio. Em época do Círio, *Nazinha* está em toda a parte, bem como os romeiros em caminhada pelas estradas e os turistas que peregrinam para o que é conhecido como o *Natal do Paraense*.

Assim como o período natalino em muitas cidades, Belém se enfeita e ilumina em outubro. Várias atividades relacionadas à Nossa Senhora mobilizam multidões. Uma delas é a apresentação do manto que adornará a imagem da Santa durante





os cortejos. Na Basílica Santuário, na noite da quinta-feira que antecede o Círio, o público se espreme para ver uma indumentária detalhadamente desenhada. Ao final da missa, com música, iluminação principal apagada e fechos de luzes, os fiéis e turistas conhecem o manto que adornará a imagem. É um espetáculo criado com esmero, pensado em todos os detalhes para emocionar e ficar gravado na memória de quem o vê (Figura 2).

A memória resguarda o que foi vivido. “Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções” (NORA, 1993, p. 9). A série de eventos intensos e exuberantes que ocorrem em Belém por ocasião do Círio é matéria prima para experimentar e revisitar vivências; criar e reascender memórias. E, com isso, criar narrativas, ou seja, o registro textual ou fotográfico –dentre outros– do que foi internalizado e assimilado em cada indivíduo ou na coletividade.

O impulso é de que se fotografe muito cada um dos eventos, mesmo que eles se repitam anualmente. Cada fotografia tem consigo a missão de ser guardiã da memória. E quem as captura, na verdade não está “(...) procurando fotografar lembranças ou, até, vagos ecos de lembrança que afloravam da memória?” (CALVINO, 1992, p. 59). Fotografar é um silencioso apelo para que a magia do momento perdure por mais tempo.

Como já foi citado, dentre o conjunto de festividades, nessa espécie de *Carnaval Devoto* (Alves, 1980), há eventos culturais e comerciais que transcendem ao culto mariano instituído pelas autoridades eclesásticas. Como ocorre em parte das celebrações criadas no contexto da religião católica –o Carnaval e as Festas Juninas são exemplos–, as festividades do Círio conciliam e contrapõem atividades do sagrado e do profano.

Seguindo uma ordem cronológica, após a noite da apresentação do manto, o grande evento da *sexta-feira do Círio* ocorre também à noite. É o *Auto do Círio*. Momento em que uma manifestação profana enraizada no sagrado toma as ruas da cidade.

### Auto

O Centro Histórico de Belém é o palco urbano da encenação do *Auto do Círio*, um cortejo dramático que propõe, a cada ano, celebrar, além de Nossa Senhora de



Figura 3 - Auto do Círio. Fonte: Eduardo Oliveira Soares, 2018, 2018, 2016, 2018, 2016, 2026.

Nazaré, a diversidade cultural, social e religiosa. O *Auto do Círio*, criado em 1993, “é um espetáculo de rua grandioso, com ampla participação popular. O projeto, pensado pela professora, atriz e diretora de teatro, Zélia Amador de Deus” (IPHAN, 2006, p. 56) é vinculado a Universidade Federal do Pará e é realizado por meio da Escola de Teatro e Dança.

Multiplicidade e ambiguidade marcam o cortejo, que nos corpos, vestuário e narrativa transcende categorias. “Deve-se entender os elementos do sagrado e do profano que marcam o Círio de Nazaré como fruto de uma relação e não como elementos opostos. A fronteira entre um e outro é, muitas vezes, quase imperceptível” (IPHAN, 2006, p. 19). O evento parece querer reafirmar a cada ano: – A cidade também é minha e o Círio também me pertence! O *Auto do Círio* é arte, poesia, alegria, irreverência. É também um evento político, ao ocupar as ruas que também recebem a procissão religiosa principal.

Qual o gênero de quem está atuando? E da personagem? A inspiração é do contexto católico? Da Umbanda? Do Candomblé? Apesar de parte da sociedade insistir em impor uma dicotomia, a atualidade –e as artes, e quem faz e vive o Círio– impulsiona a fluidez de conceitos e comportamentos. As identidades e as expressões de fé a Nossa Senhora são múltiplas podendo ser acolhidas e expressas livremente nos espaços da cidade. Corpos, comportamentos e sujeitos de expressão de gênero ambivalente, diluídos ou invisibilizados no dia a dia, também são protagonistas no espetáculo.

A apresentação “(...) se divide em cinco momentos chamados de estações, como costumam ser chamadas as paradas de cortejos religiosos” (MOREIRA, 2012, p. 25), localizadas em frente à Catedral da Sé; à Igreja de Santo Alexandre; ao Solar do Barão do Guajará; e entre os Palácios Lauro Sodré e Antônio Lemos. A narrativa mescla elementos do teatro medieval, do circo, das escolas de samba, em uma exuberância estética e musical que ocupa ruas e esquinas de Belém.

A cada ano é escolhido um tema. O de 2024 foi “Bendita és Tu, Mãe Terra: Nossa Senhora de Todas as Lutas”. Assim como o cortejo do Círio, o *Auto* é um convite a que a população circule pela cidade. Ficar parado nem sempre é uma possibilidade, pois a onda humana impõe o movimento entre as *Estações*.

De edições passadas vêm à memória algumas lembranças... Nas ruas, quem abre caminhos é *Exu –Laroyê!* –, e no cortejo vão passando (Figura 3), orixás, anjos, seres alados e, é claro, a luminosa Nossa Senhora de Nazaré com o seu manto.



Há espaço para o canto de samba enredo do Rio de Janeiro em prol da diversidade religiosa. Com isso, ecoa pelas ruas a melodia de “Pelo amor de Deus, pelo amor que há na fé / Eu respeito seu amém / Você respeita o meu axé” (Tatalondirá, 2019), e, também, “Clama o meu país / À Flor de Lótus símbolo da paz / E a vitória régia da mesma raiz / Pela tolerância entre os desiguais / Nesse Holi / Eis o triunfo do bem e da fé / Nerhu, Dom Hélder, Chico Xavier” (Namastê, 2017). No cortejo cultural e ecumênico há espaço para transpor e incorporar outras narrativas, cidades e crenças.

Nesses momentos, a paisagem de Belém –já tão exuberante em natureza, arquitetura e costumes– se engrandece e se expande ainda mais. “É no sentido de participação coletiva que a poética do espetáculo se insere no cotidiano, transformando seus espaços (...), tornando-os cenários para as encenações, partilhados pelos atores e por espectadores com suas afetividades” (Moreira, 2012, p. 23). Ao se presenciar e se emocionar com o espetáculo, tem-se a impressão de estar intimamente conectado com a longa trajetória de cultura e de fé que ocorre na cidade. Atores, dançarinos, músicos e público em comunhão, cocriadores da paisagem da cidade.

Se o espaço está relacionado ao suporte físico e ao seu uso em um determinado momento, “a paisagem é transtemporal, juntando objetos passados e presentes, uma construção transversal. (...) A paisagem existe através de suas formas, criadas em momentos históricos diferentes, porém coexistindo no momento atual” (Santos, 2006, p. 67). Integrar um evento que a cada ano endossa a percepção da paisagem e, portanto, constitui memória coletiva, é um direito de todos.

Anualmente os cortejos marcam na paisagem a presença de identidades que questionam a hegemonia da religião cristã e da heteronormatividade. Lendas, mitos e seres da floresta também são evocados e saudados.

O vínculo entre a cidade e a natureza é igualmente evidente no evento que acontece no sábado pela manhã. A Romaria Fluvial na Baía de Guajará.

## Baía

A potência turística do Círio em Belém faz com que novos eventos sejam integrados à programação. Com o tempo, eles ficam cada vez mais grandiosos. Uma romaria já consolidada é a Rodoviária, que conduz a imagem peregrina da Santa até o Distrito de Icoaraci, em Belém. É ali que a imagem passa a noite e, no dia seguinte, inicia a Romaria Fluvial. Criada no ano de 1986, a Romaria ocorre entre o Trapiche de Icoaraci e a *Escadinha da Estação das Docas*, no centro histórico da cidade.

O evento faz com que mais de duas centenas de embarcações recebam moradores, romeiros e turistas que se deslocam de várias marinas da cidade de Belém até Icoaraci. Ao amanhecer de sábado, as pessoas procuram sua embarcação, sendo o momento de desbravar ruas da cidade, mesmo que não haja muito tempo para contemplá-las. O objetivo maior é embarcar.

No barco, aí sim, pode-se observar a cidade a partir das águas da Baía de Guajará. Ver os moradores ribeirinhos, suas moradas, sua fé (Figura 4). Ver a população que mora à (na) margem da cidade. Ver a densa vegetação que emoldura Belém. Como em muitos momentos das festividades do Círio, as câmeras fotográficas, principalmente dos *smartphones*, registram cada momento.



Nesse contexto, fotografar não está relacionado com uma plácida contemplação, mas em capturar o que pode se perder pelo excesso de estímulos aos sentidos. No balanço das embarcações, não é possível ficar parado. Há ondas, conversas e músicas em profusão.

Vale lembrar que “o passo entre a realidade que é fotografada na medida em que nos parece bonita e a realidade que nos parece bonita na medida em que foi fotografada é curtíssimo” (Calvino, 1992, p. 54). Há permanente anseio em guardar os preciosos e belos momentos que ali estão sendo vividos.

A paisagem é amazônica, lar de lendas, mitos, ritos, superstições. A Região Norte é uma terra de florestas, de rios, de lagoas, de igarapés. Encruzilhada entre diversas culturas e crenças. A Baía de Guajará é imensidão de águas de Nossa Senhora de Nazaré. E de Oxum também.

Há navios, barcos de diferentes portes, lanchas, *jet-skis*. A decoração é criativa e opulenta. Cada embarcação tem a sua dinâmica, porém, no caso dos barcos de passeios fluviais, uma camiseta personalizada comumente integra o *kit romeiro*. Na época do Círio o comércio de vestuário temático é intenso, havendo impressionante variedade de camisetas personalizadas. Também podem integrar o passeio a missa durante o percurso, o café da manhã e apresentações musicais.

Dentre a variedade de atrações musicais, há de se destacar o canto de Alba Mariah. Presença constante no Auto do Círio, ela também se apresenta em embarcações na romaria fluvial. É da voz dela que há a lembrança do canto de “Naza, Nazarézinha, Nazaré rainha, Nazaré, mãe da terra, mãezinha me ajuda a cuidar” (Zouk da Naza, 2003) ou de “Eu vi mamãe Oxum na cachoeira / Sentada na beira do rio / Colhendo lírio lirulê / Colhendo lírio lirulá / Colhendo lírio pra enfeitar o seu congá” (Vi Mamãe Oxum na Cachoeira, 2010). Obviamente nem todas as embarcações são afeitas ao ecumenismo religioso, mas é importante registrar que há opções para um variado público e para as diversas facetas das manifestações da fé.

Após a imagem da Santa ser embarcada em Icoaraci, é realizado o trajeto de volta. O momento de embarque é envolto em fogos de artifício e cantos marianos. A partir daí a imagem lidera o cortejo fluvial rumo ao centro de Belém, onde será desembarcada com pompa e cuidado. “Ao longo do percurso, a imagem de Nossa Senhora de Nazaré recebe muitas homenagens, como o lançamento de pétalas de rosas e de papel picado de helicópteros e ultraleves, e a queima de fogos, por devotos, nas margens da baía



do Guajará.” (IPHAN, 2006, p. 42). Durante o trajeto são registradas inúmeras fotos e filmagens que vão alimentar memórias individuais e coletivas.

Após o desembarque ocorrem dois cortejos. A imagem peregrina parte com a Moto Romaria –criada em 1990– rumo ao Colégio Gentil Bittencourt, nas proximidades da Basílica Santuário. É nele que está a imagem original de Nazinha. Aquela imagem que foi descoberta pelo Plácido e que teimava em voltar ao local onde foi encontrada em meio à natureza.

O outro cortejo é o do *Arrastão do Círio*, com o *Arrastão do Pavulagem*, que com música, pernas de pau, fitinhas e artesanato de miriti toma as ruas do centro histórico. “Manifestação recentemente introduzida na programação cultural da festa (1999), o arrastão acontece sempre na véspera do Círio de Nazaré. É um desdobramento dos arrastões promovidos no mês de junho por toda a cidade” (IPHAN, 2006, p. 57). É (mais) um animado cortejo que marca as ruas e a paisagem do Centro Histórico. O Arrastão do Pavulagem embala a cidade em vários momentos durante o ano e não poderia ficar de fora da programação do Círio.

Pavulagem é uma palavra advinda de pávulo, “o convencido, o metido. (...) Nesse contexto, a palavra assume ares de uma jocosidade como de quem tira sarro com o outro, ou mesmo de quem fala mal de alguém” (Chagas Júnior, 2016, p. 94). o Arrastão do Pavulagem percorre em parte as ruas que também recebem o Círio.

No sábado ainda há um evento grandioso, como tantos no âmbito do Círio, é bem verdade. A Transladação.

### Transladação

Transladação é como é denominado o cortejo que leva a imagem peregrina de Nossa Senhora de Nazaré da Basílica Santuário até a Catedral Metropolitana de Belém, a Catedral da Sé. Portanto, conduz a imagem da Santa ao ponto de partida do Círio que ocorre no dia seguinte. “O percurso, de cerca de cinco quilômetros, é feito nos limites da área mais antiga e mais urbanizada da cidade de Belém” (IPHAN, 2006, p. 29). Como tantos outros eventos derivados do Círio, a Transladação foi se avolumando ao longo do tempo.

No percurso inverso ao do Círio, a Santa e seu séquito de milhões de pessoas, passam por locais emblemáticos da cidade. As ruas, as casas, os edifícios particulares e públicos estão decorados para receberem a imagem com música, fogos de artifício, acenos emocionados. Janelas e varandas transformam-se em camarotes improvisados. Arquibancadas com venda de ingresso movimentam a economia local.

Pode-se dizer que a cidade veste a sua indumentária de festa para receber a procissão. Também há no ar uma busca por cortesia e tolerância ou pelo menos paciência para suportar as milhares de pessoas que literalmente estão se esbarrando nas ruas.

São componentes do hipnotizante cortejo as bandeiras que identificam as estações, ou seja, os segmentos da corda que antecedem a imagem de Nossa Senhora (Figura 5). Há também a conhecida corda, que se tornou um símbolo do Círio. A tradição do uso da corda, surgiu devido à chuva em uma edição.

(...) A corda foi introduzida na Procissão do Círio de 1855. Nesse ano, a procissão foi conduzida em meio à forte tempestade que alagou boa parte das ruas onde ocorria seu percurso. Em uma dessas ruas,



o carro de bois que puxava a berlinda atolou, e membros da Diretoria da Irmandade de Nazaré tiveram a ideia de arranjar uma grande corda, emprestada às pressas por um comerciante local, para que os fiéis que acompanhavam o cortejo pudessem puxar a berlinda de seu atoleiro (Almeida, 2014, p. 4).

A corda desperta curiosidade e admiração por quem consegue segurá-la. “(...) Ela perdeu seu significado prático original, muito embora o seu aspecto simbólico de sacrifício e aproximação do sagrado tenha permanecido ao longo dos anos” (IPHAN, 2006, p. 31). Após a corda há a berlinda, ricamente decorada, com a imagem de Nossa Senhora.

A berlinda é “um andor envidraçado, semelhante a uma liteira dos tempos coloniais, profusamente adornada de flores, na qual é transportada a réplica da imagem da santa – a peregrina – durante a transladação e o Círio” (IPHAN, 2006, p. 31). O ponto alto do cortejo é quando a diminuta imagem da Santa avança entre a multidão.

No trajeto da procissão está a Praça da República, onde se localiza o icônico e majestoso Theatro da Paz. É essa praça que abriga outro evento característico da programação não religiosa do Círio. A festa *As Filhas da Chiquita*.

A festa surgiu em plena Ditadura Militar, em “meados dos anos 70, com o carioca Luís Bandeira, quando grupos gays organizavam um bloco carnavalesco nas proximidades do presídio São José até o Bar do Parque, localizado na praça da República” (Trózi, 2019, p. 81). Ao longo dos anos foi se consolidando como principal evento LGBTQIAPN+ durante o Círio.

Travestis e *drag queens* comandam a noite. Há entrega de prêmios como o do *Veado de Ouro*, *Rainha do Círio*, *Botina de Ouro*. “As diversas referências ao Círio e à própria Nossa Senhora de Nazaré na festa das filhas da Chiquita apresentam, assim, um caráter de resistência, de contestação, de busca de espaço e reconhecimento social pelos homossexuais” (IPHAN, 2006, p. 59). Nazinha é mãe de todos, a rua é do povo e o sagrado é vizinho do profano.

Música em altos decibéis –uma característica do Pará– e animação marcam a festa de quem sabe a importância de ocupar e se mostrar nas ruas da cidade durante uma das maiores celebrações religiosas do país. Tal apropriação de uma praça pública e de um calendário religioso obviamente incomodou e incomoda parte da sociedade. “A Festa da Chiquita virou um ponto de tensão no Círio, já foi alvo de diversas retaliações,



o que obrigou os organizadores a terem que pedir autorização da polícia, todos os anos, para que ela possa acontecer” (Tróí, 2019, p. 81). Os maiores embates estão relacionados a localização –pois margeia uma das ruas em que ocorre a procissão do Círio– e ao horário. A hora do término gera embates, pois a procissão principal ocorre ao amanhecer.

Para viver é necessário resistir, insistir e persistir. E é isso que acontece anualmente a fim de viabilizar essa festa no circuito histórico e religioso de Belém. Para muitos corpos, o simples fato de estar visibilizado nas ruas –ainda mais em momentos em que multidões estão nelas– já é um fato político.

A Festa da Chiquita, de modo pungente reafirma a cada ano a existência de quem parece viver condenado à invisibilidade nas cidades. Amplifica em uma noite a luta diária de presença cidadã na sociedade.

Quando a madrugada vai chegando ao seu final, a Praça da República vai esvaziando e, no sentido contrário, pessoas vindas dos mais diversos pontos se dirigem ao local de partida do principal evento do calendário da cidade. É o dia do Círio!

## Círio

“Ó Virgem-Mãe amorosa / Fonte de amor e de fé / Dai-nos a bênção, bondosa / Senhora de Nazaré” (Vós Sois o Lírio Mimoso, 1991). Essa é uma das muitas músicas que são entoadas nas ruas de Belém. Na manhã do segundo domingo de outubro, após missa na Catedral da Sé, começa o solene cortejo do Círio.

Todos os anos ocorre uma espécie de milagre. Mesmo com a crescente multidão e emoção provocada pelos eventos anteriores, o Círio se apresenta como procissão de uma magnitude única, transcendente, celestial. Cerca de dois milhões de pessoas participam do cortejo (Alves, 2005, p. 315).

Muita gente se espreme em ruas ora estreitas, ora um pouco mais largas, que mesmo assim não comportam a multidão. Uma opção é procurar fazer um atalho por alguma rua paralela, a fim de encontrar um bom ponto de visualização um pouco mais adiante. Porém, milhares de pessoas têm essa mesma ideia e muitas ruas viram local de passagem para uma massa que, com o passo acelerado, procura um caminho que permita acessar novamente o cortejo.

As típicas mangueiras emolduram a procissão e criam um pouco de sombra que alivia o calor. O sol deixa as ruas abafadas e há a possibilidade de ocorrer uma chuva, que provavelmente será torrencial. Na multidão, uma variedade de camisetas temáticas do Círio e muita gente de pés descalços.

Na massa humana há promesseiros, religiosos (Figura 6), vendedores de fitinhas, de terços, de balões. Ex-votos em forma de tijolo, livro, casa. Peças de cera recriam partes do corpo humano. São muitos os elementos da procissão.

“Os carros compõem diferentes alegorias, como o carro da *Santíssima Trindade*, que reproduz com imagens esse elemento central da doutrina cristã” (IPHAN, 2006, p. 35). A multidão, em êxtase, proclama: – Viva Nossa Senhora de Nazaré! Viva! Viva a Rainha da Amazônia! Viva!

Assim como na Romaria Fluvial e na Transladação, pétalas de flores, papel picado e foguetes são utilizados como homenagem à imagem de Nossa Senhora. E músicos e corais disputam entre si a trilha sonora do cortejo. Um clássico do repertório do Círio é



o samba enredo carioca que clama “Oh! Virgem Santa olhai por nós / Olhai por nós oh Virgem Santa, pois precisamos de paz” (Festa do Círio de Nazaré, 1975).

Devido ao acúmulo de um grande número de pessoas, há a impressão de que falta ar. Só com muita água é possível permanecer em meio a tanta gente, por isso há farta distribuição de copos de água.

Mas também há outro uso para esses copos. Quem está segurando a corda, é banhado por voluntários que jogam água para o ar, a fim de aliviar o calor. Ver o brilho da água que salpica o ar significa que, ao longe, a corda (finalmente) se aproxima. A emoção aumenta mais ainda. Tremulando no ar, bandeiras marcam as estações.

Vista do alto, a corda se assemelha a um terço, o que deu origem às chamadas estações da corda. Ao todo, são cinco estações e, em cada uma delas, há a presença constante dos chamados animadores da corda que têm a função de estimular – por meio de palavras de ordem, cânticos e orações – os promesseiros das estações a avançar no cortejo (Almeida, 2014, p. 13).

Para quem assiste a passagem do cortejo, há a preocupação em procurar uma boa localização. Ficar atrás de uma árvore pode ser uma opção, pois ela servirá de anteparo para se abrigar da onda humana. Ou, talvez, ficar em uma rua que permita a saída rápida em caso de algum imprevisto.

Porém, nunca pode se prever se alguém irá cortar a corda antes do fim do percurso. Tal ação pode gerar um frenesi da multidão querendo um pequeno pedaço como relíquia. E, com isso, gerar um empurra-empurra com desfechos inimigáveis.

Na dúvida sobre a localização da berlinda, pode-se acessar a um aplicativo que informa a sua posição em tempo real. O clímax do cortejo do Círio é ver a imagem de Nossa Senhora ornamentada exuberantemente com flores. Em meio ao aperto geral, há os promesseiros de joelhos determinados e irem até a escadaria da Basílica e padres abençoando a multidão com água benta em quantidades bíblicas.

Ao final do cortejo, uma rápida limpeza urbana elimina o rastro da procissão. E, curiosamente, a Santa que arrasta multidões pode ser vista sem apertos ou tumulto em uma Capela na Praça do Santuário de Nazaré.





Após a passagem da procissão o clima de festa e comunhão continua. Só que agora em uma escala familiar. É o momento do tradicional Almoço do Círio.

### Almoço

O Círio é um momento de encontro entre familiares, amigos, visitantes. Onde há gente e festa, também há comida. “A presença marcante de turistas e romeiros vindos do interior do estado e de outras regiões do país, os preparativos das famílias para o almoço do Círio (...) são algumas das alterações importantes do cotidiano da cidade e adjacências (...)” (Costa, 2006, p. 86). O Círio é um marco temporal do ano, sendo o momento em que as famílias abrem as portas para mostrar um evento que faz parte da identidade local.

Identidade também marcada pela culinária. Os sabores do Pará são maravilhosamente únicos.

Maniçoba, pato no tucupi, tacacá, sobremesa de creme de cupuaçu são exemplos do que é servido no tradicional almoço. “Essas comidas expressam uma identidade cultural que o paraense faz questão de exibir, especialmente ao visitante que vem de outros lugares, que poderá ser convidado, por alguma família, para participar do almoço” (IPHAN, 2006, p. 53). Feliz de quem tem amigos e amigas em Belém que podem abrir as portas das suas casas durante o Círio!

Mais que culinária, o almoço é o momento de realizar o balanço do ciclo anual. E, também, de planejar o próximo ano: em quais eventos se irá participar, de onde vai se

acompanhar a procissão, com quem se irá. Ou seja, termina um Círio e já começa a preparação para o seguinte.

Nas conversas vem à mente um mosaico de vivências e memórias (Figura 7). Os vários cortejos animados, como o do Arrastão do Pavulagem; os pés descalços; a Berlinda como que flutuando na multidão; os ex-votos dos romeiros; as performances do Auto do Círio; os apelos dos fiéis; o empurra-empurra do comércio no tradicional Mercado do Ver-o-Peso; a Moto Romaria; a resistência e persistência de quem conseguiu segurar a corda.

A multiplicidade de eventos no contexto do Círio de Nazaré torna a festa religiosa ainda mais atraente e fascinante. Dentre a extensa programação, o Auto do Círio e a Festa da Chiquita se destacam, pois sintetizam ações de luta em prol da diversidade por meio de arte e de festa.

Apesar de ser um evento calcado no catolicismo, o Círio foi absorvendo a diversidade cultural e social brasileira. Criando diferentes facetas, tradições e crenças. Assimilando quem, no dia a dia, é invisibilizado pela sociedade.

As águas, ruas e encruzilhadas de Belém tornam-se ainda mais atrativas quando tomadas pelas multidões. Sua paisagem fica mais emblemática. Receptáculo de memórias e histórias, de velhas e de novas narrativas. A cidade torna-se encontro de caminhos.

É possível sentir a energia das ruas e, apesar das exaustivas jornadas da intensa programação, há o sentimento de renovação, vitalidade e de inserção em uma linha do tempo ancorada no passado, vivenciada no presente e que, certamente, vai se manter no futuro. A devoção perpassa o tempo, pois se trata da “Maria das procissões / Das festas, das romarias / Dos cânticos, da alegria/ Maria de cada noite, Maria de todo dia” (Ladainha de Santo Amaro, 2007). Festa, encontro, fé, identidade.

São alguns poucos dias de outubro, mas, de tão intensos, acabam por marcar o ano todo. Aliás, marcam uma vida.

Até o próximo Círio!



## Referências

ALMEIDA, Ivone Maria Xavier de Amorim. A Corda como espaço de tensões e significações na Festa de Nazaré em Belém do Pará. *Fênix* (UFU. Online), v. 11, pp. 01-21, 2014. Disponível em <https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/599>. Acesso em 12 junho 2024.

ALVES, Isidoro. A festiva devoção no Círio de Nossa Senhora de Nazaré. *Estudos Avançados da Universidade de São Paulo*, 19 (54), 2005. pp. 315-332. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10083>. Acesso em 12 junho 2024.

ALVES, Isidoro. *O carnaval devoto: um estudo sobre a festa de Nazaré, em Belém*. Petrópolis. Editora Vozes, 1980.

BASÍLICA DE NAZARÉ. Basílica Santuário de Nazaré. *50 anos Nossa Senhora de Nazaré recebe honras de chefe de estado*. Disponível em <https://basilicadenazare.com.br/ha-50-anos-nossa-senhora-de-nazare-recebe-honras-de-chefe-de-estado>. Acesso em 12 junho 2024.

BRIGIDA, Miguel Santa. O Auto do Círio - festa, fé e espetacularidade. *Textos Escolhidos de Cultura e Arte Populares* (Impresso), v. 5, pp. 35-47, 2008. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/tecap/article/view/12596>. Acesso em 12 junho 2024.

CALVINO, Italo. *Os amores difíceis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CHAGAS JÚNIOR, Edgar Monteiro. *Pelas ruas de Belém: produção de sentido e dinâmica cultural nos Arrastões do Pavulagem em Belém do Pará*. Tese (Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia). Belém (UFPA), 2016. Disponível em <https://www.repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/9057>. Acesso em 12 junho 2024.

COSTA, Antônio Maurício Dias da. A Festa dentro da Festa: recorrências do modelo festivo do circuito bregueiro no Círio de Nazaré em Belém do Pará. *Campos* (UFPR), v. 07, pp. 83-100, 2006. Disponível em <https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/7441>. Acesso em 12 junho 2024.

*Festa do Círio de Nazaré*. Compositores Aderbal Moreira, Dário Marciano, Esmera. In *Sambas de Enredo das Escolas de Samba do Grupo 1, Carnaval 1975 do Rio de Janeiro, 1975*.

IPHAN. *Círio de Nazaré (Dossiê Iphan)*. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2006. Disponível em [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatImDos\\_Cirio\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatImDos_Cirio_m.pdf). Acesso em 12 junho 2024.

*Ladainha de Santo Amaro*. Compositora Mabel Velloso. In *Cânticos, Preces e Súplicas à Senhora dos Jardins do Céu na Voz de Maria Bethânia, Maria Bethânia, 2007*.

MOREIRA, Eidorfe. *Visão geo-social do Círio*. Belém: Universidade Federal do Pará, Imprensa Universitária, 1971.

MOREIRA, Francisco Edilberto Barbosa. *Três vestidos fazem para se apresentar: um estudo sobre o vestir no espetáculo O Auto do Círio*. Belém. Dissertação (Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Artes). Belém (UFPA), 2012. Disponível em <https://repositorio.ufpa.br/handle/2011/7620>. Acesso em 12 junho 2024.

*Namastê: a Estrela que habita em mim, saúda a que existe em você*. Compositores Alex Saraíça, Altay Veloso, Carlinhos da Chácara, Denilson do Rozário, J. Giovanni, Léo Peres, Paulo Cesar Feital, Zé Glória. In *Sambas de Enredo das Escolas de Samba do Rio de Janeiro 2018, 2017*.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História PUC/SP*, dez. 10. 1993, pp. 7-28. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em 12 junho 2024.

OLIVEIRA, Christian Dennys Monteiro de. Matergrafia e patrimônio: Santuários Marianos como espaço simbólico e vetorial da Latinidade. *Ateliê geográfico* (UFG). V. 12, p. 170-194, 2018. Disponível em <https://revistas.ufg.br/ateliê/article/view/47188>. Acesso em 12 junho 2024.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo, Edusp, 2006.

SILVA, José Maria da. Festa, devoção e identidades no Círio de Nazaré em Belém (Pará). *Estudos Teológicos*. v. 61, pp. 158-171-171, 2021. Disponível em [https://revistas.est.edu.br/periodicos\\_novo/index.php/ET/article/view/775](https://revistas.est.edu.br/periodicos_novo/index.php/ET/article/view/775). Acesso em 12 junho 2024.

SOARES, Eduardo Oliveira. Nossa Senhora de Guadalupe e de Aparecida, rogai por nós e por nossas narrativas. *Arquitextos*, São Paulo, ano 24, n. 285.01, Vitruvius, fev. 2024. Disponível em <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/24.285/8966>. Acesso em 12 junho 2024.

*Tatalondirá - O Canto do Caboclo no Quilombo de Caxias*. Compositores Dere, Rafael Ribeiro, Robson Moratelli, Toni Vietnã. In *Sambas de Enredo das Escolas de Samba do Rio de Janeiro 2020, 2019*.

TRÓI, Marcelo de. Artivismos, religiosidades, *the mônias* e *ecodrags*: notas sobre corpos dissidentes no Pará. *Revista Vazantes*, v. 03, p. 76-94, 2019. Disponível em <http://www.periodicos.ufc.br/vazantes/article/view/42255>. Acesso em 12 junho 2024.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. *Patrimônio Mundial no Brasil*. Disponível em <https://www.unesco.org/pt/node/108110>. Acesso em 12 junho 2024.

*Vi Mamãe Oxum na Cachoeira*. Compositor (autoria popular). In *Santo de Casa*. Mariene de Castro, 2010.

*Vós Sois o Lírio Mimoso*. Compositor Euclides Faria. In *Outras Caras*, Leila Pinheiro, 1991.

*Zouk da Naza*. Compositor Almir Gabriel. In *Na Boca do Peixe*, Almirzinho Gabriel, 2003.

# A CIDADE EDUCADORA E AS DIFERENÇAS DE SEXO, SEXUALIDADE E GÊNERO

## THE EDUCATOR CITY AND THE DIFFERENCES OF SEX, SEXUALITY AND GENDER

Rodrigo da Silva Vital<sup>1</sup> e Letícia Moreira Rocha<sup>2</sup>

### Resumo

Considerando as ideias de cidade educadora, o presente estudo é um ensaio crítico que problematiza as relações educativas entre as cidades e os sujeitos que habitam, sobretudo no contexto da diversidade e/ou das diferenças de sexo, sexualidade e gênero. Para isso, nós fizemos uma análise argumentativa-interpretativa de uma pesquisa empírica, realizada em 2022 e que produziu conhecimentos sobre a relação das e dos estudantes LGBTI+ com/nas cidades, considerando a produção teórica de Michel de Certeau — os usos que os sujeitos fazem da/na cidade no cotidiano. Compreendendo que as relações com/no lugar ou cidade incide nas experiências de si das/dos estudantes LGBTI+, surge a hipótese de que toda cidade educa - uma educação que pode reforçar ou transformar a relação cidade-cisheteronormatividade sobre a inclusão-exclusão na urbanidade das pessoas LGBTI+.

Palavras-chave: cidade educadora, educação, LGBTI+, urbanismo, diversidade.

### Abstract

*Considering the ideas of the educator city, this study is a critical essay that problematizes the educational relationships between cities and the subjects that inhabit them, particularly the context of diversity and/or differences in sex, sexuality and gender. To this end, we conducted an argumentative-interpretative analysis of an empirical research carried out in 2022, which produced knowledge about the relationship of LGBTI+ students with/in cities, considering the theoretical production of Michel de Certeau — the uses that subjects make of/in the city in daily life. Understanding that the relationships with/in the place or city affect the self-experiences of LGBTI+ students, the hypothesis arises that every city educates - an education that can reinforce or transform the city-cis heteronormativity relationship regarding the inclusion-exclusion of LGBTI+ people in urban environments.*

*Keywords: educator city, education, LGBTI+, urbanism, diversity.*

### Introdução

A ideia de cidade educadora tem importância, sobretudo na atualidade. Ela se refere aos processos educadores que acontecem e/ou podem acontecer nas e pelas relações com/nas cidades. Nesse contexto, a educação é restrita às famílias ou instituições de ensino — escolas e universidades. Ou seja, embora o ocidente legitima as categorias *família* e *instituição de ensino* como os lugares *oficiais* da educação, esses lugares têm relações com/nas cidades que, por isso, podem influenciar a própria concepção de educação, família, escola e universidade.

Assim, entendemos que as cidades educadoras (re)produzem os movimentos que podem formar, deformar e/ou transformar os sujeitos habitantes, bem como a cultura cidadina, considerando as relações das pessoas com/nos lugares da cidade que, portanto, é um lugar-espço que (re)inventado e é (re)inventado com/nas aprendizagens pela vida em comum — a vida cidadina.

A tese da cidade educadora encontra eco, sobretudo, em quem habita sem o acesso à família e/ou às instituições de ensino — é nas *ruas da cidade* que essas pessoas aprendem, constroem conhecimentos sobre si, sobre os outros e sobre as cidades — as funções educativas da vida social. Muitas vezes, as *ruas da cidade* são o único espaço educativo, por exemplo, das pessoas em situação de rua - habitantes em vulnerabilidade social extrema e que vivem, nas cidades, a máxima da exclusão.

Contudo, a noção de cidade educadora não implica num processo educativo único, ideal, padronizado ou utópico, nem traz um modelo ou método efetivo a ser seguido. A própria complexidade de viver com/nas cidades revela que as relações educativas com/nas cidades são diversas e não necessariamente efetivas ou inclusivas. Falar das cidades educadoras, então, é falar dos diferentes processos educativos que acontecem ou podem acontecer numa única cidade, considerando as diferenças sociais de quem habita.

Nesse sentido, nós entendemos que as pessoas são produtoras das cidades — os seus corpos dão formas à cidade. Por isso, pensar na cidade diversa também é pensar nos diversos corpos que habitam, já que:

A cidade é mesmo uma questão de corpo, desse corpo individual que sai de si próprio para se aventurar dentro de um corpo coletivo e mental onde se expõe a outros. (...) a cidade é um espaço que torna possível as experiências urbanas que nunca são consumadas, acabadas ou totalizáveis (Mongin, 2009, p.38).

Continuando, os processos educativos com/nas cidades têm duas dimensões: a dimensão hegemônica, as formas *oficiais* de entender, interpretar e aprender com/nas cidades; e a dimensão ordinária que, apesar de ser interpelada por hegemônias que ordenam a cidade, funciona para além desta — são os entendimentos/usos das/nas cidades que não atendem às formas *oficiais*.

Nesse sentido, a hegemonia tem a ver com os valores normativos ou convenções sociais dominantes que regulam a própria noção de cidade, e os modos de habitá-la, praticá-la. Uma hegemonia que, assim, influencia a percepção sobre os modos de vida cidadina, quais são legítimos e quais não são, com a dimensão ordinária surgindo da diversidade e/ou diferenças que constituem a urbanidade.

Ou seja, o jogo entre as formas *oficiais* e *não oficiais* de viver, interpretar, entender e praticar com/nas cidades se dá com as diferenças entre quem habita; diferenças

<sup>1</sup> Professor adjunto do Departamento de Fundamentos da Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas (UFPEl/2024). Doutor em Educação em Ciências (FURG/2022). Mestre em Educação e Tecnologia (IFSul/2018) e Terapeuta Ocupacional pela Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional (UFMG/2011).

<sup>2</sup> Diretora de Planejamento e Acompanhamento da Urbanização Plena na Subsecretaria de Habitação da Prefeitura Municipal de Contagem e Arquiteta e Urbanista pela Escola de Arquitetura (UFMG/2022).



que influenciam o tipo de (não) acesso com/nas cidades, tal como os recursos de educação. Por isso, nós precisamos compreender as ideias de cidade educadora, também, na lógica das diferenças na habitação, no (não) acesso, já que os diferentes sujeitos podem ter diferentes (não) acessos nos processos educativos numa mesma cidade.

Nessa hipótese, não existe uma cidade educadora absoluta, mas diferentes *cidades educadoras* para as diferentes pessoas que (con)vivem no mesmo território. A exemplo das pessoas negras e brancas, ricas e pobres, mulheres e homens, hetero e homossexuais que, sob essas diferenças, têm diferentes (não) acessos aos processos educativos com/nas cidades, considerando os impactos sociourbanos do racismo, da classe social, do machismo e da homofobia.

Baseada nos Direitos Humanos, a Carta das Cidades Educadoras — documento oficial da Associação Internacional de Cidades Educadoras, a AICE, reitera que as cidades são agentes educativos permanentes e plurais, capazes de potencializar a transformação social (AICE, 2020). Assim, a perspectiva idealizada da cidade educadora transcende as paredes da escola, já que a educação está presente em toda a cidade que, logo, pode ser transformada em um espaço de respeito à vida, à diversidade (AICE, 2020).

Contudo, quando nós analisamos a materialidade da vida com/nas cidades ocidentais atuais, nós percebemos que são as hegemonias e normatividades que ordenam/regulam a vida urbana<sup>3</sup>, podendo hierarquizar as diferenças na diversidade com/nas cidades. Como exemplo, vemos a discriminação/exclusão dos sujeitos cuja historicidade étnica, identidade e/ou modo de vida são percebidos, na vida urbana, como não legítimos. Ou seja, os sujeitos cuja diferença desenfoca as hegemonias/normatividades sociais não encontram a mesma cidade educadora dos sujeitos que atendem tais hegemonias e normatividades.

Esse funcionamento pode ser oculto, interdito nos planos diretores que orientam as regras e estratégias de desenvolvimento do território urbano (Decarli; Filho, 2008). Ou seja, a lógica social que subordina as diferenças de quem habita a cidade, de alguma forma, interpela os planos diretores, impedindo que esses planos acolham e atendam a diversidade que habita a cidade — o que vemos, muitas vezes, são ações paliativas, assistencialistas e/ou desconexas da realidade de diferentes habitantes.

Dessa forma, a idealização da cidade educadora concorre com a materialidade da vida com/nas cidades, sobretudo quando nós analisamos a relação das diferenças sociais e as hegemonias/normatividades que ordenam e regulam a vida com/nas cidades. Assim, as pessoas que precisam habitar uma cidade sem o reconhecimento *oficial* e prático das suas diferenças, geralmente, são marginalizadas — são as pessoas relegadas à margem do urbano nos processos de marginalização da vida com/nas cidades.

Mas não se trata de uma marginalidade geográfica, somente: os processos de marginalização também são simbólicos e acometem os sujeitos pelos significados sociais das suas diferenças. Como exemplo, podemos pensar nas pessoas que, tendo um capital financeiro, vivem e/ou (re)produzem as diferenças que significam a ausência de capital social, político e/ou status - essas pessoas podem residir e acessar lugares hipervalorizados na cidade, mas acabam sendo marginalizadas no âmbito simbólico,

<sup>3</sup> No presente estudo, o urbano se refere à ideia de urbanizar, de observar a realidade e a ideiação das cidades que estão em constante transformação. Assim, nós consideramos o urbano como os processos de conformação de uma cidade, nas formas de habitá-la e de como ela nos habita, as formas de como nos relacionamos com os outros e com o mundo, além de como nós partilhamos e (re)produzimos as nossas práticas com/nas cidades (Alves; Guimarães, 2024).

considerando o simbolismo do racismo, da homofobia, transfobia, do capacitismo, do machismo, etc.

São muitos os *eu's*<sup>4</sup> que são marginalizados na vida com/nas cidades, considerando, por exemplo, os valores hegemônicos da arquitetura e do urbanismo com relação às pessoas com deficiência: quando as cidades (re)produzem o capacitismo, a urbanidade dessas pessoas pode ser limitada. Nós podemos pensar, também, na produção simbólica sobre a vida das pessoas LGBTI+<sup>5</sup>, em como esse simbólico, sendo cisheteronormativo, limita a sua experiência de si, a exemplo de travestis e transexuais que, ainda hoje, precisam reivindicar o direito de usar o banheiro público sendo quem são.

Destarte, é disso que o presente estudo trata: de como as relações educativas com/nas cidades podem interpelar a vida dos sujeitos que, habitando, aprendem sobre si e sobre os outros, considerando a diversidade e/ou diferenças, sobretudo as de sexo, sexualidade e gênero. Para isso, nós propomos a discussão das relações das pessoas LGBTI+ com/nas cidades, considerando como essas cidades formam, deformam e/ou transformam no contexto da educação<sup>6</sup>.

## Metodologia

O presente ensaio faz uma reflexão crítica sobre a relação da diversidade e/ou diferenças com/nas cidades, sobretudo as diferenças de sexo, sexualidade e gênero, considerando as ideias de cidade educadora — processos educativos que emergem da relação com/nas cidades, uma relação cidade-aprendizagem que, ora acolhe e inclui diferentes habitantes, ora reforça e/ou promove os padrões normativos que servem à marginalização segundo as diferenças.

O ensaio acadêmico se aproxima dos estudos do gênero literário, mas ele conserva determinados padrões (Paviani, 2009) acadêmicos e/ou científicos, considerando o compromisso ético na produção de conhecimento sobre o tema explorado. Já do ponto de vista filosófico, o ensaio expõe quem escreve a riscos, pois explicita o seu ponto de vista, apesar de que a sua produção se dá com outras vozes e/ou perspectivas (Fischer, 2009).

Nesse sentido, o presente ensaio utilizou as vozes e/ou perspectivas de uma pesquisa empírica, realizada em 2022, e que produziu conhecimento sobre a relação das pessoas LGBTI+ com/nas cidades — a pesquisa explorou as práticas sociopessoais de estudantes gays de uma universidade pública, do interior do Rio Grande do Sul, evidenciando a relação dessas práticas com os lugares/cidades com as suas diferenças de sexo, sexualidade e gênero (Vital, 2022).

O presente ensaio considerou as informações do estado de conhecimento feito sobre o tema, elaborado pela pesquisa, a partir do seu subcapítulo intitulado “A dimensão

<sup>4</sup> Aqui, nos referimos à perspectiva sociológica do eu, na qual o eu é visto como uma produção reflexiva de si, como algo que surge com o conjunto das narrativas (GIDDENS, 2002) que nós produzimos e que os outros produzem sobre a gente (Vital, 2022).

<sup>5</sup> A sigla LGBTI+ se refere às pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersexuais e demais formas de expressar e/ou de existir que se diferem dos modos normativos de sexo, sexualidade e gênero, como é o caso da cisgêneridade e da heterossexualidade.

<sup>6</sup> Nós partimos do conceito de educação como sendo os processos de ensino e de aprendizagem das técnicas culturais (as formas de usar, de produzir e de se comportar) com as quais um grupo pode satisfazer as suas necessidades, se proteger da hostilidade do ambiente físico e biológico e/ou trabalhar em conjunto (Abbagnano, 2007).

territorial nas práticas de estudantes LGBTI+” (Vital, 2022) e que discutiu, também, a relação de estudantes LGBTI+ com as cidades.

A partir disso, construímos uma análise interpretativa, triangulando as informações da pesquisa com as ideias de cidade educadora e a produção teórica de Michel de Certeau, considerando o sujeito ordinário e os usos que estes fazem com/das cidades, segundo o livro “*A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer*” (Certeau, 2013).

Assim, o presente ensaio pode ser entendido como um estudo teórico, mas que se apoiou numa pesquisa empírica, considerando a revisão de outros trabalhos relacionados — o estado de conhecimento sobre o tema<sup>7</sup>. Dessa forma, a discussão que nós propomos, aqui, não é generalizável a todas e quaisquer pessoas LGBTI+, assim como não é a todas e quaisquer cidades, se limitando à visibilidade de temas e problemas que são pouco explorados, sobretudo nas pesquisas acadêmicas nas áreas de arquitetura, urbanismo e educação.

### Teorização

A cidade é um lugar-espço. É lugar porque é organizada com regras e convenções. É espaço porque sedia diversas práticas sociopessoais que, não necessariamente, atendem essas regras e convenções — elas podem atender as necessidades de quem habita que, por algum motivo, descontra as formas *oficiais* de ser e estar na cidade.

A reoriginalização do mundo colonizado produz as novas categorias com as quais observamos, classificamos e narramos o presente com relação ao passado (Segato, 2019). É a partir do entendimento histórico que podemos compreender a organização social com que vivemos a relação do normal com os outros:

Na transição para a colonial-modernidade, a dualidade se transforma em binarismo (...) o sujeito universal, ícone do “normal” e (...) suas anomalias. A mulher passa a ser o outro do homem, da mesma forma que o negro e o índio serão vistos como o outro do branco, as sexualidades LGTTTIQ+ como o outro da sexualidade heteronormativa – e toda diferença será vista em relação ao “normal”, porque estamos no mundo do um e suas anomalias (Segato, 2019, p.5).

Assim, lugar e espaço também são fenômenos humanos, com o lugar se referindo à organização moral, das leis, convenções e tradições - ele se organiza com um sistema de regras e valores que estruturam e conduzem a vida social no território, tendendo a manter, repetir e valorizar a cultura dominante (Certeau, 2013). Por isso, a cidade — enquanto lugar — mantém e reitera as hegemonias e normatividades que fundam as concepções dominantes na vida com/nas cidades. Trata-se de uma cidade-lugar que, sendo normativa, desvaloriza, vulnerabiliza e marginaliza as formas não normativas de ser, estar e habitar.

<sup>7</sup> Os estudos do tipo estado de conhecimento são aqueles que fazem o levantamento de informações sobre um determinado assunto a partir de uma única fonte (Ramanowsk; Ens, 2006). No caso da pesquisa utilizada, esse levantamento aconteceu no repositório de teses e dissertações da CAPES, sendo realizado no ano de 2021 e utilizando o termo ‘gay’ como único descritor de busca, resultando em 1.361 publicações que, após seleção criteriosa, levou às sete publicações utilizadas na análise - cinco teses e duas dissertações (Vital, 2022).

Mas como o lugar sedia todas as práticas sociais — o lugar-espço — as hegemonias e normatividades fomentam a precarização e/ou exclusão de diferentes habitantes, mas isso não impede a coexistência das formas não hegemônicas e, portanto, diferentes; nós falamos das práticas com/nas cidades que se afastam dos valores normativos, genéricos, se aproximando das necessidades e/ou valores específicos ou singulares.

Atualmente, nós percebemos que as cidades ainda são pensadas, majoritariamente, com os padrões de quem habita com privilégios e que, assim, atuam na manutenção dos seus privilégios que de outra forma seriam ameaçados. Isso se expressa, por exemplo, quando a cidade é pensada sem discutir os privilégios da branquitude e/ou de qualquer categoria privilegiada (Bento, 2002) - se (re)produz um silêncio que serve à proteção de interesses ou privilégios (Bento, 2002).

Nessa lógica, as noções dominantes de cidade — a cidade-lugar — trazem a moral e as ideologias político-partidárias que delimitam, fomentam e controlam os planos de desenvolvimento, assim como a regulação da vida com/nas cidades, (re)produzindo os movimentos que legitimam e normatizam os modos de habitar dominantes que, assim, são reconhecidos no projeto urbano *oficial*, ao contrário dos sujeitos que vivem e/ou reproduzem as diferenças não normativas e que, assim, não são reconhecidos e/ou são excluídos desse plano.

Estes sujeitos correspondem à diversidade que habita as cidades, possuindo os marcadores sociais da diferença que significam a ausência de domínio e/ou de privilégios na organização/condução dessas cidades. São as diferenças sociais não normativas que constituem a diversidade étnica, de raça, gênero, orientação sexual, etc.; diferenças que não correspondem às hegemonias e normatividades e, por isso, são subestimadas ou apagadas no projeto urbanístico fundado no eurocentrismo — Norte Global, na branquitude, no androcentrismo e na cisheteronormatividade<sup>8</sup>.

Isso não significa que os sujeitos que habitam com e pela diferença social não normativa estão submetidos a todo o tempo e em todos os lugares da/na cidade: sem o poder de intervir no plano urbanístico *oficial*, eles podem inventar as formas de contornar e/ou burlar as regras ou convenções fundadas nas hegemonias e normatividades que regulam as cidades. Eles fazem isso (re)inventando os espaços de prática — a criação da cidade-espço, manipulando a maneira de entender e usar a cidade, de modo que esse entendimento e uso favoreçam as suas necessidades específicas e/ou singulares frente às necessidades *oficiais* com/nas cidades.

A cidade-espço é produzida com/no cotidiano, ficando evidente nas *manobras* de quem habita sem que as suas necessidades sociourbanas, mais imediatas, estejam contempladas no projeto *oficial* da cidade. Desse modo, a cidade-espço tem a ver com tudo aquilo que as pessoas realmente entendem e fazem com/nas cidades, trata-se do espaço que abriga diversas práticas e que, apesar de receber a influência do lugar — suas hegemonias e normatividades — não se limita às determinações e convenções que organizam e regulam a vida com/nas cidades.

Assim, a cidade-espço emerge entre o dizer e o fazer (Certeau, 2013), permitindo *aquilo* que não foi incluído no plano *oficial* das cidades, tal como a vida com as diferenças não normativas que foram excluídas desse plano. É no ato de (re)inventar

<sup>8</sup> A cisheteronormatividade tem a ver com o androcentrismo colonial e sociocultural, utilizando os valores hegemônicos da categoria de homem cisgênero, heterossexual e europeu na produção simbólica e material que estrutura e ordena a vida social com/nas cidades hoje, refutando e excluindo qualquer modo de existir e expressar que não atendem as determinações da cisgeneridade e da heterossexualidade nas relações humanas com o mundo.



o espaço das práticas que os diferentes sujeitos habitam com e pela diversidade e/ou diferenças. Ou seja, a cidade-espaço oportuniza alguma urbanidade a quem não tem poder e/ou acesso no urbanismo, na ordenação urbana “oficial” das cidades - é o caso dos sujeitos que habitam com e pelas diferenças não normativas de sexo, sexualidade e gênero — lésbicas, gays, travestis, transexuais, intersexuais, etc., que habitam uma cidade cisheteronormativa.

A (re)invenção dos espaços de prática com/nas cidades tem a ver com a maneira de usá-la; usos que não se limitam à materialidade, mas que também alcançam o simbólico ou têm a combinação das duas formas — são os usos que alteram a materialidade e o significado *daquilo* que usamos. Como exemplo da (re)invenção de um uso concreto, imaginemos o gramado de uma praça: mesmo com a placa de *não pise na grama*, surge uma trilha de terra, um caminho do desejo, diferente da passagem *oficial* que foi destinada a pedestres.

Embora *não oficial*, o caminho de terra permite o atalho, diminui a distância percorrida de uma forma conveniente, considerando as necessidades ou a pressa de quem passa por ali, tal como trabalhadoras e trabalhadores que atravessam a praça no tempo limitado do horário de almoço. Com isso, se (re)inventa a forma de usar/transitar na praça, alterando a materialidade — a construção de um caminho de terra não previsto no projeto *oficial* da praça/cidade.

Da (re)invenção do uso simbólico, imaginemos as normatividades de sexo, sexualidade e gênero. Do ponto de vista urbano, um banheiro público tem funções convencionais — é um lugar de higiene pessoal e/ou de dejetos como urina e fezes. Contudo, as necessidades de homens que fazem sexo com homens, no contexto de uma cidade cisheteronormativa, os usos do banheiro e os seus significados podem ser (re)inventados: o banheiro passa a ser, também, um meio de (auto)realização desses homens que, de outra forma, não poderiam praticar o homoerotismo.

Até então, as cidades não consentem o ato sexual nos banheiros públicos; há, inclusive, a previsão de crime por importunação sexual — o que evidencia as regulações normativas sobre o uso de banheiro público. Porém, a regulação não impede a prática sexual nos banheiros, a exemplo de homens que fazem sexo com homens. O risco criminal parece menor do que o risco desses homens serem vistos, socialmente, como gays no contexto da cidade cisheteronormativa — isso arriscaria o seu casamento com mulheres, a sua relação com filhas/filhos, o emprego, a validação social da sua masculinidade, etc.

A (re)invenção simbólica sobre o uso do banheiro permite que esses homens realizem os seus desejos, as suas necessidades, sem perder os privilégios cisheteronormativos da vida com/nas cidades. Ou seja, eles fazem sexo com outros homens, mas mantêm a imagem pública de homem heterossexual. Assim, eles criam um espaço de prática sexual não normativa, o sexo entre homens, dentro do lugar de uso normativo — o banheiro público — sem, no entanto, alterar a materialidade deste.

É no meio do jogo das diferenças com as normatividades que as ideias de cidade educadora se aproximam das realidades sociourbanas atuais, da diversidade que habita. Mas se a relação com/nas cidades pode educar, ela o faz, também, em prol das hegemonias e normatividades que vulnerabilizam ou excluem quem é diferente. Essa (des)educação aparece, por exemplo, na marginalidade do sexo entre homens que, não sendo reconhecido no projeto *oficial* da cidade, confere risco em habitar os lugares *oficiais* — se esses homens usam o motel, um lugar oficial para o sexo, arriscam serem vistos como gays; se usam o banheiro público, correm risco criminal.

Ou seja, essa (des)educação aparece na ausência de recursos destinados à diversidade que, de muitas formas, habita as cidades. As cidades educadoras podem ser, assim, um problema social — e não uma solução. Elas podem (re)produzir uma educação que reforça e/ou promove as formas de habitar/ocupar que oprimem e excluem as práticas que não atendem às hegemonias e normatividades na vida com/nas cidades.

Por isso, as pessoas da/na cidade podem ser (des)educadas com fins de (re)produzir as normatividades e combater a diversidade e/ou diferenças — é a educação com/nas cidades para e pelo o racismo, machismo, homofobia, transfobia e etc. Dessa forma, quando as cidades são reguladas sob a branquitude, o colonialismo, a cisheteronormatividade, a misoginia e o capacitismo, por exemplo, elas podem educar desumanizando, marginalizando e até aniquilando as pessoas negras, indígenas, LGBTI+, mulheres, pessoas com deficiência, dentre outras categorias que são urbanamente vulneráveis.

É por isso que a educação inclusiva é o primeiro princípio da cidade educadora proposta pela AICE, tendo em vista a necessidade de considerar a diversidade nos processos educativos com/nas cidades:

Todas as pessoas que habitam a cidade terão direito a usufruir, em condições de igualdade e liberdade, dos meios e oportunidades de formação (...) e para que isso seja possível, é preciso ter em conta todos os grupos, com as suas necessidades específicas. O governo e a administração municipal implementarão políticas destinadas a remover obstáculos de qualquer natureza que prejudiquem o direito à igualdade e à não discriminação (AICE, 2020, p.10).

Contudo, considerar as necessidades específicas ou singulares entre as necessidades comuns, coletivas e/ou *oficiais* da vida com/nas cidades desafia a promoção de uma cidade inclusiva, sobretudo no âmbito do plano diretor e/ou das políticas públicas. Nesse contexto, questionamos como as necessidades específicas e/ou singulares das pessoas com deficiência, das pessoas negras, LGBTI+ e/ou mulheres (não) são consideradas na organização/ordenação das cidades.

Sabemos que essas necessidades específicas/singulares ultrapassam o âmbito da vida material e/ou assistencial — não se trata dos meios de subsistência com/nas cidades, apenas. Essas necessidades têm um âmbito simbólico, sociourbano-culturais; âmbito que é fundamental na identificação dessas pessoas com o lugar, na criação do seu vínculo e/ou pertencimento com/no território — a produção simbólica catalisa a (não) autopercepção dos sujeitos que habitam como parte da cidade. Nessa perspectiva, sem os símbolos necessários à inclusão com/na diversidade, as diferentes pessoas não se vinculam com/no lugar.

Como exemplo, pensemos na iluminação urbana e sua suposta relação com a segurança das mulheres. No contexto da segurança pública, a iluminação das ruas é importante, sobretudo na urbanidade das mulheres que, ao serem mulheres, se tornam vulneráveis à violência sexual — em 2023, o Brasil teve cerca de 822 mil casos de estupro; o que equivale a dois estupros por minuto (Brasil, 2023).

Mas se garantir a iluminação das ruas é fundamental ao combate da violência das mulheres, iluminação resolve as necessidades de segurança pública das mulheres com/nas cidades? É provável que não. Trata-se de uma complexidade que conduz o raciocínio sobre as cidades educadoras, agora sim, como um recurso, método ou ação de transformar a vida com/nas cidades mais segura no contexto inclusivo da diversidade e/ou diferenças de gênero, no caso.

Além da violência e da segurança pública, o estupro sugere uma cultura androcêntrica que, de muitas formas, objetifica e desumaniza a vida das mulheres com/nas cidades. É nessa perspectiva que a cidade educadora pode educar com e pela diversidade, conscientizando sobre a desigualdade de gênero, denunciando a violência que as mulheres sofrem e/ou (re)produzindo aprendizagens sociourbanas para o respeito, a proteção e a inclusão plena das mulheres na vida com/nas cidades.

Quando as cidades não contemplam a diversidade das necessidades sociourbanas, sobretudo as de quem habita com vulnerabilidade social, a educação com/na vida cidadina é *seletiva* — privilegia alguns e negligencia/exclui outros. Nesses casos, a educação com/nas cidades atende às necessidades educacionais das hegemonias e normatividades, marginalizando os diferentes modos de vida não normativos.

Por isso, toda e qualquer cidade educa e, portanto, toda e qualquer cidade é educadora. O que questionamos, aqui, é *para que e para quem* tem servido a educação (re) produzida com/nas cidades. Ou seja, a inovação da cidade educadora não está no conhecimento de que as cidades podem educar, mas em como e para quem elas educam, e em como elas se tornam um recurso de inclusão, de justiça social.

Em outras palavras, a vida com/nas cidades sempre educou ou (re)produziu aprendizagens, com as cidades educadoras tendo sido efetivas, sobretudo, na educação que fomenta a discriminação das diferenças e os privilégios sociais de quem atende às hegemonias e normatividades, a exemplo de homens brancos, burgueses/capitalistas, cristãos, cisgênero, heterossexuais, eurorreferenciados, etc.

Com isso, as cidades educam sob as três operações que constituem o seu funcionamento: a produção de um espaço próprio — há um dentro e um fora da cidade; a presença de um sistema sincrônico — diferentes fenômenos acontecem ao mesmo tempo na mesma cidade; e a criação de um sujeito universal, um modelo de sujeito que baseia as formas hegemônicas e normativas de ocupar e viver com/na cidade — o que hierarquiza as diferentes formas de viver no território urbano (Certeau, 2013).

Assim, a cidade tende a rejeitar tudo aquilo que o seu *projeto oficial* considera intratável, um detrito a ser tratado ou separado, afastado, isolado (Certeau, 2013). Logo, essa visão tende a ser (re)produzida pelas instituições e/ou serviços públicos e privados que trabalham no planejamento e na gestão das cidades.

Nessa lógica, os sujeitos que não atendem ao modelo de sujeito universal que orienta o projeto *oficial* da cidade podem ser submetidos à *correção* — as suas diferenças são vistas como *anormalidades* que ameaçam e/ou prejudicam o funcionamento considerado *normal* da cidade. De outra forma, no lugar da *correção*, esses sujeitos podem ser afastados, isolados e/ou restringidos a lugares físicos — como as ditas favelas ou periferias, e/ou simbólicos — como as travestis e transexuais que, não sendo incluídas no mercado de trabalho, são restringidas à prostituição.

Dentre muitas categorias, destacamos a marginalização territorial e/ou simbólica das pessoas LGBTI+ com/nas cidades: por não atenderem as hegemonias e normatividades de sexo, sexualidade e gênero — a cisheteronormatividade que tem ordenado e regulado a vida cidadina, essas pessoas são percebidas — também, como *anormais* e, portanto, como merecedoras de correção, marginalização e/ou aniquilação.

É evidente como a educação com/nas cidades tem acontecido para e pela cisheteronormatividade, reformando e promovendo a discriminação e exclusão de LGBTI+, bem como a manutenção dos privilégios das pessoas cisgêneras e heterossexuais. Ou seja, a vida com/nas as cidades cisheteronormativas tem educado

com/ensinado a homofobia e a transfobia, significando a diversidade e/ou as diferenças de sexo, sexualidade e gênero como algo a ser evitado, tratado ou combatido — material e/ou simbolicamente.

Dessa forma, a educação (re)produzida com/nas cidades deve ser (re)pensada: a questão não é transformar as cidades em cidades educadoras, visto que todas e quaisquer cidades educam. O que está em jogo, aqui, é compreender os processos educativos que já acontecem com/nas cidades e, com isso, transformá-los na direção dos Direitos Humanos — a cidade educadora como meio e fim da justiça social e da inclusão das diferenças e/ou diversidade no cotidiano urbano.

## Discussão

Embora o urbanismo se dê com os modelos hegemônicos e normativos da vida com/nas cidades — as formas dominantes de ocupá-las, habitá-las e usá-las — as pessoas vão além desses modelos, (re)inventando as suas maneiras de ocupar, habitar e usar as cidades. Essa (re)invenção se dá pelas necessidades e/ou desejos mais imediatos que, por algum motivo, não são reconhecidos/incluídos no projeto *oficial* das cidades.

Quando consideramos o racismo, o sexismo e a relação entre estes, nós vemos que o planejamento das cidades ainda é feito, majoritariamente, por homens brancos, em muitos casos estrangeiros. Isso escancara os problemas sociais, físicos e ambientais com os quais as cidades (não) lidam. Diferente disso, quando as cidades são pensadas de forma mais coletiva, diversa e representativa, nós vemos a mudança de perspectiva nas relações de poder, seja no poder público ou privado.

Contudo, mesmo alijadas dessa participação, parece que as pessoas têm um tipo de saber-fazer com/nas cidades, um saber que, sendo tácito, nem sempre é consciente ou (auto)sabido. Nesse contexto, é esse saber e não o poder que viabiliza a experimentação da vida com/nas cidades pela diversidade e/ou diferenças, considerando o imperativo das hegemonias e normatividades cidadinas.

Ou seja, a diversidade e/ou diferenças não normativas produzem necessidades sociourbanas que, não sendo legitimadas e/ou reconhecidas sob as normatividades, conduzem à (re)invenção das formas de entender e usar as cidades que o projeto urbanístico *oficial* excluiu (Certeau, 2013).

Se as hegemonias e as normatividades da vida com/nas cidades incidem sobre a diversidade e/ou diferenças, as diferentes pessoas são entendidas como um corpo que escapa do que a cidade legítima (Certeau, 2013). Assim, quando as pessoas LGBTI+ não têm o poder de mudar a cisheteronormatividade que interpela as suas vidas no tempo imediato das suas necessidades sociourbanas, elas (re)inventam as formas possíveis de existir com as suas diferenças; o que pode produzir práticas subversivas no contexto das regras e/ou convenções sociourbanas.

Assim, as práticas subversivas das pessoas LGBTI+ são uma alternativa à própria falta de alternativas imposta à diversidade e/ou diferenças na vida com/nas cidades. Contudo, há outros tipos de práticas que, ao invés de confrontar as regras e/ou convenções sociourbanas, acontecem com e pelo simples fato de existir com as diferenças; nem sempre trata-se de lutar e/ou combater, deliberadamente, o efeito das hegemonias e normatividades que ordenam e regulam as cidades. A diversidade e/ou diferenças, por si só, podem ser políticas.



Dessa forma, as diversas pessoas podem (re)agir de muitas formas; o que fazem, muitas vezes, sem deliberar e/ou saber do que fazem e como fazem — é quando o ato de existir ultrapassa a consciência, mas produz efeitos na vida com/nas cidades, embora com pouco ou nenhum poder de transformá-las a curto prazo, pelo menos.

A pesquisa utilizada no presente ensaio (Vital, 2022), ao invés de compreender as opressões, as violências e/ou as formas de resistir ou combatê-las, tentou compreender os saberes e as práticas cotidianas de estudantes LGBTI+, considerando o contexto direto da universidade e, com isso, o contexto indireto da cidade — a relação entre cidade e universidade.

Assim, surgiu o entendimento de que a cidade é um lugar no qual nós podemos (nos) experimentar com e pela diferença, também, apesar das hegemonias e normatividades (re)produzirem efeitos na vida cidadina. Sobre isso, para quem habita sem corresponder aos modos hegemônicos e normativos de habitar, viver com/nas cidades é caminhar por caminhos não *oficiais*, caminhos que não são reconhecidos e/ou legitimados sob o urbanismo cisheteronormativo, no caso das pessoas LGBTI+. Com isso, nós propomos a metáfora dos caminhos errantes: caminhos não *oficiais* com os quais seguimos existindo sem conhecer os trajetos ou os fins; caminhos que percorremos intuindo a direção da existência com as nossas diferenças.

É na *errância* que, muitas vezes, conseguimos existir-caminhar pelas cidades. Ou seja, lidar com as cartografias urbanas nas quais não cabe a diversidade ou diferenças que vivemos e/ou (re)produzimos. Nesse percurso, as pessoas LGBTI+ (re)inventam os usos existenciais das/nas cidades propondo uma outra cartografia, alguma que ofereça as oportunidades de ser, fazer e habitar que não encontram na cartografia *oficial* das cidades.

Desse modo, a falta de legitimidade e/ou reconhecimento sociourbano invisibiliza, apaga e/ou aniquila, mas também potencializa a criação com/na diversidade - é a ambivalência da vida com/nas cidades; uma ambivalência que possibilita as *brechas* ou oportunidades de ser, fazer e habitar com as nossas diferenças mediante às barreiras do racismo, do machismo, da homofobia/transfobia, etc., que invalidam as nossas urbanidades.

Dessa forma, o ato de caminhar errante trata das práticas criativas e até subversivas que corporificam as nossas experiências - as experiências de quem vive sob o risco da discriminação e/ou exclusão. A *errância* metaforiza as tentativas (auto)cartográficas de (re)interpretação e (re)aprendizagem das formas de ser, estar e habitar com/as cidades que, de muitas formas, não reconhecem a legitimidade plena das nossas vidas.

Caminhar se torna um movimento tático, um recurso de perceber as oportunidades de (se) reinventar (n)a vida com/nas cidades, considerando os seus modos que antagonizam com as nossas diferenças, reiterando os lugares de desigualdades racial, machista, homofóbica/transfóbica, capacitista, etc. É com esse caminhar pela cidade que nos conectamos e desconectamos com os diferentes *eu's* que habitam, assim com diferentes lugares, já que caminhar pode ligar, religar e desligar as pessoas com as outras, bem como as pessoas com os lugares (Certeau, 2013).

Nessa perspectiva, a localização das hegemonias e normatividades de sexo, sexualidade e gênero — a cisheteronormatividade — com/nas cidades propõe uma dimensão territorial à violência que as pessoas LGBTI+ sofrem. Ou seja, o tipo e/ou a extensão da discriminação têm a ver, também, com o tamanho e/ou o tipo das cidades onde habitam, se urbano ou rural (Faria, 2018).

Destarte, se o tamanho e/ou tipo da cidade podem influenciar a forma social de perceber e tratar as pessoas LGBTI+ no território, nós temos a hipótese de que o tamanho e/ou o tipo da cidade influencia os sistemas de identificação, classificação e significação das pessoas na vida social, considerando a relação das diferenças que elas vivem e/ou (re)produzem com as hegemonias e normatividades que atravessam a regulação do território.

Nessa hipótese, a mudança de lugar ou cidade pode (re)configurar as relações sociais com que (co)habitamos na vida cidadina. Ou seja, a mudança de cidade interfere nos processos de inclusão e exclusão das pessoas LGBTI+, tal como no caso de estudantes que, ingressando em uma universidade, mudam de cidade e têm a vida social transformada (Faria, 2018).

Estudantes LGBTI+ podem se sentir satisfeitas/satisfeitos de saírem da cidade de origem, se sentindo realizadas/realizados vivendo longe desse lugar, afastadas/afastados da família, de vizinhas/vizinhos e outras pessoas conterrâneas. É como se esse afastamento ampliasse as suas possibilidades de ser, estar e habitar com/na cidade. Nesse contexto, as redes sociopessoais de estudantes LGBTI+, na cidade onde nasceram, dificultam e/ou restringem a experimentação de si com e pelas suas diferenças de sexo, sexualidade e gênero (Vital, 2022).

A partir daí, nós imaginamos como a organização de uma cidade influencia no funcionamento das instituições que constituem a vida cidadina, como a família. Nesse caso, a instituição familiar, muitas vezes, (re)produz a cisheteronormatividade que ordena e regula as cidades, com a mudança de lugar — o afastamento dessa família — podendo viabilizar as práticas de si das pessoas LGBTI+ (Longaray, 2014).

É longe dos olhares reguladores da rede pessoal mais próxima, olhares que atravessam os modelos normativos de família com/nas cidades, que estudantes LGBTI+ ampliam o seu espaço de práticas - o afastando das barreiras que a vida em um lugar, manifestado nas redes pessoais mais próximas, colocam na experimentação de si dessas pessoas. Em outras palavras, uma cidade cisheteronormativa *educa* famílias que, aprendendo esses valores normativos, (re)produzem a homofobia/transfobia com as/os familiares LGBTI+.

Destarte, a distância geográfica entre as cidades de nascimento e atual, a cidade onde estudam, pode qualificar as experiências sociais de estudantes LGBTI+. Essa distância oportuniza mais formas de ser, estar e habitar com/nas cidades. Contudo, no caso das universidades que ficam no interior e/ou nas *regiões rurais*, isso fica estremecido, já que essas regiões, geralmente, tendem ao conservadorismo (Cardoso, 2019), intensificando os valores cisheteronormativos e, com eles, a LGBTfobia<sup>9</sup>.

A suposta diferença das regiões interioranas com os grandes centros urbanos, no contexto de vida das pessoas LGBTI+, pode estar relacionada com o tipo de vigilância que acontece no lugar: enquanto as metrópoles favorecem a vida anônima, mais oportunidades para a vida privada, as regiões menores não favorecem isso (Silverio Junior, 2013 apud Faria, 2018), já que nas cidades pequenas *todo mundo conhece todo mundo e/ou sabe do que todo mundo fez ou faz*

<sup>9</sup> LGBTfobia é toda e qualquer conduta homofóbica ou transfóbica que envolva a aversão odiosa à orientação sexual ou à identidade de gênero de alguém (Gonçalves et al., 2020).

Com relação às pesquisas mencionadas, percebemos um viés amostral, elas investigaram a experiência de estudantes em universidades. Isso impede que as conclusões sejam generalizadas a todas e quaisquer pessoas LGBTI+ ou cidades. Nós sabemos que, no Brasil, o ingresso nas universidades não é universal — as pessoas que ingressam, em sua maioria, têm privilégios sociais.

Assim, as pessoas LGBTI+ que estudam nas universidades podem ter as condições que, provavelmente, as outras pessoas LGBTI+ não têm. Até porque estudantes LGBTI+ podem perceber as universidades como lugares mais permissivos, seguros e abertos à diversidade sobre os outros lugares da cidade (Cardoso, 2019); o que sugere uma relação dos efeitos positivos da mudança de cidade com as universidades.

Mesmo assim, há uma diferença entre as universidades dos grandes centros urbanos com as de lugares menores; lugares cuja percepção da LGBTfobia, nas universidades, parece ser duplicada (Faria, 2018). Apesar disso sugerir que o tipo e/ou o tamanho da cidade incide na vida das pessoas LGBTI+, temos que limitar essa hipótese ao grupo de estudantes — pode ser diferente com os outros grupos de LGBTI+, sobretudo com aqueles que não acessam/permanecem nas universidades.

Por fim, precisamos fazer uma crítica à discussão das ideias de cidade educadora que nós produzimos neste estudo. A análise fez considerações teóricas, conectando *achados* de pesquisas que não investigaram o tema diretamente. Com isso, as reflexões operaram no campo da estimativa ou provocação, podendo não corresponder às realidades mais profundas dos fenômenos educativos com/nas cidades. No mais, como a análise envolveu pesquisas sobre o contexto das universidades, instituições de educação, a separação das categorias *cidade educadora* e *universidade* é pouco explícita; o que limitou a exploração dos fenômenos educativos mais específicos das cidades.

### Considerações finais

Ao refletir sobre as dinâmicas que permeiam a vida urbana no contexto das pessoas LGBTI+, é provável que a relação dessas pessoas com/nas cidades sejam espaços ambivalentes — a relação de LGBTI+ com/nas cidades (re)produzem oportunidades e desafios. A (re)invenção dos espaços de prática com/na vida urbana pode ser fundamental, considerando a necessidade de construir uma (auto)inclusão nas cidades que, ao invés de incluir, excluem.

O estudo destacou como o planejamento urbano, muitas vezes liderado por perspectivas limitadas e excludentes, pode (re)produzir e/ou ampliar as injustiças sociais com relação à diversidade e/ou diferenças sociais não normativas. Assim, as cidades se tornam lugares cuja existência diversa e/ou de diferentes habitantes desafia e até subverte as hegemonias e normatividades.

Assim, as ideias de cidade educadora, tratadas com a devida crítica, são fundamentais à transformação da relação cidade-diversidade, sendo um recurso na qualificação dos valores socioculturais na direção dos Direitos Humanos, da inclusão e da justiça social. Nessa perspectiva, é urgente que os lugares de poder sejam questionados e transformados para que todas as pessoas habitantes vivam com dignidade com as suas identidades e diferenças.

Por fim, este ensaio buscou problematizar as ideias de cidade educadora no contexto da igualdade/equidade, considerando a diversidade e/ou diferenças frente às hegemonias e normatividades que ordenam e regulam a vida com/nas cidades. Com isso, nós queremos olhar para o futuro das cidades, alertando da necessidade de compreender como a concepção/criação de espaços urbanos incidem sobre os diferentes sujeitos, sobretudo os sujeitos desiguais — no sentido da vulnerabilidade sociocultural.

### Referências

ABBAGNANO, Nicola. Educação. In: ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p. 305-306. Disponível em: <<https://marcosfabionuva.com/wp-content/uploads/2012/04/nicola-abbagnano-dicionario-de-filosofia.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2024.

AICE. *Carta das Cidades Educadoras*. Barcelona: Ajuntament de Barcelona, 18 p. 2020. Disponível em: <[https://www.edcities.org/wp-content/uploads/2020/11/PT\\_Carta.pdf](https://www.edcities.org/wp-content/uploads/2020/11/PT_Carta.pdf)>. Acesso em: 30 maio 2024.

ALVES, Manoel Rodrigues; GUIMARÃES, Camila Ferreira. Urbanicizar. In: ROCHA, Eduardo; SANTOS, Taís B (orgs.). *Verbolário da Caminhografia Urbana*. 1 ed. Pelotas: Caseira, 2024. p. 311. Disponível em: <<https://editoracaseira.com/verbolario/>>. Acesso em: 11 jun. 2024.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. *Branqueamento e branquitude no Brasil*. In: Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil / Iray Carone, Maria Aparecida Silva Bento (Organizadoras) Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 25-58. Disponível em: <<https://www.media.ceert.org.br/portal-3/pdf/publicacoes/branqueamento-e-branquitude-no-brasil.pdf>>. Acesso em: 08 maio 2024.

BRASIL. *Brasil tem cerca de 822 mil casos de estupro a cada ano, dois por minuto*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2023. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13541-brasil-tem-cerca-de-822-mil-casos-de-estupro-a-cada-ano-dois-por-minut0>>. Acesso em: 31 de mai. 2024.

CARDOSO, Iuri. *O mundo e o outro mundo: reprodução cultural e produção da diferença em vivências universitárias de estudantes lésbicas, gays e bissexuais na USP*. 2019. 139 f. Dissertação (mestrado em sociologia) – Programa de PósGraduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do Cotidiano: artes de fazer*. 20 ed. Petrópolis: Vozes, 2013. 316 p.

DECARLI, Nairane; FILHO, Paulo Ferrareze. Plano Diretor no Estatuto da Cidade: uma forma de participação social no âmbito da gestão dos interesses públicos. *Senatus*, Brasília, v. 6, n. 1, p. 35-43, Mai. 2008. Disponível em: <[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/131832/Plano\\_diretor\\_estatuto\\_cidade.pdf?sequence=3&isAllowed=y#:~:text=O%20Plano%20Diretor%20ou%20Plano,administrativo%2C%20desejado%20pela%20comunidade%20local.>](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/131832/Plano_diretor_estatuto_cidade.pdf?sequence=3&isAllowed=y#:~:text=O%20Plano%20Diretor%20ou%20Plano,administrativo%2C%20desejado%20pela%20comunidade%20local.>)>. Acesso em: 30 maio 2024.



FARIA, Mateus Aparecido de. *A luta é coletiva, mas a resistência é individual? Violências vivenciadas e estratégias de enfrentamento construídas pela comunidade universitária de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e outras identidades*. 2018. 184 f. Dissertação (mestrado em saúde coletiva) – Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Instituto René Rachou, Belo Horizonte, 2018.

FISCHER, Luís Augusto. *Inteligência com dor – Nelson Rodrigues ensaísta*. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2009. 333 p.

GIDDENS, Anthony. O eu: segurança ontológica e ansiedade existencial. In: GIDDENS, Anthony. *Modernidade e Identidade*. 1 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda., 2002. p. 39-69.

GONÇALVES, Alice Calixto et al. *A Violência LGBTQIA+ no Brasil*. São Paulo: Clínica de Políticas de Diversidade da FGV, 2020. Disponível em: <[https://www.fgv.br/mailling/2020/webnar/DIREITO/Nota\\_Tecnica\\_n.pdf](https://www.fgv.br/mailling/2020/webnar/DIREITO/Nota_Tecnica_n.pdf)>. Acesso em: 08 jan. 2021.

LONGARAY, Deise Azevedo. *A (re)invenção de si: investigando a constituição de sujeitos gays, travestis e transexuais*. 2014. 226 f. Tese (doutorado em educação em ciências) – Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2014.

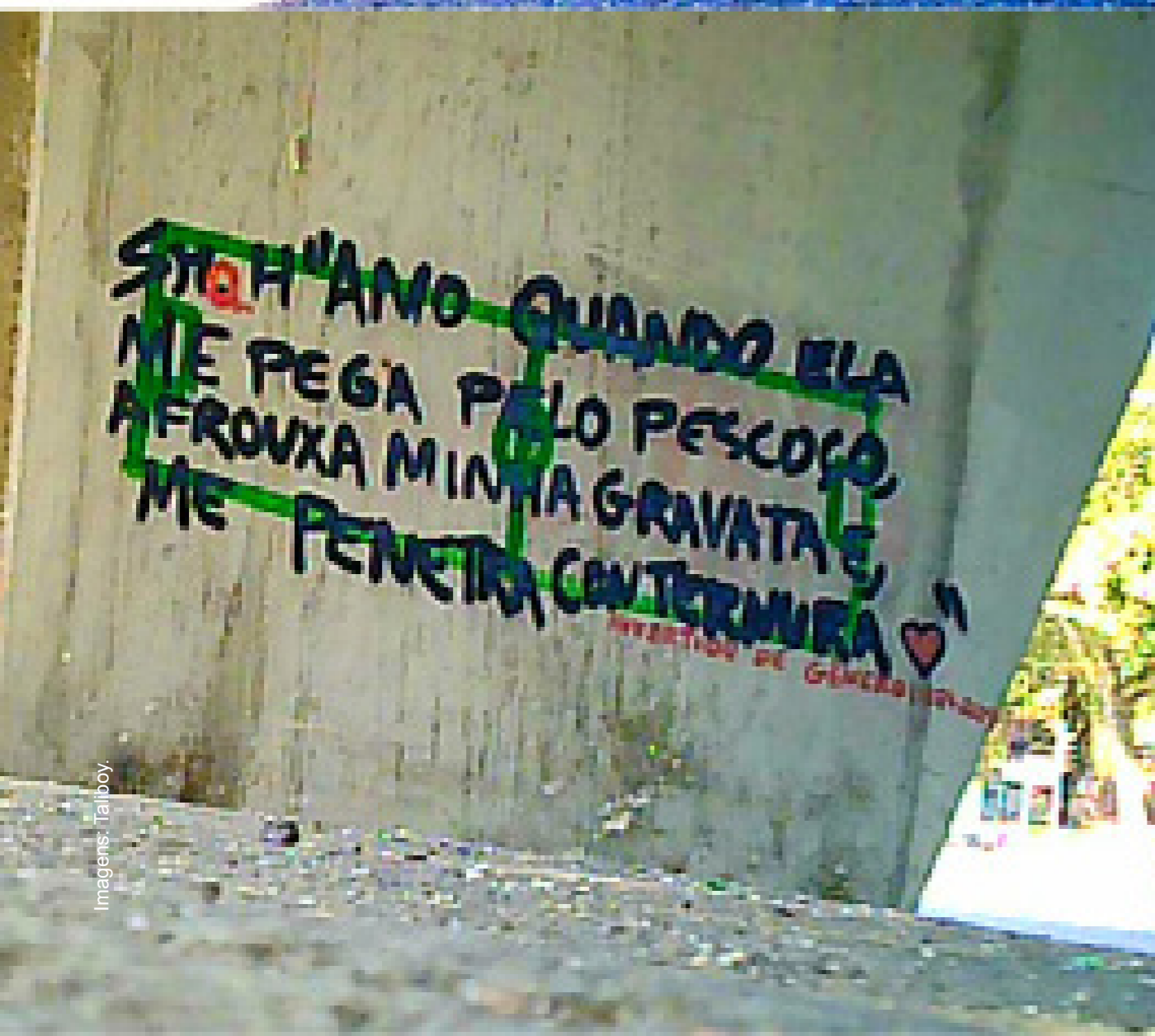
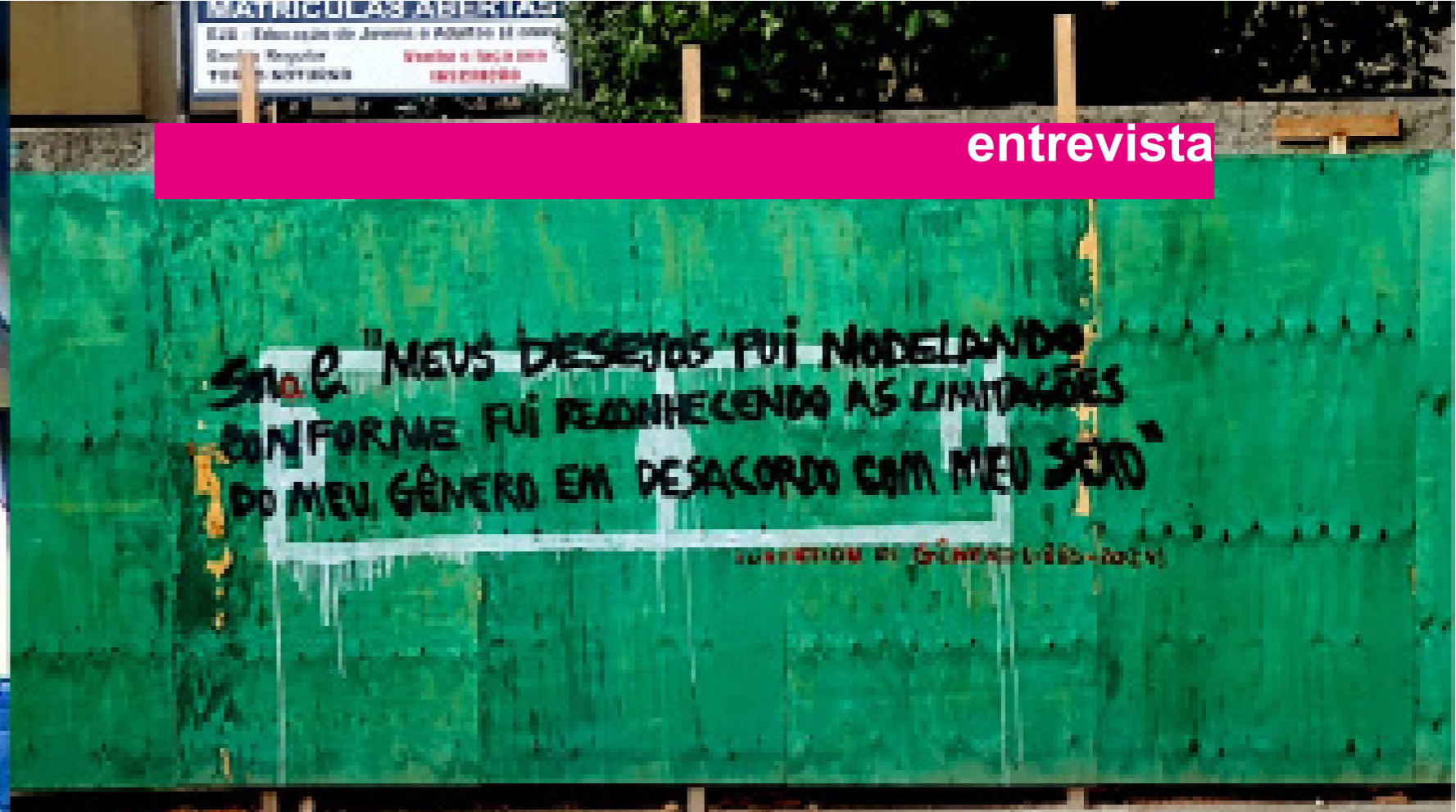
MONGIN, Olivier. *A condição urbana: a cidade na era da globalização*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

PAVIANI, Jayme. O ensaio como gênero textual. In: *Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais: o ensino em foco*. 5, 2009, Caxias do Sul. Disponível em: <<https://www.escrevendoofuturo.org.br/arquivos/65/o-ensaio-como-genero-textual.pdf>>. Acesso em: 31 de mai. 2024.

RAMANOWSK, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. *Diálogo Educ.*, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, Set/Dez, 2006.

SEGATO, Rita. O tempo na obra de Aníbal Quijano. *Revista Cult*, 31 jul.2019. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/o-tempo-na-obra-de-anibal-quijano/>>. Acesso em: 06 abr. 2024.

VITAL, Rodrigo da Silva. *Estudantes Gays, Cotidiano e Universidade: práticas e táticas na experimentação de si*. 204 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências) – Centro de Educação Ambiental, Ciências e Matemática, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2022. Disponível em: <<https://sistemas.furg.br/sistemas/sab/arquivos/bdtd/32875b07e151b2530e7fef37d6b4bc91.pdf>>. Acesso em: 30 de mai. 2024.





## QUANDO OUSAMOS EXISTIR

### Entrevista com Marcio Caetano

**Marcio Caetano<sup>1</sup>, Eduardo Rocha<sup>2</sup> e Taís Beltrame dos Santos<sup>3</sup>**

Em um encontro virtual e atento, conversamos com Márcio Caetano, professor da Universidade Federal de Pelotas, líder do Grupo de Pesquisa Políticas dos corpos, Cotidianos e Currículos (POC's-UFPEL) e Coordenador do Centro de Memórias João Antônio Mascarenhas (UFPEL, UFES & Grupo Arco-Iris-RJ). Márcio é diretor, junto a Cláudio Nascimento, do documentário: “Quando ousamos existir”, que aqui é apresentado desde sua trajetória, desdobramentos e atravessamentos. No diálogo, Márcio apresenta parte de sua experiência de luta, desde as frentes de ativismo no Rio de Janeiro, até as novas perguntas de pesquisa que tem feito junto ao seu grupo de pesquisa na cidade de Pelotas-RS. A entrevista é uma partilha potente, e por que não inquietante, mas principalmente sensível.

#### Entrevistado

Márcio Caetano

#### Entrevistadores

Eduardo Rocha e Taís Beltrame dos Santos

#### Transcrição

Eduardo Rocha

#### Revisão

Taís Beltrame dos Santos

**Edu:** Então, Márcio, deixa eu te contar, antes da gente começar. O disparador da entrevista é o filme “Quando Ousamos Existir”<sup>4</sup>, dirigido por ti e pelo Cláudio Nascimento. Queremos saber um pouco mais sobre o filme, sobre a trajetória do filme, mas a gente também quer conversar sobre outras questões relacionadas ao movimento LGBTQIA+ e alguns trabalhos que a gente vem realizando. Primeiro vou te contar um pouco do contexto.

A entrevista é para um número da revista Píxo. Eu sou editor dessa revista já, há dez anos, mais ou menos. Ela tem números temáticos que vão variando, trata sempre de temas da contemporaneidade relacionados à arquitetura, à cidade, filosofia, arte, antropologia... é bem eclética nesse sentido. Então, o número 30 da revista, que é o número que vai ser lançado, acredito eu, lá por agosto ou setembro, tem uma temática que se chama transcidade. Essa chamada está sendo feita por mim e por um professor lá da UFBA (Bahia) que se chama Eduardo Rocha também. Somos dois Eduardo Rochas e dois arquitetos. O Eduardo Rocha trabalha com essa temática há muito tempo. Ele tem uma pesquisa que se chama “Cartografia Sexuada de Salvador”<sup>5</sup>. E ele está envolvido há muito tempo, desde do mestrado e doutorado, diretamente com teoria queer, com corpos trans, gays, lésbicos e tudo mais. Então ele tá dentro desse meio de pesquisa.

Já eu, diferente do Eduardo da Bahia, embora seja um homem gay, venho trabalhando com cidade, e a minha pesquisa maior tem sido sobre caminhografia urbana, sobre a prática de caminhada e de mapeamentos na cidade. Então, foi indo, indo, indo, faz muitos anos que eu pesquiso isso, mas nunca fui muito permeado pela teoria queer, embora eu tenha um mestrado em educação, aqui na UFPEL, no teu programa, e participava de uma linha Foucaultiana e pós-estruturalista. Então, fazia as leituras da Butler, da Donna Haraway, que naquele momento eram leituras muito fortes. E a maioria dos professores tinham formação na UFRGS com o Tomás Tadeu da Silva, e com a ex-mulher dele, a Sandra Corazza. Eu tive essa formação, mas o meu trabalho sempre foi no campo do currículo, ali, então, chegava próximo da teoria queer ou dessas teorias que tinham essa relação, mas não entrava muito.

Aí, então, estudando as caminhadas e tal, eu percebi que enquanto eu me desloco caminhando, ou os pesquisadores, ou as comunidades, existe uma força de transformação possível. E aí comecei a estudar essa questão da transformação das coisas, da cidade, agora, no nosso tempo, e por várias questões e por vários motivos, que daqui a pouco a gente pode conversar, essa força acabou me levando para a teoria queer, porque essa força é uma força trans, eu diria, desse corpo. Assim como a Taís que está aqui, a maioria das nossas caminógrafas são mulheres, LGBTQs, mulheres negras. É muito interessante esses grupos que acabam se formando, e eu comecei a estudar muito isso, e aí fui me aproximando da teoria queer em função de entender a emergência desse corpo no entendimento de corpo como um organismo também biológico. Encontrei muito na teoria queer algumas questões que eu venho desenvolvendo. Então, eu ando num movimento contrário, agora eu tô me aproximando bastante desses corpos mesmo.

Desse movimento que surge a chamada da transcidade. Eu e o outro Eduardo já nos conhecíamos há muito tempo, ele dentro desse universo mais específico, político, de engajamento, e eu meio por fora, caminhando. Então resolvemos chamar uma chamada que se chama Transcidade, com a ideia de capturar os trabalhos que vêm abordando questões urbanas, não de arquitetura ou de planejamento urbano em si, que tivessem

1 Docente da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).Doutor em Educação (FAE/UFF) com período sanduíche em Universidad Nacional Autónoma de Mexico. Mestre em Educação (FAE/UFF). Licenciado em História (UERJ).

2Diretora de Planejamento e Acompanhamento da Urbanização Plena na Subsecretaria de Habitação da Prefeitura Municipal de Contagem e Arquiteta e Urbanista pela Escola de Arquitetura (UFMG/2022).

3Diretora de Planejamento e Acompanhamento da Urbanização Plena na Subsecretaria de Habitação da Prefeitura Municipal de Contagem e Arquiteta e Urbanista pela Escola de Arquitetura (UFMG/2022).

4 Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=\\_GmvaF\\_ICTc](https://www.youtube.com/watch?v=_GmvaF_ICTc)

5 Disponível em: <https://mapeamentocultural.ufba.br/programa-sankofa/cartografia-sexuada-de-salvador>

um atravessamento, na questão prática ou teórica desse pensar dissidente. A chamada é bem aberta nesse sentido do corpo biológico, do corpo biológico LGBTQIA +, mas também de uma questão cultural que vai se desenvolver em torno disso.

Para conversar contigo, eu li um artigo teu com o Alexandro Rodrigues e Ileana Wenzel: “Currículo como estudos narrativos y queer: emergencias que interrogan la educación”. E eu achei muito, muito interessante o teu artigo. E aí a gente começou a pesquisar quem a gente poderia convidar para uma entrevista, para uma conversa. Ao encontrar teu nome, me lembrei do lançamento de “Quando ousamos existir”, em 2022. Mas ver, como naquela época eu não estava atravessado por isso tudo, eu disse, “ah, eu estou a fim de ir”, mas acabou que eu não fui. Fiquei bem feliz de tu estar aqui, porque perguntei para alguns colegas da da faculdade de educação, e sempre me diziam que eu deveria falar com o Márcio Caetano. Fala Taís.

**Taís:** Acho que é isso que o Edu falou, não tem mais, acho que a gente vai se conhecendo, mas o objetivo da conversa é a gente entender um pouco esse lugar da teoria queer e as possibilidades de pensar a transidade. Como a gente ainda está iniciando esses estudos, é importante ouvir alguém que esteja mais atrelado às discussões para gente conseguir firmar uma base teórica e crítica, bem posicionada, a partir dessa temática que é uma temática super sensível e que a gente não pode falar bobagem por aí. Quando o Edu fala do teu artigo, acho que faz muito sentido a gente pensar a cidade, o planejamento urbano como sendo o currículo, aquilo que organiza, estrutura, mas que existe uma vontade, uma potência de pluralização que é iminente. Porque as coisas estão acontecendo, elas estão sendo tensionadas, e aí a gente precisa dar vazão a isso. E acho que existe, nesse sentido, um movimento que é intrinsecamente político, porque precisamos dar lugar a essas coisas e começar a pensar a partir disso, porque senão a gente vai sempre cair nas ideologias homogeneizadoras, como já se faz há muitos anos.

**Edu:** Então, é um pouco por aí, né? Que a gente... queria conversar contigo. Eu acho que pra gente começar, tu podia nos contar um pouquinho sobre o filme e a trajetória do filme.

**Márcio:** Bem, com relação à emergência do filme, A emergência... Eu não sou do cinema, né? Minha formação não passa, inclusive, pelo cinema, e não sou um sujeito que pesquisa cinema. Então, o que estou querendo chamar a atenção é que o filme não começa necessariamente por conta do filme, mas por uma necessidade ativista, porque aí sim eu sou um sujeito que hoje sou professor universitário, mas me constituí, enquanto sujeito político, me constituí na esteira do movimento social. Eu venho dos movimentos sociais e militei durante muitos anos na fileira de frente do movimento que hoje se chama LGBTI+. Ou seja, eu peguei várias das discussões e recomposições da sigla. Ainda usávamos marcha homossexual quando começo a minha trajetória no movimento LGBT.

Então, o filme nasce do reconhecimento de duas pessoas, ou seja, eu aqui, professor da UFPEL, e Cláudio Nascimento, que é meu amigo de infância, também morador da periferia da baixada fluminense no Rio de Janeiro e que se tornou ainda mais meu amigo por conta da fileira do movimento LGBT.

De uma necessidade minha e dele de contribuir com algo que efetivamente nós identificamos que era um problema e é um problema do movimento LGBT, que é a situação da memória. Queríamos contribuir com esse debate e de alguma forma agradecer ao movimento LGBT por aquilo que somos e onde estamos. Ou seja, o movimento LGBT, tanto para mim quanto para o Cláudio, vai muito além de vitórias coletivas, o movimento incide na nossa trajetória pessoal. O que eu sou, e onde eu

estou, eu devo ao movimento LGBT. As minhas primeiras pesquisas, por exemplo, “Política, direito, violência e homossexualidade”, foi uma pesquisa feita na 8ª Parada do Orgulho GLBT do Rio de Janeiro. Foi uma das primeiras pesquisas feitas nas paradas no Brasil e foi essa pesquisa e algumas outras, por exemplo, que subsidiou a elaboração do “Brasil sem homofobia”<sup>6</sup>. O que eu estou querendo dizer com isso? Eu aprendi a ser pesquisador no movimento social. Eu aprendi política no movimento social. Eu me descobri e constituí a minha sexualidade, descobri do ponto de vista da possibilidade milhares que eu tinha de como performatizar a minha sexualidade, por meio do movimento social. Eu existo muito em função do movimento social. E essa mesma interpretação tem o Cláudio.

Então, veja, foi um encontro de uma preocupação nossa com a memória, com a nossa necessidade de alguma forma agradecer ao movimento por aquilo que somos. E como é que se agradece ao movimento aquilo que somos? É agradecendo a ancestralidade desse movimento, afinal de contas, se aquilo que somos é fruto de uma trajetória, a gente tem que agradecer a quem? Àqueles que fundaram esse movimento. Inclusive porque muitos dessas lideranças já estavam se afastando do movimento, algumas faleceram. A gente estava muito preocupado com isso, porque, paralelo a essa questão, quando o projeto do filme emerge, as forças que deram a vitória ao Bolsonaro já começavam a se fortalecer politicamente, a ponto de ter dado o golpe à presidenta Dilma. Com isso, muitas organizações estavam fechando. Ou seja, essas forças já produziam uma incidência nas organizações e várias delas estavam fechando e as pessoas estavam morrendo. Então, juntou tudo isso e eu e o Cláudio decidimos que tínhamos que fazer alguma coisa. Vamos fazer um centro de memória do movimento LGBTI. E foi o que nós fizemos.

Nós, com os nossos recursos, compramos uma série de equipamentos, fomos estudar cinema, fomos aprender a filmar, fazer som, editar. Tudo isso a gente aprendeu fazendo. Aprendeu estudando e fazendo, tudo junto e misturado, não foi assim cada coisa no seu tempo, não, foi tudo junto e misturado. A gente foi percorrer o Brasil atrás dessas lideranças, De fato, percorremos o Brasil atrás dessas lideranças, das mais variadas formas possíveis. Era um convite que eu recebia para dar uma palestra em um evento X, e eu ia com todo o equipamento e entrevistava a liderança de lá. Se o Cláudio, tinha sido convidado para ir para algum evento, ele fazia o mesmo percurso. Em outros momentos, por exemplo, em São Paulo, a gente foi com toda a equipe para São Paulo, porque a gente sabia que tinha muitas lideranças residindo em São Paulo. Então, Cláudio, tira dinheiro do seu bolso, Márcio, tira dinheiro do seu bolso, junta o dinheiro do teu bolso, Cláudio e Márcio, e leva o Fábio, que foi o nosso bolsista, e fomos filmar em São Paulo. Então, a primeira coisa que era a nossa preocupação inicial não era o filme, era ter o registro oral da memória do movimento LGBTI. Entrevistamos mais de 100 ativistas no Brasil inteiro.

E aí a gente começou a pensar, de ter esse material visual, vamos produzir um filme. Esse material, inclusive, já está editado, ele vai subindo aos poucos na página do YouTube do Centro de Memória João Antônio Mascarenhas<sup>7</sup>, que é a ideia de ser um centro de memória oral do ativismo LGBTI. Já tem algumas entrevistas lá disponibilizadas. Feito essas entrevistas, a gente se deu conta de que precisávamos marcar os 40 anos do movimento LGBTI que foi comemorado em 2018. Porque tem uma coisa que é a seguinte: a história desse país, a história da luta pela democracia

6 O Programa Brasil Sem Homofobia foi lançado em 2004, a partir de uma série de discussões entre o Governo Federal e a sociedade civil organizada (Organizações Não-Governamentais, entre outras), com o objetivo de promover a cidadania e os direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação.

7 Disponível em: <https://www.youtube.com/@centrodememoriajoaoantonio8332>.



desse país invisibilizou vários movimentos sociais. Dentre eles o movimento LGBTI, o movimento negro, o movimento de mulheres, que foram centrais no processo de redemocratização do país. Não foi só o sindicato. O sindicato foi importante? Foi. A luta sindical foi importante? Foi. Mas não foi só o sindicato.

Inclusive a gente se organizou nas costas do movimento sindical. Nos chamavam de pelego, nos chamavam de divisionista, ou seja, tinha todos os dedos na nossa cara. Então, a gente compreendeu que era necessário demarcar nos 40 anos do movimento LGBTI, que foi em 2018, por meio de um conjunto de materiais comemorativos. E aí a gente lançou esse livro aqui, que eu não sei se vocês já conheciam: “História do Movimento LGBT no Brasil”<sup>8</sup>, uma coletânea de artigos produzidos a partir de pesquisas acadêmicas. E também o “Quando ousamos existir”<sup>9</sup>, que é uma fotobiografia, um itinerário de fotos biográficas. Ou seja, as lideranças, por meio de suas fotografias, aquelas que foram tiradas ao longo da sua trajetória, produziram artigos a partir da foto. É uma fotobiografia.

Bem, aí a gente a gente já tinha feito grande parte das entrevistas, fomos estudar roteiro, fomos estudar edição, como eu falei, para dar conta de produzir o filme. O filme efetivamente foi produzido por três pessoas. Eu, aqui na UFPel, o Cláudio, no Rio de Janeiro, e meu bolsista de iniciação científica, Fábio Rodrigues, um menino brilhante, brilhante, brilhante, brilhante, e que foi imprescindível para a gente fazer esse material que vocês, penso, já terem visto. O filme nasce disso daí, dessas preocupações nossas com a memória, desse cenário recrudescido do conservadorismo que já apontava no mundo e que no Brasil acabou resultando na vitória do Bolsonaro, e com essa necessidade minha e do Cláudio de, de alguma forma, agradecer ao movimento LGBT por aquilo que somos, enquanto sujeitos, enquanto pessoas, enquanto indivíduos. Agradecer pelo modo como estamos.

Eduardo, parece ser do mesmo período que eu, não é o caso de Taís, mas seguramente a realidade de hoje era utópica, era sonho quando começamos a nossa jornada. Naquele contexto não ousávamos existir. É por isso que o filme é... quando ousamos existir, ou seja, esses sujeitos. E aí que é uma coisa importante também, porque o filme não é sobre LGBTI no Brasil. Não é sobre isso. O filme é sobre o ativismo LGBTI no Brasil. Então, enquanto muitos estavam no armário, enquanto muitos não tinham as condições ou a ousadia de assumir, esses sujeitos, das mais diferentes formas, pagando os mais diferentes preços por isso, ousaram dizer que eram lésbicas, que eram gays, que eram bissexuais, travestis, transexuais, e com a sua ousadia foram construindo possibilidades para que hoje nós pudéssemos, inclusive, em vários aspectos, pulverizar e destruir, inclusive, a necessidade dessas identidades.

**Edu:** E como tem sido a trajetória do filme depois do lançamento?

**Márcio:** O filme foi lançado em 1922. A gente percorreu várias cidades brasileiras, inclusive, ele foi lançado aqui em Pelotas, não haveria de não ser lançado em Pelotas, até porque Pelotas tem uma importância ímpar na trajetória do movimento LGBTI. E eu, particularmente, compreendo que Pelotas tem uma dívida com uma figura política central dessa cidade e que é muito pouco reconhecida, que é João Antônio Mascarenhas. João Antônio Mascarenhas, que é pelotense, foi um dos fundadores do

<sup>8</sup> Livro coletivo organizado por James N. Green, Renan Quinalha, Marisa Fernandes e Márcio Caetano e publicado pela Editora Alameda (2018), com textos de mais de 30 autoras e autores das diversas partes do Brasil, de distintas identidades e orientações, tratando de diversos aspectos da formação e do desenvolvimento do movimento LGBTI+ brasileiro nos seus 40 anos de história.

<sup>9</sup> Livro coletivo organizado por Márcio Caetano, Alexsandro Rodrigues, Cláudio Nascimento e Treyce Ellen Goulart e publicado pela Editora CopiArt da FURG(2018).

movimento LGBTI no Brasil. Eu, inclusive, teria ousadia de dizer que ele é o fundador, junto com outros, mas ele não perde esse estar de ter aquele sujeito que dá a linha, ele deu a linha do movimento social, inclusive ele foi o responsável por articular esses movimentos emergentes, movimento LGBTI emergente, em plena ditadura militar, com redes internacionais.

O próprio Jornal Lâmpião da Esquina<sup>10</sup>, a ideia do Lâmpião da Esquina, veio em decorrência de um convite que o Mascarenha havia feito para “Sunshine”, se não me engano, uma revista americana. Ou seja, o editor veio para o Brasil a convite do Mascarenhas, e essa visita desse editor abriu as condições de emergência do Lâmpião da Esquina. Então, você veja, se aquilo que somos é resultado dos espaços por onde passamos, O que era João Antônio Mascarenhas foi resultado da sua criação em Pelotas. Essa cidade tem uma importância para a trajetória desse movimento LGBT nacional, e a cidade de Pelotas tem um déficit com essa figura que não foi importante para o movimento LGBT somente. Ele foi importante para a democracia no Brasil, pelo aprimoramento da democracia, ou melhor, a ampliação do sentido de democracia que, durante muito tempo foi fundamentalmente construído para garantir a cidadania de homens brancos. Mas se hoje a gente começa a pensar em cidadania de população LGBTI, de mulheres, de populações negras, de pessoas com deficiência, foi, sem sombra de dúvida, por conta de trabalhos importantes como de personalidades, como, por exemplo, o João Antônio Mascarenhas. No filme, inclusive, a gente mostra uma cena do João Antônio Mascarenhas em uma sessão da Constituinte de 88.

O João Antônio Mascarenhas não nomeia a população homossexual no masculino, ele nomeava o homossexual e a homossexual. Olha que coisa interessante, o sujeito era antenado com as agendas feministas, com as preocupações de ampliar a democracia e, ampliando a democracia, aprimorar a cidadania. A cidadania não tem que estar a serviço de um só sujeito, tem que dar conta do conjunto da população brasileira. O filme percorreu várias cidades no Brasil, como pré-estreia, e nós participamos de vários festivais. Para a nossa felicidade, ganhamos alguns desses festivais que concorremos, em outros só fomos selecionados para a exibição, mas, de qualquer modo, o que nos chama a atenção foi o modo despretensioso, porque nós não tínhamos a pretensão de participar de festivais no começo.

Como falei para vocês, o caminho foi feito no caminhar, para pegar o que o Eduardo chama a atenção nas suas pesquisas, e a gente foi indo, foi evoluindo nesse processo. E esse ano, inclusive, o filme foi selecionado para representar o Rio Grande do Sul na Mostra Nacional SESC de Cinema, para vocês terem uma ideia. Então ele percorreu o Brasil inteiro, sendo exibido na Mostra SESC de Cinema, e de modo muito bacana, porque o SESC leva o cinema para onde não tem nem salas de cinema. O cinema acaba sendo um meio de ser acessado por essas instituições e pela escola. Em muitas cidades no Brasil, o que é o cinema é o auditório da escola. O que é o cinema são esses serviços fornecidos pelo SESC, por exemplo.

E aí, como nós estamos em função dos 28 de junho, do mês comemorativo do Orgulho, para a nossa alegria, o MAR, que é o Museu de Arte do Rio de Janeiro. O MAR e teve o Museu do Futuro, ou seja, algumas instituições culturais que são recentes na cidade do Rio de Janeiro, vieram da Copa e das Olimpíadas, nos pediram para exibir e foi exibido nessas atividades de lá. Mas já está desde 2022 o filme está na rua, inclusive está no catálogo da Pinoteca Gaúcha, lá do Mário Quintana, como obra gaúcha. O filme é uma produção gaúcha.

<sup>10</sup> O Lâmpião da Esquina foi publicado entre abril de 1978 e julho de 1981, foi o primeiro jornal de circulação nacional feito “por” e “para” homossexuais.

**Edu:** Olha só! Que legal, não é? E o que você percebe de continuidade ou de atravessamentos que provavelmente vêm acontecendo da recepção do público quanto ao filme?

**Márcio:** Acho que, primeiro, o filme é uma confluência de várias coisas. Por exemplo, é importante chamar a atenção que esse livro é uma coletânea de artigos sobre o movimento LGBTI. A preocupação sobre a história do movimento LGBTI à memória é algo que já tem um número de sujeitos, não é expressivo, mas já tem um número de sujeitos trabalhando nisso daí. Então, o filme, de alguma forma, vem sendo um desses instrumentos e provoca para a necessidade de não só construir a história do movimento LGBTI, mas ao construir a história do movimento LGBTI, conhecer a história do Brasil. Porque, afinal de contas, esse movimento LGBTI é feito, esse movimento LGBTI brasileiro, ele é feito no espaço-tempo de um país chamado Brasil. Então, contar a história do movimento LGBTI é contar a história do Brasil, e contar a história do Brasil sem contar a história do movimento LGBTI não é contar a história do Brasil. Ou seja, é contar a história de um segmento específico, talvez o mesmo que só ele exista na história do Brasil, e aí não é Brasil.

Então, o que a gente, de alguma forma, vem percebendo é a crescente necessidade de ampliar os olhares sobre a história do Brasil e, ao ampliar os olhares sobre a história do Brasil, trazer para essa história outros sujeitos que, ao longo do tempo, vêm sendo ignorados ou vêm sendo aligeirados a sua participação na história desse país. Não apenas a gente, ou o filme, estava preocupado em chamar a atenção para isso, até porque o filme é uma confluência dessa emergência. Outras pessoas estavam preocupadas com a memória, como é o caso da Rita Colaço, idealizadora e fundadora do Museu Bajubá, o Bruno Brulon, museólogo e antropólogo, no Rio de Janeiro. Mas, de alguma forma, esses pioneiros, e é muito louco falar isso porque é bem recente, eles falando de pioneiros, mas esses pioneiros, de alguma forma, começam a produzir alguns efeitos a ponto de, por exemplo, o Ministério de Direção da Secretaria Especial de Direitos Humanos ter lançado uma comissão que tem como tarefa fazer o registro da memória, não do movimento LGBTI, mas uma memória LGBTI no Brasil. Então, me parece que, de alguma forma, a situação da memória LGBTI, que não é o nosso caso, o nosso caso é o movimento, a nossa centralidade é o movimento, mas, de alguma forma, já existem algumas políticas públicas, ainda que embrionárias, e organizações da sociedade civil e universidades que já começam a se voltar para a institucionalização de centro de espaço de memória LGBTI, como é o caso do Museu de Diversidade em São Paulo, Museu Bajumbá no Rio, Museu Arco-Íris no Rio também, o nosso centro de memória João Antônio Mascarenhas, aqui em Pelotas.

**Taís:** Como esse filme é acessível por outros meios, ou por enquanto ele está ainda no trâmite dos festivais?

**Márcio:** Quando ele foi selecionado para mostra SESC, nós tivemos que tomar uma decisão muito cruel, que é possibilitar que ele estivesse na amostra e fosse visto no Brasil inteiro por meio do SESC e tirá-lo dos festivais, porque os festivais querem ineditismo em sua maioria das vezes. Como nem a minha intenção e nem a do Cláudio é sermos cineastas, tiramos dos festivais. Talvez, se nós quiséssemos ser conhecidos no mundo do cinema, com bastante aspas, não é uma questão pretensiosa, mas se nosso objetivo era entrar no grupo do cinema, talvez o nosso foco fosse só os festivais, porque é lá que se reúnem os estudiosos e os produtores de cinema. Nosso foco não era esse, nosso foco era disputar a memória política do Brasil. Ou seja, o nosso foco era dizer que não era possível construir memória do Brasil apagando a existência da população LGBTI. E aí nós tomamos uma decisão muito dura de ir para a amostra, e a a mostra de SESC tinha dois expedientes. Ela precisava, que o filme ficasse disponível

na página do YouTube via link, porque o SESC teria que exibir o filme no interior do Acre, por exemplo, no interior desses estados de mais difícil acesso via internet. Então ele ficou disponível por muito tempo pelo SESC e percorreu as cidades, e aí parou de circular nos festivais. Agora, terminada a mostra do SESC, o filme vai entrar na página do centro de memória. Ele, inclusive, já está na página do centro de memória, mas você só consegue acessá-lo por meio do link<sup>11</sup>. Você entrando na página do Centro de Memória, o filme está lá. Por enquanto, o meio de chegar no filme não é pelo filme, é pelo centro de memória. Quando você entra no centro de memória, você localiza o filme. Agora, se você for botar quando ousamos existir na busca, ele não vai localizar porque a gente não listou.

**Taís:** Legal, a gente coloca na entrevista esse link para que as pessoas possam acessar ele. Enfim... o audiovisual tem uma potência muito diferente dos trabalhos acadêmicos, que é a potência da emoção. Quando a gente apresenta essas narrativas que carregam a experiência, vira uma coisa muito maior do que aquilo que a gente consegue expressar por meio das palavras escritas. É importante usar disso como um dispositivo de desacomodação social, para que esse movimento continue existindo e fazendo sua parte, porque os direitos nunca são plenamente adquiridos, eles sempre estão em luta, como a gente bem sabe. É importante que a gente continue sempre lembrando daquilo que a gente já fez, mas organizando os próximos, as próximas etapas para que a gente nunca regrida no processo de democratização da vida.

**Edu:** Eu fiquei pensando, Márcio, que seria legal tu falar sobre o teu trabalho aqui na UFPel. Onde tu está na UFPel, com o que tu está trabalhando agora? Pesquisando?

**Márcio:** Então, eu vou fazer um iato importante. Como eu falei para vocês, eu não sou do cinema, eu sou do campo da educação. E eu fui [durante minha formação acadêmica] para a educação. um dos motivos centrais que me levou a ir ao campo da educação, e é importante chamar a atenção disso, é porque se fala muito mal da educação, se critica muito a educação. Inclusive, eu até brinco que a educação é “geni”<sup>12</sup>, mas é ela que salva a cidade. Todo mundo bate, “ela é feita para apanhar, ela é boa de cuspir”, mas é ela que todo mundo identifica como a salvadora do mundo. Qualquer crise política, o pessoal fala que tem que melhorar a educação, tem que ser aquilo, aquilo, aquilo.

Então, o que acontece? A minha formação inicial é história, e quando eu fiz história eu observava nitidamente que poucos eram os espaços que eu poderia discutir homossexualidade na academia, ou pelo menos os espaços onde eu tinha condições de discutir por conta do meu próprio processo formativo. Paralelo a isso, as minhas experiências como professor de história na escola me levaram à necessidade de continuar o debate que eu já fazia como ativista, porque lembra que eu falei que eu fui ativista? Eu sou ativista desde muito novinho. Bem novinho, não vou entrar no processo, mas é bem novinho mesmo.

Quando eu fui para o campo da educação, eu fui por conta desses encontros, dessas duas questões. A primeira era, eu estava sendo provocado por essa temática a partir da minha prática como professor, que não era uma prática qualquer, era uma prática de um professor ativista, ou seja, eu já estava sensibilizado pela agenda por conta do ativismo, então eu era capaz de ver o que a maioria dos meus colegas ignoravam, porque não tinham nenhuma sensibilidade, nenhum olhar sobre aquilo. E aí, onde eu fui fazer isso? Na educação, porque era exatamente o campo de produção do

<sup>11</sup> Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/memoriaslgbti/>

<sup>12</sup> Uma referência à música “Geni e o Zepelim” de Chico Buarque.



conhecimento que eu percebia que existia, mesmo não existindo nada, porque não existia nada produzido naquele contexto no campo de educação, mas mesmo não existindo nada que eu poderia construir algo. Então, eu estou na fileira dos primeiros pesquisadores do campo de educação que vai discutir população LGBTI na escola.

Não era em qualquer outro lugar, era na escola. Eu fui um dos primeiros trabalhos. Era eu, Anderson Ferrari em Juiz de Fora, que também era do movimento LGBTI, o Luiz Palhano, que também era do movimento LGBTI no Ceará, inclusive foi a primeira dissertação a ser defendida, e o Lula Ramirez em São Paulo. Então, o que acontece? A gente construiu esse campo na educação.

Perceba, a construção do tema população LGBTI ou homossexual, naquele contexto, na educação. Mas não significa que não existisse, naquele momento que nós começamos, alguns trabalhos e grupos importantes que discutiam gênero, sexualidade e educação. E esses grupos estavam no Rio Grande do Sul. Então, assim, o primeiro grupo brasileiro construído no Brasil que discutia gênero-sexualidade e educação era da UFRGS, é o GE, que foi fundado pela Guacira Lopes Louro. Toda essa galera que iniciava o seu debate sobre homossexualidade na educação, mesmo nunca tendo colocado seus pés no Rio Grande do Sul, conhecia a academia gaúcha porque era quem produzia sobre gênero sexualidade e educação no Brasil. Entende? Então, assim, eu venho para o Rio Grande do Sul, eu vim parar no Rio Grande do Sul, no Rio Grande do Sul, exatamente porque, quando eu termino o doutorado, eu falei assim: eu não tenho para onde ir, aonde eu vou ser aceito? Eu sou um viado que pesquisa viado, numa academia que não conhece ainda viado, que não reconhece viado, que não reconhece travestis, que não reconhece lésbicas, que não reconhece bissexuais e intersexuais ainda menos. Então, aonde eu posso ir? Onde esse debate já tem um volume por meio das percussoras. Lembra daquela questão que chamei a atenção das ancestralidades?

Eu vim fazer concurso, inicialmente para a FURG, onde trabalhei durante 10 anos. Em 2020 peço redistribuição para o FEPEL, já, inclusive, muito influenciado por grupos de pesquisas que tinham na Faculdade de Educação, em particular o grupo de pesquisa do Álvaro Hipólito, que não é de gênero e sexualidade, mas seu trabalho inicial de mestrado, inclusive o mais lido, era sobre gênero, do Grupo de Políticas Públicas, Álvaro Hypólito, que é um pesquisador que admiro muito, o professor Jarbas, Márcia Alves, Georgina Helena, a Márcia Ondina. Então, eram pesquisadores que vieram nesse bolso, dos debates foucaultianos, dos debates proporcionados lá na UFRGS, e que estavam aqui do meu lado, na FURG. E eu falei assim, quero estar com eles. E aí pedi-me a redistribuição para o UFPel, muito influenciado pela minha necessidade intelectual de estar próximo de sujeitos que eu admirava e admiro, dentro do meu processo de formação. Eu tenho muito disso. Eu sou mobilizado pela admiração. Eu sou mobilizado pelo afeto. As pessoas que eu gostava, que estavam próximas de mim, estavam aqui. Aí eu pedi redistribuição e estou aqui na UFPel desde 2020. A gente criou um grupo de pesquisa chamado POCS, POC-POC, que é Grupo de Pesquisa Política dos Corpos Cotidianos e Currículos. E estamos na pós-graduação.

Hoje, inclusive, eu sou coordenador adjunto da pós-graduação em Educação da UFPel e tenho pesquisado muito a partir dos cotidianos. O Eduardo estava falando da questão do caminhar pela cidade. Eu sou aqueles pesquisadores que chegam na sexualidade não pelo Foucault, eu chego pelo Michel de Certeau em “A invenção do Cotidiano”<sup>13</sup>. meu autor inicial de aproximação dessa temática foi exatamente, o Certeau. Exatamente por que?

13 CERTEAU, M. A invenção do cotidiano I: as artes do fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

Porque nós não falávamos de invisibilidade, então eu precisava caminhar pela cidade, caminhar pela escola, ampliar os meus sentidos para dar conta de perceber, não pelo olhar, mas por todos os sentidos, existente no corpo, a presença dessa população na cidade, na escola, na educação. Estou por aí. E, ultimamente, tenho pesquisado exatamente esses modos com que os discursos neoconservadores vêm incidindo na agenda de direitos em torno da temática de gênero e sexualidade. Essa tem sido a minha preocupação nesse momento.

Quanto a esses movimentos conservadores, que no Brasil, do meu ponto de vista, são chamados equivocadamente de bolsonaristas, porque Bolsonaro é bem menor do que o movimento, mas, de qualquer forma, como é que esse movimento neoconservador vem incidindo nas nossas agendas de direitos por meio das nossas reivindicações em torno da temática de gênero e sexualidade.

Ele vem, como se diz, existe um perigo aí, uma coisa meio que impensável, porque a gente passou alguns anos meio que num, não sei se num crescimento, não sei que palavra usar, e aí o governo Bolsonaro chegou e E eu acho que nos mostrou um pouco, né? Eu costumo dizer, às vezes, que esse conservador, ele tá ali do nosso lado, né? E eu falo muito em aula, e às vezes eu saio da aula e digo, imagina os conservadores na minha aula. É claro que tem, eu tenho turmas de 50 alunos.

Se a gente teve uma eleição que foi que foi quase meio a meio, uma metade é conservadora. Então, é um momento muito complexo, não é simples. E eu venho percebendo, às vezes, até nos questionamentos, quando a gente conta sobre alguma coisa, existem algumas questões que... que acabam surgindo, né, e às vezes eu fico pensando naquilo. Eu acho que até foi uma certa provocação, é um momento muito difícil, eu tenho percebido. Eu sou um professor que não tenho papas na língua, eu falo qualquer coisa que me vem na cabeça, mas nos últimos tempos é muito interessante. Essa energia toda te faz pensar um pouco no que tu tá falando ali na hora. É muito triste isso, eu acho. Eu acho muito triste às vezes.

**Edu:** E o conservadorismo tá aí ainda. Eu acho que por algum momento a gente imaginou que isso tinha sido superado, mas não foi superado.

**Márcio:** Eu acho que tem uma coisa, Eduardo, que é o seguinte, essa agenda de fato é muito complexa. Alguns anos atrás, o movimento negro lançou uma campanha que eu achei fantástica, que era uma campanha em que ele perguntava onde você guarda o seu racismo. Essa campanha, de alguma forma, deduz que todos nós somos racistas. A diferença é que alguns explicitam isso e outros guardam, e não é a melhor forma. A gente precisa saber aonde ele está, se o racismo está no desejo, se o nosso racismo está na nossa dificuldade de compreender que uma pessoa negra pode estar num espaço de poder, que uma pessoa negra pode estar no espaço em que eu desejo estar, mas ela está, porque ela é mais competente do que eu. Em suma, é importante a gente compreender onde está o nosso racismo para poder questioná-lo e derrotá-lo. Eu pego essa campanha para exatamente dizer onde está o nosso conservadorismo. Trazemos, em maior ou menor grau, rastros conservadores que nos ligam àquilo que de pior tem na história do Brasil, aquilo que é responsável por nossa extrema desigualdade, por nossa condição servil em vários aspectos do ponto de vista acadêmico, Então, é muito importante que a gente reconheça onde está o nosso conservadorismo para a gente combatê-lo. Agora, existem aqueles que precisam disso, de localizar onde está o seu conservadorismo, porque ele precisa questioná-lo para derrotá-lo, e existem também aqueles conservadores que ele não precisa identificar nada, porque ele sabe que é conservador e adota isso como princípio de existência política. Ele adota isso como seu ativismo.

Então, eu compreendo que a agenda é complexa, muito complexa, porque a gente precisa ganhar esses corações e mentes que têm posturas conservadoras, mas compreende que não é possível ter, ser conservador e criticar a desigualdade sexual e racial e de classe. Não é possível isso. Se você critica a desigualdade, você não pode ser conservador. Você não pode encarar aquilo que você é, o seu próprio desejo, inclusive, como algo natural. Ele funciona dentro de uma órbita cultural que precisa ser questionada.

O próprio... o próprio direito que os homens acham que tem em discutir sobre o corpo da mulher. Se você defende uma agenda democrática, você não pode se achar no direito de querer determinar a agenda do corpo da mulher. Você só defende uma agenda do corpo da mulher se você é conservador. Então são coisas que a gente precisa aprofundar o debate.

Há de endurecer sempre sem perder a ternura jamais. O que estou querendo dizer com muito afeto. Há de endurecer o debate sem perder o afeto. A perda de afeto a gente deixa para os inimigos. E eu, particularmente, quando você fala assim, posso ter conservadores em salas de aula, mas tenho certeza que não são maioria.

Então a gente deixa a possibilidade de afeto endurecendo sempre o debate para esses, e para os inimigos a gente vai para o frente, porque também não se abraça escorpião, não é? Seria insanidade. Você não vai conversar com fascista. O limite do diálogo, e eu sempre chamo atenção disso, o limite do diálogo é o respeito à minha existência. Eu não vou dialogar com fascista, porque o que ele quer é a minha morte. Agora, se o sujeito me respeita e respeita a minha existência naquilo que eu sou, ou pelo menos faz esforço para, a gente dialoga.

**Edu:** Acho que tem que ser por aí mesmo. É interessante pensar, eu fiquei pensando um pouco, te ouvindo falar, e ouvindo toda a tua trajetória, e pensando um pouco na minha, que eu te disse, eu não sou um ativista, talvez eu esteja um pouco me descobrindo como ativista. Eu sou de uma cidade do interior aqui do Rio Grande do Sul, aqui perto de Pelotas, e é muito interessante perceber que o nosso território, o território de onde a gente vem, ele acaba traçando também um pouco desse momento. Quando tu falou: “eu sou ativista desde muito novo”; eu pensei: que inveja que eu tenho dele. No meu muito novo, era algo impensado, Pra tu ter uma ideia, eu fui entender essas questões como aluno do mestrado em educação da FAE. Eu fui tomar contato nas aulas do Marcos Villela, que é professor na PUC hoje em dia. Ele foi professor na UFPel e saiu da UFPel e foi pra Porto Alegre, ser professor na PUC. E eu lembro que eu comecei a ler a história da sexualidade de Foucault e aquilo, pra mim, foi uma coisa assim, sabe? E aí eu fico pensando um pouco, não só nessa questão, intelectual, cultural, mas de uma questão dessas possibilidades ou forças de morar numa capital, numa cidade maior, e daquele corpo que vem de um outro... do lugar pequeno, menor. Eu venho desse lugar. Os gays não existiam na minha cidade. Eles realmente não existiam. Mas o quanto esse movimento de vocês aí, da capital, de ser um jovem no movimento, libertou essas cidades também, porque elas mudaram hoje em dia. Não sei se é uma mudança, mas existe uma penetração dos movimentos em todos os níveis.

**Márcio:** Eu acho, Eduardo, que o ativismo é polissêmico. O que eu estou querendo dizer com isso? Eu estou chamando a atenção de que, muito possivelmente, você sempre foi ativista. E não necessariamente esse ativismo se organizou da mesma forma que se organizou o meu, ou o meu tenha se organizado da mesma forma que se organizou vários outros. Quem luta contra a maré, luta porque é ativista. Quem não luta, morre no meio do caminho. Morre lutando ou morre porque se deixa vencer pela norma. Quantos de nós se designou ao que foi estabelecido dentro de uma cultura

machista, heterossexual. Quando você não se deitou a esse desígnio, você fez o seu ativismo. Não é necessariamente aquilo que foi feito na cidade grande que resultou na configuração que hoje...

Aquilo que foi feito na cidade grande, não pode ser responsabilizado por aquilo que está sendo vivido na cidade pequena. O que eu estou querendo chamar a atenção é que o fato de sujeitos como você, na cidade pequena, estarem na cidade pequena, naquele contexto, possibilitou que outros sujeitos posteriores a você pudessem viver o que você viveu de maneira diferente. E que o que a cidade grande fez foi talvez dizer: você não está sozinho. Você, na cidade pequena, não está sozinho, tem a cidade grande e outras pessoas vivendo algo semelhante a você. Assim como quem estava nessa cidade grande pôde olhar para as cidades menores desse Brasil e dizer, olha, isso não é um fenômeno da cidade grande, isso existe no mundo todo, em todas as famílias.

Então, o ativismo é muito maior do que um sentido restrito que a gente possa vir a ter de pensá-lo como algo meramente instrucional. Se você é ativista é porque você está na fileira do movimento social. Você é ativista porque, na sua singularidade, naquilo que se constitui e que, na maioria das vezes, é contragermônico, você está ousando existir. E é isso, são as micro-revoluções. São essas micro-revoluções que possibilitaram que a gente pudesse hoje ter um cenário distinto do que foi aquele que a gente viveu, você na sua pequena cidade aqui do interior do Rio Grande do Sul, eu na minha cidade da periferia do Rio de Janeiro, que é Belford Roxo.

Belford Roxo, por exemplo, é uma cidade extremamente violenta, sempre foi violenta. Eu fui educado vendo, viados sendo assassinados. Viados eram assassinados como uma profilaxia. Mata-se a bicha para que outras não sejam bichas, porque se forem bichas, vai ter o resultado como a bicha que morreu, entendeu? Então, assim, nós somos ativistas e fazemos ativismo, e estamos fazendo ativismo na academia, na cidade, na nossa vida, e é por aí, senão a gente sucumbe.

**Edu:** Legal, né? Acho que é por aí, né? Eu tinha notado algumas coisas, mas foi durante a conversa, já foi nos contando, né? Não sei, Taís...

**Taís:** Eu tenho uma pergunta que não sei se tem resposta, mas vou jogar assim para a gente conversar. A gente sempre tem tentado pensar qual o resultado disso em um efetivo espaço, porque a arquitetura, a cidade é muito disciplinadora e ela é sempre feita para que a gente ande em filas, para que a gente obedeça, para que a gente siga as normas, para que a gente produza. Como você vê, ou pensa, o que poderia ser esse outro lugar? Porque sempre que eu penso sobre essas questões, eu vejo que essa coisa da individualização, do indivíduo, dessa separação, ela cada vez mais acaba com essa ideia de pluralidade que a gente gosta. E desse espaço relacional também, dessas dissidências que se constroem nesse encontro. Como seria esse lugar onde as coisas fluíssem de uma maneira mais... democrática talvez?

**Márcio:** Taís, Eu poderia colocar esse lugar na utopia. Esse lugar está na utopia. Mas se eu falasse isso, eu estaria depondo contra aquilo que eu acredito. Esse lugar é o lugar da nossa existência, porque é um pleno engano da arquitetura, da educação, da área médica, seja qual for o campo de confluência de produção do conhecimento, achar que os sujeitos vão fazer exatamente aquilo que eles desejam que eles façam.

A arquitetura pode até ter inventado a calçada. Pode até ter inventado a rua, pode até ter inventado um monte de coisa, mas quem usa da arquitetura, reinventa a arquitetura e faz da arquitetura aquilo que deseja da arquitetura. A praça pode não ter sido feita para as bichas velhas ali, a General Osório, mas elas estão ali. Elas usam aquele



espaço como espaço de encontro. A escola pode não ter sido inventada para viados, mas os viados estão lá e estão lá desde sempre. Então, se por um lado tem essa pretensa ideia, esse pretensão poder, que por vezes a gente que dá esse poder para eles, dizendo que eles são capazes de fazer isso. A gente afirma que eles são capazes de fazer isso. Quando a gente fala que eles são capazes, eles viram nossos algozes. E a gente acaba por invisibilizar aquilo que a gente faz. E o que a gente faz é muito mais orgânico, é muito mais revolucionário no sentido de transformação do que esse pretensão discurso de que eles são capazes.

E eu acredito nisso, nessas micro-revoluções, para trazer Deleuze para o nosso debate aqui, desse “uso dos praticantes” para chamar Certeau para a nossa conversa. Essas necessidades que nós temos de nos mantermos vivos e, para nos mantermos vivos, usarmos de criatividade. E essas criatividades vão roendo o sistema por dentro. Talvez não na velocidade que muitos de nós gostaríamos que fosse ruído, mas se fosse ruído na velocidade que nós gostaríamos que fosse, só sustentaria a nossa necessidade, não sustentaria a necessidade de todos os sujeitos que estão roendo por dentro. Então, as coisas são ruídas nos tempos das necessidades. Às vezes é num relâmpago, às vezes demoram séculos. E por aí a gente vai.

Eu vou só te contar uma história. A minha dissertação de mestrado nasce de uma experiência muito louca. Eu era professor da escola, o banheiro dos professores estava fechado. E aí eu fui no banheiro dos alunos. E no banheiro dos alunos eu começo a ler o que estava escrito na porta do banheiro. A porta do banheiro, que inclusive é meia-porta, uma invenção da arquitetura para exatamente poder ver quem estava embaixo, a porta do banheiro era utilizada como um espaço de diálogo entre dois rapazes. possivelmente de turnos diferentes que estavam marcando o encontro, exatamente na porta da escola, e marcavam o encontro em Yorubá, que era uma língua utilizada nos cultos afro-brasileiros, naquele contexto. E eu, como adepto do culto afro-brasileiro, que tenho todos os meus ritos em Yorubá, fui capaz de ler aquilo e compreender. São dois meninos que estavam marcando um encontro. Por onde? Pela porta do boxe, da porta do boxe do banheiro masculino. Você veja, a arquitetura quis que eles não se encontrassem. Botou a meia parede, e a meia porta, mas os usos dos sujeitos foram lá, subverteram e criaram um diálogo. E isso é o que mais acontece na prática da vida. As mulheres são exemplos disso, os sujeitos de camadas populares, os sujeitos aligeirados nessa estrutura desigual nos ensinam muitos modos de estarmos vivos. Elas são verdadeiras epistemologias. Não sei se eu te respondi.

**Edu:** Acho que sim. Muito interessante. Eu acho que era um pouco isso, O que eu ia te convidar, Márcio, é o seguinte. Quer publicar algum texto na revista? Estás como autor convidado. Não precisa ser um texto inédito. Pode ser um texto traduzido, ou um texto já publicado, ou se tu tem algum A gente tá aberto. Eu fiquei feliz de ter o Márcio na UFPel.

**Márcio:** Eu fico feliz de ter ela na UFPel. e vamos estreitar isso daí. Gente, eu vou me despedir de vocês. Tchau, Tchau.

**Edu:** É isso, então a gente te agradece, Márcio.

**Taís:** Obrigada, Márcio, Tchau, tchau.



processos & projetos





# SUPERANDO OBSTÁCULOS URBANOS

## La Resiliencia de la Comunidad LGBTQ+ ante la Homofobia y la Marginalidad a través del Collage en los espacios públicos

**OVERCOMING URBAN OBSTACLES**  
*The Resilience of the LGBTQ+ Community against Homophobia and Marginalization through Collage in Public Spaces*

**María Paz Sánchez Morales<sup>1</sup> e Enrique Rivadeneira Barrios<sup>2</sup>**

### Resumen

Este artículo estudia la relación entre la presencia de comunidades LGBTQ+ en entornos urbanos chilenos y el collage como vehículo de expresión y visibilización de dichas comunidades. La comunidad LGBTQ+ ha sido históricamente invisibilizada en la sociedad, lo que ha ido cambiando en los últimos años de la mano de expresiones artísticas urbanas. El collage es un ejemplo de esto. Así, se realiza una encuesta diagnóstica en grupos de collagistas con presencia de comunidad LGBTQ+, junto con análisis de contenido de literatura académica y obras de arte collage que ilustran la situación desde un punto de vista teórico y su existencia en la actualidad.

Palabras clave: LGTBQ+, collage, espacios públicos.

### Abstract

*This article examines the relationship between the presence of LGBTQ+ communities in Chilean urban settings and collage as a means of expression and visibility for these communities. Historically, the LGBTQ+ community has been rendered invisible in society, a trend that has been shifting in recent years alongside urban artistic expressions. Collage serves as a prime example of this phenomenon. Thus, a diagnostic survey is conducted among groups of collage artists within LGBTQ+ communities, supplemented by content analysis of academic literature and collage artworks illustrating the current theoretical perspective and their existence today.*

*Keywords: LGBTQ+, collage, public spaces.*

<sup>1</sup> Arquitecta egresada el 2019 y Magíster en Arquitectura y Diseño egresada el 2022, ambas por la Pontificia Universidad Católica de Valparaíso. Cuenta con experiencia docente en la Escuela de Arquitectura y Diseño de la Pontificia Universidad Católica de Valparaíso (2020-2022), además de desempeñarse como arquitecta en Estudio ENMARQ (2019 – actualidad). Sus líneas de investigación incluyen la mitigación de desastres naturales en asentamientos vulnerables, urbanismo verde y estudios de paisaje.

<sup>2</sup> Arquitecto egresado el 2019 y Magíster en Arquitectura y Diseño egresado el 2022, ambos por la Pontificia Universidad Católica de Valparaíso. Actualmente es parte del equipo docente del Taller Integrado Primer Año de la Universidad de Valparaíso (2023 – actualidad), y también trabaja como arquitecto en Estudio ENMARQ (2019 – actualidad). Sus líneas de investigación incluyen la relación disciplinar entre arquitectura y música, estimulación sonora y estudios de paisaje.

### Introducción

En entornos urbanos globalizados, la comunidad LGBTQ+ enfrenta desafíos significativos relacionados con la homofobia y la marginalidad, que afectan su calidad de vida y bienestar (Herek, 2009; Meyer, 2003). Este estudio examina cómo estas comunidades no sólo resisten, sino que también transforman sus experiencias en formas de arte, específicamente a través del collage, para expresar identidades y desafíos compartidos en contextos urbanos. Esto se manifiesta a través de la presencia de collages en el entorno urbano, así como en la representatividad de estos collages con los miembros de la comunidad LGTBQ+ que los producen.

### Revisión de la Literatura: El collage como metáfora del encuentro y práctica democrática en investigación y artes

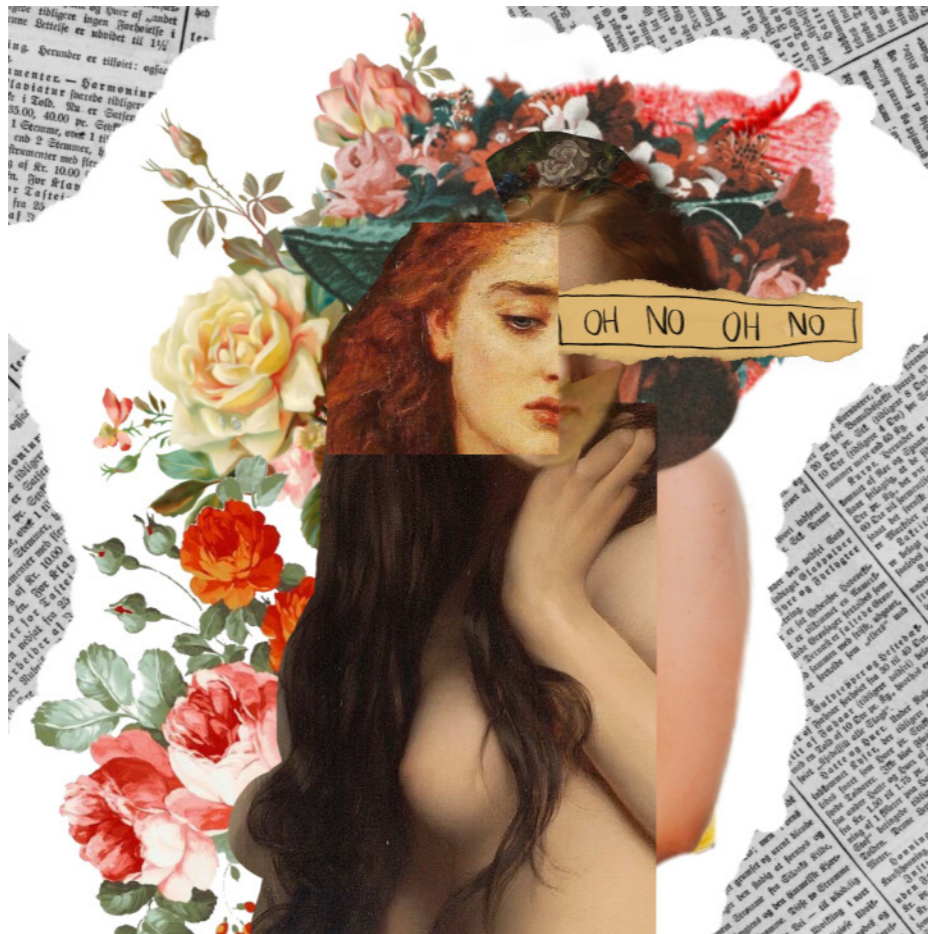
La literatura existente destaca que la discriminación basada en la orientación sexual y la identidad de género tiene impactos profundos en la salud mental y el bienestar de las personas LGBTQ+ (Meyer, 2003). Los estudios también muestran que estas comunidades muestran niveles significativos de resiliencia, utilizando recursos comunitarios y estrategias de afrontamiento para enfrentar estos desafíos (Meyer, 2015). El arte del collage emerge como una forma de expresión que permite a los individuos LGBTQ+ narrar sus propias historias y desafíos personales, utilizando fragmentos visuales para construir una identidad colectiva y resistente.

El collage emerge como un método de investigación innovador que integra múltiples textos e imágenes en una única obra, situándose así, en las fronteras epistemológicas establecidas. Su capacidad de integrar elementos gráficos aparentemente no relacionados le permite valorar dialógicamente la diversidad de entendimientos generados por diferentes culturas, así como incorporar deliberadamente modos de conocimiento no dominantes, como los de la investigación feminista, posmoderna y poscolonial. El collage propone un enfoque inclusivo, que permite la coexistencia y la integración de diversas perspectivas (Fuaó, 2014).

En el contexto de la investigación académica, el collage se presenta como una estrategia metodológica potente para enriquecer la comprensión y la representación de fenómenos complejos. Ejemplos como el “collage narrativo” de Monika Kostera (2006), donde los participantes crean narrativas ficticias a partir de diversos elementos, y los “retratos de collage” de Gerstenblatt (2013), interpretados por el investigador para revelar análisis temáticos profundos, demuestran la capacidad del collage para ir más allá de los métodos tradicionales. Esta técnica no solo amplía la diversidad de datos obtenidos, sino que también involucra a los participantes en el proceso creativo, permitiéndoles expresarse artísticamente más allá de los límites convencionales de la investigación (Kostera, 2006; Gerstenblatt, 2013).

Cordelia Freeman, en su estudio sobre el collage como marco metodológico en la geografía crítica, crítica la triangulación como un enfoque limitado que no captura la complejidad de los fenómenos sociales y espaciales. La autora propone el collage como una alternativa que resistiría la codificación superficial y la categorización simplista, características frecuentes en la investigación convencional (Freeman, 2005). A través de lo que Sanscartier (2018) denomina la “actitud artesanal”, esta herramienta metodológica permite navegar por la complejidad inherente a la investigación interdisciplinaria, adaptándose a contextos cambiantes y fomentando la serendipia como motor de descubrimiento (Sanscartier, 2018; Dalke & McCormack, 2007).





Collages digitales respecto a la búsqueda de la identidad de género. Elaboración propia (2021).



Por otro lado, Van Ingen (2003) y Valentine (2002) vinculan explícitamente la construcción de identidades con el espacio físico y simbólico. Estos autores sostienen que el espacio desempeña un papel crucial en la configuración y reproducción de identidades sociales, destacando la importancia de reconocer las intersecciones entre espacio, identidad y poder (Van Ingen, 2003; Valentine, 2002). Esta perspectiva invita a pensar en la ciudad como un escenario complejo donde múltiples comunidades coexisten y se entrelazan, desafiando la noción de una identidad unificada y homogénea (Taylor, 2002). Esto es particularmente relevante para las comunidades LGBTQ+ las que no sólo han tenido que construir su identidad, sino que además han debido hacerlo rompiendo estigmas y barreras sociales. Así, el uso del espacio público por parte de estas comunidades, en actividades que constituyen su identidad, fomentan y contribuyen no sólo a la construcción de su identidad (Enguix, 2009) sino también a la inclusión de esta identidad en el resto de la sociedad.

Así, el collage, además de ser una técnica artística, se erige como una metáfora poderosa para entender la dinámica urbana y social contemporánea. Fuaó (2011, 2014b) conceptualiza la práctica del collage como un proceso de encuentro entre fragmentos diversos, donde el movimiento y la interacción entre elementos disímiles generan nuevas significaciones y posibilidades. Este enfoque no solo invita a reflexionar sobre la arquitectura urbana y la acogida de las ciudades, sino que también estimula un pensamiento crítico sobre las relaciones de poder y las dinámicas de inclusión y exclusión en el espacio público (Fuaó, 2011).

## Metodología

Para esta investigación, se implementó una encuesta cuantitativa que combinó preguntas de opción múltiple con una pregunta final de respuesta libre. La encuesta fue distribuida en línea a diversos grupos de personas que participan en actividades de creación de collages, tanto presencialmente como a través de plataformas virtuales, en Chile y en otros países. El objetivo principal fue recopilar datos sobre el papel del collage en la visibilidad y el espacio que proporciona a la comunidad LGBTQ+ en entornos urbanos y virtuales.

**1. Diseño del cuestionario:** Se diseñó un cuestionario estructurado que incluyó preguntas de opción múltiple para explorar la participación en la creación de collages que abordan temas de diversidad sexual y de género, la percepción de la presencia de collages LGBTQ+ en espacios públicos, y opiniones sobre el impacto del arte urbano en la percepción y aceptación de la comunidad LGBTQ+.

**2. Selección de la muestra:** La muestra estuvo compuesta por individuos que participan activamente en la creación de collages, identificados a través de grupos en redes sociales, comunidades artísticas en línea, y organizaciones locales tanto en Chile como en otros países. Se utilizó un muestreo no probabilístico por conveniencia para seleccionar a participantes interesados y activos en la práctica del collage.

**3. Distribución y recolección de datos:** La encuesta se distribuyó electrónicamente utilizando la plataforma Google Forms. Los participantes fueron contactados mediante invitaciones enviadas a través de redes sociales y listas de correo de grupos específicos relacionados con la creación de collages y la comunidad LGBTQ+.

**4. Análisis de datos:** Los datos recopilados fueron analizados cuantitativamente para identificar patrones y tendencias en las respuestas a las preguntas de opción múltiple. Además, se realizó un análisis cualitativo de las respuestas a la pregunta final de respuesta libre para explorar percepciones y experiencias individuales más profundas.

**5. Consideraciones éticas:** Se respetaron los principios éticos de investigación, incluyendo el consentimiento informado de los participantes y la protección de la privacidad de los datos personales recopilados durante el estudio.

Esta metodología permitió obtener una comprensión integral del impacto del collage como forma de expresión artística en la visibilidad y representación de la diversidad sexual y de género, así como su potencial influencia en la percepción pública y la inclusión de la comunidad LGBTQ+ en diferentes contextos culturales y geográficos.

## Resultados

Para el artículo científico, se profundiza en los resultados de la encuesta y se establece una reflexión comparativa sobre las respuestas obtenidas:

Un total de 30 individuos participaron en la encuesta, con una distribución de género que reflejó que el 70% se identificaba como mujeres, el 16.7% como hombres, y el 6.7% como no binario. Estos resultados sugieren una predominancia de participantes femeninas en la muestra encuestada, aunque con una representación notable de identidades de género diversas.

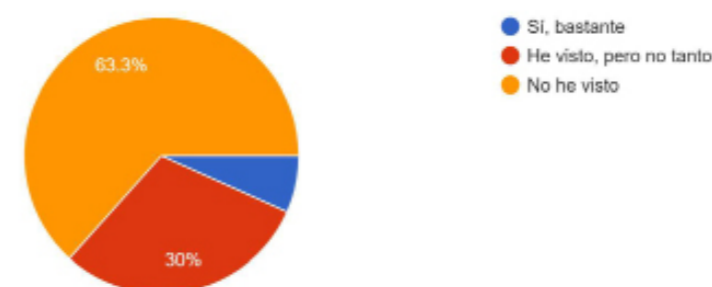
En cuanto a la procedencia geográfica, el 80% de los encuestados provenían de Chile, destacándose la región de Valparaíso con un 40% de participación. Este hallazgo puede indicar una concentración geográfica relevante que podría influir en las respuestas y percepciones de los participantes respecto a las temáticas estudiadas.

En relación con la identificación con la comunidad LGBTQ+, el 53.3% de los encuestados manifestó sentirse parte de esta comunidad. Esta cifra, aunque significativa, plantea interrogantes sobre la visibilidad y el apoyo real que podría existir hacia esta comunidad en el entorno estudiado.

La participación en la creación de collages que abordan diversidad sexual y de género reveló que el 60% de los encuestados no había participado en tales actividades, mientras que el 40% sí lo había hecho. Esta disparidad podría reflejar niveles variados de involucramiento personal o percepciones sobre la relevancia de estas formas de expresión artística en la promoción de la diversidad y la inclusión.

En cuanto a la percepción de la presencia de collages LGBTQ+ en espacios públicos, el 6.7% indicó haber notado una presencia significativa de estos, mientras que el 30% había visto algunos, aunque en menor medida. Por el contrario, el 63.3% restante afirmó no haber percibido tales manifestaciones artísticas, lo que podría sugerir una falta de visibilidad o una limitada difusión de estas expresiones en el entorno urbano estudiado.

¿Has notado la presencia de collages que representen temáticas LGBTQ+ en áreas públicas en tu ciudad?  
30 respuestas

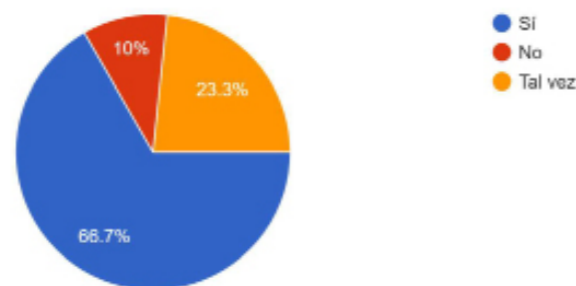


Resultados de la encuesta aplicada de la pregunta N°6. Elaboración propia (2024).

Al evaluar la percepción sobre el impacto de los collages LGBTQ+ en la creación de un ambiente más inclusivo y diverso, el 66.7% de los participantes expresó una creencia positiva en su contribución. Esto contrasta con el 10% que se mostró negativo hacia esta posibilidad, indicando una división de opiniones que podría reflejar diferentes niveles de sensibilidad y conciencia sobre las necesidades de inclusión.

¿Consideras que los collages con temáticas LGBTQ+ en espacios urbanos pueden contribuir a crear un ambiente más inclusivo y diverso?

30 respuestas



Resultados de la encuesta aplicada de la pregunta N°7. Elaboración propia (2024).

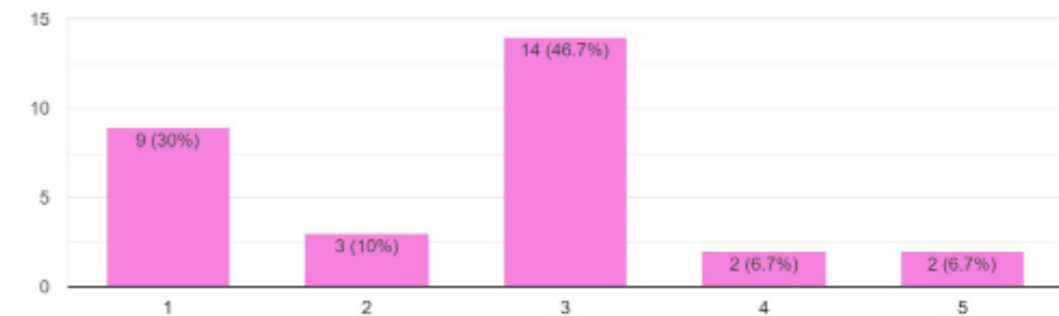
En relación con la influencia potencial del arte urbano en la percepción pública y la aceptación de la comunidad LGBTQ+, el 70% de los encuestados creía en su capacidad para influir positivamente. Sin embargo, un 20% manifestó incertidumbre sobre este efecto, y un 10% expresó escepticismo al respecto. Estas respuestas sugieren una reflexión crítica sobre el papel del arte urbano como agente de cambio social y cultural, y la necesidad de explorar más a fondo cómo estas formas de expresión pueden transformar las actitudes y percepciones en la sociedad contemporánea.

En conjunto, estos resultados invitan a considerar no solo la importancia del arte urbano como vehículo de expresión y representación para la comunidad LGBTQ+, sino también los desafíos y oportunidades para fortalecer la visibilidad y el impacto positivo de estas manifestaciones en la construcción de entornos más inclusivos y respetuosos de la diversidad.

Por otra parte, ante las preguntas por la visibilidad de collages con temática LGBTQ+ y si son representativos de cada encuestado, el 60% considera que estos collages deberían tener mayor visibilidad en la ciudad, y el 46,7% se siente medianamente representado con los collages que ha visto en ella. Esto, sumado a la escasa presencia urbana de collages con estas temáticas, sugiere que aunque esta técnica artística es representativa de la comunidad, la ciudad invisibiliza o no entrega espacios suficientes para su expresión.

¿Te sientes representado/a por los collages que ves en la ciudad en relación con la comunidad LGBTQ+?

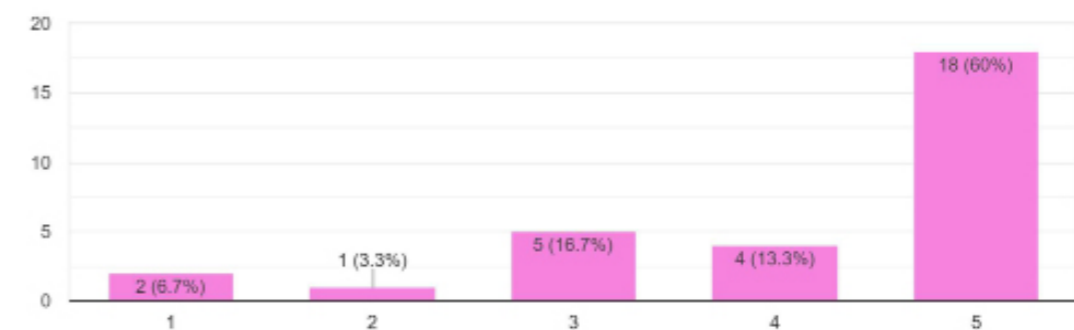
30 respuestas



Resultados de la encuesta aplicada de la pregunta N°10. Elaboración propia (2024).

¿Consideras que los collages con temáticas LGBTQ+ deberían tener una mayor visibilidad en nuestra ciudad?

30 respuestas



Resultados de la encuesta aplicada de la pregunta N°9. Elaboración propia (2024).

Entre las respuestas recopiladas de la última pregunta de la encuesta (¿Se te ocurre alguna propuesta sobre collage en la ciudad para la inclusión de la comunidad LGBTQ+?), destacan varias propuestas significativas que reflejan tanto la creatividad artística como la conciencia social de los participantes. A continuación se presentan algunas de las respuestas más relevantes:

**1. Espacios de Exposición Pública y Gratuita:** Varios encuestados sugirieron la creación de más espacios abiertos al público donde se puedan exhibir collages de temática LGBTQ+ de manera gratuita. Esta propuesta subraya la importancia de democratizar el acceso al arte que promueve la inclusión y la diversidad.

**2. Representación Histórica y Cultural:** Una propuesta notable incluyó la creación de collages que representen momentos históricos, como la década de 1920, con imágenes de parejas lesbianas mostrándose afecto públicamente. Esta idea busca desafiar percepciones conservadoras y celebrar la libertad individual a través del arte visual.



**3. Visibilidad para las Lesbianas:** Se señaló la falta de representación específica para mujeres lesbianas dentro de la comunidad LGTBQ+, sugiriendo que el arte del collage podría ser una herramienta eficaz para visibilizar y empoderar a este grupo marginalizado.

**4. Diversidad e Inclusión:** Otra propuesta importante fue la creación de collages que muestran personas de diferentes colores y características, destacando la belleza de la diversidad humana sin necesidad de romanticismo explícito. Este enfoque busca promover la aceptación de la diversidad en todas sus formas.

**5. Memoria y Conmemoración:** Algunos participantes sugirieron la creación de collages conmemorativos, como un tributo a las personas que han perdido la vida debido a la violencia homofóbica. Esta propuesta destaca el potencial del arte para recordar y honrar a quienes han luchado por la igualdad y la justicia.

**6. Educación y Sensibilización:** La idea de utilizar el collage como parte de exposiciones públicas y encuentros culturales que promuevan la diversidad y las disidencias también fue mencionada. Esto sugiere un papel educativo del arte urbano en la promoción de la tolerancia y el entendimiento mutuo.

En conclusión, las respuestas de los encuestados revelan un amplio espectro de ideas y aspiraciones respecto al uso del collage para la inclusión de la comunidad LGTBQ+ en el espacio urbano. Estas propuestas no sólo enfatizan el poder del arte como vehículo de expresión y cambio social, sino que también subrayan la importancia de crear entornos urbanos más inclusivos y acogedores para todos.

## Discusión

La discusión interpreta los hallazgos en relación con la literatura revisada, subrayando el papel del collage como una forma de arte política y cultural que amplifica las voces LGBT+ en espacios públicos y galerías (Puar, 2007). Se exploran las implicaciones teóricas y prácticas de esta forma de resistencia creativa, sugiriendo que el arte del collage no sólo empodera a los individuos, sino que también promueve el cambio social al desafiar normativas heteronormativas y cuestionar estructuras de poder en la ciudad.

Los resultados permitirían afirmar un punto de vista positivo respecto del collage y la comunidad LGTBQ+, como vehículo de expresión y visualización que coincide con lo descrito en la literatura revisada. Esto puede afirmarse tanto ante las preguntas por la incidencia del arte urbano en la aceptación pública de la comunidad, la generación de espacios inclusivos mediante el collage, y el interés por la mayor visibilidad en la ciudad de estas temáticas. Sin embargo, esto contrasta con la baja participación de los encuestados en la generación de collages LGTBQ+ o la baja presencia de éstos en la ciudad. Asimismo, la representatividad de los collages existentes es en promedio mediana, lo que también sugiere una postura crítica respecto de la misma comunidad sobre el arte que se exhibe públicamente.

Se afirma así, que la presencia en la ciudad de estas temáticas es baja. La presencia limitada de la comunidad LGTBQ+ en el espacio público urbano revela una serie de desafíos y oportunidades significativas para la visibilidad y la inclusión.

Este fenómeno es relevante en el contexto de estudios que discuten cómo las minorías sexuales y de género navegan en espacios públicos que frecuentemente las excluyen o invisibilizan (Ahmed, 2007). La presencia limitada de collages LGTBQ+ en áreas urbanas puede reflejar y perpetuar una falta de reconocimiento y apoyo hacia esta comunidad, afectando la autoestima y la integración social de sus miembros (Rocco, 2019).

El arte urbano, especialmente los collages, puede ser un poderoso medio de activismo y expresión que desafía las normas sociales y promueve la aceptación de la diversidad (Matzner & Kimmel, 2014). La creación de espacios públicos y gratuitos para la exhibición de estos collages, como sugieren los participantes del estudio, no solo democratiza el acceso al arte inclusivo, sino que también educa y sensibiliza a la sociedad sobre las experiencias y necesidades de la comunidad LGTBQ+ (Namaste, 2000).

Las propuestas de los encuestados para la creación de collages que representen momentos históricos y culturales específicos de la comunidad LGTBQ+, así como para conmemorar víctimas de violencia homofóbica, destacan la importancia del arte como herramienta de memoria y reconocimiento (Hartley, 1975). Esto subraya cómo el arte urbano no solo transforma físicamente el espacio urbano, sino que también puede impactar profundamente en las actitudes y percepciones de la sociedad hacia la diversidad sexual y de género.

Así, si bien el diagnóstico evidencia un problema de visibilidad, también abre la oportunidad a abordar estas problemáticas desde las propuestas realizadas. Estas iniciativas no solo fortalecerían la identidad y el orgullo de la comunidad, sino que también enriquecerían la cultura urbana con una expresión artística más diversa y inclusiva (Mitchell, 2003).

## Conclusiones y Recomendaciones

Este estudio ha proporcionado una visión detallada y matizada sobre el impacto del collage como forma de expresión artística en la visibilidad y el espacio que ofrece a la comunidad LGTBQ+ en entornos urbanos y virtuales. A través de una encuesta en línea dirigida a participantes de diversos grupos dedicados a la creación de collages en Chile y otros países, se han obtenido datos significativos que abordan la participación en la creación de collages, la percepción de su presencia en espacios públicos y las opiniones respecto al papel del arte urbano en la aceptación social de la diversidad sexual y de género.

Los resultados han revelado que una parte considerable de los encuestados participa activamente en la creación de collages que abordan temas relacionados con la diversidad sexual y de género. Este hallazgo subraya el papel crucial del arte visual como herramienta para la expresión y la representación de identidades diversas dentro de la comunidad LGTBQ+.

Además, aunque algunos participantes han notado la presencia de collages LGTBQ+ en espacios públicos, la encuesta también ha evidenciado una necesidad de mayor visibilidad y promoción de estas expresiones artísticas. Esto sugiere oportunidades para ampliar las iniciativas que fomenten la inclusión y la visibilidad de las comunidades marginalizadas a través del arte urbano.

Las opiniones recogidas en la encuesta han reflejado una percepción predominantemente positiva sobre el impacto del collage y el arte urbano en la percepción pública y la aceptación de la diversidad sexual y de género. Los participantes han destacado la capacidad del collage para sensibilizar y educar a la sociedad, promoviendo un ambiente más inclusivo y respetuoso.

Basado en los hallazgos de este estudio, se derivan varias recomendaciones para promover el uso del collage como herramienta de expresión y visibilidad para la comunidad LGTBQ+:

**1. Promoción de espacios inclusivos:** Fomentar la creación de espacios públicos y plataformas en línea donde los collages que aborden temas LGTBQ+ puedan ser exhibidos y accesibles al público en general.

**2. Educación y sensibilización:** Desarrollar programas educativos que utilicen

el arte urbano, incluyendo el collage, para educar sobre la diversidad sexual y de género, aumentando así la conciencia y el entendimiento público.

**3. Apoyo a artistas LGBTQ+:** Ofrecer recursos y oportunidades de financiamiento para artistas LGBTQ+ que deseen crear y exhibir collages en entornos públicos, promoviendo su trabajo y visibilidad.

**4. Investigación continua:** Continuar investigando y documentando el impacto del arte urbano, incluyendo el collage, en la percepción y aceptación de la diversidad sexual y de género, para informar políticas y prácticas futuras.

**5. Colaboración interdisciplinaria:** Fomentar la colaboración entre artistas, activistas LGBTQ+, y académicos de diversas disciplinas para explorar nuevas formas de expresión artística que promuevan la inclusión y la equidad.

Estas recomendaciones no solo buscan fortalecer el papel del collage como medio de expresión artística, sino también avanzar hacia sociedades más inclusivas y respetuosas con la diversidad sexual y de género, aprovechando el potencial transformador del arte urbano en la esfera pública.

En conclusión, este estudio demuestra cómo la comunidad LGBTQ+ utiliza el arte del collage para resistir y transformar los entornos urbanos afectados por la homofobia y la marginalidad. Es esencial apoyar y fomentar espacios artísticos inclusivos que permitan a los artistas LGBTQ+ expresar sus identidades y experiencias de manera auténtica y sin miedo a la discriminación. Al hacerlo, se puede promover una mayor comprensión y aceptación de la diversidad sexual y de género en la sociedad urbana contemporánea.

## Referencias

AHMED, S. *Queer Phenomenology: Orientations, Objects, Others*. Duke University Press, 2007.

AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. *Publication manual of the American Psychological Association*. 7th ed. American Psychological Association, 2020. Disponible em: <https://doi.org/10.1037/0000165-000>

DALKE, A.; MCCORMACK, J. Serendipity in interdisciplinary research. *Journal of Interdisciplinary Studies*, v.25, n.2, p.78-92, 2007.

ENGUOX, B. Espacios y Disidencias: el Orgullo LGTB. *Quaderns-e*, n°14, 2009.

FREEMAN, C. El collage como marco metodológico en geografía: crítica a la triangulación. *Revista de Geografía Avanzada*, v.10, n.2, p.123-140, 2005.

FUÃO, A. La collage como trayectoria amorosa. *Arte y Investigación*, v.20, n.3, p.215-230, 2011.

FUÃO, A. Collage narrativo: explorando nuevas narrativas en investigación cualitativa. *Journal of Qualitative Inquiry*, v.15, n.3, p.201-218, 2014.

GERSTENBLATT, A. Retratos de collage: arte, investigación y análisis interpretativo. *Art and Research Journal*, v.25, n.4, p.345-362, 2013.

HEREK, G. M. Hate crimes and stigma-related experiences among sexual minority adults in the United States: Prevalence estimates from a national probability sample. *Journal of Interpersonal Violence*, v.24, n.1, p.54-74, 2009. Disponible em: <https://doi.org/10.1177/0886260508316477>

KOSTERA, M. Collage narrativo: explorando nuevas narrativas en investigación cualitativa. *Journal of Qualitative Inquiry*, v.15, n.3, p.201-218, 2006.

LATHER, P. Crítica a la lectura habitual de los datos en la investigación convencional. In: Rodríguez, S.; Gómez, J. (Eds.). *Metodologías contemporáneas en investigación social*. Madrid: Editorial Académica, 2013. p.630-650.

MATZNER, F.; KIMMEL, M. (Eds.). *The Art of Being Queer: The Intersection of Art and Identity*. Routledge, 2014.

MEYER, I. H. Prejudice, social stress, and mental health in lesbian, gay, and bisexual populations: Conceptual issues and research evidence. *Psychological Bulletin*, v.129, n.5, p.674-697, 2003. Disponible em: <https://doi.org/10.1037/0033-2909.129.5.674>

MITCHELL, D. *The Right to the City: Social Justice and the Fight for Public Space*. Guilford Press, 2003.

NAMASTE, V. *Invisible Lives: The Erasure of Transsexual and Transgendered People*. University of Chicago Press, 2000.

PUAR, J. K. *Terrorist assemblages: Homonationalism in queer times*. Duke University Press, 2007.

ROCCO, R. Queer Urbanism And The City. *Urban Studies*, V.56, N.4, P.833-850, 2019.

SANSCARTIER, M. La actitud artesanal en la investigación interdisciplinaria. *Interdisciplinary Studies Review*, v.30, n.1, p.55-72, 2018.

TAYLOR, L. Espacio, identidad y poder: hacia una geografía crítica. *Geographical Review*, v.92, n.1, p.108-129, 2002.

VALENTINE, G. Espacio y la reproducción de identidades sociales. *Social Identities*, v.8, n.2, p.133-146, 2002.

VAN INGEN, E. Construcción de identidades en el espacio urbano: una perspectiva geográfica. *Urban Studies*, v.40, n.7, p.1225-1242, 2003.





ISSN 2526-7310

